



20  
22

1.º SEMESTRE

RELATORIO  
DE GESTÃO  
E CONTAS





# Índice

---

<b>1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
1.1. Acontecimentos em destaque .....	5
1.2. Grupo Caixa .....	7
1.3. Enquadramento económico-financeiro .....	10
1.4. Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2022 .....	12
1.5. Atividade e informação financeira.....	15
1.5.1. Atividade consolidada .....	15
1.5.2. Atividade individual.....	39
1.6. Eventos subsequentes .....	43
1.7. Declaração sobre a conformidade da informação financeira.....	45
1.8. Demonstrações financeiras intercalares condensadas, separadas e consolidadas .....	46
<b>2. ANEXOS E RELATÓRIOS.....</b>	<b>56</b>
2.1. Anexo às demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas.....	57
2.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas .....	185
2.3. Transparência de informação e valorização de ativos.....	323
2.4. Glossário e acrónimos .....	326
2.5. Relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas.....	329
2.6. Relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas .....	330



1.

RELATORIO  
DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO





## 1.1. Acontecimentos em destaque

### Caixa regista um resultado líquido de 486 M€ suportado na melhoria do custo do risco e da rentabilidade da área internacional

- No primeiro semestre de 2022, o Grupo Caixa Geral de Depósitos gerou um resultado líquido consolidado de 486 milhões de euros, um aumento de 65% face ao período homólogo de 2021. Excluindo os eventos não recorrentes registados em 2021, com relevo nos custos com pessoal, e em 2022 com a alienação de vários imóveis não *core*, o incremento de resultado é de 221 milhões de euros para 443 milhões de euros, o equivalente a um ROE de 10,6%.

Esta evolução reflete um menor custo do risco de crédito no período após a fase mais aguda da pandemia Covid-19, bem como o contributo da atividade internacional para o resultado líquido do Grupo, no valor de 109 milhões de euros, cerca de 22% do total, um crescimento de 77% face ao primeiro semestre de 2021.

A margem financeira regista uma evolução de 101 milhões de euros dominada pela atividade internacional (+47 milhões de euros, incluindo 32 milhões de euros de variação cambial), e pelo programa TLTRO do BCE (+29 milhões de euros).

O rácio de *cost-to-income* corrente continua a apresentar uma descida sustentada, para 43,4%, refletindo os ganhos em níveis de eficiência e a melhoria dos proveitos.

- O volume de negócios teve um crescimento de 3,2 mil milhões de euros face ao final de 2021 (+2%), registando uma evolução tanto no crédito (+1.226 milhões de euros, +2%) como nos recursos de clientes, incluindo produtos fora de balanço (+1.993 milhões de euros, +2%), impulsionado pela atividade internacional que cresceu 7%.

No segmento de empresas em Portugal, destaca-se no primeiro semestre, a produção de crédito, em particular, a subida de 5% no *stock* de crédito a PME (Pequenas e Médias Empresas). Salienta-se, ainda, o crescimento da venda de produtos *core* para as empresas como o financiamento de médio-longo prazo (+46%) seguros não-financeiros (+35%), as garantias bancárias (+48%) e o factoring e confirming (+24%). A contratação de operações através da plataforma Flexcash, cujo crescimento foi de 21% quando comparado ao primeiro semestre de 2021, evidencia a crescente relevância dos canais digitais.

No negócio de particulares em Portugal, a produção de crédito à habitação cresceu 10% no semestre face ao período homólogo, atingindo 1.731 milhões de euros. Já o crédito ao consumo beneficiou de iniciativas de redução do prazo da aprovação e desembolso de fundos, com um aumento da produção de 47% face ao primeiro semestre de 2021.

Os depósitos de clientes aumentaram 2.604 milhões de euros (+4%) no semestre em Portugal, com destaque para os segmentos de empresas (+4%) e particulares (+4%), continuando a registar um impacto negativo nas contas do banco em cerca de 26 p.b..

A Caixa manteve a sua posição de liderança em vários segmentos de atividade. No crédito, a Caixa é líder com uma quota de mercado de 18% e de 20% no crédito a particulares, com destaque para o crédito à habitação (24%). Também no crédito especializados, no segmento de *leasing* mobiliário, a Caixa ocupa a posição cimeira com uma quota de 20%. Nos depósitos, a Caixa detem uma quota de 24% e de 32% nos clientes particulares reforçada, em termos da sua captação de recursos, pela liderança nos fundos de investimento mobiliário (36%). Em serviços bancários, a Caixa é o banco com maior número de cartões de débito emitidos (26%) e o maior prestador de contas de serviços mínimos bancários (42%).

- Foi continuada a prossecução do Plano Estratégico 2021-2024 com efeitos de melhoria no negócio em áreas como o crédito a PME, o crédito ao consumo e o número de clientes digitais.

O número de clientes ativos na utilização da banca digital alcançou de 2,14 milhões no final de junho de 2022, com um crescimento de 19% nos utilizadores mobile. O número de operações financeiras nos canais digitais no semestre registou um aumento de 11% face ao período homólogo.

- A qualidade dos ativos beneficiou da descida do rácio de NPL para 2,6%, enquanto o rácio NPL líquido de imparidades totais permaneceu em 0% (zero). Os imóveis detidos para venda reduziram 15% para 339 milhões de euros, voltando a descer significativamente.

A evolução registada na carteira de crédito desde o fim das moratórias, no âmbito da pandemia, tem um impacto relevante no resultado, permitindo a reversão parcial de imparidades constituídas preventivamente em exercícios anteriores, nomeadamente nos anos de 2020 e 2021. A atividade de recuperação continuou igualmente a evidenciar bons resultados. Globalmente, a evolução da carteira e da atividade de recuperação resultou num custo de risco de crédito de -0,58%, refletindo a evolução favorável face às expectativas iniciais em contexto de pandemia.

- A Caixa continua a apresentar uma robusta posição de capital que se situa acima da média dos bancos Portugueses e Europeus. Os rácios Tier 1 e Total situaram-se em 18,5% e 20,0%, respetivamente, mesmo após o pagamento dos dividendos aprovados em Assembleia Geral.
- No início de junho, foi realizada uma emissão de 300 milhões de euros de dívida sénior preferencial - a primeira realizada com a categoria de investment grade pelas três agências de rating e primeira emissão “verde” por um banco Português - dando continuidade à constituição de emissões elegíveis para o cumprimento dos requisitos MREL com aplicação a partir de 2024.

- Em março, a Fitch Ratings, aumentou os *ratings* IDR e da dívida sénior preferencial de longo prazo da Caixa de BB+ para BBB-, e reviu o *outlook* de Positivo para Estável. Com esta alteração a Caixa passou a ser classificada em nível de *investment grade* pelas três agências internacionais que lhe atribuem *rating*.

## GRUPO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS: NÚMEROS EM DESTAQUE

	(milhões de euros)	
	Reexpresso	
RESULTADOS	2021-06	2022-06
Margem financeira	490,1	591,2
Resultados de serviços e comissões	269,8	306,0
Margem complementar	380,6	425,1
Produto global da atividade	874,8	1.025,9
Resultado bruto de exploração	562,8	526,3
Resultados operacionais	458,2	756,4
Resultado líquido	294,2	485,7
RÁCIOS DE RENDIBILIDADE E EFICIÊNCIA		
Rendibilidade bruta dos capitais próprios - ROE <sup>(1) (2)</sup>	11,2%	17,0%
Rendibilidade líquida dos capitais próprios - ROE <sup>(2)</sup>	7,2%	11,5%
Rendibilidade bruta do ativo - ROA <sup>(1) (2)</sup>	1,0%	1,5%
Rendibilidade líquida do ativo - ROA <sup>(2)</sup>	0,7%	1,0%
Cost-to-income BdP <sup>(1)</sup>	34,6%	47,6%
Cost-to-income <sup>(1) (3)</sup>	47,8%	43,4%
Custos com pessoal recorrentes / Produto global da atividade <sup>(1) (3)</sup>	29,6%	26,0%
Produto global da atividade / Ativo líquido médio <sup>(2)</sup>	1,9%	2,0%
BALANÇO	2021-12	2022-06
Ativo líquido	104.010	106.596
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	26.924	28.530
Aplicações em títulos	21.152	20.150
Crédito a clientes (líquido)	50.184	51.560
Crédito a clientes (bruto)	52.498	53.725
Recursos de bancos centrais e instituições de crédito	6.745	6.512
Recursos de clientes	79.756	83.373
Responsabilidades representadas por títulos	1.790	828
Capitais próprios	9.287	9.397
QUALIDADE DO CRÉDITO E GRAU DE COBERTURA <sup>(4)</sup>		
Rácio de NPL - EBA	2,8%	2,6%
Rácio de NPE - EBA	2,3%	2,1%
Cobertura de NPL - EBA	107,8%	108,1%
Cobertura de NPE - EBA	98,6%	99,2%
Custo do risco de crédito <sup>(*)</sup>	0,08%	-0,58%
RÁCIOS DE ESTRUTURA		
Crédito a clientes (líquido) / Ativo líquido	48,2%	48,4%
Rácio de transformação	63,0%	61,9%
RÁCIOS DE SOLVABILIDADE		
CET 1 (fully implemented) <sup>(5)</sup>	18,2%	18,5%
Tier 1 (fully implemented) <sup>(5)</sup>	18,2%	18,5%
Total (fully implemented) <sup>(5)</sup>	19,7%	19,9%
Leverage ratio (fully implemented)	7,3%	7,1%
RÁCIOS DE LIQUIDEZ		
Liquidity coverage ratio	357%	356%
Net stable funding ratio	165%	175%
OUTROS INDICADORES		
Rede de distribuição - Grupo CGD	927	921
Número de agências e gabinetes de empresa - CGD Portugal	555	552
Número de empregados - Grupo CGD	11.471	11.371
Número de empregados - CGD Portugal	6.117	6.035

Notas: Cálculo dos indicadores conforme glossário constante em: [https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Outras-informacoes/Glossario/Outras-versoes/Documents/Glossario\\_10MAI2018.pdf](https://www.cgd.pt/Investor-Relations/Outras-informacoes/Glossario/Outras-versoes/Documents/Glossario_10MAI2018.pdf); As contas de junho de 2021 da atividade consolidada foram reexpressas para efeitos de comparabilidade devido à participação acionista no Banco Comercial do Atlântico (BCA) ter deixado de estar classificada em "Ativos não correntes detidos para venda", em dezembro de 2021.

(1) Rácios definidos pelo Banco de Portugal (Instrução nº 6/2018); (2) Capitais Próprios e Ativos líquidos médios (13 observações); (3) Excluindo custos não recorrentes; (4) Perímetro prudencial, excetuando assinalados com (\*); (5) Rácios incluem resultado líquido do período (perímetro prudencial), descontado da distribuição de dividendo máximo (MDA).

## 1.2. Grupo Caixa

### Estrutura de Capital

A Caixa é uma sociedade anónima e, nos termos do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de agosto, as ações representativas do seu capital social, incluindo as que venham a ser emitidas em futuros aumentos de capital, só podem ser detidas pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2022 o capital social da Caixa era de 3.844.143.735 euros, representado por 768.828.747 ações ordinárias com o valor nominal de 5 euros cada uma, o que se mantém.

Acionistas	Capital Social em 30/06/2022	% da Participação em 30/06/2022
Estado Português	3.844.143.735 euros	100%

Não há acordos parassociais envolvendo o capital social da Caixa, detido, por determinação legal, por um só acionista.

### Rede de distribuição

A rede comercial do Grupo Caixa abrangia, no final de junho de 2022, 921 unidades, menos 10 do que no período homólogo.

Ao nível doméstico a Caixa dispunha de 509 agências e “Espaços Caixa”, 13 agências automáticas, 25 gabinetes de empresas e 2 extensões de gabinetes, 3 agências móveis e uma agência do Caixa BI, totalizando 552 presenças localizadas em Portugal e continuando a apresentar-se como a maior rede de distribuição da banca de retalho nacional, posição sublinhada pelas reduções significativas nas presenças físicas de vários outros bancos. A Caixa disponibiliza ainda uma rede de autosserviço de 3.254 equipamentos, que incluem 689 na sua rede própria (atualizadores) e 2.565 ATM da rede Multibanco.

A presença bancária do Grupo Caixa no estrangeiro encontrava-se coberta por um total de 368 agências no final de junho de 2022.

NÚMERO DE AGÊNCIAS E OUTRAS UNIDADES DO GRUPO	2021-06	2021-12	2022-06
CGD (Portugal)	556	555	552
Agências com atendimento presencial e Espaços Caixa	511	510	509
Agências móveis	3	3	3
Agências automáticas	13	13	13
Gabinetes de empresas e extensões	29	29	27
Caixa - Banco de Investimento (Lisboa+Madrid)	2	2	2
Sucursal de França	48	48	48
Banco Nacional Ultramarino (Macau)	21	21	19
Banco Comercial e de Investimentos (Moçambique)	211	210	210
Banco Interatlântico (Cabo Verde)	9	9	9
Banco Comercial Atlântico (Cabo Verde)	34	34	34
Banco Caixa Geral Brasil <sup>1</sup>	1	1	1
Banco Caixa Geral Angola	35	33	32
Outras sucursais da CGD	14	14	14
<b>Total</b>	<b>931</b>	<b>927</b>	<b>921</b>
<b>Escritórios de representação</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>11</b>

(1) Entidade em processo de venda

## Recursos humanos

A 30 de junho de 2022 o Grupo Caixa contava com 11.371 colaboradores, uma redução de 100 empregados face a dezembro de 2021. A redução é justificada maioritariamente pelas variações verificadas na Caixa Portugal (-82 colaboradores). As saídas de colaboradores em Portugal continuaram a verificar-se maioritariamente através de soluções mutuamente acordadas entre a Caixa e o Colaborador, reformas e pré-reformas de forma a contribuir para a competitividade e sustentabilidade da Caixa num contexto de alterações estruturais do negócio bancário numa forma harmoniosa e progressiva. Apesar da redução líquida registada, a Caixa reteve a sua capacidade de renovação e rejuvenescimento, tendo realizado 62 contratações e 95 estágios remunerados em Portugal, dos quais 26 com início no primeiro semestre de 2022.

NÚMERO DE EMPREGADOS DO GRUPO CGD	2021-06	2021-12	2022-06
CGD Portugal <sup>(1)</sup>	6.241	6.117	6.035
Outros <sup>(2)</sup>	5.393	5.354	5.336
<b>Total</b>	<b>11.634</b>	<b>11.471</b>	<b>11.371</b>

(1) Empregados em serviço efetivo, incluindo os provenientes de outras empresas do Grupo.

(2) Não inclui os empregados da Caixa Geral de Aposentações e abrangidos por outras situações (ex. requisição ou ausência prolongada).

Nos últimos 5 anos, a massa salarial total de colaboradores Caixa evoluiu em média 2,39%, acima da taxa de inflação que em média cresceu 0,8%. A remuneração média no primeiro semestre de 2022 foi de 2.488 euros (+7% face a 2017), sendo que, relativamente aos colaboradores com funções diretivas foi de 5.578 euros e no caso dos que não exercem funções diretivas foi de 2.394 euros. O valor mínimo da remuneração mensal total pago pela Caixa, em 30 de junho de 2022, a colaboradores com vínculo à CGD,SA com contrato sem termo foi de 1.359 euros.

EVOLUÇÃO DA MASSA SALARIAL <sup>(1)</sup>	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (p)
Variação da massa salarial (total de colaboradores Caixa)	2,19%	2,84%	2,41%	2,35%	2,16%	2,15%
Taxa de inflação (Portugal) <sup>(2)</sup>	1,6%	1,2%	0,3%	-0,1%	0,9%	5,9%

Nota: Âmbito CGD,SA. (1) Entende-se por massa salarial, a remuneração mensal efetiva, que inclui: remuneração base, diuturnidades, subsídio de almoço e outros subsídios;

(2) Taxa de Inflação: - histórico INE(IHPC); (p) - projeção Caixa e do Banco de Portugal de 9 junho 2022.

No 1º semestre de 2022 foram realizadas 452 promoções de colaboradores do perímetro doméstico total e foram contabilizadas 196.797 horas de formação, representando 29,27 horas por colaborador.

Pensões	2017	2018	2019	2020	2021	Jun22
Atualização das Pensões <sup>(1)</sup> (Colaboradores CGD - indexado à Tabela Salarial da CGD)	n.a	0,95%	0,59%	0,69%	0,77%	0,85%
Valor Médio da Pensão paga no ano	2.028	2.066	2.088	2.112	2.129	2.146

(1) A CGA procedeu à atualização das pensões considerando os valores acordados para 2021 e 2022

## Marca Caixa, prémios e distinções

De acordo com o Brandscore, no 2º trimestre de 2022, a Caixa mantém a avaliação de “Muito positiva” em “Reputação - avaliação de clientes”, nomeadamente nos atributos considerados essenciais à sustentabilidade do Banco: Confiança, Solidez, *Governance*, Ética e Transparência.

Na avaliação de clientes, a Caixa melhora o score dos indicadores de marca, com destaque para “*Governance*” e “Simplicidade”. Segundo este estudo, no primeiro semestre de 2022, a Caixa renova a nomeação pelos seus clientes como “Melhor Banco de Particulares” e “Melhor Banco para os Jovens”.

No contexto da Banca Portuguesa, a marca “Caixa” mantém a liderança como “Marca mais atrativa a novos clientes”.

No primeiro semestre de 2022, foram atribuídos os seguintes prémios e distinções relativos à atividade do Grupo Caixa na banca de retalho e digital:

- *Powerful Brand* - A Caixa foi distinguida na categoria “Bancos de Grande Dimensão” pelo Grupo Marktest e Cofina Media
- Melhor Banco em Sustentabilidade – A Caixa foi eleita “melhor Banco em Sustentabilidade em 2021” pelo estudo Brandscore, da consultora Scopen
- Banca – Assistente Virtual - Assistente Digital da App Caixadirecta – Prémio 5 Estrelas
- Banca – *Open Banking* – App DABOX - Prémio 5 Estrelas



- Prémio *Special Award* - 34ª edição do *Investor Relations & Governance Awards* (IRGAwards) – Deloitte - Conclusão do Plano de Recapitalização
- Prémio Nacional de Sustentabilidade - Finanças Sustentáveis - Primeira emissão de dívida sustentável por um Banco português - Jornal de Negócios
- Nº1 em Portugal e nº 188º a nível mundial no ranking “TOP 1000 World Banks 2022” da revista The Banker do grupo Financial Times

## Responsabilidade social e sustentabilidade

A estratégia de sustentabilidade para o período de 2021-2024 materializa a ambição da Caixa em tornar-se líder no financiamento sustentável em Portugal, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono e financiando projetos com impacto social na vida das pessoas sendo assente em cinco pilares estratégicos de atuação:

- Equidade, Inclusão Digital e Financeira
- Divulgação de Informação de Sustentabilidade
- Modelos de Governação Transparentes
- Financiamento Sustentável e Inclusivo
- Gestão de Riscos Climáticos

Enquanto instituição de referência no setor financeiro, a Caixa assume como prioritário o apoio à transição para uma economia de baixo carbono por via das suas atividades de financiamento e investimento.

Com este propósito, a Caixa realizou uma emissão “Verde” de dívida sénior preferencial (senior preferred), no montante de 300 milhões de euros. Esta operação constitui a primeira emissão verde por parte de uma instituição financeira portuguesa, permitindo direcionar o financiamento de operações de crédito nos domínios ambientais, promovendo a eficiência energética ao financiar habitações com certificado energético das classes A+, A e B. Trata-se da segunda emissão com características ESG da Caixa, o que evidencia a concretização dos compromissos assumidos no domínio do financiamento sustentável, criando valor para os seus clientes e reduzindo o impacto ambiental da sua atividade. A característica Sustentável da emissão permitiu atrair o interesse de investidores ESG que representaram 78% da alocação da emissão.

Em 2022, a Caixa publicou o Relatório de Sustentabilidade 2021 e a Brochura de Sustentabilidade 2021, de acordo com a Global Reporting Initiative (GRI) ou a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

Em matéria de reconhecimento externo destaca-se que a Emissão de Dívida Sustentável da Caixa foi um dos três projetos nomeados na categoria de Sustainability Initiative Award na 34ª edição dos Investor Relations & Governance Awards.

A nível social destaca-se a realização da cerimónia de entrega dos Prémios Caixa Social 2022 na Culturgest - Fundação Caixa Geral de Depósitos. Foi atribuído um montante total de prémios no valor de 500.000 euros a 29 projetos inseridos nas seguintes áreas:

- Recuperação e Resiliência do Sector Social
- Transformação e Capacitação Digital
- Economia Verde e Transição Ecológica

A Caixa manteve o seu forte compromisso, com apoios na área da Cultura e Educação a superarem os 10 milhões de euros.

Assim, deu-se continuidade à aposta na Cultura com a dotação de 2,8 milhões de euros para a Fundação Caixa Geral de Depósitos – Culturgest, cujo programa de atividades para 2022 inscreveu-se na missão e nas finalidades estabelecidas nos seus estatutos, de promoção da cultura, da arte e do pensamento. Na prossecução desta missão, a Culturgest manteve um posicionamento consistente ao longo dos últimos 28 anos, o que representa um ativo valioso em termos de renome, reconhecimento público e experiência acumulada. Um posicionamento assente numa matriz contemporânea e numa atividade multidisciplinar, cobrindo as áreas das artes performativas, da música, das artes visuais e do cinema, acompanhadas de um discurso crítico e de um leque variado de iniciativas educativas e participativas, no cruzamento entre o local e o global.

Os Prémios Caixa Mais Mundo visam reconhecer o mérito escolar dos estudantes que finalizaram o ensino secundário e incentivar a continuidade dos estudos em Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2022 foram apoiados 300 alunos com uma valor unitário de 1.000€, num apoio global de 300.000€. A este valor acresce o apoio às 38 instituições do ensino superior protocoladas com a CGD no valor que ascendeu os 7,5 milhões de euros.

### 1.3. Enquadramento económico-financeiro

A conjuntura económica verificada durante o primeiro semestre de 2022 contrastou fortemente com as projeções existentes no início do ano. As expectativas de redução das restrições relacionadas com a pandemia e os esperados impactos positivos (sobretudo nos setores ligados à prestação de serviços), aliadas à resolução dos constrangimentos sobre oferta, aos elevados níveis de poupança e mercados de trabalho em recuperação, permitiam assumir em janeiro perspetivas muito positivas para o crescimento global. Apesar da aceleração da inflação e da necessidade de normalização da política monetária, a conjuntura global pós-pandemia era favorável a um ritmo de crescimento robusto.

No entanto, logo no início do ano surgiram dois fatores relevantes que contribuíram para a contenção das perspetivas favoráveis. Em primeiro lugar, a disseminação da variante Ómicron teve um impacto particularmente negativo na China, onde o governo decretou bloqueios e interrupções em diversas cidades, contribuindo assim para uma significativa redução da atividade económica e, inclusivamente, uma contração do consumo.

O segundo fator, e aquele que tem vindo a assumir preponderância, correspondeu ao conflito armado na Ucrânia que eclodiu no final do mês de fevereiro. Para além das implicações adversas provenientes de qualquer evento deste género, nomeadamente humanas, as repercussões através dos mercados de matérias-primas, comércio, e canais financeiros foram elevadas. A ofensiva na Ucrânia tem contribuído para uma fragmentação económica, com um número significativo de países e de empresas, sobretudo multinacionais, a cortar laços comerciais com a Rússia, sobre a qual foram aplicadas sanções de natureza económica e financeira.

Em função do peso que a Rússia e a Ucrânia têm no fornecimento de certas matérias-primas, tais como o gás natural e o petróleo no primeiro caso, e cereais e fertilizantes agrícolas, no segundo caso, o aumento dos preços da energia e dos alimentos contribuiu para sucessivos agravamentos do crescimento dos preços, quer na produção, quer no consumo. Com o agravamento da escassez de mão-de-obra e de bens intermédios, outras rubricas começaram a evidenciar contributos crescentes para a aceleração dos preços, agravando ainda mais as elevadas pressões inflacionistas que transitaram do ano anterior. Este enquadramento encontra-se patente nas constantes revisões em alta das projeções para a inflação, quer para 2022, quer para o ano seguinte, e num perfil de moderação posterior mais gradual. O crescimento dos preços no consumidor teve um impacto direto no rendimento disponível das famílias, enquanto a incerteza provocada pela guerra provocou um efeito adverso sobre as decisões de investimento das empresas.

A par das projeções de inflação mais elevadas, também a trajetória esperada para a normalização da política monetária sofreu um ajustamento significativo, induzida pela própria atuação das autoridades monetárias. Em 2021, diversos bancos centrais do bloco emergente haviam já dado início a um ciclo de aumento da restritividade das condições financeiras, como foi o caso do Brasil e da Rússia, mas também bancos centrais de países exportadores de matérias-primas, como a Noruega. Nos Estados Unidos, no primeiro semestre de 2022, a Reserva Federal encetou um ciclo de incrementos da taxa diretora, enquanto o Banco Central Europeu (BCE), para tornar a política monetária menos expansionista, anunciou o encerramento do programa de compra de ativos, antecipando um subsequente aumento das taxas de juro diretoras, que se tornou visível no incremento acentuado das taxas de juro de curto prazo. Para além destes, outros bancos centrais de economias desenvolvidas tornaram as condições financeiras mais restritivas, como foi o caso do Banco de Inglaterra, Banco do Canadá, entre outros.

Apesar do enfoque ter permanecido sobre a evolução do crescimento dos preços, as projeções para o crescimento económico sofreram revisões em sentido descendente para a maioria das economias, fomentando o risco de estagflação, visível em diversos indicadores económicos, apesar do mercado de trabalho permanecer bastante robusto com níveis de desemprego baixo.

Nos mercados financeiros, o ciclo de normalização monetária traduziu-se num aumento generalizado das taxas de juro do mercado monetário e da dívida soberana, as quais atingiram valores máximos plurianuais. No primeiro caso, as maiores variações observaram-se nos prazos a 6 meses (+80 p.b.) e a 12 meses (+153 p.b.), com as taxas de juro a fixarem-se em 0.26% e 1.04%, alcançando valores positivos pela primeira vez desde 2015 e 2016, respetivamente. No caso das taxas de rentabilidade das obrigações de dívida soberana europeia para o prazo a 10 anos, registou-se um agravamento face às pressões inflacionistas na Área Euro e consequente uma postura mais agressiva por parte do BCE. Apesar das incertezas trazidas pelo início da guerra terem contribuído para alguma volatilidade no mercado obrigacionista, o semestre terminou com variações compreendidas entre os 151 p.b. na Alemanha (1.34%) e 227 p.b. na Grécia (3.62%). A curva de rendimentos de Portugal voltou a apresentar valores positivos em todas as maturidades, com os 10 anos a fixarem-se em 2.42% (+195 p.b.), enquanto o prémio de risco face à Alemanha alargou 44 p.b., para 108 p.b..

O contexto económico esperado de estagflação e os crescentes receios de recessão refletiu-se em quedas abruptas nos principais mercados de ações. Na Europa, o Eurostoxx600 desvalorizou 16.5%, liderado pelo MIB italiano (-22.1%) e pelo DAX (-19.5%), encerrando o semestre com a evolução menos favorável desde 2008,

enquanto nos EUA, verificou-se o pior desempenho semestral dos últimos cinquenta anos, com o índice tecnológico NASDAQ a perder 29.5%, enquanto o S&P500 averbou uma descida de 20.6%.

Ao nível das matérias-primas, o segmento de energia registou as valorizações mais acentuadas, agravadas pelo desenvolvimento do conflito armado na Europa de Leste e pelos constrangimentos no fornecimento de petróleo e gás natural à Europa, com a forte dependência da União Europeia (UE) para fazer face as suas necessidades energéticas, ao mesmo tempo que os receios de interrupção total do abastecimento pela Rússia aumentaram. O gás natural no mercado europeu subiu 105.4%, para €144 Mw/h enquanto o brent valorizou 48.5%, para \$115.04/barril.

No mercado cambial, o euro depreciou 7.8% face ao dólar norte-americano no semestre, para \$1.04, aproximando-se da paridade euro/dólar, dado o efeito de refúgio da moeda dos EUA e perspectivas de uma normalização da política monetária mais acentuada por parte da Reserva Federal.

Dada toda esta incerteza e volatilidade relativa à evolução do próprio contexto europeu, as valorizações bolsistas dos bancos europeus têm sido bastante penalizadas. Pese embora, tenha existido uma recuperação dos níveis muito baixos de P/B (*Price/Book Value*) verificados em 2020, após o eclodir da pandemia de COVID-19, desde fevereiro deste ano os principais índices de banca europeia continuam a transacionar com múltiplos P/B muito inferiores a um.



## 1.4. Principais riscos e incertezas para o 2º semestre de 2022

As projeções económicas mais favoráveis do início do ano foram rapidamente revistas em função dos sucessivos desenvolvimentos negativos ao longo do primeiro semestre de 2022. Se bem que o desempenho económico global tenha sido ligeiramente melhor do que o esperado no primeiro trimestre, as estimativas mais recentes do Fundo Monetário Internacional apontam para uma ligeira contração do Produto Interno Bruto (PIB) mundial no segundo trimestre.

Os riscos para as perspetivas encontram-se enviesados no sentido negativo. A guerra na Ucrânia conduziu a uma súbita paragem das importações europeias de gás da Rússia, dificultando a descida da inflação quer por os mercados de trabalho estarem mais comprimidos, quer porque as expectativas de inflação se mantêm elevadas. Simultaneamente, as condições financeiras globais mais restritivas tenderão a acentuar as dificuldades de financiamento das economias emergentes e em desenvolvimento mais endividadas. Na China, a possibilidade de novos surtos e confinamentos provocados pela COVID-19, bem como o agravamento da crise do setor imobiliário, poderão travar ainda mais o crescimento económico. A nível global, existe o receio de que a fragmentação geopolítica possa impedir o comércio e a cooperação entre os principais blocos económicos.

As expetativas dos bancos centrais quanto à inflação em 2022 não se confirmaram, na medida em que o caráter mais temporário motivado pela escassez de bens e dificuldade de retomar as cadeias de distribuição interrompidas pela pandemia foi agravado pela forte escalada dos preços da energia e dos alimentos. Os níveis de inflação global continuaram a subir muito acima das metas dos bancos centrais, atingindo os níveis máximos das últimas quatro décadas.

Os fatores determinantes da trajetória da inflação estenderam-se a todas as categorias, acompanhando o agravamento da escassez de bens intermédios. Após repetidas revisões em alta, os perfis de inflação são agora não só mais elevados, como também deverão estabilizar em níveis mais altos, perspetivando-se um ritmo de moderação mais gradual nos próximos anos.

Os choques adicionais relacionados com a oferta nos preços dos alimentos e da energia resultantes da guerra na Ucrânia poderão levar ao incremento da inflação global e subjacente, resultando em última instância numa recessão acompanhada por uma inflação elevada permanente: estagflação. A disponibilidade de trabalhadores é muito reduzida em várias economias, pelo que as exigências de compensações salariais causarão ainda mais pressões sobre os preços, correndo o risco de desencadear uma espiral salários-preços.

Com a revisão em alta das projeções de inflação, as previsões para a normalização da política monetária ajustaram-se significativamente, induzidas também pela atuação dos bancos centrais, que têm anunciado maiores aumentos das taxas diretoras, sendo ainda imprevisível o limite de ajuste monetário necessário. O risco de recessão é proeminente em 2023 para várias economias, aliado ao facto de que a taxa de poupança das famílias diminuiu 2 p.p. desde o início da pandemia.

Espera-se uma moderação do crescimento real do PIB nos próximos anos à medida que os efeitos colaterais da agressão militar russa contra a Ucrânia continuem a exacerbar as ruturas das cadeias de abastecimento e pressões sobre os preços, com a consequente deterioração do sentimento económico. Uma cessação definitiva das exportações de gás russo para as economias europeias aumentaria significativamente a inflação através do aumento dos preços da energia. Na Europa, poderia forçar o racionamento de energia, afetando os principais setores industriais e reduzindo drasticamente o crescimento em 2023.

O agravamento da dinâmica da dívida e o aumento dos *spreads* soberanos e empresariais, especialmente em países com dívidas elevadas, constitui evidência das condições financeiras mais restritivas, que já estão a contribuir para uma divergência nas taxas e preocupações quanto ao risco de "fragmentação financeira" na Área do Euro, prejudicando potencialmente a transmissão da política monetária, apesar do anúncio da criação do instrumento de proteção, designado por *Transmission Protection Instrument* (TPI), por parte do BCE.

Um risco para as perspetivas a médio prazo é a guerra na Ucrânia contribuir para a fragmentação da economia mundial em blocos geopolíticos com padrões tecnológicos distintos, sistemas de pagamento transfronteiriços e moedas de reserva. A fragmentação pode também diminuir a eficácia da cooperação multilateral para fazer face às alterações climáticas, com o risco adicional da atual crise alimentar perpetuar-se por um período indeterminado.

Em Portugal, os riscos são semelhantes ao resto da União Europeia. O contexto de elevada incerteza, associado à invasão da Ucrânia, está a ter um impacto negativo na economia portuguesa, tanto no consumo como no investimento. As pressões inflacionistas e as medidas de agravamento das condições de financiamento acentuam os riscos descendentes para o rendimento das famílias e o funcionamento de empresas.

A evolução adversa do conflito na Europa de Leste e as sanções comerciais e financeiras entre a Rússia e o bloco Europa/EUA poderão contribuir para um bloqueio energético, agravando os riscos de recessão generalizado a nível europeu, face à incapacidade de substituição por outros fornecedores e canais de distribuição.

Nos últimos anos, e possivelmente decorrente da pandemia, o *stock* de endividamento das empresas e dos particulares em Portugal tem vindo a aumentar. Em paralelo, e não obstante o incremento substancial na sequência dos confinamentos impostos após a declaração do estado de emergência, a taxa de poupança dos particulares tem sido sistematicamente inferior à média europeia. A estes factos acresce o elevado nível de dívida pública face ao PIB, um dos mais elevados no plano europeu. Atendendo ao processo em curso de normalização da política monetária por parte do BCE, a acumulação de dívida, aliada à fraca capacidade dos agentes de reterem recursos, pode representar um risco para a estabilidade financeira. Paralelamente, crescem dificuldades oriundas do atual agravamento das pressões inflacionistas, nomeadamente devido ao conflito na Ucrânia. Em particular, a compressão do rendimento real disponível e o impacto do aumento das taxas de juro sobre as prestações dos créditos constituirão os desafios mais prementes nos próximos meses para as famílias e para os bancos, na medida em que estas últimas têm um risco acrescido de incumprimento com as suas obrigações financeiras. Esta possível fragilidade na situação financeira dos particulares representará, consequentemente, um risco acrescido para os preços no mercado imobiliário residencial, uma vez que a habitação concerne uma parte relevante do seu património global. Uma eventual queda abrupta dos preços da habitação poderá constituir uma ameaça para a estabilidade financeira.

Por sua vez, as empresas, sobretudo as que operam em setores que ainda não recuperaram totalmente da pandemia ou em mercados muito elásticos, poderão enfrentar maiores dificuldades neste novo contexto macroeconómico. Em concreto, se a subida dos níveis de inflação levar a incrementos expressivos dos custos sem o necessário crescimento das receitas, o crédito em situação de incumprimento poderá aumentar, em particular entre as empresas financeiramente mais vulneráveis.

Não obstante o crescimento da margem financeira dos bancos portugueses seja potencialmente favorecido pelo fim do cariz mais acomodatório da política monetária na Área do Euro, considerando a prevalência da contratação do crédito a taxa variável a nível nacional, a deterioração e maior incerteza em relação às perspetivas económicas no curto e médio-prazo poderá refletir-se negativamente na concessão de novos empréstimos. Por outro lado, dever-se-á assistir a um aumento dos custos de financiamento bancário, havendo o risco de que uma exacerbação das tensões bélicas e geopolíticas condicione os mercados de capitais. A dificuldade de acesso ao mercado *wholesale* poderá ainda dificultar o cumprimento, até 1 de janeiro de 2024, dos requisitos mínimos para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL).

A maior incerteza associada à duração e aos impactos da guerra na Ucrânia tenderá a restringir as receitas associadas à gestão de ativos, na medida em que os agentes económicos poderão canalizar as suas poupanças para produtos com menor grau de risco associado, mas, porventura, com menores perspetivas de obtenção de comissões para o setor bancário (v.g. depósitos a prazo). As perspetivas sobre a evolução da banca de investimento igualmente representam riscos no sentido descendente à rendibilidade bancária, dado que a atividade associada às ofertas públicas ou às fusões e aquisições poderá ser afetada pela maior incerteza económica ou pelo aumento da volatilidade nos mercados. Por outro lado, esta volatilidade acrescida poderá impactar negativamente os bancos que tenham um nível elevado de exposições *mark-to-market*. Caso persista o aumento da exposição do setor bancário à Administração Pública que se observou durante a pandemia, poderão existir efeitos de feedback adversos sobre o setor bancário e uma maior preocupação quanto à sustentabilidade da dívida pública nacional.

De um ponto de vista mais estrutural, os bancos enfrentam um aumento da concorrência por parte de novos *players* (*fintechs*, incluindo *neobanks* e *bigtechs*), que, em virtude da sua especialização tecnológica e foco em características como a agilidade e a conveniência, têm influenciado a definição dos padrões em matéria de experiência do cliente bancário. Assim sendo, os bancos terão de continuar a investir na transformação do seu modelo de negócio e na incorporação de elementos tecnológicos e inovadores como a inteligência artificial, as *distributed ledger technologies*, como a *blockchain*, a biometria, a *Internet of Things*, a computação em nuvem, a computação quântica ou a realidade aumentada, a realidade virtual e, mais recentemente, o metaverso. No entanto, a realização destes investimentos indispensáveis no domínio da digitalização e da inovação tecnológica terá que ser feita num contexto crescentemente desafiante e marcado por uma incerteza elevada. Este esforço sistemático de maior eficiência digital e um maior grau de informatização implica alguns riscos ao nível da segurança de dados, das próprias instituições e dos seus clientes, de fraude, mas sobretudo reputacional. Ademais, em face da rigidez e de um certo desajustamento de qualificações entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, a concorrência dos bancos pelo talento tem significado uma pressão ascendente sobre os custos com pessoal, sobretudo em áreas como as tecnologias de informação.

O financiamento sustentável é uma das prioridades do setor financeiro, pelo que o investimento em modelos de negócio que não sejam consentâneos com a transição para uma economia mais eficiente e sustentável na

utilização dos recursos, apresenta riscos para as instituições, nomeadamente em função da exigente agenda regulatória e do maior escrutínio dos investidores institucionais, que integram a informação sobre o desempenho *Environmental, Social and Governance* (ESG) nos seus processos de decisão.



## 1.5. Atividade e informação financeira

### 1.5.1. Atividade consolidada<sup>1</sup>

#### Resultados

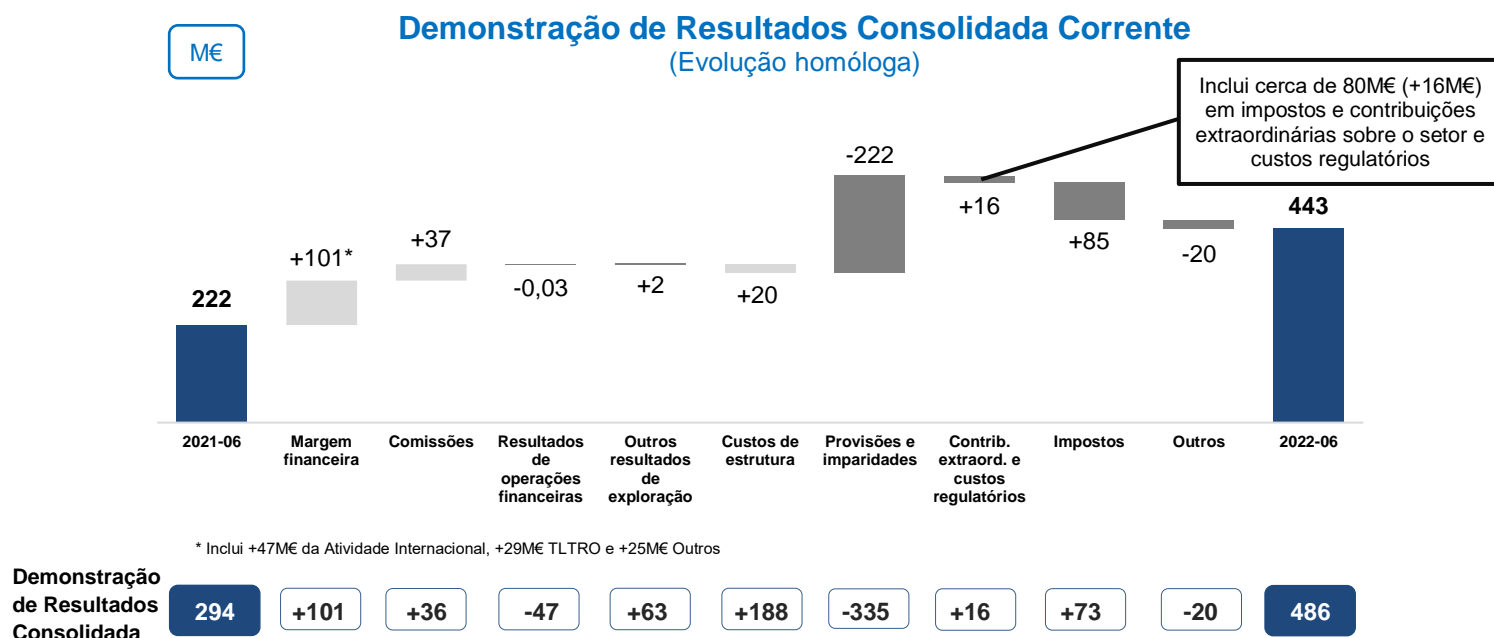
A Caixa encerrou os primeiros 6 meses de 2022 com um resultado líquido consolidado de 485,7 milhões de euros, refletindo um aumento face aos 294,2 milhões de euros em junho de 2021 (+65%). Esta evolução permitiu um aumento de 4,3 pontos percentuais na rentabilidade dos capitais próprios (ROE), de 7,2% no período homólogo para 11,5% em junho de 2022.

Excluindo os eventos não recorrentes registados em 2021, com relevo nos custos com pessoal, e em 2022 com a alienação de vários imóveis *non core*, o incremento de resultado é de 221 milhões de euros para 443 milhões de euros, o equivalente a um ROE de 10,6%.

Com impacto positivo no resultado líquido destaca-se a redução de provisões e imparidades no valor de 334,7 milhões de euros através, essencialmente, da evolução do custo de risco de crédito para -58 p.b. em junho de 2022, face a +18 p.b. em igual período do ano passado, reflexo de uma variação de -197 milhões de euros na imparidade de crédito, correspondente a uma redução parcial dos níveis de imparidades adicionais constituídos em contexto de pandemia entre 2020 e 2021. Um contributo adicional foi o da reversão de provisões no montante de 58,5 milhões de euros associadas ao plano de pré-reformas para o ano de 2022, refletida em custos com pessoal. Em 2021 verificara-se o reforço no montante de 35,4 milhões de euros no período homólogo.

A Margem Financeira aumentou 101,1 milhões de euros (+21%) face ao primeiro semestre de 2021, tendo sido impulsionada pelo contributo das entidades internacionais, com destaque para o BCI Moçambique (+27,9 milhões de euros) e para o BCG Angola (+20 milhões de euros), sendo de notar que para o conjunto das unidades internacionais, a variação cambial representa um impacto de 31,7 milhões de euros, ou seja, 31,3% da variação total deste agregado. O crescimento da Margem Financeira da Caixa em Portugal foi de +46,7 milhões de euros e inclui, entre outros efeitos, um impacto de 29 milhões de euros relativo às condições da operação de refinanciamento TLTRO-III.

Os Outros Resultados de Exploração registaram um aumento de 55,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2021, justificado pelo efeito da venda de imóveis em Portugal (+25,1 milhões de euros) e na Sucursal de França (+35,9 milhões de euros).



<sup>1</sup> As contas de junho de 2021 da atividade consolidada foram reexpressas para efeitos de comparabilidade devido à participação acionista no Banco Comercial do Atlântico (BCA) ter deixado de estar classificada em "Ativos não correntes detidos para venda", em dezembro de 2021.

As Comissões registam um aumento de 36,2 milhões de euros. Também aqui a atividade internacional contribuiu um valor assinalável, de 5,7 milhões de euros, com o incremento em Portugal a centrar-se nas comissões de colocação de fundos de investimento (+8 milhões de euros), de mediação de seguros (+4,2 milhões de euros), de operações de crédito (+2,8 milhões de euros) e de garantias prestadas (+2,2 milhões de euros).

Os Resultados de Exploração Core recorrentes registaram um aumento, face a igual período do ano passado, de 122 milhões de euros (+34%), para um valor de 478 milhões de euros.

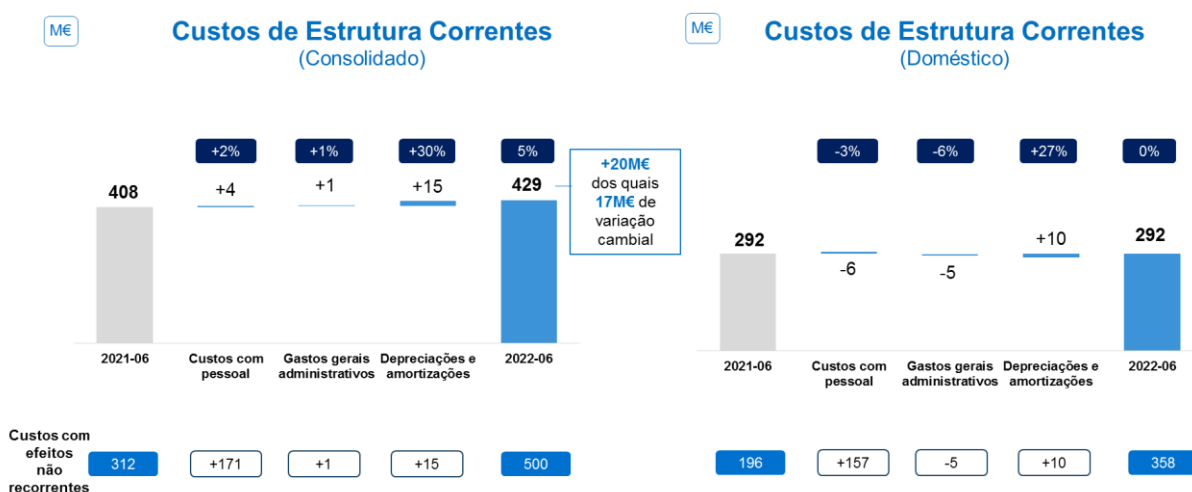
Em sentido inverso, os Resultados de Operações Financeiras apresentam uma redução de 47 milhões de euros (-38%) face ao obtido em junho de 2021, totalizando 76 milhões de euros. Deduzido dos efeitos extraordinários que se registaram em 2021, a variação é de apenas 30 mil euros.

Os Custos de Estrutura recorrentes em junho de 2022 registaram um aumento de 20,4 milhões de euros (+5%) face ao período homólogo de 2021, maioritariamente explicado pela variação cambial da atividade internacional.

(milhões de euros)

CUSTOS DE ESTRUTURA (CONSOLIDADO)	Reexpresso		Variação	
	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Custos com pessoal	156,3	327,5	171,2	109,6%
Outros gastos administrativos	105,7	107,0	1,4	1,3%
Depreciações e amortizações	50,1	65,1	15,0	30,0%
<b>Total</b>	<b>312,0</b>	<b>499,6</b>	<b>187,6</b>	<b>60,1%</b>

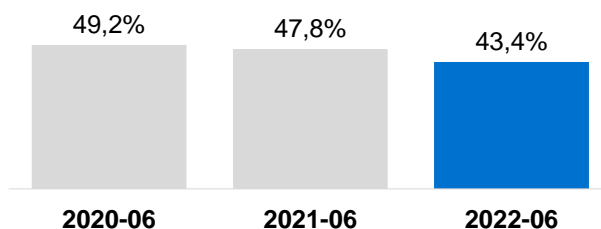
A nível consolidado, os Custos de Estrutura registaram um acréscimo de 187,6 milhões de euros (+60,1%) face ao mesmo período de 2021, uma evolução determinada pelo evento não recorrente em 2021 de redução de 145,4 milhões de euros em provisões para serviços passados associada ao protocolo para serviços médicos assinado pela Caixa em Portugal. Igualmente em Portugal verifica-se a constituição de uma provisão para o programa de pré-reformas (PPR), de 55,3 milhões de euros em 2022 (26,2 milhões de euros em 2021). Destaca-se ainda o BCI Moçambique que apresentou um aumento de 11,6 milhões de euros, (+23%) justificado em grande parte pela evolução cambial (+8,6 milhões de euros).



Em termos de indicadores de eficiência, o rácio *cost-to-income* Corrente regista uma trajetória descendente, refletindo a melhoria da eficiência operacional do Grupo Caixa, com descidas de 4,4 p.p., face ao período homólogo de 2021.

%

### Cost-to-income Corrente <sup>(1)</sup> (Consolidado)



(1) Calculado de acordo com a instrução 6/2018 do Banco de Portugal [Custos de Estrutura / (Produto Global de Atividade + Resultados em Empresas por Equivalência Patrimonial)]

Relativamente à evolução das Provisões e Imparidades, a estabilidade registada nos indicadores de qualidade de ativos permitiu a reversão de 109,6 milhões de euros de Imparidades de crédito registadas em períodos anteriores, nomeadamente em 2020 e 2021, no contexto da pandemia covid-19, com impacto relevante nos resultados consolidados.

(milhões de euros)

PROVISÕES E IMPARIDADE NO PERÍODO (CONSOLIDADO)	Reexpresso		Variação	
	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Provisões líquidas	36,1	-79,6	-115,7	-
Imparidade de crédito	46,0	-151,0	-197,0	-
Imparidade de outros ativos financeiros	4,6	8,1	3,5	77,1%
Imparidade de outros ativos	17,9	-7,7	-25,6	-
<b>Provisões e imparidade do exercício</b>	<b>104,6</b>	<b>-230,1</b>	<b>-334,7</b>	-

De referir ainda que as atividades de recuperação de crédito, incluindo o abatido ao ativo e a alienação de NPL e de imóveis, tiveram impacto positivo em várias componentes da demonstração de resultados do Grupo Caixa, resultando essencialmente em aumentos da Margem Financeira, Outros Resultados de Exploração e na recuperação de Imparidades (41,4 milhões de euros).

A carga fiscal suportada no exercício de junho de 2022 aumentou cerca de 81 milhões de euros (+47%) face ao período terminado em junho de 2021, acompanhando o aumento dos resultados do Grupo. No entanto, expurgando os eventos não recorrentes registados nos primeiros semestres de 2021 e 2022, a evolução da carga fiscal seria maior, atingindo aproximadamente 93 milhões de euros.

De notar que as rubricas de Impostos e outros resultados de exploração são impactadas pelo aumento em 25% das contribuições extraordinárias sobre o setor e custos de regulação, que no 1º semestre excederam os 80 milhões de euros.

Os custos regulamentares para o ano de 2022, incluindo as contribuições especiais, de acordo com a Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e o adicional de solidariedade sobre o setor bancário estabelecido pela Portaria n.º 191/2020, de 10 de agosto, contabilizados no primeiro semestre, totalizaram 80,5 milhões de euros, traduzindo um aumento de 15,9 milhões de euros (+25%) face ao período homólogo de 2021.

Nas restantes rubricas da demonstração de resultados do Grupo Caixa, enquanto nos Resultados em Empresas por Equivalência Patrimonial atingiram 22,8 milhões de euros, um decréscimo de 3,7 milhões de euros -13,9%) face ao período homólogo e nos Resultados de Filiais Detidas para Venda, não se registaram variações particularmente relevantes, a componente de Interesses que Não Controlam registou um crescimento assinalável de 21,7 milhões de euros, dos quais 9,3 milhões de euros estão associados a variações cambiais nas principais filiais da Caixa. Os rendimentos de instrumentos de capital registaram um crescimento significativo no semestre, comparativamente com o período homólogo de 2021, reflexo do aumento dos rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento. No seu conjunto, estas variáveis representaram uma redução de aproximadamente 20 milhões de euros.

Os resultados operacionais registaram assim um aumento de 298,2 milhões de euros (+65,1%) face ao primeiro semestre do ano anterior, tendo sido também positivamente impactados pela evolução da imparidade de crédito líquida de recuperações que registou uma diminuição de 197 milhões de euros face aos primeiros seis meses de 2021. O agregado de provisões e imparidades diminuiu 334,7 milhões de euros face ao período homólogo.



O agregado de imparidade para crédito reflete, no período em análise, um custo do risco do crédito de -58 pb, o qual compara com um custo do risco de crédito de +18 pb, no primeiro semestre de 2021.

Em resultado das evoluções descritas, a Caixa registou um lucro consolidado de 485,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2021, que compara com um resultado líquido de 294,2 milhões de euros no período homólogo do ano anterior, assinalando um crescimento de 65,1%.

(milhares de euros)				
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS (CONSOLIDADO)	Reexpresso		Variação	
	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Juros e rendimentos similares	705.529	846.328	140.800	20,0%
Juros e encargos similares	215.470	255.120	39.651	18,4%
Margem financeira	490.059	591.208	101.149	20,6%
Rendimentos de instrumentos de capital	4.111	9.536	5.425	132,0%
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>494.170</b>	<b>600.744</b>	<b>106.574</b>	<b>21,6%</b>
Rendimentos de serviços e comissões	326.629	375.603	48.974	15,0%
Encargos com serviços e comissões	56.817	69.576	12.759	22,5%
Resultados de serviços e comissões	269.812	306.027	36.215	13,4%
Resultados de operações financeiras	122.932	75.894	-47.038	-38,3%
Outros resultados de exploração	-12.112	43.207	55.318	-
<b>Margem complementar</b>	<b>380.633</b>	<b>425.128</b>	<b>44.496</b>	<b>11,7%</b>
<b>Produto global da atividade</b>	<b>874.803</b>	<b>1.025.872</b>	<b>151.070</b>	<b>17,3%</b>
Custos com pessoal	156.306	327.544	171.238	109,6%
Gastos gerais administrativos	105.657	107.007	1.350	1,3%
Depreciações e amortizações	50.065	65.068	15.004	30,0%
Custos de estrutura	312.027	499.619	187.591	60,1%
<b>Resultado bruto de exploração</b>	<b>562.775</b>	<b>526.254</b>	<b>-36.522</b>	<b>-6,5%</b>
Imparidade do crédito (líquido)	45.982	-151.000	-196.982	-
Provisões e imparidades de outros ativos (líquido)	58.581	-79.126	-137.707	-
<b>Provisões e imparidades</b>	<b>104.563</b>	<b>-230.126</b>	<b>-334.689</b>	<b>-</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>458.212</b>	<b>756.380</b>	<b>298.167</b>	<b>65,1%</b>
<b>Impostos</b>	<b>170.838</b>	<b>251.816</b>	<b>80.979</b>	<b>47,4%</b>
Correntes	39.315	47.412	8.098	20,6%
Diferidos	102.790	167.300	64.509	62,8%
Contribuição sobre o setor bancário	28.733	37.104	8.372	29,1%
<b>Result. depois imp. e antes de int. que não controlam</b>	<b>287.374</b>	<b>504.563</b>	<b>217.189</b>	<b>75,6%</b>
Interesses que não controlam	19.980	41.765	21.785	109,0%
Result. em empresas por equivalência patrimonial	26.519	22.838	-3.681	-13,9%
Resultados de filiais detidas para venda	294	63	-231	-78,7%
<b>Resultado líquido</b>	<b>294.206</b>	<b>485.698</b>	<b>191.492</b>	<b>65,1%</b>

## Balanço

O ativo líquido consolidado da Caixa atingiu 106.596 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, o que representou um aumento de 2.585 milhões de euros (2,5%) face a dezembro de 2021. Para esta evolução contribui o aumento de 1.340 milhões de euros (+5,8%, face a dezembro de 2021) de Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Crédito a clientes com um aumento de 1.377 milhões de euros (2,7%) e Aplicações em títulos com uma redução de 1.002 milhões de euros (-4,7%).

(milhões de euros)

ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO GRUPO CGD		2021-12		2022-06	
		Valor	Estrutura	Valor	Estrutura
Caixa Geral de Depósitos <sup>(1)</sup>		88.920	85,5%	90.216	84,6%
Banco Nacional Ultramarino, SA (Macau)		5.681	5,5%	6.126	5,7%
Caixa Banco de Investimento		454	0,4%	484	0,5%
Banco Comercial Investimento (Moçambique)		2.512	2,4%	2.892	2,7%
Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde)		813	0,8%	825	0,8%
BCG Angola		977	0,9%	1.439	1,3%
Outras empresas <sup>(2)</sup>		4.654	4,5%	4.614	4,3%
<b>Ativo líquido consolidado</b>		<b>104.010</b>	<b>100,0%</b>	<b>106.596</b>	<b>100,0%</b>

(1) Inclui CGD Portugal + Nostrum Mortgage

(2) Inclui as unidades registadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Caixa representa 84,6% do total do ativo líquido consolidado.

(milhões de euros)

BALANÇO CONSOLIDADO			Variação 2022-06 vs 2021-12	
ATIVO	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
Caixa e disponib. em bancos centrais	23.000	24.340	1.340	5,8%
Aplicações em instituições de crédito	3.924	4.190	267	6,8%
Crédito a clientes	50.184	51.560	1.377	2,7%
Aplicações em títulos	21.152	20.150	-1.002	-4,7%
Ativos com acordo de recompra	8	46	38	485,0%
Ativos não correntes detidos para venda	336	375	39	11,5%
Investimentos em filiais e associadas	530	473	-57	-10,7%
Ativos intangíveis e tangíveis	746	792	46	6,1%
Ativos por impostos correntes	443	445	2	0,4%
Ativos por impostos diferidos	1.132	931	-201	-17,7%
Outros ativos	2.556	3.293	737	28,8%
<b>Total do ativo</b>	<b>104.010</b>	<b>106.596</b>	<b>2.585</b>	<b>2,5%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Rec. de bancos centrais e inst. crédito	6.745	6.512	-233	-3,5%
Recursos de clientes	79.756	83.373	3.617	4,5%
Responsab. representadas por títulos	1.790	828	-961	-53,7%
Passivos financeiros	382	210	-172	-45,1%
Passiv. não correntes det. para venda	148	197	50	33,7%
Provisões	977	858	-119	-12,2%
Passivos subordinados	1.118	1.104	-14	-1,3%
Outros passivos	3.808	4.117	309	8,1%
<b>Total do passivo</b>	<b>94.723</b>	<b>97.198</b>	<b>2.475</b>	<b>2,6%</b>
<b>Capitais próprios</b>	<b>9.287</b>	<b>9.397</b>	<b>110</b>	<b>1,2%</b>
<b>Total do passivo e capitais próprios</b>	<b>104.010</b>	<b>106.596</b>	<b>2.585</b>	<b>2,5%</b>

As aplicações em títulos totalizaram, em 30 de junho de 2022, 20.150 milhões de euros, menos 1.002 milhões de euros (-4,7%) face a dezembro de 2021. Esta evolução reflete a estratégia da gestão de liquidez seguida pela Caixa, com a venda de títulos de dívida pública e de outros emissores públicos, a ser contraposta pelo aumento dos investimentos ao custo amortizado em instrumentos de dívida portuguesa e de emissores estrangeiros.

APLICAÇÃO EM TÍTULOS (CONSOLIDADO)	Variação 2022-06 vs 2021-12			
	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
Ativ. financeiros justo valor atr. de resultados	2.125	2.703	578	27,2%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6.032	3.563	-2.468	-40,9%
Outros investimentos ao custo amortizado	12.994	13.883	889	6,8%
<b>Total</b>	<b>21.152</b>	<b>20.150</b>	<b>-1.002</b>	<b>-4,7%</b>

A carteira de crédito a clientes totalizou 53.725 milhões de euros em termos brutos, o que correspondeu a um aumento de 2,3%, no decurso deste semestre. Em junho de 2022, no mercado nacional, a Caixa atingiu uma quota de mercado de crédito de 18%, fixando a de empresas em 14,2% e a de particulares para habitação em 24,1%.

(milhões de euros)

CRÉDITO A CLIENTES (CONSOLIDADO) <sup>(1)</sup>	Variação 2022-06 vs 2021-12			
	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
Empresas	19.153	19.487	333	1,7%
Governo	3.578	3.871	293	8,2%
Particulares	29.767	30.366	600	2,0%
Habitação	27.265	27.739	474	1,7%
Outros Fins	2.502	2.627	126	5,0%
<b>Total</b>	<b>52.498</b>	<b>53.725</b>	<b>1.226</b>	<b>2,3%</b>

(1) Antes de imparidade

A carteira de crédito a empresas cresceu 1,7% reflexo do compromisso da Caixa no apoio à economia nacional. Os setores que mais contribuíram para esta variação foram os setores de transporte e armazenagem, com uma variação de +12,4%, comércio por grosso e retalho (+6,5%) e agricultura, silvicultura e pescas (+10%).

(milhões de euros)

CRÉDITO A EMPRESAS - POR SETOR DE ATIVIDADE (CONSOLIDADO) <sup>(1)</sup>	Variação 2022-06 vs 2021-12			
	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
Agricultura, silvicultura e pesca	369	406	37	10,0%
Indústrias extrat. e transformadoras	2.972	2.846	-126	-4,2%
Construção e ativ. imobiliária (CRE)	4.577	4.702	124	2,7%
Eletricidade, gás e água	1.031	964	-67	-6,5%
Comércio por grosso e a retalho	2.528	2.692	164	6,5%
Transportes e armazenagem	1.172	1.318	145	12,4%
Alojamento e restauração	964	946	-18	-1,8%
Consultoria, científicas, técnicas e similares	2.684	2.810	126	4,7%
Atividades financeiras e outras	2.855	2.802	-52	-1,8%
<b>Total</b>	<b>19.153</b>	<b>19.487</b>	<b>333</b>	<b>1,7%</b>

(1) Antes de imparidade

No negócio de particulares em Portugal, a produção de crédito à habitação cresceu 10,1% no semestre face ao período homólogo, atingindo 1.731 milhões de euros. Já o crédito ao consumo beneficiou de iniciativas de redução do prazo da aprovação e desembolso de fundos, com um aumento da produção de 47,1% face ao primeiro semestre de 2021.

Ao nível da qualidade de ativos manteve-se a tendência de melhoria, com o montante de NPL (*Non Performing Loans*, segundo definição EBA) a reduzir-se face a dezembro de 2021 em 132 milhões de euros (-6,2%), em resultado da evolução positiva nas componentes de curas e recuperações. O rácio de NPL atingiu 2,6%, valor que compara com 2,8% observados em dezembro de 2021. Se considerado o volume global de imparidades para crédito, atingimos um rácio de cobertura de 108,1% (cobertura total de 134,5% se incluídos colaterais afetos), colocando o rácio de NPL líquido de imparidades em 0%.



QUALIDADE DE CRÉDITO (CONSOLIDADO)	2021-12	2022-06
Rácio NPE <sup>(1)</sup>	2,3%	2,1%
Rácio NPL <sup>(2)</sup>	2,8%	2,6%
Rácio de exposições de crédito diferidas <sup>(3)</sup>	2,2%	2,2%
Cobertura de NPE por imparidades	98,6%	99,2%
Cobertura de NPL por imparidades	107,8%	108,1%
Cobertura de exposições de crédito diferidas <sup>(4)</sup>	96,2%	82,1%
Custo do risco de crédito	0,08%	-0,58%

(1) NPE - Non performing exposure (definição EBA); (2) NPL - Non performing loans (definição EBA); (3) Total de exposições de crédito diferidas sob probação / Total crédito a clientes (bruto); (4) Imparidades acumuladas de exposições de crédito diferidas sob probação / Total de exposições diferidas sob probação.

No primeiro semestre de 2022, o total do passivo aumentou 2.475 milhões de euros, +2,6%, salientando-se nesta evolução o comportamento da rubrica: recursos de clientes, que tiveram uma evolução positiva de 3.617 milhões de euros (determinada pelo comportamento dos depósitos de clientes).

Os depósitos de clientes aumentaram 3.564 milhões de euros (+4,5%), quando comparados com o final de 2021, evolução essencialmente justificada pelo aumento da poupança doméstica.

A relação de crédito face a depósitos (rácio de transformação) atingiu 61,9% em junho de 2022 (63% em dezembro de 2021), reflexo do aumento dos depósitos.

No mercado nacional, a Caixa manteve a sua posição de liderança tanto nos depósitos totais de clientes, com uma quota em junho de 2022 de 24,2%, como nos depósitos de particulares, com uma quota de 31,5%.

O total de recursos captados ascendeu a 111.661 milhões de euros, registando um aumento de 580 milhões de euros (+0,5%) face a dezembro de 2021.

		(milhões de euros)		
CAPTAÇÃO DE RECURSOS		Variação		
		2022-06 vs 2021-12		
	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
<b>No balanço</b>	<b>89.408</b>	<b>91.817</b>	<b>2.408</b>	<b>2,7%</b>
Rec. de inst. de cré. e bancos centrais	6.745	6.512	-233	-3,5%
Depósitos de clientes	79.666	83.230	3.564	4,5%
Atividade doméstica	68.728	71.332	2.604	3,8%
Atividade internacional	10.939	11.898	959	8,8%
Obrigações hipotecárias	1.259	0	-1.259	-100,0%
EMTN e outros títulos	1.648	1.932	284	17,2%
Outros	89	143	53	59,6%
<b>Fora do balanço</b>	<b>21.672</b>	<b>19.844</b>	<b>-1.828</b>	<b>-8,4%</b>
Fundos de invest. mobiliários	6.952	6.172	-780	-11,2%
Fundos de invest. imobiliários	892	891	-1	-0,1%
Fundos pensões	4.555	4.220	-334	-7,3%
Seguros Financeiros	7.639	7.452	-187	-2,5%
OTRV	1.635	1.109	-525	-32,1%
<b>Total</b>	<b>111.081</b>	<b>111.661</b>	<b>580</b>	<b>0,5%</b>
<b>Recursos Totais na Ativ. Doméstica <sup>(1)</sup></b>	<b>86.048</b>	<b>87.082</b>	<b>1.034</b>	<b>1,2%</b>

(1) Inclui depósitos de clientes, fundos de investimento, seguros financeiros, OTRV e outras obrigações, detidos por clientes.

O total de recursos captados na atividade doméstica ascendeu a 87.082 milhões de euros no final de junho 2022, o que representou um aumento de 1,2% face a dezembro do ano anterior. Os produtos fora de balanço apresentam quedas justificadas por vencimentos de seguros financeiros e o vencimento sem renovação de uma OTRV.

(milhões de euros)

RECURSOS DE CLIENTES (BALANÇO CONSOLIDADO)	Variação 2022-06 vs 2021-12			
	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
<b>Depósitos de clientes</b>	<b>79.666</b>	<b>83.230</b>	<b>3.564</b>	<b>4,5%</b>
À ordem	42.963	45.206	2.243	5,2%
A prazo e poupança	35.845	37.104	1.259	3,5%
Obrigatórios	857	919	62	7,2%
<b>Outros recursos</b>	<b>89</b>	<b>143</b>	<b>53</b>	<b>59,6%</b>
<b>Total</b>	<b>79.756</b>	<b>83.373</b>	<b>3.617</b>	<b>4,5%</b>

Por modalidades, os depósitos a prazo e de poupança, que ascenderam a 37.104 milhões de euros no final de junho, representavam cerca de 44,6% do total dos depósitos de clientes.

(milhões de euros)

TÍTULOS (CONSOLIDADO)	Variação 2022-06 vs 2021-12			
	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
Dívida sénior	530	826	296	55,7%
Obrigações hipotecárias	1.259	0	-1.259	-100,0%
Dívida subordinada	1.118	1.104	-14	-1,3%
Outros	0	2	2	-
<b>Total</b>	<b>2.908</b>	<b>1.932</b>	<b>-976</b>	<b>-33,6%</b>

Relativamente aos títulos de dívida emitidos, regista-se a redução das responsabilidades representadas por títulos em -961,4 milhões de euros justificada pelo reembolso das obrigações Hipotecárias (-1.259 milhões de euros). De referir que em junho de 2022, foi emitida uma nova emissão de dívida Sénior ("Green Bonds") no montante de 300 milhões de euros.

## Liquidez

Considerando a ampla disponibilidade de liquidez, a Caixa procedeu, durante o primeiro semestre de 2022, ao reembolso de duas obrigações hipotecárias no montante total de 1.250 milhões de euros sem recurso ao seu refinanciamento em mercado.

Paralelamente, a Caixa exerceu a opção de reembolso antecipado da emissão perpétua de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*), no valor de 500 milhões de euros e uma taxa de juro de 10,75%, com efeitos a 30 de março de 2022, a primeira data prevista contratualmente para o exercício da *call*, obtendo assim importantes poupanças.

A autorização prévia concedida pelo Banco Central Europeu para a concretização deste reembolso resulta da avaliação positiva à solidez financeira da Caixa, reflexo da conclusão com sucesso do difícil e exigente plano de reestruturação.

A Caixa prosseguiu o seu plano de emissões, visando assegurar em pleno os requisitos regulamentares MREL, tendo para tal realizado, a 7 de junho de 2022, uma emissão de dívida sénior preferencial (*senior preferred*), no montante de 300 milhões de euros, com prazo de quatro anos e possibilidade de reembolso antecipado ao fim de três anos, colocada nos mercados internacionais e emitida com um cupão de 2,875%.

Esta emissão tem a particularidade de ser a primeira emissão "Verde" realizada pela Caixa, direcionando os fundos captados para o financiamento de operações de crédito nos domínios ambientais, tratando-se da segunda emissão com características ESG.

No âmbito das medidas de política monetária do Eurosistema, o Grupo Caixa mantém, junto do BCE, financiamentos no valor total de 5,8 mil milhões de euros, obtidos através da terceira série de operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (TLTRO-III).

O valor total de ativos disponíveis para colateral do Eurosistema é de aproximadamente 10,8 mil milhões de euros, ao qual acresce o volume significativo do saldo de disponibilidades junto do Banco de Portugal.

No final de junho de 2022 o rácio *Liquidity Coverage Ratio* (LCR) situou-se em 356%, valor muito superior ao requisito regulatório de cobertura de liquidez vigente (100%).

Confirmando também a confortável situação de liquidez do Grupo Caixa, o rácio *Net Stable Funding Ratio* (NSFR) atingiu 175% no final de junho 2022 (165% no final de 2021).

## Gestão de capital

Os capitais próprios consolidados totalizaram 9.397 milhões de euros em 30 de junho de 2022, o que representa um aumento de 110 milhões de euros face a dezembro de 2021. A redução de 500 milhões de euros em “Outros instrumentos de capital”, referente aos valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*) que foram reembolsados em março de 2022 foi compensada pelo aumento de 746 milhões de euros de “Outras reservas e resultados transitados”, já tendo em conta o pagamento dos dividendos ao acionista. Esta variação positiva, é justificada, entre outros, pela incorporação dos resultados positivos de 2021 e pelos impactos positivos de variações cambiais.

(milhões de euros)

CAPITAIS PRÓPRIOS (CONSOLIDADO)	2021-12	2022-06
Capital social	3.844	3.844
Outros instrumentos de capital	500	0
Reservas de reavaliação	255	168
Outras reservas e resultados transitados	3.867	4.613
Interesses que não controlam	238	287
Resultado de exercício	583	486
<b>Total</b>	<b>9.287</b>	<b>9.397</b>

Os rácios *Common Equity Tier 1* (CET 1) e Total, calculados de acordo com as regras da CRD IV /CRR, alcançaram os valores 17,8% e 19,3%, respetivamente, em junho de 2022.

Caso fosse considerado o resultado líquido positivo do perímetro prudencial do período (488 milhões de euros), descontado da distribuição de dividendo máximo (*Maximum Distributable Amount* - MDA) permitido pela política de dividendos da Caixa (cerca de 198 milhões de euros), os rácios CET1 e Total seriam de 18,5% e 19,9%, respetivamente.

Abaixo ilustram-se os valores dos fundos próprios e rácios de capital entre junho de 2021 e junho de 2022 conforme reportado ao Supervisor, apresentando-se também a informação referente ao primeiro semestre de 2022 considerado o resultado líquido de MDA.

(milhões de euros)

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CONSOLIDADO)	Regras CRR/CRD IV (1)			
	2021-06	2021-12 (2)	2022-06	2022-06 (3)
<b>Fundos próprios</b>				
<i>Common equity tier 1</i> (CET 1)	7.756	7.775	7.770	8.060
Tier 1	8.261	7.781	7.777	8.067
Tier 2	634	629	628	628
<b>Total</b>	<b>8.896</b>	<b>8.409</b>	<b>8.405</b>	<b>8.695</b>
<b>Ativos ponderados</b>	<b>42.959</b>	<b>42.636</b>	<b>43.628</b>	<b>43.628</b>
<b>Rácios de solvabilidade</b>				
CET 1	18,1%	18,2%	17,8%	18,5%
Tier 1	19,2%	18,2%	17,8%	18,5%
<b>Total</b>	<b>20,7%</b>	<b>19,7%</b>	<b>19,3%</b>	<b>19,9%</b>

(1) Os valores apresentados são aplicáveis em *Phasing-in* e *Full Implementation*;

(2) Inclui o resultado líquido positivo previamente aprovado pelo Supervisor e nos termos do nº 2 do artigo 26º do Regulamento (UE) nº 575/2013;

(3) Versão com inclusão do Resultado positivo de cerca de 290 M€ (valor líquido de MDA), disponibilizada para efeitos de comparação com os valores do último final de ano. Caso fosse considerado a inclusão da totalidade do Resultado líquido positivo (480 M€) o rácio CET1 seria de 18,9%; Tier 1 de 18,9% e Total de 20,4%.

Entre dezembro de 2021 e junho de 2022, ambos considerando o resultado líquido positivo líquido de MDA nos fundos próprios, o rácio CET 1 teve uma evolução de cerca de +24 p.b. em resultado da melhoria verificada nos fundos próprios (+65 p.b), parcialmente absorvida pelo aumento dos ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets* – RWA) (-41 p.b).

A melhoria verificada nos fundos próprios é explicada essencialmente pelas seguintes componentes:

- Outras reservas e resultados transitados melhoraram em cerca de +404 milhões de euros (com um impacto de +93 p.b. no rácio CET 1), cuja magnitude resulta essencialmente dos desvios atuariais

positivos relacionados com os benefícios pós-emprego no valor de cerca de 488 milhões de euros, que mais do que compensaram a distribuição adicional de dividendos de 137 milhões de euros;

- Resultado positivo do perímetro prudencial do semestre líquido de MDA, que atingiu um valor de cerca de 290 milhões de euros (+66 p.b. no rácio CET 1);
- Interesses minoritários prudenciais apresentaram uma melhoria na ordem de +10 milhões de euros (+2 p.b. no rácio CET 1);
- A componente que mais contribuiu negativamente nos fundos próprios está relacionada com a dedução do excesso de financiamento das responsabilidades do Fundo de Pensões de benefício definido (Artigo 41.º do Regulamento UE nº 575/2013) no montante de cerca de 316 milhões de euros, contribuindo para uma redução de -72 p.b. no rácio CET1;
- Redução verificada nas reservas de reavaliação na ordem -87 milhões de euros (-20 p.b. no rácio CET1);
- Aumento dos ativos intangíveis em cerca de 14 milhões de euros, que gerou uma dedução nos Fundos Próprios na mesma ordem de grandeza contribuindo para uma redução de -3 p.b. no rácio CET1.

No primeiro semestre, verificou-se um aumento dos RWA em cerca de 992 milhões de euros, justificado pelos seguintes fatores:

- a) Acréscimo, em 474 milhões de euros (-20 pb no CET1), dos RWA afetos à dívida soberana, em particular dívida soberana de Moçambique e Angola. O acréscimo da exposição soberana decorre da evolução da atividade do grupo Caixa nessas geografias mas também da apreciação cambial das moedas locais: o metical (MZN) valorizou 8,3% e o kwanza (AOA) cerca de 32% no primeiro semestre de 2022. O impacto nos RWA foi mitigado pela melhoria do *rating* de Angola que levou à redução, de 150% para 100%, do ponderador de risco aplicável à dívida soberana;
- b) Aumento dos RWA para risco de mercado em 301 milhões de euros (-13 pb no CET1), dos quais 273 milhões de euros referentes ao risco cambial. Nesta dimensão de risco importa referir o aumento da posição cambial em dólares de Hong-Kong (HKD) decorrente da atividade do grupo Caixa em Macau e o aumento das posições abertas em kwanzas (AOA), reflexo da apreciação cambial. As posições estruturais em escudos de cabo-verdianos (CVE), que deixaram de ser elegíveis para a aplicação da isenção prevista no artigo 352(2) da CRR, também contribuíram para o agravamento dos RWA para risco cambial;
- c) Crescimento da carteira de crédito, em particular do crédito à habitação e retalho, com um impacto de 529 milhões de euros nos RWA (-22 p.b. no rácio CET1). Este acréscimo foi particularmente relevante ao nível da atividade doméstica e do BNU Macau;
- d) Diminuição dos RWA para ativos por impostos diferidos em cerca de 171 milhões de euros (+7 pb no rácio CET1) e decréscimo de 121 milhões de euros (+5 p.b. no rácio CET1) dos RWA afetos a participações de capital.

#### Requisitos de Capital para 2022 no âmbito do SREP aplicável à Atividade Consolidada

No âmbito das atribuições conferidas pelo Regulamento (EU) nº 1024/2013, de 15 de Outubro, o Banco Central Europeu, efetua exercícios de revisão e avaliação das instituições, incluindo testes de esforço e, com base nesse processo de revisão (*Supervisory Review and Evaluation Process* - SREP), pode impor às instituições de crédito requisitos específicos de fundos próprios adicionais, bem como requisitos específicos de divulgação de informações.

Em fevereiro de 2022, o BCE comunicou à Caixa os requisitos mínimos prudenciais a vigorar no presente ano, dos quais se destaca o requisito de Pilar 2 definido para a Caixa de 2%, o que representa uma redução de 0,25% face a 2021 refletindo, dessa forma, uma melhoria da perceção que o Supervisor tem sobre o risco global da instituição.

Tendo por base os resultados do SREP, bem como a comunicação do Banco de Portugal acerca da reserva adicional de Fundos Próprios que lhe é exigida na qualidade de “Outra Instituição de Importância Sistémica” (O-SII), a Caixa Geral de Depósitos, S.A. deverá assegurar em base consolidada, em 2022, um rácio total (TSCR) de 10,00% (dos quais 8% de Pilar 1 e 2,00% de Pilar 2 – P2R), devendo o valor do P2R fixado para a Caixa ser coberto em 56,25% por instrumentos CET 1, 18,75% por instrumentos AT 1 e 25% por instrumentos *Tier 2*, com aplicação a partir de Março de 2022, inclusive.

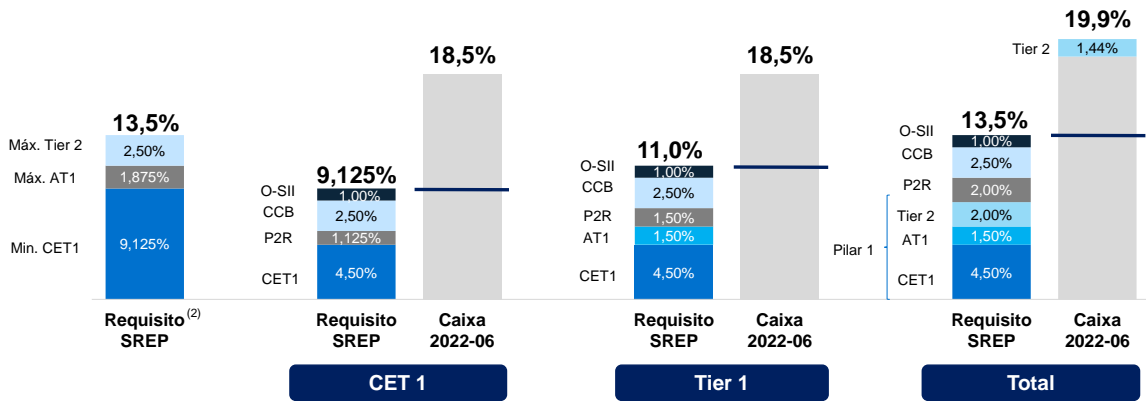
Assim, o requisito mínimo de CET1 (*phased-in*) exigido à Caixa em base consolidada passou a ser de 9,125%, o qual inclui: i) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 1 de 4,50%; ii) o rácio de capital CET1 mínimo exigido sob o Pilar 2 (P2R) de 1,125%; iii) o *buffer* de conservação de capital (CCB) de 2,50%; iv) reserva para “Outras Instituições de Importância Sistémica” de 1,0% e v) reserva Contra cíclica de Fundos Próprios de 0% do montante total das posições em risco (conforme definido pelo Banco de Portugal, para o primeiro e segundo



trimestre de 2022), conforme se ilustra no quadro abaixo:

SREP - REQUISITOS DE CAPITAL (CONSOLIDADO)		2022
<b>Rácio CET1 (<i>Common Equity Tier 1</i>)</b>		<b>9,125%</b>
Pilar 1		4,50%
Pilar 2 (P2R - <i>Pillar 2 Requirement</i> )		1,125%
Buffer de Conservação de Capital (CCB)		2,50%
Buffer O-SII (other systemic important institution)		1,00%
<b>Rácio Tier 1</b>		<b>11,00%</b>
<b>Rácio Total</b>		<b>13,50%</b>

RÁCIOS DE CAPITAL CAIXA 30 DE JUNHO 2022 E REQUISITOS SREP 2022  
(INCLUINDO RESULTADO LÍQUIDO) <sup>(1)</sup>



(1) Exclui do resultado líquido o montante máximo distribuível de acordo com a política de dividendos  
(2) Composição P2R: 56,25% CET1, 18,75% AT1 e 25% Tier 2; O-SII buffer: 1% em 2022 e 2023

O-SII: Reserva para "Outras Instituições de Importância Sistêmica"  
CCB: Reserva de Conservação de Fundos Próprios  
P2R: Pilar II

MREL

No decurso do primeiro trimestre de 2022, a Caixa foi informada da decisão do Conselho Único de Resolução da revisão dos seus requisitos de MREL (*Minimum Requirement for Own Funds and Eligible Liabilities*) ao abrigo da Diretiva Europeia sobre Resolução Bancária (BRRD2). A partir do dia 1 de janeiro de 2024, a Caixa tem que deter um montante de fundos próprios e de passivos elegíveis equivalentes a 25,95% do total de ativos ponderados pelo risco (incluindo um requisito combinado de reserva de fundos próprios de 3,5%) e 5,94% da exposição total do rácio de alavancagem.

Os requisitos aplicam-se em base subconsolidada para o perímetro de resolução determinado traduzido no perímetro europeu. Até esta decisão, o perímetro de resolução incluía, adicionalmente, o Banco Nacional Ultramarino em Macau.

A revisão do requisito aplicável a 1 de janeiro de 2024 é consistente com as expetativas da Caixa e com o seu plano de financiamento que prevê o reforço de fundos próprios e de passivos elegíveis para assegurar o devido cumprimento.

No âmbito do plano de financiamento definido para o cumprimento dos requisitos de MREL, a Caixa realizou em junho de 2022 a já referida emissão "Verde" de dívida sénior preferencial (*senior preferred*), no montante de 300 milhões de euros, sendo a terceira emissão colocada nos mercados de dívida internacionais para este fim, após a emissão de dívida sénior não preferencial realizada em novembro de 2019 e a de dívida sénior preferencial em setembro de 2021.

A decisão sobre o requisito de MREL é baseada na legislação atual e está sujeita a revisão pelo supervisor ao longo do tempo.

Rating

Em março, a Fitch Ratings, aumentou os *ratings* IDR e da dívida sénior preferencial de longo prazo da Caixa de BB+ para BBB-, e reviu o *outlook* de Positivo para Estável.

A subida do *rating* reflete a melhoria da qualidade de ativos mesmo durante o período pandémico, a resiliência da rentabilidade - assente na liderança de mercado e fortes níveis de eficiência - e os melhores rácios de capital. Os *ratings* IDR e da dívida sénior preferencial de curto prazo foram elevados de B para F3.

Com esta alteração a Caixa passou a ser classificada em nível de *investment grade* pelas três agências internacionais que lhe atribuem *rating*.

Durante o mês de maio, a DBRS afirmou o *rating* da Caixa em BBB, tendo revisto o *Trend* de Negativo para Positivo. Esta melhoria é reflexo da posição de liderança da Caixa em Portugal, do seu sólido financiamento e capital, bem como da resiliência demonstrada durante a pandemia.

As notações atribuídas à Caixa encontram-se resumidas no quadro seguinte:

RATING			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Data da última avaliação
FitchRatings	F3	BBB-	2022-03
Moody's	Prime-2	Baa2	2021-09
DBRS	R-2 (high)	BBB	2022-05

### 1.5.1.1. Atividade doméstica

O contributo da atividade doméstica para o resultado líquido do Grupo Caixa foi de 377,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2022, o que compara com 232,7 milhões de euros (+62%) no mesmo semestre do ano anterior.

Para este crescimento do contributo para o resultado líquido contribuíram decisivamente a redução do custo do risco e a prestação positiva, mas ainda contida, nas rubricas de margem financeira e comissões, bem como as melhorias sustentadas nos níveis de eficiência.

Na atividade doméstica os Custos de estrutura aumentaram para 358,5 milhões de euros (+82,8%) sendo a maior contribuição a rubrica de Custos com o pessoal no valor de 239,7 milhões de euros, derivado essencialmente ao ajustamento extraordinário de provisões associadas a benefícios pós-emprego em 2021 e dos custos com o programa de pré-reformas. Se excluídos os efeitos recorrentes, os custos de estrutura passam a ter um efeito positivo de 1 milhão de euros.

(milhões de euros)			
ATIVIDADE DOMÉSTICA	2021-06	2022-06	Variação
CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMONST. DE RESULT. CONSOLIDADA <sup>(1)</sup>			(%)
Margem financeira alargada	303,4	362,1	19,4%
Resultados de serviços e comissões	227,2	256,7	13,0%
Resultados de operações financeiras	104,5	50,3	-51,9%
Outros resultados exploração	-1,4	12,4	-
<b>Produto global da atividade</b>	<b>633,7</b>	<b>681,4</b>	<b>7,5%</b>
Custos com pessoal	82,5	239,7	190,5%
Gastos gerais administrativos	76,6	71,9	-6,2%
Depreciações e amortizações	37,0	46,8	26,6%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>196,1</b>	<b>358,5</b>	<b>82,8%</b>
<b>Resultado bruto de exploração</b>	<b>437,5</b>	<b>323,0</b>	<b>-26,2%</b>
Imparidade de crédito líq.	37,3	-157,1	-
Provisões e impar.de out.ativos líq.	45,5	-86,7	-
<b>Resultados operacionais</b>	<b>354,8</b>	<b>566,8</b>	<b>59,7%</b>
Impostos	146,9	211,8	44,2%
<b>Resultados depois impostos e antes de inter. que não controlam</b>	<b>207,9</b>	<b>355,0</b>	<b>70,7%</b>
Interesses que não controlam	1,1	0,0	-99,5%
Resultados em empresas por equivalência patrimonial	26,0	22,0	-15,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>232,7</b>	<b>377,0</b>	<b>62,0%</b>

(1) Relações intragrupo puras sem impacto no resultado líquido consolidado não eliminadas

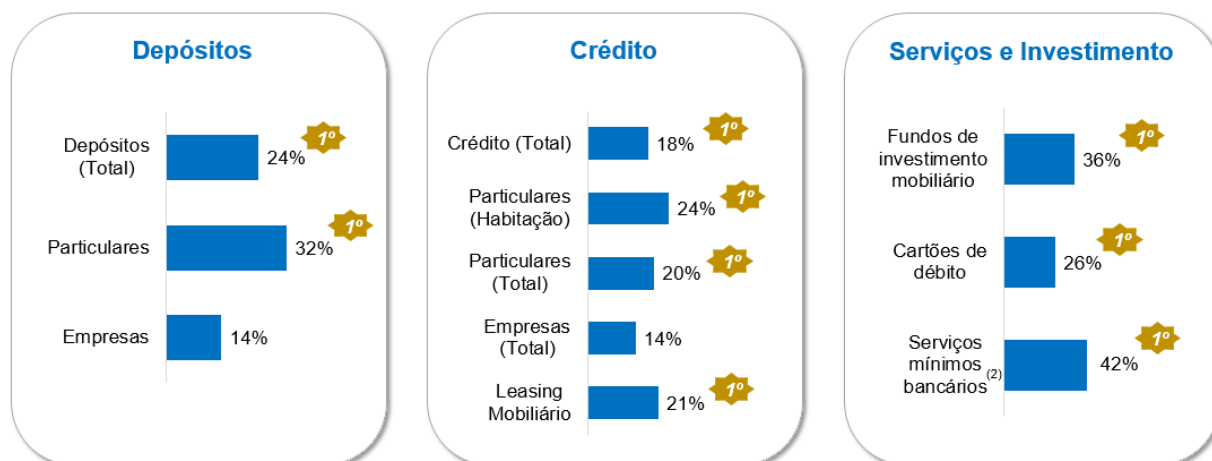
Nos primeiros seis meses de 2022, as Provisões e Imparidades registaram uma diminuição 326,5 milhões de euros, devido à redução de 194,3 milhões de euros de imparidades de crédito líquidas, traduzindo-se num custo

do risco de crédito de -58 p.b., face aos +18 p.b. em igual período do ano passado, e redução de 132,2 milhões de euros nas Provisões e imparidade de outros ativos (líquido), refletindo a evolução favorável face às expetativas iniciais em contexto de pandemia e reduzindo parcialmente os níveis de reforço de imparidades realizadas em 2020 e 2021.

## Caixa Portugal

A Caixa mantém a liderança nos principais segmentos de clientes e de produtos, com destaque para os fundos de investimento mobiliário, depósitos, crédito às famílias, negócio digital e no *leasing* mobiliário.

### QUOTAS DE MERCADO<sup>1</sup>



Fonte: Caixa e Banco de Portugal. (1) Junho 2022; (2) dezembro 2021.

## Empresas

No primeiro semestre de 2022 a Caixa continuou empenhada em apoiar o tecido empresarial português, mantendo-se ao lado dos clientes neste período de retoma, apresentando soluções para enfrentar o novo contexto económico internacional, nomeadamente através do reforço do financiamento às PME (Pequenas e Médias Empresas), que crescem 5% face a junho 2021 e assegurando assim a continuidade e o desenvolvimento dos negócios dos seus clientes.

Com a missão de apoiar as empresas portuguesas nos seus projetos de investimento e de ser um banco de referência no apoio à economia, no primeiro semestre de 2022, foram lançados vários produtos e serviços dirigidos a empresas:

- Caixa PRR/PT2030 uma plataforma com informação sobre fundos europeus; avisos abertos do Plano de Recuperação e Resiliência; informação sobre os sistemas de incentivos financeiros e processo de candidaturas, que junta dois novos produtos: adiantamentos de incentivos aprovados (até 100% do incentivo não reembolsável) e MLP Caixa Flex com planos de reembolso não linear, exclusivo para as empresas com candidaturas PRR/PT2030 e clientes Caixa TOP;
- Soluções dirigidas ao apoio à tesouraria e ao financiamento do investimento das empresas:
  - Linha de Apoio à Produção - para fazer face às necessidades adicionais de Tesouraria resultantes da subida de custos das matérias-primas e energia e à disrupção nas cadeias de abastecimento, tendo os 64 milhões de euros de *plafond* atribuído à Caixa esgotado em poucos dias;
  - Linhas de crédito com garantia prestada pelo Banco Português do Fomento: Linha Apoio ao Turismo 2021 (garantia de 80%) e Linha Apoio Crédito Tesouraria Suinicultura e Leite (garantia 75%);
  - Linha Caixa BEI 2021, para responder às necessidades de investimento para empresas *Mid Caps*, *Large Corporates*, e entidades do setor público que atingiram uma contratação de 60 milhões de euros;
  - Linhas FEI - Foram reforçados os *plafonds* disponíveis nas Linhas Caixa Invest Transforma, Green Land, Start II e Tesouraria, beneficiando mais clientes.
- Oferta ESG com produtos e soluções inovadoras para PME:
  - Solução Solar CAIXA/EDP - financiamento para aquisição/serviço de painéis solares para o mercado empresarial. Estima-se que os 11.383 painéis solares financiados equivalem à plantação de 2.658 árvores e a uma redução de emissão de 963 toneladas CO2/ano;

- *Leasing e Renting*: com preços mais vantajosos para aquisição de “Viaturas verdes”;
- Linha de Apoio à Descarbonização e Economia Circular.
- Soluções Digitais facilitadoras do dia-a-dia das empresas:
  - Flexcash, solução totalmente digital que permite a gestão integrada da tesouraria das empresas (*Factoring & Confirming*). Em junho 2022, a Caixa com este serviço inovador, contava já com mais de 1.860 empresas ativas (nacionais e internacionais), atingindo o montante de 437 milhões de euros de utilização (+21% em comparação com o período homólogo);
  - Adesão a novas plataformas de tratamento digital de documentos de comércio externo e soluções seguras de pagamentos à distância;
  - Novas Funcionalidades do Caixadirecta Empresas com operações de *Factoring & Confirming* e de *Trade Finance* no canal digital, nomeadamente, a abertura de financiamentos às exportações e importações (Finex); Acesso às contas e realização de operações bancárias frequentes de forma autónoma e simples, sem necessidade de deslocação aos gabinetes de empresas ou às agências.

No primeiro semestre de 2022 registou-se um crescimento homólogo significativo na colocação de produtos *core* para empresas: Financiamento de médio-longo prazo (+46%); Seguros não-financeiros (+35%); Garantias bancárias (+48%) e *Factoring e confirming* (+24%), salientando-se a liderança no *Leasing* Mobiliário desde junho 2021, demonstrando o apoio ao investimento produtivo das empresas.

Neste período ocorreu o reforço da capacidade do modelo de serviço Caixa Negócios. Cerca de mais 26 mil clientes passaram a usufruir do acompanhamento especializado de um Gestor Caixa Negócios. Foram também colocadas mais de 8 mil Contas Caixa Business, uma solução multiproduto que engloba a conta à ordem, o serviço Caixadirecta Empresas, transferências SEPA *online*, cartões de débito e crédito, cheques e que permite ainda o acesso a preços mais vantajosos em TPA da Caixa, mediante um valor fixo mensal. A oferta das contas Caixa para empresas foi robustecida com o lançamento da nova Conta Caixa Corporate.

Ao abrigo do programa PME Líder 2021 foram distinguidas 11.221 empresas, das quais 3.774 com o apoio da Caixa, o que representa um crescimento de 19% face a 2020. Está ainda a decorrer o apuramento das PME Excelência 2021.

O serviço de *acquiring* da Caixa manteve a trajetória de crescimento, seguindo as iniciativas de apoio à digitalização da economia e dos negócios, oferecendo soluções de pagamento completas e adaptadas às necessidades de cada atividade económica. Com mais de 3 mil milhões de euros em montante de operações e quase 81 milhões de transações nos primeiros 5 meses de 2022, estes valores representam um crescimento de 44,2% e 48,7% respetivamente, face ao período homólogo de 2021.

A Caixa dispõe de uma oferta transversal a todos os setores de negócio, de simples adesão e rápida implementação, com soluções que permitem a aceitação pagamentos de forma segura, quer nas formas tradicionais, quer através de soluções emergentes, tanto ao nível da venda presencial, quer à distância do Cliente final.

Perseguindo o objetivo de digitalização da economia, a Caixa tem estado na vanguarda da disponibilização de equipamentos com capacidades de desmaterialização dos pagamentos - como é o caso do *Contactless*, NFC, MB Way que têm vindo a ser das soluções com maior preponderância e crescimento - *apps* de pagamento, pagamentos com cartão em *vending machines* e terminais de última geração com sistema operativo Android.

### Particulares

Nos produtos de crédito, no primeiro semestre de 2022, verificou-se a continuação do crescimento da produção de Crédito à Habitação (CH), com o enfoque na qualidade de serviço e satisfação dos clientes. Foi lançada a Campanha Casa+Eficiente para aquisição de imóveis com melhor desempenho energético (classificação A+, A e B) e foram fixados novos prazos máximos e limites de idades nas operações de crédito imobiliário conforme recomendação do Banco de Portugal.

Nos serviços disponibilizados a clientes particulares, as Contas Caixa - uma solução multiproduto composta por um conjunto de produtos e serviços com significativa aceitação pelos clientes - registaram um incremento do número de adesões com mais 40 mil contas ativas no semestre, atingindo as 2,07M contas. No segundo trimestre, foi disponibilizada a possibilidade de *upgrade* destas contas na app Caixadirecta, evitando a deslocação a uma agência.

A Caixa comercializou no primeiro semestre de 2022 diversas soluções de poupança e investimento, dirigidas à melhor gestão de poupanças pelos clientes nomeadamente: depósitos, seguros financeiros, planos poupança reforma, fundos de investimento e de pensões. A oferta de produtos de investimento foi ampliada com o



lançamento de três novos seguros financeiros e com iniciativas comerciais que permitiram direcionar os clientes em função do mercado-alvo dos produtos e ao encontro das suas necessidades, nomeadamente da diversificação de investimentos e da criação de hábitos de poupança para a reforma, via programas de entregas periódicas. Esta oferta foi complementada com a oferta de subscrição de obrigações com a participação da Caixa na oferta pública de subscrição da Benfica SAD e da Porto SAD.

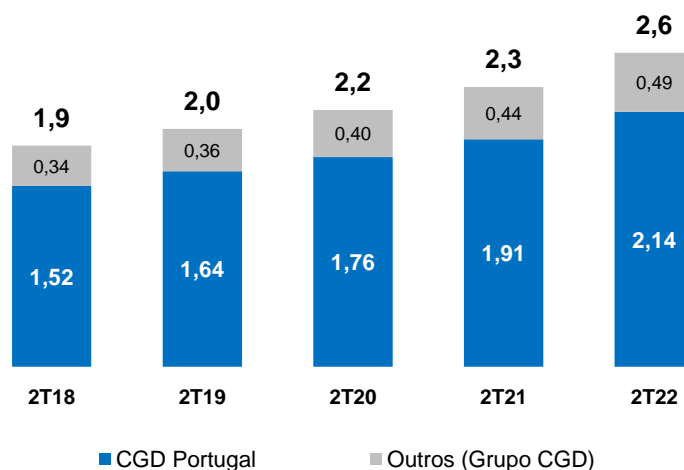
Em termos de oferta permanente, a oferta de fundos de pensões foi reestruturada para proporcionar mais valor aos clientes, implicando algumas alterações nas características dos fundos. Salienta-se também a dinamização dos dois seguros financeiros de oferta permanente: o seguro de vida individual Flexi-Mais e o PPR Evoluir.

Os seguros não financeiros foram dinamizados através da aplicação de medidas de proteção no âmbito do Seguro de Saúde Multicare, o alargamento das consultas de especialidade disponibilizadas e a substituição da cobertura de Invalidez Absoluta Definitiva por Doença ou Acidente constante dos seguros de vida associados ao crédito à habitação por uma nova cobertura.

Na rede de agências e com o objectivo de melhorar o atendimento dos cliente, procedeu-se à desmaterialização do processo de adesão à Conta Caixa, à conta de ativos financeiros e aos cartões de débito, com visualização da informação pré-contratual e assinatura digital, via *signpad*, bem como a entrega automática da documentação em suporte digital para o *email* do cliente. Foi ainda efetuada a recolha da opinião de mais de 2 milhões de clientes ativos para ajustar o envio de comunicações de cariz comercial às suas preferências.

## CLIENTES DIGITAIS ATIVOS

Milhões de clientes



A Caixa fechou o primeiro semestre de 2022 com mais clientes digitais, mais acessos aos canais à distância e mais negócio realizado. No mercado doméstico, registaram-se 2,14 milhões de clientes digitais ativos, entre particulares e empresas, o que representa 62% da base de clientes e um crescimento de 12% face ao período homólogo. Destaca-se ainda o crescimento do canal *mobile*, que atingiu 1,36 milhões de clientes (+19% face ao período homólogo) e cuja relevância tem vindo a aumentar entre os utilizadores, que privilegiam a conveniência em contexto de mobilidade.

Ao longo do semestre, registaram-se 177 milhões de acessos ao Caixadirecta, mais 16% que no período homólogo. Também o número de operações, que totalizaram 40 milhões, registou um crescimento significativo de 11% em comparação com o mesmo período do ano anterior destacando-se a contratação *online* de produtos e serviços *core* para particulares, como o crédito pessoal (+45%) e a abertura de conta de títulos (+74%) e, nas empresas, o *factoring* e *confirming* (+33%).

O *Contact Center*, que conta desde 2021 com um Assistente Virtual, garante maior eficiência no atendimento, apresentando taxas de retenção de chamadas de 50% e níveis de satisfação elevados (75%). A Assistente Digital, que é uma referência no setor bancário nacional, não só pela sua componente transaccional mas também por atuar como solução inclusiva, registou no final do semestre 453 mil acessos. Face ao período homólogo, o número de consultas e de transações via Assistente cresceu 266% e 95% respetivamente, o que denota a utilidade do serviço de voz e a confiança dos utilizadores.

A Caixa continua a aposta na evolução dos canais digitais, tendo melhorado o acesso aos serviços *online*, como a atualização de dados pessoais através da Chave Móvel Digital, que está a permitir transformar a experiência do utilizador num processo mais rápido e simples.

A app Caixadirecta mantém-se a app bancária do país com maior número de utilizadores e continua a ser o canal principal de acesso ao banco, com mais de 1,32 milhões de utilizadores particulares ativos, um crescimento de 19% face ao período homólogo. Com o aumento do número de clientes *mobile*, cresceu o número de avaliações nas 3 lojas de aplicações (app Store, Google Play e app Gallery) nas quais a app Caixadirecta mantém a liderança enquanto aplicação do setor financeiro português com maior número de avaliações, ultrapassando já as 130 mil.

A crescente utilização dos canais à distância motivou novas evoluções: implementação de um novo serviço de corretagem, a disponibilização de “eventos societários”, o preenchimento do questionário do perfil de investidor e a abertura de contas de ativos financeiros multitituladas na app Caixadirecta, o pagamento de serviços com cartão de crédito e a revogação em *self service* de débitos diretos com *voicebot*.

### Banca de investimento

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. (CaixaBI) é a plataforma de banca de investimento do Grupo Caixa Geral de Depósitos, cujas áreas de atuação incluem mercados de capitais – dívida e ações – *corporate finance*, assessoria em *project finance* e *structured finance*, intermediação financeira, *equity research*, *market making*, assessoria e gestão de risco para empresas e capital de risco.

No primeiro semestre de 2022, o produto bancário do CaixaBI atingiu 10,7 milhões de euros. Para estes resultados contribuíram positivamente a margem financeira (0,9 milhões de euros), as comissões em serviços de assessoria e intermediação financeira (8,8 milhões de euros), os resultados de ativos financeiros (0,2 milhões de euros) e os outros resultados de exploração (0,7 milhões de euros). O Resultado Líquido apurado no semestre ascendeu a 2,7 milhões de euros.

(milhões de euros)				
CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO - INDICADORES <sup>(1)</sup>			Variação	
	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Margem financeira estrita	1,4	0,9	-0,5	-35,1%
Comissões líquidas	9,6	8,8	-0,8	-8,2%
Resultados de operações financeiras	0,3	0,2	0,0	-15,0%
Produto global da atividade	13,0	10,7	-2,3	-17,8%
Custos de estrutura	7,1	7,4	0,3	3,9%
Resultado bruto de exploração	5,8	3,3	-2,6	-44,2%
Provisões e imparidades	-1,7	-0,5	1,3	-
Resultado líquido	5,2	2,7	-2,5	-47,9%
Ativo líquido	551	496	-55	-9,9%
Aplicações em títulos	410	258	-152	-37,0%
Crédito a clientes (líq.)	2	2	0	3,6%
Depósitos de clientes	33	59	27	81,6%

(1) Contas consolidadas estatutárias

O CaixaBI manteve o seu posicionamento enquanto instituição de referência no mercado de capitais de dívida em Portugal, designadamente no setor obrigacionista, onde ocupa a segunda posição do *ranking* da Bloomberg em emissões obrigacionistas de emitentes de base nacional, tendo assessorado emissões com um montante global de 1.147 milhões de euros.

No segmento de dívida pública Portuguesa, o CaixaBI foi *Joint Lead Manager* e *Bookrunner* da colocação sindicada da Obrigação do Tesouro com cupão de 1,65% e maturidade em 2032 e *Co-Lead Manager* da colocação sindicada da Obrigação do Tesouro com cupão de 1,15% e vencimento em 2052, cada uma de montante global igual a 3.000 milhões de euros.

No segmento de Sustentabilidade, salienta-se o papel do CaixaBI enquanto *Joint Lead Manager* e *Bookrunner* da emissão de *Green Bonds Senior Preferred* pela Caixa (300 milhões de euros), a organização e liderança da emissão de obrigações *sustainability linked* pela The Navigator Company (150 milhões de euros), pela NOS (75 milhões de euros) e pela Sonae Sierra (50 milhões de euros).

No segmento de dívida privada, destaca-se o papel do CaixaBI enquanto *Joint Lead Manager* e *Bookrunner* da emissão de obrigações pela Região Autónoma dos Açores (455 milhões de euros), a organização e liderança conjunta da emissão obrigacionista da Região Autónoma da Madeira (260 milhões de euros), a organização e liderança da emissão de obrigações pela Locarent (100 milhões de euros), pela Cin (40 milhões de euros) e pela Greenvolt (35 milhões de euros). Neste período, o Banco participou ainda enquanto *Co-Lead Manager* em emissões da UBS, Credit Suisse e Santander. Referência ainda para a intervenção do CaixaBI, enquanto Entidade Colocadora, da Oferta Pública de Subscrição de Obrigações da Sport Lisboa e Benfica – Futebol, SAD (60 milhões de euros) e da Oferta Pública de Subscrição e Oferta Pública de Troca de obrigações da Futebol Clube do Porto

– Futebol, SAD (50 milhões de euros), bem como para a organização e liderança de vinte e um novos programas de papel comercial para clientes empresariais e para a organização e montagem da operação de cessão de créditos da SU Eletricidade (80 milhões de euros).

Relativamente à atividade de assessoria na estruturação e montagem de financiamentos, referência para a conclusão com sucesso do refinanciamento do Centro Comercial Parque Atlântico (€ 22,5 milhões), tendo também sido concluídas com sucesso operações nas vertentes de *project finance*, imobiliário e *acquisition finance*.

Salienta-se a assessoria financeira prestada à Altri na distribuição de dividendos, operação em que o Banco também atuou como agente pagador.

O CaixaBI manteve a sua atuação como *liquidity provider* sobre um conjunto de títulos cotados na Euronext Lisbon, a qual continuou a merecer um *rating* elevado atribuído pela Euronext, e de *market-maker* sobre um fundo imobiliário: Fundiestamo.

A atividade de capital de risco durante o primeiro semestre, desenvolvida pela Caixa Capital, sociedade integralmente detida pelo CaixaBI, concentrou-se na análise de oportunidades de investimento e na gestão da carteira de empresas participadas pelos fundos de capital de risco sob a sua gestão, tendo realizado, no período, investimentos que ascenderam a 9,5 milhões de euros e desinvestimentos de 12,6 milhões de euros, repartidos pelos dois fundos sob gestão.

### Crédito especializado

De acordo com os dados revelados pela Associação Portuguesa de *Leasing*, *Factoring* e *Renting* (ALF), relativos ao primeiro semestre de 2022, registaram-se trajetórias positivas nos setores de negócio, salientando-se o início da recuperação da pandemia, que afetou fortemente o setor. Neste contexto, apenas o *leasing* mobiliário evidencia um decréscimo de 4,4%, enquanto o *leasing* imobiliário, o *factoring* e o *confirming* apresentam crescimentos de 10,1%, 21,7% e 34,9%, respetivamente, face a junho de 2021.

(milhões de euros)

PRODUÇÃO DO SETOR <sup>(1)</sup>	2020-06	2021-06	2022-06	Variação 20-21 (%)	Variação 21-22 (%)
<i>Leasing</i> Imobiliário	378	371	408	-2,0%	10,1%
<i>Leasing</i> Mobiliário	756	730	697	-3,5%	-4,4%
<i>Factoring</i>	9.016	9.285	11.304	3,0%	21,7%
<i>Confirming</i>	6.130	6.489	8.750	5,8%	34,9%

(1) Dados estimados - Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting (ALF)

A atividade comercial da Caixa, não obstante aos inevitáveis impactos negativos inerentes à pandemia de Covid-19, evidenciou um desempenho favorável no primeiro semestre de 2022, sobretudo nas vertentes do *leasing* imobiliário, *factoring* e *confirming* e financiamento automóvel.

(milhões de euros)

CAIXA LEASING E FACTORING - PRODUÇÃO				Variação 20-21	Variação 21-22	QM 2021	QM 2022
Produto	2020-06	2021-06	2022-06	(%)	(%)	(%)	(%)
<b>Total <i>leasing</i></b>	<b>178,3</b>	<b>210,5</b>	<b>227,8</b>	<b>18,0%</b>	<b>8,2%</b>	<b>19,1%</b>	<b>20,6%</b>
<i>Leasing</i> imobiliário	51,9	56,9	84,0	9,6%	47,8%	15,3%	20,6%
<i>Leasing</i> mobiliário	126,4	153,6	143,7	21,5%	-6,5%	21,1%	20,6%
<b><i>Factoring</i></b>	<b>2.017,9</b>	<b>2.159,5</b>	<b>2.728,0</b>	<b>7,0%</b>	<b>26,3%</b>	<b>13,7%</b>	<b>13,6%</b>
<i>Factoring</i> Doméstico e Internacional	1.088,3	1.032,4	1.202,9	-5,1%	16,5%	11,1%	10,6%
<i>Confirming</i>	929,5	1.127,1	1.525,1	21,3%	35,3%	17,4%	17,4%
<b>Crédito ao consumo</b>	<b>4,5</b>	<b>5,4</b>	<b>5,0</b>	<b>20,0%</b>	<b>-7,1%</b>		
da qual:							
<b>Financiamento automóvel <sup>(1)</sup></b>	<b>55,2</b>	<b>65,2</b>	<b>66,4</b>	<b>18,0%</b>	<b>1,9%</b>		
<i>Leasing</i> mobiliário	50,8	59,8	61,4	17,8%	2,7%		
Crédito ao consumo	4,5	5,4	5,0	20,6%	-6,8%		

(1) Viaturas ligeiras (milhares €)

No *leasing* imobiliário a produção no primeiro semestre de 2022 situou-se nos 84 milhões de euros, um acréscimo de 47,8% face ao período homólogo de 2021. A quota de mercado da Caixa neste segmento, em junho de 2022, situou-se nos 20,6% tendo melhorado 5,3 p.p. face a igual período de 2021.

A produção de *leasing* mobiliário atingiu, a junho de 2022, 143,7 milhões de euros, apresentando uma variação negativa de 6,5% comparada com o período homólogo do ano anterior. O financiamento de viaturas ligeiras no primeiro semestre de 2022 aumentou 2,7% representando cerca de 42,7% da produção global do negócio. A quota de mercado da Caixa, nas novas operações, atingiu os 20,6% no final do primeiro semestre de 2022.

A produção de *confirming* representa 55,9% da produção total do *Factoring* e cresceu 35,3% no primeiro semestre de 2022. A quota de mercado neste produto situa-se nos 17,4%. O *factoring* e *confirming* cresceram 26,3% relativamente a junho de 2021. A quota de mercado alcançou os 13,6% em junho de 2022, tendo registado uma ligeira quebra de 0,1 p.p. em relação ao primeiro semestre de 2021.

O crédito tradicional para aquisição de viaturas ligeiras e pesadas ascendeu a 5 milhões de euros no final do primeiro semestre de 2022, apresentando uma diminuição de 6,8% face ao mesmo período de 2021.

### **Gestão de ativos**

De acordo com os dados divulgados pela Associação Portuguesa de Fundo de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), em junho de 2022, o mercado nacional de fundos de investimento mobiliário ascendia a 17,3 mil milhões de euros, registando uma diminuição de 12,8% face ao início do ano. A Caixa Gestão de Ativos, manteve a liderança de mercado registando uma quota, no final de junho, de 35,7% (6.171,8 milhões de euros), o que representou um incremento, em relação à quota de mercado do primeiro semestre de 2021, de 0,7 pontos percentuais. Apesar do aumento de quota, importa referir que a Caixa Gestão de Ativos apresentou um decréscimo dos montantes sob gestão em 779,7 milhões de euros, movimento transversal a todas as sociedades gestoras.

A Caixa Gestão de Ativos tem assegurado a manutenção da liderança de mercado nos segmentos de fundos de maior valor acrescentado, de Ações e Multiativos.

No segmento de fundos multiativos, o fundo “Caixa Seleção Global Moderado”, com um montante sob gestão de 1.246,1 milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2022, posiciona-se como sendo o segundo maior fundo do mercado nacional. Destaque também para os fundos Caixa PPR/OICVM, lançados no final de 2019, que apresentaram um montante sob gestão, a junho de 2022, de 535 milhões de euros, registando um crescimento de 128% desde 2020.

No segmento de ações o fundo “Caixa Ações Líderes Globais”, que investe em ações cotadas em todo o mundo, de empresas detentoras de marcas fortemente reconhecidas, destaca-se por diversos fatores:

- Mantém a posição de maior fundo de investimento mobiliário do mercado nacional finalizando o primeiro semestre de 2022 com um montante sob gestão de 2.035,6 milhões de euros;
- Posiciona-se entre os fundos nacionais com maior rendibilidade anualizada nos últimos três anos, de acordo com dados divulgados pela APFIPP.
- Manteve-se com a classificação mais elevada de consistência de desempenho atribuída pela Morningstar - 5 estrelas.

### **Reforço da incorporação dos princípios ESG no processo de gestão da Caixa Gestão de Ativos**

Os últimos anos têm sido marcados por uma aceleração da integração dos aspetos ambiental, social e de governo societário (ESG - Environment, Social and Governance) na estratégia de investimentos da Caixa Gestão de Ativos e da Caixa Pensões. A adesão por parte de ambas as Sociedades, em 2019, aos Princípios para o Investimento Responsável (PRI - Principles for Responsible Investment) das Nações Unidas reforçou a importância da incorporação dos fatores ESG no processo de investimento dos fundos sob gestão.

O Investimento Socialmente Responsável é uma estratégia e prática que visa incorporar fatores ambientais, sociais e de governo das Sociedades nas decisões de investimento. Esta filosofia constitui-se como um pilar estratégico na atividade das Sociedades Gestoras e parte integrante de uma estratégia alargada do Grupo Caixa, com vista a apoiar um futuro mais sustentável.

A Caixa Gestão de Ativos e a Caixa Pensões continuam a apostar na adoção de um modelo de Investimento Socialmente Responsável com o objetivo de melhorar a compreensão dos riscos e das oportunidades que existem nas carteiras de investimento, ao mesmo tempo que contribui para robustecer o perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário das mesmas.

No primeiro semestre de 2022, em paralelo com a resposta aos novos requisitos regulamentares em torno desta temática, nomeadamente no que se refere ao Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 (SFDR - Sustainable Finance Disclosure Regulation), relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros, as duas sociedades gestoras continuaram a centrar a sua atuação em três dimensões:

- Integração de fatores ESG nos processos de investimento, em paralelo com a utilização de fatores de análise financeira tradicionais;
- Envolvimento com as Empresas alvo de investimento através do exercício dos direitos de voto associados aos ativos sob gestão, nomeadamente, em temas como os direitos humanos e do trabalho, meio ambiente, ética, entre outros;
- Envolvimento com as empresas alvo de investimento, fomentando um diálogo próximo em matérias de Investimento Socialmente Responsável (Engagement).

Com esta atuação, as sociedades gestoras pretendem, simultaneamente, salvaguardar as preocupações com o Desenvolvimento Sustentável e potenciar a geração de rendibilidades sustentáveis no longo prazo que vão ao encontro do melhor interesse dos seus Clientes.

(milhões de euros)

GESTÃO DE ATIVOS - INDICADORES	Variação			
	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Comissões líquidas	14,6	16,4	1,8	12,4%
Produto global da atividade	15,6	17,2	1,6	10,4%
Custos de estrutura	6,5	6,4	-0,2	-2,5%
Resultado bruto de exploração	9,1	10,8	1,8	19,7%
Provisões e imparidades	-0,2	-0,2	0,0	-
Resultado líquido	7,0	8,3	1,3	18,7%

#### 1.5.1.2. Atividade internacional

O modelo de governação das presenças internacionais do Grupo Caixa continuou a ser reforçado no primeiro semestre de 2022, quer pelas alterações do próprio modelo de governo da casa mãe, quer pelas evoluções regulamentares ocorridas nos países em que a Caixa se encontra estabelecida. Estas evoluções têm promovido a adequação às boas práticas internacionalmente aceites, nomeadamente no que respeita ao bom governo societário, visando assim reforçar o cumprimento do quadro jurídico financeiro aplicável a cada geografia e conferir mecanismos e procedimentos adequados aos desafios que se colocam atualmente à atividade desenvolvida, em termos proporcionais ao plano de negócios, à complexidade das atividades exercidas e aos riscos associados.

A representatividade da Caixa nos órgãos sociais dessas unidades e o efetivo acompanhamento das comissões que apoiam esses órgãos sociais, em paralelo com o exercício corporativo das funções de controlo e a harmonização de políticas corporativas, são ferramentas que concorrem para o reforço e harmonização da estratégia do Grupo e contribuem para os resultados consolidados e gestão dos riscos.

Em termos estratégicos é objetivo manter a elevada aposta na qualidade da *governance* transversal a todas as unidades, assegurando a visão consolidada do Grupo Caixa sobre a atividade desenvolvida e a globalidade dos riscos, investindo numa proposta de valor disponibilizada aos clientes, tirando partido da presença internacional para melhor apoiar as empresas portuguesas no seu processo de internacionalização e reforçando a oferta de soluções financeiras e parcerias nas geografias mais relevantes.



(milhões de euros)

ATIVIDADE INTERNACIONAL CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMONST. DE RESULT. CONSOLIDADA <sup>(1)</sup>	Reexpresso		
	2021-06	2022-06	Variação (%)
Margem financeira alargada	190,8	239,1	25,3%
Resultados de serviços e comissões	42,9	48,6	13,3%
Resultados de operações financeiras	18,5	25,6	38,5%
Outros resultados exploração	-0,1	42,5	-
<b>Produto global da atividade</b>	<b>252,1</b>	<b>355,8</b>	<b>41,1%</b>
Custos com pessoal	73,8	87,8	19,0%
Gastos gerais administrativos	39,7	46,1	16,0%
Depreciações e amortizações	13,4	18,5	38,8%
<b>Custos de estrutura</b>	<b>126,9</b>	<b>152,5</b>	<b>20,2%</b>
<b>Resultado bruto de exploração</b>	<b>125,2</b>	<b>203,3</b>	<b>62,3%</b>
Imparidade de crédito líq.	8,7	6,1	-30,3%
Provisões e impar.de out.ativos líq.	13,1	7,6	-42,0%
<b>Resultados operacionais</b>	<b>103,4</b>	<b>189,6</b>	<b>83,4%</b>
Impostos	23,9	40,0	67,2%
<b>Resultados depois impostos e antes de inter. que não controlam</b>	<b>79,5</b>	<b>149,6</b>	<b>88,3%</b>
Interesses que não controlam	18,8	41,8	121,7%
Resultados de filiais detidas para venda	0,3	0,1	-78,7%
Resultados em empresas por equivalência patrimonial	0,6	0,8	-
<b>Resultado líquido</b>	<b>61,5</b>	<b>108,7</b>	<b>76,8%</b>

(1) Relações intragrupo puras sem impacto no resultado líquido consolidado não eliminadas.

O contributo da área de negócio internacional para o resultado líquido consolidado de junho de 2021 foi de 108,7 milhões de euros, +76,8% do que no primeiro semestre de 2021. Os principais contributos para o resultado da atividade internacional no primeiro semestre de 2022 foram provenientes do BCI Moçambique (33 milhões de euros), BNU Macau (19 milhões de euros), do BCG Angola (19 milhões de euros), e da Sucursal de França (31 milhões de euros).

No primeiro semestre de 2022, o produto global da atividade internacional aumentou em 41% face ao semestre homólogo do ano anterior. Por sua vez, o comportamento dos custos de estrutura refletiu em grande medida a evolução cambial registada em alguns dos mercados de maior expressão, com um aumento de 25,6 milhões de euros (20%), tendo as provisões e imparidades líquidas diminuído 5,5 milhões de euros, evoluções que contribuíram positivamente para o aumento do contributo da atividade internacional para o Grupo Caixa.

O contributo da área internacional para o balanço consolidado do Grupo Caixa pautou-se pela estabilidade quando comparado com junho de 2021.

O ativo líquido da atividade internacional registou um acréscimo de 14,8%, cifrando-se em 15,0 mil milhões de euros. O crédito a clientes também obteve um aumento de 6,5% face a junho de 2021, para um total de 7,967 milhões de euros. No que diz respeito aos depósitos de clientes, registou-se um aumento (+11,8%) para um total de 11.898 milhões de euros.

## Principais Unidades

### BNU Macau

O Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU) é uma subsidiária detida a 100% pela Caixa. Criado em 1902, desenvolve a sua principal atividade na Região Administrativa Especial de Macau ("RAEM" ou "Macau"), onde dispõe de uma rede de dezoito agências. Tem também uma Sucursal em Hengqin, ilha contígua a Macau, criada para tirar partido do desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, e um escritório de representação em Shanghai.

Em 2020, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau prorrogou os contratos de agenciamento com o Banco da China e o BNU como bancos emissores de moeda pelo prazo de dez anos. Trata-se de um reconhecimento do papel desempenhado por esta entidade do Grupo Caixa, emissor de moeda há mais de 100 anos, quer para o desenvolvimento da região, quer como veículo primordial de conexão da economia portuguesa com os mercados asiáticos e países de língua oficial portuguesa.

O Produto Interno Bruto de Macau registou no primeiro trimestre de 2022, de acordo com os últimos dados disponíveis uma descida anual em termos reais de 8,9%, essencialmente devido à descida das receitas do jogo

resultante das restrições impostas nas fronteiras relativamente à situação pandémica, o que revela uma queda de 82,4% em relação a 2019 e que tem afetado fortemente a atividade do banco.

No primeiro trimestre, e em termos homólogos, a despesa de consumo privado diminuiu 2,7%, devido às incertezas das perspetivas económicas e ao enfraquecimento do mercado de trabalho. A formação bruta de capital fixo registou um aumento anual de 3,4%, realçando-se a variação em construção +30,5%. Quanto ao sector público, o investimento em obras públicas subiu 40,6% em termos anuais.

As receitas mensais do jogo, que desde setembro de 2020 tinham vindo a aumentar gradualmente até finais de 2021, mantendo-se, no entanto, sempre significativamente inferiores aos níveis pré-pandémicos, decaíram novamente em junho devido a novos surtos de Covid-19 nalgumas regiões da China e ao surto em Macau e a consequente forte diminuição do número de visitantes.

A atividade consolidada do BNU (incluindo a sucursal de Hengqin) gerou no 1º semestre de 2022 um resultado líquido positivo de 171 milhões de patacas (19,5 milhões de euros). A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) foi de 5,7% neste período.

A margem financeira foi de 341 milhões de patacas (38,7 milhões de euros). O decréscimo de 1,9% em relação ao valor apresentado no final de junho do ano anterior reflete o impacto da descida progressiva das taxas de juro que se verificou até janeiro 2022. No entanto a margem financeira tem vindo a estabilizar nos últimos meses.

Os custos de estrutura mantiveram-se estáveis, praticamente em linha com o ano anterior registando até uma ligeira diminuição nos custos com o pessoal e nos gastos gerais administrativos. Ao nível das provisões e imparidades, o BNU registou nos primeiros 6 meses do ano uma constituição de provisões e imparidades de 55 milhões de patacas (6,2 milhões de euros).

O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com os requisitos do regulador local (Autoridade Monetária de Macau), era de 22,2% no fim de junho, muito acima dos requisitos regulamentares, continuando o banco a apresentar níveis de liquidez também elevados.

O total do crédito líquido a clientes era no final de junho de 25.597 milhões de patacas (3.050 milhões de euros), apresentando assim estabilizado por comparação com o fim de junho de 2021. O rácio de incumprimento continuou a apresentar valores bastante reduzidos (1,06%) e o rácio de eficiência manteve valores baixos, que compara muito favoravelmente com os da média da indústria, *cost-to-income* de 43,2%. Salienta-se o crescimento do crédito às famílias e particulares, impulsionado pelo crédito à habitação, não obstante a considerável escassez de oferta de novas propriedades no mercado e a degradação do clima económico devido à pandemia. Todavia, o crédito às empresas diminuiu, devido em parte à diminuição de duas grandes operações.

Os recursos totais de clientes desceram muito ligeiramente por comparação com a mesma data do ano anterior devido essencialmente à descida dos depósitos de entidades do sector público, e de grandes empresas, mais voláteis e sensíveis ao fator preço.

O BNU mantém o foco em dois objetivos estratégicos: por um lado, o aumento do número de clientes que consideram o BNU como banco principal e por outro, o aumento da colocação de produtos geradores de maior comissionamento para o banco, para tal no primeiro semestre de 2022 foram lançadas várias campanhas de crédito a clientes e de Negociação de Ações e Bancassurance.

É de salientar também neste semestre o início do projeto de reengenharia das agências do BNU tendo-se encerrado duas, passando a 18 agências.

BNU - MACAU	(milhões de euros)			(milhões de patacas)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2021-06	2022-06	(%)	2021-06	2022-06	(%)
Margem financeira estrita	36,1	38,7	7,2%	348	341	-1,9%
Produto global da atividade	46,4	49,4	6,6%	447	436	-2,5%
Custos de estrutura	19,6	21,5	9,4%	189	189	0,1%
Resultado bruto de exploração	26,8	28,0	4,5%	258	246	-4,5%
Provisões e imparidades	-1,2	6,2	-	-11	55	-
Resultado líquido	24,7	19,5	-21,2%	238	171	-27,9%
Ativo líquido	5.758,6	6.500,7	12,9%	54.743	54.565	-0,3%
Crédito a clientes (líq)	2.779,9	3.049,5	9,7%	26.427	25.597	-3,1%
Depósitos de clientes	3.772,1	4.231,5	12,2%	35.858	35.518	-0,9%

Taxa de câmbio EUR/MOP: Balanço: 9,506 em junho 2021 e 8.393 em junho 2022; DR: 9,636 em junho 2021 e 8,313 em junho 2022.

O contributo do BNU Macau para o resultado líquido consolidado do Grupo Caixa do primeiro semestre de 2022 foi de 19,5 milhões de euros.

### Sucursal de França

A Sucursal de França está vocacionada para o mercado natural da comunidade portuguesa em França, servindo igualmente outras comunidades com particular enfoque para as lusófonas, e apoiando as empresas portuguesas que desenvolvem a sua atividade em França quer no âmbito do comércio bilateral entre os dois países, quer no âmbito da livre prestação de serviços.

No decurso do primeiro semestre de 2022, a economia francesa foi palco de evoluções com efeitos bastante divergentes. Por um lado, o levantamento das restrições sanitárias beneficiou o consumo e o crescimento; por outro, as consequências económicas do conflito na Ucrânia pesaram sobre a atividade. Em particular, os problemas de abastecimento persistiram e foram acompanhados pelo choque inflacionista, o que prejudicou o poder de compra das famílias e o crescimento económico.

Neste contexto, o PIB francês registou uma ligeira queda no primeiro trimestre (-0,2%) e um ligeiro aumento no segundo (0,2%), o que, ainda assim, permitiu à economia francesa ficar ligeiramente acima do nível pré-crise. A partir do segundo semestre, o PIB deverá manter uma taxa de crescimento moderada até ao final do ano, em torno de 0,3% ao trimestre. Assim sendo, as projeções apontam para um crescimento económico de 2,3% no conjunto do ano 2022, apesar de ser um crescimento moderado após os 6,8% de 2021, ano de recuperação pós-Covid, aproxima-se do ritmo médio registado na década pré-pandemia.

Foi neste contexto macroeconómico, marcado por tensões geopolíticas que levaram ao maior aumento dos preços desde há várias décadas e também pela subida das taxas de juro, que a Sucursal exerceu a sua atividade doméstica no primeiro semestre do ano. Nesta sobressai a concessão de crédito que registou um decréscimo de 3,7% face ao período homólogo do ano anterior e a captação de recursos sob a forma de depósitos (-0,8%).

O primeiro semestre de 2022 ficou ainda marcado pela conclusão do processo de venda do edifício da Sede em França, prosseguindo assim o objetivo de aumentar os capitais próprios, evitar investimentos significativos em obras e usufruir no futuro de instalações renovadas com superfícies otimizadas. Esta operação permitiu à Sucursal beneficiar de um resultado extraordinário e consequentemente registar uma boa performance ao nível dos resultados no mercado francês.

O balanço da sucursal de França totaliza 3.365 milhões de euros em junho de 2022, tendo crescido de 2,4% (+80 milhões de euros) em comparação com o período homólogo, no seguimento do aumento das reservas regulamentares.

No entanto, o crédito a clientes decresceu de 3,7% em termos homólogos (-100 milhões de euros) reflexo da combinação de uma menor procura pelo crédito no segmento das empresas, fluxo do elevado grau de incerteza patente na economia global, e também de um reforço da competitividade no sector bancário Francês para as empresas de melhor risco. Por seu turno, o crédito concedido a particulares registou um acréscimo de 1,2%.

O resultado líquido alcança 31 milhões de euros, um acréscimo de 246,1% (+22 milhões de euros) face a junho de 2021, impactado pelo abrandamento da atividade de crédito, com reflexo na margem financeira e comissões.

O custo do risco evoluiu favoravelmente em relação ao ano transato (0,09% vs. 0,23%), apesar do reforço mensal de provisões e imparidades, devido por um lado ao efeito da revisão do cenário macroeconómico e por outro lado ao reforço de *backstops*.

Não obstante o contexto difícil, a Sucursal de França continua a trabalhar no sentido de superar os principais desafios: o alargamento da base de clientes empresariais, o desenvolvimento do negócio bilateral entre Portugal e França, o desenvolvimento da banca digital visando uma maior penetração no mercado dos jovens portugueses e lusodescendentes, o reforço da transparência e uma política de risco integrando as melhores práticas do mercado.

(milhões de euros)

SUCURSAL DE FRANÇA		Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Margem financeira estrita	36,2	34,4	-1,9	-5,1%
Produto global da atividade	45,8	77,8	32,0	69,9%
Custos de estrutura	30,6	35,2	4,6	14,9%
Resultado bruto de exploração	15,2	42,6	27,4	180,7%
Provisões e imparidades	2,7	0,0	-2,7	-99,8%
Resultado líquido	8,9	31,0	22,0	246,1%
Ativo líquido	3.284,7	3.364,8	80,1	2,4%
Crédito a clientes (líq)	2.690,8	2.591,1	-99,7	-3,7%
Depósitos de clientes	2.826,0	2.804,9	-21,1	-0,7%

O contributo da Sucursal de França para o resultado líquido consolidado do Grupo Caixa do primeiro semestre de 2022 foi de 31 milhões de euros.

### BCG Angola

A economia angolana continua a beneficiar dos preços elevados de petróleo tendo influenciado positivamente o saldo da conta de bens que registou até ao primeiro trimestre um excedente de 4.715,4 mil milhões de dólares americanos equivalente a 18,1% do PIB, privilegiando sobretudo a cadeia de negócio.

O BCG Angola registou uma margem financeira de 20.354 milhões de kwanzas no primeiro semestre de 2022 (+30% face ao período homólogo) e uma margem complementar de 9.149 milhões de kwanzas (+36% face ao período homólogo) o que contribui para o crescimento de 31% do produto global da atividade.

O resultado bruto de exploração foi de 20.764 milhões de kwanzas (41,2 milhões de euros), +57% face ao período homólogo, devido ao aumento do produto bancário, impactado pelo incremento observado nos juros e rendimentos similares da margem financeira e pela redução dos custos de estrutura.

O ativo líquido do BCGA atingiu o valor de 694.339 milhões de kwanzas (1.591 milhões de euros), -8% face ao período homólogo. Esta ligeira redução deriva essencialmente da diminuição das disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito.

A carteira de crédito face ao período homólogo teve uma variação positiva de 5%, sendo que o crédito vencido apresenta um aumento face ao período homólogo de 14%, com o rácio de incumprimento a fixar-se em 7,6%. Os depósitos reduziram 13%, com especial ênfase no recurso em moeda estrangeira, decorrente da valorização do Kwanza face às principais moedas.

No primeiro semestre de 2022, o BCG Angola alcançou um resultado líquido de 10.437 milhões de kwanzas, mais 93% que no mesmo período de 2021. Este aumento foi em parte justificado pela reversão de imparidades resultante da subida do *rating* de Angola em finais de 2021.

		(milhões de euros)			(milhões de kwanzas)	
BCG - ANGOLA		Variação			Variação	
PRINCIPAIS INDICADORES	2021-06	2022-06	(%)	2021-06	2022-06	(%)
Margem financeira estrita	20,3	40,3	98,7%	15.701	20.354	29,6%
Produto global da atividade	29,0	58,5	101,5%	22.444	29.503	31,5%
Custos de estrutura	11,9	17,3	45,6%	9.201	8.739	-5,0%
Resultado bruto de exploração	17,1	41,2	140,4%	13.243	20.764	56,8%
Provisões e imparidades	3,5	-2,9	-	2.670	-1.470	-
Resultado líquido	13,5	40,0	196,4%	10.437	20.180	93,4%
Ativo líquido	980,9	1.590,8	62,2%	757.191	694.339	-8,3%
Crédito a clientes (líq)	190,0	353,9	86,3%	146.625	154.472	5,4%
Depósitos de clientes	855,0	1.313,6	53,6%	659.946	573.337	-13,1%

Taxa de câmbio EUR/AOA: Balanço 771,909 em junho 2021 e 436,470 em junho 2022; DR 773,381 em junho 2021 e 504,444 em junho 2022.

O contributo do BCG Angola para o resultado líquido consolidado do Grupo Caixa no primeiro semestre de 2022 foi de 19,3 milhões de euros.

## Banco Comercial e de Investimentos

No primeiro trimestre de 2022, a economia de Moçambique manteve a trajetória de recuperação, com a progressiva reabertura da economia moçambicana e o retorno da atividade económica, já patente no crescimento do PIB de 4,1% no primeiro trimestre de 2022, em termos homólogos, após os 3,3% observados no trimestre anterior.

Para o curto e médio prazo, o Banco de Moçambique (BM) mantém as perspetivas de recuperação económica perspetivando uma expansão de 3,8% no presente ano, apesar da subida da inflação. Face a este cenário, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) preservou a robustez e a solidez reforçada ao longo dos últimos anos, mantendo a posição de liderança no sistema bancário nacional, nas três principais dimensões de quotas de mercado (dados de maio), nomeadamente: Crédito (26,0%), Depósitos (25,6%) e Ativos (23,1%).

Em termos de balanço, o Ativo Líquido apresentou um incremento de 5,9%, ao cifrar-se em 195.182 milhões de meticais (2.951 milhões de euros) que compara com 184.394 milhões de meticais, em dezembro de 2021. Esta evolução reflete, essencialmente, a conjugação das seguintes rubricas: Aplicações em Títulos (+8.746 milhões de meticais), Aplicações em Instituições de Crédito (+4.554 milhões de meticais), e Carteira de Crédito a Clientes Líquida (-1.481 milhões de meticais), que reduziu 3,3%, influenciada, pelo menor volume de desembolsos associados aos efeitos da pandemia da Covid-19, não obstante a trajetória de recuperação da economia.

Os Depósitos de Clientes situaram-se em 152.630 milhões de meticais (2.304 milhões de euros) em junho de 2022, o que corresponde a um incremento de 3,5% face a dezembro de 2021, resultado do efeito conjugado entre o crescimento dos Depósitos em moeda nacional (+3,5%) e o incremento dos Depósitos em moeda estrangeira (+6,2%). Esta evolução reflete, em grande medida, a recuperação da atividade económica em alguns sectores, tal como a hotelaria e exploração de gás.

Deste modo, em Junho de 2022, o Rácio de Transformação situou-se em 42,3%, correspondendo a uma redução homóloga de 2,7 pp (45% em junho de 2021).

Os Capitais Próprios totalizaram 22.842 milhões de meticais, valor superior em 13 milhões de meticais face ao registado em dezembro de 2021 (22.829 milhões de meticais). Esta evolução consubstanciou-se na manutenção da solidez do banco evidenciada pelo Rácio de Solvabilidade que atingiu 25,8% em Junho de 2022 (23,1% em dezembro de 2021), nível bastante superior ao mínimo de 15,0%, para Instituições de Importância Sistemática.

O Produto Bancário ascendeu a 10.035 milhões de meticais (145,3 milhões de euros), que compara com 8.514 milhões de meticais (106,2 milhões de euros) alcançados em igual período de 2021. Este crescimento foi impulsionado, em grande medida, pelo bom desempenho da Margem Financeira que incrementou em 16,8% (+1.069 milhões de meticais) ao fixar-se em 7.363 milhões de meticais (106,6 milhões de euros) em junho de 2022, favorecido pela acentuada subida das taxas de referência e do aumento do volume de Ativos Financeiros em moeda nacional.

O Rácio *Cost-to-Income* situou-se em 42,7%, o que significa uma melhoria em 4,8 pp face aos 47,5% do período homólogo reflexo do incremento do produto Bancário (+17,9%) superior aos Custos de Estrutura (+5,9%).

Em termos de resultados, o BCI alcançou em junho 2022 um Resultado Líquido de 3.618 milhões de meticais (52,4 milhões de euros), representando um crescimento de 104,7% face ao período homólogo, com um ROE de 33% (18% em junho de 2021). Esta evolução resulta, principalmente, do desempenho positivo do Produto Bancário (+17,9%), acompanhado de um crescimento controlado dos Custos de Estrutura (+5,9%) e uma redução dos custos com Imparidades (-782 milhões de meticais).

BCI - MOÇAMBIQUE	(milhões de euros)			(milhões de meticais)		
	Variação			Variação		
PRINCIPAIS INDICADORES	2021-06	2022-06	(%)	2021-06	2022-06	(%)
Margem financeira estrita	78,7	106,6	35,5%	6.306	7.363	16,8%
Produto global da atividade	106,2	145,3	36,8%	8.514	10.035	17,9%
Custos de estrutura	50,7	62,3	22,9%	4.064	4.304	5,9%
Resultado bruto de exploração	55,5	83,0	49,4%	4.450	5.731	28,8%
Provisões e imparidades	17,8	9,2	-48,4%	1.427	635	-55,5%
Resultado líquido	22,0	52,4	137,5%	1.767	3.618	104,7%
Ativo líquido	2.529,6	2.950,6	16,6%	188.355	195.182	3,6%
Crédito a clientes (líq)	897,3	976,8	8,9%	66.811	64.612	-3,3%
Depósitos de clientes	1.978,7	2.304,4	16,5%	147.333	152.435	3,5%

Taxa de câmbio EUR/MZN: Balanço: 74,460 em junho 2021 e 66,150 em junho 2022; DR: 80,152 em junho 2021 e 69,084 em junho 2022.



O contributo do BCI Moçambique para o resultado líquido consolidado do Grupo Caixa do primeiro semestre de 2022 ascendeu a 33,1 milhões de euros.

## 1.5.2. Atividade individual

### Resultados

A atividade individual da Caixa Geral de Depósitos gerou, nos primeiros seis meses de 2022, um resultado líquido de 458,6 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 180,5 milhões de euros (+64,9%) na comparação com o semestre homólogo do ano anterior, onde foi apurado um lucro de 278,1 milhões de euros.

(milhares de euros)				
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS (INDIVIDUAL) <sup>(1)</sup>				
	Reexpres		Variação	
	2021-06	2022-06	Abs.	(%)
Juros e rendimentos similares	499.532	567.728	68.196	13,7%
Juros e encargos similares	166.653	189.737	23.084	13,9%
Margem financeira	332.879	377.991	45.113	13,6%
Rendimentos de instrumentos de capital	68.527	70.825	2.298	3,4%
<b>Margem financeira alargada</b>	<b>401.406</b>	<b>448.816</b>	<b>47.411</b>	<b>11,8%</b>
Rendimentos de serviços e comissões	266.036	305.749	39.712	14,9%
Encargos com serviços e comissões	44.384	53.132	8.748	19,7%
Resultados de serviços e comissões	221.652	252.616	30.964	14,0%
Resultados de operações financeiras	98.723	56.072	-42.651	-43,2%
Outros resultados de exploração	-18.072	12.949	31.021	-
<b>Margem complementar</b>	<b>302.303</b>	<b>321.638</b>	<b>19.335</b>	<b>6,4%</b>
<b>Produto global da atividade</b>	<b>703.709</b>	<b>770.454</b>	<b>66.745</b>	<b>9,5%</b>
Custos com pessoal	89.447	249.590	160.143	179,0%
Gastos gerais administrativos	79.513	75.425	-4.088	-5,1%
Depreciações e amortizações	39.359	50.042	10.682	27,1%
Custos de estrutura	208.319	375.057	166.738	80,0%
<b>Resultado bruto de exploração</b>	<b>495.389</b>	<b>395.397</b>	<b>-99.993</b>	<b>-20,2%</b>
Imparidade do crédito (líquido)	27.440	-157.671	-185.112	-
Provisões e imparidades de outros ativos (líquido)	43.747	-123.744	-167.491	-
<b>Provisões e imparidades</b>	<b>71.188</b>	<b>-281.415</b>	<b>-352.603</b>	<b>-</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>424.202</b>	<b>676.812</b>	<b>252.610</b>	<b>59,5%</b>
<b>Impostos</b>	<b>146.149</b>	<b>218.241</b>	<b>72.092</b>	<b>49,3%</b>
Correntes	21.307	14.211	-7.095	-33,3%
Diferidos	96.287	167.121	70.834	73,6%
Contribuição sobre o setor bancário	28.555	36.909	8.354	29,3%
<b>Resultado líquido</b>	<b>278.053</b>	<b>458.571</b>	<b>180.518</b>	<b>64,9%</b>

(1) Inclui CGD Portugal e as Sucursais da CGD no exterior.

A margem financeira alargada totalizou 448,8 milhões de euros, aumentando 11,8% relativamente ao valor verificado no primeiro semestre de 2021. O crescimento da Margem Financeira inclui, entre outros efeitos, um impacto de 29 milhões de euros relativo às condições da operação de refinanciamento TLTRO-III.

Por sua vez, com exceção dos resultados de operações financeiras, que diminuíram 42,7 milhões de euros, todas as componentes da margem complementar apresentaram uma evolução positiva. Destaque para o crescimento registado nos resultados de serviços e comissões (+14,0%) e nos outros resultados de exploração (+31 milhões de euros).

Relativamente aos custos de estrutura, registou-se um aumento de 166,7 milhões de euros (80%), influenciados pelo aumento dos custos de pessoal (160,1 milhões de euros, +179%) e aumento das depreciações e amortizações (+10,7 milhões de euros, +27,1%). A variação dos custos com pessoal inclui uma evolução determinada pelo evento não recorrente em 2021 de redução de 145,4 milhões de euros em provisões para serviços passados associada ao protocolo para serviços médicos assinado pela Caixa em Portugal e a constituição de uma provisão para o programa de pré-reformas, de 55,3 milhões de euros em 2022 (26,2 milhões de euros em 2021).

O resultado bruto de exploração registou assim uma redução de 100 milhões de euros (-20,2%), influenciado pelo crescimento do produto global da atividade (+66,7 milhões de euros) e, principalmente, pelo já referido aumento dos custos de estrutura (166,7 milhões de euros).

A evolução das provisões e imparidades face ao semestre homólogo de 2021 registou uma diminuição de 352,6 milhões de euros, justificada maioritariamente pela reversão das medidas preventivas da Caixa para fazer face ao impacto expectável da pandemia.

Em resultado destas evoluções, os resultados operacionais do semestre atingiram os 676,8 milhões de euros, +59,5% quando comparados com junho de 2021. O resultado líquido da atividade individual da Caixa foi assim de 458,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2022 (+180,5 milhões que nos primeiros seis meses de 2021).

## Balanço

O ativo líquido da atividade individual da Caixa Geral de Depósitos atingiu 97.480 milhões de euros no final junho de 2022, o que representou um crescimento de 1,2% face ao final do ano anterior. De destacar as evoluções registadas, desde o início do ano, no crédito a clientes, com um aumento de 931 milhões de euros (+2,0%), de caixa e disponibilidades em bancos centrais (+5,6%), com um crescimento de 1.246 milhões de euros e as aplicações em títulos com uma redução de 1.355 milhões de euros (-6,2%).

		(milhões de euros)		
BALANÇO (INDIVIDUAL) <sup>(1)</sup>		Variação 2022-06 vs 2021-12		
ATIVO	2021-12	2022-06	Abs.	(%)
Caixa e disp. em bancos centrais	22.082	23.327	1.246	5,6%
Aplicações em instituições de crédito	2.236	2.116	-120	-5,4%
Aplicações em títulos	21.708	20.354	-1.355	-6,2%
Crédito a clientes	45.613	46.544	931	2,0%
Ativos com acordo de recompra	0	46	46	-
Ativ. não correntes detidos para venda	121	112	-8	-7,0%
Ativos intangíveis e tangíveis	559	592	33	5,9%
Investimentos em filiais e associadas	1.265	1.264	-1	-0,1%
Ativ. por impostos correntes e diferidos	1.535	1.332	-203	-13,2%
Outros ativos	1.250	1.793	543	43,5%
<b>Total do ativo</b>	<b>96.368</b>	<b>97.480</b>	<b>1.112</b>	<b>1,2%</b>
PASSIVO				
Rec. bancos centrais e instit. de crédito	7.216	7.007	-209	-2,9%
Recursos de clientes	72.092	74.693	2.601	3,6%
Responsab. representadas por títulos	1.790	828	-962	-53,7%
Passivos financeiros ao j. v. atr. result.	381	209	-172	-45,1%
Provisões	933	812	-121	-13,0%
Passivos subordinados	1.118	1.104	-14	-1,3%
Outros passivos	4.694	4.696	2	0,0%
<b>Total do passivo</b>	<b>88.224</b>	<b>89.349</b>	<b>1.125</b>	<b>1,3%</b>
<b>Capitais próprios</b>	<b>8.145</b>	<b>8.131</b>	<b>-13</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Total do passivo e capitais próprios</b>	<b>96.368</b>	<b>97.480</b>	<b>1.112</b>	<b>1,2%</b>

(1) Inclui CGD Portugal e as Sucursais da CGD no exterior.

As aplicações em títulos diminuíram de 21.708 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2021, para 20.354 milhões de euros a 30 de junho de 2022. Esta variação é consequência da estratégia de gestão de liquidez seguida pela Caixa que visa a concentração dos investimentos ao custo amortizado.

O total do passivo, no montante de 89.349 milhões de euros, apresentou uma variação no semestre de +1,3%, no montante de 1.125 milhões de euros, variação justificada pelo aumento de 2.601 milhões de euros (+3,6%) na rubrica de recursos de clientes.

Os capitais próprios mantiveram-se estáveis face a dezembro de 2021, mesmo após o exercício da opção de reembolso antecipado da emissão perpétua de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*), no valor de 500 milhões de euros em março de 2022. As poupanças no pagamento do cupão de 10,75% permitem a geração de capital orgânico no futuro.

## Gestão de capital

Os capitais próprios da atividade individual fixaram-se em 8.131 milhões de euros em junho de 2022. A redução de 500 milhões de euros em “Outros instrumentos de capital”, referente aos valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*) que foram reembolsados em março de 2022 foi compensada pelo aumento de 541 milhões de euros de “Outras reservas e resultados transitados”, já tendo em conta o pagamento dos dividendos ao acionista. Esta variação positiva, é justificada, entre outros, pela incorporação dos resultados positivos de 2021.

(milhões de euros)

CAPITAIS PRÓPRIOS (INDIVIDUAL)	2021-12	2022-06
Capital social	3.844	3.844
Outros instrumentos de capital	500	0
Reservas de reavaliação	244	172
Outras reservas e resultados transitados	3.115	3.656
Resultado de exercício	442	459
<b>Total</b>	<b>8.145</b>	<b>8.131</b>

Os rácios *Common Equity Tier 1* (CET 1) e Total, calculados de acordo com as regras da CRD IV /CRR, alcançaram os valores de 20,3% e 22,1%, respetivamente, em junho de 2022.

Caso fosse considerado o resultado líquido positivo do perímetro prudencial do período (459 milhões de euros), descontado da distribuição de dividendo máximo (MDA) permitido pela política de dividendos da Caixa (cerca de 198 milhões de euros), os rácios CET1 e Total seriam de 21,1% e 22,9 %, respetivamente.

Abaixo ilustram-se os valores dos fundos próprios e rácios de capital entre junho de 2021 e junho de 2022 conforme reportado ao Supervisor, apresentando-se também a informação referente ao primeiro semestre de 2022 considerado o resultado líquido de MDA.

(milhões de euros)

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (INDIVIDUAL)	Regras CRR/CRD IV (1)			
	2021-06	2021-12 (2)	2022-06	2022-06 (3)
<b>Fundos próprios</b>				
<i>Common equity tier 1</i> (CET 1)	7.004	6.854	6.793	7.054
Tier 1	7.504	6.854	6.793	7.054
Tier 2	600	600	600	600
<b>Total</b>	<b>8.104</b>	<b>7.454</b>	<b>7.393</b>	<b>7.654</b>
<b>Ativos ponderados</b>	<b>33.704</b>	<b>33.408</b>	<b>33.435</b>	<b>33.435</b>
<b>Rátios de solvabilidade</b>				
CET 1	20,8%	20,5%	20,3%	21,1%
Tier 1	22,3%	20,5%	20,3%	21,1%
<b>Total</b>	<b>24,0%</b>	<b>22,3%</b>	<b>22,1%</b>	<b>22,9%</b>

(1) Os valores apresentados são aplicáveis em *Phasing-in* e *Full Implementation*;

(2) Inclui o resultado líquido positivo previamente aprovado pelo Supervisor e nos termos do nº 2 do artigo 26º do Regulamento (UE) nº 575/2013;

(3) Versão com inclusão do Resultado positivo de cerca de 261 M€ (valor líquido de MDA), disponibilizada para efeitos de comparação com os valores do último final de ano. Caso fosse considerado a inclusão da totalidade do Resultado líquido positivo (459 M€) o rácio CET1 seria de 21,7%; Tier 1 de 21,7% e Total de 23,5%.

A variação do rácio CET 1 de cerca de +58 p.b. entre dezembro de 2021 e junho de 2022, ambos considerando o resultado líquido positivo líquido de MDA, resulta da melhoria verificada nos fundos próprios (+60 p.b.), parcialmente absorvida pelo aumento dos ativos ponderados pelo risco (*Risk Weighted Assets – RWA*) (-2 p.b.).

A melhoria verificada nos fundos próprios é explicada essencialmente pelas seguintes componentes:

- Outras reservas e resultados transitados apresentam uma melhoria de cerca de +340 milhões de euros (com um impacto de +102 p.b. no rácio CET 1), cuja magnitude resulta essencialmente dos desvios atuariais positivos relacionados com os benefícios pós-emprego no valor de cerca de 488 milhões de euros, que mais do que compensaram a distribuição adicional de dividendos de 137 milhões de euros;
- Resultado positivo do perímetro prudencial do semestre, líquido MDA, que atingiu um valor de cerca de 261 milhões de euros (+78 p.b. no rácio CET 1);

- A componente que mais contribuiu negativamente nos fundos próprios está relacionada com a dedução do excesso de financiamento das responsabilidades do Fundo de Pensões de benefício definido (Artigo 41.º do Regulamento UE nº 575/2013), em cerca de 316 milhões de euros, contribuindo para uma redução de -94 p.b. no rácio CET1.
- Redução verificada nas reservas de reavaliação na ordem -71 milhões de euros (-21 p.b. no rácio CET1);
- Aumento dos ativos intangíveis em cerca de 12 milhões de euros, que gerou uma dedução nos fundos próprios na mesma ordem de grandeza, contribuindo para uma redução de -4 p.b. no rácio CET1.

No primeiro semestre, verificou-se um aumento dos RWA em de cerca de 27 milhões de euros, sendo de destacar:

- a) Crescimento da carteira de crédito, em particular do crédito à habitação, com um impacto de 111 milhões de euros nos RWA (-7 p.b. no rácio CET1).
- b) Aumento da posição cambial sujeita a cálculo de requisitos de capital para risco cambial, com impacto em cerca 87 milhões de euros nos RWA (-5 p.b. no CET1). Este acréscimo decorre do facto da posição cambial estrutural em escudos de cabo-verdianos (CVE) deixar de estar ao abrigo da isenção prevista no artigo 352(2) da CRR mas também da evolução cambial, com reflexo no aumento da posição em kwanzas (AOA) e em patacas (MOP).
- c) Diminuição dos RWA para ativos por impostos diferidos em cerca de 182 milhões de euros (+11 p.b. no CET1).

#### Requisitos de Capital do BCE para o perímetro individual

No âmbito das atribuições conferidas pelo Regulamento (EU) nº 1024/2013, de 15 de Outubro, o BCE efetua exercícios de revisão e avaliação das instituições, incluindo testes de esforço e, com base nesse processo de revisão (SREP - *Supervisory Review and Evaluation Process*), pode impor às instituições de crédito requisitos específicos de fundos próprios adicionais, bem como requisitos específicos de divulgação de informações.

Para 2022, está definida para Caixa Geral de Depósitos, S.A. (empresa-mãe) a obrigação de satisfazer em permanência os fundos próprios e os requisitos de liquidez aplicáveis por força do Regulamento (UE) nº 575/2013, a legislação nacional que transpõe a Diretiva 2013/36 / UE e quaisquer requisitos de liquidez nacionais aplicáveis na aceção do artigo 412.º, n.º 5, do Regulamento (UE) nº 575/2013.

## 1.6. Eventos subsequentes

### Aumento da taxa de Juro

Em julho de 2021, o Banco Central Europeu (BCE) subiu as três taxas de juro diretoras em 50 pb, decisão assente na avaliação atualizada relativamente aos riscos de inflação e em consonância com o compromisso de cumprimento do seu mandato de manutenção da estabilidade de preços. Na mesma reunião, foi também aprovado o *Transmission Protection Instrument (TPI)*, justificado pelo seu contributo para a transmissão eficaz da política monetária, assegurando que a orientação é transmitida uniformemente em todos os países da área do euro.

Já em setembro, o BCE aumentou novamente as três taxas de juro diretoras em 75 pb (a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento, as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para 1,25%, 1,50% e 0,75%, respetivamente), não descartando novas subidas, na medida em que a inflação permanece demasiado elevada, sendo provável que se mantenha acima do objetivo durante um período prolongado.

Na mesma reunião, o BCE reviu em alta as suas projeções para a inflação, esperando-se agora que esta seja, em média, de 8,1% em 2022, 5,5% em 2023 e 2,3% em 2024 e, no sentido oposto, devido aos elevados preços dos produtos energéticos que condicionam a atividade económica e à conjuntura geopolítica adversa, reviu em baixa a projeção do crescimento económico para 3,1% em 2022, 0,9% em 2023 e 1,9% em 2024.

### Redução de agências comparadas com outros bancos

A Caixa continua a assegurar o atendimento dos seus Clientes de uma forma multifacetada englobando, a sua rede de agências, gabinetes de empresas, espaços automáticos de *self-service*, canais digitais, incluindo as apps, e o atendimento telefónico. À semelhança do que se verifica no restante sistema bancário Português, a gestão da rede de agências é efetuada de forma permanente e, nesse quadro, procedeu-se ao encerramento de 23 agências durante o terceiro trimestre de 2022. A Caixa manteve ainda assim uma posição de liderança no mercado nacional em termos de rede de retalho, entre agências e Espaços Caixa. Assegura a sua representação em todos os concelhos do país, prosseguindo a adoção do novo modelo de atendimento com recurso a novas tecnologias. No mesmo período, foi aberto um novo gabinete de empresas na Covilhã reforçando o apoio da Caixa ao tecido empresarial da região.

### Resultados de 2022 do SSM *Climate Risk Stress Test*

A Caixa Geral de Depósitos foi sujeita ao *SSM Climate Risk Stress Test 2022* conduzido pelo Banco Central Europeu (BCE). Este exercício envolveu um total de 104 bancos e foi concebido para ser utilizado como uma importante fonte de informação qualitativa para as conclusões do SREP.

Os resultados do exercício mostram que a pontuação global da Caixa foi acima da média. Cerca de 65% dos bancos, relativamente ao progresso dos seus *Climate Risk Stress Test Framework*, obtiveram 3 (Médio) ou 4 (Subdesenvolvido), enquanto a Caixa obteve uma melhor classificação com uma pontuação de 2 (Médio-Avançado), juntamente com um terço dos melhores bancos participantes. Este resultado confirma a relevância para a Caixa Geral de Depósitos e o seu compromisso com a sustentabilidade e as preocupações ambientais, incluindo as alterações climáticas.

Em particular, a Caixa Geral de Depósitos teve um bom resultado na qualidade dos dados e na sustentabilidade do modelo de negócio, em comparação com os seus pares. Os resultados da qualidade dos dados mostram os esforços significativos que a Caixa Geral de Depósitos fez para melhorar a completude da informação existente, demonstrando que a Caixa Geral de Depósitos está bem preparada para os exercícios e desafios que se avizinham.

Este exercício também proporcionou perspetivas e identificou oportunidades para melhorar o quadro de gestão do risco climático, para o qual a Caixa Geral de Depósitos concebeu e está a implementar planos de ação específicos. Além disso, o BCE acompanhará este exercício, fornecendo uma orientação sobre as melhores práticas para lidar com o risco climático, que a Caixa Geral de Depósitos seguirá minuciosamente, a fim de continuar a ser um banco de referência num assunto que continuará a ser de particular relevância no futuro previsível.

### Alienação da Participação na Esegur, S.A.

No dia 28 de julho de 2022 efetivou-se a alienação da participação da Caixa na Esegur ao grupo espanhol Trablisa. O valor de balanço já refletia o valor estimado para a venda pelo que não foi reconhecido nenhum impacto adicional nas contas do grupo em resultado desta operação.



### Banco Interatlântico

No dia 3 de agosto de 2022, foram adquiridas 11.687 ações, representativas de 11,69% do Banco Interatlântico, por parte da CGD, passando de uma participação de 70% para 81,687% do Capital social do banco.

### Nostrum Mortgages N.º 2

Na sequência da deliberação da CGD, em 22 de agosto, foi exercida a opção de reembolso antecipado da transação Nostrum 2010 e efetuada a recompra dos créditos que constituem o *portfolio* à TAGUS (sociedade de titularização), originando a liquidação da estrutura.

### Acordo para a venda de participações detidas em fundos de reestruturação e outros ativos (Projeto Crow)

A CGD e os restantes participantes lançaram em 2021, através da sociedade gestora ECS Capital, um processo de venda organizado e competitivo de 100% das ações do fundo FLIT - PTREL SICAV ("FLIT"), 100% das Unidades de Participação do Fundo de Recuperação Turismo, FCR ("FRT") e ainda de alguns ativos hoteleiros do Fundo de Recuperação, FCR ("Projeto Crow").

Em consequência, no passado dia 12 de agosto foram assinados os acordos de compra e venda com a Corvus Acquisitions DAC.

A implementação do Projeto Crow envolve uma reorganização de ativos a ser levada a cabo antes do *closing*, que incluirá:

- (a) Alguns ativos atualmente detidos indiretamente pelo FLIT e pelo FRT terão de ser retirados do perímetro da transação antes do *closing* ("*Carve-Out*"); e
- (b) Alguns ativos hoteleiros atualmente detidos indiretamente pelo Fundo Recuperação, FCR a serem adquiridos indiretamente pelo FLIT antes do *closing* da transação (o "*Carve-In*").

O perímetro de transação do Projeto Crow irá, portanto, envolver:

- (i) As unidades de participação do FRT juntamente com os ativos detidos direta e indiretamente por si, com exceção dos que fazem parte do *Carve-Out*;
- (ii) As ações dos FLIT juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos por si, com exceção dos que fazem parte do *Carve-Out*; e
- (iii) Cada um dos ativos do *Carve-In* que serão previamente transferidos para uma filial da FLIT.

O *closing* da transação do Projeto Crow, previsto para o final do ano, está também sujeito a determinadas condições precedentes, incluindo condições regulamentares e outras, subsistindo assim efeitos potenciais associados à operação que não são passíveis de quantificar com total fiabilidade nesta data.

## 1.7. Declaração sobre a conformidade da informação financeira

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-J do Código de Valores Mobiliários, cada um dos abaixo assinados, na qualidade indicada, declara que as demonstrações financeiras intercalares condensadas, separadas e consolidadas, relativas ao 1º semestre de 2022, tanto quanto é do seu conhecimento, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Geral de Depósitos, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e, bem ainda, que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 29 de setembro de 2022

### **Presidente do Conselho de Administração**

António Farinha Moraes

### **Vice-Presidente do Conselho de Administração**

Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo

### **Vogais do Conselho de Administração**

José João Guilherme

Francisco Ravara Cary

João Paulo Tudela Martins

Maria João Borges Carioca Rodrigues

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Madalena Rocheta de Carvalho Talone

Maria Manuela Martins Ferreira

António Alberto Henriques Assis

José António da Silva Brito

María del Carmen Gil Marín

Maria João Martins Ferreira Major

Arlindo Manuel Limede de Oliveira

Hans-Helmut Kotz

Luís Filipe Coimbra Nazaret

Monique Eugénie Hemerijck

# 1.8. Demonstrações Financeiras Intercalares Condensadas, Separadas e Consolidadas

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

## BALANÇO SEPARADO INTERCALAR CONDENSADO

(milhares de euros)

30-06-2022						31-12-2021	
ATIVO						PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	
Notas	Ativo bruto	Imparidade e amortizações	Ativo líquido	Ativo líquido		Notas	
3	23.327.162	-	23.327.162	22.081.560	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	17	7.007.102
4	253.135	-	253.135	368.601	Recursos de clientes e outros empréstimos	18	74.633.117
5	1.864.346	1.848	1.862.498	1.867.041	Responsabilidades representadas por títulos	19	828.351
6	3.810.029	-	3.810.029	3.240.561	Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	9	209.063
7	3.058.178	-	3.058.178	5.415.687	Passivos financeiros associados a ativos transferidos		2.461.586
8	45.797	-	45.797	-	Derivados de cobertura	9	2.741
9	24.123	-	24.123	5.898	Provisões	21	811.762
11	13.485.764	16	13.485.748	13.052.244	Passivos por impostos correntes	15	10.629
12	48.448.705	1.904.834	46.543.871	45.613.121	Passivos por impostos diferidos	15	51.766
13	323.881	211.583	112.298	120.689	Outros passivos subordinados	22	1.103.744
	6.122	-	6.122	7.847	Outros passivos	23	2.189.212
	1.381.797	961.609	420.188	399.545	Total do passivo		89.349.073
	276.444	104.207	172.237	159.761	Capital	24	3.844.144
14	1.600.535	336.722	1.263.814	1.264.710	Outros instrumentos de capital	24	-
15	434.625	-	434.625	434.631	Reservas de reavaliação	25	172.330
15	897.596	-	897.596	1.100.530	Outras reservas e resultados transitados	25	3.655.999
16	1.958.480	195.784	1.762.696	1.235.936	Resultado líquido do período	25	458.571
					Total do capital próprio		8.131.043
	101.196.719	3.716.603	97.480.117	96.368.363	Total do passivo e do capital próprio		97.480.117
O Técnico Oficial de Contas Andreia Júlia Meneses Alves							
Presidente António Farinha Morais							
Vice-Presidente Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo							
Vogais							
José João Guilherme							
Francisco Ravara Cary							
João Paulo Tudela Martins							
Maria João Borges Carioca Rodrigues							
Nuno Alexandre de Carvalho Martins							
Madalena Rocheta de Carvalho Talone							
Maria Manuela Martins Ferreira							
António Alberto Henrique Assis							
José António da Silva Brito							
Maria del Carmen Gil Marín							
Maria João Martins Ferreira Major							
Arlindo Manuel Lime de Oliveira							
Hans-Helmut Kotz							
Luís Filipe Coimbra Nazaret							
Monique Eugénie Hemerijck							

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA INTERCALAR CONDENSADA DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

	Notas	30-06-2022	30-06-2021
Juros e rendimentos similares	26	567.728	499.532
Juros e encargos similares	26	(189.737)	(166.653)
<b>Margem Financeira</b>		<b>377.991</b>	<b>332.879</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	27	70.825	68.527
Rendimentos de serviços e comissões	28	305.749	266.036
Encargos com serviços e comissões	28	(53.132)	(44.384)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	29	48.026	96.409
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	29	2.433	1.598
Resultados de reavaliação cambial	29	4.699	4.581
Resultados da contabilidade de cobertura	29	915	(3.865)
Outros resultados de exploração	30	12.949	(18.072)
<b>Produto da Atividade Operacional</b>		<b>770.454</b>	<b>703.709</b>
Custos com pessoal	31	(249.590)	(89.447)
Gastos gerais administrativos	33	(75.425)	(79.513)
Depreciações e amortizações		(50.042)	(39.359)
Outras provisões	21	80.677	(37.376)
Imparidade de crédito	34	157.671	(27.440)
Imparidade de outros ativos	34	43.067	(6.372)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>676.812</b>	<b>424.202</b>
Impostos sobre os resultados	15	(218.241)	(146.149)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>458.571</b>	<b>278.053</b>
Número médio de ações ordinárias emitidas	24	768.828.747	768.828.747
Resultado por ação (Euros)		0,60	0,36

**O Técnico Oficial de Contas**  
Andreia Júlia Meneses Alves

**Presidente**  
António Farinha Morais

**Vice-Presidente**  
Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo

**Vogais**  
 José João Guilherme  
 Francisco Ravara Cary  
 João Paulo Tudela Martins  
 Maria João Borges Carioca Rodrigues  
 Nuno Alexandre de Carvalho Martins  
 Madalena Rocheta de Carvalho Talone  
 Maria Manuela Martins Ferreira  
 António Alberto Henrique Assis  
 José António da Silva Brito  
 Maria del Carmen Gil Marín  
 Maria João Martins Ferreira Major  
 Arlindo Manuel Limede de Oliveira  
 Hans-Helmut Kotz  
 Luís Filipe Coimbra Nazaret  
 Monique Eugénie Hemerijck

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA INTERCALAR CONDENSADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

	30-06-2022	30-06-2021
<b>Saldos passíveis de reclassificação para resultados</b>		
Variação no período	(95.839)	135
Ajustamentos de reclassificação da reserva de justo valor para resultados		
Reconhecimento de imparidade no período	46	97
Alienação de ativos financeiros	(2.433)	(1.598)
Efeito fiscal	26.865	374
Variações cambiais em sucursais		
Variação no período	2.424	801
Outros	28	(27)
	(68.909)	(218)
<b>Saldos não passíveis de reclassificação para resultados</b>		
Benefícios a empregados - ganhos e perdas atuariais		
Variação ocorrida no período	502.864	279.529
Efeito fiscal	(14.686)	3.621
Alterações no justo valor de ativos financeiros (opção de valorização de instrumentos de capital ao justo valor por outro rendimento integral)	47	42
	488.225	283.192
<b>Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas</b>	<b>419.316</b>	<b>282.974</b>
Resultado líquido do período	458.571	278.053
<b>Total dos resultados e do outro rendimento integral do período</b>	<b>877.887</b>	<b>561.026</b>



## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA INTERCALAR CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

	Notas	30-06-2022	30-06-2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		921.550	787.560
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(255.058)	(189.325)
Recuperação de capital e juros		39.264	40.493
Pagamentos a empregados e fornecedores		(221.626)	(241.896)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios		(56.314)	(56.581)
Outros resultados		(28.286)	(24.065)
		399.530	316.187
<b>(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais</b>			
Créditos sobre instituições de crédito e clientes		(777.303)	(1.230.963)
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados		(582.078)	1.873.333
Outros ativos		(552.031)	(1.293.655)
		(1.911.412)	(651.286)
<b>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais</b>			
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais		(160.886)	4.771.220
Recursos de clientes e outros empréstimos		2.598.937	3.954.070
Outros passivos		(71.124)	(21.735)
		2.366.927	8.703.555
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros</b>		855.046	8.368.456
Impostos sobre lucros		(37.490)	(39.042)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>		817.555	8.329.414
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Rendimentos de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		70.604	68.439
Rendimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		221	88
Aquisições de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações		42.973	30
Aquisições de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de alienações		2.084.697	(225.623)
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações		15.623	(20.049)
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>		2.214.118	(177.115)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Juros de passivos subordinados		(35.016)	(35.016)
Juros de responsabilidades representadas por títulos		(10.367)	(11.154)
Juros de outros instrumentos de capital		(13.438)	(26.875)
Juros de contratos de locação		(2.006)	(2.159)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de recompras e reembolsos		(949.566)	(13.329)
Reembolso de outros instrumentos de capital		(500.000)	-
Reembolsos de operações de financiamento através de contratos de locação		(15.356)	(18.544)
Distribuição de dividendos		(378.231)	(83.639)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>		(1.903.980)	(190.715)
<b>Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>		1.127.694	7.961.584
Caixa e seus equivalentes no início do período		22.450.160	9.928.363
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		2.443	540
Variação líquida de caixa e seus equivalentes		1.127.694	7.961.584
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>3 e 4</b>	<b>23.580.297</b>	<b>17.890.488</b>

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA INTERCALAR CONDENSADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados			Resultado do exercício	Total
			Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Imobilizado	Total	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados	Total		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	3.844.144	500.000	200.219	(54.760)	110.425	255.884	224.891	2.575.240	2.800.129	406.539	7.806.696
Distribuição do resultado do exercício de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	81.308	241.592	322.900	(322.900)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.639)	(83.639)
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios	-	-	(1.366)	374	-	(993)	-	-	-	-	(993)
Variação das reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	42	42	-	42
Valorização de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	283.150	283.150	-	283.150
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	801	801	-	801
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	278.053	278.053
Resultado do período	-	-	(1.366)	374	-	(993)	-	283.993	283.966	278.053	561.026
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	(1.366)	374	-	(993)	-	(26.722)	(26.722)	-	(26.722)
Dividendos e outros encargos associados à emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	3.844.144	500.000	198.852	(54.386)	110.425	254.891	306.198	3.074.103	3.390.273	278.053	8.257.361
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	3.844.144	500.000	183.435	(50.169)	110.425	243.691	306.198	2.808.988	3.115.158	441.534	8.144.527
Distribuição do resultado do exercício de 2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	88.307	112.156	200.463	(200.463)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(241.071)	(241.071)
Distribuição de dividendos 2021	-	-	-	-	-	-	-	(137.160)	(137.160)	-	(137.160)
Distribuição extraordinária de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos registados diretamente nos capitais próprios	-	-	(98.225)	26.865	-	(71.361)	-	-	-	-	(71.361)
Variação das reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	47	47	-	47
Valorização de instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	488.178	488.178	-	488.178
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	2.424	2.424	-	2.424
Variações cambiais em Sucursais	-	-	-	-	-	-	-	-	28	-	28
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	458.571	458.571
Resultado do período	-	-	(98.225)	26.865	-	(71.361)	-	490.649	490.677	458.571	877.887
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	(98.225)	26.865	-	(71.361)	-	-	-	-	-
Reembolso de outros instrumentos de capital (AT1)	-	(500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)
Dividendos e outros encargos associados à emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	(13.139)	(13.139)	-	(13.139)
<b>Saldo em 30 de junho de 2022</b>	3.844.144	-	85.210	(23.305)	110.425	172.330	394.505	3.261.494	3.655.999	458.571	8.131.043



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA INTERCALAR CONDENSADA DOS RESULTADOS

(milhares de euros)

	Notas	Reexpresso	
		30-06-2022	30-06-2021
Juros e rendimentos similares	28	846.328	705.529
Juros e encargos similares	28	(255.120)	(215.470)
<b>Margem Financeira</b>		591.208	490.059
Rendimentos de instrumentos de capital	29	9.536	4.111
Rendimentos de serviços e comissões	30	375.603	326.629
Encargos com serviços e comissões	30	(69.576)	(56.817)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	31	54.757	106.793
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	31	(3.349)	2.829
Resultados de reavaliação cambial	31	27.347	22.044
Resultados da contabilidade de cobertura	31	915	(3.865)
Outros resultados de operações financeiras	31	(3.777)	(4.869)
Outros resultados de exploração	32	43.207	(12.112)
<b>Produto da Atividade Operacional</b>		1.025.872	874.803
Custos com pessoal	33	(327.544)	(156.306)
Gastos gerais administrativos	35	(107.007)	(105.657)
Depreciações e amortizações		(65.068)	(50.065)
Outras provisões	22	79.569	(36.087)
Imparidade de crédito	36	151.000	(45.982)
Imparidade de outros ativos	36	(443)	(22.494)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		756.380	458.212
Impostos sobre os resultados	17	(251.816)	(170.838)
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	16	22.838	26.519
<b>Resultado de Atividades em Continuação</b>		527.401	313.893
Resultados em filiais detidas para venda	14	63	294
<b>Resultado Consolidado do Exercício, do qual</b>		527.464	314.187
Interesses que não controlam	27	(41.765)	(19.980)
<b>Resultado Consolidado Atribuível ao Acionista da Caixa</b>		485.698	294.206
Número médio de ações ordinárias emitidas	25	768.828.747	768.828.747
Resultado por ação (Euros)		0,63	0,38

**O Técnico Oficial de Contas**  
 Andreia Júlia Meneses Alves

**Presidente**  
 António Farinha Moraes

**Vice-Presidente**  
 Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo

**Vogais**

José João Guilherme  
 Francisco Ravara Cary  
 João Paulo Tudela Martins  
 Maria João Borges Carioca Rodrigues  
 Nuno Alexandre de Carvalho Martins  
 Madalena Rocheta de Carvalho Talone  
 Maria Manuela Martins Ferreira  
 António Alberto Henrique Assis  
 José António da Silva Brito  
 Maria del Carmen Gil Marín  
 Maria João Martins Ferreira Major  
 Arlindo Manuel Lime de Oliveira  
 Hans-Helmut Kotz  
 Luís Filipe Coimbra Nazaret  
 Monique Eugénie Hemerijck

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA INTERCALAR CONDENSADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

(milhares de euros)

	30-06-2022			30-06-2021		
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total
<b>Saldos passíveis de reclassificação para resultados</b>						
Varição no período	(122.376)	(17)	(122.394)	1.681	(446)	1.235
Ajustamentos de reclassificação da reservas de reavaliação						
Reconhecimento de imparidade em ativos financeiros	1.086	-	1.086	1.892	103	1.995
Alienação de ativos financeiros	3.349	870	4.218	(3.299)	470	(2.829)
Efeito fiscal	30.339	(384)	29.955	749	572	1.321
Variações em ativos de empresas associadas e empreendimentos conjuntos	(65.790)	-	(65.790)	(19.781)	-	(19.781)
Variações cambiais resultantes da consolidação						
Varição no período	170.061	8.050	178.111	72.347	3.894	76.241
Outros	421	-	421	574	-	574
	17.089	8.519	25.607	54.161	4.593	58.754
<b>Saldos não passíveis de reclassificação para resultados</b>						
Benefícios a empregados - ganhos e perdas atuariais						
Varição ocorrida no período	502.084	-	502.084	279.482	-	279.482
Efeito fiscal	(14.686)	-	(14.686)	4.473	-	4.473
Alterações no justo valor de ativos financeiros (opção de valorização de instrumentos de capital ao justo valor por outro rendimento integral)	2.379	-	2.379	42	-	42
	489.777	-	489.777	283.997	-	283.997
<b>Total do rendimento integral do período reconhecido em reservas</b>	506.866	8.519	515.385	338.158	4.593	342.751
Resultado líquido do período	527.401	63	527.464	313.893	294	314.187
<b>Total do rendimento integral do período, do qual</b>	1.034.268	8.581	1.042.849	652.052	4.887	656.938
Interesses que não controlam	(91.261)	-	(91.261)	(40.066)	-	(40.066)
<b>Total dos resultados e do outro rendimento integral do período atribuível ao acionista da CGD</b>	943.006	8.581	951.587	611.985	4.887	616.872



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA INTERCALAR CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA

(milhares de euros)

	Notas	30-06-2022	30-06-2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos</b>			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		1.253.136	1.023.440
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(330.059)	(237.087)
Recuperação de capital e juros		41.415	42.190
Pagamentos a empregados e fornecedores		(323.616)	(349.214)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões e outros benefícios		(56.756)	(29.230)
Outros resultados		(15.623)	(10.918)
		568.496	439.181
<b>(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais</b>			
Créditos sobre instituições de crédito e clientes		(1.571.971)	(1.304.514)
Ativos detidos para negociação e outros ativos avaliados ao justo valor através de resultados		(583.455)	1.987.783
Outros ativos		(1.131.291)	(1.790.517)
		(3.286.716)	(1.107.248)
<b>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais</b>			
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais		(185.667)	4.742.895
Recursos de clientes e outros empréstimos		3.608.489	4.543.974
Outros passivos		155.156	95.102
		3.577.979	9.381.970
<b>Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre lucros</b>		859.759	8.713.903
Impostos sobre lucros		(60.782)	(51.066)
<b>Caixa líquida das atividades operacionais</b>		798.976	8.662.837
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Rendimentos de instrumentos de capital		9.536	4.097
Aquisições de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, líquidas de alienações		10.111	1.715
Aquisições de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		2.178.969	(355.109)
Aquisições de ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações		27.157	(46.240)
<b>Caixa líquida das atividades de investimento</b>		2.225.773	(395.536)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Juros de passivos subordinados		(35.016)	(35.016)
Juros de responsabilidades representadas por títulos		(10.363)	(11.151)
Juros de outros instrumentos de capital		(13.438)	(26.875)
Juros de contratos de locação		(2.500)	(2.618)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de recompras e reembolsos		(949.165)	(13.329)
Reembolso de outros instrumentos de capital		(500.000)	-
Reembolsos de operações de financiamento através de contratos de locação		(18.504)	(21.640)
Distribuição de dividendos		(378.231)	(83.639)
<b>Caixa líquida das atividades de financiamento</b>		(1.907.217)	(194.268)
<b>Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>		1.117.533	8.073.033
Caixa e seus equivalentes no início do período		23.677.423	10.972.276
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		146.352	121.465
Variação líquida de caixa e seus equivalentes		1.117.533	8.073.033
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4 e 5</b>	24.941.309	19.166.774

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA INTERCALAR CONDENSADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Subtotal	Interesses que não controlam	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	3.844.144	500.000	267.266	3.393.753	491.592	8.496.754	204.076	8.700.830
Outros movimentos registrados diretamente nos capitais próprios								
Variação das reservas de reavaliação	-	-	1.920	-	-	1.920	(200)	1.721
Apropriação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	(19.781)	-	(19.781)	-	(19.781)
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	-	-	-	283.619	-	283.619	337	283.955
Variações cambiais	-	-	-	56.449	-	56.449	19.792	76.241
Valorização de instrumentos de capital	-	-	-	42	-	42	-	42
Resultado do período	-	-	-	-	294.206	294.206	19.980	314.187
Outros	-	-	-	417	-	417	157	574
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	1.920	320.745	294.206	616.872	40.066	656.938
Distribuição do resultado do exercício de 2020								
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	407.953	(407.953)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(83.639)	(83.639)	-	(83.639)
Dividendos e outros encargos associados à emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	(26.722)	-	(26.722)	-	(26.722)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	115	-	115	-	115
Dividendos pagos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(13.421)	(13.421)
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	3.844.144	500.000	269.186	4.095.843	294.206	9.003.379	230.722	9.234.101
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	3.844.144	500.000	255.079	3.866.572	583.361	9.049.156	237.807	9.286.963
Outros movimentos registrados diretamente nos capitais próprios								
Variação das reservas de reavaliação	-	-	(87.002)	-	-	(87.002)	(132)	(87.134)
Apropriação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	(65.790)	-	(65.790)	-	(65.790)
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	-	-	-	487.690	-	487.690	(292)	487.399
Variações cambiais	-	-	-	128.219	-	128.219	49.892	178.111
Valorização de instrumentos de capital	-	-	-	2.373	-	2.373	6	2.379
Resultado do período	-	-	-	-	485.698	485.698	41.765	527.464
Outros	-	-	-	399	-	399	22	421
Total de ganhos e perdas do período reconhecidos nos capitais próprios	-	-	(87.002)	552.891	485.698	951.587	91.261	1.042.849
Distribuição do resultado do exercício de 2021								
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	342.290	(342.290)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(137.160)	(241.071)	(378.231)	-	(378.231)
Dividendos e outros encargos associados à emissão de outros instrumentos de capital	-	-	-	(13.139)	-	(13.139)	-	(13.139)
Reembolso de outros instrumentos de capital (AT1)	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	1.180	-	1.180	(759)	421
Dividendos pagos a interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	(41.751)	(41.751)
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	3.844.144	-	168.076	4.612.635	485.698	9.110.553	286.557	9.397.110

2.

ANEXOS  
E RELATORIOS



## 2.1. Anexo às demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

1. Nota introdutória.....	58
2. Políticas contabilísticas .....	59
3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	78
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	79
5. Aplicações em instituições de crédito.....	80
6. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados .....	81
7. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	83
8. Ativos financeiros com acordo de recompra .....	84
9. Derivados .....	85
10. Contabilidade de cobertura .....	87
11. Investimentos ao custo amortizado .....	88
12. Crédito a clientes.....	89
13. Ativos não correntes detidos para venda .....	91
14. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.....	93
15. Imposto sobre o rendimento.....	95
16. Outros ativos .....	101
17. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais.....	103
18. Recursos de clientes e outros empréstimos.....	105
19. Responsabilidades representadas por títulos .....	106
20. Passivos financeiros associados a ativos transferidos .....	109
21. Provisões e passivos contingentes .....	111
22. Outros passivos subordinados .....	119
23. Outros passivos.....	120
24. Capital e outros instrumentos.....	121
25. Reservas, resultados transitados e resultado do período .....	122
26. Juros e rendimentos e juros e encargos similares .....	124
27. Rendimentos de instrumentos de capital .....	125
28. Rendimentos e encargos com serviços e comissões.....	126
29. Resultados em operações financeiras .....	127
30. Outros resultados de exploração .....	128
31. Custos com pessoal e número médio de empregados .....	130
33. Gastos gerais administrativos .....	135
34. Imparidade em ativos .....	136
35. Relato por segmentos .....	138
36. Entidades relacionadas .....	141
37. Contratos de locação .....	143
38. Divulgações relativas a instrumentos financeiros.....	144
39. Eventos subsequentes .....	184



## 1. Nota introdutória

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a CGD incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

A CGD desenvolve a sua atividade numa ótica de banca universal, atuando também, diretamente ou através de empresas do Grupo, nas áreas de banca de investimento, corretagem, capital de risco, imobiliário, gestão de ativos, crédito especializado, comércio eletrónico e atividades culturais.

Para a realização das suas operações a CGD contava, em 30 de junho de 2022, com uma rede nacional de 552 agências (das quais 509 presenciais e espaços Caixa, 3 móveis, 13 automáticas e 27 gabinetes de empresas e extensões), uma sucursal em França com 17 agências e uma sucursal em Timor com 14 agências.

Todos os montantes apresentados foram arredondados ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas, em 30 de junho de 2022, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de setembro de 2022.

### *Plano Estratégico*

Durante o exercício de 2021 o Grupo, sob o mote Construir o Futuro, promoveu iniciativas estratégicas necessárias ao reforço da sustentabilidade da CGD, realizando os trabalhos conducentes à preparação das bases do Plano Estratégico para o período 2021-2024, implementado por um novo Conselho de Administração, cuja nomeação ocorreu formalmente em dezembro de 2021. Com a nomeação do novo Conselho da Caixa, o Plano Estratégico foi submetido à sua apreciação, tendo sido aprovado já no início de 2022.

O Plano Estratégico para o referido período, permite à CGD iniciar um novo ciclo, focado em assegurar que o Grupo presta serviços de banca universal, por processos digitais “end-to-end” e com um serviço e tempo dedicado ao cliente. Pretende-se que, através da capacitação e reforço de competências dos seus empregados, a CGD consiga que a inovação seja um fator diferenciador no mercado, a par de um propósito geneticamente ligado à economia “verde e sustentável”, assegurando, no final, a adequada remuneração dos investidores, Estado e privados.



## 2. Políticas contabilísticas

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas da CGD, em 30 de junho de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho), nos termos do Aviso n.º 5/2015, de 7 de dezembro, do Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

Estas demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar” e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as exceções identificadas.

### 2.2 Alterações de políticas contabilísticas

#### 2.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Não ocorreram durante o primeiro semestre de 2022 modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. Não ocorreram também alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

#### 2.2.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

A CGD adotou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022, as seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia, com relevância para a sua atividade:

- IFRS 16 (alterações) - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 - As alterações realizadas ao texto da norma clarificam que um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada com a COVID-19 é uma modificação de locação. Caso optem pela aplicação deste expediente contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação, de acordo com a IFRS 16, para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

- IFRS 3 (Alterações) – “Concentrações de atividades empresariais” – As alterações ao texto da norma compreendem:

- (i) Correção da menção efetuada à estrutura conceptual aplicável, a qual ainda referenciava a versão emitida em 1989, em detrimento da mais recente (emitida em 2018);
- (ii) Introdução de uma clarificação relativamente ao tratamento de passivos adquiridos em resultado de uma concentração de atividades empresariais, a qual deve ser efetuada à luz da IAS 37 e IFRIC 21, quando estes são enquadráveis no seu âmbito de aplicação;
- (iii) Explicitação no texto da norma que um adquirente não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em resultado de uma concentração de atividades empresariais.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospectiva.

- IAS 16 (Alterações) – “Ativos fixos tangíveis” – As alterações ao texto da norma clarificam que não podem ser deduzidos ao custo de aquisição quaisquer proveitos obtidos com a utilização do ativo até à sua instalação definitiva no local em que irá operar de acordo com as condições definidas pela gestão para o seu uso pretendido. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção diretamente em resultados.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação retrospectiva é obrigatória apenas para os ativos elegíveis que tenham sido instalados na localização pretendida após a data do primeiro período comparativo apresentado.

- IAS 37 (Alterações) – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” – As alterações ao texto da norma especificam o enquadramento dos custos elegíveis para a classificação de um contrato como oneroso. Devem ser considerados para este efeito todos os custos que possam ser diretamente afetados ao cumprimento das obrigações contratuais, podendo estes assumir natureza incremental (como por exemplo bens, equipamentos ou honorários) ou mediante outros tipos de alocação desde que claramente identificáveis (como por exemplo custos de amortização de equipamento utilizado no cumprimento das referidas obrigações).

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospetiva. No exercício da primeira aplicação da alteração encontram-se abrangidos todos os contratos cujas obrigações não se encontrem integralmente cumpridas à data do início do primeiro período comparativo apresentado, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

- *Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020* – O projeto de introdução de melhorias anuais consideradas não urgentes mas necessárias pelo IASB relativas ao período 2018-2020 foi publicado em 14 de maio de 2020 e introduz alterações no texto das seguintes normas: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Destacamos os seguintes pontos com potencial relevância para a atividade da CGD:

- (i) IFRS 9 – A alteração clarifica os critérios de elegibilidade das comissões a considerar pela entidade no âmbito da realização do teste de desreconhecimento de passivos conforme parágrafo B3.3.6 da norma (teste dos 10%). Devem apenas ser reconhecidas comissões pagas ou recebidas entre a instituição (o emitente do passivo financeiro) e o investidor (ou investidores), incluindo aqueles pagos ou recebidos em nome ou representação da outra parte.
- (ii) IFRS 16 – A alteração introduzida retira do texto do Exemplo Ilustrativo n.º 13 (texto que acompanha a norma IFRS 16) o exemplo relativo a reembolsos de encargos suportados pelo locador com beneficiações realizadas ao ativo locado, dado o entendimento de que a sua redação não potenciava uma correta e clara interpretação do tratamento de incentivos em contratos de locação.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.

Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos patrimoniais na preparação das demonstrações financeiras da CGD do primeiro semestre de 2022.

### 2.2.3 Novas normas e interpretações aplicáveis a exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões já endossadas pela União Europeia são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IAS 1 (Alterações) e IFRS *Practice Statement 2* – As alterações introduzidas ao texto da norma e do *Practice Statement* visam clarificar os requisitos que devem ser considerados na avaliação das políticas contabilísticas que devem ser objeto de divulgação, substituindo a expressão “políticas contabilísticas significativas” por “políticas contabilísticas materiais”, sendo igualmente introduzidos exemplos ilustrativos que pretendem demonstrar a aplicação do conceito de materialidade.

As alterações são de adoção obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicados prospetivamente.

- IAS 8 (Alterações) – As alterações ao texto da norma introduzem distinções relativamente à apresentação e divulgação de diferentes naturezas de modificações das demonstrações financeiras, sendo introduzidos esclarecimentos quanto ao tratamento das estimativas contabilísticas, nomeadamente:

- Mensuração em conceito de incerteza;
- Diferença entre modificação de estimativas contabilísticas e correções de erros;
- Contabilização dos efeitos de modificações de estimativas contabilísticas.

As alterações são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.

Não estimamos que da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas resultem quaisquer impactos patrimoniais na preparação das demonstrações financeiras da CGD.

### 2.3 Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas da CGD e das sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional da CGD.

Na preparação das demonstrações financeiras separadas, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como instrumentos de capital relativamente aos quais tenha sido exercida a opção de classificação ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, que são registadas diretamente em “Outras reservas”.

Nas contas globais, os ativos e passivos de sucursais com moeda funcional distinta do euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas” do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas sucursais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, a CGD optou por não recalcular e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de sucursais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação ou encerramento de sucursais ocorridos posteriormente a esta data apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

## 2.4 Instrumentos financeiros

### A. Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio da entidade e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

A CGD classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os *cash flows* contratuais e estes possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida. Por outro lado, a CGD classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI” – *Fair Value Through Other Comprehensive Income*) quando este seja incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos *cash flows* contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados (“FVTPL” – *Fair Value Through Profit or Loss*) quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI. No entanto, no momento do reconhecimento inicial a CGD pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo FVTOCI um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constitua uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”), que de outra forma seria classificado e mensurado pelo FVTPL.

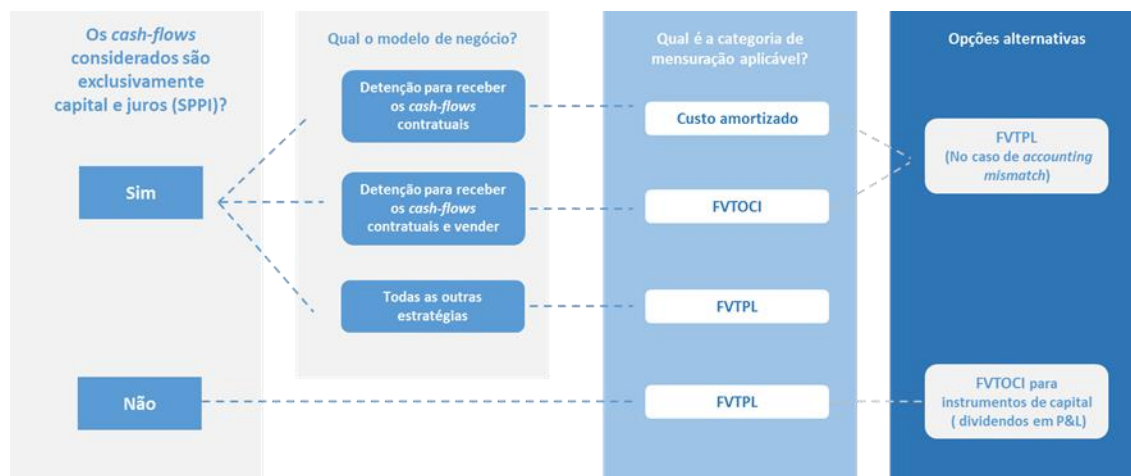
Para determinar qual o modelo de negócio usado na gestão de um ativo financeiro, a CGD define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro. O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, a CGD considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, a CGD avalia:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão da CGD;
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos; e,
- O modo como os gestores são retribuídos (por exemplo, se a retribuição se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos).

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI - *Solely Payments of Principal and Interest*).

A imagem seguinte representa o processo de classificação aplicado pela CGD:



### Desreconhecimento

Um ativo financeiro é desreconhecido quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o ativo financeiro é transferido e a transferência é qualificável para desreconhecimento. Considera-se que um ativo financeiro é transferido se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento fluxos de caixa desse ativo financeiro ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa mas a CGD assumir uma obrigação contratual de entregar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários. Quando sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, a CGD trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- A CGD não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário exceto aqueles que sejam recebidos do ativo original;
- A CGD encontra-se impedida pelos termos do acordo de transferência de vender o ativo original; e,
- A CGD tem a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos sem atrasos materiais e não é permitido reinvestir esses fluxos de caixa até ao seu pagamento.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outra forma modificados e essa renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento do ativo financeiro, a CGD recalcula o valor de balanço bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda pela diferença para o anterior valor de balanço bruto. O novo valor de balanço bruto do ativo é determinado como o valor atual dos fluxos de caixa renegociados ou modificados, descontado à taxa efetiva original do ativo (ou à taxa de juro ajustada no caso de créditos adquiridos ou originados com imparidade) ou, quando aplicável, a taxa de juro efetiva revista. Quaisquer custos ou comissões incorridos são incluídos no novo valor de balanço bruto e amortizados durante o período de vida remanescente do ativo.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do ativo financeiro observam-se as seguintes implicações:

- Necessidade de realização de nova análise SPPI com o intuito de determinar se as condições contratuais do ativo financeiro modificado se enquadram no âmbito de SPPI;
- Registo do novo ativo financeiro pelo justo valor no momento inicial, sendo a eventual diferença face ao valor líquido contabilístico do ativo anterior registada em resultados;
- Caso as modificações contratuais tenham sido motivadas por reestruturação de um ativo por dificuldades financeiras do devedor, o novo ativo é considerado POCI (*Purchased or originated credit impaired financial asset*) sendo as perdas por imparidade sempre reconhecidas com base na *PD lifetime*, ou seja, o novo ativo nunca poderá ser classificado como *stage 1*;
- O custo amortizado do novo ativo será determinado com base nos fluxos de caixa esperados;

- O novo ativo financeiro reconhecido que resulte de uma modificação contratual de um ativo financeiro anteriormente marcado como *forbearance* (de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227 da Comissão de 9 de janeiro de 2015 e em conformidade com a política interna definida pela CGD) continuará a manter esta marcação, sendo que o período de cura é reiniciado a partir da data da última reestruturação; e,
- Para um ativo financeiro originalmente classificado no *stage 3* para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respetivo desreconhecimento, o novo ativo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no *stage 3*, podendo, em função dos *triggers* definidos pela CGD para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o *stage 2*.

#### Reclassificação de ativos financeiros

Se a CGD alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, o que se espera que ocorra de forma pouco frequente e excecional, reclassifica todos os ativos financeiros afetados, em conformidade com os requisitos definidos na IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”. A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data em que se torne efetiva. De acordo com a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, não são permitidas reclassificações de instrumentos de capital para os quais tenha sido incluída a opção de valorização ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ou para ativos e passivos financeiros classificados ao justo valor no âmbito da *fair value option*.

#### Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da CGD independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - (i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - (ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”; e,
  - (iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os fundos de investimento não transacionados em mercados ativos são valorizados com base no último NAV (*Net Asset Value*) disponível. Sempre que considerado adequado, o valor do NAV pode sofrer ajustamentos em função da avaliação crítica efetuada pela CGD aos critérios de mensuração aplicados aos ativos sob gestão dos referidos fundos de investimento.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

No caso de ativos financeiros em imparidade (*stage 3*), o reconhecimento dos juros é realizado com base na taxa utilizada para desconto dos *cash flows* futuros inerentes à determinação da perda por imparidade.

### **B. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:



i. Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (*short selling*).

Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii. Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Esta rubrica inclui os passivos associados a operações de titularização de créditos à habitação cujos saldos não foram desreconhecidos.

Estes passivos são inicialmente registados pelo valor recebido na cessão de créditos, sendo posteriormente valorizados pelo custo amortizado, de forma coerente com a valorização dos correspondentes ativos e as condições definidas na operação de titularização.

iii. Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

**C. Derivados e contabilidade de cobertura**

A CGD realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados não transacionados em mercados organizados é apurado através de modelos que incorporam técnicas de valorização baseadas em fluxos de caixa descontados, refletindo também o efeito do risco de crédito das contrapartes e do risco de crédito próprio (*Credit Value Adjustment and Debt Value Adjustment – CVA/DVA*).

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros contabilizados no passivo são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base; e,
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da CGD consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio ou outros). No momento da separação, o derivado é reconhecido pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é apurado qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de micro-coberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz; e,

- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do período, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas do balanço de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

#### Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da CGD a riscos inerentes à sua atividade.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a CGD apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, a CGD prepara no início da operação documentação formal que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura; e,
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, a CGD reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro), a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nesta situação, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do correspondente ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

#### – Avaliação da eficácia da relação de cobertura efetuada com swaps de taxa de juro

A eficácia da relação de cobertura é avaliada qualitativamente através do método de comparação dos termos críticos do elemento coberto e do instrumento de cobertura. É esperado que a relação de cobertura seja altamente eficaz dado que os principais termos do instrumento de cobertura e do elemento coberto são exatamente iguais (tais como o montante nocional, calendário de amortização, indexante de taxa de juro, datas de início e de maturidade) e a única fonte de ineficácia identificada corresponde à diferente base de cálculo de juros entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, a qual não deverá pôr em causa a eficácia da relação de cobertura conforme abaixo explicado.

Esta forma de avaliação da eficácia da cobertura é consistente com a abordagem utilizada pela gestão na monitorização desta cobertura – garante-se que a cobertura é perfeita (*back-to-back*) e assegura-se apenas em cada momento que o nocional de derivados contratados iguala o valor nominal das obrigações detidas.

Não obstante considerar-se que o método de comparação dos termos críticos é suficiente para concluir quanto à eficácia da relação de cobertura (apesar da fonte de ineficácia que foi identificada), procedeu-se no momento da designação inicial a uma análise quantitativa de forma a reforçar a conclusão anteriormente efetuada quanto à existência de uma relação económica.

Neste contexto, foi efetuada uma análise de sensibilidade às variações do justo valor do elemento coberto e do instrumento de cobertura face a variações na taxa de juro. Para tal, foi utilizado a métrica DV01, uma das métricas de risco utilizadas pela CGD para gestão de risco de taxa de juro.

– Avaliação da eficácia da relação de cobertura efetuada com futuros de taxa de juro sobre obrigações soberanas alemãs

A eficácia da relação de cobertura é avaliada quantitativamente, uma vez que os termos do elemento coberto e dos instrumentos de cobertura não são diretamente comparáveis. Por outro lado, uma vez que os futuros são produtos estandardizados, os mesmos não podem ser ajustados às características do elemento coberto, pelo que uma avaliação qualitativa através da comparação dos termos críticos não é adequada.

Desta forma, e com o intuito de medir a eficácia prospetiva da relação de cobertura, considerou-se uma abordagem que pressupõe a utilização de um método quantitativo. O método utilizado consiste na análise da sensibilidade às variações do justo valor do elemento coberto e do instrumento de cobertura face a variações na taxa de juro de mercado. Para o efeito, foi considerada a métrica DV01, uma das métricas de risco privilegiadas pela CGD para gestão de risco.

– Fontes de ineficácia da relação de cobertura efetuada com swaps de taxa de juro

Conforme anteriormente referido, e atendendo às características do elemento coberto e dos instrumentos de cobertura, observa-se que a única fonte de ineficácia nesta relação de cobertura corresponde à diferente base de cálculo de juros entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura. Entendemos que não é expectável que o diferencial de *cash flows* originado por esta situação ponha em causa a eficácia da relação de cobertura na sua globalidade, sendo o montante relativo a esta ineficácia reconhecido em resultados pelas revalorizações do elemento coberto e dos instrumentos de cobertura.

– Fontes de ineficácia da relação de cobertura efetuada com futuros de taxa de juro sobre obrigações soberanas alemãs

Na relação de cobertura acima exposta, existem fontes de ineficácia que levam a que a cobertura não se traduza numa variação de justo valor nula:

- Quantidade de nominal não é rigorosamente equivalente entre o elemento coberto e instrumento de cobertura;
- Alteração da obrigação *cheapest to deliver*;
- Aquisições do instrumento designado como elemento coberto que venha a ser designado na mesma relação de cobertura e alienações do elemento coberto;
- Venda ou aquisição de novos instrumentos de cobertura; e,
- Risco de crédito.

Visto que os futuros se transacionam em contratos de 100 mEuros, por vezes as quantidades necessárias para cobrir a totalidade da variação do risco de taxa de juro poderão estar ligeiramente desbalanceadas.

Caso a obrigação *cheapest to deliver* altere, poderá mudar a quantidade de futuros necessários para cobrir o elemento coberto, visto que a sua sensibilidade à taxa de juro poderá alterar ligeiramente.

A alienação ou aquisição de quantidades do elemento coberto poderá originar ineficiências em momentos específicos da relação de cobertura, justificada pelas variações diárias das valorizações das compras ou inversamente das vendas, até ao momento que seja feito o rebalanceamento da estrutura.

– Frequência de avaliação do cumprimento dos requisitos de eficácia da relação de cobertura

A CGD avalia, no início da relação de cobertura e de forma contínua, se a relação de cobertura satisfaz os requisitos de eficácia da cobertura. No mínimo, a CGD efetua a avaliação contínua em cada período de reporte ou quando ocorra uma alteração significativa nas circunstâncias que afete os requisitos de eficácia da cobertura, consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

– Rebalanceamento da relação de cobertura

Quando a relação de cobertura deixa de satisfazer o requisito de eficácia da cobertura relativo ao rácio de cobertura, mas o objetivo da gestão do risco para esta relação não se altera, a CGD deverá ajustar o respetivo rácio. Este rebalanceamento refere-se aos ajustamentos efetuados às quantidades designadas do elemento

coberto ou do instrumento de cobertura nesta relação com o intuito de manter um rácio de cobertura de acordo com o objetivo de gestão de risco definido.

Neste contexto, num cenário em que:

- (i) Ocorra a aquisição de novos títulos e em que não seja designada uma nova relação de cobertura para estes títulos adquiridos, mas antes seja utilizada a designação destes novos títulos nesta relação de cobertura; ou,
- (ii) Ocorra a alienação parcial dos títulos designados como elemento coberto nesta relação de cobertura, e a CGD proceda ao rebalanceamento da relação de cobertura de forma que o rácio de cobertura se mantenha em conformidade com o objetivo de gestão de risco definido.

A relação de cobertura deve ser descontinuada em todos os seus elementos quando, considerada no seu todo, deixar de cumprir os critérios de qualificação, nomeadamente quando:

- (i) A relação de cobertura deixa de cumprir o objetivo de gestão do risco com base no qual foi qualificado para efeitos de contabilidade de cobertura;
- (ii) Instrumento de cobertura for vendido ou cancelado; e,
- (iii) Já não existe uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura ou o efeito do risco de crédito começa a dominar as alterações de valor que resultam dessa relação económica.

#### **D. Imparidade de ativos financeiros**

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (incluindo contratos de locação - IFRS 16 – "Locações");
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – "Réditos de contratos com clientes", nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - "Instrumentos financeiros";
- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes"; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco, dependendo da degradação significativa de risco de crédito:

Stage 1 - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em *default*).

Dependendo da classificação do *stage* da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- *Perdas esperadas a 12 meses*: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em *stage 1*; e,
- *Perdas esperadas lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em *stage 2* e 3.

A norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" não define um conceito de *default*, no entanto, a CGD aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no "*Final Report on Guidelines on default definition* (EBA-GL-2016-07)" emitido em 28 de setembro de 2016.

A classificação em *stage 2* baseia-se na observação de um aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk, SICR*) desde o reconhecimento inicial.

A métrica quantitativa para determinar quando um ativo é transferido para *stage 2* resulta da comparação da degradação da probabilidade de *default lifetime forward-looking* desde o reconhecimento inicial até à data de reporte.

Adicionalmente, foram considerados critérios qualitativos para transferência de um ativo financeiro para *stage 2*, nomeadamente créditos com atraso superior a 30 dias (*backstop*), créditos reestruturados por dificuldades financeiras e critérios objetivos de risco de crédito capturados no processo de monitorização dos clientes.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e atuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projeções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo (*forward-looking*).

O valor da perda de crédito esperada a reconhecer considera assim uma componente *forward-looking* incorporada através da ponderação de três cenários macroeconómicos distintos (cenário central, cenário pessimista e cenário otimista). A definição dos cenários a considerar assenta numa abordagem metodológica de projeção de variáveis macroeconómicas e as probabilidades de ocorrência de cada um dos cenários são definidas a nível interno.

A avaliação da evidência de imparidade é efetuada para exposições individualmente significativas e individual ou coletivamente para exposições que não sejam individualmente significativas. Caso se determine que não existe evidência objetiva de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, a mesma é avaliada coletivamente.

## 2.5 Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, os quais são registados pelo menor entre:

- (i) O valor de arrematação; ou,
- (ii) O valor de balanço, líquido de imparidade, dos créditos objeto de recuperação que lhe estejam diretamente associados.

A CGD analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como ativos não correntes detidos para venda através de um modelo de imparidade desenvolvido para o efeito.

### Modelo de imparidade

O modelo de imparidade dos imóveis não correntes detidos para venda, é repartido entre imóveis analisados em base individual e em base coletiva.

O apuramento de imparidade dos ativos imobiliários é determinado de forma individual para todos os imóveis de valor contabilístico bruto igual ou superior a 3.000 mEuros e para os imóveis de valor contabilístico bruto inferior mas com características específicas que justificam a análise individual.

A imparidade individual é determinada com base numa análise individual que valoriza cada imóvel de acordo com a estratégia comercial de desinvestimento prosseguida para esse imóvel, incorporando toda a informação disponível sobre a procura, a oferta e riscos específicos, nomeadamente a nível de licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o valor desse imóvel.

Para os restantes ativos imobiliários, a imparidade é determinada com base num modelo coletivo, nomeadamente:

- O modelo coletivo de apuramento de imparidade dos ativos imobiliários assenta na determinação do valor recuperável de cada imóvel, correspondendo este ao valor de aquisição ao qual é aplicado um fator de ajustamento e descontado por um tempo médio estimado para a venda, ambos os parâmetros apurados em função do tipo de imóvel e tempo em carteira. O valor de imparidade é obtido através da diferença entre o valor de aquisição e o valor recuperável.
- Este modelo de imparidade coletiva aplica-se a todos os imóveis não abrangidos por análise individual, com exceção dos imóveis com contrato promessa de compra e venda (CPCV) ou em processo de venda imediata (VIME), para os quais o valor recuperável corresponde ao valor negociado para a sua alienação. São considerados válidos para efeito da presente valorização os CPCV e os VIME cuja data para concretização ainda não tenha excedido os 30 dias. Caso seja excedido este prazo, a imparidade é calculada com base nos parâmetros do modelo coletivo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada sempre que ocorre a venda ou quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por imparidade de um ativo reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao abate do ativo, sendo o respetivo resultado determinado nessa data pelo diferencial entre o valor de realização e o respetivo valor de balanço ajustado de imparidade.

## 2.6 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento correspondem a imóveis detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas de “Outros resultados de exploração”.

## 2.7 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso não incorporados no ativo são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

Até 1 de janeiro de 2004 tinham sido realizadas pela CGD reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, na transição para as IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado determinado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.



As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela CGD como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Anualmente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados na rubrica “Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

A CGD avalia anualmente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

## 2.8 Locações

A IFRS 16 – “Locações” estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

### Locatário

A norma define um único molde de contabilização de contratos de locação, que emerge no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo da locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que nesse caso deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas. A CGD considera um ativo subjacente de valor reduzido quando o valor desse ativo em novo é inferior a 4.814 Euros (conforme orientação fornecida pelo IASB - valor convertido de dólares para euros à taxa de câmbio de fecho de junho de 2022).

### Locador

As locações são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais. Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

## 2.9 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado na prossecução das atividades da CGD. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – “Ativos intangíveis”, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período compreendido entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

## 2.10 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui participações nas quais a CGD se encontre exposta ou detenha direitos sobre os resultados variáveis gerados no âmbito da atividade que esta desenvolva e, simultaneamente, no seu papel de investidor, se encontre capacitada para influenciar o valor desses resultados através do exercício do poder que detém (controlo de facto).

Inclui ainda as participações em que a CGD detenha uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo de facto sobre a sua atividade (“associadas”), assim como sociedades em que o controlo é partilhado de forma equitativa com os restantes investidores (“empreendimentos conjuntos”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da CGD seja superior a 20% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais, empreendimentos conjuntos e associadas.

## 2.11 Impostos sobre lucros

### **Impostos correntes**

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69.º e seguintes do Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede ou direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos rendimentos esteja sujeita ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 75% no capital social por um período superior a 1 ano e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto. O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro.

As contas das sucursais são integradas nas contas da sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4.º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países ou territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo, a título de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional, nos termos do artigo 91.º do respetivo Código.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, destacando-se os seguintes:

- Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à CGD, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por entidades não residentes submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a CGD detenha, direta ou indiretamente, pelo menos 25% do capital, dos direitos de voto ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais dessas entidades.

Considera-se que uma entidade está submetida a um regime claramente mais favorável quando:

- (i) O território de residência da mesma constar de Portaria aprovada por membro do Governo responsável pela área das finanças; ou,

- (ii) O imposto sobre os lucros efetivamente pago seja inferior a 50% do imposto que seria devido nos termos do Código do IRC.

A imputação dos lucros em questão é feita no exercício que integrar o termo do período de tributação da entidade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela CGD. O valor dos rendimentos imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros sejam distribuídos à CGD. A CGD não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

- Imparidade para crédito

Em 4 de setembro de 2019, foi publicada a Lei n.º 98/2019, que altera o Código do IRC em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras e cria regras aplicáveis às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, ainda não aceites fiscalmente. De acordo com este novo regime, passam a ser integralmente dedutíveis as perdas por imparidade para risco de crédito relativas a exposições analisadas em base individual ou em base coletiva registadas nos períodos de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, reconhecidas nos termos das normas contabilísticas e regulamentares aplicáveis (com as exceções previstas no n.º 7 do artigo 28.º-C do Código do IRC). Às perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito que tenham sido contabilizadas nos períodos de tributação anteriores, continuam a aplicar-se as regras em vigor até 31 de dezembro de 2018, ou seja, limitando a dedutibilidade fiscal aos montantes apurados de acordo com as disposições do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado) e desde que, nomeadamente, os créditos não se encontrassem cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

De acordo com as disposições do artigo 4.º da nova Lei, em 31 de outubro de 2019 a CGD formalizou a sua intenção de adesão ao novo regime para os períodos de tributação iniciados em 1 de janeiro de 2019 mediante comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, passando esta a ser-lhe aplicável a partir desse exercício fiscal.

- Créditos abatidos ao ativo

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a CGD mantém registados impostos diferidos ativos associados a imparidades não aceites fiscalmente para operações de crédito que já foram abatidas ao ativo, atendendo à expectativa de que estas irão integrar a constituição da matéria coletável nos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições requeridas para a sua dedutibilidade, quer ao nível do período de mora (24 meses), quer no cumprimento dos limites previstos pela legislação em vigor nas referidas datas, ou ainda, caso se verifiquem algumas das condições previstas no artigo 41.º do CIRC (créditos incobráveis).

- Imparidade para participações financeiras

Conforme disposições do n.º 2 do artigo 28.º-A do CIRC, são consideradas dedutíveis as perdas por imparidade em títulos e outras aplicações registadas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis às entidades sob supervisão do Banco de Portugal.

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa. Em resultado desta situação, a CGD passou a reconhecer impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), as quais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, ascendiam a 31.065 mEuros e 30.055 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, o valor dos impostos diferidos passivos não reconhecidos associados a imparidades em participações financeiras fiscalmente aceites, mas relativamente às quais não se perspetivam alterações na estratégia para a sua gestão conforme definida pelo Conselho de Administração, nomeadamente pela inexistência de expectativa de que a sua venda ou liquidação venha a ocorrer num futuro previsível, ascende a 65.610 mEuros e 71.173 mEuros, respetivamente.

- Encargos com pessoal

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilisticamente, incluindo, entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues ao Fundo de Pensões. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de

Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao Fundo de Pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da CGD nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no artigo 183.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, foram reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a CGD não tem registados impostos diferidos para ganhos e perdas atuariais ou financeiras com o seu plano de pensões que se encontrem associados a colaboradores no ativo.

– Resultado da liquidação

Nos termos do artigo 92.º do Código do IRC, a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo:

- (i) Não usufruisse de benefícios fiscais; e,
- (ii) Não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade.

A referida limitação não se aplica aos benefícios fiscais previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

A CGD não apurou quaisquer ajustamentos na determinação da sua coleta relativa ao primeiro semestre de 2022 e ao exercício de 2021 em resultado da aplicação deste artigo.

## **Impostos diferidos**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo por diferentes interpretações da legislação fiscal em vigor.

Não são igualmente registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias no âmbito da atividade da CGD correspondem a provisões, imparidades e benefícios dos empregados temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

## 2.12 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do CGD.

## 2.13 Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os principais benefícios concedidos pela CGD incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

### Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Adicionalmente, a assistência médico-social aos empregados no ativo e pensionistas da sede está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da sede e dos empregados.

A CGD tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo de Pensões. O valor total das responsabilidades é determinado por atuários especializados, utilizando o método “*Unit Credit Projected*” e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do Fundo de Pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de “Outras Reservas”.

Os custos do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, são refletidos de forma agregada na rubrica apropriada de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”. Adicionalmente, a CGD regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é igualmente registada por contrapartida de resultados, na rubrica “Custos com pessoal”.

As responsabilidades para encargos com saúde encontram-se registadas numa rubrica de “Provisões para encargos com benefícios de empregados” (Nota 21).

### Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com reformas antecipadas, prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do

exercício, conforme disposições do IAS 19 – “Benefícios dos empregados” relativamente à natureza dos benefícios identificados.

As responsabilidades para encargos com prémios de carreira e subsídios por morte encontram-se registadas em rubricas de “Outros passivos” (Nota 23) e “Provisões para encargos com benefícios de empregados” (Nota 21), respetivamente.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” (Nota 31) no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

#### Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego incluem os encargos decorrentes de acordos alcançados entre a CGD e os seus empregados para a cessação do seu vínculo laboral em troca de uma compensação. Estes encargos são refletidos na demonstração dos resultados em “Custos com pessoal” (Nota 31).

#### 2.14 Comissões

Conforme referido na Nota 2.4, as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua origem, são reconhecidas ao longo do período destas operações em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares” (Nota 26).

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

#### 2.15 Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, preferencialmente ao justo valor ou pelo seu valor nominal.

#### 2.16 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a CGD considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” (Notas 3 e 4).

#### 2.17 Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da CGD. As estimativas com maior impacto na preparação das demonstrações financeiras separadas incluem as abaixo apresentadas:

##### *a) Determinação de perdas por imparidade em crédito a clientes*

As perdas por imparidade em crédito concedido valorizado ao custo amortizado são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4 d). Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o tratamento de dados históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal um elevado grau de julgamento.

A CGD considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

##### *b) Determinação de perdas por imparidade em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral*

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as variações do justo valor são reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral. Sempre que, em resultado das análises efetuadas (Nota 2.4 d)), seja determinada a existência de imparidade, o valor da perda assim determinado é reclassificado de outro rendimento integral para custos do período.

Esta avaliação é realizada com recurso a informação disponível no mercado e inclui a utilização de pressupostos e julgamentos na sua modelização cuja alteração poderia determinar diferentes resultados. No entanto, é entendimento da CGD que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma



adequada o risco associado a estes ativos, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

*c) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, a CGD valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo ou ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.4. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

*d) Valorização dos ativos não correntes detidos para venda – investimentos em filiais*

A valorização dos investimentos em filiais registados nas rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” tem por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão para cada entidade, as condições de mercado em que atuam e determinados pressupostos ou julgamentos. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam ter como resultado um nível diferente de valorização destes investimentos.

*e) Benefícios dos empregados*

Conforme referido na Nota 2.13, as responsabilidades da CGD por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos afetos à cobertura destas responsabilidades e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da CGD e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

*f) Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela CGD com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da CGD sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das autoridades fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pela CGD, incluindo aqueles que são relativos a prejuízos fiscais reportáveis, tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização, determinados com base nas projeções de resultados contabilísticos mais atuais e considerando o objetivo estabelecido para a redução de ativos *non-performing*. As projeções dos resultados fiscais foram preparadas no pressuposto da manutenção das regras de dedutibilidade de perdas por imparidade em crédito e outros valores a receber existentes em 31 de dezembro de 2018. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da CGD, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados e da interpretação efetuada quanto ao quadro legal a vigorar no futuro (Nota 15).

*g) Valorizações de imóveis*

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da CGD para a sua comercialização. Os pressupostos relativos a acontecimentos futuros poderão não se concretizar ou, mesmo que se concretizassem, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

*h) Provisões e passivos contingentes*

Conforme referido na Nota 2.12, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente (legal ou construtiva), de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

*i) Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos*

A CGD avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. O valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia do Conselho de Administração para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, com o consequente impacto nos resultados da CGD.

### 3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Caixa	262.696	275.914
Depósitos à ordem em bancos centrais	23.069.424	21.808.899
	23.332.121	22.084.814
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	(4.958)	(3.254)
	23.327.162	22.081.560

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os fundos que a CGD mantinha em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes.

## 4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Cheques a cobrar		
No país	46.590	19.511
No estrangeiro	3.369	2.503
	49.958	22.014
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	3.184	4.444
No estrangeiro	198.625	340.696
	201.809	345.140
Juros a receber	1.368	1.446
	253.135	368.601

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do período subsequente.

## 5. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Mercado monetário interbancário	-	39.901
Depósitos a prazo		
No país	26.033	26.147
No estrangeiro	1.174.537	1.287.716
Empréstimos		
No país	307.840	297.182
No estrangeiro	242.670	195.365
Outras aplicações		
No país	10	639
No estrangeiro	110.770	20.749
Crédito e juros vencidos	27	27
	1.861.885	1.867.725
Juros a receber	3.556	1.368
Proveitos diferidos	(1.095)	(204)
	1.864.346	1.868.889
Imparidade (Nota 34)	(1.848)	(1.848)
	1.862.498	1.867.041

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica inclui aplicações em entidades do Grupo CGD nos montantes de 122.590 mEuros e 141.612 mEuros, respetivamente (Nota 36).

O movimento na imparidade, para o primeiro semestre de 2022 e de 2021, é apresentado na Nota 34.

## 6. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos						
Bilhetes do Tesouro	734.302	-	734.302	46	-	46
Obrigações de outros emissores públicos						
Estrangeiros	279.149	-	279.149	311.897	-	311.897
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De residentes	20.837	1.433.234	1.454.071	25.046	1.430.019	1.455.065
	1.034.289	1.433.234	2.467.523	336.990	1.430.019	1.767.009
Instrumentos de capital						
De residentes	1.282	193.434	194.716	1.062	193.176	194.238
	1.282	193.434	194.716	1.062	193.176	194.238
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De residentes	-	563.665	563.665	-	591.272	591.272
De não residentes	-	192.214	192.214	-	192.555	192.555
	-	755.878	755.878	-	783.827	783.827
Crédito e outros valores a receber						
Crédito a clientes	-	71.111	71.111	-	75.547	75.547
	-	71.111	71.111	-	75.547	75.547
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)						
Swaps	297.201	-	297.201	353.739	-	353.739
Futuros e outras operações a prazo	5.801	-	5.801	7.979	-	7.979
Opções de divisas, cotações e mercadorias	2.685	-	2.685	8.278	-	8.278
Opções de taxa de juro (Caps & Floors)	15.114	-	15.114	49.943	-	49.943
	320.801	-	320.801	419.940	-	419.940
	1.356.372	2.453.656	3.810.029	757.992	2.482.569	3.240.561

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Instrumentos de dívida - De outros emissores" inclui 1.433.139 mEuros e 1.429.919 mEuros, respetivamente, de obrigações emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (dos quais 96.889 mEuros e 93.669 mEuros, respetivamente, se referem a obrigações residuais), no âmbito da operação de titularização Nostrum Mortgages n.º 2.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros instrumentos financeiros" inclui 388.794 mEuros e 391.992 mEuros, respetivamente, relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes).

Na sequência da cedência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído que se encontravam cumpridos os requisitos previstos na IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêm autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, as imparidades afetas a perdas estimadas nos ativos transferidos foram imputadas ao valor da participação nas respetivas sociedades veículo que lhes estão associadas. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades.



Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição mantida pela CGD nesses ativos apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Fundo Imobiliário Aquarius	83.397	83.767
Fundo Recuperação, FCR	53.373	53.373
Flit-Ptrel SICAV	187.089	186.401
OXI Capital, SCR	14.084	14.084
Predicapital FEIIF	11.555	11.555
Fundo Recuperação Turismo, FCR	23.324	23.324
Fundo Imobiliário Vega	12.717	16.233
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	3.255	3.255
	388.794	391.992

A valorização dos fundos de cedência de ativos considera uma análise efetuada pela CGD ao valor recuperável do património de cada fundo, pelo que o valor registado pode ser inferior ao respetivo NAV (*Net Asset Value*) calculado e divulgado pelas sociedades gestoras. Os critérios internos de valorização aplicados a estes fundos encontram-se detalhados na Nota 38 - "Divulgações relativas a instrumentos financeiros", no capítulo "Fundos de Reestruturação".

A Caixa deu continuidade a um conjunto de ações conducentes à alienação ou recuperação de um conjunto de ativos não produtivos, entre os quais se incluem fundos de recuperação ou ativos geridos por esses fundos. Considerando o grau de incerteza que envolve os eventos em causa não é possível estimar nesta data os respetivos impactos globais, pelo que não foram realizados ajustamentos à respetiva valorização registada em balanço em 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de balanço dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados era o seguinte:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Fundos de Investimento Mobiliário	Fundos de Investimento Imobiliário	Fundos de Investimento Mobiliário	Fundos de Investimento Imobiliário
Valor de balanço	57.793	109.843	57.372	112.697

## 7. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	1.335.543	1.901.877
De outros emissores públicos	914.380	2.690.857
De outros emissores	665.591	678.108
	2.915.514	5.270.843
Instrumentos de capital	80.261	82.720
Outros instrumentos	62.404	62.404
	3.058.178	5.415.967
Imparidade (Nota 34)		
Instrumentos de dívida	-	(280)
	3.058.178	5.415.687

A redução dos instrumentos de dívida enquadra-se na gestão dos excedentes de liquidez, sendo principalmente explicada pela diminuição da componente de títulos de curto prazo, para tal contribuindo o vencimento de instrumentos detidos.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição mantida pela CGD na classe de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral – títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Valor Balanço	Reserva de justo valor	Valor Balanço	Reserva de justo valor
Discovery Portugal Real Estate Fund	62.404	(22.935)	62.404	(22.935)

A CGD optou por classificar e mensurar o instrumento de capital acima referido pelo justo valor através de outro rendimento integral em conformidade com a opção prevista na IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (Nota 2.4). Os critérios internos de valorização aplicados a estes fundos encontram-se detalhados na Nota 38 - “Divulgações relativas a instrumentos financeiros”, no capítulo “Fundos de Reestruturação”.

A Caixa deu continuidade, em 2022, a um conjunto de ações conducentes à alienação ou recuperação de um conjunto de ativos não produtivos, entre os quais se incluem fundos de recuperação ou ativos geridos por esses fundos. Considerando o grau de incerteza que envolve os eventos em causa não é possível estimar nesta data os respetivos impactos globais, pelo que não foram realizados ajustamentos à respetiva valorização registada em balanço em 30 de junho de 2022.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente, as reservas de justo valor, líquidas de imposto diferido associadas a ativos valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, ascendem a 61.905 mEuros e 133.265 mEuros (Nota 25).

## 8. Ativos financeiros com acordo de recompra

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2022
Ao custo amortizado	
Instrumentos de dívida de emissores públicos	
De dívida pública	45.797
	45.797

Em 30 de junho de 2022, a CGD celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de recompra numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações com acordo de recompra" (Nota 18).

## 9. Derivados

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4 c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2022						
	Montante nocional			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
						Ativo	Passivo
Operações Cambiais a Prazo							
Forwards Cambiais				5.801	(5.577)	-	-
Compras	198.506	-	198.506				
Vendas	198.171	-	198.171				
Swaps							
Swaps Cambiais				19.394	(5.736)	-	-
Compras	1.133.970	-	1.133.970				
Vendas	1.118.654	-	1.118.654				
Swaps de Cotações				-	(384)	-	-
Compras	960	-	960				
Vendas	881	-	881				
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				277.807	(179.525)	24.123	(2.741)
Compras	11.638.054	659.300	12.297.354				
Vendas	11.557.593	659.300	12.216.893				
Futuros							
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-
Posições Curtas	18.344	1.201.485	1.219.828				
Outros Futuros				-	-	-	-
Posições Longas	1.486.176	-	1.486.176				
Posições Curtas	554.287	-	554.287				
Opções							
Divisas				12	(19)	-	-
Compras	770	-	770				
Vendas	786	-	786				
Cotações				2.673	(2.653)	-	-
Compras	23.085	-	23.085				
Vendas	5.672	-	5.672				
Taxa de Juro (Caps & Floors)				15.114	(15.170)	-	-
Compras	209.835	-	209.835				
Vendas	198.948	-	198.948				
	28.344.690	2.520.085	30.864.774	320.801	(209.063)	24.123	(2.741)
							133.120

	31-12-2021							
	Montante notional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.326	(1.416)	-	-	(90)
Compras	151.015	-	151.015					
Vendas	137.755	-	137.755					
Forwards Bond				6.653	-	-	-	6.653
Swaps								
Swaps Cambiais				14.105	(4.340)	-	-	9.765
Compras	1.185.512	-	1.185.512					
Vendas	1.175.206	-	1.175.206					
Swaps de Cotações				-	(158)	-	-	(158)
Compras	960	-	960					
Vendas	960	-	960					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				339.634	(316.549)	5.898	(35.628)	(6.644)
Compras	13.413.023	619.409	14.032.432					
Vendas	13.362.799	619.409	13.982.207					
Futuros								
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Curtas	8.724	1.878.564	1.887.288					
Futuros de Cotações				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.418	-	1.418					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.540.104	-	1.540.104					
Posições Curtas	977.826	-	977.826					
Opções								
Dívidas				32	(21)	-	-	11
Compras	4.834	-	4.834					
Vendas	4.834	-	4.834					
Cotações				8.247	(8.096)	-	-	151
Compras	22.774	-	22.774					
Vendas	8.270	-	8.270					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				49.943	(50.026)	-	-	(83)
Compras	209.870	-	209.870					
Vendas	200.144	-	200.144					
	32.406.026	3.117.381	35.523.407	419.940	(380.605)	5.898	(35.628)	9.605

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os instrumentos derivados reconhecidos nas rubricas "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e "Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a CGD e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da CGD e pela CGD junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 23) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 16), respetivamente.

O valor dos ajustamentos relativos a CVA (*Credit Value Adjustments*) e DVA (*Debit Value Adjustments*) encontra-se detalhado na Nota 38.

## 10. Contabilidade de cobertura

Conforme referido na Nota 2.4 c), a CGD realiza operações com instrumentos derivados com o objetivo de cobrir a sua exposição a riscos inerentes à sua atividade. No primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021, a opção de aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com os requisitos definidos pela IFRS 9 incidiu sobre o modelo de coberturas de variação de justo valor associadas a risco de taxa de juro da sua carteira de títulos, assim como de dívida não subordinada emitida ao abrigo do programa EMTN.

Os derivados de cobertura são valorizados pelo seu justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas por contrapartida de resultados. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados não transacionados em mercados organizados é apurado através de modelos internos que incorporam técnicas de valorização baseadas em fluxos de caixa descontados e que recorrem, sempre que disponíveis, a dados observáveis de mercado. De acordo com os critérios de classificação da hierarquia de justo valor apresentados na Nota 38, estes instrumentos encontram-se classificados no nível 2.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição dos instrumentos de cobertura apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022				
	Montante nominal			Valor contabilístico	
	<= 3 meses	> 1ano	Total	> 1ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor de variação de taxa de juro					
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>				21.382	21.382
Compras	-	659.300	659.300		
Vendas	-	659.300	659.300		
Futuros de taxa de juro				-	-
Vendas	1.201.485	-	1.201.485		
	1.201.485	1.318.600	2.520.085	21.382	21.382

	31-12-2021							
	Montante nominal				Valor contabilístico			
	<= 3 meses	> 3 meses <= 1 ano	> 1ano	Total	<= 3 meses	> 3 meses <= 1 ano	> 1ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor de variação de taxa de juro								
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>					(3)	22	(29.749)	(29.729)
Compras	1.398	7.382	610.628	619.409				
Vendas	1.398	7.382	610.628	619.409				
Futuros de taxa de juro					-	-	-	-
Vendas	-	-	1.878.564	1.878.564				
	2.797	14.764	3.099.820	3.117.381	(3)	22	(29.749)	(29.729)

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os elementos cobertos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Elemento Coberto			Elemento Coberto		
	Valor de Balanço	Correções Valores Acumulados Ativas / Passivas	Ajustamento da contabilidade de cobertura (*) (Nota 29)	Valor de Balanço	Correções Valores Acumulados Ativas / Passivas	Ajustamento da contabilidade de cobertura (*)
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral						
De dívida pública nacional	1.340.859	84.842	(108.819)	1.901.877	585	(45.494)
De dívida pública estrangeira	694.663	71.817	(68.388)	839.109	(4.684)	(8.498)
	2.035.522	156.659	(177.207)	2.740.986	(4.099)	(53.991)
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN	26.050	(2.116)	3.677	26.050	(5.793)	(1.227)
	2.061.572	154.543	(173.530)	2.767.036	(9.892)	(55.219)

(\*) Corresponde à variação acumulada no exercício do justo valor dos instrumentos cobertos associados a operações de cobertura, considerada para o apuramento da ineficácia da relação

No primeiro semestre de 2022, a CGD reconheceu lucros resultantes da componente de inefetividade nas suas relações de cobertura que ascenderam a 915 mEuros (Nota 29).



## 11. Investimentos ao custo amortizado

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de investimentos ao custo amortizado apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	5.082.586	4.796.206
De outros emissores públicos		
De outros residentes	15.243	-
De outros não residentes	7.029.570	6.887.708
	12.127.399	11.683.914
De outros emissores		
De outros residentes	1.140.692	1.267.229
De outros não residentes	217.673	101.118
	1.358.365	1.368.346
	13.485.764	13.052.260
Imparidade (Nota 34)	(16)	(16)
	13.485.748	13.052.244

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Instrumentos de dívida - De dívida pública" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 15.232 mEuros e 15.097 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica "Instrumentos de dívida - De outros emissores residentes", respeita às obrigações (Série A) emitidas pela Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no âmbito da operação de titularização "Nostrum Mortgages n.º 2".

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica "Instrumentos de dívida - De outros emissores públicos não residentes", inclui 3.362.933 mEuros e 3.644.829 mEuros, respetivamente, de dívida emitida pelo Estado Espanhol.

## 12. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	29.753.430	27.955.787
Créditos em conta corrente	891.425	773.432
Outros créditos	2.400.341	2.370.430
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	1.157.909	1.177.048
Outros	3.389.525	3.114.448
Operações de locação financeira imobiliária	780.523	787.475
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	108.320	120.117
Operações de locação financeira mobiliária	737.607	744.275
Créditos tomados – <i>factoring</i>	1.408.446	1.466.245
Descobertos em depósitos à ordem	193.101	113.099
	40.820.628	38.622.356
Créditos afetos à emissão de obrigações hipotecárias (Nota 19)	4.345.622	5.604.258
Crédito titularizado não desreconhecido (Nota 20)	2.446.319	2.574.455
Juros a receber	72.468	73.955
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	58.617	27.929
	47.743.654	46.902.953
Crédito e juros vencidos	705.051	789.047
	48.448.705	47.692.000
Imparidade (Nota 34)	(1.904.834)	(2.078.879)
	46.543.871	45.613.121

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Crédito interno e ao exterior - Outros créditos - Outros” inclui 29.567 mEuros e 31.237 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

O movimento na imparidade, para o primeiro semestre de 2022 e de 2021, é apresentado na Nota 34.

#### Outras operações de venda de créditos

No decorrer do primeiro semestre de 2022, a CGD procedeu à alienação de um conjunto de créditos hipotecários e não hipotecários, maioritariamente *non-performing*, cujo valor de balanço antes de imparidade à data da transação ascendia a aproximadamente 66.096 mEuros. As perdas incorridas com estes créditos foram reconhecidas na demonstração de resultados como "Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações" (Nota 34).

Estavam igualmente incluídos créditos abatidos ao ativo no momento da transação, tendo sido reconhecidos proveitos associados a essas operações de aproximadamente 4.312 mEuros (Nota 34).

## 13. Ativos não correntes detidos para venda

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de ativos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

ATIVOS	30-06-2022	31-12-2021
Imóveis e equipamento	188.742	232.091
Filiais		
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	122.188	122.188
Esegur, S.A.	12.952	-
	323.881	354.278
Imparidade (Nota 34)		
Imóveis e equipamento	(82.931)	(111.402)
Filiais		
Banco Caixa Geral Brasil, S.A.	(122.188)	(122.188)
Esegur, S.A.	(6.465)	-
	(211.583)	(233.589)
	112.298	120.689

No quadro dos compromissos negociados entre o Estado Português, enquanto acionista único da CGD, e as competentes autoridades europeias, a CGD encetou um conjunto de ações tendentes à alienação das participações no Banco Caixa Geral – Brasil, S.A. (BCG – Brasil) e no Banco Comercial do Atlântico na República de Cabo Verde. Em resultado direto desta situação, os saldos dos investimentos realizados nestas entidades, líquidos das respetivas imparidades, foram reclassificados da classe de “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos” para “Ativos não correntes detidos para venda”.

No que concerne ao processo de alienação do BCG Brasil, o mesmo foi num primeiro momento condicionado pelo período de instabilidade política que afetou o país durante o exercício de 2018, tendo introduzido alguns atrasos na conclusão de diversas iniciativas que se encontravam inicialmente programadas, que só puderam ser desenvolvidas no decurso de 2019. Neste âmbito, foi especialmente relevante a aprovação pelo Governo em agosto de 2019, do caderno de encargos da venda direta das ações do BCG Brasil, detidas direta e indiretamente pela Caixa Geral de Depósitos.

Ainda no decurso de 2019 foi aprovada a redução do capital do BCG Brasil e da CGD Investimentos para 71.689 mEuros e 2.732 mEuros, respetivamente (taxa de câmbio dezembro 2019) enquanto elementos preparatórios ao processo de venda em curso.

Em 4 de setembro de 2019, o Governo Português selecionou três investidores para participar da Fase II, iniciada em 25 de setembro (após a publicação, em 24 de setembro, da Ordem Ministerial com prazos para a Fase II) e na qual os licitantes puderam realizar uma *due diligence* abrangente no BCG - Brasil e interagir com a CGD em questões estratégicas, além de aspetos chave subjacentes aos documentos da transação.

As ofertas vinculativas foram recebidas em 16 de dezembro de 2019, sendo que nenhuma das propostas recebidas foi considerada aceitável por parte da CGD, pelo que o processo foi encerrado sem sucesso.

No decorrer do exercício de 2020, e apesar dos efeitos de incerteza introduzidos pelo atual contexto pandémico, foram retomadas as iniciativas conducentes à avaliação da oportunidade de iniciar novos contactos junto de potenciais investidores. Não obstante as dificuldades atuais, em parte associadas ao impacto da pandemia COVID-19, o Conselho de Administração da CGD mantém a intenção de aliação da participação no BCG Brasil, encontrando-se a avaliar as circunstâncias e os termos em que esta se poderá realizar de acordo com os seus objetivos e os melhores interesses do seu acionista.

Nestes termos, o BCG Brasil encontra-se classificado no segmento de linhas de negócio “Outros” (Nota 35).

Em virtude de uma revisão pontual dos compromissos assumidos com a DGComp no âmbito do processo de recapitalização, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. deliberou, em janeiro de 2019, a alienação da sua participação acionista no Banco Comercial do Atlântico na República de Cabo Verde (BCA), iniciando o processo e o desenvolvimento dos respetivos trâmites legais e processuais. Em setembro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 146/2019, que aprova os termos em que deverá decorrer a alienação, total ou parcial, das ações que a CGD possui no capital social do BCA. Desde essa data foram concretizadas diversas iniciativas com vista à seleção de potenciais investidores como condição prévia à evolução do processo negocial.

Em novembro de 2021, foi dado como concluído, sem sucesso, o processo de venda do BCA que estava em curso desde 2019, pelo que deixaram de estar reunidas as condições estabelecidas na IFRS 5 para a manutenção desta filial como ativo não corrente detido para venda, passando a ser reclassificado na classe de “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”.

A CGD tem intenção de relançar no curto prazo a venda do BCA, sendo que a decisão dependerá do Conselho de Ministros.

Em junho de 2022 registou-se a alteração do método de integração da Esegur, entidade do Grupo à qual passou a ser aplicada a classificação de ativo não corrente detido para venda, ao abrigo da IFRS 5, deixando de estar contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

Após a obtenção das autorizações necessárias, no dia 28 de julho de 2022 efetivou-se a alienação da participação da Caixa na Esegur ao grupo espanhol Trablisa pelo montante de 6.486 mEuros. O valor de balanço já refletia o valor estimado para a venda pelo que não foi reconhecido nenhum impacto adicional nas contas do grupo.

Adicionalmente, e conforme descrito na Nota 2.5, a CGD também regista nesta rubrica, imóveis e outros bens obtidos por recuperação de crédito.

## 14. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2022				31-12-2021			
	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 34)	Valor de balanço	Participação direta (%)	Custo de aquisição	Imparidade (Nota 34)	Valor de balanço
<b>Filiais</b>								
Em instituições de crédito no país								
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	94,05%	319.066	-	319.066	94,05%	319.066	-	319.066
Em instituições de crédito no estrangeiro								
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	99,43%	213.558	-	213.558	99,43%	213.558	-	213.558
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	70,00%	6.352	-	6.352	70,00%	6.352	-	6.352
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	54,41%	24.615	-	24.615	54,41%	24.615	-	24.615
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.	10,51%	31.084	(13.130)	17.954	10,51%	31.084	(13.130)	17.954
Em outras empresas no país								
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	100,00%	27.688	-	27.688	100,00%	27.688	-	27.688
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,00%	336.393	-	336.393	15,00%	336.393	-	336.393
Outras		1	-	1		1	-	1
Em outras empresas no estrangeiro								
Imobiliária Caixa Geral, S.L.	100,00%	3.461	(3.461)	-	100,00%	3.461	(3.461)	-
SCI du 8 Rue du Helder	100,00%	9.583	(689)	8.894	100,00%	9.583	(689)	8.894
<b>Associadas e empreendimentos conjuntos</b>								
Em outras empresas no país								
Esegur, S.A.	-	-	-	-	50,00%	12.952	(6.465)	6.486
Locarent, S.A.	50,00%	4.467	-	4.467	50,00%	4.467	-	4.467
Companhia de Papel do Prado, S.A.	37,40%	-	-	-	37,40%	2.533	(2.533)	-
Turismo Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	33,47%	125	-	125	33,47%	125	-	125
SGPICE, S.A.	33,33%	3	(3)	-	33,33%	3	(3)	-
Bem Comum, Sociedade Capital Risco	32,00%	80	-	80	32,00%	80	-	80
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	21,60%	12.969	-	12.969	21,60%	12.969	-	12.969
SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento Instituições Financeiras Crédito, S.A.	4,27%	1.250	(439)	811	4,27%	1.250	(439)	811
Em outras empresas no estrangeiro								
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	51,00%	51.790	-	51.790	51,00%	51.790	-	51.790
Imobci, Lda.	40,00%	144	-	144	40,00%	144	-	144
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	36,21%	1.326	-	1.326	36,21%	1.326	-	1.326
GCI - Sociedade Gestora de Capital de Risco - Moçambique	30,00%	66	(66)	-	30,00%	66	(66)	-
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00%	624	-	624	27,00%	624	-	624
<b>Outros</b>								
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	100,00%	93.188	-	93.188	100,00%	93.188	-	93.188
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	100,00%	92.593	(6.723)	85.871	100,00%	92.593	(10.352)	82.241
Caixa Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	100,00%	19.515	-	19.515	100,00%	19.515	-	19.515
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	100,00%	3.059	-	3.059	100,00%	3.059	-	3.059
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,00%	81.061	(76.088)	4.974	100,00%	111.061	(100.675)	10.386
Caixa Imobiliário, S.A.	89,29%	266.475	(236.124)	30.351	89,29%	266.475	(243.498)	22.977
		1.600.535	(336.722)	1.263.814		1.646.020	(381.310)	1.264.710

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, a CGD concedeu a algumas das suas filiais supramentos e empréstimos subordinados para financiar as suas atividades, os quais se encontram registados em “Outros ativos” (Nota 16).

Os principais movimentos ocorridos nestes investimentos durante o primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021 foram os seguintes:

### Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

Em agosto de 2021, foi registada a fusão por incorporação do Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento no Fundo de Capital de Risco Empreender Mais – Caixa Capital, no âmbito do processo de reestruturação em curso, mediante a transferência global do seu património, tendo como objetivo simplificar a estrutura de fundos de capital de risco geridos pela Caixa Capital, com a inerente redução de custos, e redimensionar um fundo vocacionado para o investimento direto através de um aumento da capacidade de investimento. Do ponto de vista contabilístico e fiscal, a fusão produz efeitos a 1 de janeiro de 2021.



### BCA

Em novembro de 2021, foi dado como concluído, sem sucesso, o processo de venda do BCA que estava em curso desde 2019, pelo que deixaram de estar reunidas as condições estabelecidas na IFRS 5 para a manutenção desta filial como ativo não corrente detido para venda, passando a ser reclassificado na classe de “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”.

### Parbanca, SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2021, foi concretizada a fusão por incorporação da Parbanca, SGPS, S.A. na Caixa - Participações, SGPS, S.A., tendo toda a sua atividade sido incorporada nesta última.

### Esegur, S.A.

Em junho de 2022 registou-se a alteração do método de integração da Esegur, entidade do Grupo à qual passou a ser aplicada a classificação de ativo não corrente detido para venda, ao abrigo da IFRS 5, deixando de estar contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

### Fundolis – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

Em fevereiro de 2022, foi alienado um imóvel, situado em Marvila, detido pela Caixa através de um fundo imobiliário. Em resultado desta transação a Caixa reverteu imparidades constituídas para a participação que detém nesse fundo, no montante de 24.917 mEuros (Nota 34).

## 15. Imposto sobre o rendimento

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram os seguintes:

	30-06-2022	31-12-2021
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	12.565	12.358
Créditos tributários	420.575	420.575
Outros	1.485	1.699
	434.625	434.631
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	9.964	1.771
Outros	666	1.421
	10.629	3.192
	423.995	431.440
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	883.409	1.086.181
Por prejuízos fiscais reportáveis	14.186	14.349
	897.596	1.100.530
Passivos por impostos diferidos	51.766	93.573
	845.830	1.006.957

O imposto sobre o rendimento a recuperar inclui o valor a receber pela CGD no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Ativos por impostos correntes – Créditos tributários”, refere-se a ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário ao abrigo do regime especial aprovado pela Lei n.º 61/2014.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2021	Variação em		Transferência para imposto corrente	Saldo em 30-06-2022
		Capital Próprio	Resultados		
Imparidade para crédito	765.945	-	(146.708)	-	619.237
Benefícios dos trabalhadores	204.591	(14.686)	(12.377)	-	177.528
Outras provisões e imparidades não aceites fiscalmente	16.830	-	(574)	-	16.255
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	22.341	-	(1.017)	-	21.324
Imparidade para participações financeiras e outros títulos	33.072	-	(6.282)	(6.185)	20.604
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (Nota 22)	(50.169)	26.865	-	-	(23.305)
Prejuízos fiscais reportáveis	14.349	-	(162)	-	14.186
	1.006.957	12.179	(167.121)	(6.185)	845.830

	Saldo em 31-12-2020	Variação em		Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 30-06-2021
		Capital Próprio	Resultados			
Imparidade para crédito	962.503	-	(72.892)	-	11.189	900.800
Benefícios dos trabalhadores	258.326	24.988	(56.112)	-	-	227.202
Outras provisões não aceites fiscalmente	18.947	-	(3.509)	-	1.024	16.462
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	23.529	-	(5.553)	-	8.803	26.780
Imparidade para participações financeiras e outros títulos	13.542	-	22.493	2.655	-	38.690
Ativos financeiros valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (Nota 22)	(59.782)	5.022	-	-	-	(54.760)
Prejuízos fiscais reportáveis	7.635	-	-	-	1.158	8.793
Outros	(94)	-	10	-	84	-
	1.224.606	30.010	(115.563)	2.655	22.257	1.163.966

#### Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

No exercício de 2014, a CGD aderiu ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, após deliberação favorável da Assembleia Geral de Acionistas.

O regime, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto (e alterações posteriores), abrange os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos (conforme previstas nos n.º 1 e 2 do artigo 28.º-A do CIRC e respetivas exclusões) e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados.

As alterações ao regime introduzidas pela Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, vieram retirar do seu âmbito de aplicação temporal os gastos e variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, assim como os impostos diferidos a eles associados. Assim, os impostos diferidos protegidos por este regime correspondem apenas aos gastos e variações patrimoniais negativas apurados até 31 de dezembro de 2015.

Os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registre um resultado líquido negativo no respetivo período de tributação ou em caso de liquidação por dissolução voluntária ou insolvência decretada por sentença judicial. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado) acrescido do montante de instrumentos de capital contingente (CoCo), aplicado ao saldo elegível dos ativos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário é efetuada pelo seu valor total.

Na conversão em crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito majorado em 10% e corrigido, nos casos em que o capital próprio é inferior ao capital social, pelo quociente entre o primeiro e o segundo, sendo este último deduzido do montante do crédito tributário majorado. Adicionalmente, serão emitidos valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado, que no caso da CGD é simultaneamente o seu único acionista. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado. Esta reserva especial não poderá ser distribuída.

Os impostos diferidos ativos registados pela CGD e considerados elegíveis ao abrigo do regime em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

Impostos diferidos abrangidos pelo âmbito de incidência do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos	30-06-2022	31-12-2021
Imparidade para crédito	161.470	305.706
Benefícios dos trabalhadores	55.922	59.318
	217.392	365.024

Em consequência do apuramento de um resultado líquido negativo no âmbito da atividade individual no exercício de 2016, os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramento do referido período foram convertidos em crédito tributário em função da proporção desse resultado líquido no valor dos seus capitais próprios, ascendendo esse montante a 420.575 mEuros.

Ao abrigo da legislação aplicável, a conversão dos ativos por impostos diferidos foi precedida da constituição de uma reserva especial de 681.571 mEuros, correspondente ao valor do crédito tributário apurado no âmbito da conversão, majorado em 10% e ajustado ao abrigo dos requisitos do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 61/2014 (Nota 25). A constituição da reserva especial foi acompanhada da emissão e atribuição simultânea ao Estado de direitos de conversão por montante equivalente. Conforme especificado no artigo 12.º do Anexo à Lei n.º 61/2014 (que dela faz parte integrante), os atos societários anteriormente descritos, assim como o montante do crédito tributário convertido, foram objeto de certificação por revisor oficial de contas.

Em resultado da sua posição enquanto único detentor do capital social da CGD, a emissão e atribuição dos direitos de conversão ao Estado não determinou qualquer diluição da sua posição acionista.

#### Impostos sobre lucros registados por contrapartida de capital próprio

No decorrer do exercício de 2011, a CGD procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do Fundo de Pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

O valor do imposto associado à componente contribuída dos desvios atuariais originados após a data de alteração da política contabilística que seja considerada dedutível nos termos dos limites enquadráveis nos n.ºs 2 e 3 do artigo 43.º do Código do IRC, ou aquelas realizadas ao abrigo do n.º 8 do referido artigo, são relevados patrimonialmente por uma rubrica de capital próprio, conforme a base de reconhecimento das responsabilidades que lhe deram origem.

#### Impostos sobre lucros registados por contrapartida de resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado líquido do período antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	30-06-2022	30-06-2021
Impostos correntes		
Do exercício		
Atividade individual da Caixa	11.760	4.437
Perímetro RETGS	(3.931)	(3.543)
	7.828	893
Contribuição sobre o setor bancário	36.909	28.555
Correções a exercícios anteriores (líquido)	6.383	20.413
	51.120	49.862
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	166.959	101.843
Prejuízos fiscais reportáveis		
Atividade individual da Caixa	164	(6.843)
Perímetro RETGS	(2)	1.288
	162	(5.556)
	167.121	96.287
Total de impostos em resultados	218.241	146.149
Resultado consolidado antes de impostos	676.812	424.202
Carga fiscal	32,25%	34,45%

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a rubrica "Impostos correntes - Imposto sobre o resultado" inclui correções de exercícios anteriores com a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercício de 2021, 2020 e 2019)	6.048	21.937
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	334	(1.524)
	6.383	20.413

Em 30 de junho de 2022, o saldo relativo a "Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto", no valor de 6.048 mEuros, refere-se maioritariamente a diferenças temporárias determinadas no âmbito do apuramento do IRC relativo ao exercício de 2021, ajustáveis à matéria coletável de exercícios futuros. As referidas diferenças originaram a constituição de impostos diferidos no mesmo período.

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos/proveitos com impostos sobre lucros nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2022		30-06-2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		676.812		424.202
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,35%	185.108	27,35%	116.019
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de participadas	(2,56%)	(17.342)	(0,76%)	(3.210)
Outras	(0,05%)	(346)	(0,08%)	(327)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões e outras imparidades não aceites	0,09%	617	0,09%	380
Outras	0,63%	4.231	0,09%	388
Tributação de resultados de sociedades do Grupo em países com regimes fiscais privilegiados, e outros encargos não recuperados em resultado da dupla tributação internacional	2,04%	13.831	0,89%	3.784
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras, líquida de utilizações	0,16%	1.114	1,26%	5.345
Tributação autónoma	0,01%	100	0,01%	60
Contribuição sobre o setor bancário	5,45%	36.909	6,73%	28.555
Encargos / (rendimentos) resultantes da aplicação do REGTS, imputáveis à sociedade dominante	(0,58%)	(3.897)	(0,80%)	(3.399)
Encargos com dividendos de outros instrumentos de capital	(0,53%)	(3.593)	(1,72%)	(7.309)
Outros	(0,26%)	(1.730)	0,36%	1.512
	31,77%	215.003	33,43%	141.800
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	0,48%	3.239	1,03%	4.349
	0,48%	3.239	1,03%	4.349
	32,25%	218.241	34,45%	146.149

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade foi de 27,35 %.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável.

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º-A, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa.

Em resultado desta situação, a CGD reconheceu impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), os quais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, ascendem a 31.065 mEuros e 30.055 mEuros, respetivamente.

#### Limitações à dedutibilidade fiscal de perdas com imparidade em créditos e outras correções de valor (Nota 2.11)

Em 4 de setembro de 2019, foi publicada a Lei n.º 98/2019 que altera o Código do IRC em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras e cria regras aplicáveis às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, ainda não aceites fiscalmente. De acordo com este novo regime, passam a ser integralmente dedutíveis as perdas por imparidade para risco de crédito relativas a exposições analisadas em base individual ou em base coletiva registadas nos períodos de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, reconhecidas nos termos das normas contabilísticas e regulamentares aplicáveis (com as exceções previstas no n.º 7 do artigo 28.º-C do CIRC).

Às perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito que tenham sido contabilizadas nos períodos de tributação anteriores, continuam a aplicar-se as regras em vigor até 31 de dezembro de 2018, ou seja, limitando a dedutibilidade fiscal aos montantes apurados de acordo com as disposições do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado) e desde que, nomeadamente, os créditos não se encontrassem cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Conforme disposições do artigo 4.º da nova Lei, a CGD formalizou a sua intenção de adesão ao novo regime para os períodos de tributação iniciados em 1 de janeiro de 2019, mediante comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira em 31 de outubro de 2019.

As regras de dedutibilidade aplicáveis no âmbito da referida Lei foram incorporadas na análise efetuada à recuperabilidade de ativos por impostos diferidos registados no balanço.

#### Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 2.11)

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento”, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expectativa da CGD quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta, fundamentalmente:

- (i) Na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes; e,
- (ii) Na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

Esta avaliação foi realizada tendo por base exercícios de projeção de atividade elencados aos objetivos estratégicos propostos ao acionista para concretização no decurso do atual mandato do Conselho de Administração e que permitirão à CGD assegurar, no referido intervalo temporal, níveis de rentabilidade e de capital adequados, assim como o cumprimento dos objetivos de redução de ativos *non-performing* comunicados às entidades de supervisão.

Foram igualmente considerados os impactos potenciais na atividade da CGD introduzidos pela evolução da pandemia no desenvolvimento económico nacional e mundial, com efeitos inegáveis na sua capacidade para atingir as metas económico-financeiras pretendidas.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade devidamente ajustadas em função da evolução dos indicadores macroeconómicos e financeiros relevantes.

Foram igualmente considerados os pressupostos seguidamente elencados, com relevância para as conclusões alcançadas quanto à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos:

- (i) Aplicação das regras de dedutibilidade em imparidade para risco de crédito definidas pela Lei n.º 98/2019;
- (ii) Incorporação dos resultados fiscais estimados decorrentes da estratégia de reestruturação das operações internacionais e do processo de desalavancagem de ativos *non-performing* acordada com as entidades de supervisão; e,
- (iii) Projeção da dedutibilidade de encargos com benefícios a empregados, atuais e futuros, em função do período de tributação em que se estima vir a realizar os respetivos pagamentos.

No âmbito do exercício realizado não foram estimadas perdas face aos valores registados em balanço. Eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis pertinentes à determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

De notar que confrontados com as incertezas introduzidas pelo conflito armado que eclodiu no espaço territorial europeu em fevereiro de 2022 e cuja dimensão e impactos geopolíticos apresentam inegável e profunda dimensão, a natureza da avaliação efetuada e a robustez dos resultados obtidos permitem ao Conselho de Administração, de acordo com os dados atualmente à sua disposição, manter como válidos os resultados alcançados.

#### Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade

A Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro), através do seu artigo 141.º veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura.

A este regime foi adicionado em 2020 um complemento de solidariedade sobre o setor bancário, como instrumento de política orçamental em resposta à crise provocada pela pandemia. A base de incidência desta contribuição é regulamentada pela Portaria n.º 191/2020, de 10 de agosto e tem por referência os mesmos requisitos aplicáveis ao apuramento da contribuição sobre o setor bancário anteriormente descritos.

A CGD reconheceu, nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, um custo de 36.909 mEuros e 28.555 mEuros, respetivamente, relativo à totalidade dos encargos a suportar nos períodos de tributação que lhe são imputáveis.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CGD durante um período de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável. Considerando que os exercícios de 2017 e 2018 foram já objeto de inspeção pelas autoridades fiscais, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios de 2019 a 2021. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da CGD, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.



## 16. Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Outros ativos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.024	3.033
Outras disponibilidades	12	13
Outros	5.603	5.551
Devedores e outras aplicações		
Setor Público Administrativo	4.406	4.405
Suprimentos	96.429	103.929
Devedores por operações sobre futuros	17.727	21.845
Bonificações a receber		
Do Estado	20.130	18.156
De outras entidades	12.584	12.530
Valor a receber pela venda de bens arrematados	1.647	640
Outros devedores vencidos	15.686	15.896
Devedores diversos	836.374	782.526
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso de cobertura de responsabilidades	693.986	259.079
Rendimentos a receber	22.432	45.217
Despesas com encargo diferido		
Rendas	22	18
Outras	17.173	14.906
Outras operações ativas por regularizar	211.244	142.747
	1.958.480	1.430.490
Imparidade (Nota 34)	(195.784)	(194.553)
	1.762.696	1.235.936

O movimento na imparidade para outros ativos durante o primeiro semestre de 2022 e de 2021 é apresentado na Nota 34.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 66.061 mEuros e 241.148 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução da CGD em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez colateralizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de “swaps de taxa de juro” (“IRS”) com essas entidades (Nota 9). A variação observada resulta da evolução do justo valor das operações subjacentes.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 26.279 mEuros e 22.575 mEuros, respetivamente, relativos a cauções constituídas em resultado da realização de contribuições para o Fundo Único de Resolução sob a forma de um compromisso irrevogável (Nota 30).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica de “Outros ativos – devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 79.089 mEuros e 79.089 mEuros, respetivamente, relativos a empréstimos concedidos à Imobiliária Caixa Geral, S.L., pela sucursal da CGD em Espanha. De forma a refletir perdas potenciais na realização destes créditos resultantes da pronunciada deterioração observada nos imóveis geridos por esta sociedade, encontram-se reconhecidas nas referidas datas imparidades acumuladas de 75.921 mEuros e 75.784 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Devedores e outras aplicações - Outros devedores vencidos", inclui, saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes e outras despesas diretamente associadas a estas operações, nos montantes de 15.677 mEuros e 15.896 mEuros, respetivamente. Nas referidas datas o montante de imparidade acumulada, associada a estas operações ascendia a 12.442 mEuros e 12.318 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os montantes relativos às “Outras operações ativas por regularizar” dizem respeito, essencialmente, a operações com instrumentos derivados, efetuadas em bolsa, meios de pagamento e transferências bancárias, cuja liquidação financeira ainda não tinha ocorrido.

Os suprimentos e empréstimos subordinados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Suprimentos		
Prestamos Imobiliária Caixa Geral	79.089	79.089
Parbanca, SGPS, S.A.	10.000	17.500
Outros	7.341	7.341
	96.429	103.929
Imparidade		
Prestamos Imobiliária Caixa Geral	(75.921)	(75.784)
	(75.921)	(75.784)
	20.509	28.146

Os suprimentos concedidos à Parbanca, SGPS, S.A. e que tiveram como objetivo o financiamento desta sociedade no reforço do investimento realizado junto da sua participada Banco Comercial e de Investimentos, S.A., dos quais 21.868 mEuros aplicados na realização de um aumento de capital do banco no decorrer do primeiro semestre de 2015 foram transferidos para a Caixa Participações, no âmbito do processo de fusão (Nota 14).

## 17. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos	5.800.000	5.800.000
Recursos de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
No país	1.075	1.149
No estrangeiro	14.849	40.791
Juros a pagar / (receber)	(75.879)	(28.704)
	5.740.045	5.813.236
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	86.926	246.712
De instituições de crédito no estrangeiro	935.200	1.026.647
Recursos do mercado monetário interbancário	129	18.061
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	65.433	35.207
De instituições de crédito no estrangeiro	92.132	67.761
Empréstimos		
De instituições de crédito no país	210	210
De instituições de crédito no estrangeiro	33.696	-
Operações de venda com acordo de recompra	46.003	-
Juros a pagar / (receber)	7.328	7.786
	1.267.057	1.402.384
	7.007.102	7.215.620

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Recursos de Bancos Centrais – Recursos – Banco Central Europeu – Empréstimos, depósitos e outros recursos”, refere-se à participação da CGD na 3.ª Série do programa de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO – *Targeted Longer-Term Refinancing Operations*) criado pelo BCE com o objetivo de apoiar as instituições financeiras da Zona Euro na concessão de crédito bancário à economia em condições favoráveis e funcionando como um instrumento preferencial de execução da sua política monetária.

A operação foi reconhecida de acordo com os requisitos da IFRS 9, configurando um financiamento a taxa variável, indexado a taxas variáveis fixadas administrativamente pelo BCE. Assim, cada alteração às taxas do programa faz alterar a taxa de juro efetiva dos financiamentos e os impactos são reconhecidos prospectivamente.

A terceira Série de TLTRO, anunciada em 7 de março de 2019, inicialmente para operações a dois anos e posteriormente alterada para três anos, com a realização de leilões trimestrais, tem conhecido diversas adaptações nas suas condições de participação e remuneração. O acesso ao financiamento por parte das instituições

financeiras pôde alargar-se até 55% de um conjunto específico dos seus empréstimos (para o total das 10 operações previstas no âmbito do programa) e é remunerado em função do nível médio da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (MRO – *Main Refinancing Operations*). Adicionalmente, e com relevância para o Grupo, as instituições que mantivessem o nível de crédito elegível em relação ao valor de referência no período entre 1 de abril de 2021 e 31 de março de 2022, a taxa aplicada nas operações de refinanciamento entre 24 de junho de 2021 e 23 de junho de 2022 corresponderia ao nível médio da taxa de juro da facilidade permanente de depósito prevalecente ao longo do período de duração da operação, deduzida de 50 pontos base, e nunca superior a -1%.

Para os contratos em vigor, já foi possível confirmar que as condições se cumpriram no âmbito da contagem do período de tempo relevante e a remuneração foi ajustada em conformidade, refletindo assim uma atualização da taxa de juro (de -0.5% para -1%). Para o período posterior a 24 de junho de 2022, a taxa de juro estará dependente do que for a evolução da média das taxas da facilidade de depósito ao longo de toda a vida da operação.

A remuneração que a CGD registou contabilisticamente, com referência ao primeiro semestre de 2022, incluindo o prémio por ter sido cumprido o *benchmark*, foi de 47.181 mEuros.

Considerando que, perante uma situação de excesso de liquidez da Caixa, esses recursos estiveram depositados na conta do Banco Central durante o referido período, sobre os quais foi aplicada uma remuneração de -0,5%, a CGD suportou, no agregado da margem financeira, um custo estimado de 14.500 mEuros.

Desta forma, o impacto líquido das referidas operações, nas demonstrações financeiras do período, foi de 32.681 mEuros.

## 18. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Depósitos de poupança	2.361.791	2.378.342
Outros débitos		
À vista	41.761.192	39.915.702
A prazo		
Depósitos	29.510.809	28.864.387
Depósitos obrigatórios	909.826	847.723
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	136.384	75.015
Outros	1.211	1.108
	30.558.230	29.788.233
	72.319.422	69.703.935
Juros a pagar	16.467	13.825
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(645)	(665)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(3.927)	(3.380)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	8	8
	11.903	9.787
	74.693.117	72.092.064

## 19. Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
Remuneração indexada a taxas de juro	826.050	526.050
Obrigações hipotecárias	-	1.250.000
	826.050	1.776.050
Outros		
Emissões no âmbito do Programa <i>Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit</i>		
Papel Comercial	830	395
	830	395
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	2.116	5.793
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(2.541)	(2.007)
Juros a pagar	1.896	9.888
	828.351	1.790.117

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados da dívida readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Obrigações hipotecárias	3.000.000	3.000.000
	3.000.000	3.000.000

Como forma de diversificação das fontes de financiamento, a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) *Euro Commercial Paper and Certificate of Deposits (ECP e CCP)*

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro *Commercial Paper and Certificate of Deposits*”, a CGD (diretamente ou através da sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “*Notes*” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) *Euro Medium Term Notes (EMTN)*

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir da sucursal de França), pode emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de 1 mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) *Obrigações Hipotecárias*

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão, de forma direta, de Obrigações Hipotecárias até ao montante atual máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos,

nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo estes uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações Centrais ou Autoridades Regionais e Locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações; e,
- O valor atual das obrigações hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na lei.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor nominal de obrigações hipotecárias emitidas pela CGD ascendia a 3.000.000 mEuros e 4.250.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em 30-06-2022	Taxa em 31-12-2021
	30-06-2022	31-12-2021						
Hipotecárias Série 4 2007/2022	-	250.000	2007-06-28	2022-06-28	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	-	-0,050%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (a)	1.500.000	1.500.000	2012-07-31	2022-07-31	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,310%	-0,556%
Hipotecárias Série 17 2015/2022	-	1.000.000	2015-01-27	2022-01-27	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	-	1,000%
Hipotecárias Série 18 2018/2028 (a)	1.500.000	1.500.000	2018-12-19	2028-12-19	Trimestralmente nos dias 19 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,6%	0,430%	-0,589%
	3.000.000	4.250.000						

(a) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a 4.345.622 mEuros e 5.604.258 mEuros, respetivamente (Nota 12).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 15.232 mEuros e 15.097 mEuros, respetivamente (Nota 12).

Em 30 de junho de 2022, as notações de *rating* atribuídas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências *Moody's*, *Fitch* e *DBRS* eram de Aa2, AA e AAA, respetivamente.

A CGD realizou uma emissão de dívida sénior preferencial em 21 de setembro de 2021, no montante de 500.000 mEuros, com maturidade máxima de 6 anos e um cupão de 0,375%, o que constitui o cupão mais baixo alguma



vez conseguido pelo Grupo em emissões no mercado de capitais. Esta emissão tem a particularidade de ser sustentável, direcionando os fundos captados para o financiamento de operações de crédito dos seus clientes no domínio ambiental e do desenvolvimento socioeconómico, tratando-se da primeira emissão realizada por um banco português com estas características.

De forma idêntica, a 15 de junho de 2022, a CGD emitiu outra emissão “verde” de dívida sénior preferencial no montante de 300.000 mEuros, com o prazo de 4 anos e possibilidade de reembolso antecipado ao fim de 3 anos e um cupão de 2,875%.

Ambas as emissões inserem-se no plano de financiamento definido para o cumprimento dos requisitos de MREL (*Minimum Requirements for own funds and Eligible Liabilities*) fixados pelo Banco de Portugal, conforme decisão do Conselho Único de Resolução. Tratam-se da segunda e terceira emissão, respetivamente, colocada nos mercados de dívida internacionais para este fim, após a emissão de dívida sénior não preferencial realizada em novembro de 2019. É um marco importante na concretização dos compromissos assumidos no domínio do financiamento sustentável, o que cria valor e reduz o impacto ambiental da sua atividade.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

30-06-2022			
	Programa EMTN Ativo indexado a Taxa de Juro	Outras Obrigações	Total
Até 1 ano	-	830	830
Entre 1 e 5 anos	306.000	-	306.000
Entre 5 e 10 anos	500.000	-	500.000
Mais de 10 anos	20.050	-	20.050
	826.050	830	826.880

31-12-2021				
	Programa EMTN Ativo indexado a Taxa de Juro	Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
Até 1 ano	-	1.250.000	302	1.250.302
Entre 1 e 5 anos	6.000	-	92	6.092
Entre 5 e 10 anos	500.000	-	-	500.000
Mais de 10 anos	20.050	-	-	20.050
	526.050	1.250.000	395	1.776.445

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2021	Emissões	Reembolsos	Saldo em 30-06-2022
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	526.050	300.000	-	826.050
Obrigações hipotecárias	1.250.000	-	(1.250.000)	-
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	395	546	(111)	830
	1.776.445	300.546	(1.250.111)	826.880

	Saldo em 31-12-2020	Emissões	Reembolsos	Saldo em 30-06-2021
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	109.490	-	(13.440)	96.050
Obrigações hipotecárias	1.250.000	-	-	1.250.000
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	70	111	-	181
	1.359.560	111	(13.440)	1.346.231

## 20. Passivos financeiros associados a ativos transferidos

Em novembro de 2010, a CGD procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário no montante de 5.345.504 mEuros, através de uma operação de titularização. As principais condições desta operação são apresentadas de seguida:

### Titularização de crédito hipotecário – Nostrum Mortgages n.º 2

Em 5 de novembro de 2010, a CGD procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito hipotecário à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus). A transmissão dos créditos foi efetuada nessa data pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros a receber e deduzido de outros encargos associados à operação, tendo o valor global da operação ascendido a 5.349.775 mEuros.

A CGD continua a efetuar a gestão dos contratos hipotecários, ficando a seu cargo a administração da relação com os clientes, o recebimento dos montantes de capital e juros ao abrigo dos créditos contratados, a determinação das taxas de juro aplicáveis e procedimentos de resgate de possíveis montantes em incumprimento relativos aos créditos da carteira transferida. Os montantes recebidos pela CGD são entregues à Tagus num período que não deverá exceder 5 dias úteis de acordo com os termos definidos para a transação.

Como forma de financiamento, a Tagus emitiu obrigações com um valor nominal de 5.429.950 mEuros, as quais foram integralmente subscritas pela CGD, encontrando-se registadas como “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” (Classe B e C) (Nota 6) e “Investimentos ao custo amortizado” (Classe A) (Nota 11). As obrigações foram emitidas com diferentes níveis de subordinação, de *rating* e, consequentemente, com diferentes remunerações associadas, e apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating (*)			Maturidade	Remuneração
		Moody's	Fitch	DBRS		
<i>Class A Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065</i>	4.008.800	Aa2	AA	AAA	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,20%
<i>Class B Mortgage Backed Floating Rate Securitization Notes due 2065</i>	1.336.250	n.a.	n.a.	n.a.	20 de maio de 2065	Euribor 3m+ 0,30%
	5.345.050					
<i>Class C Securitization Notes due 2065</i>	84.900	n.a.	n.a.	n.a.	20 de maio de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	5.429.950					

(\*) De acordo com a última notação de rating disponível

Estas obrigações vencem juros trimestralmente em 20 de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano. Em cada data de pagamento de juros, a Tagus tem a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetuada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das obrigações.

Para cobertura do risco de taxa de juro associado à transação, a Tagus contratou um *swap* de taxa de juro, nos termos do qual o veículo entrega, em cada data de vencimento de juros das obrigações, um montante calculado em função dos juros efetivamente recebidos no âmbito da carteira de crédito titularizada no decurso do período em análise, e recebe um montante calculado com referência à Euribor 3 meses, adicionada do *spread* médio da carteira de crédito calculada para o período de juros relevante e de uma margem adicional de 0,6%.

Na sequência da deliberação da CGD, em 22 de agosto foi exercida a opção de reembolso antecipado da transação Nostrum 2010 e efetuada a recompra dos créditos que constituem o *portfolio* à TAGUS (sociedade de titularização), originando a liquidação da estrutura (Nota 39).

### Movimento nos créditos

O movimento ocorrido no valor dos ativos cedidos durante o exercício de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 pode ser demonstrado da seguinte forma:

<b>Nostrum Mortgages nº2</b>	
Saldos em 31-12-2020	2.827.163
Reembolsos	(240.348)
Recompras	(10.654)
Outros	(1.706)
Saldos em 31-12-2021	2.574.455
Reembolsos	(124.769)
Recompras	(890)
Outros	(2.477)
Saldos em 30-06-2022	2.446.319

### Registo contabilístico

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo desta rubrica respeita integralmente às responsabilidades associadas à carteira securitizada de crédito hipotecário da operação Nostrum Mortgages n.º 2, refletindo nessa data o valor nominal dos créditos titularizados, acrescido dos juros a receber ainda não vencidos.

## 21. Provisões e passivos contingentes

### Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2021	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2022
Provisões para encargos com benefícios de empregados	648.094	(58.484)	(30.801)	-	(8.171)	550.639
Provisões para contingências judiciais	24.389	(7.147)	-	-	-	17.242
Provisões para garantias e compromissos assumidos	215.670	(15.858)	-	3	1.802	201.617
Provisões para outros riscos e encargos	44.999	812	(3.725)	9	170	42.264
	285.058	(22.193)	(3.725)	12	1.972	261.123
	933.152	(80.677)	(34.526)	12	(6.199)	811.762

	Saldo em 31-12-2020	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2021
Provisões para encargos com benefícios de empregados	716.808	35.422	(28.877)	-	(132.512)	590.842
Provisões para contingências judiciais	21.117	-	-	-	(227)	20.889
Provisões para garantias e compromissos assumidos	232.712	(618)	-	-	1.116	233.210
Provisões para outros riscos e encargos	25.561	2.572	(2.244)	5	16.153	42.046
	279.390	1.953	(2.244)	5	17.041	296.146
	996.198	37.376	(31.121)	5	(115.470)	886.987

No primeiro semestre de 2022, a utilização da provisão para encargos com os benefícios de empregados, no montante total de 30.801 mEuros decompõe-se em 12.418 mEuros relativos ao plano médico-social, 16.981 mEuros do plano horizonte e outros acordos de suspensão de prestação de trabalho e 1.402 mEuros relativos a rescisões por mútuo acordo.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Provisão para assistência médico-social pós-emprego	294.719	356.488
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (PH+ASPT+PPR)	102.810	79.969
Provisão para programa pré reforma (PPR 2022-2024)	137.279	195.763
Provisão para rescisão por mútuo acordo (RMA)	584	627
Responsabilidades da Sucursal de França	15.247	15.247
	550.639	648.094

No primeiro semestre de 2022, o valor das "Provisões para encargos com benefícios de empregados", inclui uma utilização de 16.981 mEuros da provisão para acordos de suspensão de prestação de trabalho (PH – Plano Horizonte, ASPT – Acordo de Suspensão da Prestação de Trabalho e PPR – Programa Pré-Reforma 18 a 21) e um reforço da provisão do programa de pré-reforma PPR para 2022, no montante de 39.832 mEuros, por contrapartida de Custos com Pessoal (Nota 31).

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os montantes apresentados na coluna “Transferências e outros” no mapa de movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal		
Assistência médica CGD (Nota 31)	4.345	8.263
Acordos de suspensão da prestação de trabalho - ASPT+PH+PPR (Nota 31)	39.822	30.109
Rescisão por Mútuo Acordo (Nota 31)	1.358	5.164
Outros (Ganhos associados ao Plano Médico - Nota 31)	-	(145.396)
	45.525	(101.860)
Provisões registadas por contrapartida de outras reservas		
Desvios atuariais e financeiros	(53.696)	(8.854)
Outros	-	(1.700)
	(8.171)	(112.415)

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da CGD.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa da CGD de eventuais montantes a depender na sua resolução com base em estimativas da Direção de Assuntos Jurídicos e dos advogados que acompanham os processos.

As provisões para garantias e compromissos assumidos refletem a estimativa de perdas potenciais associadas a responsabilidades com clientes, decorrentes da atividade comercial da CGD, sendo determinadas pela Direção de Gestão de Risco em conformidade com os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

#### Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	17.165.612	17.823.271
Garantias e avals	2.465.327	2.419.315
Créditos documentários abertos	336.053	301.346
Cartas de crédito "stand by"	31.254	6.122
	19.998.245	20.550.055
Compromissos		
Compromissos revogáveis	9.081.794	8.693.126
Subscrição de títulos	1.331.300	972.150
Linhas de crédito irrevogáveis	508.257	452.381
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.391	155.391
Sistema de indemnização aos investidores	46.495	45.067
Outros compromissos irrevogáveis	71.379	67.675
Contratos a prazo de depósitos		
A receber	3.859	2.955
A constituir	53.845	3.491
	11.252.320	10.392.235
Depósito e guarda de valores	45.596.206	48.106.359
Outros valores administrados pela instituição	67.210	73.077

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	1.232.462	1.139.088
Council of Europe Development Bank	8.000	10.400
Banco de Portugal (*)	15.729.650	16.491.283
Fundo de Garantia de Depósitos	167.500	157.500
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	23.000	20.000
Euronext	5.000	5.000
	17.165.612	17.823.271

(\*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do “Contrato de Garantia do Crédito Intradiário” no valor de 500 milhões de Euros e outras operações em mercado

Os ativos dados em garantia referem-se a instrumentos de dívida, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados no balanço da CGD como ativos ao justo valor por contrapartida de resultados, ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, crédito a clientes e responsabilidades representadas por títulos (Nota 19).

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela CGD nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 10.899.972 mEuros e 12.085.909 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pela CGD, apresentam um valor de mercado de 190.500 mEuros e 177.500 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.391 mEuros. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a CGD reconheceu encargos com a contribuição anual para o Fundo nos montantes de 738 mEuros e 114 mEuros, respetivamente.

#### Autoridade da Concorrência

Em 3 de junho de 2015, a CGD foi notificada de Nota de Ilícitude através da qual a Autoridade da Concorrência lhe imputa, bem como a catorze outras instituições de crédito, diversas práticas, designadamente troca de informação com parte das mesmas instituições de crédito, que, na ótica da mencionada Autoridade, constituem práticas concertadas que tiveram como objeto falsear, de forma sensível, a concorrência no mercado.

Em razão de requerimentos apresentados por diversas instituições de crédito visadas, o prazo inicial veio a ser prorrogado por mais de uma vez, não se encontrando ainda esgotado. Apesar de tal facto, a CGD concluiu a preparação da sua defesa no decorrer do período inicialmente previsto para o efeito, e que findava em 17 de novembro de 2015.

Em 14 de março de 2017, a CGD foi formalmente informada pela Autoridade da Concorrência da deliberação do seu Conselho de Administração do levantamento da suspensão do processo de contraordenação que se encontrava em vigor, mantendo-se no entanto a suspensão do prazo de pronúncia sobre a Nota de Ilícitude. Posteriormente, uma nova deliberação do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência veio cessar a suspensão do prazo de pronúncia, a qual terminava em 27 de setembro de 2017. A CGD apresentou a sua defesa no dia 26 de setembro, tendo para o efeito requerido diligências complementares de prova, as quais vieram a ter lugar nos dias 5 e 6 de dezembro de 2017.

Em junho, julho e outubro de 2018, a CGD respondeu a pedidos de elementos adicionais da Autoridade da Concorrência.

Em março de 2019, a CGD foi notificada da deliberação da Autoridade da Concorrência que prorrogou o prazo da instrução do processo até 31 de dezembro de 2020.

Em 10 de setembro de 2019, a CGD foi notificada da decisão final da Autoridade da Concorrência, de caráter inédito, que aplica uma coima no valor de 82.000 mEuros (calculada, nos termos da lei, em função do seu volume de negócios nos segmentos de crédito em causa). As restantes instituições visadas no processo em referência foram notificadas de decisões equivalentes.

A CGD considera existirem falhas e omissões na imputação das alegadas infrações e na fixação da coima que lhe foi aplicada, razão pela qual procedeu à sua impugnação junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em 21 de outubro de 2019.

Nesse âmbito, em 21 de dezembro de 2020, foi prestada garantia bancária no montante de 41.000 mEuros por o tribunal ter entendido que tal era necessário para efeitos de suspensão da execução da coima. Não obstante, esta decisão está a ser contestada pela CGD.

O julgamento iniciou-se em 6 de outubro de 2021, tendo a audiência de julgamento sido reaberta em 8 de abril de 2022, já após a produção de alegações finais pelas partes. A reabertura da audiência de julgamento foi determinada pela juíza titular do processo para alteração de factos não substanciais relativamente aos constantes da acusação. Em 28 de abril de 2022, o tribunal decidiu o reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça da União Europeia de várias questões em que releva a interpretação de direito da União Europeia, encontrando-se o processo de contraordenação suspenso até que aquele tribunal se pronuncie.

#### Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, sendo os seus recursos provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente:

- (i) Contribuições especiais das instituições de crédito; e,
- (ii) Importâncias provenientes de empréstimos.

#### Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A., uma nova instituição bancária de transição criada para o efeito, integralmente detida pelo Fundo de Resolução.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900.000 mEuros a realizar pelo único acionista nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução não detinha nessa data os recursos próprios necessários à operação, a subscrição de capital foi efetuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900.000 mEuros do Estado Português; e,
- 700.000 mEuros de oito instituições participantes no Fundo (dos quais 174.000 mEuros assegurados pela CGD).

Em setembro de 2015, o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas recebidas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES foi de 1.941.000 mEuros e corresponde a um valor de balanço de 1.985.000 mEuros. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio



também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

O processo de alienação da participação detida pelo Fundo de Resolução no capital do Novo Banco foi relançado em janeiro de 2016.

Em julho de 2016, e decorrente da conclusão do processo de avaliação independente do nível de recuperação dos créditos de cada classe de credores do BES num hipotético cenário de liquidação em agosto de 2014, como alternativa à aplicação da medida de resolução, o Banco de Portugal veio clarificar que na hipótese de se verificar no encerramento da liquidação do BES que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, S.A., venham a assumir uma perda superior à que teriam nesse cenário, deverão ser ressarcidos dessa diferença pelo Fundo de Resolução.

Em 4 de agosto de 2016, o Fundo de Resolução informou da alteração às condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução aplicada (ambos com prazo máximo de 4 de agosto de 2016), cujo vencimento passou a ser 31 de dezembro de 2017, sem prejuízo de reembolso antecipado ou de serem acordadas novas alterações.

Em 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do BES. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução, a revisão então acordada "permitiria a extensão dessa maturidade em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências positivas ou negativas a que o Fundo de Resolução se encontra exposto". Na mesma data, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou também que "no âmbito do contrato com o Fundo de Resolução, e de acordo com as bases já estabelecidas, quaisquer aumentos ou reduções de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos bancos ao Fundo de Resolução, mantendo-se o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais."

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a formalização das alterações contratuais acima mencionadas, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046. A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal selecionou a Lone Star para a conclusão da operação de venda do Novo Banco. Este acordo implicou a realização de dois aumentos de capital, o primeiro no valor de 750.000 mEuros ocorrido em outubro e o segundo no valor de 250.000 mEuros em dezembro de 2017.

Esta venda foi precedida da concretização de uma operação de *Liability Management Exercise* (LME) sobre 36 séries de obrigações no valor contabilístico de 3.000.000 mEuros. O sucesso desta operação traduziu-se na compra e reembolso de obrigações representativas de 73% do seu valor contabilístico, com um resultado imediato de 209.700 mEuros.

Na sequência do processo de venda foi criado um Mecanismo de Capital Contingente que permite ao Novo Banco poder ser compensado, até ao limite máximo de 3.890.000 mEuros, por perdas que venham a ser reconhecidas em alguns dos seus ativos a cargo do Fundo de Resolução.

Em 18 de outubro de 2017, o Fundo de Resolução cumpriu as últimas formalidades da operação, dando execução às determinações da autoridade nacional de resolução, o Banco de Portugal, mantendo uma posição de 25% no capital social do Novo Banco e a Lone Star 75% do capital. Com esta operação, o capital social do Novo Banco passou de 4.900.000 mEuros para 5.900.000 mEuros.

Após a conclusão desta operação, cessou a aplicação do regime das instituições de transição ao Novo Banco, passando este a operar em total normalidade ainda que sujeito a algumas medidas limitativas à sua atividade impostas pela autoridade da concorrência europeia.

Em 28 de março de 2018, após o anúncio dos resultados do banco relativos ao exercício de 2017, acionou-se o mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados aquando da venda, o que determinou a obrigação de pagamento de 792.000 mEuros ao Novo Banco pelo Fundo de Resolução.

Em 24 de maio de 2018, foi realizado o pagamento acima referido, após a certificação legal de contas do Novo Banco e após a conclusão dos procedimentos de verificação necessários, dos quais resultou a confirmação de que estavam verificadas as condições que, nos termos do contrato, determinam a realização do pagamento, bem como a confirmação do exato valor a pagar pelo Fundo de Resolução.

Para o efeito, o Fundo de Resolução utilizou os seus recursos próprios, resultantes das contribuições pagas pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado Português, no montante de 430.000 mEuros.

Em 6 de julho de 2018, o Fundo de Resolução aprovou em assembleia geral da Oitante, realizada a 3 de julho a apresentação de proposta ao Banco de Portugal quanto à nomeação dos membros do Conselho de Administração daquela Sociedade para o mandato de 2018 a 2020 face ao termo do mandato anterior. Foi também proposta ao Banco de Portugal a recondução dos membros do Conselho Fiscal da Oitante e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e a recondução dos membros da mesa da Assembleia Geral. Na mesma Assembleia Geral foram aprovadas as contas da Oitante relativas ao exercício de 2017 que apresentaram um resultado positivo de 30.100 mEuros.

Em 1 de março de 2019, o Novo Banco anunciou os resultados relativos ao exercício de 2018 dos quais resulta o acionamento do mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados em 2017, no âmbito da venda da instituição. De acordo com os resultados divulgados pelo Novo Banco, o montante pago em 2019 pelo Fundo de Resolução ascendeu a 1.149.000 mEuros.

O pagamento devido em 2019 pelo Fundo de Resolução foi realizado a 6 de maio de 2019. Para o efeito, o Fundo de Resolução utilizou tal como em 2018, os seus recursos financeiros disponíveis, resultantes das contribuições pagas pelo setor bancário, complementadas por um empréstimo do Estado Português, no montante de 850.000 mEuros.

De acordo com o comunicado do Novo Banco referente aos resultados de 2019, o Novo Banco solicitou uma compensação de 1.037.000 mEuros ao abrigo do Mecanismo de Capital Contingente, tal como estipulado no contrato de venda. O referido pagamento foi realizado em maio de 2020, no montante de 1.035.000 mEuros.

O Fundo de Resolução também prestou à Comissão de Orçamento e Finanças, por escrito, todos os esclarecimentos sobre a sua decisão de deduzir, ao valor apurado nos termos do mecanismo de capital contingente, o montante relativo à remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco.

O valor das compensações pagas em 2018 (792.000 mEuros referentes a 2017), 2019 (1.149.000 mEuros referentes a 2018) e 2020 (1.035.000 mEuros referentes a 2019) totalizam 2.976.000 mEuros. O montante máximo de pagamentos a realizar pelo Fundo de Resolução estabelecido no Acordo de Capitalização Contingente é de 3.890.000 mEuros.

A propósito das informações difundidas a 4 de junho de 2020 na sequência da publicação, pelo Conselho das Finanças Públicas das “Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022”, o Fundo de Resolução esclarece que iniciou, em conjunto com o Novo Banco, um procedimento arbitral com vista a esclarecer o tratamento que devem merecer, à luz do Acordo de Capitalização Contingente celebrado entre ambos, os efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco em prescindir do regime transitório de que atualmente beneficia e que visa reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios das instituições de crédito.

O procedimento arbitral referido não representa risco adicional face ao limite de 3.890.000 mEuros.

No seu comunicado de 16 de junho de 2020, o Fundo de Resolução disponibilizou documentos contratuais à Comissão de Orçamento e Finanças que incluem o “Contrato de Compra e Venda e de subscrição de Ações do Novo Banco, S.A.” celebrado entre o Fundo de Resolução e a Nani Holdings SGPS, S.A. em 31 de março de 2017, bem como o “Acordo de Capitalização Contingente”, celebrado entre o Fundo de Resolução e o Novo Banco em 18 de outubro de 2017.

No dia 10 de agosto de 2020, o Fundo de Resolução esclareceu, em comunicado, que a venda da participação detida pelo Novo Banco na GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A. era um imperativo ditado pelos compromissos assumidos pelo Estado Português junto da Comissão Europeia. Nos termos daqueles compromissos, o Novo Banco ficou obrigado a vender a sua participação na GNB Vida até 31 de dezembro de 2019.

A aquisição foi feita pelos fundos “APAX Partners”, cuja idoneidade foi objeto de avaliação pela autoridade competente. Na avaliação do Fundo de Resolução, o valor da venda correspondeu ao valor da melhor oferta recebida na sequência de um processo de venda aberto e competitivo e reflete o valor de mercado, naquele momento, do ativo em causa.

Na sequência do pagamento que efetuou ao Novo Banco, em maio de 2019, em cumprimento do Acordo de Capitalização Contingente, o Fundo de Resolução divulgou, a 3 de setembro de 2020, que recebeu o relatório da auditoria especial determinada pelo Governo, nos termos do disposto na Lei n.º 15/2019, de 12 de fevereiro, que estabelece que sempre que são disponibilizados, direta ou indiretamente, fundos públicos a uma instituição de crédito deve ser efetuada uma auditoria por uma entidade independente, neste caso a Deloitte & Associados,

SROC., e veio também ao encontro de uma necessidade identificada, em fevereiro de 2019, pelo Fundo de Resolução.

Os resultados da auditoria revelam que Novo Banco continua fortemente marcado pelo vasto legado de ativos não produtivos, gerado ainda na esfera do Banco Espírito Santo, S.A., com o consequente registo de imparidades e provisões, mas que tem robustecido os seus procedimentos internos. Revela também a adequação dos princípios e critérios adotados no que respeita ao exercício dos poderes do Fundo de Resolução no âmbito do Acordo de Capitalização Contingente.

No dia 4 de junho de 2021, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento ao Novo Banco, referente ao Acordo de Capitalização Contingente no valor de 317.013 mEuros, com respeito às contas do exercício de 2020. Este pagamento resulta do pedido do Novo Banco, a 7 de abril de 2021, no montante de 598.312 mEuros. Concluídos todos os procedimentos de validação, foi confirmado que, com referência a 31 de dezembro de 2020, se verificava a condição que determina a realização de um pagamento por parte do Fundo de Resolução. O montante necessário para que o rácio CET1 do Novo Banco se situe no nível contratualmente estipulado de 12% é de 598.312 mEuros valor confirmado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, as autoridades com competência legal para o efeito.

O Fundo de Resolução considerou que, ao valor solicitado pelo Novo Banco, era devido um ajustamento no montante agregado de 169.299 mEuros. Esse ajustamento resulta do somatório dos valores relativos às situações a seguir indicadas:

- (i) A redução do montante correspondente ao impacto, na posição de capital do Novo Banco, da perda resultante da decisão de desinvestimento da atividade do Novo Banco em Espanha, com referência a 31 de dezembro de 2020 (147.442 mEuros);
- (ii) A redução correspondente a diferenças de valorização apuradas quanto a um conjunto de ativos detidos pelo Novo Banco (18.000 mEuros);
- (iii) A redução dos custos correspondentes à remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco referente aos exercícios de 2020 (no montante de 1.860 mEuros) e de 2019 (no montante de 1.997 mEuros). Esta última parcela já havia justificado uma redução no pagamento realizado em 2020, mas deve continuar a ser objeto de ajustamento, tendo em conta o funcionamento do mecanismo de capitalização contingente. Assim, o valor apurado pelo Fundo de Resolução para efeitos de pagamento ao Novo Banco foi de 429.013 mEuros.

A realização do pagamento por parte do Fundo de Resolução exigiu uma alteração orçamental, que foi autorizada por Despacho do Ministro de Estado e das Finanças.

Do valor de 429.013 mEuros, a autorização relativa a uma parcela de 112.000 mEuros ficou dependente da conclusão de uma averiguação suplementar, que incluía a obtenção de uma opinião externa, relativamente à opção do Novo Banco de não aplicar a política de contabilidade de cobertura aos instrumentos financeiros derivados contratados para cobrir risco de taxa de juro resultante da exposição a obrigações de dívida soberana de longo prazo. Assim, foi realizado o pagamento ao Novo Banco do montante de 317.013 mEuros e prosseguirão as diligências necessárias para aferir a verificação da condição a que ficou sujeita a transferência do montante de 112.000 mEuros.

O pagamento ao Novo Banco foi integralmente financiado com recursos provenientes de um empréstimo obtido junto de sete instituições de crédito nacionais. O empréstimo tem vencimento em 2046 e é remunerado a uma taxa de juro correspondente ao custo de financiamento da República para o prazo entre a data de celebração do contrato (31 de maio de 2021) e 31 de dezembro de 2026, acrescido de uma margem de 15 pontos base. A taxa de juro será revista a 31 de dezembro de 2026 e depois a cada período de cinco anos, correspondendo ao custo de financiamento da República a cinco anos, acrescido de uma margem de 15 pontos base.

Mesmo considerando o valor de 429.013 mEuros (ou até o valor solicitado pelo Novo Banco), o valor apurado relativamente ao ano de 2020 é inferior ao valor das perdas registadas nesse ano relativamente aos ativos abrangidos pelo mecanismo de capitalização contingente, que foi de 752.000 mEuros.

Por outro lado, o valor acumulado das perdas relativas a esses ativos (entre 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2020) ascende a 4.367.000 mEuros, pelo que – mesmo que se considere o valor de 429.013 mEuros referentes a 2020 – o valor acumulado dos pagamentos do Fundo de Resolução será de 3.405.000 mEuros, ou seja, inferior em 962.000 mEuros ao valor acumulado das perdas.

Tal como tem acontecido em anos anteriores, o mecanismo de capitalização contingente limita o valor dos pagamentos pelo Fundo de Resolução ao montante necessário para que os rácios de capital do Novo Banco se mantenham nos níveis acordados.

#### Medida de resolução aplicada ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.

De acordo com o comunicado do Banco de Portugal de 20 de dezembro de 2015, foi decidida a venda da atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) e da maior parte dos seus ativos e passivos ao Banco Santander Totta por 150.000 mEuros. Segundo o referido comunicado, as imposições das instituições europeias e a inviabilização da venda voluntária do Banif conduziram a que esta alienação fosse tomada no contexto de uma medida de resolução.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Neste âmbito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, as quais foram adquiridas na totalidade pelo Banco Santander Totta, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255.000 mEuros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489.000 mEuros pelo Fundo de Resolução e 1.766.000 mEuros diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

Em 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 mEuros, a título de reembolso parcial antecipado das medidas de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), permitindo que o valor em dívida baixasse de 489.000 mEuros para 353.000 mEuros.

O montante não transferido para o Fundo Único de Resolução será pago pelas Instituições abrangidas no âmbito do Regulamento UMR ao mesmo Fundo Único de Resolução ao longo de um período de oito anos (a terminar em 2024), conforme previsto no Regulamento de Execução (UE) 2015/81 do Conselho, de 19 de dezembro de 2014.

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a alteração das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do Banif em moldes similares ao anteriormente descrito relativamente aos financiamentos da medida de resolução do BES.

Não obstante, na presente data, atendendo aos desenvolvimentos acima descritos:

- (i) Não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, pelo que a probabilidade de eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota; e,
- (ii) Prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de abril do ano a que respeita a contribuição periódica. Estas contribuições, bem como a contribuição sobre o setor bancário, são registadas em custos do período, de acordo com a IFRIC 21 – “Taxas”.

Eventuais alterações ao nível da aplicação dos mecanismos de financiamento do Fundo de Resolução acima referidos poderão vir a ter impactos relevantes nas futuras demonstrações financeiras da CGD.

## 22. Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Obrigações	1.100.000	1.100.000
Juros a pagar	5.885	20.311
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(2.141)	(2.427)
	1.103.744	1.117.883

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1*, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho n.º 8840-C/2012, de 28 de junho de 2012). Estas obrigações eram convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceder à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado; e,
- No caso de os instrumentos financeiros híbridos deixarem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios *Core Tier 1*.

No seguimento da autorização concedida pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal, em 6 de dezembro de 2016, obtida no âmbito do novo processo de recapitalização negociado com as autoridades europeias, a Caixa recebeu a título de aumento de capital em espécie os instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1 (CoCo)*, acrescidos dos correspondentes juros corridos e não pagos até à data de 4 de janeiro de 2017 (data de realização do aumento de capital).

Ainda na sequência deste processo, foi levantada pela Comissão Europeia a interdição que se encontrava em vigor, relativa ao pagamento de cupões discricionários na dívida subordinada. No primeiro trimestre de 2017, a CGD retomou o pagamento dos respetivos cupões.

No decorrer do primeiro trimestre de 2018, a CGD concluiu a última fase dos procedimentos acordados com as instituições europeias no âmbito do processo de recapitalização mediante emissão de 500.000 mEuros de dívida subordinada *Tier 2* (Nota introdutória).

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2022	Valor de balanço 31-12-2021	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	Fixed Rate Reset Callable Subordinated Notes	EUR	500.000	500.000	500.000	2018-06-28	2028-06-28	5,75%. Pagamento de juros anual, no dia 28 de junho.	Nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de junho de 2023.
Caixa Geral de Depósitos	Lower Tier 2 due March 3, 2028	EUR	100.000	100.000	100.000	2008-03-03	2028-03-03	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	n.a.
Caixa Geral de Depósitos	Senior Non-Preferred Fixed Rate Notes due 2024	EUR	500.000	500.000	500.000	2019-11-25	2024-11-25	1,25%. Pagamento de juros anual, no dia 25 de novembro.	n.a.

## 23. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Credores		
Recursos consignados	677.658	677.658
Credores por subscrições não realizadas		
FCR Aquarius	16.568	16.642
FCR Fundo de Recuperação	10.047	10.179
OXI Capital, SCR	3.009	3.009
Outros	11.904	12.224
Recursos - conta caução	472.478	308.750
Fornecedores de bens de locação financeira	227.026	179.852
Caixa Geral de Aposentações	1.844	3.610
Credores por operações sobre valores mobiliários	117	-
Credores por venda de bens arrematados	5.993	5.993
Outros fornecedores	12.115	41.638
Credores diversos	197.868	251.067
Outras exigibilidades		
Retenção de impostos na fonte	18.078	22.705
Contribuições para a Segurança Social	2.325	2.292
Outros impostos a pagar	1.433	4.136
Cobranças por conta de terceiros	752	531
Outras	2.953	3.354
Encargos a pagar	124.582	103.878
Receitas com rendimento diferido	33.242	33.617
Operações passivas a regularizar	349.220	287.501
Operações de Bolsa	-	2
	2.169.212	1.968.635

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Recursos – conta caução” inclui 78.770 mEuros e 27.300 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados junto da CGD por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações de “Swaps de taxa de juro” (“IRS”).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Encargos a pagar" inclui 7.467 mEuros e 8.963 mEuros, respetivamente, relativo a prémios de carreira.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os montantes relativos às “Operações passivas a regularizar” dizem respeito, essencialmente, a operações com meios de pagamento cuja liquidação financeira ainda não aconteceu e a posição cambial a prazo de operações em moeda estrangeira.

## 24. Capital e outros instrumentos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	30-06-2022	31-12-2021
Número de ações	768.828.747	768.828.747
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	3.844.143.735	3.844.143.735

O Estado Português, ao abrigo do acordo celebrado em março de 2017 com as autoridades europeias no âmbito do processo de recapitalização da CGD, deliberou em 4 de janeiro de 2017 a realização das seguintes operações:

- (i) O aumento do capital social da CGD para 7.344.144 mEuros, mediante a emissão de 288.828.747 ações ordinárias com um valor nominal de 5 euros cada, através da transmissão em espécie de 490.000.000 ações do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A. pelo montante de 498.996 mEuros, e da transmissão em espécie de obrigações convertíveis de capital contingente (CoCos), no montante de 900.000 mEuros (Nota 19), acrescidos dos correspondentes juros corridos no montante de 45.148 mEuros; e,
- (ii) A redução do capital social da CGD em 6.000.000 mEuros, por extinção de 1.200.000.000 ações para cobertura de resultados transitados negativos no valor de 1.404.506 mEuros e para constituição de reservas livres no montante de 4.595.494 mEuros.

Posteriormente, em 30 de março de 2017, o Estado deliberou proceder a um novo aumento do capital social no montante de 2.500.000 mEuros, mediante a emissão de 500.000.000 de novas ações ordinárias com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscrito pelo único acionista.

Nessa mesma data, a CGD emitiu 500.000 mEuros de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*), integralmente subscritos por investidores profissionais privados. Esta emissão é remunerada a uma taxa de 10,75%.

No dia 1 de fevereiro de 2022, a Caixa recebeu autorização do Banco Central Europeu para o reembolso antecipado da emissão de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*), no montante de 500.000 mEuros, com efeitos a 30 de março de 2022.

A autorização para o reembolso antecipado resulta da avaliação positiva feita pelo BCE à solidez financeira da Caixa, reflexo da conclusão com sucesso do difícil e exigente plano de reestruturação.



## 25. Reservas, resultados transitados e resultado do período

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110.425	110.425
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	61.905	133.265
	172.330	243.691
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal - CGD	394.505	306.198
Reserva especial associada ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Nota 15)	681.571	681.571
Outras reservas	4.395.940	3.898.753
Resultados transitados	(1.816.017)	(1.771.363)
	3.655.999	3.115.158
Resultado líquido	458.571	441.534
	4.286.900	3.800.383

Conforme referido em maior detalhe na Nota 15, em consequência do apuramento de um resultado líquido negativo no âmbito da sua atividade individual no exercício de 2016 e ao abrigo das condições definidas pela Lei n.º 61/2014, foram concluídos no decorrer do exercício de 2019, os procedimentos de conversão de ativos por impostos diferidos em créditos tributários, cujo valor final ascendeu a 420.575 mEuros. No âmbito da legislação aplicável, a conversão dos ativos por impostos diferidos foi precedida da constituição de uma reserva especial de 681.571 mEuros, correspondente ao valor do crédito tributário apurado no âmbito da conversão, majorado em 10% e ajustado ao abrigo dos requisitos do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 61/2014. A constituição da reserva especial foi acompanhada da emissão e atribuição simultânea ao Estado de direitos de conversão por montante equivalente.

A reserva especial encontra-se refletida na rubrica de “Outras Reservas”.

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral.

A reserva de conversão cambial, que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de sucursais expressas em moeda estrangeira, está incluída em “Outras reservas”.

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Estas reservas foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas	
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei n.º 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei n.º 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, o resultado individual da CGD foi determinado da seguinte forma:

	30-06-2022	30-06-2021
Atividade em Portugal	427.301	268.838
Sucursal de França	30.936	9.077
Sucursal de Timor	334	138
	458.571	278.053

Os valores apresentados foram apurados antes da eliminação de operações intragrupo realizada no processo de agregação.

### **Distribuição do resultado do exercício**

#### **Exercício de 2021**

Em Assembleia Geral, realizada em 31 de maio de 2022, foi deliberada a aplicação de 20% do Resultado líquido em Reserva Legal (88.307 mEuros) e a incorporação de 112.156 mEuros na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados” e a distribuição de dividendos no valor de 241.071 mEuros, tendo sido obtida a respetiva aprovação por parte das entidades de supervisão competentes, nos termos da legislação europeia e nacional em vigor. Adicionalmente, considerando que a Caixa dispõe de uma situação financeira robusta e que a alteração do montante a entregar ao acionista não prejudica a sua capacidade de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, designadamente, prudenciais, incluindo o MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*), considerando também, as comunicações estabelecidas com as entidades de supervisão sobre esta matéria foi deliberada a distribuição de um montante adicional, no valor de 137.160 mEuros, nos mesmos termos e condições da deliberação do passado dia 29 de novembro de 2021.

Deste modo, a Caixa entregou ao seu acionista, em 2022, um montante de 378.231 mEuros.

#### **Exercício de 2020**

Em Assembleia Geral realizada, em 31 de maio de 2021, foi deliberada a aplicação de 20% do Resultado líquido em Reserva Legal (81.308 mEuros) e a incorporação de 241.592 mEuros na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados” e a distribuição de dividendos no valor de 83.639 mEuros, tendo sido obtida a respetiva aprovação por parte das entidades de supervisão competentes, nos termos da legislação europeia e nacional em vigor.

Por Deliberação Social Unânime por escrito do seu acionista único, o Estado Português, de 29 de novembro de 2021, foi determinado o pagamento de um dividendo extraordinário no valor de 300.000 mEuros, liquidado em novembro de 2021. Esta deliberação teve por fundamento as recomendações do BCE relativas à distribuição de dividendos durante a pandemia e o levantamento, em julho de 2021, das restrições à sua distribuição para além de setembro de 2021, a normalização da atividade económica e dos mercados financeiros e as deliberações dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD em outubro de 2021 favoráveis a esta distribuição de dividendos, tendo a Caixa entregue ao seu acionista em 2021 um montante total de 383.600 mEuros.

## 26. Juros e rendimentos e juros e encargos similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	85	8
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	5.249	4.028
Juros de crédito interno	227.414	230.216
Juros de crédito ao exterior	61.866	61.997
Juros de crédito vencido	20.337	10.540
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados	75.971	73.843
Títulos	(1.251)	(4.391)
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.321	2.950
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	12.814	11.019
Juros de derivados de cobertura	365	229
Juros de devedores e outras aplicações	15	20
Juros de disponibilidades	1.844	1.173
Juros de outros créditos e outros valores a receber	27.063	27.276
Outros juros e rendimentos similares	(46)	(224)
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	93.745	55.179
Outros	37.935	25.670
	567.728	499.532
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos		
De outros residentes	887	2.215
De emigrantes	119	274
De outros não residentes	6.291	5.489
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	14.321	13.681
Juros de recursos de instituições de crédito no país	42.449	20.907
Juros de swaps	73.007	68.869
Juros de outros passivos de negociação	38	2.513
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	2.375	5.100
Juros de derivados de cobertura	3.937	3.412
Juros de passivos subordinados	20.590	20.596
Outros juros e encargos similares	6.161	6.065
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	13.801	10.915
Outros	5.760	6.619
	189.737	166.653

## 27. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	6.791	-
Banco Comercial e de Investimento, S.A.	5.461	1.757
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	3.514	-
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	12.422	40.059
Caixa Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	12.495	11.915
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2.578	4.730
Locarent, S.A.	614	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	5.056	2.128
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	20.710	6.992
Outros	1.184	946
	70.825	68.527

## 28. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	13.085	11.010
Por compromissos assumidos perante terceiros	3.807	3.964
Por operações sobre instrumentos financeiros	1.673	357
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	9.486	10.655
Cobrança de valores	2.036	1.946
Administração de valores	128	142
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	33.014	25.043
Transferência de valores	8.256	7.595
Gestão de cartões	1.751	1.325
Anuidades	11.547	12.877
Operações de crédito	17.767	14.765
Outros serviços prestados	123.543	109.750
Por operações realizadas por conta de terceiros	4.270	3.791
Outras comissões recebidas	75.387	62.816
	305.749	266.036
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	1.041	51
Por operações sobre instrumentos financeiros	395	160
Por serviços bancários prestados por terceiros	46.038	40.497
Por operações realizadas por terceiros	208	176
Outras comissões pagas	5.450	3.501
	53.132	44.384

## 29. Resultados em operações financeiras

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Resultados de reavaliação cambial		
Reavaliação da posição cambial	(27.432)	(38.228)
Resultados em derivados cambiais	32.130	42.809
	4.699	4.581
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		
Resultados em ativos e passivos de negociação		
Em títulos		
Instrumentos de dívida	(1.113)	(723)
Instrumentos de capital	236	58
Outros instrumentos	11	(4)
	(866)	(668)
Em derivados		
Taxa de juro	64.125	14.636
Cotações	(6.888)	(410)
Outros	(17.830)	(4.723)
	39.407	9.504
	38.541	8.836
Resultados em ativos e passivos mandatoriamente ao justo valor por resultados		
Em títulos		
Instrumentos de dívida	(8)	47.009
Instrumentos de capital	5.483	5.225
Outros títulos	4.052	34.863
Créditos e outros valores a receber	(42)	476
	9.485	87.573
	48.026	96.409
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida	2.433	1.598
	2.433	1.598
Resultados da contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	174.445	45.708
Correções de valor em ativos e passivos cobertos (Nota 10)	(173.530)	(49.573)
	915	(3.865)
	56.072	98.723

Os resultados em operações financeiras refletem, em particular, o impacto da subida das taxas de juro sobre os instrumentos de cobertura de risco, em face da evolução da política monetária. A redução relativamente ao período homólogo fica a dever-se aos efeitos extraordinários registados em 2021.

## 30. Outros resultados de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	10.188	9.748
Reembolso de despesas	914	1.052
Rendas de locação operacional	1.707	1.269
Ganhos em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)	9.015	8.434
Outros ativos tangíveis	36.002	98
Propriedades de investimento	641	527
Outros	708	281
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	416	227
Venda de cheques	165	188
Outros	10.677	7.146
	70.434	28.972
Outros encargos de exploração		
Donativos e quotizações	3.135	3.139
Perdas em filiais e empreendimentos conjuntos	-	21
Perdas em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)	890	865
Outros ativos tangíveis	11	3
Propriedades de investimento	2.423	381
Outros impostos	5.631	6.047
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos (Nota 21)	738	114
Contribuições para o Fundo de Resolução	33.915	28.334
Despesas administrativas do Conselho Único de Resolução	441	330
Multas e penalidades	681	210
Outros	9.620	7.601
	57.485	47.043
	12.949	(18.072)

O aumento dos “Ganhos em ativos não financeiros – Outros ativos tangíveis” é justificado pela mais-valia da venda do imóvel Sede da *Rue de Provence* da sucursal de França no valor de 35.902 mEuros.

O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no regime de resolução visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira

e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

Em resultado da transposição da Diretiva da Recuperação e Resolução Bancária (Diretiva 2014/59/UE) para a legislação nacional foi introduzido um regime de resolução comum na União Europeia, que prevê a internalização das perdas decorrentes de processos de insolvência de instituições bancárias pelos seus acionistas e credores. O seu financiamento será suportado por contribuições obrigatórias a entregar ao Fundo Único de Resolução.

	30-06-2022	30-06-2021
Fundo de resolução nacional	12.924	10.156
Fundo único de resolução	24.695	21.334
	37.619	31.490

Nos primeiros semestres de 2022 e de 2021, o Grupo realizou contribuições para o Fundo Único de Resolução em numerário no montante de 20.990 mEuros e 17.561 mEuros, respetivamente, e 3.704 mEuros e 3.773 mEuros sob a forma de um compromisso irrevogável, mediante a constituição de uma caução para o efeito (Nota 16).

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, o valor da contribuição sobre o setor bancário realizada pelo Grupo ascendeu a 31.231 mEuros e 24.013 mEuros, respetivamente. O adicional de solidariedade sobre o setor bancário cifrou-se em 5.678 mEuros e 4.543 mEuros, respetivamente (Nota 15).



## 31. Custos com pessoal e número médio de empregados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	3.039	4.977
Remuneração dos empregados	116.940	139.524
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho e pré-reforma (Nota 21)	39.822	18.829
Rescisão por mútuo acordo (Nota 21)	1.358	2.115
	161.159	165.445
Outras remunerações e encargos	11.741	11.501
Assistência Médico-Social - CGD		
Custo normal (Nota 21)	4.345	4.132
Ganhos associados à alteração do Plano	-	(145.396)
Contribuições relativas a pessoal no ativo	5.760	5.899
Responsabilidades com pensões - CGD		
Custo normal	25.514	33.245
Reformas antes da idade normal de reforma	15.469	7.389
Ganhos associados ao Programa de Rescisão por Mútuo Acordo	(1.209)	(3.462)
Outros encargos com pensões	14.260	3.927
Outros encargos sociais obrigatórios	4.050	3.255
	79.930	(79.511)
Outros custos com pessoal	8.502	3.513
	249.590	89.447

No final de 2021, o Programa de Ajustamento de Recursos Humanos criado na sequência do Plano de Reestruturação para a CGD, alicerçado em reformas, pré-reformas e rescisões por mútuo acordo a aplicar ao perímetro doméstico do Grupo, foi renovado para o período de 2022 a 2024.

Neste contexto, durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, a CGD registou em custos com pessoal um montante global de 55.291 mEuros, sendo 39.822 mEuros associados a provisão de pré-reformas e de acordos de suspensão da prestação de trabalho e o remanescente respeita a um reforço de 15.469 mEuros reconhecido no agregado das “Responsabilidades com Pensões” na componente “Reformas antes da idade normal de reforma”. Adicionalmente, registou um custo líquido de 149 mEuros em custos com pessoal resultante da conjugação dos custos incorridos com as rescisões por mútuo acordo (aproximadamente, 1.358 mEuros) com os ganhos associados a esse acordo (aproximadamente, 1.209 mEuros).

O número médio de empregados da CGD e das suas filiais durante os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, por tipo de função, foi o seguinte:

	30-06-2022	30-06-2021
Direção	195	196
Chefias	1.186	1.175
Técnicos	3.123	3.154
Administrativos	2.250	2.433
Auxiliares	14	12
Número médio de efetivos	6.768	6.970
Número de efetivos no final do período	6.721	6.941

O número médio de empregados em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, não inclui os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (230 e 241, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (33 e 39, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (108 e 134, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

## 32. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados

### Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

De acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 48.953, de 5 de abril de 1969 e o Decreto-Lei n.º 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações ("CGA"). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de dezembro e n.º 241-A/2004, de 30 de dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 30 de junho de 2022, as responsabilidades com pensões da CGD consistem no seguinte:

1. Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
2. Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 30 de junho de 2022, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
3. Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão; e,
4. Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

O plano de pensões da CGD não é aplicável aos atuais colaboradores ativos admitidos na CGD após 1 de janeiro de 2006.

A CGD assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à CGD, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- |  |       |
|--|-------|
| • Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 | 7,5%  |
| • Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992     | 11,0% |

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de dezembro e n.º 241-A/2004, de 30 de dezembro implicou a transferência de ativos do fundo de pensões de montante equivalente.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades, em linha com o estabelecido na IAS 19.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo e das contribuições dos empregados, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”.

#### Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma do pessoal da CGD

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram efetuados estudos atuariais por uma entidade especializada independente.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	30-06-2022	31-12-2021
Método atuarial	<i>Projected Unit Credit</i>	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90
Mulheres	TV 99/01 (-2 anos)	TV 88/90 (-3 anos)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	3,200%	1,350%
Taxa de crescimento dos salários	1,20% até 2024 e 0,90% após	0,60% a partir de 2022
Taxa de crescimento das pensões	0,60% até 2024 e 0,50% após	0,30% a partir de 2022
Idade de reforma	36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade, com um máximo de 70 anos de idade. Existe ainda a possibilidade de reforma aos 59 anos de idade com 39 anos de serviço ou 58 anos de idade com 42 anos de serviço.	36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade, com um máximo de 70 anos de idade. Existe ainda a possibilidade de reforma aos 59 anos de idade com 39 anos de serviço ou 58 anos de idade com 42 anos de serviço.

Conforme definido pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”, a taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, cuja duração é semelhante à das responsabilidades da CGD (15 anos). Em 2022, face às alterações significativas ocorridas nos principais referenciais de mercado para fixação da taxa de desconto entre dezembro de 2021 e junho de 2022, a CGD optou por aumentar a sua taxa de desconto de 1,35% para 3,20% refletindo a tendência generalizada dos referenciais.

Durante o primeiro semestre de 2022, a invasão da Ucrânia e os efeitos da pandemia condicionaram a atividade económica, o comércio e a inflação global, que permaneceu globalmente elevada, tendo ocorrido um crescimento significativo e generalizado dos preços internacionais das matérias-primas.

Como consequência o carácter acomodatório da política monetária tem-se reduzido globalmente, pelo que as condições monetárias e financeiras da área do euro se tornaram marcadamente menos favoráveis, como evidenciado, por exemplo, pela subida da taxa EURIBOR a 6 meses para níveis positivos pela primeira vez em seis anos.

Este enquadramento teve um forte impacto no comportamento das diversas taxas de referência calculadas para atualização de responsabilidades atuariais.

Esta tendência foi observável numa subida dos principais referenciais de taxas de juro, incluindo na Europa, situação com impactos materiais no comportamento das diversas taxas de referência calculadas para atualização de responsabilidades atuariais.

Adicionalmente, foram alterados ainda os pressupostos relativos à taxa de crescimento salarial e das pensões e tábuas de mortalidade feminina e masculina, de modo a incorporar uma expectativa mais conservadora em termos de esperança de vida dos beneficiários do Fundos. A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para junho de 2022 e o exercício de 2021 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	3,200%	(6,140%)	1,350%	5,610%
Taxa de crescimento dos salários	1,200%	1,915%	0,600%	0,850%
Taxa de crescimento das pensões	0,600%	0,800%	0,300%	0,350%

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Responsabilidades por serviços passados				
Ativos	3.909	1.031.751	4.254	1.537.877
Reformados e pré-reformados	9.759	1.606.993	9.469	1.761.742
	13.668	2.638.744	13.723	3.299.619
Fundos de pensões autónomos	-	3.332.730	-	3.558.698
Excesso(+) / Défice(-) de financiamento	-	693.986	-	259.079
Nível de financiamento	-	126,30%	-	107,85%

Nos termos do Aviso n.º 4/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo.

Em 30 de junho de 2022, o valor do Fundo calculado pela Sociedade Gestora ascendia a 3.332.730 mEuros, valor suficiente para cobrir o financiamento mínimo obrigatório exigido pelo atual normativo aplicável a essa categoria de responsabilidades, isto é, cobrir 100% das responsabilidades com os reformados e pelo menos 95% com os ativos. No primeiro semestre de 2022, as responsabilidades com o Plano e Pensões encontravam-se financiadas em cerca de 126,30%.

Em 30 de junho de 2022, a análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos atuariais aplicados ao horizonte temporal objeto de avaliação induziria os seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados:

	%	Valor
Alteração na taxa de desconto		
Acréscimo de 0,25%	(3,79%)	(99.997)
Redução de 0,25%	4,02%	106.076
Alteração da taxa de crescimento dos salários		
Acréscimo de 0,25%	0,61%	15.982
Redução de 0,25%	(0,59%)	(15.588)
Alteração da taxa de crescimento das pensões		
Acréscimo de 0,25%	2,54%	67.046
Redução de 0,25%	(2,42%)	(63.970)
Alteração da tabela de mortalidade		
Acréscimo de 1 ano na esperança de vida	2,77%	73.193

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	30-06-2022	31-12-2021
Situação inicial (I)	259.079	(52.912)
Custo do serviço corrente	(27.321)	(66.015)
Rendimento esperado dos ativos do fundo de pensões	23.804	35.126
Custo dos juros	(21.997)	(35.600)
Custo normal do exercício (Nota 31)	(25.514)	(66.489)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 31)	(14.260)	(6.406)
Variação com impacto em resultados (II)	(39.774)	(72.895)
Outros desvios de responsabilidades	692.943	179.232
Desvios de rendimento	(243.775)	149.950
Desvios atuariais e financeiros (III)	449.168	329.182
Contribuições regulares para Fundos de Pensões da CGD (IV)	25.514	55.704
Situação dos exercícios antes Contrib. Extraordinária (I) + (II) + (III) + (IV)	693.986	259.079

O desvio de responsabilidade ocorrido em junho de 2022, no montante global de cerca de 692.943 mEuros é explicado maioritariamente pelo impacto da alteração da taxa de desconto (1,35% para 3,20%).

### 33. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Serviços especializados		
Serviços de informática	16.339	24.421
Serviços de segurança e vigilância	2.162	1.958
Serviços de informações	2.011	2.170
Serviços de limpeza	1.053	1.096
Avenças e honorários	1.023	610
Serviços de estudos e consultas	35	180
Outros	25.907	22.156
Rendas e alugueres	2.299	2.038
Comunicações e despesas de expedição	4.441	4.194
Conservação e reparação	7.816	7.386
Publicidade e edição de publicações	2.343	2.441
Água, energia e combustíveis	3.400	4.430
Transporte de valores e outros	2.780	2.692
Deslocações, estadas e representação	847	572
Impressos e material de consumo corrente	498	539
Outros	2.469	2.632
	75.425	79.513

## 34. Imparidade em ativos

O movimento na imparidade durante os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2021	Reforços		Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2022	Recuperação de crédito, juros e despesas
		Nova produção	Reforços						
Imparidade de crédito a clientes (Nota 12)	2.078.879	35.610	70.462	(224.479)	(56.183)	64	480	1.904.834	(39.264)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 5)	1.848	-	-	-	-	-	-	1.848	-
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	280	-	46	(187)	-	-	(139)	-	-
Imparidade de investimentos ao custo amortizado (Nota 11)	16	-	0	(0)	-	-	-	16	-
Imparidade de outros ativos tangíveis	23.050	-	-	-	-	-	-	23.050	-
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)									
Imóveis	110.486	-	11.063	(22.073)	(17.263)	-	0	82.214	-
Equipamento	915	-	218	(119)	(298)	-	(0)	716	-
Filiais	122.188	-	-	-	-	-	6.465	128.653	-
Imparidade em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	381.310	-	330	(35.920)	(2.533)	-	(6.465)	336.722	-
Imparidade de outros ativos (Nota 16)	194.553	-	3.632	(57)	(2.344)	-	-	195.784	-
	834.646	-	15.289	(58.357)	(22.437)	-	(139)	769.003	-
	2.913.526	35.610	85.752	(282.836)	(78.620)	64	341	2.673.837	(39.264)

	Saldo em 31-12-2020	Reforços		Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2021	Recuperação de crédito, juros e despesas
		Restantes							
Imparidade de crédito a clientes (Nota 12)	2.081.313	978.687	(910.754)	(21.795)	109	(14.642)	2.112.919	(40.493)	
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 5)	1.123	2.900	(2.255)	-	-	(0)	1.768		
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7)	319	97	(89)	-	-	-	326		
Imparidade de investimentos ao custo amortizado (Nota 11)	16	0	(0)	-	-	-	16		
Imparidade de outros ativos tangíveis	22.267	-	-	-	-	-	22.267		
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 13)									
Imóveis	120.803	37.914	(35.439)	(3.470)	-	23	119.831		
Equipamento	741	274	(111)	(45)	-	(10)	849		
Filiais	118.736	188	(462)	-	-	-	118.462		
Imparidade em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	388.076	554	-	-	-	-	388.630		
Imparidade de outros ativos (Nota 16)	190.868	14.666	(11.865)	(1.864)	-	(0)	191.805		
	842.950	56.593	(50.221)	(5.380)	-	13	843.954		-
	2.924.262	1.035.280	(960.975)	(27.175)	109	(14.629)	2.956.873	(40.493)	

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a rubrica de “Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos” inclui 82.810 mEuros e 115.609 mEuros, respetivamente, relativos a participações em fundos de investimento nos quais a CGD exerce controlo ao abrigo da IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”. No seguimento da alienação de um imóvel em fevereiro de 2022, detido pela Caixa através de um fundo imobiliário, foram revertidas imparidades constituídas para a sua participação nesse fundo, no montante de 24.917 mEuros (Nota 16).

No primeiro semestre de 2022, os reforços da imparidade de crédito a clientes foram inferiores às reposições e anulações, o que conjugado com a realização de abates ao ativo, resultou numa redução do montante de imparidade de 2.078.879 mEuros em 31 de dezembro de 2021 para 1.904.834 mEuros em 30 de junho de 2022. Para este desempenho importa referir a concretização da venda de créditos *Mercury* e o comportamento positivo da carteira, onde se destaca a conclusão de processos de recuperação de crédito e a finalização de períodos de cura de créditos em processos de recuperação implementados em anos anteriores, assim como, o reembolso antecipado de alguns créditos pelos clientes.

Ao nível da imparidade total verificou-se um comportamento semelhante à imparidade do crédito a clientes, com a redução do saldo da imparidade total de 2.913.526 mEuros, no final de 2021, para 2.673.837 mEuros em 30 de junho de 2022.

As vendas de créditos ocorridas no primeiro semestre de 2022 deram origem a utilizações de imparidade no montante de 61.128 mEuros (Nota 12).

Apresenta-se no quadro abaixo o movimento da imparidade de crédito a clientes por *stages*:

	Imparidade de crédito a clientes			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 31-12-2021	203,362	281,036	1,594,481	2,078,879
Movimentos decorrentes de alterações na classificação por <i>stages</i>	(549)	(8,580)	9,129	-
Stage 1 - Entradas / (saídas)	-	(227)	775	549
Stage 2 - Entradas / (saídas)	227	-	8,353	8,580
Stage 3 - Entradas / (saídas)	(775)	(8,353)	-	(9,129)
Movimentos decorrentes de alterações no risco de crédito	(22,616)	(9,694)	(121,769)	(154,079)
Utilizações	(1)	(1,068)	(55,114)	(56,183)
Outras variações	(63,500)	436,134	(336,418)	36,217
Saldo em 30-06-2022	116,697	697,828	1,090,309	1,904,834

Os movimentos ocorridos na imparidade de crédito relativos ao primeiro semestre de 2022 apresentam maior desenvolvimento no capítulo “Divulgações relativas a instrumentos financeiros” (Nota 38).



## 35. Relato por segmentos

Para cumprimento das exigências da IFRS 8 – “Segmentos operacionais” e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 26/06/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, a CGD adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada de créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (*merchant banking* – colocação de créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento; e,
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores designadamente:
  - Pagamento e liquidação: inclui operações de pagamento e emissão e gestão de meios de pagamentos;
  - Serviços de agência: contempla a guarda e administração de instrumentos financeiros por conta de clientes, nomeadamente a custódia e serviços conexos, tais como a gestão de tesouraria/de cauções;
  - Intermediação relativa à carteira de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. Devem ser incluídas as atividades com receção e transmissão de ordens em relação a um ou mais instrumentos financeiros, execução de ordens por conta de clientes e colocação de instrumentos financeiros sem tomada firme;
  - Atividades de sociedades não financeiras: compreende a atividade desenvolvida por empresas comerciais, industriais, tecnológicas e outras.

A distribuição dos resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresenta a seguinte composição:

Linhas de negócio

	30-06-2022					Total
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Corporate Finance	Outros	
Margem financeira	(2.714)	243.601	61.412	75.735	(42)	377.991
Rendimentos de instrumentos de capital	70.825	-	-	-	-	70.825
Rendimentos de serviços e comissões	53.363	56.398	13.174	6.492	176.322	305.749
Encargos com serviços e comissões	(3.575)	(7.409)	(435)	-	(41.713)	(53.132)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	56.052	20	-	-	-	56.072
Outros resultados de exploração	(82)	4.157	529	-	8.345	12.949
Produto da Atividade Bancária	173.868	296.766	74.680	82.227	142.913	770.454
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	-	(311.883)
Resultado Líquido do Exercício						458.571
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	24.923.616	519.180	-	-	-	25.442.796
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.418.981	4.894	-	-	-	20.423.875
Crédito sobre clientes (líquido)	-	30.173.799	16.370.072	-	-	46.543.871
Ativo líquido total	45.701.977	30.771.460	16.370.072	-	4.636.608	97.480.117
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	6.968.387	38.715	-	-	-	7.007.102
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	66.742.787	7.950.330	-	-	74.693.117
Responsabilidades representadas por títulos	800.185	28.166	-	-	-	828.351

	31-12-2021					Total
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Corporate Finance	Outros	
Margem financeira	267.218	220.927	37.695	145.290	(10.652)	660.479
Rendimentos de instrumentos de capital	71.172	-	-	-	-	71.172
Rendimentos de serviços e comissões	39.500	156.814	35.673	9.196	321.468	562.652
Encargos com serviços e comissões	(8.401)	(13.966)	(624)	-	(75.282)	(98.272)
Resultados em operações financeiras e na alienação de outros ativos	131.720	29	-	-	-	131.750
Outros resultados de exploração	414	(1.096)	1.579	-	(4.550)	(3.653)
Produto da Atividade Bancária	501.623	362.709	74.323	154.487	230.985	1.324.126
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	-	(882.592)
Resultado Líquido do Exercício						441.534
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	23.808.025	509.176	-	-	-	24.317.201
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.714.391	-	-	-	-	21.714.391
Crédito sobre clientes (líquido)	-	34.629.536	10.983.585	-	-	45.613.121
Ativo líquido total	45.522.416	35.225.754	10.983.585	-	4.636.608	96.368.363
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	7.192.694	-	-	-	22.926	7.215.620
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	64.619.419	4.644.633	-	2.828.013	72.092.064
Responsabilidades representadas por títulos	1.790.117	-	-	-	-	1.790.117

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por base os mesmos pressupostos utilizados na preparação da informação analisada pela Comissão Executiva, conforme políticas contabilísticas em vigor (Nota 2).

As operações com sucursais são realizadas a preços de mercado.

## Mercados Geográficos

	30-06-2022				
	Portugal	Resto da União Europeia	Ásia	Intragrupo	Total
Margem financeira	341.928	34.361	1.692	11	377.991
Rendimentos de instrumentos de capital	70.825	-	-	-	70.825
Rendimentos de serviços e comissões	287.979	16.383	1.387	(1)	305.749
Encargos com serviços e comissões	(48.333)	(4.742)	(60)	3	(53.132)
Resultados em operações financeiras	55.822	20	230	-	56.072
Resultados de exploração	(18.369)	31.758	197	(637)	12.949
Produto da Atividade Bancária	689.851	77.781	3.446	(624)	770.454
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(311.883)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>					<b>458.571</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	24.931.527	700.546	304.508	(493.785)	25.442.796
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.418.981	4.894	-	-	20.423.875
Crédito sobre clientes (líquido)	43.932.262	2.591.122	20.487	-	46.543.871
Ativo líquido total	94.318.423	3.364.759	330.385	(533.450)	97.480.117
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	7.416.088	78.696	6.811	(494.493)	7.007.102
Recursos de clientes e outros empréstimos	71.595.286	2.806.951	290.879	-	74.693.117
Responsabilidades representadas por títulos	800.185	28.166	-	-	828.351

	31-12-2021				
	Portugal	Resto da União Europeia	Ásia	Intragrupo	Total
Margem financeira	584.661	72.973	2.859	(14)	660.479
Rendimentos de instrumentos de capital	71.172	-	-	-	71.172
Rendimentos de serviços e comissões	527.306	33.220	2.126	-	562.652
Encargos com serviços e comissões	(89.653)	(8.569)	(53)	2	(98.272)
Resultados em operações financeiras	131.305	29	415	-	131.750
Resultados de exploração	2.298	(5.273)	338	(1.016)	(3.653)
Produto da Atividade Bancária	1.227.089	92.381	5.685	(1.029)	1.324.126
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(882.592)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>					<b>441.534</b>
Caixa, disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	23.824.947	602.817	344.753	(455.315)	24.317.201
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.703.816	10.575	-	-	21.714.391
Crédito sobre clientes (líquido)	42.952.992	2.641.629	18.500	-	45.613.121
Ativo líquido total	93.157.997	3.337.104	368.211	(494.950)	96.368.363
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	7.599.765	62.954	8.621	(455.720)	7.215.620
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.936.056	2.828.013	327.996	-	72.092.064
Responsabilidades representadas por títulos	1.758.272	31.846	-	-	1.790.117

A coluna “Intragrupo” inclui saldos entre a Sede e as Sucursais, anulados no processo de preparação das contas globais bem como outros ajustamentos de consolidação.

## 36. Entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da CGD todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas, os empreendimentos conjuntos, os órgãos de gestão da CGD e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as demonstrações da CGD incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	30-06-2022			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades em instituições de crédito	936	86	14	6.891
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	122.590
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	7.150.796	327.628	59.599	52.215
Crédito a clientes	29.633	584.588	135.349	19
Imparidade de crédito a clientes	-	28.905	18	-
Outros ativos	51.751	12.185	348.770	953.944
<b>Passivos</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	-	(113)	610.510
Recursos de clientes e outros empréstimos	66.639	1.467.053	356.836	170.126
Débitos representados por títulos	-	-	118.479	-
Passivos financeiros detidos para negociação	233	8.504	1.821	-
Outros passivos	127	42.723	38.070	3.207
Garantias prestadas	3.810	489.581	47.632	33.951
<b>Resultados</b>				
Juros e rendimentos similares	32.529	5.764	1.400	6.870
Juros e encargos similares	-	5.015	(78)	14.697
Rendimentos de serviços e comissões	6	1.123	39.600	1.300
Encargos com serviços e comissões	-	-	-	300
Resultados em operações financeiras	(9.882)	(25.645)	2.816	647
Outros resultados de exploração	-	20	33	2.301
Imparidade de crédito a clientes (líquido de reversões)	-	(4.175)	(115)	-
Gastos gerais administrativos	-	-	-	8.235

	31-12-2021			
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Outras empresas do Grupo CGD
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	3.121
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	141.612
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	6.698.129	370.865	55.000	53.564
Crédito a clientes	29.543	591.232	142.675	3
Imparidade de crédito a clientes	-	31.223	18	-
Outros ativos	-	827	360.521	934.714
<b>Passivos</b>				
Recursos de instituições de crédito	-	17.790	47	578.278
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.683	345.505	310.005	158.677
Débitos representados por títulos	-	-	136.639	404
Passivos financeiros detidos para negociação	233	16.702	142	-
Outros passivos	18	39.919	622	3.877
Garantias prestadas	3.810	484.851	39.619	29.391
<b>Resultados</b>				
Juros e rendimentos similares	56.895	11.270	5.350	4.554
Juros e encargos similares	-	7.376	192	28.339
Rendimentos de serviços e comissões	52	5.428	75.672	4.442
Encargos com serviços e comissões	15	1.727	506	886
Resultados em operações financeiras	(71.383)	(13.147)	(1.291)	10.993
Outros resultados de exploração	(1)	38	113	4.341
Gastos gerais administrativos	-	(6)	1.650	15.948

Os valores apresentados nos quadros acima, com exceção dos relativos a outras empresas do Grupo CGD, correspondem à atividade individual da CGD, e resultam de uma extração de informação das principais aplicações de negócio, não constituindo assim um detalhe integral de todas as transações com as entidades referidas.

Adicionalmente, os saldos apresentados na coluna “Outras Entidades do Estado Português” excluem transações com entidades da Administração Regional ou Local.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

## 37. Contratos de locação

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estavam contabilizados:

Locações	30-06-2022		
	Imóveis	Viaturas	Outros
Custos de amortizações do ativo por direito de uso no período	13.013	1.083	-
Custos de juros dos passivos de locação no período	1.991	15	0
Custos relativos a locações de baixo valor	252	-	19
Quantia escriturada dos ativos sob direito de uso no final do período	153.760	1.646	58.388
Quantia escriturada dos passivos de locação no final do período	(159.805)	(1.466)	(58.388)
Maturidade dos passivos de locação			
Até 1 ano	28.261	1.196	12.975
De 1 a 5 anos	88.182	441	45.413
Superior a 5 anos	59.679	-	-

Locações	31-12-2021		
	Imóveis	Viaturas	Outros
Custos de amortizações do ativo por direito de uso no período	25.584	2.359	-
Custos de juros dos passivos de locação no período	4.231	46	-
Custos relativos a locações de baixo valor	567	-	29
Quantia escriturada dos ativos sob direito de uso no final do período	166.612	2.429	-
Quantia escriturada dos passivos de locação no final do período	(172.217)	(2.366)	-
Maturidade dos passivos de locação			
Até 1 ano	28.504	1.860	-
De 1 a 5 anos	93.325	591	-
Superior a 5 anos	68.678	-	-

## 38. Divulgações relativas a instrumentos financeiros

### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

#### *Risco de crédito*

O acompanhamento e controlo do risco de crédito da carteira de clientes da CGD é suportado na monitorização de indicadores, sendo os mesmos desagregados por tipo de produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de supervisão. A CGD implantou um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito que se inicia no momento da concessão de crédito, sendo a monitorização do risco contínua ao longo da vida das operações.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor da imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogêneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* (*Loss Given Default*, LGD), atualizadas anualmente com base em informação histórica.

No que respeita à monitorização da carteira de crédito, realizada pela Direção de Gestão de Risco, procedeu-se à revisão da Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, bem como à incorporação dos conceitos de Incumprimento e de *Non-Performing Exposure*, alinhadas com as definições publicadas pela *European Banking Authority* (EBA), no sistema operacional que suporta o processo de monitorização diário da carteira de crédito. Este sistema incorpora um conjunto de regras e funcionalidades que visam a identificação tempestiva de eventos de risco, permitindo iniciar um conjunto de ações corretivas visando a regularização e a recuperação do crédito:

- (i) Todos os clientes tem um grau de risco associado, o qual é atualizado diariamente;
- (ii) Os clientes de retalho para os quais são identificados graus de risco mais gravosos são afetos, de forma automática, às áreas especializadas de recuperação; e,
- (iii) As medidas de atuação adotadas, e que visam a regularização do crédito, são identificadas, permitindo determinar o seu grau de eficiência.

A monitorização do processo é evidenciada em relatório mensal preparado pela Direção de Gestão de Risco.

No âmbito do processo de concessão de crédito, a Direção de Riscos de Crédito, com funções corporativas e dependendo diretamente da Comissão Executiva, tem as funções de decisão e/ou análise de crédito a Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais e Particulares.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, a análise incide sobre o risco de crédito do cliente, seu respetivo grupo económico e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial, a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente/grupo económico e operação em análise. É igualmente tido em consideração todo o enquadramento do mercado e da economia em que se encontram inseridas as entidades, bem como a identificação de aspetos/condições que poderão mitigar o risco de crédito.

#### *Risco de mercado*

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos nas carteiras do Grupo CGD se enquadram nas balizas de apetência pelo risco, são estabelecidas, com periodicidade mínima anual, regras de gestão do risco de mercado para cada carteira ou unidade de negócio. O conjunto de regras abarca as tipologias relevantes de risco de mercado, incluindo concentração de exposição (por nome, setor, *rating* e país), indicadores de liquidez de mercado dos ativos, composição de ativos e instrumentos autorizados e define ainda níveis de perdas máximas admissíveis.

Diariamente é efetuado um controlo exaustivo das alterações nas carteiras de modo a identificar alterações de perfil ou eventuais segmentos merecedores de especial monitorização. Os consumos dos limites estabelecidos

são acompanhados diariamente pela função de gestão de risco e comunicados aos órgãos de administração e responsáveis pela gestão de cada carteira.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta o necessário cumprimento das regras de gestão do risco de mercado, nomeadamente os instrumentos autorizados e os limites definidos.

A métrica de monitorização de risco de mercado mais utilizada é o *Value at Risk* (VaR), apurado para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro (e de *spread*), ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Em determinadas carteiras são igualmente monitorizadas métricas adicionais: *Expected Shortfall* e *Third Worst*. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (*basis point value* (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos).

A fiabilidade do modelo de VaR é monitorizada diariamente através da análise comparativa entre o valor em risco e o resultado diário teórico (*backtesting* teórico) e o resultado real (*backtesting* real). O número de exceções obtidas permite avaliar a fiabilidade do modelo e equacionar eventuais medidas de ajustamento ou calibração. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos e testes de normalidade.

O Grupo CGD realiza regularmente testes de esforço (*stress-testing*) com incidência no risco de mercado e cambial com uma periodicidade mínima mensal. A realização de testes de esforço visa avaliar o impacto de eventos adversos da exposição ao risco, por via do impacto no justo valor dos investimentos e na adequação quantitativa e qualitativa dos fundos próprios do Grupo CGD. Os testes de esforço são baseados em cenários para os fatores de risco, os quais e no seu conjunto representam situações que podem originar perdas extraordinárias nas carteiras sujeitas a risco de mercado. Esses fatores incluem, especificamente, os eventos de baixa probabilidade associados aos principais tipos de risco, incluindo as várias componentes dos riscos de mercado e cambial. Os cenários utilizados pretendem identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pela métrica VaR. Assim, alguns dos cenários pretendem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (crises) enquanto outros correspondem a análises de sensibilidade a um ou vários fatores de risco.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

#### *Risco cambial*

O controlo e a avaliação do risco cambial são efetuados a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, mensalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

#### *Risco de liquidez e risco de taxa de juro do balanço*

As políticas de gestão do risco de liquidez e de taxa de juro do balanço são definidas pelo Conselho Delegado de Gestão de Capital, de Ativos e Passivos (*Capital, Asset and Liability Committee*, CALCO). A Área de Risco de Liquidez e de Taxa de Juro do Balanço da Direção de Gestão de Risco mede monitoriza e reporta os dois tipos de riscos.

O Conselho Delegado de Gestão de Capital, de Ativos e Passivos é o órgão deliberativo da Comissão Executiva responsável pelo processo de gestão integrada de ativos e passivos (*Asset Liability Management*, ALM) que visa a gestão proativa do balanço e da rentabilidade do Grupo CGD. No domínio da gestão do risco, o processo ALM incide, nomeadamente, sobre os riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, constituindo-se o fórum como um espaço de divulgação célere da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (*buckets*), os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos *gaps* (diferenciais) de liquidez.

Inclui, também, a realização de testes de esforço segundo metodologia desenvolvida internamente e articulados com o plano de contingência de liquidez existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

O Grupo CGD prosseguiu, ao longo do ano, uma política de captação de recursos que procurou promover uma estrutura de financiamento sustentável da sua atividade, baseada nas características de liquidez e de prazo residual dos seus ativos e exposições fora de balanço.



Relativamente à gestão do risco de taxa de juro, a metodologia adotada na mensuração compreende, por um lado, uma perspetiva de curto prazo ou contabilística e, por outro lado, uma perspetiva de longo prazo ou económica.

A perspetiva de curto prazo ou contabilística de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito na margem de juros de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito agrega em intervalos temporais todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo:

- (i) Com os seus prazos de vencimento residual se forem instrumentos financeiros de taxa fixa; e,
- (ii) Com os prazos que decorrem até à refixação das suas taxas de juro se forem instrumentos financeiros de taxa variável.

Os respetivos *gaps* de taxa de juro são posteriormente calculados para esses intervalos temporais, permitindo assim aproximar o efeito na margem financeira de variações das taxas de juro.

Adicionalmente, com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir dos *gaps* de taxa de juro da sensibilidade da margem de juros, são utilizadas técnicas de simulação de margem financeira que incluem, nomeadamente, a elaboração de cenários previsionais da evolução do balanço do Grupo integrando comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como cenários da evolução das diferentes taxas de mercado e das expectativas refletidas nas *yield curves*.

A perspetiva de longo prazo ou económica de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito envolve o cálculo da duração efetiva dos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, bem como do respetivo *gap* de duração, que permite aproximar o efeito no valor económico do capital de variações das taxas de juro.

No mesmo âmbito, com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir do *gap* de duração da sensibilidade do valor económico do capital, são utilizadas técnicas de simulação que compreendem a avaliação e respetiva estimativa de todos os *cash flows* futuros gerados pelos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro (*full valuation*).

A gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço é suportada por um conjunto de *guidelines* aprovadas em sede de CALCO, que incluem a fixação de limites para um conjunto de variáveis significativas do nível de exposição a estes tipos de riscos. O objetivo dessas *guidelines* é o de assegurar que o Grupo CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

## Risco de Crédito

### Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2022	31-12-2021
Títulos de negociação		
Dívida pública	1.013.452	311.944
Dívida privada	20.837	25.046
	1.034.289	336.990
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Dívida privada	1.433.234	1.430.019
Crédito e valores titulados	71.111	75.547
	1.504.344	1.505.566
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (*)		
Dívida pública	2.249.922	4.592.734
Dívida privada	665.591	677.829
	2.915.514	5.270.563
Investimentos ao custo amortizado (*)		
Dívida pública	12.127.399	11.683.914
Dívida privada (a)	1.358.349	1.368.330
	13.485.748	13.052.244
Ativos com acordo de recompra (*)		
Crédito e valores titulados	45.797	-
	45.797	-
	18.985.692	20.165.363
Instrumentos financeiros derivados	344.924	425.838
Disponibilidades em instituições de crédito	253.135	368.601
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito (*)	1.863.593	1.867.245
Crédito a clientes (*)	46.485.254	45.585.192
Outros devedores (*)	1.525.617	1.069.670
Outras operações a regularizar	211.244	142.747
	50.683.768	49.459.292
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas (**)		
Garantias e avals	2.263.710	2.203.645
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	31.254	6.122
Créditos documentários abertos	336.053	301.346
Contratos de depósitos a prazo a constituir	53.845	3.491
Linhas de crédito irrevogáveis	508.257	452.381
Subscrição de títulos	1.331.300	972.150
Outros compromissos irrevogáveis	71.379	67.675
	4.595.798	4.006.810
<b>Exposição máxima</b>	<b>74.265.258</b>	<b>73.631.465</b>

(\*) Saldos líquidos de imparidade

(\*\*) Saldos líquidos de provisões

(a) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, inclui dívida adquirida ao Mecanismo de Estabilização Financeira da União Europeia, no montante de 100.722 mEuros e 101.102 mEuros, respetivamente

O montante de exposição a instrumentos financeiros derivados apresentado no quadro anterior não inclui o efeito de mitigação de risco decorrente de contas caução (Nota 23) e de acordos de *netting*.

### Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

As principais características de emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro nas carteiras da Caixa e suas sucursais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2022			Justo valor	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual					
	2022	Após 2022	Total			
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados						
Portugal	92.049	642.253	734.302	734.302	-	
Itália	274.893	-	274.893	274.893	-	
	366.942	642.253	1.009.195	1.009.195	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Portugal	-	1.340.859	1.340.859	1.340.859	9.173	
Irlanda	-	158.192	158.192	158.192	(14.283)	
Espanha	-	221.611	221.611	221.611	(17.609)	
Itália	206.597	-	206.597	206.597	(161)	
	206.597	1.720.662	1.927.260	1.927.260	(22.880)	
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Portugal	300.213	4.760.010	5.060.223	5.097.829	-	
Irlanda	-	1.035.223	1.035.223	1.037.180	-	
Espanha	-	3.445.486	3.445.486	3.468.419	-	
Itália	150.025	861.040	1.011.064	1.012.136	-	
	450.238	10.101.759	10.551.997	10.615.564	-	
Total						
Portugal	392.262	6.743.123	7.135.385	7.172.990	9.173	BBB
Irlanda	-	1.193.415	1.193.415	1.195.373	(14.283)	AA-
Espanha	-	3.667.098	3.667.098	3.690.030	(17.609)	A-
Itália	631.515	861.040	1.492.554	1.493.625	(161)	BBB
	1.023.777	12.464.675	13.488.452	13.552.019	(22.880)	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2021			Justo valor	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual					
	2021	Após 2021	Total			
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados						
Portugal	46	-	46	46	-	
Itália	301.422	-	301.422	301.422	-	
	301.468	-	301.468	301.468	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Portugal	-	1.901.877	1.901.877	1.901.877	139.878	
Irlanda	-	178.898	178.898	178.898	5.706	
Espanha	-	460.122	460.122	460.122	8.805	
Itália	1.809.243	-	1.809.243	1.809.243	1.334	
	1.809.243	2.540.897	4.350.140	4.350.140	155.723	
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Portugal	300.569	4.455.144	4.755.713	4.796.206	-	
Irlanda	-	917.848	917.848	925.482	-	
Espanha	160.068	3.459.678	3.619.746	3.644.829	-	
Itália	501.137	822.295	1.323.431	1.324.163	-	
	961.773	9.654.965	10.616.738	10.690.679	-	
Total						
Portugal	300.615	6.357.021	6.657.637	6.698.129	139.878	BBB
Irlanda	-	1.096.746	1.096.746	1.104.380	5.706	AA-
Espanha	160.068	3.919.799	4.079.867	4.104.951	8.805	A-
Itália	2.611.802	822.295	3.434.097	3.434.828	1.334	BBB
	3.072.485	12.195.862	15.268.347	15.342.287	155.723	

## Critérios de Valorização

As emissões da dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro anterior foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou, na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estas carteiras encontram-se segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados, apresentados em maior detalhe na coluna “Justo valor”.

## Qualidade de crédito concedido a clientes

As divulgações sobre qualidade dos ativos e gestão de risco de crédito são seguidamente apresentadas, tendo por base, essencialmente, as práticas da CGD Sede.

## De caráter qualitativo

### 1. Política de Gestão de Risco de Crédito

#### 1.1 Gestão de risco de crédito

Em resposta aos diversos requisitos legais e regulamentares, e tendo como objetivo a utilização das melhores práticas na gestão do risco de crédito, a Caixa Geral de Depósitos tem implementado um processo de gestão do risco de crédito, suportado numa estrutura organizacional que garante a independência entre as áreas comerciais (tomadoras de risco), de recuperação, de decisão e de risco.

##### 1.1.1 Concessão de crédito

A atividade de concessão encontra-se alinhada com a estratégia e as políticas de gestão do risco de crédito definida pelos órgãos competentes na CGD.

A CGD definiu um modelo de decisão centralizada do crédito, passando a Direção de Riscos de Crédito a ter a função de decisão de crédito para Empresas, Instituições Financeiras e Institucionais, bem como para crédito a particulares. O modelo de governo da decisão de crédito, incluindo os limites de delegação de competências, estão definidos em normativo interno.

A Direção de Riscos de Crédito tem, igualmente, nas suas funções principais:

- (i) A emissão, prévia e obrigatória, de parecer de risco para atribuição de limites internos ou apreciação de operações não abrangidas por aqueles limites, para clientes cujo montante de exposição (em termos de Grupo Económico), *rating* ou características específicas da operação (ou proponente) assim o justifiquem (de acordo com os normativos internos);
- (ii) Propor superiormente a redefinição de limites de crédito sempre que as circunstâncias assim o aconselhem; e,
- (iii) Aprovar a constituição/alteração de Grupos Económicos.

A decisão do crédito das exposições de maior relevância é da responsabilidade do Conselho de Administração, da Comissão Executiva de Riscos de Crédito, ou do Conselho de Crédito, dependendo dos montantes de exposição em causa. As restantes operações são da responsabilidade dos Comitês de Crédito de Riscos, ao nível da Direção de Riscos de Crédito.

As operações/limites apresentados para decisão ao Conselho de Administração carecem de parecer prévio favorável da Comissão de Riscos Financeiros.

A Direção de Gestão de Risco intervém no processo de controlo e monitorização do risco de crédito, nas fases de concessão e de posterior acompanhamento, quer na perspetiva cliente/operação, quer na ótica de carteira de crédito, mediante:

- (i) A definição, desenvolvimento e manutenção dos modelos internos de avaliação de risco (*rating* e *scoring*);
- (ii) A monitorização e controlo global do risco de crédito do Grupo CGD por carteiras de crédito, produtos e unidades de negócio;
- (iii) A identificação dos clientes com risco acrescido de incumprimento, através da deteção de sinais de alerta;
- (iv) A avaliação e validação da imparidade individual;
- (v) A determinação da imparidade para todos os segmentos da carteira de crédito;

- (vi) A avaliação do cumprimento dos limites definidos para grandes riscos.

A Direção de Gestão de Risco pode ainda propor superiormente a aprovação e revisão de políticas e *guidelines* no âmbito da gestão do risco de crédito do Grupo.

#### 1.1.2 Acompanhamento da carteira de crédito

O acompanhamento da carteira de crédito permite a identificação antecipada de potenciais situações de incumprimento, facilitando a tomada de decisões que otimizem a recuperação da dívida. O processo de acompanhamento é regulado pelo normativo interno “Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito”.

A CGD tem implementado um processo de *workflow*, transversal às áreas comerciais, de recuperação e de risco de crédito. O *workflow* implementado classifica diariamente a qualidade creditícia do cliente mediante a identificação de eventos pré-definidos e por grau de gravidade quanto à probabilidade de entrada em incumprimento, gerando, de forma automática, a identificação de clientes em dificuldades financeiras e em incumprimento.

Todos os clientes da carteira são segmentados num dos seguintes estados:

- (i) Clientes regulares sem identificação de eventos de risco adicionais;
- (ii) Clientes regulares mas com sinais de alerta (*early warnings*) que poderão indiciar um aumento da probabilidade de incumprimento do cliente;
- (iii) Clientes que registam eventos graves, com elevada probabilidade de incumprimento, sendo assim classificados como estando em dificuldades financeiras;
- (iv) Clientes no período probatório de 24 meses, após ocorrência de uma reestruturação por dificuldades financeiras do cliente;
- (v) Clientes classificados em incumprimento; e,
- (vi) Clientes classificados em “quarentena”, após tratamento das situações de incumprimento.

O processo de *workflow* incorpora medidas de atuação, que variam consoante a gravidade do evento, fornecendo à primeira linha de defesa mecanismos que permitem uma prevenção ativa de potenciais futuros incumprimentos.

Para as situações em que são identificados eventos mais gravosos, existe um processo automático que transfere de imediato os clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação, assegurando assim que os casos potencialmente mais problemáticos passem a ser tratados por gestores especializados na recuperação de crédito.

Caso se trate de clientes empresa com exposições relevantes, a decisão de manutenção da gestão do cliente nas estruturas comerciais ou de transferência para as áreas especializadas de recuperação, é da competência da Comissão Executiva de Riscos de Crédito e do Conselho de Crédito, consoante o nível de responsabilidades dos clientes em análise, suportados num relatório específico elaborado pela Direção de Gestão de Risco.

No processo de acompanhamento da carteira de crédito, a Direção de Gestão de Risco procede ao diagnóstico de todo o processo e introduz alterações sempre que necessário, mediante a análise de métricas e indicadores que são suportados em relatórios mensais de monitorização da qualidade da carteira de crédito, reportados à Comissão Executiva.

#### 1.1.3 Recuperação de crédito

Sempre que seja identificada qualquer situação de atraso de pagamento, são desenvolvidas as diligências adequadas à recuperação do crédito vencido e à obtenção de condições que permitam a regularização da situação, cumprindo o disposto pelo Decreto-Lei n.º 227/2012 complementado pelo Decreto-Lei n.º 70-B/2021 – PARI e PERSI no que respeita ao crédito a particulares.

A recuperação de crédito consiste no conjunto das ações do Grupo CGD, em caso de atraso no pagamento de uma ou mais prestações referentes a uma operação de crédito. É uma função fundamental na gestão do crédito no Grupo, que tem lugar a partir do momento em que se verifica o primeiro atraso numa prestação e que está presente durante todo o restante ciclo de vida do crédito, até que este volte a estar regularizado.

A recuperação de crédito via negocial é composta por três tipos de ações, por ordem de prioridade na sua aplicação:

- (i) Cobrança dos pagamentos em atraso;
- (ii) Soluções de reestruturação; e,
- (iii) Soluções terminais não litigiosas.

Na fase inicial de cobrança do crédito, os contactos com o cliente, tendo em vista a regularização dos montantes em atraso, é assegurada pelo *call center* e pela área comercial. No caso dos contactos iniciais não surtirem efeito e o cliente passar a registar pagamentos em atraso há mais de 30 dias, procede-se à sua realocação a uma área de recuperação com o objetivo de ser encontrada a solução mais apropriada que permita a recuperação do crédito.

Nas situações em que o processo negocial com o cliente não esteja a surtir o efeito desejado para o Grupo CGD e para os seus clientes, a recuperação de crédito deve passar pelo recurso ao contencioso. Esta solução consiste na execução de bens ou direitos, hipotecados/empenhados para garantia do crédito com o intuito de se proceder à venda judicial.

Como medida alternativa de recuperação, o Grupo CGD também considera a venda de carteiras de crédito ou de crédito individuais sempre que, após a devida avaliação custo/benefício, se entende ser a solução mais eficiente.

## 1.2 Gestão do Risco de Concentração

A gestão do risco de concentração de crédito do grupo CGD é assegurada pela Direção de Gestão de Risco que procede à identificação, medição e controlo de exposições significativas.

Para monitorizar o risco de concentração foram definidas métricas no *Risk Appetite Statement* que permitem assegurar o controlo mensal da evolução de segmentos de carteira que foram considerados mais críticos no que respeita ao risco de crédito.

A decisão quanto à contratação de operações que impliquem exposições materialmente relevantes (definida em normativo interno) obriga a parecer da Direção de Riscos de Crédito. Para este limite concorre necessariamente a exposição total do cliente e/ou grupo de clientes relevantes ao Grupo CGD.

## 2. Política de *write-off* de créditos (abate ao ativo)

A decisão de se proceder ao abate ao ativo, suportada na Política de *Write-off*, formalizada em normativo interno, é tomada superiormente quando a expectativa de recuperação dos créditos é nula ou muito residual, após tomadas todas as diligências negociais e, quando aplicável, judiciais junto de todos os envolvidos num contrato de crédito. Nos créditos elegíveis para o abate ao ativo, que obriga ao registo de provisões e imparidades de 100%, são também enquadráveis:

- (i) Os créditos com atrasos nos pagamentos superiores a 24 meses; e,
- (ii) Os créditos sem garantia real.

## 3. Política de reversão de imparidade

A quantificação das perdas por imparidade é condicionada à identificação de eventos que indiciem uma degradação da qualidade creditícia da contraparte com impacto nos *cash flows* futuros do crédito.

Nas situações em que ocorram melhorias significativas na capacidade creditícia dos devedores e/ou um reforço adequado das garantias reais, a perda anteriormente reconhecida reduz-se até ao nível da nova perda calculada, existindo assim uma reversão de imparidade direta.

Nas situações de venda de operações de crédito por uma quantia superior à da sua exposição líquida de imparidade também se regista uma reversão na imparidade.

## 4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Entende-se por reestruturação de crédito qualquer alteração às condições em vigor das operações de crédito de clientes em dificuldades financeiras de que resulte uma modificação dos direitos ou deveres das partes.

As áreas especializadas de acompanhamento e recuperação procuram, para cada situação específica, aplicar as soluções que melhor defendam os interesses do Grupo CGD e dos clientes, nos termos de decisão delegada e dos limites definidos em normativo interno.

As soluções de recuperação são aplicadas tendo sempre presente a realidade do cliente e o melhor interesse da CGD, com base em três princípios básicos:

- (i) Impacto no capital e fluxos de caixa: O primeiro aspeto a ser considerado deve ser o impacto que o referido tratamento terá no capital investido pelo Grupo CGD e nos fluxos de caixa gerados pela operação no futuro. Este impacto deve ser medido através do cálculo do NPV incremental do tratamento por oposição a uma solução litigiosa (tida como último recurso na recuperação de crédito);

- (ii) Impacto no cliente: Em segundo lugar, deve ser considerado o impacto que a solução de tratamento terá para o cliente, segundo dois critérios fundamentais:
- *Capacidade de pagamento*: é necessário que o cliente seja capaz de fazer face às suas obrigações financeiras no novo cenário, tendo em conta o seu rendimento esperado; e,
  - *Sustentabilidade do tratamento*: é necessário que o tratamento seja sustentável no tempo, isto é, que o cliente seja, com uma probabilidade elevada, capaz de fazer face a todos os pagamentos necessários, não voltando a incorrer numa situação de incumprimento.
- (iii) Impacto da complexidade: Por último, deve ser considerado na estratégia de tratamentos um conjunto de fatores suscetíveis de adicionar complexidade às situações de incumprimento, devendo ter um tratamento diferenciado daquele que seria proposto tendo em conta apenas os dois princípios anteriores. Ainda que o impacto financeiro da solução possa não ser ótimo, outros parâmetros como especificidades do cliente, o impacto do tratamento na imagem pública do Grupo CGD, o risco reputacional ou a disponibilidade dos clientes para negociar fazem também parte das regras de decisão de tratamentos a aplicar.

A generalidade dos créditos objeto de reestruturação devido a dificuldades financeiras do cliente está sujeita a um tratamento específico para efeitos de cálculo de imparidade, durante todo o período de vigilância mínimo de 24 meses, em conformidade com o preconizado no Regulamento de Execução (UE) 2017/1443, da Comissão, de 29 de junho de 2017.

## 5. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

### *Bens Imóveis*

Para efeitos de avaliação, são considerados os seguintes tipos de bens imóveis:

- (i) Construções:
- Construções concluídas; e,
  - Construções inacabadas.
- (ii) Terrenos:
- Terrenos com potencial construtivo (o seu maior e melhor uso tem em consideração o potencial construtivo); e,
  - Terrenos sem potencial construtivo (o seu maior e melhor uso não é o potencial construtivo).

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis no Grupo CGD são:

- (i) Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efetuada para efeitos da contratação de novas operações de crédito imobiliário, tendo como objetivo determinar o presumível valor de transação em mercado livre.

A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, são realizadas avaliações individuais (por observação direta no local);

- (ii) Atualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: as operações de crédito imobiliário que são objeto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações.

Tratando-se de crédito não produtivo, os valores das garantias reais são sujeitos a verificações de valor e/ou atualizações de valores, cumprindo a periodicidade definida em normativo interno; e,

- (iii) Revisão de valorização indexada: Revisão de valores de imóveis, sempre que existam dados suficientes que permitam a mensuração por este método, efetuada por um perito avaliador imobiliário, interno, registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Esta metodologia é utilizada para imóveis habitacionais ou imóveis para fins comerciais, no crédito não produtivo com saldo devedor inferior a 300 mEuros e no crédito regular, com saldo devedor inferior a 500 mEuros.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imóveis:

- A área de avaliações da CGD inclui no seu quadro de pessoal engenheiros e arquitetos com experiência significativa na área das avaliações, tendo os responsáveis de visto técnico formação complementar em cursos de avaliação de imóveis, estando registados e certificados na CMVM como peritos avaliadores de imóveis;

- São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações da CGD, uma rede de peritos avaliadores imobiliários, tanto empresas como individuais registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), os quais se encontram distribuídos pelo país, em função da área onde exercem a sua atividade profissional, existindo vários para cada concelho, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;
- Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações da CGD digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel. Existe um técnico interno responsável pelo visto técnico, por tipo de avaliação e concelho onde se localiza o imóvel; e,
- Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidos os concelhos prioritários de atuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de um portal de gestão imobiliária da CGD. O avaliador regista no portal a data de visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel.

#### *Outros Colaterais*

Para além dos bens imóveis são elegíveis para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade do crédito os seguintes colaterais:

- Penhores de depósitos a prazo – avaliação pelo valor do penhor constituído;
- Penhores de obrigações emitidas pela CGD – avaliação pelo valor nominal das obrigações; e,
- Penhores de ações cotadas – avaliação pelo valor de mercado na data de referência do cálculo.

#### 6. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

No modelo de imparidade do crédito da CGD são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

Existem abordagens na modelização que, na perspetiva da CGD, são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- Histórico de informação considerado para efeito de modelização (PD, LGD, *haircuts* sobre colaterais);
- Período de *workout* para cálculo das LGD e metodologias de avaliação de múltiplos *defaults*;
- Critérios utilizados para a segmentação da carteira:
  - *Crédito a particulares*: tipologia de produto (e.g. habitação), finalidade do crédito, tipologia de colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual; e,
  - *Crédito a empresas*: tipologia da empresa, valor da exposição, setor de atividade económica, qualidade e valor dos colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual.
- Fatores de conversão para crédito aplicados a exposições extrapatrimoniais;
- Nível de exposição definido para se proceder à avaliação individual de imparidade;
- Critérios para determinar o aumento significativo do risco, desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro, que incorporam informação prospetiva; e,
- Para determinação da perda de crédito, são definidos três cenários macroeconómicos prováveis (um otimista, um pessimista e um cenário base) revistos semestralmente, sendo os respetivos fatores de risco ajustados a cada cenário para suportar o cálculo de perdas esperadas.

#### 7. Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como as carteiras são segmentados, para refletir as diferentes características dos créditos

O modelo de imparidade do crédito utilizado na CGD abrange o crédito concedido a empresas e particulares, incluindo garantias bancárias prestadas, linhas de crédito irrevogáveis e revogáveis, determinando o perfil de risco de cada operação, por forma a enquadrá-lo nos subsegmentos da carteira de crédito, definidos com base no comportamento atual e passado da operação.

No cálculo de imparidade do crédito são utilizados os seguintes conceitos:



- (i) *Imparidade individual*: que se suporta numa avaliação efetuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma ficha de imparidade e do *template* de cálculo mediante a abordagem *Going* ou *Gone Concern*; e,
- (ii) *Imparidade coletiva ou paramétrica*: que é determinada de forma automática pelo modelo de imparidade do crédito. O cálculo paramétrico é realizado por uma desagregação da carteira em subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares.

De acordo com a norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" foram estabelecidos princípios para a classificação das operações e ativos da carteira do banco de acordo com o risco de crédito associado.

Dependendo da deterioração da qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial, são considerados três estados de risco ou *stages*:

- (i) *Stage 3*: As exposições para as quais existe evidência objetiva de crédito em imparidade, enquadrando as operações que se encontram em *default*;
- (ii) *Stage 2*: As exposições para as quais se observa uma degradação significativa do nível de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (*Significant Increase in Credit Risk*, SICR) ou apresente critérios objetivos de indícios de imparidade; e,
- (iii) *Stage 1*: As exposições que não se enquadram no *stage 2* e no *stage 3*.

#### *Classificação em Stage 3*

Para as carteiras de títulos e aplicações noutras instituições de crédito (OICs), a definição de *stage 3* está alinhada com as notações das agências externas de *rating* e considera todas as exposições com *rating D*.

Para a carteira de crédito, a definição de *stage 3* está alinhada com a definição de *default* da CGD. São considerados os seguintes eventos:

- Incumprimento contratual perante o Grupo CGD, do qual se destaca o crédito vencido materialmente em atraso por mais de 90 dias consecutivos;
- Existência de dotação de imparidade material resultante de uma análise individual sobre os clientes com exposições individualmente significativas;
- Insolvência declarada;
- Pedido de insolvência (inclui PER) pelo devedor ou pela CGD;
- Operações em contencioso com a CGD;
- Contaminação de créditos, mediante a identificação de eventos de perda noutras operações do mesmo cliente. No caso de crédito a particulares, caso o montante em *default* represente mais de 20% de toda a exposição do cliente, as restantes operações são classificadas também em *default*;
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório, com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos) que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório;
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório com mais de 30 dias de atraso que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório; e,
- Reestruturações por dificuldades financeiras caso ocorram perdas de valor (de acordo com a materialidade definida).

A norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" não define um conceito de *default*. No entanto, a CGD aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão, a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no "*Final Report on Guidelines on default definition (EBA-GL-2016-07)*" emitido em 28 de setembro de 2016. O histórico considerado para modelização reflete a definição de *default* à data.

#### *Classificação em Stage 2*

A classificação do crédito em *stage 2* assenta na observação de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (*Significant Increase in Credit Risk*, SICR). Genericamente, o aumento significativo é medido através da variação da probabilidade de *default* associada à notação desde a data de reconhecimento inicial até à data de reporte. Mais concretamente, considera-se que existe um aumento significativo do risco de crédito face ao reconhecimento inicial quando se observa um dos seguintes critérios:

- (i) Variação absoluta da *PD lifetime forward-looking* desde a originação ponderada à maturidade residual superior a um determinado *threshold*; e,
- (ii) Variação relativa da *PD lifetime forward-looking* desde a originação superior a um determinado *threshold*.

A classificação em *stage 2* contempla ainda critérios objetivos de indícios de incumprimento, que determinam a classificação de uma exposição neste *stage* independentemente da sua degradação de risco de crédito, abaixo apresentados:

- Crédito vencido na CGD com atrasos superiores a 30 dias e que não esteja classificado em *default*;
- Operações reestruturadas por dificuldades financeiras que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- Operações POCI (*Purchased or Originated Credit-Impaired*) que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- Indicadores do Banco de Portugal (crédito vencido há mais de 90 dias em OIC e inibição de uso de cheques);
- Cheques devolvidos na CGD;
- Identificação de dívidas ao Fisco e à Segurança Social;
- Decréscimo de 20% no valor da garantia real, quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável a projetos imobiliários);
- Carências intercalares;
- Processos de insolvência que não a insolvência declarada e o PER;
- Notação correspondente ao último nível da escala de notação (excluindo o *default*); e,
- Quarentena de 3 meses em *stage 2*.

#### *Classificação em Stage 1*

O *stage 1* inclui todos os créditos que não apresentam critérios para classificação em *stage 2* e *stage 3*.

Neste âmbito, são também classificadas em *stage 1* as exposições da carteira de títulos que não registam critérios de *stage 2* ou de *stage 3*.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise coletiva é necessária a determinação dos seguintes fatores de risco:

- (i) *Probabilidade de Default a 12 meses (PD12m)* – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de incumprimento nos próximos 12 meses. De referir que o modelo de imparidade incorpora PD por nível de notação (*scoring e rating*) aplicável à carteira notada, e PD por subsegmento (finalidade do crédito para crédito a particulares, segmento de CAE para crédito a empresas e tipo de cartão para cartões de crédito) aplicável à carteira não notada;
- (ii) *Probabilidade de Default Lifetime (PDLT)* – Probabilidade de um crédito vir a registar incumprimento até à maturidade do contrato. As *PD lifetime* são distintas para carteira notada e carteira não notada. Na carteira notada, as *PD lifetime* distinguem-se por nível de notação do cliente ou da operação. Na carteira não notada as *PD lifetime* distinguem-se para clientes ou operações que apresentem:
  - Indícios externos e, simultaneamente, atraso inferior a 30 dias;
  - Atrasos entre 30 e 90 dias; e,
  - Reestruturações por dificuldades financeiras com atrasos no pagamento até 30 dias.
- (iii) *Loss Given Default (LGD)* – Perda caso a operação ou cliente entre em *default*. Para determinação da LGD são observadas as recuperações das operações ou clientes que entraram em incumprimento no período de histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada operação e em cada mês do histórico. São assim determinadas LGD diferenciadas consoante a permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Existem LGD diferenciadas em função da tipologia de colateral existente na data de determinação da imparidade; e,
- (iv) *Exposure at default (EAD)* – Corresponde ao montante da exposição de cada operação à data de entrada em *default*, sendo composta pelo somatório da exposição patrimonial e da exposição extrapatrimonial

após CCF (*Credit Conversion Factor*). O CCF representa um fator de conversão de crédito que mede a proporção da exposição extrapatrimonial que é convertida em exposição patrimonial até à data de entrada em *default*.

As estimativas dos fatores de risco, nomeadamente das probabilidades de *default* incluem uma componente prospetiva ou de *forward-looking*.

#### 8. Indicação dos limiares definidos para análise individual

No Grupo CGD os limites definidos para a avaliação individual de imparidade definidos em normativo interno têm em linha de conta as especificidades das diversas carteiras de crédito de cada unidade do Grupo, tendo como objetivo a avaliação de todas as exposições consideradas individualmente significativas na perspetiva de cada unidade e do Grupo. No caso da CGD, com referência a 30 de junho de 2022 são objeto de análise individual os clientes empresa em que a exposição conjugada com critérios de risco cumpram os seguintes critérios:

- (i) *Stage 1*: Todos os clientes com exposição igual ou superior a EUR 20 Mios ou com exposição igual ou superior a EUR 10 Mios se o cliente registar indícios de risco acrescido (e.g. *early warnings*) ou o *rating* pior que 12;
- (ii) *Stage 2*: Todos os clientes com exposição igual ou superior a EUR 10 Mios ou com exposição igual ou superior a EUR 3 Mios se o cliente se registar indícios ou alertas de risco acrescido (e.g. *early warnings* ou eventos mais graves) ou o *rating* pior que 12;
- (iii) *Stage 3*: Todos os clientes com exposição igual ou superior a EUR 3 Mios.

#### 9. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

Os clientes que entram em situação de incumprimento são, por norma interna, afetos às áreas especializadas de acompanhamento e recuperação de crédito, podendo essa decisão de afetação ser tomada pelo Conselho de Crédito ou pela Comissão Executiva de Riscos de Crédito.

De notar que devido à inovação implementada pelo processo de *workflow* de acompanhamento de clientes (ponto 1.1.2, acima) a generalidade dos clientes que entram em incumprimento já estavam previamente alocados a gestores das áreas de recuperação, não existindo assim uma rutura do processo negocial, que se inicia aquando da transferência dos clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação.

Em função da análise efetuada aplica-se a solução de recuperação considerada mais adequada aos interesses do cliente e da CGD, aplicando-se a solução litigiosa como último recurso na recuperação do crédito.

#### 10. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos *cash flows* futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas, individual e coletivamente

##### Avaliação Individual

A determinação dos *cash flows* futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos *cash flows* futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de cobrabilidade subjacentes.

Nas situações em que os clientes registem indícios de perda, procede-se a uma avaliação para determinar se os *cash flows* esperados são inferiores aos *cash flows* contratuais. Nestas situações, efetua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

Para determinar os *cash flows* futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

- (i) Abordagem *going concern*, em que se considera a continuação da atividade da empresa e assim os *cash flows* operacionais são projetados para determinar se são suficientes para assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida, desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos *cash flows* futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de ativos não operacionais). Esta abordagem de *going concern* é utilizada se:
  - a) Os *cash flows* operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados; e,
  - b) O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.

- (ii) Abordagem *gone concern*, associada a um cenário de cessação da atividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os *cash flows* operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:
- A exposição do cliente está vencida por um período de tempo considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem *gone concern* quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
  - Os *cash flows* operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
  - A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a geração de *cash flow*;
  - A aplicação da abordagem *going concern* teria um impacto material e negativo no montante recuperável face à abordagem *gone concern*;
  - Existe um elevado nível de incerteza na estimativa dos *cash flows* futuros, nomeadamente quando o EBITDA dos últimos anos é negativo; e,
  - A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

De notar que, em algumas situações, poderá ser aplicada uma abordagem mista, em que se consideram *cash flows* resultantes da atividade da empresa, os quais podem ser complementados por *cash flows* que sejam originados pela venda de ativos da empresa, assumindo-se o cenário de continuidade da empresa. Caso os ativos objeto de venda tenham impacto nos *cash flows* futuros operacionais da empresa, proceder-se-á ao respetivo ajustamento para determinar os montantes recuperáveis.

#### Imparidade Coletiva

Para operações que se encontram em *stage 1*, o cálculo da perda esperada (*Expected Credit Loss - ECL*<sup>(2)</sup>) considera a perda a 12 meses e resulta da seguinte expressão.

$$ECL_{Stage\ 1} = EAD \times PD_{12\ meses} \times LGD^{(1)}$$

Para as operações em *stage 2*, as perdas de crédito *lifetime* são calculadas de acordo com a seguinte expressão:

$$ECL_{Stage\ 2} = \sum_{k=t}^{Prazo} \frac{EAD_k \times LGD_k \times SR_{k-1} \times PD_k}{(1+r)^k}^{(1)}$$

Onde  $r$  representa a taxa de juro original e  $SR$  representa a probabilidade de sobrevivência ao *default*.

Dado que o conceito de *stage 3* está alinhado com o conceito de *default* interno, considera-se que a  $PD_{lifetime}$  é de 100%. Como tal, as perdas esperadas para as operações em *stage 3* são dadas através da seguinte expressão:

$$ECL_{Stage\ 3} = EAD \times LGD_{tempo\ desde\ a\ entrada\ em\ default}^{(1)}$$

Adicionalmente, as perdas a atribuir a um crédito deverão ser o resultado das perdas apuradas para três cenários macroeconómicos possíveis (cenário central, cenário central pessimista e cenário central otimista), ponderadas pelas probabilidades de ocorrência de cada cenário.

---

(1): EAD = *Exposure at Risk*; PD = *Probability of Default*; LGD = *Loss Given Default*.

## De caráter quantitativo

Os quadros seguintes apresentam elementos relativos à carteira de crédito a clientes e imóveis recebidos em dação ou execução, tendo por referência os conteúdos aplicáveis à atividade do Grupo.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento é o seguinte:

Segmento	Exposição em 30-06-2022				Imparidade em 30-06-2022			
	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total
Administrações públicas	3.402.362	8.435	4.365	3.415.162	90	17	7	114
Outras empresas financeiras	277.404	50.086	6.256	333.746	1.414	10.407	2.720	14.541
Empresas não financeiras	13.906.723	2.191.564	1.172.985	17.271.272	109.305	458.590	734.343	1.302.238
Pequenas e médias empresas	7.995.393	1.702.379	886.946	10.584.719	80.469	342.539	547.824	970.831
Imóveis comerciais	2.886.358	443.182	328.073	3.657.613	17.711	81.250	162.174	261.134
Outros	5.109.035	1.259.197	558.874	6.927.106	62.758	261.288	385.650	709.697
Outras empresas	5.911.330	489.185	286.038	6.686.553	28.836	116.052	186.519	331.407
Imóveis comerciais	650.932	55.698	32.209	738.839	4.812	9.583	16.810	31.205
Outros	5.260.398	433.488	253.829	5.947.715	24.025	106.469	169.708	300.202
Famílias	25.537.164	1.364.323	527.039	27.428.526	5.887	228.814	353.239	587.941
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	24.291.971	1.220.644	247.136	25.759.752	2.840	200.497	118.804	322.141
Crédito ao consumo	778.794	51.505	23.914	854.212	1.194	10.348	17.431	28.973
Outros	466.399	92.174	255.989	814.562	1.853	17.969	217.004	236.827
	43.123.653	3.614.408	1.710.644	48.448.705	116.697	697.828	1.090.309	1.904.834

Segmento	Exposição em 31-12-2021				Imparidade em 31-12-2021			
	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total
Administrações públicas	3.119.603	12.132	4.768	3.136.503	95	3	12	110
Outras empresas financeiras	230.983	60.147	5.528	296.658	1.090	12.838	3.553	17.480
Empresas não financeiras	13.485.403	2.430.192	1.307.381	17.222.976	101.240	501.217	866.995	1.469.452
Pequenas e médias empresas	7.816.902	1.941.302	941.204	10.699.408	68.891	389.527	615.269	1.073.688
Imóveis comerciais	2.652.753	548.757	296.888	3.498.398	15.653	99.525	192.879	308.058
Outros	5.164.149	1.392.545	644.316	7.201.010	53.238	290.002	422.391	765.630
Outras empresas	5.668.501	488.890	366.177	6.523.568	32.349	111.689	251.726	395.764
Imóveis comerciais	901.183	61.203	35.462	997.848	13.029	9.337	22.574	44.940
Outros	4.767.318	427.687	330.715	5.525.721	19.320	102.352	229.152	350.824
Famílias	25.088.687	1.353.929	593.247	27.035.863	5.465	204.475	381.897	591.837
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	23.905.052	1.194.689	310.008	25.409.748	2.487	175.124	146.582	324.193
Crédito ao consumo	725.041	53.581	23.871	802.494	1.101	9.771	17.399	28.271
Outros	458.594	105.659	259.368	823.620	1.876	19.581	217.917	239.373
	41.924.676	3.856.400	1.910.924	47.692.000	107.890	718.532	1.252.457	2.078.879

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe das exposições e imparidade entre operações *performing* e *non-performing* é o seguinte:

Segmento	Exposição em 30-06-2022								Imparidade em 30-06-2022							
	Performing				Non-Performing				Em exposições Performing	Em exposições Non-Performing						
	Não vencido ou vencido <= 30 dias	Vencido > 30 dias <= 90 dias			Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos	Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos		
Administrações públicas	3.407.005	3.792	3.410.797	2.542	-	-	-	1.039	783	4.365	3.415.162	107	7	-	-	7
Outras empresas financeiras	327.337	153	327.490	15	4.799	-	-	1.405	37	6.256	333.746	11.821	0	1.794	-	11.821
Empresas não financeiras	15.988.391	99.896	16.088.287	728.941	41.007	60.168	254.897	87.972	1.172.985	17.271.272	567.895	420.466	23.401	39.547	189.092	15.988.391
Pequenas e médias empresas	9.634.625	63.247	9.697.773	487.956	39.715	58.207	211.916	79.150	886.946	10.584.719	423.007	285.706	22.854	37.587	148.227	9.634.625
Imóveis comerciais	3.317.324	12.339	3.329.540	179.971	18.320	10.191	70.146	49.445	328.073	3.657.613	98.961	77.083	11.993	2.849	39.628	3.317.324
Outros	6.317.324	50.908	6.368.232	317.987	21.395	48.017	141.770	29.705	558.874	6.927.106	324.046	208.623	10.860	34.738	108.599	6.317.324
Outras empresas	6.363.966	36.649	6.400.515	230.983	1.292	1.980	42.981	8.822	286.038	6.686.553	144.888	134.759	548	1.960	40.865	6.363.966
Imóveis comerciais	704.199	2.430	706.629	24.889	-	1.980	207	5.174	32.209	738.839	14.395	9.819	(8)	1.960	207	704.199
Outros	5.659.867	34.219	5.693.685	206.115	1.292	0	42.774	3.648	253.829	5.947.715	130.493	124.940	548	0	40.658	5.659.867
Famílias	26.840.963	60.623	26.901.487	180.814	14.889	24.202	87.183	219.952	527.039	27.428.526	234.701	93.212	5.763	13.272	45.226	26.840.963
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	25.460.499	52.117	25.512.616	117.634	10.213	13.728	66.678	38.884	247.136	25.759.752	203.337	53.196	3.677	6.073	31.108	25.460.499
Crédito ao consumo	827.008	3.291	830.298	3.138	2.286	8.420	9.175	895	23.914	854.212	11.542	2.307	1.186	6.288	6.793	827.008
Outros	553.457	5.116	558.573	60.042	2.390	2.054	11.330	180.173	255.989	814.562	19.822	37.708	900	911	7.325	553.457
	46.573.697	164.364	46.738.061	912.312	60.695	84.369	344.525	308.743	1.710.644	48.448.705	814.525	513.685	30.957	52.818	234.892	46.573.697

Segmento	Exposição em 31-12-2021								Imparidade em 31-12-2021							
	Performing				Non-Performing				Em exposições Performing	Em exposições Non-Performing						
	Não vencido ou vencido <= 30 dias	Vencido > 30 dias <= 90 dias			Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos	Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos		
Administrações públicas	3.122.969	8.766	3.131.735	2.966	-	-	1.006	-	797	4.768	3.136.503	97	12	-	-	12
Outras empresas financeiras	288.145	2.985	291.130	18	2.755	323	1.267	1.165	5.528	296.658	13.928	2	1.681	199	586	288.145
Empresas não financeiras	15.791.906	123.690	15.915.596	811.629	45.257	42.360	298.385	109.750	1.307.381	17.222.976	602.457	517.409	29.101	19.624	227.397	15.791.906
Pequenas e médias empresas	9.661.649	96.555	9.758.204	502.082	42.493	41.868	255.590	99.172	941.204	10.699.408	458.418	316.091	27.803	19.232	187.801	9.661.649
Imóveis comerciais	3.179.130	22.380	3.201.510	96.599	29.776	21.819	94.500	54.194	296.888	3.498.398	115.179	59.765	22.296	6.953	70.024	3.179.130
Outros	6.482.520	74.174	6.556.694	405.483	12.717	20.049	161.089	44.979	644.316	7.201.010	343.240	256.325	5.507	12.279	117.777	6.482.520
Outras empresas	6.130.257	27.135	6.157.391	309.547	2.764	492	42.795	10.578	366.177	6.523.568	144.038	201.318	1.298	392	39.598	6.130.257
Imóveis comerciais	961.801	585	962.386	25.774	2.764	151	2.795	3.978	35.462	967.848	22.366	14.782	1.298	128	2.447	961.801
Outros	5.168.456	26.550	5.195.006	283.774	-	342	40.000	6.600	330.715	5.535.721	121.672	186.556	-	264	37.149	5.168.456
Famílias	26.375.153	67.482	26.442.616	184.743	15.669	19.160	129.193	244.482	593.247	27.035.863	209.940	92.917	5.192	10.100	66.268	26.375.153
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	25.043.800	55.941	25.099.740	121.286	12.189	9.836	106.205	60.692	310.008	25.409.748	177.611	52.492	3.794	3.530	51.280	25.043.800
Crédito ao consumo	774.480	4.143	778.623	3.451	2.135	8.152	9.145	899	23.871	802.494	10.872	2.528	997	6.041	6.896	774.480
Outros	556.874	7.379	564.253	60.007	1.345	1.372	13.843	182.801	259.368	823.620	21.457	37.897	402	529	8.092	556.874
	45.578.173	202.904	45.781.077	999.356	63.681	62.848	428.844	356.193	1.910.924	47.892.000	826.422	610.340	35.974	29.923	294.250	45.578.173

Em 30 de junho de 2022, o detalhe da carteira de crédito por segmento e ano de produção é o seguinte:

Ano de produção	Administrações públicas			Outras empresas financeiras			Empresas não financeiras			Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais			Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel			Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída	Número de operações	Exposição	Imparidade constituída
2007 e anteriores	942	688.637	3	18	122	2	4.696	1.621.546	338.436	798	564.208	115.066	269.553	8.400.862	164.491	123.048	423.026	217.539	398.257	113.194	708.470
2008	79	739.190	6	25	51.033	3.594	1.164	827.221	99.571	252	296.947	29.108	29.399	1.489.647	37.159	17.077	42.295	3.348	47.744	3.149.387	143.668
2009	57	101.568	0	7	103	0	1.061	236.938	57.733	212	138.944	32.005	25.894	1.544.502	35.793	18.404	40.606	5.078	45.413	1.923.717	98.604
2010	38	29.114	-	11	155	5	1.228	267.573	43.378	220	48.431	12.877	18.837	1.277.019	36.717	20.151	43.522	2.383	40.265	1.617.382	82.482
2011	12	26.631	-	9	124	5	988	155.517	22.601	186	63.649	7.130	8.077	513.643	12.156	12.746	26.620	2.077	21.832	722.536	36.838
2012	2	2.661	-	4	83	0	1.022	170.805	34.009	182	31.798	9.592	3.093	177.550	5.500	11.022	28.470	8.546	15.143	379.570	48.056
2013	10	31.754	40	6	223	149	1.538	207.649	58.396	191	24.443	4.650	3.200	194.810	5.966	50.515	37.616	2.520	55.269	472.052	67.072
2014	12	195.735	34	8	15.482	169	2.509	631.847	196.543	331	106.697	15.106	3.941	249.748	7.288	14.305	25.846	1.302	20.775	1.118.668	206.936
2015	27	30.049	2	12	504	5	4.026	1.044.515	164.155	591	171.971	25.288	7.801	567.017	15.326	17.162	37.219	5.378	29.028	1.679.303	184.865
2016	61	243.442	16	15	78.192	9.802	5.106	1.007.700	92.963	712	118.807	5.307	9.325	712.418	366	24.108	44.739	2.380	38.615	2.086.492	105.527
2017	40	57.334	8	15	6.661	9	7.194	679.645	46.334	974	119.190	7.880	10.544	846.303	356	28.390	69.150	3.655	46.183	1.659.094	50.362
2018	73	53.959	0	31	360	2	7.939	784.644	19.578	1.060	169.393	8.839	13.134	1.170.401	117	26.905	76.151	763	48.082	2.085.325	20.459
2019	63	154.619	0	41	864	11	9.914	1.971.433	32.127	1.715	794.499	8.946	17.293	1.713.261	214	37.087	111.397	2.812	64.398	3.951.574	35.164
2020	126	378.694	2	39	19.610	203	16.439	2.551.598	52.537	2.601	671.797	6.988	19.470	2.114.097	215	47.515	188.963	3.675	83.589	5.252.962	56.631
2021	123	349.655	3	46	92.520	368	13.728	2.177.079	27.849	2.605	597.106	4.577	26.504	3.161.322	315	65.042	258.630	2.340	95.443	6.039.205	30.874
2022	49	332.119	1	44	67.710	226	11.733	2.935.743	28.032	1.722	518.670	3.983	12.921	1.627.151	165	90.059	214.524	1.403	114.806	5.177.246	29.827
	1.714	3.415.162	114	331	333.746	14.541	90.285	17.271.272	1.302.238	14.352	4.396.452	292.340	478.976	25.759.752	322.141	593.536	1.668.774	265.799	1.164.842	48.448.705	1.904.834

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade, por segmento é o seguinte:

	30-06-2022													
	Administrações públicas		Outras empresas financeiras		Empresas não financeiras		Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais		Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel		Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Individual	-	-	-	-	624.363	398.193	159.480	68.652	-	-	196.752	183.084	821.115	581.277
Coletiva	3.415.162	114	333.746	14.541	16.646.909	904.045	4.236.972	223.687	25.759.752	322.141	1.472.021	82.716	47.627.590	1.323.557
	3.415.162	114	333.746	14.541	17.271.272	1.302.238	4.396.452	292.340	25.759.752	322.141	1.668.774	265.799	48.448.705	1.904.834

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade, por setor de atividade é o seguinte:

Setor de atividade	30-06-2022			
	Exposição Crédito			
	Montante escriturado bruto	Dos quais com medidas de renegociação	Dos quais <i>Non-Performing</i>	Imparidade acumulada
Setor de atividade				
Agricultura, silvicultura e pesca	360.531	24.905	25.499	34.206
Indústrias extrativas	101.206	8.456	5.410	5.825
Indústrias transformadoras	2.593.336	184.459	251.241	207.680
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	583.878	15.259	1.147	6.912
Abastecimento de água	191.838	56.224	13.231	19.193
Construção	1.947.832	204.598	187.909	158.733
Comércio por grosso e a retalho	2.544.163	109.405	109.538	147.083
Transportes e armazenagem	1.099.964	147.095	61.083	157.559
Atividades de alojamento e restauração	879.242	162.722	62.835	147.802
Informação e comunicação	153.607	8.309	13.452	12.728
Atividades imobiliárias	2.450.763	147.973	181.923	143.007
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.686.116	152.451	166.005	167.254
Atividades administrativas e de serviços de apoio	403.291	34.920	32.515	28.229
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	29	-	-	0
Educação	78.826	21.700	16.791	12.448
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	237.518	14.617	6.596	12.031
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	72.746	11.080	10.013	11.420
Outros serviços	886.385	109.643	27.795	30.128
Administrações públicas	3.415.162	625.965	4.365	114
Outras empresas financeiras	333.746	9.296	6.256	14.541
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	25.759.752	1.256.925	247.136	322.141
Famílias: dos quais crédito ao consumo	854.212	23.250	23.914	28.973
Famílias: dos quais outros	814.562	281.098	255.989	236.827
	48.448.705	3.610.350	1.710.644	1.904.834

	31-12-2021			
	Exposição Crédito			
	Montante escriturado bruto	Dos quais com medidas de renegociação	Dos quais <i>Non-Performing</i>	Imparidade acumulada
Setor de atividade				
Agricultura, silvicultura e pesca	332.230	24.086	21.141	27.253
Indústrias extrativas	79.356	10.159	5.640	3.758
Indústrias transformadoras	2.767.996	146.083	255.594	215.872
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	615.685	9.373	1.378	2.271
Abastecimento de água	201.982	59.020	14.593	22.155
Construção	2.074.726	251.010	208.774	250.727
Comércio por grosso e a retalho	2.401.949	135.634	122.042	165.267
Transportes e armazenagem	974.983	150.944	55.706	153.246
Atividades de alojamento e restauração	895.351	178.737	72.034	160.650
Informação e comunicação	176.291	9.066	10.740	10.676
Atividades imobiliárias	2.325.901	195.752	126.876	107.738
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.653.487	169.554	222.479	217.972
Atividades administrativas e de serviços de apoio	413.002	12.846	34.564	44.515
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	1.276	-	193	15
Educação	91.341	30.612	18.791	19.259
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	247.708	24.468	6.022	13.388
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	163.682	50.942	108.116	28.259
Outros serviços	806.029	43.902	22.700	26.430
Administrações públicas	3.136.503	504.085	4.768	110
Outras empresas financeiras	296.658	8.503	5.528	17.480
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	25.409.748	1.315.954	310.008	324.193
Famílias: dos quais crédito ao consumo	802.494	25.828	23.871	28.271
Famílias: dos quais outros	823.620	292.720	259.368	239.373
	47.692.000	3.649.277	1.910.924	2.078.879

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Empresas não financeiras e Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel é o seguinte:

	30-06-2022													
	<0.5 M€		≥ 0.5 M€ e < 1 M€		≥ 1 M€ e < 5 M€		≥ 5 M€ e < 10 M€		≥ 10 M€ e < 20 M€		≥ 20 M€ e < 50 M€		≥ 50 M€	
	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais
Justo valor														
Empresas não financeiras	494.531	324.802	438.055	260.669	1.709.058	924.080	822.305	436.561	939.307	502.808	1.191.454	567.632	1.050.410	393.047
Empresas não financeiras dos quais: imóveis comerciais	138.477	96.060	156.601	103.009	766.917	423.174	315.513	155.948	587.369	319.749	451.887	215.784	828.624	343.900
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	52.138.356	38.083.884	2.177.353	1.211.245	763.846	369.250	202.133	10.541	156.427	1.397	133.102	681	78.339	44
	52.771.364	38.504.746	2.772.009	1.574.923	3.239.821	1.716.504	1.339.951	603.050	1.683.103	823.954	1.776.443	784.098	1.957.373	736.991

	31-12-2021													
	<0.5 M€		≥ 0.5 M€ e < 1 M€		≥ 1 M€ e < 5 M€		≥ 5 M€ e < 10 M€		≥ 10 M€ e < 20 M€		≥ 20 M€ e < 50 M€		≥ 50 M€	
	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais
Justo valor														
Empresas não financeiras	554.315	364.505	455.177	267.152	1.718.190	939.396	850.008	460.798	901.493	482.831	1.305.304	661.421	1.042.099	337.819
Empresas não financeiras dos quais: imóveis comerciais	159.834	110.668	149.625	99.373	746.450	424.461	342.563	169.143	583.282	310.126	544.287	287.243	771.616	269.172
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	51.720.958	37.999.823	1.983.143	1.111.086	706.057	336.670	204.946	9.140	167.616	1.442	133.102	681	78.339	44
	52.435.107	38.474.997	2.587.945	1.477.610	3.170.696	1.700.526	1.397.518	639.082	1.652.391	794.400	1.982.693	949.345	1.892.054	607.035



Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da carteira de reestruturados por medida de diferimento (*Forborne*) aplicada é o seguinte:

	30-06-2022										
	Performing			Non-Performing				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Medida											
Extensão de prazo	2.483	867.463	75.939	1.564	178.716	56.626	51.521	4.047	1.046.179	56.626	127.460
Período de carência	538	198.330	17.938	300	26.214	-	14.367	838	224.544	-	32.305
Alteração da taxa de juro	300	613.926	117.432	334	304.415	224.316	20.546	634	918.341	224.316	137.978
Outras	4.485	995.764	133.760	5.059	425.522	153.332	167.449	9.544	1.421.286	153.332	301.209
	7.806	2.675.483	345.069	7.257	934.867	434.274	253.883	15.063	3.610.350	434.274	598.952

	31-12-2021										
	Performing			Non-Performing				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Medida											
Extensão de prazo	2.519	934.765	84.668	1.576	213.527	80.669	58.574	4.095	1.148.292	80.669	143.242
Período de carência	616	262.126	16.379	408	96.520	13.681	20.282	1.024	358.646	13.681	36.661
Alteração da taxa de juro	345	595.909	163.353	323	324.572	239.071	25.278	668	920.481	239.071	188.631
Outras	4.475	755.843	84.065	3.931	466.014	189.530	165.430	8.406	1.221.857	189.530	249.495
	7.955	2.548.643	348.465	6.238	1.100.634	522.951	269.564	14.193	3.649.277	522.951	618.028

No primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021, o movimento de entradas e saídas na carteira de crédito diferido (*Forborne*), é apresentado abaixo:

Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 31-12-2020	3.756.460
Créditos com medidas de diferimento no período ( <i>Forborne</i> )	557.683
Juros corridos dos créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> )	4.840
Liquidação de créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> ), parcial ou total	(648.853)
Créditos reclassificados de "com medidas de diferimento" ( <i>Forborne</i> ) para "normal"	(27.274)
Outros	6.421
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 31-12-2021	3.649.277
Créditos com medidas de diferimento no período ( <i>Forborne</i> )	489.673
Juros corridos dos créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> )	7.366
Liquidação de créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> ), parcial ou total	(530.447)
Créditos reclassificados de "com medidas de diferimento" ( <i>Forborne</i> ) para "normal"	(0)
Outros	(5.519)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 30-06-2022	3.610.350

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da carteira de crédito por rácio de LTV é o seguinte:

Segmento / Rácio	30-06-2022					
	Exposição			Imparidade		
	Performing	Non-Performing		Performing	Non-Performing	
Empresas não financeiras	16.098.287	1.172.985	17.271.272	567.895	734.343	1.302.238
Sem colateral associado	12.140.793	853.164	12.993.957	441.656	563.395	1.005.051
< 60%	3.135.746	280.862	3.416.607	109.116	157.590	266.707
>= 60% e < 80%	167.271	14.538	181.809	3.903	6.334	10.236
>= 80% e < 100%	429.219	17.815	447.034	10.664	4.463	15.127
>= 100%	225.259	6.606	231.865	2.556	2.561	5.118
dos quais imóveis comerciais	4.036.170	360.282	4.396.452	113.356	178.984	292.340
Sem colateral associado	348.430	70.072	418.502	3.107	19.363	22.471
< 60%	2.913.294	249.571	3.162.866	95.786	143.770	239.556
>= 60% e < 80%	140.850	13.975	154.825	1.321	6.476	7.798
>= 80% e < 100%	409.808	17.700	427.508	10.602	4.475	15.077
>= 100%	223.787	8.964	232.751	2.539	4.899	7.437
Famílias: dos quais empréstimos habitação com hipoteca imóvel	25.512.616	247.136	25.759.752	203.337	118.804	322.141
< 60%	15.203.995	145.624	15.349.619	96.977	62.404	159.381
>= 60% e < 80%	8.015.637	55.192	8.070.829	67.633	29.450	97.083
>= 80% e < 100%	2.218.754	32.854	2.251.608	33.939	18.271	52.211
>= 100%	74.230	13.466	87.696	4.788	8.679	13.467
Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros	1.388.871	279.903	1.668.774	31.364	234.435	265.799
Sem colateral associado	1.226.438	216.981	1.443.418	23.781	196.249	220.030
< 60%	106.910	35.126	142.036	901	20.816	21.717
>= 60% e < 80%	35.419	22.949	58.367	3.888	14.923	18.811
>= 80% e < 100%	16.326	965	17.291	2.763	236	3.000
>= 100%	3.779	3.882	7.661	31	2.211	2.242
Outras empresas financeiras	327.490	6.256	333.746	11.821	2.720	14.541
Sem colateral associado	201.219	3.751	204.969	1.837	2.303	4.140
< 60%	90.814	216	91.029	686	193	879
>= 60% e < 80%	35.214	1.560	36.774	9.299	71	9.370
>= 80% e < 100%	243	729	973	0	153	153
Administrações públicas	3.410.797	4.365	3.415.162	107	7	114
Sem colateral associado	3.338.769	3.365	3.342.134	96	7	104
< 60%	43.805	1.000	44.805	10	-	10
>= 60% e < 80%	4.116	-	4.116	0	-	0
>= 80% e < 100%	4.546	-	4.546	1	-	1
>= 100%	19.560	-	19.560	-	-	-
	46.738.061	1.710.644	48.448.705	814.525	1.090.309	1.904.834

Segmento / Rácio	31-12-2021					
	Exposição			Imparidade		
	Performing	Non-Performing		Performing	Non-Performing	
Empresas não financeiras	15.915.596	1.307.381	17.222.976	602.457	866.995	1.469.452
Sem colateral associado	11.886.441	899.730	12.786.171	456.055	642.437	1.098.492
< 60%	2.991.480	296.544	3.288.024	123.892	169.203	293.095
>= 60% e < 80%	323.419	50.969	374.387	6.440	28.897	35.337
>= 80% e < 100%	424.772	22.442	447.214	11.222	8.755	19.977
>= 100%	289.484	37.696	327.180	4.847	17.703	22.551
dos quais imóveis comerciais	4.163.896	332.350	4.496.246	137.545	215.453	352.998
Sem colateral associado	788.113	45.947	834.060	16.687	26.497	43.184
< 60%	2.608.097	214.969	2.823.066	105.236	144.691	249.927
>= 60% e < 80%	203.021	39.268	242.289	1.873	27.079	28.952
>= 80% e < 100%	322.149	14.636	336.785	10.023	7.938	17.961
>= 100%	242.516	17.529	260.046	3.727	9.247	12.974
Famílias: dos quais empréstimos habitação com hipoteca imóvel	25.099.740	310.008	25.409.748	177.611	146.582	324.193
< 60%	15.174.226	165.648	15.339.874	88.516	67.535	156.051
>= 60% e < 80%	7.585.811	67.888	7.653.699	54.423	33.854	88.277
>= 80% e < 100%	2.230.601	50.403	2.281.004	28.758	28.085	56.843
>= 100%	109.103	26.068	135.171	5.914	17.108	23.022
Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros	1.342.875	283.239	1.626.114	32.329	235.315	267.644
Sem colateral associado	1.161.383	218.924	1.380.306	24.852	195.639	220.490
< 60%	108.825	36.480	145.306	616	22.183	22.800
>= 60% e < 80%	38.299	22.361	60.660	4.052	14.507	18.559
>= 80% e < 100%	27.128	1.267	28.395	2.725	378	3.103
>= 100%	7.241	4.207	11.447	84	2.608	2.692
Outras empresas financeiras	291.130	5.528	296.658	13.928	3.553	17.480
Sem colateral associado	204.554	5.137	209.691	2.049	787	2.836
< 60%	45.144	391	45.535	1.093	2.766	3.859
>= 60% e < 80%	35.338	-	35.338	10.771	-	10.771
>= 80% e < 100%	6.095	-	6.095	14	-	14
Administrações públicas	3.131.735	4.768	3.136.503	97	12	110
Sem colateral associado	3.053.029	4.768	3.057.797	89	12	101
< 60%	48.854	-	48.854	9	-	9
>= 80% e < 100%	8.912	-	8.912	-	-	-
>= 100%	20.940	-	20.940	-	-	-
	45.781.077	1.910.924	47.692.000	826.422	1.252.457	2.078.879

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis e equipamentos recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e antiguidade, é o seguinte:

Ativo	30-06-2022			Tempo decorrido desde a dação / execução	30-06-2022				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico		< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
Terreno				Terreno					
Urbano	123	25.324	5.617	Urbano	583	249	1.969	2.815	5.617
Rural	44	1.187	563	Rural	70	274	172	46	563
Edifícios em desenvolvimento				Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	23	1.689	1.272	Comerciais	169	15	207	880	1.272
Habitação	82	9.745	5.131	Habitação	312	38	3.384	1.396	5.131
Edifícios construídos				Edifícios construídos					
Comerciais	510	87.945	38.639	Comerciais	5.344	5.939	11.505	15.852	38.639
Habitação	1.090	102.189	53.585	Habitação	9.216	6.394	20.936	17.040	53.585
Outros	39	1.551	1.005	Outros	347	170	1	487	1.005
	1.911	229.630	105.811		16.041	13.079	38.174	38.517	105.811

Ativo	31-12-2021		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	136	33.328	11.085
Rural	44	1.328	547
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	23	1.643	1.171
Habitação	105	12.738	4.282
Edifícios construídos			
Comerciais	553	98.450	44.530
Habitação	1.309	113.078	58.268
Outros	45	1.113	805
	2.215	261.678	120.689

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2021				
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	608	1.188	2.298	6.991	11.085
Rural	75	247	182	43	547
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	23	-	180	968	1.171
Habitação	314	149	1.574	2.246	4.282
Edifícios construídos					
Comerciais	3.657	6.096	14.483	20.295	44.530
Habitação	4.739	11.570	24.828	17.131	58.268
Outros	200	117	3	485	805
	9.617	19.367	43.547	48.158	120.689

Notas explicativas respeitantes ao preenchimento das divulgações quantitativas:

#### Definições Comuns

- (i) **“Segmentação”**: os segmentos utilizados suportam-se nas definições das Estatísticas Monetárias e Financeiras do Banco de Portugal:
- **“Governo”**: *setor de Administrações Públicas*, que engloba unidades institucionais cuja principal atividade consiste na produção de bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual ou coletivo e/ou na redistribuição do rendimento e da riqueza nacional;
  - **“Corporate”**: *setor de Sociedades não financeiras*, representada por unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica cuja atividade principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros; e,
  - **“Construção CRE”**: *Sociedades não financeiras (“Corporate”)* com atividade económica relacionada com os setores de “Construção” ou “Atividades Imobiliárias”, de acordo com a respetiva CAE Rev.3;
  - **“Setor de Famílias”**: inclui os indivíduos ou grupos de indivíduos, na qualidade de consumidores, de produtores de bens e serviços para utilização final própria ou de produtores de bens e serviços financeiros ou não financeiros, desde que as atividades não sejam imputadas a quase-sociedades.
  - Incluem-se ainda os Empresários em nome individual que integram as empresas individuais e as sociedades de pessoas sem personalidade jurídica que são produtores mercantis;
  - **“Particulares – Habitação”**: *setor de Famílias*, cuja finalidade do crédito diz respeito a crédito à habitação;
  - **“Particulares – Consumo e Outros”**: *setor de Famílias*, cuja finalidade do crédito não é crédito à habitação (sendo, tipicamente, crédito ao consumo); e,
  - **“Outros – Outras Empresas Financeiras”**: *setor de Instituições Financeiras*, que engloba unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica que são produtores mercantis e cuja atividade principal consiste em produzir serviços financeiros, exceto intermediação financeira e outras instituições ou indivíduos.
- (ii) **“Crédito em Cumprimento/Incumprimento”**: segue os critérios de incumprimento definidos no ponto 8 da informação qualitativa.
- (iii) **“Crédito Reestruturado”**: segue os critérios definidos no ponto 4 da informação qualitativa.
- (iv) **“Análise Individual e Análise Coletiva”**: distinção entre créditos com imparidade individual e coletiva constituída de acordo com o Modelo de Imparidade.

#### Moratórias legais e privadas concedidas no âmbito da pandemia da COVID-19

As moratórias concedidas em Portugal, no âmbito da mitigação dos impactos económicos da pandemia, terminaram durante 2021, incluindo as moratórias privadas concedidas no âmbito do Protocolo Interbancário promovido pela Associação Portuguesa de Bancos e as moratórias legais instituídas através do Decreto-Lei n.º 10-J/2020.

Em 30 de junho de 2022, o *stock* de moratórias concedidas tinha a seguinte distribuição de maturidade residual:

	Número de clientes	Exposição em 30-06-2022		
			Dos quais com moratória legal	Dos quais com moratórias expiradas
Empréstimos e adiantamentos em que foram pedidos moratórias	69.290			
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratórias (concedidas)	62.998	6.660.570	6.142.881	6.660.570
Famílias		2.973.073	2.455.384	2.973.073
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel		2.736.279	2.264.076	2.736.279
Empresas não financeiras		3.654.082	3.654.082	3.654.082
Pequenas e médias empresas		3.008.242	3.008.242	3.008.242
Imóveis comerciais		1.327.717	1.327.717	1.327.717

Novas operações de crédito concedidas no âmbito dos programas de garantia pública para resposta à pandemia da COVID-19

Em 30 de junho de 2022, as linhas contratadas no âmbito de garantias públicas apresentavam a seguinte distribuição por segmento e nível de colateralização:

	Exposição em 30-06-2022		Valor máximo da garantia que pode ser considerado	Inflows em Non-Performing
		Dos quais com medidas de renegociação	Garantias públicas recebidas	
Nova produção de empréstimos e adiantamentos no âmbito de garantias públicas	1.657.355	10.335	1.334.687	9.495
Famílias	39.842	-	-	26
Empresas não financeiras	1.609.029	8.931	1.295.372	9.470
Pequenas e médias empresas	1.472.683	-	-	5.816
Imóveis comerciais	275.364	-	-	1.102

Reforço do processo de acompanhamento e monitorização da carteira de crédito

Para preparar a CGD para uma resposta eficiente aos impactos da pandemia na carteira de crédito, a CGD reviu os seus procedimentos internos para identificação dos clientes que poderiam ser mais afetados pelos efeitos da pandemia:

- Realização de análises específicas e prospetivas sobre os potenciais impactos da pandemia na atividade da CGD para os segmentos de empresas e particulares que aderiram às moratórias ou que pertenciam ao setores considerados mais vulneráveis aos efeitos da pandemia (e.g. Hotelaria e Restauração, Transportes, etc.)
- Revisão dos critérios de classificação das operações/clientes em crédito reestruturado por dificuldades financeiras e *default*, com a consequente afetação ao *stage 2* ou ao *stage 3*, suportados nas análises prospetivas e em análises casuísticas para identificar situações de reduzida probabilidade de pagamento (*unlikely-to-pay*), com impactos diretos ao nível da mensuração da perda de crédito esperada;
- Definição de medidas de reestruturação ajustadas ao risco percebido de cada cliente com o objetivo de disponibilizar apoios efetivos que permitissem suportar o cumprimento do serviço da dívida.

O processo desenvolvido para resposta à pandemia e que decorreu durante os anos de 2020 e 2021 foi incorporado nos processos internos da CGD, para resposta a eventos disruptivos ou situações extraordinárias que possam ter potenciais impactos negativos na capacidade económico-financeira dos clientes, com potenciais efeitos menos positivos ao nível da qualidade da carteira de crédito do banco.

Deste modo, perante a identificação de eventos disruptivos a Direção de Gestão de Risco define um plano de ação proactivo, que se consubstancia nas seguintes orientações:

- Identificar os clientes potencialmente mais vulneráveis ao evento em causa;
- Definir metodologias de análise *bottom-up* ou *top-down*, incluindo análises de sensibilidade, suportadas em análises prospetivas que permitem identificar potenciais dificuldades financeiras com o objetivo de mitigar eventuais futuros incumprimentos;
- Definição de regras e critérios sobre o *rating* a vigorar para os clientes potencialmente mais vulneráveis bem como para o processo de decisão de crédito;
- Elaboração de processos dedicados para monitorização do risco de crédito para os clientes potencialmente mais vulneráveis.

#### Conflito Rússia-Ucrânia – Potenciais impactos na carteira de crédito

Com o deflagrar do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a CGD promoveu uma avaliação dos potenciais impactos na carteira de crédito, considerando a seguinte abordagem:

- (i) Impactos de 1ª ordem, relacionados com exposições ao abrigo das sanções definidas pela União Europeia, não foram identificados no Grupo CGD;
- (ii) Impactos de 2ª ordem, relacionados com exposições diretas ou indiretas a clientes com nacionalidade russa ou ucraniana, foram considerados não relevantes, atendendo que a exposição no Grupo CGD a estes clientes é pouco material (2.900 mEuros);
- (iii) Impactos de 3ª ordem, relacionados com os impactos na carteira de crédito resultantes de uma deterioração generalizada das condições macroeconómicas.

Para avaliar os impactos de 3ª ordem a CGD promoveu diversas análises com o objetivo de avaliar potenciais degradações na carteira de crédito considerando o aumento dos gastos com a energia, a subida da taxa de juro e da inflação, bem como os constrangimentos existentes ao nível das cadeias de produção e distribuição:

1. Identificação dos setores considerados mais vulneráveis à subida dos preços da energia (que representam cerca de 20% do total da exposição do segmento de empresas):
  - a) Realização de uma avaliação suportada num questionário prospetivo, cliente a cliente, para identificar situações de dificuldades financeiras, com impactos ao nível da classificação em *stage 2* ou *stage 3*;

Neste contexto, foi efetuada a realização de questionários para clientes que no seu conjunto representam uma exposição de 2.900.000 mEuros, tendo como resultado:

- Parte relevante da exposição (85%) foi classificada sem indícios de risco acrescido (questionário com *score 1*) e os restantes 15% classificados no questionário com necessidade de monitorização continuada (*score 2, 3 ou 4*);
  - Os clientes classificados nos piores *scores* (*score 3 e 4* do questionário) representam apenas 5% da exposição avaliada e são classificados no mínimo em *stage 2*, sendo contudo de referir que, para parte relevante dos clientes este resultado não tem implícito o agravamento do *stage* em que a CGD já classificava o cliente via outros critérios existentes;
- b) Definição de bandas de tolerância mais conservadoras no processo de decisão de crédito e de processos proactivos na reestruturação de crédito;
  - c) Não assumir melhorias dos *ratings* gerados automaticamente, para os clientes destes setores.
2. Análise de sensibilidade sobre a carteira de crédito a particulares:
    - a) Avaliação do impacto da subida da taxa de juro e da inflação no rendimento dos clientes;
    - b) Identificação de eventuais migrações de clientes para o *stage 2* ou para o *stage 3*.

Em resultado das análises promovidas, não foram identificados, para o ano de 2022, impactos materiais no que respeita à degradação significativa da qualidade do risco de crédito. A materialização de alguns riscos, nomeadamente nos setores mais vulneráveis ao aumento dos preços da energia e/ou mais afetados pela pandemia, pode conduzir a uma degradação da qualidade creditícia da carteira em 2023, o que determinou o reconhecimento de *overlays*.

### Cenários macroeconómicos utilizados no modelo de imparidade

As projeções macroeconómicas que suportam a informação de *forward-looking* no modelo de imparidade são objeto de atualização semestral sendo definidos três cenários com diferentes probabilidades de ocorrência. Os indicadores económicos para cada um dos cenários atualizados são apresentados na tabela abaixo:

**Portugal - Projeções macroeconómicas (em percentagem) utilizadas no ECL atualização em 30 de junho de 2022**

	Cenário favorável				Cenário central				Cenário severo			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
Probabilidade de Ocorrência	22,5%				60,0%				17,5%			
Produto Interno Bruto <sup>(1)</sup>	4,90%	6,90%	3,00%	2,70%	4,90%	5,80%	1,90%	2,40%	4,90%	2,90%	-1,00%	1,80%
Índice harmonizado de preços no consumidor <sup>(1)</sup>	0,90%	7,90%	4,60%	2,90%	0,90%	6,10%	3,50%	2,30%	0,90%	3,70%	1,00%	0,20%
Taxa desemprego <sup>(2)</sup>	6,60%	5,60%	5,40%	5,10%	6,60%	6,50%	6,40%	6,40%	6,60%	6,90%	6,70%	6,60%
Euribor 3M	-0,55%	0,33%	2,12%	2,23%	-0,55%	0,16%	1,63%	1,78%	-0,55%	-0,06%	0,72%	0,74%
Yield 10 Anos - Portugal	0,29%	2,34%	2,70%	2,87%	0,29%	2,28%	2,63%	2,82%	0,29%	2,05%	2,38%	2,43%

(1) Taxa de variação anual em percentagem

(2) Em percentagem da população ativa

Comparando com as projeções utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2021, conforme tabela abaixo, destaca-se o aumento acentuado da taxa de inflação e das taxas de juro, tanto no curto prazo como no longo prazo. A probabilidade de ocorrência do cenário adverso sobe para 17,5%, um aumento de 2,5pp.

**Portugal - Projeções macroeconómicas (em percentagem) utilizadas no ECL a 31 de dezembro de 2021**

	Cenário favorável				Cenário central				Cenário severo			
	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
Probabilidade de Ocorrência	25,0%				60,0%				15,0%			
Produto Interno Bruto <sup>(1)</sup>	-8,40%	5,40%	6,50%	3,30%	-8,40%	4,40%	5,10%	2,50%	-8,40%	3,40%	2,90%	1,10%
Índice harmonizado de preços no consumidor <sup>(1)</sup>	-0,10%	1,30%	2,30%	1,90%	-0,10%	1,20%	1,30%	1,40%	-0,10%	0,80%	0,50%	0,30%
Taxa desemprego <sup>(2)</sup>	7,00%	6,50%	5,90%	5,40%	7,00%	6,90%	6,70%	6,30%	7,00%	7,40%	7,10%	7,30%
Euribor 3M	-0,42%	-0,51%	-0,44%	-0,35%	-0,42%	-0,54%	-0,49%	-0,39%	-0,42%	-0,55%	-0,55%	-0,53%
Yield 10 Anos - Portugal	0,42%	0,34%	0,90%	1,30%	0,42%	0,30%	0,46%	0,58%	0,42%	0,26%	0,30%	0,35%

(1) Taxa de variação anual em percentagem

(2) Em percentagem da população ativa

### Imparidade Adicional (Overlays)

Apesar de as taxas de crescimento projetadas serem muito positivas, a recessão foi muito profunda (contração do PIB de -8,40% em 2020) e a retoma será, previsivelmente, assimétrica entre os diversos setores de atividade, esperando-se que seja gradual no setor dos serviços, onde ainda são registadas quebras de atividade, conforme referido nos Relatórios de Estabilidade Financeira de dezembro de 2021 e de junho de 2022, do Banco de Portugal. Os mesmos relatórios evidenciam um conjunto de riscos e vulnerabilidades para o sistema financeiro, dos quais se destacam a materialização do risco de crédito potenciada pela retirada das medidas de apoio para resposta à pandemia e os potenciais agravamentos potenciados pelo enquadramento macroeconómico atual (aumentos dos preços da energia, inflação, taxas de juro e constrangimentos na cadeias de abastecimento e produção) o que poderá gerar um incremento das situações em dificuldades financeiras e um aumento dos empréstimos não produtivos (NPL).

Adicionalmente, a CGD realizou várias análises para identificar eventuais deteriorações da carteira de crédito, no curto e médio prazo, considerando o atual enquadramento macroeconómico, incluindo os potenciais impactos decorrentes da pandemia nos clientes mais vulneráveis, que se possam vir ainda a materializar, nomeadamente no que respeita a aumentos de exposição no *stage 2* e no *stage 3*. Em conclusão das análises efetuadas, a CGD reconheceu 617.000 mEuros o montante de imparidade adicional para fazer face a potenciais perdas esperadas não capturadas pelo atual modelo de imparidade, o que representa um acréscimo de 52.000 mEuros face ao período anterior. O acréscimo é, em grande medida, resultado da aplicação de pressupostos mais conservadores para os clientes dos setores mais vulneráveis ao aumento dos preços da energia, como a não existência de melhorias de *rating* ao longo do horizonte de projeção.

### Análises de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

Para este efeito, foram consideradas as seguintes análises:

- 1) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário favorável;
- 2.a) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário base, assumindo que o mercado imobiliário se mantém estável (i.e. sem desvalorização no valor dos imóveis);
- 2.b) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário base, assumindo uma ligeira quebra no mercado imobiliário (desvalorização de 5% no valor dos imóveis);
- 3.a) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário severo, assumindo que o mercado imobiliário se mantém estável (i.e. sem desvalorização no valor dos imóveis);
- 3.b) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário severo, assumindo uma ligeira quebra no mercado imobiliário (desvalorização de 5% no valor dos imóveis);
- 3.c) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário severo, assumindo uma queda mais acentuada no mercado imobiliário (desvalorização de 10% no valor dos imóveis).

Nas análises de sensibilidade são apurados os impactos na perda esperada (ECL) e na evolução do *stage 1* e *stage 2* resultantes da aplicação dos diferentes cenários macroeconómicos, em conjugação com distintos fatores de desvalorização dos colaterais imóveis.

Os impactos são medidos face ao cálculo de imparidade de junho de 2022, para a carteira de crédito da CGD Portugal, onde é estimada uma perda esperada que resulta da ponderação dos três cenários macroeconómicos apresentados: cenário central com 60%, o cenário favorável com 22,5% e o adverso com 17,5%.

Nos quadros abaixo são apresentados os impactos totais das análises de sensibilidade em imparidade do crédito e provisões para exposições extrapatrimoniais (e.g. garantias bancárias prestadas e linhas de crédito não utilizadas), bem como pelas migrações da exposição entre *stage 1* e *stage 2*, causadas pela identificação de um acréscimo significativo do risco de crédito face à originação das operações, decorrente da alteração das curvas de probabilidades de *default lifetime*, estimadas para cada cenário.



Distribuição dos stocks da carteira de crédito (ativo e extrapatrimonial) e das respetivas imparidades e provisões, por cenário de sensibilidade considerado:

	30-06-2022	Cenário Favorável	Cenário Central		Cenário Adverso		
Probabilidade de ocorrência do cenário	Ponderação dos três cenários	100%	100%		100%		
Cenário de sensibilidade		1)	2.a)	2.b)	3.a)	3.b)	3.c)
Desvalorização dos imóveis		0%	0%	5%	0%	5%	10%
Exposição (EAD)	57.096	57.096	57.096	57.096	57.096	57.096	57.096
Stage 1	50.956	50.948	50.959	50.959	50.918	50.918	50.918
Empresas	20.545	20.587	20.552	20.552	20.463	20.463	20.463
Particulares	26.905	26.848	26.898	26.898	26.967	26.967	26.967
Crédito especializado	3.506	3.513	3.509	3.509	3.488	3.488	3.488
Stage 2	4.133	4.141	4.130	4.130	4.171	4.171	4.171
Empresas	2.494	2.453	2.487	2.487	2.576	2.576	2.576
Particulares	1.328	1.385	1.335	1.335	1.265	1.265	1.265
Crédito especializado	311	303	308	308	329	329	329
Stage 3	2.008	2.008	2.008	2.008	2.008	2.008	2.008
Empresas	1.514	1.514	1.514	1.514	1.514	1.514	1.514
Particulares	289	289	289	289	289	289	289
Crédito especializado	205	205	205	205	205	205	205
Imparidade e provisões	1.440	1.430	1.437	1.445	1.462	1.470	1.479
Stage 1	119	116	118	118	127	127	128
Empresas	89	86	88	88	97	97	97
Particulares	5	5	5	5	5	5	5
Crédito especializado (*)	25	25	25	25	26	26	26
Stage 2	206	201	204	206	219	220	222
Empresas	191	186	189	191	203	204	206
Particulares	3	3	3	3	3	3	4
Crédito especializado (*)	12	12	12	12	13	13	13
Stage 3	1.115	1.114	1.115	1.121	1.116	1.123	1.130
Empresas	960	960	960	963	961	964	967
Particulares	85	85	85	88	86	88	91
Crédito especializado (*)	69	69	69	71	69	71	72

em Milhões de euros

(\*) Não incorpora os ajustamentos da imparidade individual e das cartas conforto

EAD: *Exposure at default*

Impactos em percentagem dos resultados dos cenários de sensibilidade face ao cálculo de imparidade de 30 de junho de 2022:

	Cenário Favorável	Cenário Central		Cenário Adverso		
Probabilidade de ocorrência do cenário	100%	100%		100%		
Cenário de sensibilidade	1)	2.a)	2.b)	3.a)	3.b)	3.c)
Desvalorização dos imóveis	0%	0%	5%	0%	5%	10%
Exposição (EAD)						
Stage 1	-0,02%	0,01%	0,01%	-0,08%	-0,08%	-0,08%
Empresas	0,20%	0,03%	0,03%	-0,40%	-0,40%	-0,40%
Particulares	-0,21%	-0,02%	-0,02%	0,23%	0,23%	0,23%
Crédito especializado	0,21%	0,09%	0,09%	-0,52%	-0,52%	-0,52%
Stage 2	0,20%	-0,08%	-0,08%	0,93%	0,93%	0,93%
Empresas	-1,65%	-0,27%	-0,27%	3,32%	3,32%	3,32%
Particulares	4,29%	0,49%	0,49%	-4,72%	-4,72%	-4,72%
Crédito especializado	-2,40%	-0,96%	-0,96%	5,90%	5,90%	5,90%
Imparidade e provisões	-0,66%	-0,19%	0,37%	1,55%	2,11%	2,73%
Stage 1	-2,80%	-1,00%	-0,76%	6,77%	7,03%	7,32%
Empresas	-3,59%	-1,32%	-1,00%	8,56%	8,90%	9,27%
Particulares	-1,62%	-0,35%	-0,33%	3,05%	3,13%	3,25%
Crédito especializado	-0,19%	0,03%	0,03%	1,16%	1,16%	1,17%
Stage 2	-2,57%	-0,70%	-0,01%	6,16%	6,89%	7,64%
Empresas	-2,49%	-0,68%	0,05%	6,18%	6,94%	7,72%
Particulares	-5,16%	-0,55%	-0,20%	10,32%	11,64%	13,64%
Crédito especializado	-3,08%	-1,02%	-1,00%	4,70%	4,71%	4,84%
Stage 3	-0,08%	-0,01%	0,56%	0,14%	0,71%	1,33%
Empresas	-0,05%	-0,01%	0,27%	0,10%	0,38%	0,68%
Particulares	-0,51%	-0,02%	2,71%	0,71%	3,48%	6,50%
Crédito especializado	0,00%	0,00%	1,85%	0,01%	1,85%	3,95%

EAD: Exposure at default

A materialização do cenário severo levaria à transferência de 0,1% da exposição em *stage 1* para *stage 2*, o que implicaria um aumento de 0,9% da exposição em *stage 2*. O impacto na imparidade pode variar entre 1,5% e 2,7%, dependendo do nível de descida dos preços no mercado imobiliário.

No cenário favorável, ocorreria uma redução da imparidade de 0,7%, assumindo que o preço dos imóveis se mantém estável. Adicionalmente, verificar-se-ia uma redução de 1,7% da exposição do segmento empresas em *stage 2*, por migração para *stage 1*.

Nos particulares, verifica-se que, a exposição em *stage 2* é ligeiramente superior no cenário otimista comparativamente com o cenário *baseline*. O facto de a taxa de inflação, que apresenta uma correlação positiva com a probabilidade de incumprimento (PD), crescer mais no cenário otimista sobrepondo-se ao efeito positivo do crescimento económico na redução da PD, explica o efeito estatístico observado.

#### Fundos de Reestruturação

Os fundos de reestruturação nos quais a CGD detém posições (nomeadamente estruturas associadas a operações de cedência de ativos – Nota 6 e Nota 7) são valorizados pelo respetivo justo valor, determinado por referência ao *Net Asset Value* (NAV) reportado pela sociedade gestora e sujeito a uma análise interna efetuada pela Direção de Gestão de Risco, relativamente ao valor recuperável dos ativos que integram o património destas estruturas. Em função da análise realizada, poderão existir situações que determinem ajustamentos negativos ao NAV dos fundos

de reestruturação e o reconhecimento de perdas adicionais àquelas que seriam registadas em função da valorização comunicada pelas sociedades gestoras.

Esta análise decorre da política interna aprovada pelos órgãos de gestão da CGD de monitorização dos riscos inerentes a exposições a fundos de reestruturação, conforme recomendações do supervisor na prossecução de uma atividade de controlo interno e de governo adequadas ao perfil e à estrutura organizativa do banco, tendo como objetivo a realização de análises que permitam desafiar os pressupostos utilizados por cada sociedade gestora.

O trabalho realizado assenta no desenvolvimento de metodologias de análise alternativas para procurar mensurar o valor dos principais ativos que integram os fundos e deste modo ter uma perceção do potencial de desvio na valorização face ao NAV comunicado pela sociedade gestora.

Para efeitos de análise, nos fundos de reestruturação empresarial a CGD avalia a informação que tem disponível sobre os ativos de cada fundo (representativos de pelo menos 80% do NAV, sempre que possível), nomeadamente a verificação do EBITDA histórico e do EBITDA projetado, quando este é facultado. Efetua, ainda, a análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados pelas sociedades gestoras nas determinações dos NAV das empresas sempre que estes dados estão disponíveis (nomeadamente: taxas de desconto utilizadas, níveis de crescimento das vendas, margens de EBITDA).

De salientar que as sociedades gestoras dos fundos de reestruturação não disponibilizam a totalidade dos pressupostos e respetivos raciais que sustentam a valorização das empresas, pelo que a CGD recorre a informação interna a que tem acesso nos seus sistemas, que procura complementar com a utilização de múltiplos de EBITDA setoriais para realizar o desafio ao valor do NAV, i.e., materializando uma análise de sensibilidade sobre a valorização dos ativos.

Na componente imobiliária, a Direção de Negócio Imobiliário da CGD emite uma opinião sobre a valorização deste tipo de ativos face às avaliações imobiliárias que lhes são remetidas pelas sociedades gestoras, aplicando coeficientes de desvalorização em função da tipologia de ativo e sua localização. O parecer da Direção de Negócio Imobiliário é utilizado pela Direção de Gestão de Risco para efetuar a comparação com o NAV reportado pelas sociedades gestoras dos fundos.

A análise realizada pela Direção de Negócio Imobiliário privilegia uma abordagem prudencial sobre a comercialização futura dos imóveis, tendo em conta aspetos de sustentabilidade do preço do imóvel a longo prazo, as condições de mercado normal e local, bem como o uso corrente e os possíveis usos alternativos em que os elementos de natureza especulativa não são considerados na estimativa do valor. Acresce à análise a valorização de fatores externos, como a atual conjuntura de escassez de matérias-primas, aumento de preço dos materiais de construção e mão-de-obra, com o consequente aumento de custos de construção, o aumento das taxas de inflação e das taxas de juro de referência, bem como os constrangimentos resultantes da atual conjuntura de pandemia (a incorporação do efeito no valor dos ativos, reflete-se nas diversas variáveis, desde o agravamento das taxas de atualização, taxas de capitalização, redução de taxas de ocupação, ou ainda no alargamento no prazo de vendas etc.), bem como os efeitos da Guerra vivida na Ucrânia.

No que diz respeito à informação quantitativa subjacente às avaliações do justo valor dos fundos de reestruturação imobiliários, apresenta-se de seguida o resumo da informação das avaliações de imóveis analisadas:

Fundo	Avaliações disponibilizadas vs. GAV (*) do Fundo (em %)	Antiguidade dos Relatórios de Avaliação	
		Percentagem de avaliações realizadas nos últimos 12 meses	
		Em número de avaliações analisadas	Em valor de avaliações analisadas
Fundo Imobiliário Aquarius	100,00%	-	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	96,00%	100,00%	100,00%
Flit-Ptrei SICAV	99,00%	43,00%	62,00%
Fundo Recuperação Turismo, FCR	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo Imobiliário Vega	100,00%	75,00%	99,00%

(\*) GAV: Gross Asset Value

No quadro seguinte apresenta-se a amostra dos pressupostos subjacentes aos relatórios de avaliação disponibilizados (ativos imobiliários) repartidos por tipologia de ativos:

Tipologia de Ativo	Taxa média de ocupação			Valor média diária		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Hotéis	20,00%	59,00%	83,00%	40	161	747

Tipologia de Ativo	Taxa desconto			Taxa capitalização			Método de Avaliação
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	
Hotéis	6,25%	8,71%	19,50%	5,41%	7,33%	9,00%	Mercado e Rendimento
Terrenos em desenvolvimento	5,00%	10,28%	19,40%	5,40%	7,06%	8,50%	Mercado e Rendimento
Centros comerciais	8,40%	9,01%	9,60%	7,25%	7,98%	9,00%	Mercado e Rendimento
Terrenos rústicos	7,00%	8,56%	12,50%	7,00%	7,17%	7,50%	Mercado e Rendimento
Habitação venda	5,00%	7,28%	8,50%	5,21%	5,61%	6,00%	Mercado e Rendimento
Habitação rendimento	4,00%	7,83%	11,10%	6,45%	7,30%	8,50%	Mercado e Rendimento
Escritórios	7,00%	7,00%	7,00%	6,50%	8,18%	9,00%	Mercado e Rendimento

Apresenta-se no quadro seguinte os *haircuts* médios por tipologia de ativo que resultam da análise efetuada pela CGD às avaliações (ativos imobiliários) quando comparados com o valor da avaliação:

Tipologia de Ativo	Haircut médio
	Análise CGD vs. Valor Avaliação
Hotéis	24,00%
Terrenos em desenvolvimento	35,00%
Centros comerciais	33,00%
Terrenos rústicos	57,00%
Habitação venda	24,00%
Habitação rendimento	27,00%
Escritórios	30,00%

Como resultado destas análises, têm vindo a ser reportados ajustamentos ao NAV dos Fundos de Reestruturação.

No primeiro semestre de 2022, a CGD manteve os procedimentos com vista à alienação de determinadas posições detidas em fundos de reestruturação, sendo de destacar a evolução ocorrida no processo de venda organizado e competitivo, denominado *Projecto Crow*, que abrange 100% das ações do fundo FLIT - PTREL SICAV, 100% das Unidades de Participação do Fundo de Recuperação Turismo e ainda de alguns ativos hoteleiros do Fundo de Recuperação. De referir que o processo foi lançado pela CGD e restantes participantes em 2021, e não obstante a evolução ocorrida, à data não existem efeitos potenciais passíveis de quantificar com fiabilidade.

Em agosto de 2022 foram assinados os acordos de compra e venda, sendo o *closing* da transação previsto para 120 dias, encontrando-se contudo sujeito a determinadas condições precedentes, incluindo condições regulamentares entre outras, mantendo-se deste modo a inexistência de efeitos potenciais passíveis de quantificar com fiabilidade. (Nota 39).

## Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades:

- (i) Na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição do crescimento dos ativos; e,
- (ii) Na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição.

O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos da IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações" apresentam-se de seguida os prazos residuais de maturidade contratual dos instrumentos financeiros a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

30-06-2022										
Prazos residuais de maturidade contratual										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.332.121	-	-	-	-	-	-	-	-	23.332.121
Disponibilidades em outras instituições de crédito	251.767	-	-	-	-	-	-	-	-	251.767
Aplicações em instituições de crédito	911.080	641.538	139.300	70.162	37.197	40.863	16.710	47.507	(55)	1.904.302
<b>Carteira de títulos</b>										
Negociação	114	82.000	285.114	643.245	945	945	27.961	5.007	314.090	1.359.421
Outros (salDOS brutos) (*)	169.227	109.296	584.985	535.441	3.104.295	3.233.890	9.955.454	3.452.233	(14.670)	21.130.140
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	540	1.080	1.080	20.085	-	-	50.341
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	24.123	24.123
Crédito a clientes (salDOS brutos)	2.014.576	1.926.086	2.113.680	3.001.007	9.588.659	8.026.586	12.714.317	22.484.742	(41.865)	61.827.789
	26.678.884	2.758.910	3.123.078	4.250.396	12.732.176	11.303.364	22.746.201	26.009.574	277.420	109.880.004
<b>Passivo</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(566.853)	(441.657)	(25.834)	(8.584)	(6.284.618)	(10)	(240)	-	2.802	(7.324.994)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.063)	(209.063)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(48.136.693)	(9.268.069)	(16.000.877)	(1.036.014)	(100.667)	(3.482)	(1.173)	(729)	(151.969)	(74.699.673)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(1.875)	-	(8.625)	(18.375)	(812.376)	-	(20.050)	(830)	(862.131)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(7.784)	(17.606)	(31.793)	(71.287)	(295.328)	(297.214)	(736.399)	(2.079.649)	(13.381)	(3.550.441)
Outros passivos subordinados	-	-	(6.250)	(5.980)	(1.053.212)	(11.960)	(105.994)	-	-	(1.183.395)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.741)	(2.741)
Recursos consignados	(746)	(21.373)	(3.599)	(302.570)	(27.057)	(318.578)	(15.893)	(8.864)	(0)	(698.680)
	(48.712.076)	(9.750.580)	(16.068.353)	(1.433.060)	(7.779.257)	(1.443.620)	(859.699)	(2.109.292)	(375.182)	(88.531.119)
Instrumentos Financeiros Derivados	(1.519)	12.845	486	8.310	37.811	22.766	26.549	3.311	-	110.561
Diferencial	(22.034.711)	(6.978.825)	(12.944.788)	2.825.646	4.990.730	9.882.510	21.913.052	23.903.593	(97.762)	21.459.446

(\*) Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

31-12-2021										
Prazos residuais de maturidade contratual										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	22.084.814	-	-	-	-	-	-	-	-	22.084.814
Disponibilidades em outras instituições de crédito	367.176	-	-	-	-	-	-	-	-	367.176
Aplicações em instituições de crédito	1.169.098	455.875	70.011	62.134	39.582	32.380	29.433	48.739	(17)	1.907.235
<b>Carteira de títulos</b>										
Negociação	160	50	114	300.228	1.010	1.010	37.564	-	420.883	761.019
Outros (salDOS brutos) (*)	189.259	658.983	1.457.439	1.031.756	2.721.548	2.704.827	10.752.193	2.417.610	831.351	22.764.966
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	5.898	5.898
Crédito a clientes (salDOS brutos)	1.971.411	2.006.769	2.099.029	2.990.572	9.623.246	7.627.522	11.493.335	16.055.094	(51.171)	53.815.808
	25.781.917	3.121.676	3.626.592	4.384.690	12.385.387	10.365.738	22.312.526	18.521.443	1.206.945	101.706.915
<b>Passivo</b>										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(535.652)	(236.995)	(5.838.211)	(447.701)	(424.879)	-	(221)	-	(3.676)	(7.487.332)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.605)	(380.605)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(46.296.729)	(9.008.167)	(15.372.988)	(1.298.442)	(138.815)	(15.223)	(2.209)	(729)	(85.302)	(72.218.604)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.010.000)	(16)	(250.371)	(1.881)	(9.762)	(503.750)	-	(20.050)	(395)	(1.796.226)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(6.329)	(17.511)	(33.508)	(71.590)	(261.206)	(254.417)	(621.075)	(1.823.271)	(17.027)	(3.105.934)
Outros passivos subordinados	-	(5.980)	(28.750)	(6.250)	(1.053.212)	(11.960)	(111.974)	-	-	(1.218.125)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.628)	(35.628)
Recursos consignados	(26)	(202)	(90)	(23.359)	(329.078)	(341.905)	(14.848)	(8.737)	10	(718.234)
	(47.848.736)	(9.268.871)	(21.523.918)	(1.849.222)	(2.216.951)	(1.127.254)	(750.326)	(1.852.788)	(522.622)	(86.960.688)
Instrumentos Financeiros Derivados	(733)	8.530	2.190	7.425	27.403	(5.726)	(1.472)	6.467	-	44.085
Diferencial	(22.067.552)	(6.138.664)	(17.895.135)	2.542.893	10.195.839	9.232.758	21.560.728	16.675.123	684.323	14.790.312

(\*) Excluindo instrumentos de capital e unidades de participação ao justo valor, cujo saldo de balanço é apresentado líquido de imparidade acumulada na coluna indeterminado

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os juros projetados para as operações a taxa variável incorporam as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço do Grupo CGD (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual) e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

- (i) *Títulos de dívida e de capital*: reafetação do montante com elevada liquidez ao *bucket* "Até 1 mês", com exceção dos títulos de dívida onerados que são alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estão a colateralizar;
- (ii) *Depósitos à ordem de clientes e contas de poupança sem maturidade definida (CGD Sede, Sucursal de França e BNU)*: distribuição do saldo por *buckets* de prazo residual de maturidade de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente;
- (iii) *Depósitos à ordem de clientes (restantes entidades do Grupo CGD)*: distribuição do saldo de *core deposits* (depósitos que constituem uma fonte de financiamento estável da atividade creditícia) do *bucket* "Até 1 mês" até aos *buckets* até 6 anos, segundo uma distribuição uniforme de saldos. A abordagem descrita procura corresponder às recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*, BCBS), designadamente no que diz respeito à maturidade média máxima dos *core deposits*.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

		30-06-2022								
		Prazos residuais de maturidade estrutural								
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.332.121	-	-	-	-	-	-	-	-	23.332.121
Disponibilidades em outras instituições de crédito	251.767	-	-	-	-	-	-	-	-	251.767
Aplicações em instituições de crédito	912.629	338.098	145.794	82.933	96.084	91.493	157.250	37.633	(55)	1.861.859
Carteira de títulos										
Negociação	442.041	11.992	40.826	92.108	295.469	-	3.908	155.939	314.090	1.356.372
Outros (líquido de imparidade)	7.844.517	16.592	82.548	50.248	5.623.237	411.148	1.363.651	3.104.555	(14.670)	18.481.826
Ativos com acordo de recompra (líquido de imparidade)	45.797	-	-	-	-	-	-	-	-	45.797
Crédito a clientes (salDOS brutos)	1.957.781	1.817.206	1.925.284	2.538.966	7.612.212	6.276.992	8.987.451	16.538.541	(41.865)	47.612.569
	34.786.652	2.183.888	2.194.452	2.764.255	13.627.002	6.779.633	10.512.260	19.836.668	257.500	92.942.310
Passivo										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(564.704)	(354.966)	(21.411)	(37)	(6.137.116)	(147)	(73)	-	2.802	(7.075.652)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.063)	(209.063)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(695.884)	(1.137.470)	(1.534.969)	(2.309.874)	(4.516.063)	(3.198.663)	(5.625.331)	(55.510.991)	(151.969)	(74.681.213)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	(6.000)	(800.000)	-	(20.050)	(830)	(826.880)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(6.670)	(14.595)	(24.105)	(44.660)	(171.791)	(170.751)	(426.150)	(1.587.755)	(13.381)	(2.459.859)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(1.000.000)	-	(100.000)	-	-	(1.100.000)
Recursos consignados	(16)	(17.537)	(2.766)	(300.000)	(19.393)	(315.089)	(14.286)	(8.571)	(0)	(677.658)
	(1.267.273)	(1.524.568)	(1.583.252)	(2.654.571)	(11.850.363)	(4.484.650)	(6.165.841)	(57.127.367)	(372.441)	(87.030.325)
Instrumentos Financeiros Derivados	(1.519)	12.845	486	8.310	37.811	22.766	26.549	3.311	-	110.561
Diferencial	33.517.861	672.165	611.686	117.995	1.814.450	2.317.749	4.372.969	(37.287.389)	(114.941)	6.022.545

	31-12-2021									
	Prazos residuais de maturidade estrutural									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	22.084.814	-	-	-	-	-	-	-	-	22.084.814
Disponibilidades em outras instituições de crédito	367.154	-	-	-	-	-	-	-	-	367.154
Aplicações em instituições de crédito	1.166.648	454.680	69.567	61.644	36.800	29.916	10.829	37.633	(17)	1.867.698
Carteira de títulos										-
Negociação	158.091	73	95.948	45.006	-	-	5.560	47.815	405.498	757.992
Outros (líquido de imparidade)	9.398.399	102.642	5.918.429	146.657	342.869	356.151	1.548.264	3.142.070	(83.278)	20.872.202
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.737.108	1.727.775	1.893.935	2.163.885	7.222.456	5.821.480	8.550.224	17.735.378	(51.171)	46.801.069
	34.912.213	2.285.170	7.977.878	2.417.192	7.602.124	6.207.547	10.114.876	20.962.896	271.033	92.750.929
Passivo										
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(530.165)	(237.000)	(5.800.212)	(353.432)	(310.236)	(1.212)	(606)	-	(3.676)	(7.236.538)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(380.605)	(380.605)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.526.637)	(2.170.486)	(1.437.721)	(2.540.356)	(4.592.061)	(3.294.105)	(5.373.652)	(51.061.957)	(85.302)	(72.082.277)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.000.000)	-	(250.000)	-	(6.000)	(500.000)	-	(20.050)	(395)	(1.776.445)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(5.277)	(13.817)	(25.411)	(54.963)	(211.783)	(205.038)	(488.646)	(1.569.741)	(17.027)	(2.591.704)
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(1.000.000)	-	(100.000)	-	-	(1.100.000)
Recursos consignados	(26)	-	-	(20.303)	(317.855)	(316.627)	(14.286)	(8.571)	10	(677.658)
	(3.062.105)	(2.421.303)	(7.513.344)	(2.969.054)	(6.437.934)	(4.316.982)	(5.977.190)	(52.660.320)	(486.994)	(85.845.226)
Instrumentos Financeiros Derivados	(733)	8.530	2.190	7.425	27.403	(5.726)	(1.472)	6.467	-	44.085
Diferencial	31.849.376	(127.603)	466.725	(544.437)	1.191.594	1.884.838	4.136.214	(31.690.956)	(215.961)	6.949.788

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro advém da possibilidade de os fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro ou o seu justo valor se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

### Perspetiva de longo prazo ou económica - Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30-06-2022						
	Saldos analisados					Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor			Diferença	Valor de balanço	
		Nível 1	Nível 2	Nível 3			
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.327.162	-	-	23.327.162	-	-	23.327.162
Disponibilidades em outras instituições de crédito	253.135	-	-	253.135	-	-	253.135
Aplicações em instituições de crédito	1.864.374	-	-	1.872.478	8.103	(1.876)	1.862.498
Ativos com acordo de recompra	50.000	-	-	45.079	(4.921)	(4.203)	45.797
Investimentos ao custo amortizado	13.485.764	11.221.309	251.425	1.140.692	(872.339)	(16)	13.485.748
Crédito a clientes	47.725.254	1.161.200	43.066	48.120.481	1.599.492	(1.181.383)	46.543.871
	86.705.690	12.382.509	294.490	74.759.027	730.336	(1.187.479)	85.518.212
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7.085.781)	-	-	(6.926.383)	159.399	78.679	(7.007.102)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(74.607.319)	-	-	(74.734.270)	(126.950)	(85.797)	(74.693.117)
Responsabilidades representadas por títulos	(828.168)	(733.376)	-	(56.123)	38.669	(183)	(828.351)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(2.448.728)	-	-	(2.585.432)	(136.704)	(12.858)	(2.461.586)
Outros passivos subordinados	(1.103.744)	(1.092.794)	-	(6.433)	4.517	-	(1.103.744)
Recursos consignados	(677.642)	-	-	(697.613)	(19.971)	(16)	(677.658)
	(86.751.383)	(1.826.170)	-	(85.006.253)	(81.040)	(20.174)	(86.771.557)

	31-12-2021						
	Saldos analisados					Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor			Diferença	Valor de balanço	
Nível 1		Nível 2	Nível 3				
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	22.081.560	-	-	22.081.560	-	-	22.081.560
Disponibilidades em outras instituições de crédito	368.601	-	-	368.601	-	-	368.601
Aplicações em instituições de crédito	1.868.879	-	-	1.873.941	5.062	(1.838)	1.867.041
Investimentos ao custo amortizado	13.052.260	11.836.730	227.376	1.267.229	279.074	(16)	13.052.244
Crédito a clientes	46.915.556	1.241.577	385.558	45.704.322	415.900	(1.302.436)	45.613.121
	84.286.856	13.078.307	612.934	71.295.652	700.037	(1.304.290)	82.982.567
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(7.240.648)	-	-	(7.266.105)	(25.457)	25.028	(7.215.620)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(72.088.792)	-	-	(72.100.062)	(11.271)	(3.273)	(72.092.064)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.789.984)	(1.501.520)	-	(279.926)	8.539	(133)	(1.790.117)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(2.575.089)	-	-	(2.594.743)	(19.654)	(18.277)	(2.593.366)
Outros passivos subordinados	(1.117.883)	(1.062.873)	-	(89.701)	(34.690)	-	(1.117.883)
Recursos consignados	(677.642)	-	-	(681.353)	(3.711)	(16)	(677.658)
	(85.490.039)	(2.564.393)	-	(83.011.890)	(86.243)	3.330	(85.486.710)

No apuramento do justo valor são utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Para as emissões de dívida cotadas cujos preços são considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- O justo valor dos restantes instrumentos financeiros é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito são tidas em consideração as condições contratuais das operações e, adicionalmente, para os instrumentos de taxa variável são estimados os *cash flows* futuros incorporando as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência, sendo utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito; e,
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes para tipos de crédito e de depósitos comparáveis.
- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:

- O crédito vencido, líquido das imparidades constituídas; e,
- Saldos de algumas sucursais não incluídas no cálculo centralizado efetuado pela CGD.

### Justo Valor

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, pode ser resumida como se segue:

30-06-2022				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	1.035.571	-	-	1.035.571
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	105.481	-	2.348.176	2.453.656
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.879.052	60.982	118.144	3.058.178
Ativos com acordo de recompra	28.343	-	17.454	45.797
Derivados de negociação	-	111.738	-	111.738
Derivados de cobertura	-	21.382	-	21.382
	4.048.446	194.102	2.483.774	6.726.322

31-12-2021				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Títulos detidos para negociação	338.052	-	-	338.052
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	108.981	-	2.373.588	2.482.569
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.226.399	61.581	127.707	5.415.687
Derivados de negociação	-	39.362	(28)	39.335
Derivados de cobertura	-	(29.729)	-	(29.729)
	5.673.432	71.214	2.501.267	8.245.914

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1 - Cotações de mercado: nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- Nível 2 - Inputs observáveis de mercado: nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, entre outros). Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas; e,
- Nível 3 - Outras técnicas de valorização: esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, cotações fornecidas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis ou NAV (*Net Asset Value*) fornecido por sociedades gestoras de fundos de reestruturação ou fundos fechados.

Durante o primeiro semestre de 2022, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net Asset Value*) disponibilizados pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.



No decorrer do primeiro semestre de 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados			Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral			Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida Outras Obrigações	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida Outras Obrigações	Subtotal		
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2021	943.569	1.430.019	2.373.588	78.936	48.772	127.707	(28)	2.501.267
Aquisições	688	-	688	37	17.454	17.491	-	18.179
Alienações	(7.044)	-	(7.044)	(384)	-	(384)	-	(7.429)
Amortizações	(24.523)	(3.757)	(28.280)	-	(10.018)	(10.018)	-	(38.299)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	-	-	-	204	-	204	-	204
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira (*)	2.252	6.972	9.224	(302)	4.368	4.066	(1.711)	11.579
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	(242)	(3.224)	(3.467)	-	(3.467)
Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	-	-	-	-	1.739	1.739
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2022	914.942	1.433.234	2.348.176	78.248	57.350	135.598	0	2.483.774

(\*) Inclui valores de resgates de unidades de participação de títulos em carteira

No decorrer do primeiro semestre de 2022, não ocorreram transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor.

#### Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados *Over The Counter* (OTC).

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comumente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos *cash flows* futuros através da curva de taxa de juro adequada; e,
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização depende, igualmente, das características das operações, incluindo genericamente curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são elaboradas com taxas de depósitos e cotações de *swaps* extraídas da *Reuters/Bloomberg*. No caso das moedas com maior exposição é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRA (*Forward Rate Agreement's*). Salieta-se ainda que, consoante o prazo do indexante da operação, obtêm-se curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada a volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da *Reuters/Bloomberg*.

De acordo com os requisitos da IFRS 13 – “Mensuração pelo justo valor”, a CGD incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (*add-ons*) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, o Grupo adotou uma metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. Assim, o justo valor obtido é composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

O *Credit Value Adjustment* e *Debt Value Adjustment* – CVA/DVA é determinado através de uma metodologia implementada ao nível do Grupo Caixa. Esta metodologia assenta na estimativa da exposição no momento de *default* (*Exposure at default*, EAD) para cada operação e na aplicação de parâmetros de risco à EAD estimada de forma a determinar a perda esperada para a CGD (CVA) e para a contraparte (DVA).

No caso de *swaps* de taxa de juro, a EAD é estimada para várias datas futuras através da modelização de *swaptions*, permitindo desta forma incorporar a exposição potencial futura das operações. Para os restantes produtos, a EAD corresponde tipicamente ao justo valor do instrumento na data de referência.

Os parâmetros de risco consistem em probabilidades de *default* (PD) e *loss given default* (LGD), sendo determinados centralmente pelo Grupo de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Para contrapartes ou projetos com dívida cotada ou cotações de *credit default swaps* disponíveis, o Grupo infere os parâmetros de risco subjacentes a essas cotações e utiliza-os no cálculo; e,
- (ii) As restantes contrapartes ou projetos são classificados em função da sua qualidade creditícia, tendo por base um conjunto de critérios quantitativos e qualitativos, resultando num *rating* interno ao qual o Grupo faz corresponder uma PD histórica.

Em 30 de junho de 2022, o valor dos ajustamentos relativos a CVA registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação" e DVA registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação" ascendia a 3.326 mEuros e 1.134 mEuros, respetivamente (5.596 mEuros e 704 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2021).

#### Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores, definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas *Bloomberg* e *Refinitiv* (e.g. *Thomson Reuters*). No entanto, existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado, os ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas.

Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo, que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é elaborada com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRA) à cascata de pagamentos de um *Collateralized Loan Obligation* (CLO). Para efeitos de desconto, as valorizações internas utilizam a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/*rating*, de modo a considerar o risco de cada emissão.

A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de *inputs* para valorização. De um modo geral, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas) são alocadas ao nível 3, assim como as securitizações com reduzida liquidez.

As curvas de taxa de juro são elaboradas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRA (*Forward Rate Agreements*).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2022			31-12-2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	(0,4750)	1,7250	1,3600	(0,5650)	0,0600	0,1700
1 mês	(0,4050)	1,8950	1,3400	(0,5550)	0,1550	0,2450
2 meses	(0,2750)	2,2050	1,5500	(0,5550)	0,1750	0,3150
3 meses	(0,1750)	2,3750	1,7000	(0,5550)	0,2150	0,3750
6 meses	0,2450	3,1250	2,2300	(0,5350)	0,3450	0,5550
9 meses	0,6950	3,5150	2,7000	(0,5050)	0,4750	0,7550
1 ano	1,0250	3,7350	3,0000	(0,4850)	0,6150	0,8850
2 anos	1,3620	3,2605	2,8503	(0,2970)	0,9215	1,2180
3 anos	1,5440	3,1180	2,7812	(0,1450)	1,1575	1,3218
5 anos	1,7910	3,0430	2,7028	0,0190	1,3550	1,3087
7 anos	1,9650	3,0220	2,6299	0,1320	1,4615	1,2554
10 anos	2,1710	3,0430	2,6013	0,3010	1,5735	1,2217
15 anos	2,3520	3,1120	2,5620	0,4850	1,6980	1,1945
20 anos	2,2660	3,0880	2,5116	0,5380	1,7610	1,1658
25 anos	2,1160	2,9810	2,4746	0,5120	1,7570	1,1419
30 anos	1,9830	2,8790	2,4339	0,4650	1,7380	1,1197

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores das curvas de crédito dos governos português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	(0,2806)	(0,4980)	(0,8634)	(0,7300)
6 meses	(0,1015)	(0,1090)	(0,8392)	(0,6990)
9 meses	0,2328	0,0920	(0,7445)	(0,7040)
1 ano	0,4978	0,4010	(0,7217)	(0,6520)
2 anos	1,0232	0,6315	(0,6117)	(0,6350)
3 anos	1,1677	0,7221	(0,4624)	(0,6736)
5 anos	1,5989	1,0630	(0,1738)	(0,4585)
7 anos	1,8776	1,1240	0,1091	(0,3580)
10 anos	2,2622	1,3395	0,4306	(0,1825)
15 anos	2,6454	1,5940	0,8317	0,0150
20 anos	2,8035	1,5912	1,0401	(0,0617)
25 anos	2,9400	1,5870	1,1664	0,0614
30 anos	2,9565	1,6150	1,1742	0,1845

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do banco central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30-06-2022	31-12-2021
EUR/USD	1,0387	1,1326
EUR/GBP	0,8582	0,8403
EUR/CHF	0,9960	1,0331
EUR/AUD	1,5099	1,5615
EUR/JPY	141,5400	130,3800
EUR/BRL	5,4229	6,3101

### Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes métricas:

- (i) *Value at Risk* (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - *Carteira Held for Trading*: perímetro de posições e transações *Held for Trading* originadas no Grupo CGD;
  - *Carteira de Negociação*: inclui títulos e instrumentos financeiros derivados transacionados com o objetivo de detetar oportunidades de negócio para horizontes temporais de curto prazo;
  - *Carteira Própria*: títulos adquiridos com propósito de investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - *Carteira de Investimento*: com o propósito de constituir uma reserva de valor e de liquidez, inclui os restantes títulos da carteira própria da CGD, e coberturas associadas, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - *Atividade de Gestão de Tesouraria*: *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado;
  - *Sucursais*: França; e,
  - *Filiais*: Caixa Banco de Investimento, BCG Brasil, BCI e BNU.
- (ii) Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, geridos pelas salas de mercado, registados nas demonstrações financeiras individuais da CGD e nas seguintes unidades do grupo:
  - Caixa - Banco de Investimento;
  - BCI; e,
  - BNU.
- (iii) Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade; e,
- (iv) Testes de esforço (*Stress-Tests*).

### Análise de VaR (Value at Risk) – Risco de Mercado

O VaR (*Value at Risk*) corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- *Período de Detenção*: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- *Nível de Confiança*: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);

- *Período de Amostra de Preços*: últimas 500 observações; e,
- *Decay Factor*=1, i.e., as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada, i.e., as correlações são empíricas.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma:

#### Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	199	555	158	205
Cambial	38	495	2	38
Preço	-	30	-	-
Volatilidade	2	12	1	7
Efeito diversificação	(12)			(52)
	226	1.092	161	197

#### Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	2.911	2.911	1.738	2.367
Cambial	4.211	4.804	2.810	3.928
Efeito diversificação	(2.391)			(1.596)
	4.731	7.715	4.548	4.698

#### Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	617	617	288	290
Cambial	4	139	-	111
Preço	256	1.290	-	1.272
Efeito diversificação	(379)			(427)
	498	2.046	288	1.246

### Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	16.863	71.091	14.837	71.430
Volatilidade	-	3	-	3
Efeito diversificação	-			(9)
	16.863	71.094	14.837	71.424

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR (*Value at Risk*) total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

#### Risco cambial

##### Análise de VaR (*Value at Risk*) – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a CGD calcula e monitoriza valores e limites em termos de *Value at Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda para cada unidade do Grupo relevante numa base diária, consolidando valores com periodicidade mensal.

Com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, para o perímetro de Gestão do Grupo CGD, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

#### **VaR Cambial 99% 10d**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
Rand da África do Sul	12	126	-	32
Pataca de Macau	1	422	-	3
Dólar dos Estados Unidos	594	2.124	14	109
Real do Brasil	2	3	2	3
Libra esterlina	27	317	3	99
Outras Moedas	553	-	-	799
Efeito diversificação	(621)	-	-	(453)
	568	2.993	18	592

## 39. Eventos subsequentes

### *Alienação da Participação na Esegur, S.A.*

No dia 28 de julho de 2022 efetivou-se a alienação da participação da Caixa na Esegur ao grupo espanhol Trablisa. O valor de balanço já refletia o valor estimado para a venda pelo que não foi reconhecido nenhum impacto adicional nas contas do grupo em resultado desta operação.

### *Banco Interatlântico*

No dia 3 de agosto de 2022, foram adquiridas 11.687 ações, representativas de 11,69% do Banco Interatlântico, por parte da CGD, passando de uma participação de 70% para 81,687% do Capital social do banco.

### *Nostrum Mortgages N.º 2*

Na sequência da deliberação da CGD, em 22 de agosto, foi exercida a opção de reembolso antecipado da transação Nostrum 2010 e efetuada a recompra dos créditos que constituem o *portfolio* à TAGUS (sociedade de titularização), originando a liquidação da estrutura.

### *Acordo para a venda de participações detidas em fundos de reestruturação e outros ativos (Projeto Crow)*

A CGD e os restantes participantes lançaram em 2021, através da sociedade gestora ECS Capital, um processo de venda organizado e competitivo de 100% das ações do fundo FLIT - PTREL SICAV ("FLIT"), 100% das Unidades de Participação do Fundo de Recuperação Turismo, FCR ("FRT") e ainda de alguns ativos hoteleiros do Fundo de Recuperação, FCR ("Projeto Crow").

Em consequência, no passado dia 12 de agosto foram assinados os acordos de compra e venda com a Corvus Acquisitions DAC.

A implementação do Projeto Crow envolve uma reorganização de ativos a ser levada a cabo antes do *closing*, que incluirá:

- (a) Alguns ativos atualmente detidos indiretamente pelo FLIT e pelo FRT terão de ser retirados do perímetro da transação antes do *closing* ("*Carve-Out*"); e,
- (b) Alguns ativos hoteleiros atualmente detidos indiretamente pelo Fundo Recuperação, FCR a serem adquiridos indiretamente pelo FLIT antes do *closing* da transação (o "*Carve-In*").

O perímetro de transação do Projecto Crow irá, portanto, envolver:

- (i) As unidades de participação do FRT juntamente com os ativos detidos direta e indiretamente por si, com exceção dos que fazem parte do *Carve-Out*;
- (ii) As ações dos FLIT juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos por si, com exceção dos que fazem parte do *Carve-Out*; e,
- (iii) Cada um dos ativos do *Carve-In* que serão previamente transferidos para uma filial da FLIT.

O *closing* da transação do Projeto Crow, previsto para o final do ano, está também sujeito a determinadas condições precedentes, incluindo condições regulamentares e outras, subsistindo assim efeitos potenciais associados à operação que não são passíveis de quantificar com total fiabilidade nesta data.

## 2.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas

(Montantes em milhares de Euros – milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Nota introdutória.....	186
2. Políticas contabilísticas.....	187
3. Empresas do grupo e transações ocorridas no exercício.....	207
4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....	209
5. Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	210
6. Aplicações em instituições de crédito.....	211
7. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.....	212
8. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	214
9. Ativos financeiros com acordo de recompra.....	215
10. Derivados.....	216
11. Contabilidade de cobertura.....	218
12. Investimentos ao custo amortizado.....	219
13. Crédito a clientes.....	220
14. Ativos e passivos não correntes detidos para venda.....	222
15. Propriedades de investimento.....	228
16. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos.....	231
17. Imposto sobre o rendimento.....	232
18. Outros ativos.....	238
19. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais.....	240
20. Recursos de clientes e outros empréstimos.....	242
21. Responsabilidades representadas por títulos.....	243
22. Provisões e passivos contingentes.....	247
23. Outros passivos subordinados.....	255
24. Outros passivos.....	256
25. Capital e outros instrumentos.....	257
26. Reservas, resultados transitados e resultado atribuível ao acionista da CGD.....	258
27. Interesses que não controlam.....	261
28. Juros e rendimentos e juros e encargos similares.....	262
29. Rendimentos de instrumentos de capital.....	263
30. Rendimentos e encargos com serviços e comissões.....	264
31. Resultados em operações financeiras.....	265
32. Outros resultados de exploração.....	266
33. Custos com pessoal e número médio de empregados.....	268
34. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados.....	269
35. Outros gastos administrativos.....	273
36. Imparidade em ativos.....	274
37. Relato por segmentos.....	276
38. Entidades relacionadas.....	280
39. Contratos de locação.....	281
40. Divulgações relativas a instrumentos financeiros.....	282
41. Eventos subsequentes.....	322



## 1. Nota introdutória

A Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), fundada em 1876, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. A transformação em sociedade anónima ocorreu em 1 de setembro de 1993, através do Decreto-Lei n.º 287/93, de 20 de agosto, que aprovou igualmente os respetivos estatutos. Em 23 de julho de 2001, a CGD incorporou por fusão o Banco Nacional Ultramarino, S.A. (BNU).

Para a realização das suas operações a CGD contava, em 30 de junho de 2022, com uma rede nacional de 552 agências (das quais 509 presenciais e espaços Caixa, 3 móveis, 13 automáticas e 27 gabinetes de empresas e extensões), uma sucursal em França com 17 agências e uma sucursal em Timor com 14 agências.

Todos os montantes apresentados foram arredondados ao milhar mais próximo.

A CGD participa ainda, direta e indiretamente, no capital de um conjunto significativo de empresas nacionais e estrangeiras, nomeadamente em Espanha, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Brasil e Macau, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa Geral de Depósitos (Grupo) e posicionam-se em diversos setores, como sejam banca comercial, banca de investimento, corretagem, capital de risco, área imobiliária, gestão de ativos, crédito especializado e atividades culturais. A CGD detém também participações não maioritárias em empresas de setores não financeiros da economia Portuguesa.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas em 30 de junho de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de setembro de 2022.

### *Plano Estratégico*

Durante o exercício de 2021 o Grupo, sob o mote Construir o Futuro, promoveu iniciativas estratégicas necessárias ao reforço da sustentabilidade da CGD, realizando os trabalhos conducentes à preparação das bases do Plano Estratégico para o período 2021-2024, implementado por um novo Conselho de Administração, cuja nomeação ocorreu formalmente em dezembro de 2021. Com a nomeação do novo Conselho da Caixa, o Plano Estratégico foi submetido à sua apreciação, tendo sido aprovado já no início de 2022.

O Plano Estratégico para o referido período, permite à CGD iniciar um novo ciclo, focado em assegurar que o Grupo presta serviços de banca universal, por processos digitais “end-to-end” e com um serviço e tempo dedicado ao cliente. Pretende-se que, através da capacitação e reforço de competências dos seus empregados, a CGD consiga que a inovação seja um fator diferenciador no mercado, a par de um propósito geneticamente ligado à economia “verde e sustentável”, assegurando, no final, a adequada remuneração dos investidores, Estado e privados.

## 2. Políticas contabilísticas

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, em 30 de junho de 2022, foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e das disposições do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro.

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas são apresentadas em conformidade com os requisitos definidos pelo IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar” e não incluem a totalidade da informação requerida no âmbito da preparação das demonstrações financeiras anuais.

Conforme referido na Nota 14, o Grupo reverteu a reclassificação dos ativos e passivos do Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), em novembro de 2021, das rubricas da classe de “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, até então classificadas ao abrigo da IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”. Pelo facto de, ao abrigo deste normativo, os resultados gerados por esta participação terem sido apresentados numa única linha da Demonstração de Resultados (“Resultados em filiais detidas para venda”) em 30 de junho de 2021, o período comparativo foi reexpresso em conformidade. Na referida nota é apresentado, por agregado, o efeito da reclassificação.

As políticas contabilísticas descritas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as exceções identificadas.

### 2.2 Alterações de políticas contabilísticas

#### 2.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Não ocorreram durante o primeiro semestre de 2022 modificações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos. Não ocorreram também alterações de julgamentos ou estimativas relativas a exercícios anteriores, nem se verificaram correções de erros materiais.

#### 2.2.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

A CGD adotou, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2022, as seguintes normas, interpretações, emendas ou alterações, emitidas pelo IASB e endossadas pela União Europeia, com relevância para a sua atividade:

- IFRS 16 (alterações) - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 - As alterações realizadas ao texto da norma clarificam que um locatário pode optar por não avaliar se uma concessão de renda relacionada com a COVID-19 é uma modificação de locação. Caso optem pela aplicação deste expediente contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas resultantes de uma concessão relacionada com a COVID-19 da mesma forma que contabilizam uma alteração que não seja uma modificação da locação, de acordo com a IFRS 16, para pagamentos originalmente devidos até 30 de junho de 2022.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de abril de 2021.

- IFRS 3 (Alterações) – “Concentrações de atividades empresariais” – As alterações ao texto da norma compreendem:

- (iv) Correção da menção efetuada à estrutura conceptual aplicável, a qual ainda referenciava a versão emitida em 1989, em detrimento da mais recente (emitida em 2018);
- (v) Introdução de uma clarificação relativamente ao tratamento de passivos adquiridos em resultado de uma concentração de atividades empresariais, a qual deve ser efetuada à luz da IAS 37 e IFRIC 21, quando estes são enquadráveis no seu âmbito de aplicação;
- (vi) Explicitação no texto da norma que um adquirente não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em resultado de uma concentração de atividades empresariais.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospetiva.

- IAS 16 (Alterações) – “Ativos fixos tangíveis” – As alterações ao texto da norma clarificam que não podem ser deduzidos ao custo de aquisição quaisquer proveitos obtidos com a utilização do ativo até à sua instalação definitiva no local em que irá operar de acordo com as condições definidas pela gestão para o seu uso pretendido.

A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção diretamente em resultados.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022. A aplicação retrospectiva é obrigatória apenas para os ativos elegíveis que tenham sido instalados na localização pretendida após a data do primeiro período comparativo apresentado.

- IAS 37 (Alterações) – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes” – As alterações ao texto da norma especificam o enquadramento dos custos elegíveis para a classificação de um contrato como oneroso. Devem ser considerados para este efeito todos os custos que possam ser diretamente afetados ao cumprimento das obrigações contratuais, podendo estes assumir natureza incremental (como por exemplo bens, equipamentos ou honorários) ou mediante outros tipos de alocação desde que claramente identificáveis (como por exemplo custos de amortização de equipamento utilizado no cumprimento das referidas obrigações).

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022, produzindo efeitos de forma prospetiva. No exercício da primeira aplicação da alteração encontram-se abrangidos todos os contratos cujas obrigações não se encontrem integralmente cumpridas à data do início do primeiro período comparativo apresentado, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

- *Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020* – O projeto de introdução de melhorias anuais consideradas não urgentes mas necessárias pelo IASB relativas ao período 2018-2020 foi publicado em 14 de maio de 2020 e introduz alterações no texto das seguintes normas: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Destacamos os seguintes pontos com potencial relevância para a atividade da CGD:

- (iii) IFRS 9 – A alteração clarifica os critérios de elegibilidade das comissões a considerar pela entidade no âmbito da realização do teste de desreconhecimento de passivos conforme parágrafo B3.3.6 da norma (teste dos 10%). Devem apenas ser reconhecidas comissões pagas ou recebidas entre a instituição (o emitente do passivo financeiro) e o investidor (ou investidores), incluindo aqueles pagos ou recebidos em nome ou representação da outra parte.
- (iv) IFRS 16 – A alteração introduzida retira do texto do Exemplo Ilustrativo n.º 13 (texto que acompanha a norma IFRS 16) o exemplo relativo a reembolsos de encargos suportados pelo locador com beneficiações realizadas ao ativo locado, dado o entendimento de que a sua redação não potenciava uma correta e clara interpretação do tratamento de incentivos em contratos de locação.

Estas alterações são de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.

Da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não resultaram impactos patrimoniais na preparação das demonstrações financeiras do Grupo do primeiro semestre de 2022.

### 2.2.3 Novas normas e interpretações aplicáveis a exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões já endossadas pela União Europeia são de aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

- IAS 1 (Alterações) e IFRS *Practice Statement 2* – As alterações introduzidas ao texto da norma e do *Practice Statement* visam clarificar os requisitos que devem ser considerados na avaliação das políticas contabilísticas que devem ser objeto de divulgação, substituindo a expressão “políticas contabilísticas significativas” por “políticas contabilísticas materiais”, sendo igualmente introduzidos exemplos ilustrativos que pretendem demonstrar a aplicação do conceito de materialidade.

As alterações são de adoção obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicados prospectivamente.

- IAS 8 (Alterações) – As alterações ao texto da norma introduzem distinções relativamente à apresentação e divulgação de diferentes naturezas de modificações das demonstrações financeiras, sendo introduzidos esclarecimentos quanto ao tratamento das estimativas contabilísticas, nomeadamente:

- Mensuração em conceito de incerteza;
- Diferença entre modificação de estimativas contabilísticas e correções de erros;
- Contabilização dos efeitos de modificações de estimativas contabilísticas.

As alterações são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023.

Não estimamos que da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas resultem quaisquer impactos patrimoniais na preparação das demonstrações financeiras do Grupo.

### 2.3 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas incluem as contas da CGD e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

De acordo com os requisitos da IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas”, o Grupo considera que exerce controlo quando se encontre exposto ou detenha direitos sobre os retornos variáveis gerados por uma determinada entidade (designada como “filial”) e possa, através da aplicação do poder que retém e da capacidade de orientar as suas atividades relevantes, apoderar-se dos mesmos (poder de facto).

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo CGD foi efetuada pelo método da integração global. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” do capital próprio. No caso específico de fundos de investimento incluídos no perímetro de consolidação, sempre que os detentores dos interesses que não controlam tenham opções de resgate do investimento pelo valor patrimonial, este é registado na rubrica “Outros passivos” (Nota 24), sendo as correspondentes variações reconhecidas na rubrica respetiva de resultados.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CGD e das entidades filiais, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

### 2.4 Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Os custos incorridos no âmbito da aquisição que sejam diretamente atribuíveis à operação são reconhecidos como encargos do exercício na data da compra. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de compra, entre o custo de aquisição da filial e o justo valor atribuível aos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos. O *goodwill* é registado como um ativo e não é sujeito a amortização.

Caso se verifique que o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos no âmbito da transação excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na demonstração de resultados do período.

A aquisição de interesses que não controlam ocorrida após a obtenção de controlo sobre a filial é registada como uma transação com acionistas, não originando o registo de qualquer *goodwill* adicional. A diferença entre o valor atribuído aos interesses que não controlam na data da transação e o respetivo custo de aquisição é reconhecida diretamente por contrapartida de reservas. Analogamente, os impactos decorrentes da alienação de interesses que não controlam que não impliquem a perda de controlo sobre a filial são igualmente registados em reservas. Os ganhos ou perdas resultantes da alienação de interesses que não controlam que determinem alterações no controlo sobre a filial são reconhecidos pelo Grupo por contrapartida de resultados na data da transação.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do período e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme previsto nas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

### Contabilização de opções atribuídas a interesses que não controlam (“written put options”)

As responsabilidades decorrentes de contratos de opções sobre interesses que não controlam (“written put options”) são reconhecidas pelo Grupo no momento inicial por contrapartida de “Outras reservas”. As variações subsequentes do justo valor da opção de venda, mensurado com base nas condições contratadas, são igualmente registadas por contrapartida de “Outras reservas”, com exceção dos custos de financiamento inerentes ao registo da responsabilidade, os quais são reconhecidos em resultados nas rubricas de “juros e encargos similares”.

#### 2.5 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades associadas aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo seja superior, direta ou indiretamente, a 20% do capital ou dos direitos de voto, a não ser que possa ser claramente demonstrado que tal não é o caso. Paralelamente, assume-se a não existência de influência significativa sempre que a referida participação seja inferior a 20%, a não ser que também neste caso o contrário possa ser claramente evidenciado.

De acordo com os requisitos da IAS 28 – “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos”, a observância de influência significativa pelo Grupo pode ser usualmente evidenciada por uma das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de gestão equivalente;
- Participação no processo de definição de políticas, incluindo decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Ocorrência de transações materiais entre a associada e o Grupo;
- Existência de intercâmbio de elementos de gestão; e,
- Fornecimento de informação técnica de carácter essencial.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce controlo juntamente com outras entidades sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), usualmente estruturada mediante partilha de direitos de voto e direitos de decisão equiparáveis.

Os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas. A aplicação do método da equivalência patrimonial é efetuada até que as perdas acumuladas incorridas pela associada ou empreendimento conjunto e reconhecidas pelo Grupo exceda o respetivo valor de balanço da participação, momento a partir do qual este é descontinuado, exceto se existir uma obrigação legal ou construtiva que determine o reconhecimento dessas perdas mediante a constituição de uma provisão para o efeito.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das sociedades utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

#### 2.6 Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como instrumentos de

capital relativamente aos quais tenha sido exercida a opção de classificação ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, que são registadas diretamente em “Outras reservas”.

Nas contas consolidadas, os ativos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica “Outras reservas” do capital próprio, sendo o respetivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respetivas filiais.

Tal como permitido pela Norma IFRS 1 – “Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, o Grupo optou por não recalculer e, por consequência, não registar nas “Outras reservas” o impacto da conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira até 31 de dezembro de 2003. Deste modo, na alienação ou encerramento de filiais ocorridos posteriormente a esta data apenas serão reclassificadas para resultados do exercício as variações cambiais originadas a partir de 1 de janeiro de 2004.

## 2.7 Instrumentos financeiros

### A. Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio do Grupo e das características dos *cash flows* contratuais do instrumento financeiro, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados.

A CGD classifica e mensura um ativo financeiro pelo custo amortizado quando este seja incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento de todos os *cash flows* contratuais e estes possam ser considerados como pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida. Por outro lado, o Grupo classifica e mensura um ativo financeiro pelo justo valor através de outro rendimento integral (“FVTOCI” – *Fair Value Through Other Comprehensive Income*) quando este seja incluído num *portfolio* gerido com base num modelo de negócio cujo objetivo é alcançado tanto através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais que constituam pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida como através da venda. Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo justo valor através de resultados (“FVTPL” – *Fair Value Through Profit or Loss*) quando não seja classificado e mensurado pelo custo amortizado nem pelo FVTOCI. No entanto, no momento do reconhecimento inicial o Grupo pode optar, de forma irrevogável, por classificar e mensurar pelo FVTOCI um investimento num instrumento de capital (que não seja detido para negociação nem constitua uma retribuição contingente reconhecida pelo adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”), que de outra forma seria classificado e mensurado pelo FVTPL.

Para determinar qual o modelo de negócio usado na gestão de um ativo financeiro, o Grupo define como espera vir a obter *cash flows* desse ativo financeiro. O modelo de negócio é determinado a um nível que reflita como um grupo de ativos financeiros é gerido no seu conjunto para alcançar o objetivo específico desse modelo de negócio, não dependendo dos planos para qualquer ativo financeiro em particular. Como a alocação a um modelo de negócio constitui um facto e não uma asserção, o Grupo considera todas as informações relevantes que permitam concluir sobre qual o modelo de negócio considerado para a gestão dos seus ativos financeiros. Neste contexto, o Grupo avalia:

- A forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio são avaliados e comunicados à gestão;
- Quais os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos; e,
- O modo como os gestores são retribuídos (por exemplo, se a retribuição se baseia no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos).

Conforme referido acima, na determinação da classificação e mensuração de ativos financeiros abrangidos pelo âmbito da IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” consideram-se dois critérios:

- O modelo de negócio da entidade para gestão do ativo financeiro; e,
- As características dos *cash flows* contratuais do ativo financeiro: apenas pagamentos de capital e juros (SPPI – *Solely Payments of Principal and Interest*).

O diagrama ilustra o processo de classificação de ativos financeiros de acordo com o IFRS 9, dividido em quatro etapas principais:

- Os cash-flows considerados são exclusivamente capital e juros (SPPI)?**
  - Sim:** Avança para a etapa 2.
  - Não:** Resulta na classificação **FVTPL**.
- Qual o modelo de negócio?**
  - Detenção para receber os cash-flows contratuais:** Avança para a etapa 3.
  - Detenção para receber os cash-flows contratuais e vender:** Avança para a etapa 3.
  - Todas as outras estratégias:** Resulta na classificação **FVTPL**.
- Qual é a categoria de mensuração aplicável?**
  - Custo amortizado:** Resulta na classificação **FVTPL**.
  - FVTOCI:** Resulta na classificação **FVTOCI**.
  - FVTPL:** Resulta na classificação **FVTPL**.
- Opções alternativas**
  - Para **FVTPL** (No caso de accounting mismatch): Permite a opção de classificar como **FVTPL**.
  - Para **FVTOCI** para instrumentos de capital (dividendos em P&L): Permite a opção de classificar como **FVTOCI**.

Um ativo financeiro é desconhecido quando, e apenas quando, expira o direito contratual ao recebimento dos *cash flows* ou o ativo financeiro é transferido e a transferência é qualificável para desconhecimento. Considera-se que um ativo financeiro é transferido se, e apenas se, forem transferidos os direitos contratuais ao recebimento fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou se forem mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa mas o Grupo assumir uma obrigação contratual de entregar esses fluxos de caixa a um ou mais beneficiários. Quando sejam mantidos os direitos contratuais ao recebimento dos fluxos de caixa, o Grupo trata a operação como uma transferência apenas se todas as seguintes condições forem cumpridas:

- (i) O Grupo não tem a obrigação de pagar valores ao beneficiário exceto aqueles que sejam recebidos do ativo original;
- (ii) O Grupo encontra-se impedido pelos termos do acordo de transferência de vender o ativo original; e,
- (iii) O Grupo tem a obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos sem atrasos materiais e não é permitido reinvestir esses fluxos de caixa até ao seu pagamento.

Num cenário em que a modificação dos fluxos contratuais resulta no desreconhecimento do ativo financeiro observam-se as seguintes implicações:

- 192

- Para um ativo financeiro originalmente classificado no *stage 3* para efeitos do modelo de imparidade cuja modificação contratual conduz ao respetivo desreconhecimento, o novo ativo financeiro a reconhecer manter-se-á classificado no *stage 3*, podendo, em função dos *triggers* definidos pela CGD para efeitos da definição de incumprimento, passar posteriormente para o *stage 2*.

#### Reclassificação de ativos financeiros

Se o Grupo alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, o que se espera que ocorra de forma pouco frequente e excecional, são reclassificados todos os ativos financeiros afetados, em conformidade com os requisitos definidos na IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”. A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data em que se torne efetiva. De acordo com a IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, não são permitidas reclassificações de instrumentos de capital para os quais tenha sido incluída a opção de valorização ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ou para ativos e passivos financeiros classificados ao justo valor no âmbito da *fair value option*.

#### Justo valor

Conforme referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da CGD independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
  - (i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a *Bloomberg* e a *Reuters*, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
  - (ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como “*market-makers*”; e,
  - (iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os fundos de investimento não transacionados em mercados ativos são valorizados com base no último NAV (*Net Asset Value*) disponível. Sempre que considerado adequado, o valor do NAV pode sofrer ajustamentos em função da avaliação crítica efetuada pelo Grupo aos critérios de mensuração aplicados aos ativos sob gestão dos referidos fundos de investimento.

#### Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo justo valor acrescido ou deduzido de proveitos ou custos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa efetiva.

No caso de ativos financeiros em imparidade (*stage 3*), o reconhecimento dos juros é realizado com base na taxa utilizada para desconto dos *cash flows* futuros inerentes à determinação da perda por imparidade.

### **B. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

#### Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transacionados em mercados ativos a descoberto (*short selling*).



Estes passivos encontram-se registados pelo respetivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

– Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

### **C. Derivados e contabilidade de cobertura**

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados não transacionados em mercados organizados é apurado através de modelos que incorporam técnicas de valorização baseadas em fluxos de caixa descontados, refletindo também o efeito do risco de crédito das contrapartes e do risco de crédito próprio (*Credit Value Adjustment and Debt Value Adjustment – CVA/DVA*).

#### Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros contabilizados no passivo são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base; e,
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em depósitos e instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio ou outros). No momento da separação, o derivado é reconhecido pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é apurado qualquer resultado no registo inicial da operação.

#### Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de micro-coberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz; e,
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do período, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas do balanço de “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respetivamente.

#### Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo apenas utiliza cobertura de exposição a variações de justo valor de instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura; e,
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do período. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, *swaps* de taxa de juro), a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são refletidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nesta situação, os ajustamentos efetuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser aplicada passam a ser refletidos em resultados pelo método da taxa efetiva até à maturidade do correspondente ativo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

– Avaliação da eficácia da relação de cobertura efetuada com *swaps* de taxa de juro

A eficácia da relação de cobertura é avaliada qualitativamente através do método de comparação dos termos críticos do elemento coberto e do instrumento de cobertura. É esperado que a relação de cobertura seja altamente eficaz dado que os principais termos do instrumento de cobertura e do elemento coberto são exatamente iguais (tais como o montante nominal, calendário de amortização, indexante de taxa de juro, datas de início e de maturidade) e a única fonte de ineficácia identificada corresponde à diferente base de cálculo de juros entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura, a qual não deverá pôr em causa a eficácia da relação de cobertura conforme abaixo explicado.

Esta forma de avaliação da eficácia da cobertura é consistente com a abordagem utilizada pela gestão na monitorização desta cobertura – garante-se que a cobertura é perfeita (*back-to-back*) e assegura-se apenas em cada momento que o nominal de derivados contratados iguala o valor nominal das obrigações detidas.

Não obstante considerar-se que o método de comparação dos termos críticos é suficiente para concluir quanto à eficácia da relação de cobertura (apesar da fonte de ineficácia que foi identificada), procedeu-se no momento da designação inicial a uma análise quantitativa de forma a reforçar a conclusão anteriormente efetuada quanto à existência de uma relação económica.

Neste contexto, foi efetuada uma análise de sensibilidade às variações do justo valor do elemento coberto e do instrumento de cobertura face a variações na taxa de juro. Para tal, foi utilizado a métrica DV01, uma das métricas de risco utilizadas pela CGD para gestão de risco de taxa de juro.

– Avaliação da eficácia da relação de cobertura efetuada com futuros de taxa de juro sobre obrigações soberanas alemãs

A eficácia da relação de cobertura é avaliada quantitativamente, uma vez que os termos do elemento coberto e dos instrumentos de cobertura não são diretamente comparáveis. Por outro lado, uma vez que os futuros são produtos standardizados, os mesmos não podem ser ajustados às características do elemento coberto, pelo que uma avaliação qualitativa através da comparação dos termos críticos não é adequada.

Desta forma, e com o intuito de medir a eficácia prospetiva da relação de cobertura, considerou-se uma abordagem que pressupõe a utilização de um método quantitativo. O método utilizado consiste na análise da sensibilidade às variações do justo valor do elemento coberto e do instrumento de cobertura face a variações

na taxa de juro de mercado. Para o efeito, foi considerada a métrica DV01, uma das métricas de risco privilegiadas pela CGD para gestão de risco.

– Fontes de ineficácia da relação de cobertura efetuada com swaps de taxa de juro

Conforme anteriormente referido, e atendendo às características do elemento coberto e dos instrumentos de cobertura, observa-se que a única fonte de ineficácia nesta relação de cobertura corresponde à diferente base de cálculo de juros entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura. Entendemos que não é expectável que o diferencial de *cash flows* originado por esta situação ponha em causa a eficácia da relação de cobertura na sua globalidade, sendo o montante relativo a esta ineficácia reconhecido em resultados pelas revalorizações do elemento coberto e dos instrumentos de cobertura.

– Fontes de ineficácia da relação de cobertura efetuada com futuros de taxa de juro sobre obrigações soberanas alemãs

Na relação de cobertura acima exposta, existem fontes de ineficácia que levam a que a cobertura não se traduza numa variação de justo valor nula:

- Quantidade de nominal não é rigorosamente equivalente entre o elemento coberto e instrumento de cobertura;
- Alteração da obrigação *cheapest to deliver*;
- Aquisições do instrumento designado como elemento coberto que venha a ser designado na mesma relação de cobertura e alienações do elemento coberto;
- Venda ou aquisição de novos instrumentos de cobertura; e,
- Risco de crédito.

Visto que os futuros se transacionam em contratos de 100 mEuros, por vezes as quantidades necessárias para cobrir a totalidade da variação do risco de taxa de juro poderão estar ligeiramente desbalanceadas.

Caso a obrigação *cheapest to deliver* altere, poderá mudar a quantidade de futuros necessários para cobrir o elemento coberto, visto que a sua sensibilidade à taxa de juro poderá alterar ligeiramente.

A alienação ou aquisição de quantidades do elemento coberto poderá originar ineficiências em momentos específicos da relação de cobertura, justificada pelas variações diárias das valorizações das compras ou inversamente das vendas, até ao momento que seja feito o rebalanceamento da estrutura.

– Frequência de avaliação do cumprimento dos requisitos de eficácia da relação de cobertura

A CGD avalia, no início da relação de cobertura e de forma contínua, se a relação de cobertura satisfaz os requisitos de eficácia da cobertura. No mínimo, a CGD efetua a avaliação contínua em cada período de reporte ou quando ocorra uma alteração significativa nas circunstâncias que afete os requisitos de eficácia da cobertura, consoante o que ocorrer em primeiro lugar.

– Rebalanceamento da relação de cobertura

Quando a relação de cobertura deixa de satisfazer o requisito de eficácia da cobertura relativo ao rácio de cobertura, mas o objetivo da gestão do risco para esta relação não se altera, a CGD deverá ajustar o respetivo rácio. Este rebalanceamento refere-se aos ajustamentos efetuados às quantidades designadas do elemento coberto ou do instrumento de cobertura nesta relação com o intuito de manter um rácio de cobertura de acordo com o objetivo de gestão de risco definido.

Neste contexto, num cenário em que:

- (iii) Ocorra a aquisição de novos títulos e em que não seja designada uma nova relação de cobertura para estes títulos adquiridos, mas antes seja utilizada a designação destes novos títulos nesta relação de cobertura; ou,
- (iv) Ocorra a alienação parcial dos títulos designados como elemento coberto nesta relação de cobertura, e a CGD proceda ao rebalanceamento da relação de cobertura de forma que o rácio de cobertura se mantenha em conformidade com o objetivo de gestão de risco definido.

A relação de cobertura deve ser descontinuada em todos os seus elementos quando, considerada no seu todo, deixar de cumprir os critérios de qualificação, nomeadamente quando:

- (i) A relação de cobertura deixe de cumprir o objetivo de gestão do risco com base no qual foi qualificado para efeitos de contabilidade de cobertura;

- (ii) O instrumento de cobertura for vendido ou cancelado; e,
- (iii) Já não exista uma relação económica entre o elemento coberto e o instrumento de cobertura ou o efeito do risco de crédito comece a dominar as alterações de valor que resultem dessa relação económica.

#### D. Imparidade de ativos financeiros

O modelo de imparidade da norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” é aplicável aos seguintes ativos financeiros:

- Todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (incluindo contratos de locação - IFRS 16 – “Locações”);
- Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por contrapartida de Outro Rendimento Integral (FVTOCI);
- Direitos e obrigações conforme referenciados pela IFRS 15 – “Réditos de contratos com clientes”, nos casos em que esta norma remeta a contabilização para a IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”;
- Ativos que traduzam o direito ao reembolso de pagamentos efetuados pela entidade na liquidação de passivos reconhecidos no âmbito da IAS 37 – “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”; e,
- Compromissos de crédito concedidos (exceto os mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados).

Estes ativos financeiros são divididos em 3 grupos de risco:

Stage 1 - Ativos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial;

Stage 2 - Ativos com degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial; e,

Stage 3 - Ativos em imparidade (ativos em *default*).

Dependendo da classificação do *stage* da operação, as perdas de crédito são estimadas de acordo com os seguintes critérios:

- *Perdas esperadas a 12 meses*: perda esperada resultante de um evento de perda que ocorre nos 12 meses após a data de cálculo, sendo aplicada para operações em *stage 1*; e,
- *Perdas esperadas lifetime*: perda esperada obtida através da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a entidade espera vir a receber até à maturidade do contrato. Ou seja, a perda esperada resulta de todos os potenciais eventos de perda até à maturidade, sendo aplicada para operações em *stage 2* e 3.

A norma IFRS 9 - “Instrumentos financeiros” não define um conceito de *default*, no entanto, o Grupo CGD aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no “*Final Report on Guidelines on default definition* (EBA-GL-2016-07)” emitido em 28 de setembro de 2016.

A classificação em *stage 2* baseia-se na observação de um aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk*, SICR) desde o reconhecimento inicial.

A métrica quantitativa para determinar quando um ativo é transferido para *stage 2* resulta da comparação da degradação da probabilidade de *default lifetime forward-looking* desde o reconhecimento inicial até à data de reporte.

Adicionalmente, foram considerados critérios qualitativos para transferência de um ativo financeiro para *stage 2*, nomeadamente créditos com atraso superior a 30 dias (*backstop*), créditos reestruturados por dificuldades financeiras e critérios objetivos de risco de crédito capturados no processo de monitorização dos clientes.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e atuais, mas deve igualmente incorporar cenários de projeções futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo (*forward-looking*).

O valor da perda de crédito esperada a reconhecer considera assim uma componente *forward-looking* incorporada através da ponderação de três cenários macroeconómicos distintos (cenário central, cenário pessimista e cenário otimista). A definição dos cenários a considerar assenta numa abordagem metodológica de projeção de variáveis macroeconómicas e as probabilidades de ocorrência de cada um dos cenários são definidas a nível interno.

A avaliação da evidência de imparidade é efetuada para exposições individualmente significativas e individual ou coletivamente para exposições que não sejam individualmente significativas. Caso se determine que não existe evidência objetiva de imparidade para uma determinada exposição, quer seja significativa ou não, a mesma é avaliada coletivamente.

## 2.8 Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda e não de uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessária a verificação dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual; e,
- Exista a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações”.

São igualmente classificados nesta rubrica os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, os quais são registados pelo menor entre:

- (i) O valor de arrematação; ou,
- (ii) O valor de balanço, líquido de imparidade, dos créditos objeto de recuperação que lhe estejam diretamente associados.

O Grupo analisa periodicamente o valor recuperável dos imóveis recebidos por recuperação de créditos ou outros imóveis reclassificados como ativos não correntes detidos para venda através de um modelo de imparidade desenvolvido para o efeito.

### Modelo de imparidade

O modelo de imparidade dos imóveis não correntes detidos para venda é repartido entre imóveis analisados em base individual e em base coletiva.

O apuramento de imparidade dos ativos imobiliários é determinado de forma individual para todos os imóveis de valor contabilístico (antes de imparidade) igual ou superior a 3.000 mEuros e para imóveis de valor contabilístico inferior mas com características específicas que justificam a sua análise individual.

A imparidade individual é determinada com base numa análise individual que valoriza cada imóvel de acordo com a estratégia comercial de desinvestimento prosseguida para esse imóvel, incorporando toda a informação disponível sobre a procura, a oferta e riscos específicos, nomeadamente a nível de licenciamentos, necessidades de investimento, situações de ocupação, contratos de arrendamento ou outros suscetíveis de influenciar o valor desse imóvel.

Para os restantes ativos imobiliários, a imparidade é determinada com base num modelo coletivo, nomeadamente:

- O modelo coletivo de apuramento de imparidade dos ativos imobiliários assenta na determinação do valor recuperável de cada imóvel, correspondendo este ao valor de aquisição ao qual é aplicado um fator de ajustamento e descontado por um tempo médio estimado para a venda, ambos os parâmetros apurados em função do tipo de imóvel e tempo em carteira. O valor de imparidade é obtido através da diferença entre o valor de aquisição e o valor recuperável.
- Este modelo de imparidade coletiva aplica-se a todos os imóveis não abrangidos por análise individual, com exceção dos imóveis com contrato promessa de compra e venda (CPCV) ou em processo de venda imediata (VIME), para os quais o valor recuperável corresponde ao valor negociado para a sua alienação.

São considerados válidos para efeito da presente valorização os CPCV e os VIME cuja data para concretização ainda não tenha excedido os 30 dias. Caso seja excedido este prazo, a imparidade é calculada com base nos parâmetros do modelo coletivo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada sempre que ocorre a venda ou quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Uma perda por imparidade de um ativo reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao abate do ativo, sendo o respetivo resultado determinado nessa data pelo diferencial entre o valor de realização e o respetivo valor de balanço ajustado de imparidade.

## 2.9 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados nas rubricas de "Outros resultados de exploração".

## 2.10 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis e deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso não incorporados no ativo, são reconhecidos como custo do período, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

Até 1 de janeiro de 2004 tinham sido realizadas pelo Grupo reavaliações de ativos tangíveis ao abrigo das disposições legais aplicáveis. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1 – "Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro", na transição para as IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito das referidas reavaliações, uma vez que o resultado das mesmas, no momento em que foram efetuadas, correspondia genericamente ao custo ou ao custo depreciado determinado de acordo com as normas internacionais de contabilidade, ajustado de forma a refletir as alterações em índices de preços. Em Portugal, uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resulta dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso, conforme seguidamente discriminado:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50 - 100
Equipamento	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5 - 8
Equipamento informático	3 - 8
Instalações interiores	3 - 10
Material de transporte	4 - 6
Equipamento de segurança	4 - 10

Os terrenos não são objeto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo em regime de locação são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

Anualmente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de

uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo em resultados na rubrica “Imparidade de outros ativos, líquida de reversões e recuperações”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

O Grupo avalia anualmente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

## 2.11 Locações

A IFRS 16 – “Locações” – estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de contratos de locação, com o objetivo de garantir informações pertinentes que representem fielmente estas transações.

### Locatário

A norma define um único molde de contabilização de contratos de locação, que emerge no reconhecimento de um ativo sob direito de uso e de um passivo de locação para todos os contratos de locação à exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido, em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que nesse caso deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como despesas. A CGD considera um ativo subjacente de valor reduzido quando o valor desse ativo em novo é inferior a 4.814 Euros (conforme orientação fornecida pelo IASB - valor convertido de dólares para euros à taxa de câmbio de fecho de junho de 2022).

### Locador

As locações são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais. Os ativos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

## 2.12 Ativos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado na prossecução das atividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – “Ativos intangíveis”, os custos internos diretos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis. Estes custos correspondem essencialmente a custos com pessoal.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período compreendido entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no período em que são incorridas.

## 2.13 Impostos sobre lucros

### **Impostos correntes**

A CGD está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC), sendo tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 69.º e seguintes do Código. O perímetro do grupo abrangido pelo referido normativo, do qual a CGD é a entidade dominante, compreende todas as sociedades com sede ou direção efetiva em Portugal e cuja totalidade dos rendimentos esteja sujeita ao regime geral de tributação em IRC à taxa normal mais elevada, nas quais esta detenha, direta ou indiretamente, uma participação de pelo menos 75% no capital social por um período superior a 1 ano e esta participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto. O lucro tributável do grupo é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais individuais das sociedades que integram o perímetro.

As contas das sucursais são integradas nas contas da sede ao abrigo do princípio da tributação do lucro global previsto no artigo 4.º do Código do IRC. Para além da sujeição a IRC em Portugal, os resultados das sucursais podem ainda ser sujeitos a impostos locais nos países ou territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC do grupo, a título de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional, nos termos do artigo 91.º do respetivo Código.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, destacando-se os seguintes:

– Imputação de lucros de filiais não residentes sujeitas a regime fiscal privilegiado

Nos termos do artigo 66.º do Código do IRC, são imputados à CGD, na proporção da sua participação e independentemente de distribuição, os lucros obtidos por entidades não residentes submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável, desde que a CGD detenha, direta ou indiretamente, pelo menos 25% do capital, dos direitos de voto ou dos direitos sobre os rendimentos ou os elementos patrimoniais dessas entidades.

Considera-se que uma entidade está submetida a um regime claramente mais favorável quando:

- (i) O território de residência da mesma constar de Portaria aprovada por membro do Governo responsável pela área das finanças; ou,
- (ii) O imposto sobre os lucros efetivamente pago seja inferior a 50% do imposto que seria devido nos termos do Código do IRC.

A imputação dos lucros em questão é feita no exercício que integrar o termo do período de tributação da entidade não residente e corresponde ao lucro líquido obtido por esta, de acordo com a proporção do capital detido pela CGD. O valor dos rendimentos imputados será dedutível ao lucro tributável do exercício em que os referidos lucros sejam distribuídos à CGD. A CGD não regista impostos diferidos relativos a esta situação.

– Imparidade para crédito

Em 4 de setembro de 2019, foi publicada a Lei n.º 98/2019, que altera o Código do IRC em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras e cria regras aplicáveis às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, ainda não aceites fiscalmente. De acordo com este novo regime, passam a ser integralmente dedutíveis as perdas por imparidade para risco de crédito relativas a exposições analisadas em base individual ou em base coletiva registadas nos períodos de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, reconhecidas nos termos das normas contabilísticas e regulamentares aplicáveis (com as exceções previstas no n.º 7 do artigo 28.º-C do Código do IRC). Às perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito que tenham sido contabilizadas nos períodos de tributação anteriores, continuam a aplicar-se as regras em vigor até 31 de dezembro de 2018, ou seja, limitando a dedutibilidade fiscal aos montantes apurados de acordo com as disposições do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado) e desde que, nomeadamente, os créditos não se encontrassem cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

De acordo com as disposições do artigo 4.º da nova Lei, em 31 de outubro de 2019 a CGD formalizou a sua intenção de adesão ao novo regime para os períodos de tributação iniciados em 1 de janeiro de 2019 mediante comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, passando esta a ser-lhe aplicável a partir desse exercício fiscal.

– Créditos abatidos ao ativo

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantém registados impostos diferidos ativos associados a imparidades não aceites fiscalmente para operações de crédito que já foram abatidas ao ativo, atendendo à expectativa de que estas irão integrar a constituição da matéria coletável nos períodos de tributação em que se encontrem reunidas as condições requeridas para a sua dedutibilidade, quer ao nível do período de mora (24 meses), quer no cumprimento dos limites previstos pela legislação em vigor nas referidas datas, ou ainda, caso se verifiquem algumas das condições previstas no artigo 41.º do CIRC (créditos incobráveis).

– Imparidade para participações financeiras

Conforme disposições do n.º 2 do artigo 28.º-A do CIRC, são consideradas dedutíveis as perdas por imparidade em títulos e outras aplicações registadas de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis às entidades sob supervisão do Banco de Portugal.

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa. Em resultado desta situação, a CGD passou a reconhecer impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua



constituição para as quais exista uma intenção de venda ou liquidação (ou estas já se encontrem em curso), as quais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 ascendiam a 31.065 mEuros e 30.055 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor dos impostos diferidos passivos não reconhecidos associados a imparidades em participações financeiras fiscalmente aceites, mas relativamente às quais não se perspetivam alterações na estratégia para a sua gestão conforme definida pelo Conselho de Administração, nomeadamente pela inexistência de expectativa de que a sua venda ou liquidação venha a ocorrer num futuro previsível, ascende a 65.610 mEuros e 71.173 mEuros, respetivamente.

– Encargos com pessoal

A CGD tem vindo a considerar como fiscalmente aceites para determinação da matéria coletável os encargos com o pessoal suportados e registados contabilisticamente, incluindo, entre outros, os associados às responsabilidades com pensões e outros benefícios pós-emprego, até ao limite das contribuições efetivamente entregues ao fundo de pensões. Este procedimento releva o entendimento do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais relativo a esta matéria, de 19 de janeiro de 2006, de acordo com o qual são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável, os montantes registados em custos, nos termos dos normativos contabilísticos aplicáveis, mas com o limite da contribuição efetivamente entregue ao fundo de pensões, no próprio exercício ou em exercícios anteriores, e atendendo às regras previstas no artigo 43.º do Código do IRC.

Ainda neste âmbito e em resultado da alteração da política contabilística relativa ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais com planos de pensões e outros benefícios pós-emprego ocorrida com referência a 31 de dezembro de 2011, o saldo dos encargos líquidos diferidos que se encontrava registado no balanço da CGD nessa data foi integralmente reconhecido por contrapartida de Reservas. Atendendo a que a componente relativa a responsabilidades com pensões, no valor de 60.837 mEuros, cumpria os requisitos previstos no artigo 183.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as variações patrimoniais negativas originadas no exercício de 2011, as quais não relevaram para efeitos fiscais nesse período, foram reconhecidas como uma dedução ao lucro tributável, em partes iguais, nos dez exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a CGD não tem registados impostos diferidos para ganhos e perdas atuariais ou financeiras com o seu plano de pensões que se encontrem associados a colaboradores no ativo.

– Resultado da liquidação

Nos termos do artigo 92.º do Código do IRC, a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo:

- (i) Não usufrísse de benefícios fiscais e;
- (ii) Não efetuasse contribuições suplementares para fundos de pensões e equiparáveis, destinadas à cobertura de responsabilidades com benefícios de reforma, em resultado da aplicação das normas internacionais de contabilidade.

A referida limitação não se aplica aos benefícios fiscais previstos no n.º 2 do mesmo artigo.

A CGD não apurou quaisquer ajustamentos na determinação da sua coleta relativa ao primeiro semestre de 2022 e ao exercício de 2021, em resultado da aplicação deste artigo.

## **Impostos diferidos**

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo por diferentes interpretações da legislação fiscal em vigor.

Não são igualmente registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As principais situações que originam diferenças temporárias no âmbito da atividade do Grupo correspondem a provisões, imparidades e benefícios dos empregados temporariamente não aceites fiscalmente.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio.

## 2.14 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a:

- Responsabilidades com garantias prestadas e outros compromissos extrapatrimoniais, sendo determinadas com base numa análise do risco das operações e dos respetivos clientes; e,
- Contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

## 2.15 Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

### Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

No Grupo CGD existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e, em algumas situações, de contribuição definida. A CGD estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objetivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados. Existem ainda outras empresas do Grupo com responsabilidades com planos de benefício definido, nomeadamente o Banco Comercial do Atlântico e o Banco Nacional Ultramarino (Macau).

Adicionalmente, a assistência médico-social aos empregados no ativo e pensionistas da CGD (Sede) está a cargo dos Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos (Serviços Sociais), que são financiados através de contribuições da Sede e dos empregados.

A CGD tem ainda responsabilidades com as contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) relativas aos colaboradores do Ex-BNU reformados até à data da fusão deste banco com a CGD, ocorrida em 23 de julho de 2001.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado por atuários especializados, utilizando o método “*Unit Credit Projected*” e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere à evolução das responsabilidades e do rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são registados por contrapartida de “Outras Reservas”.

Relativamente a planos de contribuição definida, o Grupo não assume normalmente qualquer responsabilidade para além das contribuições efetuadas anualmente, pelo que não há lugar ao registo de custos adicionais.

Os custos do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e os encargos líquidos com juros, são refletidos de forma agregada na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é igualmente refletido diretamente em "Custos com pessoal". Adicionalmente, a CGD regista um passivo específico correspondente ao impacto da passagem à situação de inativo de trabalhadores com os quais celebrou acordos de suspensão da prestação de trabalho. Esta provisão é registada por contrapartida de resultados, na rubrica "Custos com pessoal".

As responsabilidades para encargos com saúde encontram-se registadas numa rubrica de "Provisões para encargos com benefícios de empregados" (Nota 22).

#### Outros benefícios de longo prazo

A CGD tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com reformas antecipadas, prémios de carreira (prémio de antiguidade até 2019) e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações atuariais. Os ganhos e perdas atuariais observados são integralmente reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, conforme disposições do IAS 19 – "Benefícios dos empregados" relativamente à natureza dos benefícios identificados.

As responsabilidades para encargos com prémios de carreira (prémio de antiguidade até 2019) e subsídios por morte encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos" (Nota 24) e "Provisões para encargos com benefícios de empregados" (Nota 22), respetivamente.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" (Nota 33) no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

#### Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego incluem os encargos decorrentes de acordos alcançados entre o Grupo e os seus empregados para a cessação do seu vínculo laboral em troca de uma compensação. Estes encargos são refletidos na demonstração dos resultados em "Custos com pessoal" (Nota 33).

#### 2.16 Comissões

Conforme referido na Nota 2.7 as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas diretamente imputáveis à sua origem, são reconhecidas ao longo do período destas operações em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares" (Nota 28).

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

#### 2.17 Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo justo valor da contrapartida recebida, líquido de custos diretos com a sua emissão.

A classificação das ações preferenciais emitidas pelo Grupo é efetuada com base nos critérios definidos na IAS 32 – "Instrumentos financeiros: divulgação e apresentação". Deste modo, nas situações em que o pagamento de dividendos e/ou o reembolso estejam exclusivamente dependentes de uma decisão discricionária do Grupo, os títulos emitidos são considerados instrumentos de capital próprio. As ações preferenciais emitidas por filiais que cumprem estes requisitos são refletidas no balanço consolidado na rubrica "Interesses que não controlam" (Nota 27).

## 2.18 Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, preferencialmente ao justo valor ou pelo seu valor nominal.

## 2.19 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” (Nota 4) e “Disponibilidades em outras instituições de crédito” (Nota 5).

## 2.20 Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas é necessária a realização de estimativas pela Comissão Executiva da CGD e das entidades do Grupo. As estimativas com maior impacto na preparação das demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas, tendo sido tidos em consideração, sempre que relevantes, os reflexos decorrentes da Pandemia Covid-19 e da crise na Europa de Leste, provocada pela guerra em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia:

### *a) Determinação de perdas por imparidade em crédito a clientes*

As perdas por imparidade em crédito concedido valorizado ao custo amortizado são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7 d). Esta avaliação resulta da ponderação de um conjunto de fatores que refletem o conhecimento da realidade dos clientes, o tratamento de dados históricos, o valor das garantias associadas às operações em questão, entre outros, apresentando como tal um elevado grau de julgamento.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

### *b) Determinação de perdas por imparidade em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral*

De acordo com os requisitos de valorização destes ativos, as variações do justo valor são reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral. Sempre que, em resultado das análises efetuadas (Nota 2.7 d)), seja determinada a existência de imparidade, o valor da perda estimada é reclassificado de outro rendimento integral para custos do período.

Esta avaliação é realizada com recurso a informação disponível no mercado e inclui a utilização de pressupostos e julgamentos na sua modelização cuja alteração poderia determinar diferentes resultados. No entanto, é entendimento do Grupo que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado a estes ativos, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

### *c) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos são utilizados modelos e técnicas de valorização, tal como descrito na Nota 2.7. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

### *d) Valorização dos ativos não correntes detidos para venda – investimentos em filiais*

A valorização dos investimentos em filiais registados nas rubricas de “Ativos não correntes detidos para venda” tem por base metodologias de avaliação suportadas maioritariamente em avaliações externas, as quais recorrem a diferentes técnicas de apuramento de justo valor, considerando as estimativas do órgão de gestão para cada entidade, as condições de mercado em que atuam e determinados pressupostos ou julgamentos. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam ter como resultado um nível diferente de valorização destes investimentos.

*e) Benefícios dos empregados*

Conforme referido na Nota 2.15, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rentabilidade dos ativos afetos à cobertura destas responsabilidades e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

*f) Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor nos países em que operam. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis das entidades do Grupo CGD sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das autoridades fiscais.

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pelo Grupo, incluindo aqueles que são relativos a prejuízos fiscais reportáveis, tem por base a expectativa de lucros fiscais tributáveis futuros que permitam a sua realização, determinados com base nas projeções de resultados contabilísticos mais atuais e considerando o objetivo estabelecido para a redução de ativos *non-performing*. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da CGD, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados e da interpretação efetuada quanto ao quadro legal a vigorar no futuro (Nota 17).

*g) Valorizações de imóveis*

A valorização dos imóveis registados nas rubricas de "Ativos não correntes detidos para venda" considera um conjunto de pressupostos julgamentais que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia do Grupo para a sua comercialização. Os pressupostos relativos a acontecimentos futuros poderão não se concretizar ou, mesmo que se concretizassem, os resultados reais poderão ser diferentes. A título de exemplo, podem verificar-se alterações ao nível das expectativas do mercado imobiliário, de variáveis macroeconómicas relevantes ou ao nível de características intrínsecas do próprio imóvel e da envolvente física circundante.

*h) Provisões e passivos contingentes*

Conforme referido na Nota 2.14, são reconhecidas provisões sempre que exista uma obrigação presente (legal ou construtiva), de que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido no futuro e este possa ser mensurado com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são registados nas demonstrações financeiras, sendo objeto de divulgação caso a possibilidade de virem a ser realizados pagamentos não seja classificada como remota.

A decisão quanto ao reconhecimento de provisões e respetiva mensuração tem em conta a avaliação realizada pelo Conselho de Administração quanto aos riscos e incertezas associados aos processos em curso e expectativa de concretização dos exfluxos de caixa futuros, tendo por referência a melhor informação que se encontre disponível à data de encerramento das demonstrações financeiras.

*i) Imparidade de investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos*

O Grupo avalia anualmente com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. O valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia do Conselho de Administração para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

### 3. Empresas do grupo e transações ocorridas no exercício

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Setor de atividade/Entidade	Sede	30-06-2022			31-12-2021	
		% Participação Efetiva	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Situação líquida (a)	Resultado líquido
Gestão de Participações Sociais						
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	203.432	25.637	170.563	27.698
Bancário						
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	São Paulo	100,00%	54.625	(9)	50.130	(1.529)
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	Macau	100,00%	911.436	14.533	825.628	47.249
CGD Investimentos CVC, S.A.	São Paulo	100,00%	4.343	70	3.692	78
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (b)	Lisboa	99,77%	372.692	2.702	385.650	8.100
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	Praia	70,00%	28.588	1.316	27.415	2.470
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.	Maputo	63,27%	354.032	52.370	334.243	67.893
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	Praia	58,19%	81.090	7.053	80.728	13.042
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	Luanda	51,00%	232.728	38.041	158.543	45.261
Gestão de Ativos						
Caixa Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Lisboa	100,00%	32.833	6.978	38.356	12.495
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%	8.923	1.272	10.228	2.578
Capital de Risco						
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	99,77%	10.181	887	15.294	1.728
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	Praia	45,33%	4.403	168	4.269	19
Imobiliário						
SCI du 8 Rue du Helder	Paris	100,00%	7.170	201	6.969	333
Inmobiliaria Caixa Geral, S.L.	Madrid	100,00%	(75.921)	(137)	(75.784)	(314)
Caixa Imobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	33.993	8.370	25.623	5.807
Imobci, Lda.	Maputo	46,33%	1.529	380	841	337
Agrupamentos Complementares de Empresas						
Caixa - Serviços Partilhados, A.C.E.	Lisboa	100,00%	-	-	-	-
Entidades de propósito especial e Fundos de investimento						
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	Lisboa	100,00%	85.871	4.942	82.215	4.332
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	Lisboa	100,00%	135.037	(1.976)	137.014	18.146
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Lisboa	100,00%	21.582	6.154	45.428	(1.742)
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	30,83%	109.431	5.248	105.291	8.981
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	Lisboa	26,23%	63.103	805	63.944	7.019

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do período.

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas. Os dados consolidados do Caixa - Banco de Investimento, S.A. incluem os dados da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Os principais movimentos nas filiais do Grupo durante o período findo em 30 de junho de 2022 e no exercício de 2021 foram os seguintes:

#### GIE - Groupement d'Intérêt Économique

Em 30 de junho de 2021, no âmbito do processo de reestruturação em curso, foi liquidado o ACE.

#### Parbanca, SGPS, S.A.

Em 30 de junho de 2021, foi concretizada a fusão por incorporação da Parbanca, SGPS, S.A. na Caixa - Participações, SGPS, S.A., tendo toda a sua atividade sido incorporada nesta última.

#### Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento

Em agosto de 2021 foi registada a fusão por incorporação do Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento no Fundo de Capital de Risco Empreender Mais – Caixa Capital, no âmbito do processo de reestruturação em curso, mediante a transferência global do seu património, tendo como objetivo simplificar a estrutura de fundos de capital de risco geridos pela Caixa Capital, com a inerente redução de custos, e redimensionar um Fundo vocacionado para o investimento direto através de um aumento da capacidade de investimento. Do ponto de vista contabilístico e fiscal, a fusão produz efeitos a 1 de janeiro de 2021.

### Fundiestamo

Em dezembro de 2021, a CGD alienou parte significativa da sua posição no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Fundiestamo I, passando de uma participação de 78% para 45,4%. No entanto, as unidades de participação detidas não conferem à CGD a capacidade de controlar ou sequer influenciar significativamente as atividades relevantes associadas à gestão do património do Fundo, não tendo o poder de eleger qualquer administrador da Sociedade gestora, pelo que a posição no Fundo foi excluída do perímetro de consolidação do Grupo CGD, no âmbito da aplicação da IFRS 10.

### Caixa Serviços Partilhados (CSP)

A 9 de fevereiro de 2022, pelo facto das empresas do Grupo Segurador terem deixado de integrar o Grupo Caixa Geral de Depósitos, foi solicitada a sua exoneração como membro do Caixa Serviços Partilhados, A.C.E. ("ACE"). O ACE passou a partir dessa data a ser 100% detido pela Caixa Geral de Depósitos ("CGD").

## 4. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Caixa	596.887	597.910
Depósitos à ordem em bancos centrais	23.747.653	22.405.417
	24.344.540	23.003.327
Juros de depósitos à ordem em bancos centrais	(4.958)	(3.254)
	24.339.582	23.000.073

Os depósitos à ordem da CGD no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os fundos que a CGD e os bancos do Grupo mantinham em depósitos em bancos centrais cumpriam os limites mínimos fixados pelas disposições vigentes nos países onde operam.



## 5. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Cheques a cobrar		
No país	47.310	20.064
No estrangeiro	9.877	12.106
	57.187	32.171
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	140.517	149.174
No estrangeiro	402.655	494.560
	543.172	643.734
Juros a receber	1.368	1.446
	601.727	677.351

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do período subsequente.

## 6. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Mercado monetário interbancário	-	39.901
Depósitos a prazo		
No país	117.513	180.615
No estrangeiro	1.564.511	1.540.330
Empréstimos		
No país	307.839	297.182
No estrangeiro	222.476	143.870
Outras aplicações		
No país	0	639
No estrangeiro	982.432	823.219
Operações de compra com acordo de revenda	396.497	221.821
Crédito e juros vencidos	27	27
	3.591.295	3.247.603
Juros a receber	1.687	1.343
Proveitos diferidos	(2.194)	(519)
	3.590.787	3.248.427
Imparidade (Nota 36)	(2.083)	(2.062)
	3.588.704	3.246.364

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Operações de compra com acordo de revenda" refere-se a contratos de aquisição de instrumentos financeiros com acordo de revenda numa data futura por um preço previamente fixado. Os instrumentos financeiros adquiridos nestas operações não são reconhecidos em balanço, permanecendo o valor da compra registado como um empréstimo a instituições de crédito, o qual é mensurado pelo respetivo custo amortizado. As referidas operações foram contratadas ao abrigo de *Global Master Repurchase Agreements* (GMRA) no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de reforço dos colaterais associados a estas transações em função da evolução do respetivo valor de mercado determinado de acordo com as especificações definidas entre as contrapartes, e usualmente concretizadas através da constituição de depósitos de caução.

O movimento na imparidade, para o primeiro semestre de 2022 e de 2021, é apresentado na Nota 36.

## 7. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos						
Títulos da dívida pública	9,429	-	9,429	10,775	-	10,775
Bilhetes do Tesouro	734,302	-	734,302	46	-	46
Obrigações de outros emissores públicos						
Estrangeiros	279,149	-	279,149	311,897	-	311,897
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De residentes	21,242	95	21,338	27,522	100	27,621
De não residentes	25,428	-	25,428	22,507	-	22,507
	1,069,551	95	1,069,646	372,748	100	372,848
Instrumentos de capital						
De residentes	1,374	239,299	240,673	1,849	236,113	237,962
De não residentes	-	113,928	113,928	-	104,898	104,898
	1,374	353,227	354,601	1,849	341,011	342,860
Outros instrumentos financeiros						
De residentes	-	529,251	529,251	-	560,633	560,633
De não residentes	-	334,179	334,179	-	332,608	332,608
	-	863,430	863,430	-	893,240	893,240
Crédito e outros valores a receber						
Crédito a clientes	-	80,342	80,342	-	82,853	82,853
Outros créditos e valores a receber	-	15,902	15,902	-	16,146	16,146
	-	96,244	96,244	-	98,999	98,999
Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)						
<i>Swaps</i>	295,917	-	295,917	351,341	-	351,341
Futuros e outras operações a prazo	5,801	-	5,801	7,979	-	7,979
Opções de divisas, cotações e mercadorias	2,685	-	2,685	8,278	-	8,278
Opções de taxa de juro ( <i>Caps &amp; Floors</i> )	15,114	-	15,114	49,943	-	49,943
	319,517	-	319,517	417,542	-	417,542
	1,390,442	1,312,996	2,703,438	792,139	1,333,350	2,125,489

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Outros instrumentos financeiros" inclui 388.794 mEuros e 391.992 mEuros, respetivamente, relativos à subscrição de participações em veículos constituídos no âmbito de operações de cedência de ativos financeiros (créditos concedidos a clientes).

Na sequência da cedência dos referidos ativos (para a própria sociedade ou para sociedades detidas pelo veículo no qual a CGD detém a sua participação), estes foram desreconhecidos do balanço, dado ter-se concluído encontrarem-se cumpridos os requisitos previstos na IFRS 9 – "Instrumentos financeiros", nomeadamente a transferência de parte substancial dos riscos e benefícios associados às operações de crédito, assim como do respetivo controlo. De referir que as sociedades veículo, nas quais a CGD detém uma participação minoritária, retêm autonomia na sua gestão. De forma a assegurar a neutralidade das operações no momento da sua concretização, as imparidades afetas a perdas estimadas nos ativos transferidos foram imputadas ao valor da participação nas respetivas sociedades veículo que lhes estão associadas. Posteriormente ao seu registo inicial, estas posições refletem a revalorização do património destas sociedades.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição mantida pela CGD nesses ativos apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Fundo Imobiliário Aquarius	83.397	83.767
Fundo Recuperação, FCR	53.373	53.373
Flit-Ptrel SICAV	187.089	186.401
OXI Capital, SCR	14.084	14.084
Predicapital FEIIF	11.555	11.555
Fundo Recuperação Turismo, FCR	23.324	23.324
Fundo Imobiliário Vega	12.717	16.233
Nexponor - Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo - SICAFI	3.255	3.255
	388.794	391.992

A valorização dos fundos de cedência de ativos considera uma análise efetuada pelo Grupo ao valor recuperável do património de cada fundo, pelo que o valor registado pode ser inferior ao respetivo NAV (*Net Asset Value*) calculado e divulgado pelas sociedades gestoras. Os critérios internos de valorização aplicados a estes fundos encontram-se detalhados na Nota 40 - "Divulgações relativas a instrumentos financeiros", no capítulo "Fundos de Reestruturação".

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de balanço dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados era o seguinte:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Fundos de Investimento Mobiliário	Fundos de Investimento Imobiliário	Fundos de Investimento Mobiliário	Fundos de Investimento Imobiliário
Valor de balanço	21.930	109.843	25.291	112.697

Em 30 de junho de 2022, o valor de balanço dos fundos de investimento mobiliário geridos por entidades do Grupo registados na carteira de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados apresentava a seguinte composição:

Espécie	Quantidade	Valor Bruto
Caixagest Infraestruturas	909	7.454
Caixa Disponível	2.798	14.476
	3.707	21.930

## 8. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	1.456.284	2.050.522
De outros emissores públicos	1.027.765	2.773.984
De organismos financeiros internacionais	125.660	-
De outros emissores	798.280	1.043.996
	3.407.988	5.868.502
Instrumentos de capital	93.245	101.396
Outros instrumentos	62.404	62.406
	3.563.637	6.032.304
Imparidade (Nota 36)		
Instrumentos de dívida	(143)	(485)
	3.563.495	6.031.819

A redução dos instrumentos de dívida enquadra-se na gestão dos excedentes de liquidez, sendo principalmente explicada pela diminuição da componente de títulos de curto prazo, para tal contribuindo o vencimento de instrumentos detidos.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição mantida pelo Grupo em “Outros Instrumentos” valorizados ao justo valor por outro rendimento integral – títulos subscritos no âmbito de operações de cedência de ativos, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Valor Balanço	Reserva de justo valor	Valor Balanço	Reserva de justo valor
Discovery Portugal Real Estate Fund	62.404	(22.935)	62.404	(22.935)

A CGD optou por classificar e mensurar os instrumentos de capital acima referido pelo justo valor através de outro rendimento integral em conformidade com a opção prevista na IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” (Nota 2.7). Os critérios internos de valorização aplicados a estes fundos encontram-se detalhados na Nota 40 - “Divulgações relativas a instrumentos financeiros”, no capítulo “Fundos de Reestruturação”.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente, as reservas de justo valor, líquidas de imposto diferido associadas a ativos valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, ascendem a 55.127 mEuros e 143.034 mEuros (Nota 26).

## 9. Ativos financeiros com acordo de recompra

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros com acordo de recompra apresentam a seguinte decomposição:

	30-06-2022	31-12-2021
Ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida de emissores públicos		
Títulos de outros emissores públicos estrangeiros	-	7.828
Ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida de emissores públicos		
De dívida pública	45.797	-
	45.797	7.828

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo celebrou junto de instituições financeiras e clientes operações de venda de ativos financeiros com acordo de aquisição numa data futura por um preço previamente fixado.

Os instrumentos financeiros cedidos em operações de venda com acordo de recompra não são desreconhecidos de balanço, permanecendo valorizados de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos ativos subjacentes. A diferença entre o valor da venda e o valor da recompra é reconhecida como um proveito com juros e diferido ao longo do período do contrato.

As responsabilidades decorrentes do contrato de recompra encontram-se reconhecidas como um passivo na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos – Outros recursos – Operações com acordo de recompra" (Nota 20).

## 10. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e cliente, e acompanhamento da evolução diária dos respetivos resultados.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7 c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	30-06-2022							
	Montante nocional			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				5.801	(5.577)	-	-	224
Compras	198.506	-	198.506					
Vendas	198.171	-	198.171					
Swaps								
Swaps Cambiais				19.436	(5.872)	-	-	13.565
Compras	1.348.604	-	1.348.604					
Vendas	1.333.437	-	1.333.437					
Swaps de Cotações				-	(384)	-	-	(384)
Compras	960	-	960					
Vendas	881	-	881					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				276.480	(179.906)	24.123	(2.741)	117.956
Compras	14.113.169	659.300	14.772.469					
Vendas	14.032.708	659.300	14.692.008					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	43.855	-	43.855					
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Longas	7.441	-	7.441					
Posições Curtas	149.061	1.201.485	1.350.546					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.486.176	-	1.486.176					
Posições Curtas	554.287	-	554.287					
Opções								
Divisas				12	(19)	-	-	(7)
Compras	770	-	770					
Vendas	786	-	786					
Cotações				2.673	(2.653)	-	-	20
Compras	23.085	-	23.085					
Vendas	5.672	-	5.672					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				15.114	(15.170)	-	-	(56)
Compras	209.835	-	209.835					
Vendas	198.948	-	198.948					
	33.906.350	2.520.085	36.426.435	319.517	(209.580)	24.123	(2.741)	131.319

	31-12-2021							
	Montante nominal			Valor contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Ativos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		Total
						Ativo	Passivo	
Operações Cambiais a Prazo								
Forwards Cambiais				1.326	(1.416)	-	-	(90)
Compras	151.015	-	151.015					
Vendas	137.755	-	137.755					
Forwards Bond				6.653	-	-	-	6.653
Swaps								
Swaps Cambiais				14.108	(4.936)	-	-	9.172
Compras	1.375.312	-	1.375.312					
Vendas	1.365.592	-	1.365.592					
Swaps de Cotações				224	(158)	-	-	66
Compras	1.843	-	1.843					
Vendas	1.843	-	1.843					
Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps				337.009	(317.009)	5.898	(35.628)	(9.729)
Compras	16.014.715	619.409	16.634.124					
Vendas	15.964.490	619.409	16.583.899					
Futuros								
Futuros sobre Divisas				-	-	-	-	-
Posições Longas	44.850	-	44.850					
Futuros de Taxa de Juro				-	-	-	-	-
Posições Curtas	78.211	1.878.564	1.956.774					
Futuros de Cotações				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.418	-	1.418					
Outros Futuros				-	-	-	-	-
Posições Longas	1.540.104	-	1.540.104					
Posições Curtas	977.826	-	977.826					
Opções								
Divisas				32	(21)	-	-	11
Compras	4.834	-	4.834					
Vendas	4.834	-	4.834					
Cotações				8.247	(8.096)	-	-	151
Compras	22.774	-	22.774					
Vendas	8.270	-	8.270					
Taxa de Juro (Caps & Floors)				49.943	(50.026)	-	-	(83)
Compras	209.870	-	209.870					
Vendas	200.144	-	200.144					
	38.105.697	3.117.381	41.223.079	417.542	(381.661)	5.898	(35.628)	6.151

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os instrumentos derivados reconhecidos nas rubricas "Ativos detidos para negociação", "Passivos detidos para negociação", "Derivados de cobertura - Ativo" e "Derivados de cobertura - Passivo" incluem operações colateralizadas pela constituição de contas caução com o propósito de assegurar a cobertura do justo valor das exposições ativas e passivas contratadas entre a CGD e diversas instituições financeiras. Nessas datas, os saldos depositados pelas referidas instituições financeiras junto da CGD e pela CGD junto dessas mesmas instituições financeiras encontram-se registadas em rubricas de "Outros passivos - Recursos - conta caução" (Nota 24) e "Outros ativos - Devedores e outras aplicações - devedores diversos" (Nota 18), respetivamente.

O valor dos ajustamentos relativos a CVA (*Credit Value Adjustments*) e DVA (*Debit Value Adjustments*) encontra-se detalhado na Nota 40.



## 11. Contabilidade de cobertura

Conforme referido na Nota 2.7 c), o Grupo realiza operações com instrumentos derivados com o objetivo de cobrir a sua exposição a riscos inerentes à sua atividade. No primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021, a opção de aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com os requisitos definidos pela IFRS 9 incidiu sobre o modelo de coberturas de variação de justo valor associadas a risco de taxa de juro da sua carteira de títulos, assim como de dívida não subordinada emitida ao abrigo do programa EMTN.

Os derivados de cobertura são valorizados pelo seu justo valor, sendo as respetivas variações reconhecidas por contrapartida de resultados. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados não transacionados em mercados organizados é apurado através de modelos internos que incorporam técnicas de valorização baseadas em fluxos de caixa descontados e que recorrem, sempre que disponíveis, a dados observáveis de mercado. De acordo com os critérios de classificação da hierarquia de justo valor apresentados na Nota 40, estes instrumentos encontram-se classificados no nível 2.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição dos instrumentos de cobertura apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022				
	Montante nominal			Valor contabilístico	
	<= 3 meses	> 1ano	Total	> 1ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor de variação de taxa de juro					
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>				21.382	21.382
Compras	-	659.300	659.300		
Vendas	-	659.300	659.300		
Futuros de taxa de juro				-	-
Vendas	1.201.485	-	1.201.485		
	1.201.485	1.318.600	2.520.085	21.382	21.382

	31-12-2021							
	Montante nominal				Valor contabilístico			
	<= 3 meses	> 3 meses <= 1 ano	> 1ano	Total	<= 3 meses	> 3 meses <= 1 ano	> 1ano	Total
Derivados de cobertura de justo valor de variação de taxa de juro								
<i>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</i>					(3)	22	(29.749)	(29.729)
Compras	1.398	7.382	610.628	619.409				
Vendas	1.398	7.382	610.628	619.409				
Futuros de taxa de juro					-	-	-	-
Vendas	-	-	1.878.564	1.878.564				
	2.797	14.764	3.099.820	3.117.381	(3)	22	(29.749)	(29.729)

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os elementos cobertos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Elemento Coberto			Elemento Coberto		
	Valor de Balanço	Correções Valores Acumulados Ativas / Passivas	Ajustamento da contabilidade de cobertura (*) (Nota 31)	Valor de Balanço	Correções Valores Acumulados Ativas / Passivas	Ajustamento da contabilidade de cobertura (*)
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral						
De dívida pública nacional	1.340.859	84.842	(108.819)	1.901.877	585	(45.494)
De dívida pública estrangeira	694.663	71.817	(68.388)	839.109	(4.684)	(8.498)
	2.035.522	156.659	(177.207)	2.740.986	(4.099)	(53.991)
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN	26.050	(2.116)	3.677	26.050	(5.793)	(1.227)
	2.061.572	154.543	(173.530)	2.767.036	(9.892)	(55.219)

(\*) Corresponde à variação acumulada no exercício do justo valor dos instrumentos cobertos associados a operações de cobertura, considerada para o apuramento da ineficácia da relação

No primeiro semestre de 2022, o Grupo reconheceu lucros resultantes da componente de inefetividade nas suas relações de cobertura que ascenderam a 915 mEuros (Nota 31).

## 12. Investimentos ao custo amortizado

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de investimentos ao custo amortizado apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	5.082.586	4.810.376
De outros emissores públicos		
De outros residentes	15.243	-
De outros não residentes	8.297.324	7.785.138
	13.395.153	12.595.515
De organismos financeiros internacionais	142.453	-
De outros emissores		
De outros não residentes	364.260	408.292
	506.713	408.292
	13.901.866	13.003.807
Imparidade (Nota 36)	(18.852)	(9.533)
	13.883.014	12.994.274

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os investimentos ao custo amortizado incluem 523.480 mEuros e 327.396 mEuros, respetivamente, de instrumentos de dívida soberana angolana.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Instrumentos de dívida - De dívida pública" inclui títulos afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 15.232 mEuros e 15.097 mEuros, respetivamente.

## 13. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	40.043.156	39.307.902
Créditos em conta corrente	1.046.024	923.958
Outros créditos	3.524.131	3.421.519
Outros créditos e valores a receber - titulados		
Papel comercial	1.157.909	1.177.048
Outros	3.614.938	3.330.906
Operações de locação financeira imobiliária	824.476	829.489
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	114.389	127.310
Operações de locação financeira mobiliária	782.367	771.793
Créditos tomados – <i>factoring</i>	1.411.433	1.469.452
Descobertos em depósitos à ordem	226.550	138.241
	52.745.374	51.497.618
Juros a receber	111.695	109.409
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	32.269	(4.163)
	52.889.338	51.602.865
Crédito e juros vencidos	835.165	895.228
	53.724.503	52.498.093
Imparidade (Nota 36)	(2.164.186)	(2.314.429)
	51.560.317	50.183.664

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Crédito interno e ao exterior - Outros créditos” inclui 29.567 mEuros e 31.237 mEuros, respetivamente, relativos a crédito à habitação e crédito pessoal concedido pela CGD aos seus empregados.

### Outras operações de venda de créditos

No decorrer do primeiro semestre de 2022, a CGD procedeu à alienação de um conjunto de créditos hipotecários e não hipotecários, maioritariamente *non-performing*, cujo valor de balanço antes de imparidade à data da transação ascendia a aproximadamente 66.096 mEuros. As perdas incorridas com estes créditos foram reconhecidas na demonstração de resultados como “Imparidade de créditos, líquida de reversões e recuperações” (Nota 36).

Estavam igualmente incluídos créditos abatidos ao ativo no momento da transação, tendo sido reconhecidos proveitos associados a essas operações de aproximadamente 4.312 mEuros (Nota 36).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação cedidos pela CGD no âmbito de operações de titularização. O movimento nestes créditos no primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021 foi o seguinte:

	<b>Nostrum Mortgages nº2</b>
Saldos em 31-12-2020	2.827.163
Reembolsos	(240.348)
Recompras	(10.654)
Outros	(1.706)
Saldos em 31-12-2021	2.574.455
Reembolsos	(124.769)
Recompras	(890)
Outros	(2.477)
Saldos em 30-06-2022	2.446.319

Os passivos associados a esta operação são integralmente detidos pelo Grupo, pelo que são eliminados no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Empréstimos” inclui créditos à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias com um valor de balanço de 4.345.622 mEuros e 5.604.258 mEuros, respetivamente.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o património autónomo que colateriza as referidas emissões inclui igualmente títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 15.232 mEuros e 15.097 mEuros, respetivamente (Nota 12).

Na sequência da deliberação da CGD, em 22 de agosto de 2022 foi exercida a opção de reembolso antecipado da transação Nostrum 2010 e efetuada a recompra dos créditos que constituem o *portfolio* à TAGUS (sociedade de titularização), originando a liquidação da estrutura (Nota 41).

O movimento na imparidade, para o primeiro semestre de 2022 e de 2021, é apresentado na Nota 36.

## 14. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de ativos e passivos não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

<b>ATIVOS</b>	<b>30-06-2022</b>	<b>31-12-2021</b>
Imóveis e equipamento	341.374	402.896
Filiais		
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	247.277	189.749
CGD Investimentos CVC, S.A.	5.029	4.449
Esegur, S.A.	6.486	-
	600.166	597.093
Imparidade (Nota 36)		
Imóveis e equipamento	(170.248)	(214.006)
Filiais	(54.812)	(46.483)
Outros	(196)	(257)
	(225.257)	(260.746)
	374.909	336.347
<b>PASSIVOS</b>		
Filiais		
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	196.833	146.958
CGD Investimentos CVC, S.A.	661	756
	197.494	147.714

Os resultados gerados pelas unidades de negócio classificadas como detidas para venda nos primeiros semestres de 2022 e de 2021, encontram-se evidenciados de forma individualizada na demonstração consolidada dos resultados sob a designação "Resultados em filiais detidas para venda", com o detalhe reproduzido abaixo:

	<b>Reexpresso</b>	
	<b>30-06-2022</b>	<b>30-06-2021</b>
Resultados de filiais detidas para venda		
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	(8)	250
CGD Investimentos CVC, S.A.	70	44
	63	294

Estas entidades encontram-se classificadas no segmento de linhas de negócio "Outros" (Nota 37).

### Filiais

No quadro dos compromissos negociados entre o Estado Português, enquanto acionista único da Caixa Geral de Depósitos, e as competentes autoridades europeias, com vista à sua recapitalização, a CGD encetou um conjunto de ações tendentes à alienação das participações detidas pelo Grupo no Banco Caixa Geral – Brasil, S.A., na CGD Investimentos CVC, S.A e no Banco Comercial do Atlântico na República de Cabo Verde. Em resultado direto desta situação, os saldos dos investimentos realizados nestas entidades, líquidos das respetivas imparidades, foram reclassificados da classe de "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" para "Ativos não correntes detidos para venda".

No que concerne ao processo de alienação do BCG Brasil, o mesmo foi num primeiro momento condicionado pelo período de instabilidade política que afetou o país durante o exercício de 2018, tendo introduzido alguns atrasos na conclusão de diversas iniciativas que se encontravam inicialmente programadas e que só puderam ser desenvolvidas no decurso de 2019. Neste âmbito, foi especialmente relevante a aprovação pelo Governo em agosto de 2019, do caderno de encargos da venda direta das ações do BCG Brasil, detidas direta e indiretamente pela Caixa Geral de Depósitos.

Ainda no decurso de 2019, foi aprovada a redução do capital do BCG Brasil e da CGD Investimentos, para 71.689 mEuros e 2.732 mEuros, respetivamente (taxa de câmbio dezembro 2019) enquanto elementos preparatórios ao processo de venda em curso.

Em 4 de setembro de 2019, o Governo Português selecionou três investidores para participar da Fase II, iniciada em 25 de setembro (após a publicação, em 24 de setembro, da Ordem Ministerial com prazos para a Fase II) e na qual os licitantes puderam realizar uma *due diligence* abrangente no BCG Brasil e interagir com a CGD em questões estratégicas, além de aspetos-chave subjacentes aos documentos da transação.

As ofertas vinculativas foram recebidas em 16 de dezembro de 2019, sendo que nenhuma das propostas apresentadas foi considerada aceitável por parte da CGD, pelo que o processo foi encerrado sem sucesso.

No decorrer do exercício de 2020, e apesar dos efeitos de incerteza introduzidos pelo atual contexto Pandémico, foram retomadas as iniciativas conducentes à avaliação da oportunidade de iniciar novos contactos junto de potenciais investidores. Não obstante as dificuldades atuais, em parte associadas ao impacto da pandemia COVID-19, o Conselho de Administração da CGD mantém a intenção de alienação da participação no BCG Brasil, encontrando-se a avaliar as circunstâncias e os termos em que esta se poderá realizar de acordo com os seus objetivos e os melhores interesses do seu acionista.

Em virtude de uma revisão pontual dos compromissos assumidos com a DGComp no âmbito do processo de recapitalização, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. deliberou, em janeiro de 2019, a alienação da sua participação acionista no Banco Comercial do Atlântico na República de Cabo Verde (BCA), iniciando o processo e o desenvolvimento dos respetivos trâmites legais e processuais. Em setembro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 146/2019, que aprova os termos em que deverá decorrer a alienação, total ou parcial, das ações que a CGD possui no capital social do BCA. Desde essa data foram concretizadas diversas iniciativas com vista à seleção de potenciais investidores como condição prévia à evolução do processo negocial.

Em novembro de 2021, o Grupo reverteu a reclassificação dos ativos e passivos do Banco Comercial do Atlântico (Cabo Verde), das rubricas da classe de “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, até então classificadas ao abrigo da IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, por ter sido dado como concluído, sem sucesso, o processo de venda do BCA que estava em curso desde 2019, deixando de estar reunidas as condições estabelecidas na IFRS 5 para a manutenção desta filial como ativo não corrente detido para venda.

Tendo em conta que ao abrigo deste normativo, os resultados gerados por esta participação eram apresentados numa única linha da Demonstração de Resultados (“Resultados em filiais detidas para venda”), o período comparativo foi reexpresso em conformidade e apresentado no quadro abaixo:

		Reexpresso	
	30-06-2021	IFRS 5 - Reclassificação BCA	30-06-2021
Juros e rendimentos similares	689.554	15.975	705.529
Juros e encargos similares	(213.268)	(2.201)	(215.470)
Margem Financeira	476.285	13.774	490.059
Rendimentos de instrumentos de capital	4.097	14	4.111
Rendimentos de serviços e comissões	324.905	1.725	326.629
Encargos com serviços e comissões	(56.590)	(227)	(56.817)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	106.793	-	106.793
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.829	-	2.829
Resultados de reavaliação cambial	21.354	690	22.044
Resultados da contabilidade de cobertura	(3.865)	-	(3.865)
Outros resultados de operações financeiras	(4.869)	-	(4.869)
Outros resultados de exploração	(12.174)	63	(12.112)
Produto da Atividade Operacional	858.765	16.038	874.803
Custos com pessoal	(151.558)	(4.748)	(156.306)
Gastos gerais administrativos	(103.302)	(2.354)	(105.657)
Depreciações e amortizações	(49.248)	(817)	(50.065)
Outras provisões	(36.608)	521	(36.087)
Imparidade de crédito	(47.978)	1.996	(45.982)
Imparidade de outros ativos	(20.875)	(1.619)	(22.494)
Resultado Antes de Impostos	449.196	9.016	458.212
Impostos sobre os resultados	(169.617)	(1.220)	(170.838)
Resultados em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	26.230	288	26.519
Resultado de Atividades em Continuação	305.809	8.084	313.893
Resultados em filiais detidas para venda	8.378	(8.084)	294
Resultado Consolidado do Exercício, do qual	314.187	(0)	314.187
Interesses que não controlam	(19.980)	(0)	(19.980)
Resultado Consolidado Atribuível ao Acionista da Caixa	294.206	(0)	294.206

A CGD tem intenção de relançar no curto prazo a venda do BCA, sendo que a decisão dependerá do Conselho de Ministros.

Os principais dados financeiros do Banco Caixa Geral Brasil em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são seguidamente apresentados:

ATIVO	30-06-2022	31-12-2021
Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	37.016	34.028
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	47.098	31.198
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	55.110	47.796
Ativos com acordo de recompra	4.532	293
Ativos não correntes detidos para venda	7.917	6.804
Outros ativos tangíveis	270	219
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação (*)	10.046	8.634
Ativos por impostos correntes	388	357
Ativos por impostos diferidos	15.563	13.712
Crédito a clientes	75.443	51.564
Outros ativos	3.939	3.777
Total do ativo	257.323	198.382

**PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO**

Recursos de instituições de crédito	67.400	30.956
Recursos de clientes	112.988	102.955
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12.794	9.429
Provisões para garantias e outros compromissos assumidos	375	347
Provisões para outros riscos	989	766
Passivos por impostos diferidos	1.328	855
Outros passivos	958	1.649
Total do passivo	196.833	146.958
Capital próprio, do qual	60.490	51.425
Reservas de reavaliação	(701)	(1.170)
	257.323	198.382

(\*) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o balanço individual do Banco Caixa Geral Brasil, incorpora a participação que detém sobre a CGD Investimentos, CVC, no montante de 10.046 mEuros e 8.634 mEuros.

RESULTADOS	30-06-2022	30-06-2021
Outros proveitos e custos		
Juros e rendimentos similares	9.217	4.186
Juros e encargos similares	(6.897)	(1.270)
Rendimentos de serviços e comissões	168	488
Encargos com serviços e comissões	(27)	(28)
Resultados em operações financeiras	831	222
Custos com pessoal	(2.072)	(1.819)
Outros gastos administrativos	(1.704)	(1.405)
Amortizações de ativos tangíveis e intangíveis	(33)	(31)
Provisões e imparidades	1.006	309
Outros	(314)	(187)
	174	465
Impostos sobre os resultados	(181)	(216)
Resultado Líquido	(8)	250



Os saldos evidenciados nos quadros anteriores incluem operações realizadas com outras entidades do Grupo, as quais não foram eliminadas no processo de consolidação, cujo detalhe é espelhado no quadro abaixo:

	30-06-2022	31-12-2021
Ativo líquido	142	242
Passivo	60.105	33.941

	30-06-2022	30-06-2021
Outros proveitos	3	43
Outros custos	193	202

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, encontram-se constituídas imparidades no valor de 54.812 mEuros e 46.483 mEuros, respetivamente, respeitantes ao BCG Brasil, com o objetivo de ajustar o valor patrimonial dos ativos e passivos destas unidades ao respetivo justo valor estimado nessa data, deduzido de encargos a incorrer com a venda (Nota 36).

#### CGD Investimentos, CVC

Os principais dados financeiros da CGD Investimentos, CVC em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são seguidamente apresentados:

<b>ATIVO</b>	30-06-2022	31-12-2021
Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	4.769	4.087
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	75
Outros ativos tangíveis	(0)	8
Ativos por impostos correntes	154	131
Outros ativos	107	148
<b>Total do ativo</b>	<b>5.029</b>	<b>4.449</b>

#### **PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO**

Provisões para outros riscos	114	80
Passivos por impostos correntes	42	109
Passivos por impostos diferidos	416	358
Outros passivos	89	210
<b>Total do passivo</b>	<b>661</b>	<b>756</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>4.368</b>	<b>3.692</b>
	<b>5.029</b>	<b>4.449</b>

#### **RESULTADOS**

	30-06-2022	30-06-2021
Outros proveitos e custos		
Juros e rendimentos similares	238	53
Outros gastos administrativos	(52)	(44)
Provisões e imparidades	(23)	(1)
Outros	(45)	34
	111	42
Impostos sobre os resultados	(41)	2
<b>Resultado Líquido</b>	<b>70</b>	<b>44</b>

Os saldos evidenciados nos quadros anteriores incluem operações realizadas com outras entidades do Grupo, as quais não foram eliminadas no processo de consolidação, cujo detalhe é espelhado nos quadros abaixo:

	30-06-2022	31-12-2021
Ativo líquido	3.554	3.090

	30-06-2022	30-06-2021
Outros proveitos	182	17

#### Esegur, S.A.

Em junho de 2022 registou-se a alteração do método de integração da Esegur, entidade do Grupo à qual passou a ser aplicada a classificação de ativo não corrente detido para venda, ao abrigo da IFRS 5, deixando de estar contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

Após a obtenção das autorizações necessárias, no dia 28 de julho de 2022 efetivou-se a alienação da participação da Caixa na Esegur ao grupo espanhol Trablisa. O valor de balanço já refletia o valor estimado para a venda pelo que não foi reconhecido nenhum impacto adicional nas contas do grupo.

#### Imóveis

Em março de 2022, registou-se a alienação de um armazém da Caixa Imobiliário o que originou uma reposição de imparidade no montante de 8.400 mEuros (Nota 36).

#### Reservas cambiais

Conforme referido na Nota 2.6, no momento da alienação de participações financeiras cuja moeda funcional é diferente do Euro, as diferenças cambiais previamente registadas em "Outras Reservas" deverão ser transferidas para resultados do período, uma vez que constituem uma parte integrante do ganho ou perda apurado na transação. Para este efeito, e à luz dos requisitos da IAS 21 – “Os efeitos de alterações em taxas de câmbio”, são igualmente consideradas reduções de interesse em entidades participadas as operações enquadráveis como um reembolso do valor do investimento realizado, e nomeadamente as concretizadas mediante redução do seu capital social. Nestes casos, o valor de reservas cambiais a reclassificar para resultados é determinado em função da proporção entre o valor do reembolso efetuado e o valor total do investimento.

Em 30 de junho de 2022, o valor acumulado das diferenças cambiais reconhecidas por contrapartida de "Outras Reservas" no âmbito da consolidação de unidades classificadas como ativos e passivos não correntes detidos para venda correspondem a perdas no montante de aproximadamente 69.154 mEuros (79.103 mEuros em 31 de dezembro de 2021).

## 15. Propriedades de investimento

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as propriedades de investimento detidas pelo Grupo encontram-se registadas pelo seu justo valor. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação destes imóveis são reconhecidos em resultados por contrapartida de "Outros resultados de exploração" (Nota 2.9).

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Propriedades de Investimento" incluía 155.615 mEuros de imóveis detidos pelo Fundo Fundiestamo. Em dezembro de 2021, a CGD alienou parte significativa da sua posição neste fundo, passando de uma participação de 78% para 45,4%. No entanto, as unidades de participação detidas não conferem à CGD a capacidade de controlar ou influenciar significativamente as atividades relevantes associadas à gestão do património do Fundo, pelo que a posição no Fundo foi excluída do perímetro de consolidação do Grupo CGD, no âmbito da aplicação da IFRS 10.

Os restantes imóveis classificados nesta rubrica resultam essencialmente de recuperação de crédito concedido.

### Metodologias de valorização e determinação do justo valor

A determinação do justo valor das propriedades de investimento tem em consideração, entre outros fatores de relevância para esta avaliação, a natureza, características e localização geográfica dos imóveis, com o objetivo de determinar o melhor preço que seria obtido em resultado da sua alienação em condições normais de mercado. O apuramento do justo valor é realizado por peritos avaliadores, os quais devem utilizar pelo menos dois dos seguintes métodos:

- Método comparativo de mercado: Estima o valor de transação de um determinado bem utilizando preços e outras informações relevantes geradas a partir de transações de mercado que envolvam bens idênticos ou comparáveis (semelhantes). Geralmente recorre a métodos estatísticos, após homogeneização dos diversos dados obtidos do mercado. Este é o principal método utilizado sempre que exista um número significativo de transações conhecidas;
- Método do rendimento: Estima o valor de um bem pela técnica da capitalização dos valores anuais das rendas ou do rendimento operacional anual gerado pela atividade instalada no imóvel. Quando se perspectivam, ao longo do tempo, alterações de rendimento mais significativas do que é geralmente expectável no mercado, utiliza-se a técnica da análise dos fluxos de caixa descontados (DCF). O método do rendimento aplica-se quando existe um arrendamento efetivo do imóvel, quando o imóvel se destina a arrendamento, quando o mercado de arrendamento está ativo para o tipo de bem em avaliação ou quando o imóvel se destina a exploração económica;
- Método do custo: Estima o valor do bem com base na quantia que seria atualmente necessária para obter um bem alternativo, réplica do original ou que proporcione utilidade equivalente, ajustado pela obsolescência. Obtém-se pela soma do valor de aquisição do terreno com os custos de construção (incluindo encargos), depreciado em função das condições físicas, funcionais, ambientais e económicas atuais do imóvel, acrescido dos custos de comercialização e margem/risco do promotor. Este método é utilizado como principal abordagem quando não são conhecidas transações no mercado de bens semelhantes e não são identificáveis potenciais rendimentos associados ao imóvel.
- Método do valor residual: Estima o valor residual de terrenos, construções a reabilitar ou imóveis inacabados, deduzindo ao presumível valor de transação do imóvel concluído, obtido pelo método de mercado, todos os custos e margens associados à construção em falta.

A disponibilidade de dados relevantes e a sua subjetividade relativa podem afetar a escolha dos métodos/técnicas de avaliação. Nessa escolha devem prevalecer, em cada caso, aqueles que maximizam a utilização de variáveis relevantes observáveis.

As variáveis mais relevantes consideradas em cada um dos métodos de avaliação identificados acima são as seguintes:

#### (i) Método comparativo de mercado

- Valor presumível de venda por m2 ou valor presumível de venda por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, por exemplo, parqueamentos). Em mercados com liquidez, são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado de transação, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.

(ii) Método do rendimento

– *Técnica da capitalização*

- Valor de renda mensal por m2 ou valor de renda mensal por unidade (quando não é relevante a área, mas sim a utilidade proporcionada pelo bem, e.g. parqueamentos) – Quando está ativo o mercado de arrendamento são variáveis que resultam de dados direta ou indiretamente observáveis nesse mercado, que podem no entanto requerer ajustamentos (homogeneização) dependendo de características específicas do bem em avaliação.
- Variáveis que contribuem para o apuramento do rendimento operacional gerado pelo imóvel – Estas variáveis podem ser diversas em função do tipo de imóvel e são geralmente aferidas pelos rendimentos que o bem tem potencialidade para gerar, tendo em conta as informações disponíveis sobre os pressupostos dos participantes no mercado. Poderão ser utilizados os dados da própria entidade que explora o imóvel, caso não exista informação razoavelmente disponível que indique que os participantes no mercado não utilizariam pressupostos diferentes.
- Taxa de capitalização – Associada ao risco do capital investido, rendimento, liquidez, carga fiscal, taxa de juro sem risco, expectativas de evolução do mercado. Em mercados ativos estabelece a relação linear existente, em determinado momento temporal, entre o mercado de arrendamento e o mercado de compra e venda, para uma determinada zona geográfica e para um determinado segmento de produto imobiliário, com idêntico risco e com idêntica evolução das rendas.

– *Técnica do fluxo de caixa descontado*

- As variáveis que contribuem para a estimativa dos fluxos de caixa podem ser diversas em função do tipo de imóvel. Esta técnica está dependente das atuais expectativas para as variações de valores e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa no futuro, sendo normalmente necessário incluir um ajustamento para o risco face à incerteza deste tipo de mensuração.
- Taxa de atualização – Considerada como valor temporal do dinheiro, associada a uma taxa de juro sem risco e preço a suportar pela incerteza inerente aos fluxos de caixa (prémio de risco).

(iii) Método do custo

- Custo de construção por m2 – Variável essencialmente dependente das características construtivas do bem, mas para o qual também contribui o local da construção. Resulta de dados direta ou indiretamente observáveis no mercado da construção.

No que respeita a propriedades de investimento adquiridas por recuperação de créditos, estas encontram-se igualmente abrangidas pelo âmbito de análise do modelo de avaliação individual e coletiva de imparidade aplicado aos imóveis classificados como ativos não correntes detidos para venda, e cujas principais características são descritas na Nota 2.8. Nestes casos, o respetivo justo valor é determinado tendo por referência o valor recuperável assim determinado.

Em cumprimento dos requisitos da IFRS 13 – “Mensuração pelo justo valor”, apresentamos de seguida as propriedades de investimento na carteira do Grupo em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, classificadas em função da sua tipologia, estado de desenvolvimento na sua preparação para exploração e ocupação atual, considerando as metodologias de valorização utilizadas no apuramento do seu justo valor:

30-06-2022						
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes
Habitação	Concluído	Arrendado	1.073	Método do custo / Método do rendimento	Valor de renda por m2	2
			6.060	Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	[475 - 2308]
			266	Método comparativo de mercado	Valor da venda por m2 / Valor de renda por m2	[244 - 1194]
			67	Método de rendimento e mercado / Método do custo	Valor de renda por m2	[1561 - 1633]
		Capitalização / venda	560	Método do rendimento	Valor de renda por m2	[2000 - 2500]
			8.026			
Lojas	Concluído	Arrendado	1.196	Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	387
		Capitalização / venda	50	Método do rendimento e mercado	Valor de venda por m2	5.0 / 740
			1.246			
Terrenos	n.a.	Capitalização / venda	200	Método do rendimento / Método comparativo de mercado / DCF	Valor de venda concluído por m2 habitação	[3315 - 4200]
			200			
Armazéns	Concluído	Arrendado	1.236	Método comparativo de mercado	Valor de renda m2	[156 - 274]
			1.236			
			10.708			
Outros			8.073			
			18.782			

31-12-2021						
Tipologia do imóvel	Estado de desenvolvimento	Ocupação	Valor de balanço	Técnica de valorização	Inputs relevantes	Intervalo de referência dos inputs relevantes
Habitação	Concluído	Arrendado	1.229	Método do custo / Método do rendimento	Valor de renda por m2	2
			5.895	Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2	[437 - 2123]
			257	Método comparativo de mercado	Valor da venda por m2 / Valor de renda por m2	[224 - 1098]
			67	Método de rendimento e mercado / Método do custo	Valor de renda por m2	[1561 - 1633]
		Capitalização / venda	630	Método do rendimento	Valor de renda por m2	[2000 - 2500]
			8.079			
Lojas	Concluído	Arrendado	1.111	Método comparativo de mercado	Valor da renda por m2	356
		Capitalização / venda	369	Método do rendimento e mercado	Valor de venda por m2	5.0 / 740
			1.480			
Terrenos	n.a.	Capitalização / venda	13.082	Método do rendimento / Método comparativo de mercado / DCF	Valor de venda concluído por m2 habitação	[3315 - 4200]
			13.082			
Armazéns	Concluído	Arrendado	1.176	Método comparativo de mercado	Valor de renda m2	[143 - 252]
			1.176			
			23.817			
Outros			9.529			
			33.346			

Conforme anteriormente referido, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, estes encontram-se classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13 – “Mensuração pelo justo valor”.

## 16. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	30-06-2022			31-12-2021	
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço	Contributo para os resultados do grupo	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
Empreendimentos conjuntos					
Esegur, S.A.	50,00	-	311	50,00	6.486
Locarent, S.A.	50,00	21.793	967	50,00	21.215
		21.793	1.278		27.701
Empresas associadas					
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.	27,00	4.966	429	27,00	4.952
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	22,97	51.930	2.646	22,97	52.571
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	15,00	386.715	17.890	15,00	436.607
Outras	-	8.287	594	-	8.401
		451.898	21.559		502.531
Imparidade (Nota 36)	-	(439)	-	-	(439)
		473.252	22.838		529.794

Os dados financeiros estatutários (demonstrações financeiras não auditadas) das principais empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram os seguintes:

Setor de atividade / Entidade	Sede	30-06-2022				
		Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Seguros						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A (b)	Lisboa	21.150.818	18.008.645	3.142.173	95.842	2.610.877
Outros setores						
Esegur, S.A.	Lisboa	29.888	12.752	17.136	929	20.738
Locarent, S.A.	Lisboa	272.469	228.091	44.378	1.892	17.320
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	383.881	157.767	226.113	16.616	118.213

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

Setor de atividade / Entidade	Sede	31-12-2021				
		Ativos	Passivos	Situação líquida (a)	Resultado líquido	Proveitos
Seguros						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A (b)	Lisboa	20.356.841	16.729.018	3.627.823	274.640	4.339.019
Outros setores						
Esegur, S.A.	Lisboa	39.461	23.546	15.915	220	39.922
Locarent, S.A.	Lisboa	278.141	235.667	42.475	2.466	35.014
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	396.497	166.403	230.094	44.256	275.663

(a) A situação líquida inclui o resultado líquido do exercício

(b) Dados retirados das demonstrações financeiras consolidadas.

No decorrer do primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021, o Grupo recebeu dividendos distribuídos por estas entidades, no montante de 6.471 mEuros e 3.605 mEuros, respetivamente.

Em junho de 2022 registou-se a alteração do método de integração da Esegur, entidade do Grupo à qual passou a ser aplicada a classificação de ativo não corrente detido para venda, ao abrigo da IFRS 5, deixando de estar contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

## 17. Imposto sobre o rendimento

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 eram os seguintes:

	30-06-2022	31-12-2021
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	21.050	19.138
Créditos tributários	420.575	420.575
Outros	3.466	3.449
	445.091	443.163
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	32.758	26.229
Outros	19.526	6.259
	52.284	32.489
	392.807	410.674
Ativos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	917.220	1.117.599
Por prejuízos fiscais reportáveis	14.186	14.349
	931.407	1.131.948
Passivos por impostos diferidos	68.844	111.431
	862.563	1.020.517

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Ativos por impostos correntes – Créditos tributários”, refere-se a ativos por impostos diferidos convertidos em crédito tributário ao abrigo do regime especial aprovado pela Lei n.º 61/2014.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2021	Variação em		Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 30-06-2022
		Capital Próprio	Resultados			
Imparidade para crédito	780.167	-	(146.725)	-	(47)	633.395
Benefícios dos trabalhadores	205.415	(14.686)	(12.465)	-	-	178.265
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	19.649	(408)	(129)	-	-	19.111
Valorização de ativos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	(51.461)	30.747	-	-	-	(20.714)
Imparidade e outras alterações de valor em participações financeiras e outros títulos	20.943	-	(5.763)	(6.185)	-	8.995
Outras provisões e imparidades não aceites fiscalmente	16.830	-	(574)	-	-	16.256
Prejuízos fiscais reportáveis	14.349	-	(162)	-	-	14.186
Outros	14.625	-	(1.481)	-	(75)	13.069
	1.020.517	15.653	(167.300)	(6.185)	(122)	862.563

	Saldo em 31-12-2020	Variação em		Transferência para imposto corrente	Outros	Saldo em 30-06-2021
		Capital Próprio	Resultados			
Imparidade para crédito	915.343	-	(83.664)	-	-	831.679
Benefícios dos trabalhadores	228.191	(5.610)	(11.551)	-	-	211.030
Imparidade e ajustamentos em imóveis e ativos tangíveis e intangíveis	22.648	(21)	2.614	-	-	25.241
Valorização de ativos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	(57.179)	657	-	-	-	(56.523)
Imparidade e outras alterações de valor em participações financeiras e outros títulos	46.877	-	(9.393)	1.032	(8.062)	30.453
Outras provisões e imparidades não aceites fiscalmente	16.462	-	(47)	-	-	16.415
Prejuízos fiscais reportáveis	8.793	-	5.556	-	-	14.349
Outros	10.363	-	(6.454)	-	10.170	14.079
	1.191.497	(4.974)	(102.941)	1.032	2.108	1.086.722

Conforme descrito em maior detalhe na Nota 14, em novembro de 2011 o Grupo descontinuou a aplicação da IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas” ao BCA.

Pelo facto de, ao abrigo deste normativo, os resultados gerados por esta participação terem sido apresentados numa única linha da Demonstração de Resultados (“Resultados em filiais detidas para venda”), os períodos comparativos foram reexpressos em conformidade. No primeiro semestre de 2020, os resultados com impostos diferidos reconhecidos em resultados do período provenientes da atividade desta unidade de negócio foram positivos em 150 mEuros.

#### Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos

No exercício de 2014, a Caixa Geral de Depósitos e o Caixa - Banco de Investimento aderiram ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, após deliberação favorável das respetivas Assembleias Gerais de Acionistas.

O regime, aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto (e alterações posteriores), abrange os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos (conforme previstas nos n.º 1 e 2 do artigo 28.º-A do CIRC e respetivas exclusões) e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados.

As alterações ao regime introduzidas pela Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, vieram excluir do seu âmbito de aplicação temporal os gastos e variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, assim como os impostos diferidos a eles associados. Assim, os impostos diferidos protegidos por este regime correspondem apenas aos gastos e variações patrimoniais negativas apurados até 31 de dezembro de 2015.

Os ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas de imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados são convertidos em créditos tributários quando o sujeito passivo registre um resultado líquido negativo no respetivo período de tributação ou em caso de liquidação por dissolução voluntária ou insolvência decretada por sentença judicial. Num cenário de conversão que resulte da obtenção de um resultado líquido negativo, o montante do crédito tributário a atribuir resultará da proporção entre o resultado líquido negativo do período e o total dos capitais próprios do sujeito passivo (apurado antes da dedução desse resultado) acrescido do montante de instrumentos de capital contingente (CoCo), aplicado ao saldo elegível dos ativos por impostos diferidos. Quando a conversão resulte de liquidação ou insolvência ou o sujeito passivo apresente capitais próprios negativos, a conversão dos ativos por impostos diferidos em crédito tributário é efetuada pelo seu valor total.

Na conversão em crédito tributário (que não por liquidação ou insolvência), deverá ser criada uma reserva especial pelo valor do respetivo crédito majorado em 10% e corrigido, nos casos em que o capital próprio é inferior ao capital social, pelo quociente entre o primeiro e o segundo, sendo este último deduzido do montante do crédito tributário majorado. Adicionalmente, serão emitidos valores mobiliários sob a forma de direitos de conversão a atribuir ao Estado, que no caso da CGD é simultaneamente o seu único acionista. O exercício dos direitos de conversão tem por consequência o aumento do capital social do sujeito passivo por incorporação da reserva especial e emissão de novas ações ordinárias a entregar de forma gratuita ao Estado. Esta reserva especial não poderá ser distribuída. De referir que na data da emissão dos direitos de conversão, os acionistas têm o direito potestativo à sua aquisição, na proporção da respetiva participação.

Os impostos diferidos ativos registados pelo Grupo e considerados elegíveis ao abrigo do regime em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte natureza:



Impostos diferidos abrangidos pelo âmbito de incidência do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos	30-06-2022	31-12-2021
Imparidade para crédito	161.470	305.706
Benefícios dos trabalhadores	55.922	59.318
	217.392	365.024

Em consequência do apuramento de um resultado líquido negativo em 2016 pela Caixa Geral de Depósitos no âmbito da sua atividade individual, os ativos por impostos diferidos elegíveis à data de encerramento do referido período foram convertidos em créditos tributários em função da proporção desse resultado líquido no valor dos seus capitais próprios, ascendendo esse montante a 420.575 mEuros.

Ao abrigo da legislação aplicável, a conversão dos ativos por impostos diferidos foi precedida da constituição de uma reserva especial de 681.571 mEuros, correspondente ao valor do crédito tributário apurado no âmbito da conversão, majorado em 10% e ajustado ao abrigo dos requisitos do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 61/2014 (Nota 26). A constituição da reserva especial foi acompanhada da emissão e atribuição simultânea ao Estado de direitos de conversão por montante equivalente. Conforme especificado no artigo 12.º do Anexo à Lei n.º 61/2014 (que dela faz parte integrante), os atos societários anteriormente descritos, assim como o montante do crédito tributário convertido foram objeto de certificação por revisor oficial de contas.

Em resultado da sua posição enquanto único detentor do capital social da CGD, a emissão e atribuição dos direitos de conversão ao Estado não determinou qualquer diluição da sua posição acionista.

#### Impostos sobre lucros registados por contrapartida de capital próprio

No decorrer do exercício de 2011, o Grupo procedeu à alteração da sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais originados no âmbito da atualização das responsabilidades com pensões e encargos com saúde e com o rendimento esperado do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos integralmente por contrapartida de uma rubrica de capital próprio, sendo que até ao exercício de 2010 estes encontravam-se a ser contabilizados de acordo com o método do corredor.

O valor do imposto associado à componente contribuída dos desvios atuariais originados após a data de alteração da política contabilística, que seja considerada dedutível nos termos dos limites enquadáveis nos n.ºs 2 e 3 do artigo 43.º do Código do IRC, ou aquelas realizadas ao abrigo do n.º 8 do referido artigo, são relevados patrimonialmente por uma rubrica de capital próprio, conforme a base de reconhecimento das responsabilidades que lhe deram origem.

#### Impostos sobre lucros registados por contrapartida de resultados

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, os encargos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado líquido do período antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	Reexpresso	
	30-06-2022	30-06-2021
Impostos correntes		
Do exercício	41.437	18.979
Contribuição sobre o setor bancário	37.104	28.733
Correções a exercícios anteriores (líquido)	5.975	20.335
	84.516	68.047
Impostos diferidos	167.300	102.790
Total de impostos em resultados	251.816	170.838
Resultado consolidado antes de impostos	756.380	458.212
Carga fiscal	33,29%	37,28%

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho 2021, a rubrica “Correções a exercícios anteriores” apresenta a seguinte composição:

	30-06-2022	30-06-2021
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto (exercício de 2021, 2020 e 2019)	5.641	21.859
Liquidações adicionais, líquidas de reembolsos de IRC - correções ao lucro tributável	334	(1.524)
	5.975	20.335

Em 30 de junho de 2022, o saldo relativo a “Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto”, no valor de 5.641 mEuros, respeita maioritariamente a diferenças temporárias determinadas no âmbito do apuramento do IRC relativo ao exercício de 2021, ajustáveis à matéria coletável de exercícios futuros. As referidas diferenças originaram a constituição de impostos diferidos no mesmo período.

A reconciliação entre o imposto apurado com base na taxa nominal e os encargos/(proveitos) com impostos sobre lucros nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, pode ser demonstrada como se segue:

	30-06-2022		30-06-2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		756.380		458.212
Imposto apurado com base na taxa nominal	27,35%	206.870	27,35%	125.321
Impacto de sociedades com regimes fiscais diferentes da taxa nominal em Portugal	0,22%	1.645	0,17%	800
Diferenças definitivas a deduzir	(0,05%)	(362)	(0,07%)	(328)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões e outras imparidades não aceites	0,08%	617	0,04%	197
Outras	0,56%	4.233	0,10%	448
Reconhecimento de imparidade em participações financeiras, líquida de utilizações	0,52%	3.931	0,20%	913
Anulação de prejuízos fiscais reportáveis	0,00%	38	0,00%	17
Tributação autónoma	0,02%	130	0,02%	90
Contribuição sobre o setor bancário	4,91%	37.104	6,27%	28.733
Encargos com dividendos de outros instrumentos de capital	(0,48%)	(3.593)	(1,60%)	(7.309)
Outros	(0,27%)	(2.034)	3,84%	17.606
	32,86%	248.578	36,33%	166.488
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores				
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto relativas a exercícios anteriores e outras correções à base tributável, líquidas de impostos diferidos	0,43%	3.239	0,95%	4.349
Outras	0,00%	-	0,00%	-
	0,43%	3.239	0,95%	4.349
	33,29%	251.816	37,28%	170.838

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a taxa nominal de imposto da CGD, considerando as taxas de derrama aplicáveis à sua atividade, ascendeu a 27,35%.

A determinação da taxa nominal de imposto da CGD pondera o agravamento da derrama municipal e da derrama estadual que incidem sobre o lucro tributável.

Com a publicação da Lei n.º 42/2016, foi alterado o artigo 51.º-C do CIRC, mediante aditamento do seu n.º 6, o qual dispõe, para os exercícios de 2017 e seguintes, que as perdas por imparidade e outras correções de valor de partes sociais ou de outros instrumentos de capital próprio que tenham concorrido para a formação do lucro tributável, ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 28.º-A, consideram-se componentes positivas do lucro tributável no período de tributação em que ocorra a respetiva transmissão onerosa.

Em resultado desta situação, o Grupo reconheceu impostos diferidos passivos para imparidades em participações financeiras aceites fiscalmente no momento da sua constituição para as quais exista uma intenção de venda ou

liquidação (ou estas já se encontrem em curso), os quais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, ascendiam a 31.065 mEuros e 30.055 mEuros, respetivamente.

Limitações à dedutibilidade fiscal de perdas com imparidade em créditos e outras correções de valor (Nota 2.13)

Em 4 de setembro de 2019, foi publicada a Lei n.º 98/2019, que altera o Código do IRC em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras e cria regras aplicáveis às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019, ainda não aceites fiscalmente. De acordo com este novo regime, passam a ser integralmente dedutíveis as perdas por imparidade para risco de crédito relativas a exposições analisadas em base individual ou em base coletiva registadas nos períodos de tributação com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019, reconhecidas nos termos das normas contabilísticas e regulamentares aplicáveis (com as exceções previstas no n.º 7 do artigo 28.º-C do CIRC).

Às perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito que tenham sido contabilizadas nos períodos de tributação anteriores, continuam a aplicar-se as regras em vigor até 31 de dezembro de 2018 ou seja, limitando a dedutibilidade fiscal aos montantes apurados de acordo com as disposições do Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal (entretanto revogado) e desde que, nomeadamente, os créditos não se encontrassem cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Conforme disposições do artigo 4.º da nova Lei, a CGD e as restantes entidades relevantes que integram o perímetro fiscal nacional formalizaram a sua intenção de adesão ao novo regime para os períodos de tributação iniciados em 1 de janeiro de 2019, mediante comunicação dirigida ao Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira em 31 de outubro de 2019.

As regras de dedutibilidade aplicáveis no âmbito da referida Lei foram incorporadas na análise efetuada à recuperabilidade de ativos por impostos diferidos registados no balanço.

Análise da recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 2.13)

Tendo por referência os requisitos definidos pela IAS 12 – Impostos sobre o rendimento”, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida da expectativa do Grupo quanto à sua recuperabilidade futura, a qual assenta, fundamentalmente:

- (i) Na determinação da sua capacidade de geração de lucros tributáveis suficientes; e,
- (ii) Na interpretação efetuada do quadro legal a vigorar no período relevante da análise.

Esta avaliação foi realizada tendo por base exercícios de projeção de atividade elencados aos objetivos estratégicos propostos ao acionista para concretização no decurso do atual mandato do Conselho de Administração e que permitirão à CGD assegurar, no referido intervalo temporal, níveis de rentabilidade e de capital adequados, assim como o cumprimento dos objetivos de redução de ativos *non-performing* comunicados às entidades de supervisão.

Foram igualmente considerados os impactos potenciais na atividade da CGD introduzidos pela evolução da pandemia no desenvolvimento económico nacional e mundial, com efeitos inegáveis na sua capacidade para atingir as metas económico-financeiras pretendidas.

A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está suportada em projeções de rentabilidade devidamente ajustadas em função da evolução dos indicadores macroeconómicos e financeiros relevantes.

Foram igualmente considerados os pressupostos seguidamente elencados, com relevância para as conclusões alcançadas quanto à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos:

- (i) Aplicação das regras de dedutibilidade em imparidade para risco de crédito definidas pela Lei n.º 98/2019;
- (ii) Incorporação dos resultados fiscais estimados decorrentes da estratégia de reestruturação das operações internacionais e do processo de desalavancagem de ativos *non-performing* acordada com as entidades de supervisão; e,
- (iii) Projeção da dedutibilidade de encargos com benefícios a empregados, atuais e futuros, em função do período de tributação em que se estima vir a realizar os respetivos pagamentos.

No âmbito do exercício realizado não foram estimadas perdas face aos valores registados em balanço. Eventuais alterações nos pressupostos utilizados ou nas variáveis pertinentes à determinação dos lucros tributáveis projetados poderiam conduzir a resultados e conclusões substancialmente diferentes.

De notar que confrontados com as incertezas introduzidas pelo conflito armado que eclodiu no espaço territorial europeu em fevereiro de 2022 e cuja dimensão e impactos geopolíticos apresentam inegável e profunda dimensão,

a natureza do exercício realizado e a robustez dos resultados obtidos permitem ao Conselho de Administração, de acordo com os dados atualmente à sua disposição, manter como válidos os resultados alcançados.

#### Contribuição sobre o setor bancário e adicional de solidariedade

A Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro), através do seu artigo 141.º veio estabelecer a introdução de um novo regime de contribuição aplicável ao setor bancário. A base de incidência desta contribuição, regulamentada no âmbito da Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, incide sobre os passivos da instituição, deduzidos dos fundos próprios e complementares nele incluídos e ainda dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos, assim como sobre o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados que não tenham natureza de cobertura. Encontram-se igualmente abrangidos pelo tributo as filiais de instituições de crédito cuja sede se situe fora do território português, assim como sucursais em Portugal de instituições de crédito com sede fora da União Europeia.

A este regime foi adicionado em 2020 um complemento de solidariedade sobre o setor bancário, como instrumento de política orçamental em resposta à crise provocada pela pandemia. A base de incidência desta contribuição é regulamentada pela Portaria n.º 191/2020, de 10 de agosto, e tem por referência os mesmos requisitos aplicáveis ao apuramento da contribuição sobre o setor bancário anteriormente descritos.

O Grupo reconheceu nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, um custo de 37.104 mEuros e 28.733 mEuros, respetivamente, relativo à totalidade dos encargos a suportar nos períodos de tributação que lhe são imputáveis.

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores (considerando que os exercícios de 2017 e 2018 foram já objeto de inspeção pelas autoridades fiscais na maioria das entidades com sede em Portugal que integram o perímetro fiscal do grupo, permanecem ainda em aberto para revisão os exercícios 2019 a 2021). Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da CGD, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras consolidadas.

## 18. Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Outros ativos		
Certificados de dívida do Território de Macau	1.390.728	1.239.001
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	3.448	3.424
Outras disponibilidades	23	23
Outros	8.011	5.957
Devedores e outras aplicações		
Setor Público Administrativo	12.323	7.818
Suprimentos	7.186	7.167
Devedores por operações sobre futuros	33.614	25.688
Bonificações a receber		
Do Estado	20.159	18.183
De outras entidades	13.798	13.299
Valor a receber pela venda de bens arrematados	1.647	640
Outros devedores vencidos	17.612	18.150
Devedores diversos	883.504	837.451
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Excesso de cobertura de responsabilidades		
Caixa Geral de Depósitos	693.986	259.079
Outros	8	8
Rendimentos a receber	30.447	56.073
Despesas com encargo diferido		
Rendas	199	186
Outras	24.891	20.060
Outras operações ativas por regularizar	230.807	159.892
Operações de Bolsa	35.005	742
	3.407.396	2.672.841
Imparidade (Nota 36)	(157.618)	(156.513)
	3.249.779	2.516.327

O movimento na imparidade para devedores e outras aplicações, durante o primeiro semestre de 2022 e de 2021 é apresentado na Nota 36.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Devedores e outras aplicações – Devedores diversos”, inclui 66.061 mEuros e 241.148 mEuros, respetivamente, relativos a contas caução em diversas instituições financeiras. As referidas cauções decorrem da realização de operações de cedência de liquidez

colateralizadas por ativos financeiros, assim como da contratação de “swaps de taxa juro” (“IRS”) com essas entidades (Nota 10). A variação observada resulta da evolução do justo valor das operações subjacentes.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Devedores e outras aplicações – devedores diversos”, inclui 26.279 mEuros e 22.575 mEuros, respetivamente, relativos a cauções constituídas em resultado das contribuições para o Fundo Único de Resolução sob a forma de um compromisso irrevogável (Nota 32).

No âmbito do contrato firmado pelo Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau) com a Região Administrativa de Macau para a emissão de notas, o Banco entrega à Região divisas convertíveis correspondentes ao contravalor das notas em circulação, recebendo em contrapartida um certificado de dívida de valor equivalente destinado à cobertura da responsabilidade resultante da emissão fiduciária (Nota 24). O acerto dos montantes a entregar pelo Banco à Região faz-se mensalmente, nos primeiros quinze dias de cada mês, com base na média dos saldos diários do mês anterior. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o certificado de dívida do Governo de Macau ascende a 1.390.728 mEuros e 1.239.001 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Devedores e outras aplicações - Outros devedores vencidos”, inclui saldos em dívida pela execução de garantias prestadas a clientes e outras despesas diretamente associadas a estas operações, nos montantes de 15.677 mEuros e 15.896 mEuros, a imparidade acumulada, associada a estas operações ascendia a 12.442 mEuros e 12.318 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os montantes relativos às “Outras operações ativas por regularizar” dizem respeito, essencialmente, a operações com instrumentos derivados, efetuadas em bolsa, meios de pagamento e transferências bancárias, cuja liquidação financeira ainda não tinha ocorrido.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os suprimentos concedidos apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Outros	7.186	7.167
	7.186	7.167

## 19. Recursos de instituições de crédito e bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Recursos de bancos centrais		
Recursos - Banco Central Europeu		
Empréstimos, depósitos e outros recursos		
Caixa Geral de Depósitos	5.800.000	5.800.000
Recursos de outros bancos centrais		
Depósitos e outros recursos		
De Instituições de crédito no país	1.075	1.149
De Instituições de crédito no estrangeiro	14.850	40.791
Outros recursos	62.519	3.176
Juros a pagar / (receber)	(75.810)	(28.697)
	5.802.634	5.816.419
Recursos de outras instituições de crédito		
Depósitos e outros recursos		
De instituições de crédito no país	74.284	236.623
De instituições de crédito no estrangeiro	500.201	611.893
Recursos do mercado monetário interbancário	-	17.800
Recursos a muito curto prazo		
De instituições de crédito no país	65.433	35.207
De instituições de crédito no estrangeiro	18.475	20.350
Empréstimos		
De instituições de crédito no país	210	300
Recursos de organismos financeiros internacionais	-	1.428
Operações de venda com acordo de recompra	46.003	-
Juros a pagar / (receber)	4.469	5.183
	709.074	928.782
	6.511.708	6.745.201

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Recursos de Bancos Centrais – Recursos – Banco Central Europeu – Empréstimos, depósitos e outros recursos - Caixa Geral de Depósitos”, refere-se à participação da CGD na 3.ª Série do programa de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO – *Targeted Longer-Term Refinancing Operations*) criado pelo BCE com o objetivo de apoiar as instituições financeiras da Zona Euro na concessão de crédito bancário à economia em condições favoráveis e funcionando como um instrumento preferencial de execução da sua política monetária.

A operação foi reconhecida de acordo com os requisitos da IFRS 9, configurando um financiamento a taxa variável, indexado a taxas variáveis fixadas administrativamente pelo BCE. Assim, cada alteração às taxas do programa faz alterar a taxa de juro efetiva dos financiamentos e os impactos são reconhecidos prospectivamente.

A terceira Série de TLTRO, anunciada em 7 de março de 2019, inicialmente para operações a dois anos e posteriormente alterada para três anos, com a realização de leilões trimestrais, tem conhecido diversas adaptações nas suas condições de participação e remuneração. O acesso ao financiamento por parte das instituições financeiras pôde alargar-se até 55% de um conjunto específico dos seus empréstimos (para o total das 10 operações previstas no âmbito do programa) e é remunerado em função do nível médio da taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (MRO – *Main Refinancing Operations*). Adicionalmente, e com relevância para o Grupo, as instituições que mantivessem o nível de crédito elegível em relação ao valor de referência no período entre 1 de abril de 2021 e 31 de março de 2022, a taxa aplicada nas operações de refinanciamento entre 24 de junho de 2021 e 23 de junho de 2022 corresponderia ao nível médio da taxa de juro da facilidade permanente de depósito prevalecente ao longo do período de duração da operação, deduzida de 50 pontos base, e nunca superior a -1%.

Para os contratos em vigor, já foi possível confirmar que as condições se cumpriram no âmbito da contagem do período de tempo relevante e a remuneração foi ajustada em conformidade, refletindo assim uma atualização da taxa de juro (de -0.5% para -1%). Para o período posterior a 24 de junho de 2022, a taxa de juro estará dependente do que for a evolução da média das taxas da facilidade de depósito ao longo de toda a vida da operação.

A remuneração que a CGD registou contabilisticamente, com referência ao primeiro semestre de 2022, incluindo o prémio por ter sido cumprido o *benchmark*, foi de 47.181 mEuros.

Considerando que, perante uma situação de excesso de liquidez da Caixa, esses recursos estiveram depositados na conta do Banco Central durante o referido período, sobre os quais foi aplicada uma remuneração de -0,5%, a CGD suportou, no agregado da margem financeira, um custo estimado de 14.500 mEuros.

Desta forma, o impacto líquido das referidas operações, nas demonstrações financeiras do período, foi de 32.681 mEuros.



## 20. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Depósitos de poupança	2.379.711	2.394.938
Outros débitos		
À vista	45.199.768	42.960.088
A prazo		
Depósitos	32.582.727	31.523.069
Depósitos obrigatórios	910.421	848.512
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	143.813	82.127
Empréstimos	2.515	2.826
Operações com acordo de recompra	-	7.750
Outros	2.117.043	1.908.200
	35.756.519	34.372.483
	80.956.287	77.332.572
Juros a pagar	41.309	32.218
Custos diferidos, líquidos de proveitos diferidos	(645)	(665)
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas)	(3.927)	(3.380)
Correções de valor de passivos objeto de operações de cobertura	8	8
	36.745	28.180
	83.372.744	79.755.690

## 21. Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Obrigações em circulação		
Obrigações emitidas no âmbito do programa EMTN		
Remuneração indexada a taxas de juro	826.050	526.050
Obrigações hipotecárias	-	1.249.600
	826.050	1.775.650
Outros		
Emissões no âmbito do Programa <i>Euro Commercial Paper and Certificates of Deposit</i>		
Papel Comercial	830	395
	830	395
Correção de valor de passivos objeto de operações de cobertura	2.116	5.793
Despesas com encargo diferido, líquidas de proveitos	(2.541)	(2.007)
Juros a pagar	1.896	9.884
	828.351	1.789.714

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a decomposição da rubrica de responsabilidades representadas por títulos encontra-se deduzida dos saldos acumulados de dívida readquirida, e cujos montantes se podem decompor de acordo com o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Obrigações hipotecárias	3.000.000	3.000.000
	3.000.000	3.000.000

Como forma de diversificação das fontes de financiamento a CGD recorre aos seguintes Programas específicos:

(i) *Euro Commercial Paper and Certificates of Deposits (ECP e CCP)*

Ao abrigo do programa denominado “EUR 10.000.000.000 Euro *Commercial Paper and Certificates of Deposit*” a CGD (diretamente ou através da sucursal de França) pode emitir certificados de depósitos (CD) e “*Notes*” com uma maturidade máxima de 5 anos e 1 ano, respetivamente, denominados em Euros, Dólares Norte Americanos, Libras, Ienes Japoneses ou outra divisa que as partes acordem entre si. Estas emissões podem ser remuneradas a uma taxa de juro fixa, variável ou indexada à performance de índices ou ações.

(ii) *Euro Medium Term Notes (EMTN)*

O Grupo CGD, através da CGD (diretamente ou a partir da sucursal de França), pode emitir ao abrigo deste Programa títulos de dívida no montante máximo de 15.000.000 mEuros.

As obrigações podem ser emitidas em qualquer divisa com prazos mínimos de um mês e 5 anos para emissões não subordinadas e subordinadas, respetivamente. Não estão definidos prazos máximos para as operações.

Estas emissões podem ser emitidas a desconto e ser remuneradas a taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à performance de índices ou ações.

(iii) Obrigações Hipotecárias

Em novembro de 2006, a CGD constituiu um programa para a emissão, de forma direta, de Obrigações Hipotecárias até ao montante atual máximo de 15.000.000 mEuros. As obrigações a emitir são garantidas por uma carteira de empréstimos hipotecários que terá de satisfazer, a todo o momento, as condições mínimas exigidas pela regulamentação aplicável para a emissão deste tipo de instrumentos, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 59/2006, os Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As emissões podem ser efetuadas em qualquer divisa com um prazo mínimo de 2 anos e máximo de 50 anos. A sua remuneração pode ter subjacentes taxas de juro fixas, variáveis ou indexadas à *performance* de índices ou ações.

Estas obrigações conferem ao seu detentor um privilégio creditório especial – com precedência sobre quaisquer outros credores – sobre um património de ativos que ficam segregados no balanço da entidade emitente, constituindo uma garantia da dívida, ao qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência.

São ativos elegíveis para constituição do património autónomo, os créditos hipotecários destinados à habitação ou para fins comerciais situados num Estado membro da União Europeia, ou em alternativa, créditos sobre Administrações Centrais ou Autoridades Regionais e Locais de um dos Estados membros da União Europeia e créditos com garantia expressa e juridicamente vinculativa das mesmas entidades. No caso de créditos hipotecários, o respetivo montante não pode exceder 80% do valor dos bens hipotecados dados em garantia relativamente a imóveis destinados à habitação (60% para os restantes imóveis).

Adicionalmente, de acordo com as condições de emissão definidas ao abrigo do programa, deverá assegurar-se o cumprimento dos seguintes critérios ao longo do período de emissão:

- O valor nominal global das obrigações hipotecárias em circulação não pode ultrapassar 95% do valor global dos créditos hipotecários e outros ativos afetos às referidas obrigações;
- O vencimento médio das obrigações hipotecárias emitidas não pode ultrapassar, para o conjunto das emissões, a vida média dos créditos hipotecários que lhes estejam afetos;
- O montante global dos juros a pagar de obrigações hipotecárias não deve exceder, para o conjunto das emissões, o montante dos juros a cobrar dos mutuários dos créditos hipotecários afetos às referidas obrigações; e,
- O valor atual das obrigações hipotecárias não pode ultrapassar o valor atual do património afeto, tendo esta relação de se manter para deslocações paralelas de 200 pontos base na curva de rendimentos.

Podem ainda fazer parte do património autónomo, num montante máximo de 20% do seu valor, ativos de substituição, nomeadamente depósitos no Banco de Portugal ou títulos elegíveis no âmbito das operações de crédito do Eurosistema, entre outros definidos na lei.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor nominal de obrigações hipotecárias emitidas pela CGD ascendia a 3.000.000 mEuros e 4.250.000 mEuros, respetivamente, apresentando as emissões as seguintes características:

DESIGNAÇÃO	Valor nominal		Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade dos juros	Remuneração	Taxa em	Taxa em
	30-06-2022	31-12-2021					30-06-2022	31-12-2021
Hipotecárias Série 4 2007/2022	-	250.000	2007-06-28	2022-06-28	Trimestralmente nos dias 28 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,05%	-	-0,050%
Hipotecárias Série 14 2012/2022 (a)	1.500.000	1.500.000	2012-07-31	2022-07-31	Trimestralmente nos dias 31 de janeiro, abril, julho e outubro	Taxa Euribor 3meses + 0,75%	0,031%	-0,556%
Hipotecárias Série 17 2015/2022	-	1.000.000	2015-01-27	2022-01-27	Anualmente no dia 27 de janeiro	Taxa Fixa	-	1,000%
Hipotecárias Série 18 2018/2028 (a)	1.500.000	1.500.000	2018-12-19	2028-12-19	Trimestralmente nos dias 19 de março, junho, setembro e dezembro	Taxa Euribor 3meses + 0,6%	0,043%	-0,589%
	3.000.000	4.250.000						

(a) Emissão integralmente readquirida pela CGD. Estes títulos encontram-se a colateralizar operações de cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu

O património autónomo que garante as emissões é composto por créditos à habitação originados, em Portugal, ascendendo o seu valor de balanço em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a 4.345.622 mEuros e 5.604.258 mEuros, respetivamente (Nota 13).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o património autónomo afeto à emissão de obrigações hipotecárias integrava títulos de dívida cujo valor de balanço nessas datas ascendia a 15.232 mEuros e 15.097 mEuros (Nota 13).

Em 30 de junho de 2022, as notações de *rating* atribuídas às emissões de obrigações hipotecárias pelas agências *Moody's*, *Fitch* e *DBRS* eram de Aa2, AA e AAA, respetivamente.

A CGD realizou uma emissão de dívida sénior preferencial em 21 de setembro de 2021, no montante de 500.000 mEuros, com maturidade máxima de 6 anos e um cupão de 0,375%, o que constitui o cupão mais baixo alguma vez conseguido pelo Grupo em emissões no mercado de capitais. Esta emissão tem a particularidade de ser sustentável, direcionando os fundos captados para o financiamento de operações de crédito dos seus clientes no domínio ambiental e do desenvolvimento socioeconómico, tratando-se da primeira emissão realizada por um banco português com estas características.

De forma idêntica, a 15 de junho de 2022, a CGD emitiu outra emissão “verde” de dívida sénior preferencial no montante de 300.000 mEuros, com o prazo de 4 anos e possibilidade de reembolso antecipado ao fim de 3 anos e um cupão de 2,875%.

Ambas as emissões inserem-se no plano de financiamento definido para o cumprimento dos requisitos de MREL (*Minimum Requirements for own funds and Eligible Liabilities*) fixados pelo Banco de Portugal, conforme decisão do Conselho Único de Resolução. Tratam-se da segunda e terceira emissão, respetivamente, colocada nos mercados de dívida internacionais para este fim, após a emissão de dívida sénior não preferencial realizada em novembro de 2019. É um marco importante na concretização dos compromissos assumidos no domínio do financiamento sustentável, o que cria valor e reduz o impacto ambiental da sua atividade.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe das obrigações emitidas por tipo de remuneração e por prazos residuais até à maturidade é o seguinte:

	30-06-2022		
	Programa EMTN Ativo indexado a Taxa de Juro	Outras Obrigações	Total
Até 1 ano	-	830	830
Entre 1 e 5 anos	306.000	-	306.000
Entre 5 e 10 anos	500.000	-	500.000
Mais de 10 anos	20.050	-	20.050
	826.050	830	826.880

	31-12-2021			
	Programa EMTN Ativo indexado a Taxa de Juro	Obrigações hipotecárias	Outras Obrigações	Total
Até 1 ano	-	1.249.600	302	1.249.902
Entre 1 e 5 anos	6.000	-	92	6.092
Entre 5 e 10 anos	500.000	-	-	500.000
Mais de 10 anos	20.050	-	-	20.050
	526.050	1.249.600	395	1.776.045

No decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, verificaram-se as seguintes emissões e reembolsos de valores mobiliários representativos de dívida:

	Saldo em 31-12-2021	Emissões	Reembolsos	Saldo em 30-06-2022
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	526.050	300.000	-	826.050
Obrigações hipotecárias	1.249.600	-	(1.249.600)	-
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	395	546	(111)	830
	1.776.045	300.546	(1.249.711)	826.880

	Saldo em 31-12-2020	Reembolsos	Saldo em 30-06-2021
Obrigações emitidas no âmbito do Programa EMTN	109.490	(13.440)	96.050
Obrigações hipotecárias	1.249.600	-	1.249.600
Emissões de papel comercial ao abrigo do ECP e CCP	70	111	181
	1.359.160	(13.329)	1.345.831

## 22. Provisões e passivos contingentes

### Provisões

O movimento nas provisões para benefícios dos empregados e nas provisões para outros riscos nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2021	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2022
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 33)	658.255	(58.799)	(31.243)	216	(7.614)	560.815
Provisões para contingências judiciais	24.846	(7.183)	(6)	91	(3)	17.745
Provisões para garantias e compromissos assumidos	219.685	(18.287)	-	314	1.804	203.516
Provisões para outros riscos e encargos	74.309	4.700	(4.058)	831	23	75.805
	318.839	(20.770)	(4.064)	1.236	1.824	297.066
	977.094	(79.569)	(35.307)	1.452	(5.790)	857.880

	Saldo em 31-12-2020	Reforços, reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros	Saldo em 30-06-2021
Provisões para encargos com benefícios de empregados (Nota 33)	725.478	35.422	(29.230)	661	(132.354)	599.978
Provisões para contingências judiciais	21.179	(2)	-	-	(227)	20.950
Provisões para garantias e compromissos assumidos	235.273	(281)	(19)	241	1.116	236.329
Provisões para outros riscos e encargos	55.384	1.469	(3.583)	807	16.136	70.215
	311.836	1.186	(3.601)	1.048	17.025	327.494
	1.037.315	36.608	(32.831)	1.710	(115.329)	927.472

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a utilização da provisão para encargos com os benefícios de empregados, no montante total de 31.243 mEuros e 29.230 mEuros, respetivamente, decompõe-se em:

- 12.418 mEuros relativos ao plano médico-social, 16.981 mEuros do Plano Horizonte e outros acordos de suspensão de prestação de trabalho e 1.402 mEuros relativos a rescisões por mútuo acordo, para o primeiro semestre de 2022. Foram ainda utilizados cerca de 442 mEuros para planos de pensões e planos de reformas antecipadas por algumas empresas do Grupo.
- 8.927 mEuros relativos ao plano médico-social e 17.347 mEuros do plano horizonte e outros acordos de suspensão de posto de trabalho e 2.603 mEuros relativos a rescisões por mútuo acordo, para o primeiro semestre de 2021. Foram ainda utilizados cerca de 353 mEuros para planos de pensões e planos de reformas antecipadas por algumas empresas do Grupo.

#### Atividade desenvolvida no âmbito da Caixa Geral de Depósitos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Provisão para assistência médico-social pós-emprego	294.719	356.488
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho (PH+ASPT+PPR)	102.810	79.969
Provisão para programa pré reforma (PPR 2022-2024)	137.279	195.763
Provisão para rescisão por mútuo acordo (RMA)	584	627
Responsabilidades da Sucursal de França	15.247	15.247
	550.639	648.094

No primeiro semestre de 2022, o valor das "Provisões para encargos com benefícios de empregados", inclui uma utilização de 16.981 mEuros da provisão para acordos de suspensão de prestação de trabalho (PH – Plano Horizonte, ASPT – Acordo de Suspensão da Prestação de Trabalho e PPR – Programa Pré-Reforma 18 a 21) e

um reforço da provisão do programa de pré-reforma PPR para 2022, no montante de 39.832 mEuros, por contrapartida de Custos com Pessoal (Nota 31).

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os montantes apresentados na coluna “Transferências e outros” no mapa de movimentos nas provisões para encargos com benefícios de empregados apresentam a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Provisões registadas por contrapartida de custos com pessoal		
Assistência médica CGD (Nota 33)	4.345	8.263
Acordos de suspensão da prestação de trabalho - ASPT+PH+PPR (Nota 33)	39.822	30.109
Rescisão por Mútuo Acordo (Nota 33)	1.358	5.164
Outros (Ganhos associados ao Plano Médico - Nota 33)	-	(145.396)
	45.525	(101.860)
Provisões registadas por contrapartida de outras reservas		
Desvíos atuariais e financeiros	(53.696)	(8.854)
Outros	-	(1.700)
	(8.171)	(112.415)

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências resultantes da atividade da CGD.

As provisões para contingências judiciais correspondem à melhor estimativa da CGD de eventuais montantes a despendar na sua resolução com base em estimativas da Direção de Assuntos Jurídicos e dos advogados que acompanham os processos.

As provisões para garantias e compromissos assumidos refletem a estimativa de perdas potenciais associadas a responsabilidades com clientes, decorrentes da atividade comercial da CGD, sendo determinadas pela Direção de Gestão de Risco em conformidade com os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

#### Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2022	31-12-2021
Passivos eventuais		
Ativos dados em garantia	17.809.915	17.915.029
Garantias e avals	2.897.151	2.800.254
Créditos documentários abertos	376.447	345.520
Cartas de crédito "stand by"	32.816	7.564
	21.116.329	21.068.367
Compromissos		
Compromissos revogáveis	9.473.930	9.067.350
Subscrição de títulos	1.612.326	1.227.469
Linhas de crédito irrevogáveis	1.193.120	1.299.158
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	155.553	155.553
Sistema de indemnização aos investidores	50.147	48.710
Outros compromissos irrevogáveis	71.279	67.575
Contratos a prazo de depósitos		
A constituir	45.181	-
	12.601.536	11.865.815
Depósito e guarda de valores	51.652.840	53.831.053
Outros valores administrados pela instituição	22.908.097	25.287.904

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Ativos dados em garantia” inclui as seguintes situações:

	30-06-2022	31-12-2021
Instrumentos de dívida		
Recursos consignados		
BEI - Banco Europeu de Investimento	1.232.462	1.139.088
Council of Europe Development Bank	8.000	10.400
Banco de Portugal (*)	15.818.650	16.581.683
Fundo de Garantia de Depósitos	167.740	157.740
Sistema de indemnização aos investidores (futuros)	23.500	20.500
Euronext	5.000	5.000
Outros ativos		
Outros	554.563	618
	17.809.915	17.915.029

(\*) Engloba a carteira de títulos afectos a tomadas de liquidez junto do Banco Central Europeu, assim como os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do “Contrato de Garantia do Crédito Intradiário” no valor de 500 milhões de euros e outras operações em mercado monetário Interbancário.

Os ativos dados em garantia respeitam a instrumentos de dívida, os quais, em função da sua natureza, se encontram classificados em rubricas de ativos ao justo valor por contrapartida de resultados, ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral, crédito a clientes e responsabilidades representadas por títulos (Nota 21).

Os ativos dados em garantia não estão disponíveis para livre utilização pela CGD nas suas operações, encontrando-se registados em rubricas extrapatrimoniais pelo valor nominal.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos instrumentos de dívida dados em garantia ascendia a 10.994.906 mEuros e 12.188.700 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os títulos dados em garantia para fazer face aos compromissos com responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos e com o Sistema de Indemnização aos Investidores assumidos pelo Grupo, apresentam um valor de mercado de 191.302 mEuros e 178.356 mEuros, respetivamente.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objetivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efetuadas contribuições anuais regulares. Em exercícios passados, parte destas responsabilidades foram assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite, não tendo este montante sido relevado como custo. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 155.553 mEuros. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo reconheceu encargos com a contribuição anual para o FGD nos montantes de 2.058 mEuros e 1.447 mEuros, respetivamente.

#### Autoridade da Concorrência

Em 3 de junho de 2015, a CGD foi notificada de Nota de Ilícitude através da qual a Autoridade da Concorrência lhe imputa, bem como a catorze outras Instituições de Crédito, diversas práticas, designadamente troca de informação com parte das mesmas Instituições de Crédito, que, na ótica da mencionada Autoridade, constituem práticas concertadas que tiveram como objeto falsear, de forma sensível, a concorrência no mercado.

Em razão de requerimentos apresentados por diversas Instituições de Crédito visadas, o prazo inicial veio a ser prorrogado por mais de uma vez, não se encontrando ainda esgotado. Apesar de tal facto, a CGD concluiu a preparação da sua defesa no decorrer do período inicialmente previsto para o efeito, e que findava em 17 de novembro de 2015.

Em 14 de março de 2017, a CGD foi formalmente informada pela Autoridade da Concorrência da deliberação do seu Conselho de Administração do levantamento da suspensão do processo de contraordenação que se encontrava em vigor, mantendo-se no entanto a suspensão do prazo de pronúncia sobre a Nota de Ilícitude.



Posteriormente, uma nova deliberação do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência veio cessar a suspensão do prazo de pronúncia, a qual terminava em 27 de setembro de 2017. A CGD apresentou a sua defesa em 26 de setembro, tendo para o efeito requerido diligências complementares de prova, as quais vieram a ter lugar nos dias 5 e 6 de dezembro de 2017.

Em junho, julho e outubro de 2018, a CGD respondeu a pedidos de elementos adicionais da Autoridade da Concorrência.

Em março de 2019, a CGD foi notificada da deliberação da Autoridade da Concorrência que prorrogou o prazo da instrução do processo até 31 de dezembro de 2020.

Em 10 de setembro de 2019, a CGD foi notificada da decisão final da Autoridade da Concorrência, de caráter inédito, que aplica uma coima no valor de 82.000 mEuros (calculada, nos termos da lei, em função do seu volume de negócios nos segmentos de crédito em causa). As restantes instituições visadas no processo em referência foram notificadas de decisões equivalentes.

A CGD considera existirem falhas e omissões na imputação das alegadas infrações e na fixação da coima que lhe foi aplicada, razão pela qual procedeu à sua impugnação junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão em 21 de outubro de 2019.

Naquele âmbito, em 21 de dezembro de 2020, foi prestada garantia bancária no montante de 41.000 mEuros por o tribunal ter entendido que tal era necessário para efeitos de suspensão da execução da coima. Não obstante, esta decisão está a ser contestada pela CGD.

O julgamento iniciou-se em 6 de outubro de 2021, tendo a audiência de julgamento sido reaberta em 8 de abril de 2022, já após a produção de alegações finais pelas partes. A reabertura da audiência de julgamento foi determinada pela juíza titular do processo para alteração de factos não substanciais relativamente aos constantes da acusação. Em 28 de abril de 2022, o tribunal decidiu o reenvio prejudicial para o Tribunal de Justiça da União Europeia de várias questões em que releva a interpretação de direito da União Europeia, encontrando-se o processo de contraordenação suspenso até que aquele tribunal se pronuncie.

#### Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, sendo os seus recursos provenientes do pagamento das contribuições devidas pelas instituições participantes no Fundo e da contribuição sobre o setor bancário. Adicionalmente, está também previsto que sempre que esses recursos se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações podem ser utilizados outros meios de financiamento, nomeadamente:

- (i) Contribuições especiais das instituições de crédito; e,
- (ii) Importâncias provenientes de empréstimos.

#### Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 3 de agosto de 2014, aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A., uma nova instituição bancária de transição criada para o efeito, integralmente detido pelo Fundo de Resolução.

Na sequência da medida de resolução, foram determinadas necessidades de capital do Novo Banco, S.A. de 4.900.000 mEuros a realizar pelo único acionista nos termos da legislação em vigor. Considerando que o Fundo de Resolução não detinha nessa data os recursos próprios necessários à operação, a subscrição de capital foi efetuada mediante a obtenção de dois financiamentos:

- 3.900.000 mEuros do Estado Português; e,
- 700.000 mEuros de oito instituições participantes no Fundo (dos quais 174.000 mEuros assegurados pela CGD).

Em setembro de 2015, o Banco de Portugal interrompeu o processo de venda da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco, iniciado em 2014, e concluiu o procedimento em curso sem aceitar qualquer das três propostas vinculativas recebidas por considerar que os seus termos e condições não eram satisfatórios. Em comunicado de 21 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal divulgou o acordo alcançado com a Comissão Europeia que previa, entre outros compromissos, a extensão do prazo para a alienação integral da participação acionista detida pelo Fundo de Resolução no Novo Banco.

Em 29 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal emitiu um comunicado sobre a aprovação de um conjunto de decisões que completam a medida de resolução aplicada ao BES. O Banco de Portugal determinou retransmitir para o BES a responsabilidade por obrigações não subordinadas por este emitidas e que foram destinadas a investidores institucionais. O montante nominal das obrigações retransmitidas para o BES foi de 1.941.000 mEuros e corresponde a um valor de balanço de 1.985.000 mEuros. Para além desta medida, o Banco de Portugal veio também clarificar que compete ao Fundo de Resolução neutralizar, por via compensatória junto do Novo Banco, os eventuais efeitos negativos de decisões futuras, decorrentes do processo de resolução, de que resultem responsabilidades ou contingências.

O processo de alienação da participação detida pelo Fundo de Resolução no capital do Novo Banco foi relançado em janeiro de 2016.

Em julho de 2016, e decorrente da conclusão do processo de avaliação independente do nível de recuperação dos créditos de cada classe de credores do BES num hipotético cenário de liquidação em agosto de 2014, como alternativa à aplicação da medida de resolução, o Banco de Portugal veio clarificar que na hipótese de se verificar no encerramento da liquidação do BES que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco, S.A., venham a assumir uma perda superior à que teriam nesse cenário, deverão ser ressarcidos dessa diferença pelo Fundo de Resolução.

Em 4 de agosto de 2016, o Fundo de Resolução informou da alteração às condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução aplicada (ambos com prazo máximo de 4 de agosto de 2016), cujo vencimento passou a ser 31 de dezembro de 2017, sem prejuízo de reembolso antecipado ou de serem acordadas novas alterações.

Em 28 de setembro de 2016, o Fundo de Resolução anunciou ter acordado com o Ministério das Finanças a revisão das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do BES. De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução, a revisão então acordada "permitiria a extensão dessa maturidade em termos que garantam a capacidade do Fundo de Resolução para cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, e independentemente das contingências positivas ou negativas a que o Fundo de Resolução se encontra exposto". Na mesma data, o Gabinete do Ministro das Finanças anunciou também que "no âmbito do contrato com o Fundo de Resolução, e de acordo com as bases já estabelecidas, quaisquer aumentos ou reduções de responsabilidades decorrentes da materialização de contingências futuras, determinarão o ajustamento da maturidade dos empréstimos do Estado e dos bancos ao Fundo de Resolução, mantendo-se o esforço contributivo exigido ao setor bancário nos níveis atuais."

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a formalização das alterações contratuais acima mencionadas, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046. A revisão das condições dos empréstimos visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário.

Em 31 de março de 2017, o Banco de Portugal selecionou a Lone Star para a conclusão da operação de venda do Novo Banco. Este acordo implicou a realização de dois aumentos de capital, o primeiro no valor de 750.000 mEuros ocorrido em outubro desse ano, e o segundo no valor de 250.000 mEuros em dezembro de 2017.

Esta venda foi precedida da concretização de uma operação de *Liability Management Exercise* (LME) sobre 36 séries de obrigações no valor contabilístico de 3.000.000 mEuros. O sucesso desta operação traduziu-se na compra e reembolso de obrigações representativas de 73% do seu valor contabilístico, com um resultado imediato de 209.700 mEuros.

Na sequência do processo de venda foi criado um Mecanismo de Capital Contingente que permite ao Novo Banco poder ser compensado, até ao limite máximo de 3.890.000 mEuros, por perdas que venham a ser reconhecidas em alguns dos seus ativos a cargo do Fundo de Resolução.

Em 18 de outubro de 2017, o Fundo de Resolução cumpriu as últimas formalidades da operação, dando execução às determinações da autoridade nacional de resolução, o Banco de Portugal, mantendo uma posição de 25% no capital social do Novo Banco e a Lone Star 75% do capital. Com esta operação, o capital social do Novo Banco passou de 4.900.000 mEuros para 5.900.000 mEuros.

Após a conclusão desta operação, cessou a aplicação do regime das instituições de transição ao Novo Banco, passando este a operar em total normalidade ainda que sujeito a algumas medidas limitativas à sua atividade impostas pela autoridade da concorrência europeia.

Em 28 de março de 2018, após o anúncio dos resultados do banco relativos ao exercício de 2017, acionou-se o mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados aquando da venda, o que determinou a obrigação de pagamento de 792.000 mEuros ao Novo Banco pelo Fundo de Resolução.

Em 24 de maio de 2018, foi realizado o pagamento acima referido, após a certificação legal de contas do Novo Banco e após a conclusão dos procedimentos de verificação necessários, dos quais resultou a confirmação de que estavam verificadas as condições que, nos termos do contrato, determinam a realização do pagamento, bem como a confirmação do exato valor a pagar pelo Fundo de Resolução.

Para o efeito, o Fundo de Resolução utilizou os seus recursos próprios, resultantes das contribuições pagas pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado Português, no montante de 430.000 mEuros.

Em 6 de julho de 2018, o Fundo de Resolução aprovou em assembleia geral da Oitante, realizada a 3 de julho a apresentação de proposta ao Banco de Portugal quanto à nomeação dos membros do Conselho de Administração daquela Sociedade para o mandato de 2018 a 2020 face ao termo do mandato anterior. Foi também proposta ao Banco de Portugal a recondução dos membros do Conselho Fiscal da Oitante e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e a recondução dos membros da mesa da assembleia geral. Na mesma Assembleia Geral foram aprovadas as contas da Oitante relativas ao exercício de 2017 que apresentaram um resultado positivo de 30.100 mEuros.

Em 1 de março de 2019, o Novo banco anunciou os resultados relativos ao exercício de 2018 dos quais resulta o acionamento do mecanismo de capitalização contingente previsto nos contratos celebrados em 2017, no âmbito da venda da instituição. De acordo com os resultados divulgados pelo Novo Banco, o montante pago em 2019 pelo Fundo de Resolução ascendeu 1.149.000 mEuros.

O pagamento devido em 2019 pelo Fundo de Resolução foi realizado a 6 de maio de 2019. Para o efeito, o Fundo de Resolução utilizou tal como em 2018, os seus recursos financeiros disponíveis, resultantes das contribuições pagas pelo setor bancário, complementadas por um empréstimo do Estado Português, no montante de 850.000 mEuros.

De acordo com o comunicado do Novo Banco referente aos resultados de 2019, o Novo Banco solicitou uma compensação de 1.037.000 mEuros ao abrigo do Mecanismo de Capital Contingente, tal como estipulado no contrato de venda. O referido pagamento foi realizado em maio de 2020, no montante de 1.035.000 mEuros.

O Fundo de Resolução também prestou à Comissão de Orçamento e Finanças, por escrito, todos os esclarecimentos sobre a sua decisão de deduzir, ao valor apurado nos termos do mecanismo de capital contingente, o montante relativo à remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco.

O valor das compensações pagas em 2018 (792.000 mEuros referentes a 2017), 2019 (1.149.000 mEuros referentes a 2018) e 2020 (1.035.000 mEuros referentes a 2019) totalizam 2.976.000 mEuros. O montante máximo de pagamentos a realizar pelo Fundo de Resolução estabelecido no Acordo de Capitalização Contingente é de 3.890.000 mEuros.

A propósito das informações difundidas a 4 de junho de 2020 na sequência da publicação, pelo Conselho das Finanças Públicas das “Perspetivas Económicas e Orçamentais 2020-2022”, o Fundo de Resolução esclarece que iniciou, em conjunto com o Novo Banco, um procedimento arbitral com vista a esclarecer o tratamento que devem merecer, à luz do Acordo de Capitalização Contingente celebrado entre ambos, os efeitos decorrentes da intenção do Novo Banco em prescindir do regime transitório de que atualmente beneficia e que visa reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios das instituições de crédito.

O procedimento arbitral referido não representa risco adicional face ao limite de 3.890.000 mEuros.

No seu comunicado de 16 de junho de 2020, o Fundo de Resolução disponibilizou documentos contratuais à Comissão de Orçamento e Finanças que incluem o “Contrato de Compra e Venda e de subscrição de Ações do Novo Banco, S.A.” celebrado entre o Fundo de Resolução e a Nani Holdings SGPS, S.A. em 31 de março de 2017, bem como o “Acordo de Capitalização Contingente”, celebrado entre o Fundo de Resolução e o Novo Banco em 18 de outubro de 2017.

No dia 10 de agosto de 2020, o Fundo de Resolução esclareceu, em comunicado, que a venda da participação detida pelo Novo Banco na GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A. era um imperativo ditado pelos compromissos assumidos pelo Estado Português junto da Comissão Europeia. Nos termos daqueles compromissos, o Novo Banco ficou obrigado a vender a sua participação na GNB Vida até 31 de dezembro de 2019.

A aquisição foi feita pelos fundos “APAX Partners”, cuja idoneidade foi objeto de avaliação pela autoridade competente. Na avaliação do Fundo de Resolução, o valor da venda correspondeu ao valor da melhor oferta recebida na sequência de um processo de venda aberto e competitivo e reflete o valor de mercado, naquele momento, do ativo em causa.

Na sequência do pagamento que efetuou ao Novo Banco, em maio de 2019, em cumprimento do Acordo de Capitalização Contingente, o Fundo de Resolução divulgou, a 3 de setembro de 2020, que recebeu o relatório da auditoria especial determinada pelo Governo, nos termos do disposto na Lei n.º 15/2019, de 12 de fevereiro, que estabelece que sempre que são disponibilizados, direta ou indiretamente, fundos públicos a uma instituição de crédito deve ser efetuada uma auditoria por uma entidade independente, neste caso a Deloitte & Associados, SROC., e veio também ao encontro de uma necessidade identificada, em fevereiro de 2019, pelo Fundo de Resolução.

Os resultados da auditoria revelam que Novo Banco continua fortemente marcado pelo vasto legado de ativos não produtivos, gerado ainda na esfera do Banco Espírito Santo, S.A., com o consequente registo de imparidades e provisões, mas que tem robustecido os seus procedimentos internos. Revela também a adequação dos princípios e critérios adotados no que respeita ao exercício dos poderes do Fundo de Resolução no âmbito do Acordo de Capitalização Contingente.

No dia 4 de junho de 2021, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento ao Novo Banco, referente ao Acordo de Capitalização Contingente no valor de 317.013 mEuros, com respeito às contas do exercício de 2020. Este pagamento resulta do pedido do Novo Banco, a 7 de abril de 2021, no montante de 598.312 mEuros. Concluídos todos os procedimentos de validação, foi confirmado que, com referência a 31 de dezembro de 2020, se verificava a condição que determina a realização de um pagamento por parte do Fundo de Resolução. O montante necessário para que o rácio CET1 do Novo Banco se situe no nível contratualmente estipulado de 12% é de 598.312 mEuros valor confirmado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, as autoridades com competência legal para o efeito.

O Fundo de Resolução considerou que, ao valor solicitado pelo Novo Banco, era devido um ajustamento no montante agregado de 169.299 mEuros. Esse ajustamento resulta do somatório dos valores relativos às situações a seguir indicadas:

- (i) A redução do montante correspondente ao impacto, na posição de capital do Novo Banco, da perda resultante da decisão de desinvestimento da atividade do Novo Banco em Espanha, com referência a 31 de dezembro de 2020 (147.442 mEuros);
- (ii) A redução correspondente a diferenças de valorização apuradas quanto a um conjunto de ativos detidos pelo Novo Banco (18.000 mEuros);
- (iii) A redução dos custos correspondentes à remuneração variável atribuída aos membros do Conselho de Administração Executivo do Novo Banco referente aos exercícios de 2020 (no montante de 1.860 mEuros) e de 2019 (no montante de 1.997 mEuros). Esta última parcela já havia justificado uma redução no pagamento realizado em 2020, mas deve continuar a ser objeto de ajustamento, tendo em conta o funcionamento do mecanismo de capitalização contingente. Assim, o valor apurado pelo Fundo de Resolução para efeitos de pagamento ao Novo Banco foi de 429.013 mEuros.

A realização do pagamento por parte do Fundo de Resolução exigiu uma alteração orçamental, que foi autorizada por Despacho de S.E. o Ministro de Estado e das Finanças.

Do valor de 429.013 mEuros, a autorização relativa a uma parcela de 112.000 mEuros ficou dependente da conclusão de uma averiguação suplementar, que incluía a obtenção de uma opinião externa, relativamente à opção do Novo Banco de não aplicar a política de contabilidade de cobertura aos instrumentos financeiros derivados contratados para cobrir risco de taxa de juro resultante da exposição a obrigações de dívida soberana de longo prazo. Assim, foi realizado o pagamento ao Novo Banco do montante de 317.013 mEuros e prosseguirão as diligências necessárias para aferir a verificação da condição a que ficou sujeita a transferência do montante de 112.000 mEuros.

O pagamento ao Novo Banco foi integralmente financiado com recursos provenientes de um empréstimo obtido junto de sete instituições de crédito nacionais. O empréstimo tem vencimento em 2046 e é remunerado a uma taxa de juro correspondente ao custo de financiamento da República para o prazo entre a data de celebração do contrato (31 de maio de 2021) e 31 de dezembro de 2026, acrescido de uma margem de 15 pontos base. A taxa de juro será revista a 31 de dezembro de 2026 e depois a cada período de cinco anos, correspondendo ao custo de financiamento da República a cinco anos, acrescido de uma margem de 15 pontos base.

Mesmo considerando o valor de 429.013 mEuros (ou até o valor solicitado pelo Novo Banco), o valor apurado relativamente ao ano de 2020 é inferior ao valor das perdas registadas nesse ano relativamente aos ativos abrangidos pelo mecanismo de capitalização contingente, que foi de 752.000 mEuros.

Por outro lado, o valor acumulado das perdas relativas a esses ativos (entre 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2020) ascende a 4.367.000 mEuros, pelo que – mesmo que se considere o valor de 429.013 mEuros referentes

a 2020 – o valor acumulado dos pagamentos do Fundo de Resolução será de 3.405.000 mEuros, ou seja, inferior em 962.000 mEuros ao valor acumulado das perdas.

Tal como tem acontecido em anos anteriores, o mecanismo de capitalização contingente limita o valor dos pagamentos pelo Fundo de Resolução ao montante necessário para que os rácios de capital do Novo Banco se mantenham nos níveis acordados.

#### Medida de resolução aplicada ao Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.

De acordo com o comunicado do Banco de Portugal de 20 de dezembro de 2015, foi decidida a venda da atividade do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif) e da maior parte dos seus ativos e passivos ao Banco Santander Totta por 150.000 mEuros. Segundo o referido comunicado, as imposições das instituições europeias e a inviabilização da venda voluntária do Banif conduziram a que esta alienação fosse tomada no contexto de uma medida de resolução.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (Oitante), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. Neste âmbito, a Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, as quais foram adquiridas na totalidade pelo Banco Santander Totta, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

A operação envolveu um apoio público de cerca de 2.255.000 mEuros para cobertura de contingências futuras, dos quais 489.000 mEuros pelo Fundo de Resolução e 1.766.000 mEuros diretamente pelo Estado Português, em resultado das opções acordadas entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, para a delimitação do perímetro dos ativos e passivos alienados.

Em 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 mEuros, a título de reembolso parcial antecipado das medidas de resolução aplicadas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), permitindo que o valor em dívida baixasse de 489.000 mEuros para 353.000 mEuros.

O montante não transferido para o Fundo Único de Resolução será pago pelas Instituições abrangidas no âmbito do Regulamento UMR ao mesmo Fundo Único de Resolução ao longo de um período de oito anos (a terminar em 2024), conforme previsto no Regulamento de Execução (EU) 2015/81 do Conselho, de 19 de dezembro de 2014.

Em 21 de março de 2017, o Fundo de Resolução anunciou a alteração das condições dos empréstimos obtidos para o financiamento da medida de resolução do Banif em moldes similares ao anteriormente descrito relativamente aos financiamentos da medida de resolução do BES.

Não obstante, na presente data, atendendo aos desenvolvimentos acima descritos:

- (i) Não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, pelo que a probabilidade de eventual cobrança de uma contribuição especial afigura-se remota; e,
- (ii) Prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de abril do ano a que respeita a contribuição periódica. Estas contribuições, bem como a contribuição sobre o setor bancário, são registadas em custos do período, de acordo com a IFRIC 21 – “Taxas”.

Eventuais alterações ao nível da aplicação dos mecanismos de financiamento do Fundo de Resolução acima referidos poderão vir a ter impactos relevantes nas futuras demonstrações financeiras da CGD.

## 23. Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Obrigações	1.100.000	1.100.000
Juros a pagar	5.885	20.311
Receitas com proveito diferido, líquidas de encargos	(2.141)	(2.427)
	1.103.744	1.117.883

Em 29 de junho de 2012, a CGD emitiu instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1*, no valor global de 900.000 mEuros, os quais foram subscritos na sua totalidade pelo Estado Português (condições definidas no Despacho n.º 8840-C/2012, de 28 de junho de 2012). Estas obrigações eram convertíveis em ações nas seguintes circunstâncias:

- Cancelamento ou suspensão por parte da CGD do pagamento de juros dos instrumentos financeiros híbridos, no todo ou em parte;
- Incumprimento materialmente relevante do plano de recapitalização;
- A CGD não proceder à recompra da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos até ao final do período de investimento (cinco anos);
- Exercício do direito de conversão estipulado nas condições de emissão, por parte do Estado; e,
- No caso de os instrumentos financeiros híbridos deixarem de ser elegíveis para efeitos de fundos próprios *Core Tier 1*.

No seguimento da autorização concedida pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal em 6 de dezembro de 2016, obtida no âmbito do novo processo de recapitalização negociado com as autoridades europeias, a Caixa recebeu a título de aumento de capital em espécie os instrumentos financeiros híbridos, elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1 (CoCo)*, acrescidos dos correspondentes juros corridos e não pagos até à data de 4 de janeiro de 2017 (data de realização do aumento de capital).

Ainda na sequência deste processo, foi levantada pela Comissão Europeia a interdição que se encontrava em vigor, relativa ao pagamento de cupões discricionários na dívida subordinada. No primeiro trimestre de 2017, a CGD retomou o pagamento dos respetivos cupões.

No exercício de 2018, a CGD concluiu a última fase do procedimento acordado com as instituições europeias no âmbito do processo de recapitalização, mediante a emissão de 500.000 mEuros de dívida subordinada *Tier 2* (Nota introdutória).

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Emitente	Designação	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço 30-06-2022	Valor de balanço 31-12-2021	Data de realização	Data de reembolso	Taxa/ pagamento de juros	Cláusula de reembolso antecipado
Caixa Geral de Depósitos	<i>Fixed Rate Reset Callable Subordinated Notes</i>	EUR	500.000	500.000	500.000	2018-06-28	2028-06-28	5,75%. Pagamento de juros anual, no dia 28 de junho.	Nas datas de pagamento dos cupões, a partir de 28 de junho de 2023.
Caixa Geral de Depósitos	<i>Lower Tier 2 due March 3, 2028</i>	EUR	100.000	100.000	100.000	2008-03-03	2028-03-03	5,980%. Pagamento de juros anual, no dia 3 de março.	n.a.
Caixa Geral de Depósitos	<i>Senior Non-Preferred Fixed Rate Notes due 2024</i>	EUR	500.000	500.000	500.000	2019-11-25	2024-11-25	1,25%. Pagamento de juros anual, no dia 25 de novembro.	n.a.

## 24. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Credores		
Recursos consignados	704.889	684.605
Recursos - conta caução	472.636	308.884
Recursos - conta subscrição	45.874	30.411
Recursos - conta cativa	1.092	1.112
Fornecedores de bens de locação financeira	241.473	196.462
Caixa Geral de Aposentações	1.844	3.610
Credores por operações sobre valores mobiliários	185	71
Credores por venda de bens arrematados	5.185	4.936
Outros fornecedores	16.485	44.942
Credores diversos	247.573	307.953
Outras exigibilidades		
Notas em circulação - Macau (Nota 18)	1.387.453	1.304.644
Retenção de impostos na fonte	24.348	29.571
Contribuições para a Segurança Social	3.436	3.299
Outros impostos a pagar	6.237	5.127
Cobranças por conta de terceiros	807	557
Outras	20.978	9.587
Encargos a pagar	181.795	152.302
Receitas com rendimento diferido	38.729	39.370
Operações passivas a regularizar	567.836	500.466
Operações de Bolsa	24.246	770
	3.993.101	3.628.679

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Recursos - conta caução" inclui 78.770 mEuros e 27.300 mEuros, respetivamente, relativos a saldos depositados na CGD por diversas instituições financeiras no âmbito da contratação de operações "Swap de taxa de juro" (IRS).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Operações passivas a regularizar" inclui 122.250 mEuros e 119.213 mEuros, respetivamente, relativos a passivos financeiros com interesses minoritários dos Fundos de Investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo CGD.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Encargos a pagar" inclui 10.358 mEuros e 10.965 mEuros, respetivamente, relativo a prémios de antiguidade a colaboradores da CGD.

## 25. Capital e outros instrumentos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital da CGD é integralmente detido pelo Estado Português e apresenta a seguinte composição (em Euros):

	30-06-2022	31-12-2021
Número de ações	768.828.747	768.828.747
Valor unitário (Euros)	5	5
Capital Social	3.844.143.735	3.844.143.735

O Estado Português, ao abrigo do acordo celebrado em março de 2017 com as autoridades europeias no âmbito do processo de recapitalização da CGD, deliberou em 4 de janeiro de 2017 a realização das seguintes operações:

- (iii) O aumento do capital social da CGD para 7.344.144 mEuros, mediante a emissão de 288.828.747 ações ordinárias com um valor nominal de 5 euros cada, através da transmissão em espécie de 490.000.000 ações do capital social da Parcaixa, SGPS, S.A. pelo montante de 498.996 mEuros, e da transmissão em espécie de obrigações convertíveis de capital contingente (CoCos), no montante de 900.000 mEuros (Nota 21), acrescidos dos correspondentes juros corridos no montante de 45.148 mEuros; e,
- (iv) A redução do capital social da CGD em 6.000.000 mEuros, por extinção de 1.200.000.000 ações para cobertura de resultados transitados negativos no valor de 1.404.506 mEuros e para constituição de reservas livres no montante de 4.595.494 mEuros.

Posteriormente, em 30 de março de 2017, o Estado deliberou proceder a um novo aumento do capital social no montante de 2.500.000 mEuros, mediante a emissão de 500.000.000 de novas ações ordinárias com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscrito pelo único acionista.

Nessa mesma data, a CGD emitiu 500.000 mEuros de valores mobiliários representativos de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*), integralmente subscritos por investidores profissionais privados. Esta emissão é remunerada a uma taxa de 10,75%.

No dia 1 de fevereiro de 2022, a Caixa recebeu autorização do Banco Central Europeu para o reembolso antecipado da emissão de fundos próprios adicionais de nível 1 (*Additional Tier 1*), no montante de 500.000 mEuros, com efeitos a 30 de março de 2022.

A autorização para o reembolso antecipado resulta da avaliação positiva feita pelo BCE à solidez financeira da Caixa, reflexo da conclusão com sucesso do difícil e exigente plano de reestruturação.



## 26. Reservas, resultados transitados e resultado atribuível ao acionista da CGD

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	30-06-2022	31-12-2021
Reservas de reavaliação		
Reserva de reavaliação legal de imobilizado	110.425	110.425
Reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos		
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	55.127	143.034
Ativos com acordo de recompra	143	-
Outras reservas de reavaliação	2.381	1.619
	168.076	255.079
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal - CGD	394.505	306.198
Reserva especial associada ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Nota 17)	681.571	681.571
Outras reservas	5.359.299	4.656.890
Resultados transitados	(1.822.740)	(1.778.086)
	4.612.635	3.866.572
Resultado consolidado atribuível ao acionista da Caixa	485.698	583.361
	5.266.409	4.705.012

Conforme referido em maior detalhe na Nota 17, em consequência do apuramento de um resultado líquido negativo no âmbito da sua atividade individual no exercício de 2016 e ao abrigo das condições definidas pela Lei n.º 61/2014, foram concluídos no decorrer do exercício de 2019, os procedimentos de conversão de ativos por impostos diferidos em créditos tributários, cujo valor final ascendeu a 420.575 mEuros. No âmbito da legislação aplicável, a conversão dos ativos por impostos diferidos foi precedida da constituição de uma reserva especial de 681.571 mEuros, correspondente ao valor do crédito tributário apurado no âmbito da conversão, majorado em 10% e ajustado ao abrigo dos requisitos do n.º 3 do artigo 11.º da Lei n.º 61/2014. A constituição da reserva especial foi acompanhada da emissão e atribuição simultânea ao Estado de direitos de conversão por montante equivalente.

A reserva especial encontra-se refletida na rubrica de “Outras Reservas”.

A “Reserva de justo valor” reflete as mais e menos-valias potenciais em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral.

A reserva de conversão cambial, que reflete o efeito da conversão cambial das demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira, está incluída em “Outras reservas”.

As reservas de reavaliação legal de imobilizado só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. No caso da CGD, as reservas não distribuíveis por este motivo ascendem a 110.425 mEuros e foram constituídas ao abrigo da seguinte legislação:

Imobilizações corpóreas	
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho	1.752
Decreto-Lei n.º 399 - G/84, de 28 de dezembro	1.219
Decreto-Lei n.º 118 - B/86, de 27 de maio	2.304
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril	8.974
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro	22.880
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro	24.228
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro	48.345
Imobilizações financeiras	723
	110.425

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a contribuição líquida das sucursais e filiais para o resultado consolidado da CGD é a seguinte:

	30-06-2022	30-06-2021
Caixa Geral de Depósitos, S.A.		
Caixa Geral de Depósitos	311.075	180.765
Sucursal de França	30.936	9.077
Sucursal de Timor	334	138
	342.345	189.979

	30-06-2022	30-06-2021
Contribuição para o resultado		
Das filiais		
Banco Caixa Geral - Brasil, S.A.	(8)	250
Caixa - Banco de Investimento, S.A. (a)	7.860	5.625
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.	33.133	13.902
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	744	937
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	4.031	4.705
Banco Nacional Ultramarino, S.A. (Macau)	19.457	24.682
Caixa - Participações, SGPS, S.A.	(1.476)	(1.183)
CGD Investimentos CVC, S.A.	70	44
A Promotora, Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	61	209
Caixa Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	6.978	5.637
CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1.299	1.337
Fundo de Capital de Risco Empreender Mais	2.656	(382)
Fundo de Capital de Risco Caixa Fundos	(1.436)	8.886
Fundo de Capital de Risco Caixa Crescimento	-	(300)
Caixagest Private Equity - Fundo Especial de Investimento	164	1.312
Caixagest Imobiliário Internacional - Fundo Especial de Investimento	1.617	634
Fundolis - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	17.863	(402)
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	4.047
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	19.285	7.119
Imobiliária Caixa Geral, S.L.	(137)	(62)
Caixa Imobiliário, S.A.	8.367	796
Outras	377	206
	120.905	77.997
Das empresas associadas e empreendimentos conjuntos	22.449	26.230
Resultado consolidado atribuível ao acionista da CGD	485.698	294.206

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

Os valores apresentados foram apurados antes da eliminação de operações intragrupo realizada no processo de consolidação.

### **Distribuição do resultado do exercício**

#### **Exercício de 2021**

Em Assembleia Geral, realizada em 31 de maio de 2022, foi deliberada a aplicação de 20% do Resultado líquido em Reserva Legal (88.307 mEuros) e a incorporação de 112.156 mEuros na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados” e a distribuição de dividendos no valor de 241.071 mEuros, tendo sido obtida a respetiva aprovação por parte das entidades de supervisão competentes, nos termos da legislação europeia e nacional em vigor. Adicionalmente, considerando que a Caixa dispõe de uma situação financeira robusta e que a alteração do montante a entregar ao acionista não prejudica a sua capacidade de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, designadamente, prudenciais, incluindo o MREL (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*), considerando também, as comunicações estabelecidas com as entidades de supervisão sobre esta matéria foi deliberada a distribuição de um montante adicional, no valor de 137.160 mEuros, nos mesmos termos e condições da deliberação do passado dia 29 de novembro de 2021.

Deste modo, a Caixa entregou ao seu acionista, em 2022, um montante de 378.231 mEuros.

#### **Exercício de 2020**

Em Assembleia Geral, realizada em 31 de maio de 2021, foi deliberada a aplicação de 20% do Resultado líquido em Reserva Legal (81.308 mEuros) e a incorporação de 241.592 mEuros na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados” e a distribuição de dividendos no valor de 83.639 mEuros, tendo sido obtida a respetiva aprovação por parte das entidades de supervisão competentes, nos termos da legislação europeia e nacional em vigor.

Por Deliberação Social Unânime por escrito do seu acionista único, o Estado Português, de 29 de novembro de 2021, foi determinado o pagamento de um dividendo extraordinário no valor de 300.000 mEuros, liquidado em novembro de 2021. Esta deliberação teve por fundamento as recomendações do BCE relativas à distribuição de dividendos durante a pandemia e o levantamento, em julho de 2021, das restrições à sua distribuição para além de setembro de 2021, a normalização da atividade económica e dos mercados financeiros e as deliberações dos órgãos de administração e de fiscalização da CGD em outubro de 2021 favoráveis a esta distribuição de dividendos, tendo a Caixa entregue ao seu acionista em 2021 um montante total de 383.600 mEuros.

## 27. Interesses que não controlam

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	30-06-2022	31-12-2021
Caixa – Banco de Investimento, S.A.	845	884
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.	126.841	117.259
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	8.453	8.101
Banco Comercial do Atlântico, S.A.	33.252	33.101
A Promotora - Sociedade de Capital de Risco, S.A.R.L.	2.176	2.102
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	114.378	75.912
Outras	613	448
	286.557	237.807

A parcela do lucro consolidado atribuível a interesses que não controlam no decorrer dos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022	30-06-2021
Banco Comercial e de Investimentos, S.A.	19.237	8.146
Banco Interatlântico, S.A.R.L.	319	402
Banco Comercial do Atlântico, S.A.R.L.	2.896	3.380
Fundiestamo - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	-	1.136
Banco Caixa Geral Angola, S.A.	19.030	6.584
Outras	283	333
	41.765	19.980

## 28. Juros e rendimentos e juros e encargos similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<i>Reexpresso</i>	
	30-06-2022	30-06-2021
Juros e rendimentos similares		
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	148	805
Juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	20.819	23.863
Juros de crédito interno	226.937	229.887
Juros de crédito ao exterior	215.912	185.124
Juros de crédito vencido	21.305	10.685
Juros de ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados	79.986	78.251
Títulos	(693)	(74)
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.110	1.622
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	19.277	35.905
Juros de derivados de cobertura	365	229
Juros de ativos com acordo de recompra	94	779
Juros de devedores e outras aplicações	873	1.054
Juros de disponibilidades	1.886	1.198
Juros de outros créditos e outros valores a receber	31.515	31.782
Outros juros e rendimentos similares	(14)	(224)
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	105.824	59.339
Outros	120.982	45.306
	846.328	705.529
Juros e encargos similares		
Juros de depósitos		
De outros residentes	890	2.654
De emigrantes	256	398
De outros não residentes	78.019	57.062
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	5.851	6.667
Juros de recursos de instituições de crédito no país	42.451	20.899
Juros de swaps	79.075	77.780
Juros de outros passivos de negociação	38	2.513
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	2.375	5.100
Juros de derivados de cobertura	3.937	3.412
Juros de passivos subordinados	20.590	20.596
Outros juros e encargos similares	7.810	7.639
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	13.827	10.750
	255.120	215.470

## 29. Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<i>Reexpresso</i>	
	30-06-2022	30-06-2021
Rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento	8.658	3.378
Outros	878	733
	9.536	4.111

## 30. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<i>Reexpresso</i>	
	30-06-2022	30-06-2021
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	17.944	15.153
Por compromissos assumidos perante terceiros	5.197	4.613
Por operações sobre instrumentos financeiros	1.951	573
Por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	8.921	9.967
Cobrança de valores	3.207	2.866
Administração de valores	6.267	6.811
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	47.319	36.658
Transferência de valores	9.611	8.775
Gestão de cartões	9.095	8.897
Anuidades	15.515	16.382
Montagem de operações	705	1.308
Operações de crédito	20.864	17.636
Outros serviços prestados	137.117	122.565
Por operações realizadas por conta de terceiros	6.622	5.484
Outras comissões recebidas	85.267	68.940
	375.603	326.629
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	1.116	67
Por operações sobre instrumentos financeiros	403	165
Por serviços bancários prestados por terceiros	58.764	51.579
Por operações realizadas por terceiros	3.013	869
Outras comissões pagas	6.280	4.137
	69.576	56.817

## 31. Resultados em operações financeiras

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	Reexpresso	
	30-06-2022	30-06-2021
Resultados de reavaliação cambial		
Reavaliação da posição cambial	(2.344)	(19.223)
Resultados em derivados cambiais	29.691	41.267
	27.347	22.044
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		
Resultados em ativos e passivos de negociação		
Em títulos		
Instrumentos de dívida	(6.677)	(2.707)
Instrumentos de capital	310	131
	(6.368)	(2.575)
Em derivados		
Taxa de juro	65.443	15.160
Cotações	(6.896)	(555)
Outros	(7.415)	(4.535)
	51.132	10.069
	44.764	7.494
Resultados em ativos e passivos mandatoriamente ao justo valor por resultados		
Em títulos		
Instrumentos de dívida	(9)	47.009
Instrumentos de capital	10.319	19.216
Outros títulos	(749)	33.551
Créditos e outros valores a receber	432	(477)
	9.993	99.299
	54.757	106.793
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		
Instrumentos de dívida	(3.349)	2.829
	(3.349)	2.829
Resultados da contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	174.445	45.708
Correções de valor em ativos e passivos cobertos (Nota 11)	(173.530)	(49.573)
	915	(3.865)
Outros resultados de operações financeiras	(3.777)	(4.869)
	75.894	122.932

Os resultados em operações financeiras refletem, em particular, o impacto da subida das taxas de juro sobre os instrumentos de cobertura de risco, em face da evolução da política monetária. A redução relativamente ao período homólogo fica a dever-se aos efeitos extraordinários registados em 2021.

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, a rubrica "Outros" inclui 4.091 mEuros e 4.902 mEuros, respetivamente, relativas a resultados com minoritários de Fundos de Investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo CGD.



## 32. Outros resultados de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<i>Reexpresso</i>	
	30-06-2022	30-06-2021
Outros rendimentos de exploração		
Prestação de serviços diversos	11.782	10.625
Reembolso de despesas	3.323	3.416
Ganhos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2	-
Rendas de locação operacional	2.371	7.330
Ganhos em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda	9.675	10.069
Outros ativos tangíveis	36.517	914
Propriedades de investimento	25.759	1.348
Outros	731	281
Cedência de pessoal à Caixa Geral de Aposentações	416	227
Venda de cheques	273	228
Outros	23.576	13.387
	114.426	47.824
Outros encargos de exploração		
Donativos e quotizações	3.455	3.449
Perdas em filiais e empreendimentos conjuntos	-	21
Perdas em ativos não financeiros		
Ativos não correntes detidos para venda	948	1.947
Outros ativos tangíveis	17	722
Propriedades de investimento	2.423	953
Outros impostos	11.011	10.087
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	2.058	1.058
Contribuições para o Fundo de Resolução	33.985	28.437
Despesas administrativas do Conselho Único de Resolução	441	330
Multas e penalidades	901	239
Outros	15.980	12.694
	71.220	59.936
	43.207	(12.112)

O aumento dos “Ganhos em ativos não financeiros – Outros ativos tangíveis” é justificado pela mais-valia de 35.902 mEuros, obtida pela venda do imóvel Sede da *Rue de Provence* da sucursal de França.

O acréscimo em “Ganhos em ativos não financeiros – Propriedades de investimento” deve-se ao ganho registado na alienação de um imóvel do fundo Fundolis, no montante de 25.118 mEuros.

O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no regime de resolução visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução.

Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

Em resultado da transposição da Diretiva da Recuperação de Resolução Bancária (Diretiva 2014/59/UE) para a legislação nacional foi introduzido um regime de resolução comum na União Europeia, que prevê a internalização das perdas decorrentes de processos de insolvência de instituições bancárias pelos seus acionistas e credores. O seu financiamento será suportado por contribuições obrigatórias a entregar ao Fundo Único de Resolução.

	30-06-2022	30-06-2021
Fundo de resolução nacional	12.993	10.233
Fundo único de resolução	24.697	21.360
	37.689	31.593

Nos primeiros semestres de 2022 e de 2021, o Grupo realizou contribuições para o Fundo Único de Resolução em numerário no montante de 20.992 mEuros e 17.587 mEuros, respetivamente, e 3.704 mEuros e 3.773 mEuros sob a forma de um compromisso irrevogável, mediante a constituição de uma caução para o efeito (Nota 18).

Em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, o valor da contribuição sobre o setor bancário realizada pelo Grupo ascendeu a 31.396 mEuros e 24.190 mEuros, respetivamente. O adicional de solidariedade sobre o setor bancário cifrou-se em 5.708 mEuros e 4.543 mEuros, respetivamente (Nota 17).

### 33. Custos com pessoal e número médio de empregados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Reexpresso	
	30-06-2022	30-06-2021
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	7.431	9.023
Remuneração dos empregados	178.696	192.508
Provisão para acordos de suspensão da prestação de trabalho e pré-reforma (Nota 22)	39.822	18.829
Rescisão por mútuo acordo (Nota 22)	1.358	2.115
	227.307	222.475
Outras remunerações e encargos	17.673	16.642
Assistência Médico-Social - CGD		
Custo normal (Nota 22)	4.345	4.132
Ganhos associados à alteração do Plano	-	(145.396)
Contribuições relativas a pessoal no ativo	5.760	5.899
Responsabilidades com pensões - CGD		
Custo normal	25.514	33.245
Ganhos associados à alteração do Plano	-	-
Reformas antes da idade normal de reforma	15.469	7.389
Ganhos associados ao Programa de Rescisão por Mútuo Acordo	(1.209)	(3.462)
Outros encargos com pensões	14.800	4.371
Outros encargos sociais obrigatórios	4.415	3.529
	86.766	(73.652)
Outros custos com pessoal	13.470	7.483
	327.544	156.306

No final de 2021, o Programa de Ajustamento de Recursos Humanos criado na sequência do Plano de Reestruturação para a CGD, alicerçado em reformas, pré-reformas e rescisões por mútuo acordo a aplicar ao perímetro doméstico do Grupo, foi renovado para o período de 2022 a 2024.

Neste contexto, durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, a CGD registou em custos com pessoal um montante global de 55.291 mEuros, sendo 39.822 mEuros associados a provisão de pré-reformas e de acordos de suspensão da prestação de trabalho e o remanescente respeita a um reforço de 15.469 mEuros reconhecido no agregado das “Responsabilidades com Pensões” na componente “Reformas antes da idade normal de reforma”. Adicionalmente, registou um custo líquido de 149 mEuros em custos com pessoal resultante da conjugação dos custos incorridos com as rescisões por mútuo acordo (aproximadamente 1.358 mEuros) e com os ganhos associados a esse acordo (aproximadamente 1.209 mEuros).

O número médio de empregados da CGD e das suas filiais durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, por tipo de função, foi o seguinte:

	30-06-2022	30-06-2021
Direção	472	462
Chefias	2.199	2.212
Técnicos	4.465	4.537
Administrativos	4.163	4.334
Auxiliares	116	131
Número médio de efetivos	11.415	11.676
Número de efetivos no final do período	11.334	11.592

O número médio de empregados em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021, não inclui os empregados pertencentes ao departamento de apoio à Caixa Geral de Aposentações (242 e 252, respetivamente), os afetos aos serviços sociais da CGD (38 e 43, respetivamente) e outros abrangidos por outras situações (144 e 168, respetivamente) designadamente por requisição ou ausência prolongada.

## 34. Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados

*Atividade desenvolvida no âmbito da Caixa Geral de Depósitos*

### Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

De acordo com o artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 48.953, de 5 de abril de 1969 e o Decreto-Lei n.º 161/92, de 1 de agosto, competia à CGD o pagamento das pensões de reforma por doença, invalidez ou velhice dos seus colaboradores, bem como das pensões de sobrevivência dos empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 1992. As pensões de sobrevivência relativas aos empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 são suportadas pela Caixa Geral de Aposentações (“CGA”). Para o efeito, estes empregados descontam 2,5% das suas remunerações para a CGA.

Adicionalmente, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical (ACTV) em vigor para o setor bancário, o ex-BNU tinha o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de reforma antecipada e por velhice, invalidez e sobrevivência. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço, aplicada à tabela salarial negociada anualmente com os sindicatos dos trabalhadores bancários. No exercício de 2001, na sequência da integração por fusão do BNU na CGD, as responsabilidades com pensões dos empregados do BNU transitaram para a CGD. Deste modo, os ex-empregados do BNU ainda no ativo à data da fusão ficaram abrangidos pelo plano de pensões e benefícios em vigor na CGD. Quanto aos reformados e pensionistas do BNU à data da fusão, continua a aplicar-se o plano de pensões que estava em vigor à data das respetivas reformas.

Com referência a 30 de novembro de 2004, foram transferidas para a CGA todas as responsabilidades com pensões de aposentação do pessoal da CGD, relativamente ao tempo de serviço prestado até 31 de dezembro de 2000, ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de dezembro e n.º 241-A/2004, de 30 de dezembro. A transferência incluiu a responsabilidade com o subsídio por morte após a idade normal de reforma, relativamente ao tempo de serviço acima referido.

Neste sentido, em 30 de junho de 2022, as responsabilidades com pensões da CGD consistem no seguinte:

5. Responsabilidades relativas aos empregados no ativo por serviços prestados após 31 de dezembro de 2000;
6. Para os reformados entre 1 de janeiro de 2001 e 30 de junho de 2022, a parcela das responsabilidades correspondente ao tempo de serviço prestado durante esse período;
7. Responsabilidades com pensões de aposentação e respetivas pensões de sobrevivência do pessoal do BNU que já se encontravam em pagamento à data da fusão; e,
8. Responsabilidades com o subsídio por morte relativas ao tempo de serviço prestado após 31 de dezembro de 2000.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo atualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no ativo.

O plano de pensões da CGD não é aplicável aos atuais colaboradores ativos admitidos na CGD após 1 de janeiro de 2006.

A CGD assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões, dispondo para o efeito de um fundo de pensões, constituído em dezembro de 1991. De acordo com o regime aplicável à CGD, os empregados contribuem para o fundo de pensões com as seguintes percentagens das suas retribuições:

- |  |       |
|--|-------|
| • Empregados admitidos antes de 1 de janeiro de 1992 | 7,5%  |
| • Empregados admitidos após 1 de janeiro de 1992     | 11,0% |

A contribuição destes últimos é efetuada integralmente para o fundo de pensões, dado que o respetivo regime de pensões de sobrevivência está a cargo do fundo.

A transferência de responsabilidades para a CGA ao abrigo dos Decretos-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de dezembro e n.º 241-A/2004, de 30 de dezembro implicou a transferência de ativos do fundo de pensões de montante equivalente.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos atuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades, em linha com o estabelecido na IAS 19.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo e das contribuições dos empregados, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Custos com pessoal”.

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Custos com pessoal”.

#### Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma do pessoal da CGD

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram efetuados estudos atuariais por uma entidade especializada independente.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	30-06-2022	31-12-2021
Método atuarial	<i>Projected Unit Credit</i>	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 (-1 ano)	TV 88/90
Mulheres	TV 99/01 (-2 anos)	TV 88/90 (-3 anos)
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Taxa de desconto	3,200%	1,350%
Taxa de crescimento dos salários	1,20% até 2024 e 0,90% após	0,60% a partir de 2022
Taxa de crescimento das pensões	0,60% até 2024 e 0,50% após	0,30% a partir de 2022
Idade de reforma	36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade, com um máximo de 70 anos de idade. Existe ainda a possibilidade de reforma aos 59 anos de idade com 39 anos de serviço ou 58 anos de idade com 42 anos de serviço.	36 anos de serviço com pelo menos 60 anos de idade, com um máximo de 70 anos de idade. Existe ainda a possibilidade de reforma aos 59 anos de idade com 39 anos de serviço ou 58 anos de idade com 42 anos de serviço.

Conforme definido pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”, a taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de baixo risco, cuja duração é semelhante à das responsabilidades da CGD (15 anos). Em 2022, face às alterações significativas ocorridas nos principais referenciais de mercado para fixação da taxa de desconto entre dezembro de 2021 e junho de 2022, a CGD optou por aumentar a sua taxa de desconto de 1,35% para 3,20% refletindo a tendência generalizada dos referenciais.

Durante o primeiro semestre de 2022, a invasão da Ucrânia e os efeitos da pandemia condicionaram a atividade económica, o comércio e a inflação global, que permaneceu globalmente elevada, tendo ocorrido um crescimento significativo e generalizado dos preços internacionais das matérias-primas.

Como consequência o carácter acomodatório da política monetária tem-se reduzido globalmente, pelo que as condições monetárias e financeiras da área do euro se tornaram marcadamente menos favoráveis, como evidenciado, por exemplo, pela subida da taxa EURIBOR a 6 meses para níveis positivos pela primeira vez em seis anos.

Este enquadramento teve um forte impacto no comportamento das diversas taxas de referência calculadas para atualização de responsabilidades atuariais.

Esta tendência foi observável numa subida dos principais referenciais de taxas de juro, incluindo na Europa, situação com impactos materiais no comportamento das diversas taxas de referência calculadas para atualização de responsabilidades atuariais.

Adicionalmente, foram alterados ainda os pressupostos relativos à taxa de crescimento salarial e das pensões e tábuas de mortalidade feminina e masculina, de modo a incorporar uma expectativa mais conservadora em termos de esperança de vida dos beneficiários do Fundos. A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões da CGD para junho de 2022 e o exercício de 2021 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	3,200%	(6,140%)	1,350%	5,610%
Taxa de crescimento dos salários	1,200%	1,915%	0,600%	0,850%
Taxa de crescimento das pensões	0,600%	0,800%	0,300%	0,350%

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Responsabilidades por serviços passados				
Ativos	3.909	1.031.751	4.254	1.537.877
Reformados e pré-reformados	9.759	1.606.993	9.469	1.761.742
	13.668	2.638.744	13.723	3.299.619
Fundos de pensões autónomos	-	3.332.730	-	3.558.698
Excesso(+) / Défice(-) de financiamento	-	693.986	-	259.079
Nível de financiamento	-	126,30%	-	107,85%

Nos termos do Aviso n.º 4/2005, de 28 de fevereiro, do Banco de Portugal, é definida a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades com reformados e pré-reformados e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo.

Em 30 de junho de 2022, o valor do Fundo calculado pela Sociedade Gestora ascendia a 3.332.730 mEuros, valor suficiente para cobrir o financiamento mínimo obrigatório exigido pelo atual normativo aplicável a essa categoria de responsabilidades, isto é, cobrir 100% das responsabilidades com os reformados e pelo menos 95% com os ativos. No primeiro semestre de 2022, as responsabilidades com o Plano e Pensões encontravam-se financiadas em cerca de 126,30%.

Em 30 de junho de 2022, a análise de sensibilidade a uma variação dos principais pressupostos atuariais aplicados ao horizonte temporal objeto de avaliação induziria os seguintes impactos no valor atual das responsabilidades por serviços passados:

	%	Valor
Alteração na taxa de desconto		
Acréscimo de 0,25%	(3,79%)	(99.997)
Redução de 0,25%	4,02%	106.076
Alteração da taxa de crescimento dos salários		
Acréscimo de 0,25%	0,61%	15.982
Redução de 0,25%	(0,59%)	(15.588)
Alteração da taxa de crescimento das pensões		
Acréscimo de 0,25%	2,54%	67.046
Redução de 0,25%	(2,42%)	(63.970)
Alteração da tabela de mortalidade		
Acréscimo de 1 ano na esperança de vida	2,77%	73.193

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados e o fundo de pensões, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	30-06-2022	31-12-2021
Situação inicial (I)	259.079	(52.912)
Custo do serviço corrente	(27.321)	(66.015)
Rendimento esperado dos ativos do fundo de pensões	23.804	35.126
Custo dos juros	(21.997)	(35.600)
Custo normal do exercício (Nota 33)	(25.514)	(66.489)
Acréscimos de responsabilidades por reformas antes da idade normal de reforma (Nota 33)	(14.260)	(6.406)
Variação com impacto em resultados (II)	(39.774)	(72.895)
Outros desvios de responsabilidades	692.943	179.232
Desvios de rendimento	(243.775)	149.950
Desvios atuariais e financeiros (III)	449.168	329.182
Contribuições regulares para Fundos de Pensões da CGD (IV)	25.514	55.704
Situação dos exercícios antes Contrib. Extraordinária (I) + (II) + (III) + (IV)	693.986	259.079

O desvio de responsabilidade ocorrido em junho de 2022, no montante global de cerca de 692.943 mEuros é explicado maioritariamente pelo impacto da alteração da taxa de desconto (1,35% para 3,20%).

## 35. Outros gastos administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<i>Reexpresso</i>	
	30-06-2022	30-06-2021
Serviços especializados		
Serviços de informática	21.888	28.244
Serviços de segurança e vigilância	3.347	2.727
Serviços de informações	2.988	2.722
Serviços de limpeza	2.722	2.751
Avenças e honorários	2.783	1.665
Serviços de estudos e consultas	353	338
Outros	23.203	19.946
Rendas e alugueres	3.117	3.164
Comunicações e despesas de expedição	11.523	10.475
Conservação e reparação	13.960	12.607
Publicidade e edição de publicações	4.464	4.086
Água, energia e combustíveis	5.616	6.522
Transporte de valores e outros	3.236	3.087
Deslocações, estadas e representação	1.979	1.366
Impressos e material de consumo corrente	1.645	1.702
Outros	4.184	4.254
	107.007	105.657



## 36. Imparidade em ativos

O movimento na imparidade durante os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

	Reforços							Saldo em 30-06-2022	Recuperação de crédito, juros e despesas
	Saldo em 31-12-2021	Nova produção	Restantes	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros		
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13)	2.314.429	36.621	143.940	(290.147)	(67.207)	23.300	3.249	2.164.186	(41.415)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	2.062	-	1.121	(1.170)	-	285	(215)	2.083	
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	485	-	1.086	(1.312)	-	0	(116)	143	
Imparidade de outros investimentos ao custo amortizado (Nota 12)	9.533	-	6.884	(564)	-	3.066	(67)	18.852	
Imparidade de outros ativos tangíveis	29.366	-	307	-	-	849	1.448	31.968	
Imparidade de ativos intangíveis	13.037	-	-	-	-	-	6.045	19.082	
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14)									
Imóveis	213.090	-	13.131	(30.952)	(27.559)	1.574	248	169.532	
Equipamento	915	-	218	(119)	(298)	-	(0)	716	
Filiais	46.483	-	8.329	-	-	-	-	54.812	
Outros ativos	257	-	-	-	-	16	(77)	196	
Imparidade em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 16)	439	-	475	-	(2.533)	-	2.058	439	
Imparidade de outros ativos (Nota 18)	156.513	3	5.801	(2.795)	(2.388)	1.320	(838)	157.618	
	472.181	3	37.352	(36.912)	(32.778)	7.109	8.486	455.441	-
	2.786.610	36.625	181.292	(327.059)	(99.984)	30.409	11.735	2.619.626	(41.415)

	Reforços							Saldo em 30-06-2021	Recuperação de crédito, juros e despesas
	Saldo em 31-12-2020	Nova produção	Restantes	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências e outros		
Imparidade de crédito a clientes (Nota 13)	2.245.857	38.006	985.908	(933.746)	(31.163)	22.004	(10.387)	2.316.480	(42.190)
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	3.100	-	2.902	(4.152)	(0)	68	(20)	1.897	-
Imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	863	-	1.892	(2.019)	(76)	3	(72)	591	-
Imparidade de outros investimentos ao custo amortizado (Nota 12)	19.101	158	5.708	(369)	-	842	0	25.439	-
Imparidade de outros ativos tangíveis	24.992	-	3.374	-	-	797	624	29.787	-
Imparidade de ativos intangíveis	10.725	-	-	-	-	0	304	11.029	-
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 14)									
Imóveis	243.660	-	39.296	(38.716)	(3.756)	47	2.518	243.049	-
Equipamento	741	-	274	(111)	(45)	-	(10)	849	-
Outros ativos tangíveis	6.080	-	-	-	-	1.021	(4.011)	3.090	-
Filiais	48.659	-	3.034	-	-	-	-	51.693	-
Outros ativos	77	-	-	-	-	-	-	77	-
Imparidade em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 16)	439	-	-	-	-	-	(0)	439	-
Imparidade de outros ativos (Nota 18)	139.842	-	23.862	(14.258)	(1.864)	822	(2.838)	145.565	-
	498.278	158	80.343	(59.625)	(5.742)	3.600	(3.506)	513.505	-
	2.744.135	38.164	1.066.251	(993.372)	(36.905)	25.604	(13.893)	2.829.984	(42.190)

Em 31 de dezembro de 2021, o valor das imparidades constituídas para as filiais que se encontravam nessa data classificadas como detidas para venda - BCG Brasil - ascendia a 46.483 mEuros.

Em 30 de junho de 2022, encontram-se constituídas imparidades no valor de 54.812 mEuros, respeitantes ao BCG Brasil, com o objetivo de ajustar o valor patrimonial dos ativos e passivos destas unidades ao respetivo justo valor estimado nessa data, deduzido de encargos a incorrer com a venda (Nota 14).

Em face do registo da alienação de um armazém da Caixa Imobiliário, verificou-se uma reposição de imparidade no montante de 8.400 mEuros (Nota 14).

No primeiro semestre de 2022, os reforços da imparidade de crédito a clientes foram inferiores às reposições e anulações, o que conjugado com a realização de abates ao ativo, resultou numa redução do montante de imparidade de 2.314.429 mEuros em 31 de dezembro de 2021 para 2.164.186 mEuros em 30 de junho de 2022. Para este desempenho importa referir a concretização da venda de créditos *Mercury* e o comportamento positivo da carteira, onde se destaca a conclusão de processos de recuperação de crédito e a finalização de períodos de cura de créditos em processos de recuperação implementados em anos anteriores, assim como, o reembolso antecipado de alguns créditos pelos clientes. Esta evolução da imparidade foi atenuada pelas diferenças cambiais.

Ao nível da imparidade total verificou-se um comportamento semelhante à imparidade do crédito a clientes, com a redução do saldo da imparidade total de 2.786.610 mEuros, no final de 2021, para 2.619.626 mEuros em 30 de junho de 2022.

As vendas de créditos ocorridas no primeiro semestre de 2022 deram origem a utilizações de imparidade no montante de 61.128 mEuros (Nota 13).

Apresenta-se de seguida o movimento da imparidade de crédito a clientes por *stages*:

	Imparidade de crédito a clientes			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo em 31-12-2021	246,050	320,690	1,747,689	2,314,429
Movimentos decorrentes de alterações na classificação por <i>stages</i>	(939)	(8,960)	9,899	-
<i>Stage 1</i> - Entradas / (saídas)	-	287	1,191	1,478
<i>Stage 2</i> - Entradas / (saídas)	154	-	8,708	8,862
<i>Stage 3</i> - Entradas / (saídas)	(1,093)	(9,246)	-	(10,339)
Movimentos decorrentes de alterações no risco de crédito	(21,206)	(6,541)	(118,626)	(146,373)
Utilizações	(948)	(3,757)	(62,502)	(67,207)
Outras variações	(61,487)	440,075	(315,251)	63,337
Saldo em 30-06-2022	161,470	741,508	1,261,209	2,164,186

Os movimentos ocorridos na imparidade de crédito relativos ao primeiro semestre de 2022 apresentam maior desenvolvimento no capítulo “Divulgações relativas a instrumentos financeiros” (Nota 40).

## 37. Relato por segmentos

Para cumprimento das exigências da IFRS 8 – “Segmentos operacionais” e tendo também em vista a determinação dos requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional, utilizando o método *Standard*, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013, de 26/06/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, o Grupo adotou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a atividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, gestão de instrumentos de dívida emitidos, operações de mercado monetário e cambial, operações do tipo “repo” e de empréstimo de títulos e corretagem por grosso. São incluídos neste segmento as aplicações e disponibilidades sobre outras instituições de crédito e os instrumentos derivados;
- Banca de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. São incluídos neste segmento o crédito ao consumo, crédito hipotecário, cartões de crédito e também os depósitos captados junto de particulares;
- Banca comercial: inclui as atividades creditícias e de captação de recursos junto de grandes empresas e PME. Neste segmento estão incluídos os empréstimos, contas correntes, financiamento de projetos de investimento, desconto de letras, atividade de capital de risco, *factoring*, locação financeira mobiliária e imobiliária e a tomada dos créditos sindicados, bem como o crédito ao Setor Público;
- Gestão de ativos: inclui as atividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Corporate Finance: inclui as atividades relacionadas com aquisições, fusões, reestruturações, privatizações, subscrição e colocação de títulos (mercado primário), titularização, preparação e organização de créditos sindicados (*merchant banking* – colocação de créditos), gestão de participações, análise financeira de mercados e empresas e serviços de aconselhamento; e,
- Outros: compreende todos os segmentos de atividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores, designadamente:
  - Pagamento e liquidação: inclui operações de pagamento e emissão e gestão de meios de pagamentos;
  - Serviços de agência: contempla a guarda e administração de instrumentos financeiros por conta de clientes, nomeadamente a custódia e serviços conexos, tais como a gestão de tesouraria/de cauções;
  - Intermediação relativa à carteira de retalho: compreende a atividade bancária junto dos particulares, empresários em nome individual e micro empresas. Devem ser incluídas as atividades com receção e transmissão de ordens em relação a um ou mais instrumentos financeiros, execução de ordens por conta de clientes e colocação de instrumentos financeiros sem tomada firme;
  - Atividades de sociedades não financeiras: compreende a atividade desenvolvida por empresas comerciais, industriais, tecnológicas e outras.

A distribuição de resultados e dos principais agregados de balanço por linhas de negócio e mercados geográficos a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresenta a seguinte composição:

#### Linhas de negócio

	30-06-2022						
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Outros	Total
Margem financeira	105.548	274.994	121.154	(3)	88.756	759	591.208
Rendimentos de instrumentos de capital	403	-	201	8.902	30	-	9.536
Rendimentos de serviços e comissões	57.864	74.683	26.785	18.188	9.586	188.497	375.603
Encargos com serviços e comissões	(10.555)	(8.001)	(504)	(2.690)	(135)	(47.690)	(69.576)
Resultados em operações financeiras	65.529	2.446	6.894	786	(4.671)	4.911	75.894
Outros resultados de exploração	(79)	29.271	3.712	6.415	(2.542)	6.429	43.207
Produto da Atividade Bancária	218.710	373.393	158.242	31.598	91.024	152.905	1.025.872
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	-	-	(540.174)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							485.698
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	26.915.168	656.206	958.143	0	286	210	28.530.013
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	19.058.678	4.894	822.473	161.364	-	172.457	20.219.866
Crédito a clientes (líquido)	-	32.983.827	18.396.430	3	180.056	-	51.560.317
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	374.909	374.909
Investimentos em associadas pelo método equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	473.252	473.252
Ativo líquido total	47.989.813	33.738.833	20.427.015	658.713	180.345	3.600.862	106.595.581
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	6.508.476	3.232	-	-	-	-	6.511.708
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	71.411.267	11.958.495	-	-	2.981	83.372.744
Responsabilidades representadas por títulos	800.185	28.166	-	-	-	-	828.351

	31-12-2021						
	Negociação e Vendas	Banca de Retalho	Banca Comercial	Gestão de Ativos	Corporate Finance	Outros	Total
Margem financeira	420.763	279.063	153.677	4	161.424	(9.112)	1.005.818
Rendimentos de instrumentos de capital	227	-	367	12.407	63	-	13.066
Rendimentos de serviços e comissões	46.410	188.638	54.903	34.767	17.876	347.003	689.597
Encargos com serviços e comissões	(19.307)	(15.131)	(727)	(3.010)	(663)	(86.026)	(124.864)
Resultados em operações financeiras	135.649	4.805	3.622	7.271	(2.569)	26.958	175.736
Outros resultados de exploração	(499)	6.382	4.714	10.308	790	(8.091)	13.604
Produto da Atividade Bancária	583.243	463.758	216.556	61.748	176.921	270.731	1.772.957
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	-	-	(1.189.596)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							583.361
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	25.437.780	653.165	832.538	-	90	215	26.923.788
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	20.208.014	-	633.798	163.047	-	160.449	21.165.308
Crédito a clientes (líquido)	-	37.199.295	12.812.798	3	171.568	-	50.183.664
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	336.347	336.347
Investimentos em associadas pelo método equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	529.794	529.794
Ativo líquido total	47.079.786	37.943.453	14.513.121	743.697	171.657	3.558.434	104.010.147
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	6.741.738	-	-	-	-	3.464	6.745.201
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	68.914.471	8.018.162	-	-	2.823.057	79.755.690
Responsabilidades representadas por títulos	1.789.714	-	-	-	-	-	1.789.714

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por base os mesmos pressupostos utilizados na preparação da informação analisada pela Comissão Executiva, conforme políticas contabilísticas em vigor (Nota 2).

As operações entre entidades do Grupo são realizadas a preços de mercado. No segmento “Outros” incluem-se os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos apresentados pelo método da equivalência patrimonial e os ativos e passivos não correntes detidos para venda.

## Mercados Geográficos

	30-06-2022						
	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	Ásia	África	Intragrupo	Total
Margem financeira	343.617	34.709	-	40.374	163.885	8.623	591.208
Rendimentos de instrumentos de capital	106.676	-	-	15	789	(97.944)	9.536
Rendimentos de serviços e comissões	315.789	16.383	-	11.709	38.381	(6.659)	375.603
Encargos com serviços e comissões	(56.319)	(5.077)	-	(3.735)	(9.373)	4.929	(69.576)
Resultados em operações financeiras	62.933	20	-	416	25.127	(12.601)	75.894
Outros resultados de exploração	(6.074)	31.932	-	4.087	6.464	6.799	43.207
Produto da Atividade Bancária	766.622	77.966	-	52.866	225.272	(96.854)	1.025.872
Outros custos e proveitos							(540.174)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							485.698
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	25.292.600	843.036	-	1.848.566	1.971.933	(1.426.122)	28.530.013
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	21.008.385	4.894	-	466.035	1.366.601	(2.626.049)	20.219.866
Crédito a clientes (líquido)	43.934.017	5.027.343	-	3.069.992	2.010.383	(2.481.420)	51.560.317
Ativo líquido total	95.481.417	5.950.307	262.352	6.831.035	5.645.556	(7.575.086)	106.595.581
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	7.442.133	78.696	-	119.043	24.423	(1.152.588)	6.511.708
Recursos de clientes e outros empréstimos	71.665.088	2.886.506	-	4.525.424	4.583.436	(287.710)	83.372.744
Responsabilidades representadas por títulos	800.185	2.587.262	-	-	-	(2.559.096)	828.351

	31-12-2021						
	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	Ásia	África	Intragrupo	Total
Margem financeira	588.682	73.764	-	75.835	259.372	8.164	1.005.818
Rendimentos de instrumentos de capital	92.388	-	-	48	453	(79.823)	13.066
Rendimentos de serviços e comissões	582.125	33.220	-	25.262	61.736	(12.746)	689.597
Encargos com serviços e comissões	(102.701)	(9.307)	-	(8.100)	(15.166)	10.409	(124.864)
Resultados em operações financeiras	165.602	29	-	5.121	31.834	(26.850)	175.736
Outros resultados de exploração	28.317	(4.961)	-	384	11.333	(21.469)	13.604
Produto da Atividade Bancária	1.354.413	92.746	-	98.549	349.563	(122.314)	1.772.957
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	-	-	(1.189.596)
Resultado Líquido atribuível ao acionista da CGD							583.361
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	24.106.942	751.996	-	1.701.998	1.710.574	(1.347.722)	26.923.788
Aplicações em títulos e derivados (líquido)	22.356.609	10.575	-	575.134	974.108	(2.751.118)	21.165.308
Crédito a clientes (líquido)	42.954.814	5.201.792	-	2.798.915	1.838.499	(2.610.356)	50.183.664
Ativo líquido total	94.279.481	6.053.278	202.831	6.373.973	4.789.430	(7.688.846)	104.010.147
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	7.625.916	62.954	-	113.715	35.943	(1.093.326)	6.745.201
Recursos de clientes e outros empréstimos	68.990.220	2.907.238	-	4.210.871	3.927.706	(280.346)	79.755.690
Responsabilidades representadas por títulos	1.758.272	2.720.238	-	-	-	(2.688.796)	1.789.714

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 30 de junho de 2021, a contribuição para os resultados do Grupo por área de negócio de acordo com os critérios internos de gestão, apresenta o seguinte detalhe:

	30-06-2022					
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Intragrupo	Total
Juros e rendimentos similares	541.466	320.932	12.284	-	(28.354)	846.328
Juros e encargos similares	(199.689)	(82.299)	(1.031)	-	27.900	(255.120)
Rendimentos de instrumentos de capital	221	456	201	-	8.658	9.536
Margem Financeira Alargada	341.998	239.088	11.454	-	8.204	600.744
Rendimentos de serviços e comissões	287.979	66.473	6.624	-	14.527	375.603
Encargos com serviços e comissões	(48.669)	(17.850)	(2.093)	-	(964)	(69.576)
Resultados em operações financeiras	47.262	25.563	4.987	-	(1.917)	75.894
Outros resultados de exploração	(18.369)	42.482	574	-	18.519	43.207
Margem Complementar	268.203	116.668	10.092	-	30.165	425.128
Produto da Atividade Bancária	610.202	355.756	21.546	-	38.368	1.025.872
Outros custos e proveitos	(299.126)	(247.045)	(12.469)	17.890	576	(540.174)
Resultado Líquido Atribuível ao Acionista da CGD	311.075	108.712	9.077	17.890	38.945	485.698

30-06-2021						
	Atividade bancária em Portugal	Atividade internacional	Banca de investimento	Atividade seguradora e saúde	Intragrupo	Total
Juros e rendimentos similares	484.815	252.884	5.482	-	(37.653)	705.529
Juros e encargos similares	(189.695)	(62.327)	(1.059)	-	37.611	(215.470)
Rendimentos de instrumentos de capital	88	277	367	-	3.378	4.111
Margem Financeira Alargada	295.208	190.834	4.791	-	3.336	494.170
Rendimentos de serviços e comissões	248.591	57.860	8.646	-	11.533	326.629
Encargos com serviços e comissões	(40.621)	(14.933)	(2.100)	-	837	(56.817)
Resultados em operações financeiras	91.833	18.460	13.239	-	(601)	122.932
Outros resultados de exploração	(15.196)	(93)	1.032	-	2.146	(12.112)
Margem Complementar	284.606	61.295	20.816	-	13.915	380.633
Produto da Atividade Bancária	579.815	252.129	25.607	-	17.251	874.803
Outros custos e proveitos	(399.050)	(190.654)	(11.786)	19.044	1.850	(580.596)
Resultado Líquido Atribuível ao Acionista da CGD	180.765	61.476	13.821	19.044	19.101	294.206

A coluna “Intragrupo” apresentada nos quadros acima inclui os saldos entre as empresas do Grupo, anulados no processo de consolidação bem como outros ajustamentos de consolidação.

Adicionalmente, no que respeita aos segmentos de negócio, serão de destacar os efeitos decorrentes da atividade desenvolvida pelo Grupo, no setor imobiliário.

## 38. Entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas associadas, os empreendimentos conjuntos, os órgãos de gestão das empresas do Grupo e outras entidades controladas pelo Estado Português.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	30-06-2022			31-12-2021		
	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Estado Português (DGT)	Outras entidades do Estado Português	Associadas
<b>Ativos</b>						
Títulos e instrumentos financeiros derivados de negociação	7.280.679	327.628	59.599	6.857.263	370.865	55.000
Crédito a clientes	29.633	584.588	135.349	29.543	591.232	142.675
Imparidade de crédito a clientes	-	28.905	18	-	31.223	18
Outros ativos	52.687	14.376	350.280	-	5.518	361.845
<b>Passivos</b>						
Recursos de clientes e outros empréstimos	66.639	1.467.453	356.400	6.683	346.093	310.577
Passivos financeiros detidos para negociação	233	8.504	1.821	233	16.702	142
Outros passivos	3.575	161.260	37.966	1.197	194.395	697
Garantias prestadas	3.810	492.873	47.632	3.810	488.623	39.619
<b>Resultados</b>						
Juros e rendimentos similares	32.892	5.764	1.400	57.565	11.270	5.350
Juros e encargos similares	-	5.018	(78)	-	7.395	192
Rendimentos de serviços e comissões	6	42.043	1.810	52	82.873	5.028
Encargos com serviços e comissões	-	165	9	15	2.059	524
Resultados em operações financeiras	(9.882)	(25.645)	2.816	(72.194)	(13.147)	(1.291)
Outros resultados de exploração	(1)	26	14	(4)	269	108
Gastos gerais administrativos	-	2	307	-	(6)	2.093

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a coluna “Outras entidades do Estado Português” não inclui saldos com a Administração Regional ou Local.

## 39. Contratos de locação

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estavam contabilizados:

Locações	30-06-2022		
	Imóveis	Viaturas	Outros
Custos de amortizações do ativo por direito de uso no período	16.075	1.151	-
Custos de juros dos passivos de locação no período	2.482	18	0
Custos relativos a locações de baixo valor	252	-	447
Quantia escriturada dos ativos sob direito de uso no final do período	167.640	2.197	58.388
Quantia escriturada dos passivos de locação no final do período	(173.693)	(2.025)	(58.388)
Maturidade dos passivos de locação			
Até 1 ano	29.578	1.521	12.975
De 1 a 5 anos	100.706	684	45.413
Superior a 5 anos	64.692	-	-

Locações	31-12-2021		
	Imóveis	Viaturas	Outros
Custos de amortizações do ativo por direito de uso no período	30.841	2.551	-
Custos de juros dos passivos de locação no período	5.210	52	-
Custos relativos a locações de baixo valor	567	-	814
Quantia escriturada dos ativos sob direito de uso no final do período	182.139	2.962	-
Quantia escriturada dos passivos de locação no final do período	(188.295)	(2.898)	-
Maturidade dos passivos de locação			
Até 1 ano	30.047	2.099	-
De 1 a 5 anos	105.286	911	-
Superior a 5 anos	73.288	-	-



## 40. Divulgações relativas a instrumentos financeiros

### Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

A CGD adotou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco.

#### *Risco de crédito*

O acompanhamento e controlo do risco de crédito da carteira de clientes da CGD é suportado na monitorização de indicadores, sendo os mesmos desagregados por tipo de produto, segmento de cliente, prazos de vencimento, tipo de garantias, grau de exposição no sistema financeiro, setor de atividade e área geográfica, analisando-se também o valor das grandes exposições e seu confronto com os limites máximos definidos pelas entidades de supervisão. A CGD implantou um sistema de identificação, avaliação e controlo do risco da sua carteira de crédito que se inicia no momento da concessão de crédito, sendo a monitorização do risco contínua ao longo da vida das operações.

No âmbito da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade, a CGD apura mensalmente o valor da imparidade para cada sub-carteira de crédito, mediante a desagregação da mesma em segmentos homogêneos de risco e utilização de probabilidades de *default* (PD) e de migração para *default* e recuperações após *default* (*Loss Given Default*, LGD), atualizadas anualmente com base em informação histórica.

No que respeita à monitorização da carteira de crédito, realizada pela Direção de Gestão de Risco, procedeu-se à revisão da Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito, bem como à incorporação dos conceitos de Incumprimento e de *Non-Performing Exposure*, alinhadas com as definições publicadas pela *European Banking Authority* (EBA), no sistema operacional que suporta o processo de monitorização diário da carteira de crédito. Este sistema incorpora um conjunto de regras e funcionalidades que visam a identificação tempestiva de eventos de risco, permitindo iniciar um conjunto de ações corretivas visando a regularização e a recuperação do crédito:

- (i) Todos os clientes tem um grau de risco associado, o qual é atualizado diariamente;
- (ii) Os clientes de retalho para os quais são identificados graus de risco mais gravosos são afetos, de forma automática, às áreas especializadas de recuperação; e,
- (iii) As medidas de atuação adotadas, e que visam a regularização do crédito, são identificadas, permitindo determinar o seu grau de eficiência.

A monitorização do processo é evidenciada em relatório mensal preparado pela Direção de Gestão de Risco.

No âmbito do processo de concessão de crédito, a Direção de Riscos de Crédito, com funções corporativas e dependendo diretamente da Comissão Executiva, tem as funções de decisão e/ou análise de crédito a Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais e Particulares.

No que respeita a crédito concedido a empresas, para além do acompanhamento natural da carteira, a análise incide sobre o risco de crédito do cliente, seu respetivo grupo económico e também sobre as operações objeto da proposta, segregando funções com a área comercial, a quem cabe apresentar a proposta com as condições das operações.

Esta análise tem por base a notação de risco atribuída pelas agências de *rating* e pelos modelos internos de avaliação e também a ponderação de fatores de ordem quantitativa e qualitativa, relativamente ao cliente/grupo económico e operação em análise. É igualmente tido em consideração todo o enquadramento do mercado e da economia em que se encontram inseridas as entidades, bem como a identificação de aspetos/condições que poderão mitigar o risco de crédito.

#### *Risco de mercado*

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos nas carteiras do Grupo CGD se enquadram nas balizas de apetência pelo risco, são estabelecidas, com periodicidade mínima anual, regras de gestão do risco de mercado para cada carteira ou unidade de negócio. O conjunto de regras abarca as tipologias relevantes de risco de mercado, incluindo concentração de exposição (por nome, setor, *rating* e país), indicadores de liquidez de mercado dos ativos, composição de ativos e instrumentos autorizados e define ainda níveis de perdas máximas admissíveis.

Diariamente é efetuado um controlo exaustivo das alterações nas carteiras de modo a identificar alterações de perfil ou eventuais segmentos merecedores de especial monitorização. Os consumos dos limites estabelecidos

são acompanhados diariamente pela função de gestão de risco e comunicados aos órgãos de administração e responsáveis pela gestão de cada carteira.

As operações de cobertura de risco de mercado são decididas pelos gestores das carteiras ou das unidades de negócio, tendo em conta o necessário cumprimento das regras de gestão do risco de mercado, nomeadamente os instrumentos autorizados e os limites definidos.

A métrica de monitorização de risco de mercado mais utilizada é o *Value at Risk* (VaR), apurado para todos os tipos de risco de mercado (taxa de juro (e de *spread*), ações, taxa de câmbio e volatilidade), segundo a metodologia de simulação histórica, sendo os níveis de confiança utilizados na simulação dependentes do objetivo de detenção das carteiras. Em determinadas carteiras são igualmente monitorizadas métricas adicionais: *Expected Shortfall* e *Third Worst*. Adicionalmente, são utilizadas outras medidas de risco de mercado, como a sensibilidade a variações de preço dos ativos subjacentes (*basis point value* (bpv), para taxa de juro) e outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos).

A fiabilidade do modelo de VaR é monitorizada diariamente através da análise comparativa entre o valor em risco e o resultado diário teórico (*backtesting* teórico) e o resultado real (*backtesting* real). O número de exceções obtidas permite avaliar a fiabilidade do modelo e equacionar eventuais medidas de ajustamento ou calibração. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos e testes de normalidade.

O Grupo CGD realiza regularmente testes de esforço (*stress-testing*) com incidência no risco de mercado e cambial com uma periodicidade mínima mensal. A realização de testes de esforço visa avaliar o impacto de eventos adversos da exposição ao risco, por via do impacto no justo valor dos investimentos e na adequação quantitativa e qualitativa dos fundos próprios do Grupo CGD. Os testes de esforço são baseados em cenários para os fatores de risco, os quais e no seu conjunto representam situações que podem originar perdas extraordinárias nas carteiras sujeitas a risco de mercado. Esses fatores incluem, especificamente, os eventos de baixa probabilidade associados aos principais tipos de risco, incluindo as várias componentes dos riscos de mercado e cambial. Os cenários utilizados pretendem identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pela métrica VaR. Assim, alguns dos cenários pretendem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (crises) enquanto outros correspondem a análises de sensibilidade a um ou vários fatores de risco.

Encontram-se completamente segregadas as funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido decorrente das mesmas.

#### *Risco cambial*

O controlo e a avaliação do risco cambial são efetuados a nível individual, diariamente, para a atividade doméstica e para cada uma das Sucursais e Filiais e, mensalmente, a nível consolidado para todo o Grupo. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

#### *Risco de liquidez e risco de taxa de juro do balanço*

As políticas de gestão do risco de liquidez e de taxa de juro do balanço são definidas pelo Conselho Delegado de Gestão de Capital, de Ativos e Passivos (*Capital, Asset and Liability Committee*, CALCO). A Área de Risco de Liquidez e de Taxa de Juro do Balanço da Direção de Gestão de Risco mede monitoriza e reporta os dois tipos de riscos.

O Conselho Delegado de Gestão de Capital, de Ativos e Passivos é o órgão deliberativo da Comissão Executiva responsável pelo processo de gestão integrada de ativos e passivos (*Asset Liability Management*, ALM) que visa a gestão proativa do balanço e da rentabilidade do Grupo CGD. No domínio da gestão do risco, o processo ALM incide, nomeadamente, sobre os riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço, constituindo-se o fórum como um espaço de divulgação célere da informação de gestão transversal ao Grupo.

A gestão do risco de liquidez compreende a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos diferentes intervalos temporais considerados (*buckets*), os volumes de *cash inflows* e *cash outflows*, bem como os respetivos *gaps* (diferenciais) de liquidez.

Inclui, também, a realização de testes de esforço segundo metodologia desenvolvida internamente e articulados com o plano de contingência de liquidez existente, visando a determinação das perspetivas de financiamento em cada momento, o reforço da capacidade de resistência da instituição a choques adversos e o estudo de alternativas em termos de financiamento.

O Grupo CGD prosseguiu, ao longo do ano, uma política de captação de recursos que procurou promover uma estrutura de financiamento sustentável da sua atividade, baseada nas características de liquidez e de prazo residual dos seus ativos e exposições fora de balanço.

Relativamente à gestão do risco de taxa de juro, a metodologia adotada na mensuração compreende, por um lado, uma perspetiva de curto prazo ou contabilística e, por outro lado, uma perspetiva de longo prazo ou económica.

A perspetiva de curto prazo ou contabilística de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito na margem de juros de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito agrega em intervalos temporais todos os ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, de acordo:

- (i) Com os seus prazos de vencimento residual se forem instrumentos financeiros de taxa fixa; e,
- (ii) Com os prazos que decorrem até à refixação das suas taxas de juro se forem instrumentos financeiros de taxa variável.

Os respetivos *gaps* de taxa de juro são posteriormente calculados para esses intervalos temporais, permitindo assim aproximar o efeito na margem financeira de variações das taxas de juro.

Adicionalmente, com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir dos *gaps* de taxa de juro da sensibilidade da margem de juros, são utilizadas técnicas de simulação de margem financeira que incluem, nomeadamente, a elaboração de cenários previsionais da evolução do balanço do Grupo integrando comportamentos e tendências relevantes da atividade bancária, bem como cenários da evolução das diferentes taxas de mercado e das expectativas refletidas nas *yield curves*.

A perspetiva de longo prazo ou económica de avaliação do risco de taxa de juro pretende estimar o efeito no valor económico do capital de variações adversas das taxas de juro. A metodologia utilizada para o efeito envolve o cálculo da duração efetiva dos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro, bem como do respetivo *gap* de duração, que permite aproximar o efeito no valor económico do capital de variações das taxas de juro.

No mesmo âmbito, com o objetivo de promover a fiabilidade das estimativas obtidas a partir do *gap* de duração da sensibilidade do valor económico do capital, são utilizadas técnicas de simulação que compreendem a avaliação e respetiva estimativa de todos os *cash flows* futuros gerados pelos ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro (*full valuation*).

A gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro do balanço é suportada por um conjunto de *guidelines* aprovadas em sede de CALCO, que incluem a fixação de limites para um conjunto de variáveis significativas do nível de exposição a estes tipos de riscos. O objetivo dessas *guidelines* é o de assegurar que o Grupo CGD possui um modo de gerir o *trade-off* rentabilidade-risco no que se refere à gestão do balanço e que, simultaneamente, está em condições de fixar o nível de exposição conveniente e de controlar os resultados das políticas e posições de risco assumidas.

## Risco de Crédito

### Exposição máxima a risco de crédito

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte decomposição:

	30-06-2022	31-12-2021
Títulos de negociação		
Dívida pública	1.022.880	322.719
Dívida privada	46.671	50.029
	1.069.551	372.748
Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados		
Dívida privada	95	100
Crédito e valores titulados	96.244	98.999
	96.339	99.098
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (*)		
Dívida pública	2.484.049	4.824.506
Dívida privada	923.797	1.043.511
	3.407.846	5.868.017
Investimentos ao custo amortizado (*)		
Dívida pública	13.395.153	12.595.515
Dívida privada (a)	487.861	398.759
	13.883.014	12.994.274
Ativos com acordo de recompra		
Dívida pública	-	7.828
Créditos e valores titulados	45.797	-
	45.797	7.828
	18.502.546	19.341.965
Instrumentos financeiros derivados	343.640	423.440
Disponibilidades em instituições de crédito	601.727	677.351
Aplicações e empréstimos de instituições de crédito (*)	3.590.898	3.246.884
Crédito a clientes (*)	51.527.897	50.187.698
Outros devedores (*)	2.947.405	2.326.054
Outras operações a regularizar	265.812	160.634
	59.277.381	57.022.061
Outros compromissos		
Garantias pessoais/institucionais prestadas (**)		
Garantias e avals	2.693.636	2.580.569
Cartas de crédito <i>stand-by</i>	32.816	7.564
Créditos documentários abertos	376.447	345.520
Contratos de depósitos a prazo a constituir	45.181	-
Linhas de crédito irrevogáveis	1.193.120	1.299.158
Subscrição de títulos	1.612.326	1.227.469
Outros compromissos irrevogáveis	71.279	67.575
	6.024.805	5.527.855
<b>Exposição máxima</b>	<b>83.804.731</b>	<b>81.891.881</b>

(\*) Saldos líquidos de imparidade

(\*\*) Saldos líquidos de provisões

(a) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, inclui dívida adquirida ao Mecanismo de Estabilização Financeira da União Europeia, no montante de 100.722 mEuros e 101.102 mEuros, respetivamente.

O montante de exposição a instrumentos financeiros derivados apresentado no quadro anterior não inclui o efeito de mitigação de risco decorrente de contas caução (Nota 24) e de acordos de *netting*.

Exposição a dívida soberana de países periféricos da Zona Euro

As principais características de emissões de dívida soberana de países periféricos da Zona Euro nas carteiras da Caixa e suas sucursais em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são seguidamente apresentadas:

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 30-06-2022			Justo valor	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual					
	2022	Após 2022	Total			
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados						
Portugal	92.049	651.682	743.731	743.731	-	
Itália	274.893	-	274.893	274.893	-	
	366.942	651.682	1.018.624	1.018.624	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Portugal	20.235	1.441.534	1.461.769	1.461.769	1.720	
Irlanda	-	158.192	158.192	158.192	(14.283)	
Espanha	-	221.611	221.611	221.611	(17.609)	
Itália	206.597	19.198	225.795	225.795	(173)	
	226.832	1.840.535	2.067.367	2.067.367	(30.344)	
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Portugal	300.213	4.760.010	5.060.223	5.097.829	-	
Irlanda	-	1.035.223	1.035.223	1.037.180	-	
Espanha	-	3.445.486	3.445.486	3.468.419	-	
Itália	150.025	861.040	1.011.064	1.012.136	-	
	450.238	10.101.759	10.551.997	10.615.564	-	
Total						
Portugal	412.497	6.853.226	7.265.723	7.303.328	1.720	BBB
Irlanda	-	1.193.415	1.193.415	1.195.373	(14.283)	AA-
Espanha	-	3.667.098	3.667.098	3.690.030	(17.609)	A-
Itália	631.515	880.238	1.511.752	1.512.823	(173)	BBB
	1.044.011	12.593.976	13.637.987	13.701.554	(30.344)	

	Valor de Balanço Líquido de Imparidade em 31-12-2021			Justo valor	Reserva de Justo valor	Rating
	Maturidade Residual					
	2021	Após 2021	Total			
Ativos valorizados ao justo valor através de resultados						
Portugal	46	10.775	10.822	10.822	-	
Itália	301.422	-	301.422	301.422	-	
	301.468	10.775	312.244	312.244	-	
Ativos valorizados ao justo valor através de outro rendimento integral						
Portugal	31.127	2.021.433	2.052.561	2.052.561	140.118	
Irlanda	-	178.898	178.898	178.898	5.706	
Espanha	-	480.652	480.652	480.652	8.522	
Itália	1.809.243	-	1.809.243	1.809.243	1.334	
	1.840.371	2.680.984	4.521.354	4.521.354	155.680	
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Portugal	314.412	4.455.144	4.769.557	4.810.376	-	
Irlanda	-	917.848	917.848	925.482	-	
Espanha	160.068	3.459.678	3.619.746	3.644.829	-	
Itália	501.137	822.295	1.323.431	1.324.163	-	
	975.617	9.654.965	10.630.582	10.704.849	-	
Total						
Portugal	345.586	6.487.353	6.832.939	6.873.758	140.118	BBB
Irlanda	-	1.096.746	1.096.746	1.104.380	5.706	AA-
Espanha	160.068	3.940.330	4.100.398	4.125.481	8.522	A-
Itália	2.611.802	822.295	3.434.097	3.434.828	1.334	BBB
	3.117.455	12.346.724	15.464.180	15.538.447	155.680	

## Critérios de Valorização

As emissões da dívida soberana de países periféricos da Zona Euro considerados no quadro anterior foram mensurados considerando preços observáveis de mercado, quando aplicável, ou, na ausência de mercado ativo, com base em preços fornecidos por contrapartes externas. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estas carteiras encontram-se segmentadas nos níveis 1 e 2 da hierarquia de justo valor, sendo os elementos distintivos destas categorias, assim como os principais pressupostos utilizados, apresentados em maior detalhe na coluna “Justo valor”.

## Qualidade de crédito concedido a clientes

As divulgações sobre qualidade dos ativos e gestão de risco de crédito são seguidamente apresentadas, tendo por base, essencialmente, as práticas da CGD Sede.

## De caráter qualitativo

### 1. Política de Gestão de Risco de Crédito

#### 1.1 Gestão de risco de crédito

Em resposta aos diversos requisitos legais e regulamentares, e tendo como objetivo a utilização das melhores práticas na gestão do risco de crédito, a Caixa Geral de Depósitos tem implementado um processo de gestão do risco de crédito, suportado numa estrutura organizacional que garante a independência entre as áreas comerciais (tomadoras de risco), de recuperação, de decisão e de risco.

##### 1.1.1 Concessão de crédito

A atividade de concessão encontra-se alinhada com a estratégia e as políticas de gestão do risco de crédito definida pelos órgãos competentes na CGD.

A CGD definiu um modelo de decisão centralizada do crédito, passando a Direção de Riscos de Crédito a ter a função de decisão de crédito para Empresas, Instituições Financeiras e Institucionais, bem como para crédito a particulares. O modelo de governo da decisão de crédito, incluindo os limites de delegação de competências, estão definidos em normativo interno.

A Direção de Riscos de Crédito tem, igualmente, nas suas funções principais:

- (i) A emissão, prévia e obrigatória, de parecer de risco para atribuição de limites internos ou apreciação de operações não abrangidas por aqueles limites, para clientes cujo montante de exposição (em termos de Grupo Económico), *rating* ou características específicas da operação (ou proponente) assim o justifiquem (de acordo com os normativos internos);
- (ii) Propor superiormente a redefinição de limites de crédito sempre que as circunstâncias assim o aconselhem; e,
- (iii) Aprovar a constituição/alteração de Grupos Económicos.

A decisão do crédito das exposições de maior relevância é da responsabilidade do Conselho de Administração, da Comissão Executiva de Riscos de Crédito, ou do Conselho de Crédito, dependendo dos montantes de exposição em causa. As restantes operações são da responsabilidade dos Comitês de Crédito de Riscos, ao nível da Direção de Riscos de Crédito.

As operações/limites apresentados para decisão ao Conselho de Administração carecem de parecer prévio favorável da Comissão de Riscos Financeiros.

A Direção de Gestão de Risco intervém no processo de controlo e monitorização do risco de crédito, nas fases de concessão e de posterior acompanhamento, quer na perspetiva cliente/operação, quer na ótica de carteira de crédito, mediante:

- (i) A definição, desenvolvimento e manutenção dos modelos internos de avaliação de risco (*rating* e *scoring*);
- (ii) A monitorização e controlo global do risco de crédito do Grupo CGD por carteiras de crédito, produtos e unidades de negócio;
- (iii) A identificação dos clientes com risco acrescido de incumprimento, através da deteção de sinais de alerta;
- (iv) A avaliação e validação da imparidade individual;
- (v) A determinação da imparidade para todos os segmentos da carteira de crédito;

- (vi) A avaliação do cumprimento dos limites definidos para grandes riscos.

A Direção de Gestão de Risco pode ainda propor superiormente a aprovação e revisão de políticas e *guidelines* no âmbito da gestão do risco de crédito do Grupo.

#### 1.1.2 Acompanhamento da carteira de crédito

O acompanhamento da carteira de crédito permite a identificação antecipada de potenciais situações de incumprimento, facilitando a tomada de decisões que otimizem a recuperação da dívida. O processo de acompanhamento é regulado pelo normativo interno “Política de Acompanhamento e Recuperação de Crédito”.

A CGD tem implementado um processo de *workflow*, transversal às áreas comerciais, de recuperação e de risco de crédito. O *workflow* implementado classifica diariamente a qualidade creditícia do cliente mediante a identificação de eventos pré-definidos e por grau de gravidade quanto à probabilidade de entrada em incumprimento, gerando, de forma automática, a identificação de clientes em dificuldades financeiras e em incumprimento.

Todos os clientes da carteira são segmentados num dos seguintes estados:

- (i) Clientes regulares sem identificação de eventos de risco adicionais;
- (ii) Clientes regulares mas com sinais de alerta (*early warnings*) que poderão indiciar um aumento da probabilidade de incumprimento do cliente;
- (iii) Clientes que registam eventos graves, com elevada probabilidade de incumprimento, sendo assim classificados como estando em dificuldades financeiras;
- (iv) Clientes no período probatório de 24 meses, após ocorrência de uma reestruturação por dificuldades financeiras do cliente;
- (v) Clientes classificados em incumprimento; e,
- (vi) Clientes classificados em “quarentena”, após tratamento das situações de incumprimento.

O processo de *workflow* incorpora medidas de atuação, que variam consoante a gravidade do evento, fornecendo à primeira linha de defesa mecanismos que permitem uma prevenção ativa de potenciais futuros incumprimentos.

Para as situações em que são identificados eventos mais gravosos, existe um processo automático que transfere de imediato os clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação, assegurando assim que os casos potencialmente mais problemáticos passem a ser tratados por gestores especializados na recuperação de crédito.

Caso se trate de clientes empresa com exposições relevantes, a decisão de manutenção da gestão do cliente nas estruturas comerciais ou de transferência para as áreas especializadas de recuperação, é da competência da Comissão Executiva de Riscos de Crédito e do Conselho de Crédito, consoante o nível de responsabilidades dos clientes em análise, suportados num relatório específico elaborado pela Direção de Gestão de Risco.

No processo de acompanhamento da carteira de crédito, a Direção de Gestão de Risco procede ao diagnóstico de todo o processo e introduz alterações sempre que necessário, mediante a análise de métricas e indicadores que são suportados em relatórios mensais de monitorização da qualidade da carteira de crédito, reportados à Comissão Executiva.

#### 1.1.3 Recuperação de crédito

Sempre que seja identificada qualquer situação de atraso de pagamento, são desenvolvidas as diligências adequadas à recuperação do crédito vencido e à obtenção de condições que permitam a regularização da situação, cumprindo o disposto pelo Decreto-Lei n.º 227/2012 complementado pelo Decreto-Lei n.º 70-B/2021 – PARI e PERSI no que respeita ao crédito a particulares.

A recuperação de crédito consiste no conjunto das ações do Grupo CGD, em caso de atraso no pagamento de uma ou mais prestações referentes a uma operação de crédito. É uma função fundamental na gestão do crédito no Grupo, que tem lugar a partir do momento em que se verifica o primeiro atraso numa prestação e que está presente durante todo o restante ciclo de vida do crédito, até que este volte a estar regularizado.

A recuperação de crédito via negocial é composta por três tipos de ações, por ordem de prioridade na sua aplicação:

- (i) Cobrança dos pagamentos em atraso;
- (ii) Soluções de reestruturação; e,
- (iii) Soluções terminais não litigiosas.

Na fase inicial de cobrança do crédito, os contactos com o cliente, tendo em vista a regularização dos montantes em atraso, é assegurada pelo *call center* e pela área comercial. No caso dos contactos iniciais não surtirem efeito e o cliente passar a registar pagamentos em atraso há mais de 30 dias, procede-se à sua realocação a uma área de recuperação com o objetivo de ser encontrada a solução mais apropriada que permita a recuperação do crédito.

Nas situações em que o processo negocial com o cliente não esteja a surtir o efeito desejado para o Grupo CGD e para os seus clientes, a recuperação de crédito deve passar pelo recurso ao contencioso. Esta solução consiste na execução de bens ou direitos, hipotecados/empenhados para garantia do crédito com o intuito de se proceder à venda judicial.

Como medida alternativa de recuperação, o Grupo CGD também considera a venda de carteiras de crédito ou de crédito individuais sempre que, após a devida avaliação custo/benefício, se entende ser a solução mais eficiente.

## 1.2 Gestão do Risco de Concentração

A gestão do risco de concentração de crédito do grupo CGD é assegurada pela Direção de Gestão de Risco que procede à identificação, medição e controlo de exposições significativas.

Para monitorizar o risco de concentração foram definidas métricas no *Risk Appetite Statement* que permitem assegurar o controlo mensal da evolução de segmentos de carteira que foram considerados mais críticos no que respeita ao risco de crédito.

A decisão quanto à contratação de operações que impliquem exposições materialmente relevantes (definida em normativo interno) obriga a parecer da Direção de Riscos de Crédito. Para este limite concorre necessariamente a exposição total do cliente e/ou grupo de clientes relevantes ao Grupo CGD.

## 2. Política de *write-off* de créditos (abate ao ativo)

A decisão de se proceder ao abate ao ativo, suportada na Política de *Write-off*, formalizada em normativo interno, é tomada superiormente quando a expectativa de recuperação dos créditos é nula ou muito residual, após tomadas todas as diligências negociais e, quando aplicável, judiciais junto de todos os envolvidos num contrato de crédito. Nos créditos elegíveis para o abate ao ativo, que obriga ao registo de provisões e imparidades de 100%, são também enquadráveis:

- (i) Os créditos com atrasos nos pagamentos superiores a 24 meses; e,
- (ii) Os créditos sem garantia real.

## 3. Política de reversão de imparidade

A quantificação das perdas por imparidade é condicionada à identificação de eventos que iniciem uma degradação da qualidade creditícia da contraparte com impacto nos *cash flows* futuros do crédito.

Nas situações em que ocorram melhorias significativas na capacidade creditícia dos devedores e/ou um reforço adequado das garantias reais, a perda anteriormente reconhecida reduz-se até ao nível da nova perda calculada, existindo assim uma reversão de imparidade direta.

Nas situações de venda de operações de crédito por uma quantia superior à da sua exposição líquida de imparidade também se regista uma reversão na imparidade.

## 4. Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

Entende-se por reestruturação de crédito qualquer alteração às condições em vigor das operações de crédito de clientes em dificuldades financeiras de que resulte uma modificação dos direitos ou deveres das partes.

As áreas especializadas de acompanhamento e recuperação procuram, para cada situação específica, aplicar as soluções que melhor defendam os interesses do Grupo CGD e dos clientes, nos termos de decisão delegada e dos limites definidos em normativo interno.



As soluções de recuperação são aplicadas tendo sempre presente a realidade do cliente e o melhor interesse da CGD, com base em três princípios básicos:

- (i) Impacto no capital e fluxos de caixa: O primeiro aspeto a ser considerado deve ser o impacto que o referido tratamento terá no capital investido pelo Grupo CGD e nos fluxos de caixa gerados pela operação no futuro. Este impacto deve ser medido através do cálculo do NPV incremental do tratamento por oposição a uma solução litigiosa (tida como último recurso na recuperação de crédito);
- (ii) Impacto no cliente: Em segundo lugar, deve ser considerado o impacto que a solução de tratamento terá para o cliente, segundo dois critérios fundamentais:
  - *Capacidade de pagamento*: é necessário que o cliente seja capaz de fazer face às suas obrigações financeiras no novo cenário, tendo em conta o seu rendimento esperado; e,
  - *Sustentabilidade do tratamento*: é necessário que o tratamento seja sustentável no tempo, isto é, que o cliente seja, com uma probabilidade elevada, capaz de fazer face a todos os pagamentos necessários, não voltando a incorrer numa situação de incumprimento.
- (iii) Impacto da complexidade: Por último, deve ser considerado na estratégia de tratamentos um conjunto de fatores suscetíveis de adicionar complexidade às situações de incumprimento, devendo ter um tratamento diferenciado daquele que seria proposto tendo em conta apenas os dois princípios anteriores. Ainda que o impacto financeiro da solução possa não ser ótimo, outros parâmetros como especificidades do cliente, o impacto do tratamento na imagem pública do Grupo CGD, o risco reputacional ou a disponibilidade dos clientes para negociar fazem também parte das regras de decisão de tratamentos a aplicar.

A generalidade dos créditos objeto de reestruturação devido a dificuldades financeiras do cliente está sujeita a um tratamento específico para efeitos de cálculo de imparidade, durante todo o período de vigilância mínimo de 24 meses, em conformidade com o preconizado no Regulamento de Execução (UE) 2017/1443, da Comissão, de 29 de junho de 2017.

## 5. Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

### *Bens Imóveis*

Para efeitos de avaliação, são considerados os seguintes tipos de bens imóveis:

- (i) Construções:
  - Construções concluídas; e,
  - Construções inacabadas.
- (ii) Terrenos:
  - Terrenos com potencial construtivo (o seu maior e melhor uso tem em consideração o potencial construtivo); e,
  - Terrenos sem potencial construtivo (o seu maior e melhor uso não é o potencial construtivo).

As principais componentes da metodologia de avaliação de bens imóveis no Grupo CGD são:

- (i) Verificação do bem imóvel: a verificação de imóveis é efetuada para efeitos da contratação de novas operações de crédito imobiliário, tendo como objetivo determinar o presumível valor de transação em mercado livre.

A verificação do valor do bem imóvel é documentada e inclui, entre outras, cópias das plantas, da caderneta predial e da descrição da conservatória do registo predial, quando disponibilizadas. Complementarmente, são realizadas avaliações individuais (por observação direta no local);

- (ii) Atualização da avaliação do valor do bem imóvel por perito avaliador: as operações de crédito imobiliário que são objeto de alterações contratuais são, em regra, passíveis de nova avaliação, realizada nos mesmos moldes que as novas operações.

Tratando-se de crédito não produtivo, os valores das garantias reais são sujeitos a verificações de valor e/ou atualizações de valores, cumprindo a periodicidade definida em normativo interno; e,

- (iii) Revisão de valorização indexada: Revisão de valores de imóveis, sempre que existam dados suficientes que permitam a mensuração por este método, efetuada por um perito avaliador imobiliário, interno, registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Esta metodologia é utilizada para imóveis habitacionais ou imóveis para fins comerciais, no crédito não produtivo com saldo devedor inferior a 300 mEuros e no crédito regular, com saldo devedor inferior a 500 mEuros.

Procedimentos inerentes à avaliação de bens imóveis:

- A área de avaliações da CGD inclui no seu quadro de pessoal engenheiros e arquitetos com experiência significativa na área das avaliações, tendo os responsáveis de visto técnico formação complementar em cursos de avaliação de imóveis, estando registados e certificados na CMVM como peritos avaliadores de imóveis;
- São prestadores de serviço externo, para a área de avaliações da CGD, uma rede de peritos avaliadores imobiliários, tanto empresas como individuais registados na CMVM, os quais se encontram distribuídos pelo país, em função da área onde exercem a sua atividade profissional, existindo vários para cada concelho, de modo a garantir a adequada diversificação e rotação;
- Os pedidos de avaliação chegam à área de avaliações da CGD digitalizados, contendo a documentação essencial à valorização do imóvel. Existe um técnico interno responsável pelo visto técnico, por tipo de avaliação e concelho onde se localiza o imóvel; e,
- Os peritos avaliadores constam de uma lista, na qual são definidos os concelhos prioritários de atuação, atendendo a critérios de eficiência de deslocações e ao conhecimento aprofundado do mercado local. Os pedidos de avaliação são dirigidos aos avaliadores por meio de um portal de gestão imobiliária da CGD. O avaliador regista no portal a data de visita, bem como o relatório de avaliação, cujo conteúdo se encontra normalizado, incluindo nomeadamente documentos relevantes para a avaliação e fotografias do imóvel.

#### *Outros Colaterais*

Para além dos bens imóveis são elegíveis para efeitos de mitigação no cálculo da imparidade do crédito os seguintes colaterais:

- (i) Penhores de depósitos a prazo – avaliação pelo valor do penhor constituído;
- (ii) Penhores de obrigações emitidas pela CGD – avaliação pelo valor nominal das obrigações; e,
- (iii) Penhores de ações cotadas – avaliação pelo valor de mercado na data de referência do cálculo.

#### 6. Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

No modelo de imparidade do crédito da CGD são utilizadas metodologias, devidamente suportadas e fundamentadas, que garantem a conformidade do cálculo de imparidade com a norma IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”.

Existem abordagens na modelização que, na perspetiva da CGD, são as mais adequadas para determinação de imparidade, mas sobre as quais existiram julgamentos na definição dos processos, nomeadamente:

- (i) Histórico de informação considerado para efeito de modelização (PD, LGD, *haircuts* sobre colaterais);
- (ii) Período de *workout* para cálculo das LGD e metodologias de avaliação de múltiplos *defaults*;
- (iii) Critérios utilizados para a segmentação da carteira:
  - *Crédito a particulares*: tipologia de produto (e.g. habitação), finalidade do crédito, tipologia de colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual; e,
  - *Crédito a empresas*: tipologia da empresa, valor da exposição, setor de atividade económica, qualidade e valor dos colaterais, comportamento atual e passado da operação, antiguidade do comportamento atual.
- (iv) Fatores de conversão para crédito aplicados a exposições extrapatrimoniais;
- (v) Nível de exposição e critérios de risco definidos para se proceder à avaliação individual de imparidade;
- (vi) Critérios para determinar o aumento significativo do risco, desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro, que incorporam informação prospetiva; e,
- (vii) Para determinação da perda de crédito, são definidos três cenários macroeconómicos prováveis (um otimista, um pessimista e um cenário base) revistos semestralmente, sendo os respetivos fatores de risco ajustados a cada cenário para suportar o cálculo de perdas esperadas.

#### 7. Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como as carteiras são segmentados, para refletir as diferentes características dos créditos

O modelo de imparidade do crédito utilizado na CGD abrange o crédito concedido a empresas e particulares, incluindo garantias bancárias prestadas, linhas de crédito irrevogáveis e revogáveis, determinando o perfil de risco de cada operação, por forma a enquadrá-lo nos subsegmentos da carteira de crédito, definidos com base no comportamento atual e passado da operação.

No cálculo de imparidade do crédito são utilizados os seguintes conceitos:

- (i) *Imparidade individual*: que se suporta numa avaliação efetuada a clientes com exposições individualmente significativas, mediante o preenchimento de uma ficha de imparidade e do *template* de cálculo mediante a abordagem *Going* ou *Gone Concern*; e,
- (ii) *Imparidade coletiva ou paramétrica*: que é determinada de forma automática pelo modelo de imparidade do crédito. O cálculo paramétrico é realizado por uma desagregação da carteira em subsegmentos de risco, que englobam ativos com características de risco similares.

De acordo com a norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" foram estabelecidos princípios para a classificação das operações e ativos da carteira do banco de acordo com o risco de crédito associado.

Dependendo da deterioração da qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial, são considerados três estados de risco ou *stages*:

- (i) *Stage 3*: As exposições para as quais existe evidência objetiva de crédito em imparidade, enquadrando as operações que se encontram em *default*;
- (ii) *Stage 2*: As exposições para as quais se observa uma degradação significativa do nível de risco de crédito desde o reconhecimento inicial (*Significant Increase in Credit Risk*, SICR) ou apresente critérios objetivos de indícios de imparidade; e,
- (iii) *Stage 1*: As exposições que não se enquadram no *stage 2* e no *stage 3*.

#### *Classificação em Stage 3*

Para as carteiras de títulos e aplicações noutras instituições de crédito (OICs), a definição de *stage 3* está alinhada com as notações das agências externas de *rating* e considera todas as exposições com *rating D*.

Para a carteira de crédito, a definição de *stage 3* está alinhada com a definição de *default* da CGD. São considerados os seguintes eventos:

- Incumprimento contratual perante o Grupo CGD, do qual se destaca o crédito vencido materialmente em atraso por mais de 90 dias consecutivos;
- Existência de dotação de imparidade material resultante de uma análise individual sobre os clientes com exposições individualmente significativas;
- Insolvência declarada;
- Pedido de insolvência (inclui PER) pelo devedor ou pela CGD;
- Operações em contencioso com a CGD;
- Contaminação de créditos, mediante a identificação de eventos de perda noutras operações do mesmo cliente. No caso de crédito a particulares, caso o montante em *default* represente mais de 20% de toda a exposição do cliente, as restantes operações são classificadas também em *default*;
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório, com novas reestruturações dentro do período de vigilância (2 anos) que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório;
- Reestruturação por dificuldades financeiras do cliente, em período probatório com mais de 30 dias de atraso que estava classificada como *non-performing exposure* antes da entrada no período probatório; e,
- Reestruturações por dificuldades financeiras caso ocorram perdas de valor (de acordo com a materialidade definida).

A norma IFRS 9 - "Instrumentos financeiros" não define um conceito de *default*. No entanto, a CGD aplica a mesma definição de *default* utilizada para efeitos de gestão, a nível interno do risco de crédito, a qual incorpora as recomendações da EBA definidas no "*Final Report on Guidelines on default definition (EBA-GL-2016-07)*" emitido em 28 de setembro de 2016. O histórico considerado para modelização reflete a definição de *default* à data.

#### *Classificação em Stage 2*

A classificação do crédito em *stage 2* assenta na observação de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial (*Significant Increase in Credit Risk*, SICR). Genericamente, o aumento significativo é medido através da variação da probabilidade de *default* associada à notação desde a data de reconhecimento inicial até à data de reporte. Mais concretamente, considera-se que existe um aumento significativo do risco de crédito face ao reconhecimento inicial quando se observa um dos seguintes critérios:

- (i) Variação absoluta da *PD lifetime forward-looking* desde a originação ponderada à maturidade residual superior a um determinado *threshold*; e,
- (ii) Variação relativa da *PD lifetime forward-looking* desde a originação superior a um determinado *threshold*.

A classificação em *stage 2* contempla ainda critérios objetivos de indícios de incumprimento, que determinam a classificação de uma exposição neste *stage* independentemente da sua degradação de risco de crédito, abaixo apresentados:

- Crédito vencido na CGD com atrasos superiores a 30 dias e que não esteja classificado em *default*;
- Operações reestruturadas por dificuldades financeiras que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- Operações POCI (*Purchased or Originated Credit-Impaired*) que não se enquadrem nos critérios de *stage 3*;
- Indicadores do Banco de Portugal (crédito vencido há mais de 90 dias em OIC e inibição de uso de cheques);
- Cheques devolvidos na CGD;
- Identificação de dívidas ao Fisco e à Segurança Social;
- Decréscimo de 20% no valor da garantia real, quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável a projetos imobiliários);
- Carências intercalares;
- Processos de insolvência que não a insolvência declarada e o PER;
- Notação correspondente ao último nível da escala de notação (excluindo o *default*); e,
- Quarentena de 3 meses em *stage 2*.

#### *Classificação em Stage 1*

O *stage 1* inclui todos os créditos que não apresentam critérios para classificação em *stage 2* e *stage 3*.

Neste âmbito, são também classificadas em *stage 1* as exposições da carteira de títulos que não registam critérios de *stage 2* ou de *stage 3*.

Para determinação das perdas por imparidade para a análise coletiva é necessária a determinação dos seguintes fatores de risco:

- (i) *Probabilidade de Default a 12 meses* (PD12m) – Probabilidade de um crédito em situação regular vir a registar um evento de incumprimento nos próximos 12 meses. De referir que o modelo de imparidade incorpora PD por nível de notação (*scoring e rating*) aplicável à carteira notada, e PD por subsegmento (finalidade do crédito para crédito a particulares, segmento de CAE para crédito a empresas e tipo de cartão para cartões de crédito) aplicável à carteira não notada;
- (ii) *Probabilidade de Default Lifetime* (PDLT) – Probabilidade de um crédito vir a registar incumprimento até à maturidade do contrato. As PD *lifetime* são distintas para carteira notada e carteira não notada. Na carteira notada, as PD *lifetime* distinguem-se por nível de notação do cliente ou da operação. Na carteira não notada as PD *lifetime* distinguem-se para clientes ou operações que apresentem:
  - Indícios externos e, simultaneamente, atraso inferior a 30 dias;
  - Atrasos entre 30 e 90 dias; e,
  - Reestruturações por dificuldades financeiras com atrasos no pagamento até 30 dias.
- (iii) *Loss Given Default* (LGD) – Perda caso a operação ou cliente entre em *default*. Para determinação da LGD são observadas as recuperações das operações ou clientes que entraram em incumprimento no período de histórico definido, apuradas de acordo com a antiguidade de incumprimento registada em cada operação e em cada mês do histórico. São assim determinadas LGD diferenciadas consoante a

permanência do crédito na situação de incumprimento, o que permite diferenciar as perdas por imparidade por tempo em incumprimento. Existem LGD diferenciadas em função da tipologia de colateral existente na data de determinação da imparidade; e,

- (iv) *Exposure at default* (EAD) – Corresponde ao montante da exposição de cada operação à data de entrada em *default*, sendo composta pelo somatório da exposição patrimonial e da exposição extrapatrimonial após CCF (*Credit Conversion Factor*). O CCF representa um fator de conversão de crédito que mede a proporção da exposição extrapatrimonial que é convertida em exposição patrimonial até à data de entrada em *default*.

As estimativas dos fatores de risco, nomeadamente das probabilidades de *default* incluem uma componente prospetiva ou de *forward-looking*.

#### 8. Indicação dos limiares definidos para análise individual

No Grupo CGD os limites definidos para a avaliação individual de imparidade definidos em normativo interno têm em linha de conta as especificidades das diversas carteiras de crédito de cada unidade do Grupo, tendo como objetivo a avaliação de todas as exposições consideradas individualmente significativas na perspetiva de cada unidade e do Grupo. No caso da CGD, com referência a 30 de junho de 2022 são objeto de análise individual os clientes empresa em que a exposição conjugada com critérios de risco cumpram os seguintes critérios:

- (i) *Stage 1*: Todos os clientes com exposição igual ou superior a EUR 20 Mios ou com exposição igual ou superior a EUR 10 Mios se o cliente registar indícios de risco acrescido (e.g. *early warnings*) ou o *rating* pior que 12;
- (ii) *Stage 2*: Todos os clientes com exposição igual ou superior a EUR 10 Mios ou com exposição igual ou superior a EUR 3 Mios se o cliente se registar indícios ou alertas de risco acrescido (e.g. *early warnings* ou eventos mais graves) ou o *rating* pior que 12;
- (iii) *Stage 3*: Todos os clientes com exposição igual ou superior a EUR 3 Mios.

#### 9. Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

Os clientes que entram em situação de incumprimento são, por norma interna, afetos às áreas especializadas de acompanhamento e recuperação de crédito, podendo essa decisão de afetação ser tomada pelo Conselho de Crédito ou pela Comissão Executiva de Riscos de Crédito.

De notar que devido à inovação implementada pelo processo de *workflow* de acompanhamento de clientes (ponto 1.1.2, acima) a generalidade dos clientes que entram em incumprimento já estavam previamente alocados a gestores das áreas de recuperação, não existindo assim uma rutura do processo negocial, que se inicia aquando da transferência dos clientes das áreas comerciais para as áreas de recuperação.

Em função da análise efetuada aplica-se a solução de recuperação considerada mais adequada aos interesses do cliente e da CGD, aplicando-se a solução litigiosa como último recurso na recuperação do crédito.

#### 10. Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos *cash flows* futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas, individual e coletivamente

##### Avaliação Individual

A determinação dos *cash flows* futuros esperados dos créditos considera em que medida o cliente gerará os meios libertos para pagamento da dívida. O valor recuperável de um crédito traduz-se no somatório dos *cash flows* futuros esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor (prazo, taxa, método de amortização, etc.) e de acordo com as expectativas de cobrabilidade subjacentes.

Nas situações em que os clientes registem indícios de perda, procede-se a uma avaliação para determinar se os *cash flows* esperados são inferiores aos *cash flows* contratuais. Nestas situações, efetua-se o consequente ajustamento no valor da imparidade.

Para determinar os *cash flows* futuros da empresa é utilizada uma das seguintes abordagens:

- (i) Abordagem *going concern*, em que se considera a continuação da atividade da empresa e assim os *cash flows* operacionais são projetados para determinar se são suficientes para assegurar o pagamento da dívida de todos os credores. Adicionalmente, poder-se-á assumir a venda ou execução de colaterais para ressarcimento da dívida, desde que os mesmos não tenham qualquer influência e impacto nos *cash flows* futuros estimados da empresa (ou seja, desde que se trate de ativos não operacionais). Esta abordagem de *going concern* é utilizada se:

- a) Os *cash flows* operacionais futuros da empresa são materiais e podem ser adequadamente estimados; e,
  - b) O ressarcimento da dívida não passa pela execução de colaterais que são determinantes para o normal funcionamento da empresa.
- (ii) Abordagem *gone concern*, associada a um cenário de cessação da atividade da empresa, em que os colaterais são executados cessando assim os *cash flows* operacionais da empresa. A aplicação desta abordagem é considerada quando se verifica pelo menos uma das situações a seguir elencadas:
- a) A exposição do cliente está vencida por um período de tempo considerável, existindo a presunção que se deverá seguir a abordagem *gone concern* quando o crédito está vencido há mais de 18 meses;
  - b) Os *cash flows* operacionais futuros estimados são residuais ou negativos ou inferiores ao valor estimado dos colaterais e claramente insuficientes para permitir ao cliente fazer face ao serviço de dívida;
  - c) A exposição tem um elevado nível de colateralização e o colateral é essencial para a geração de *cash flow*;
  - d) A aplicação da abordagem *going concern* teria um impacto material e negativo no montante recuperável face à abordagem *gone concern*;
  - e) Existe um elevado nível de incerteza na estimativa dos *cash flows* futuros, nomeadamente quando o EBITDA dos últimos anos é negativo; e,
  - f) A informação disponível é insuficiente para se realizar uma análise *going concern*.

De notar que, em algumas situações, poderá ser aplicada uma abordagem mista, em que se consideram *cash flows* resultantes da atividade da empresa, os quais podem ser complementados por *cash flows* que sejam originados pela venda de ativos da empresa, assumindo-se o cenário de continuidade da empresa. Caso os ativos objeto de venda tenham impacto nos *cash flows* futuros operacionais da empresa, proceder-se-á ao respetivo ajustamento para determinar os montantes recuperáveis.

#### Imparidade Coletiva

Para as operações que se encontram em *stage 1*, o cálculo da perda esperada (*Expected Credit Loss - ECL*<sup>(3)</sup>) considera a perda a 12 meses e resulta da seguinte expressão.

$$ECL_{Stage 1} = EAD \times PD_{12\text{ meses}} \times LGD^{(1)}$$

Para as operações em *stage 2*, as perdas de crédito *lifetime* são calculadas de acordo com a seguinte expressão:

$$ECL_{Stage 2} = \sum_{k=t}^{\text{Prazo}} \frac{EAD_k \times LGD_k \times SR_{k-1} \times PD_k}{(1+r)^k}^{(1)}$$

Onde  $r$  representa a taxa de juro original e  $SR$  representa a probabilidade de sobrevivência ao *default*.

Dado que o conceito de *stage 3* está alinhado com o conceito de *default* interno, considera-se que a *PD lifetime* é de 100%. Como tal, as perdas esperadas para as operações em *stage 3* são dadas através da seguinte expressão:

$$ECL_{Stage 3} = EAD \times LGD_{\text{tempo desde a entrada em default}}^{(1)}$$

Adicionalmente, as perdas a atribuir a um crédito deverão ser o resultado das perdas apuradas para três cenários macroeconómicos possíveis (cenário central, cenário central pessimista e cenário central otimista), ponderadas pelas probabilidades de ocorrência de cada cenário.

#### De carácter quantitativo

Os quadros seguintes apresentam elementos relativos à carteira de crédito a clientes e imóveis recebidos em dação ou execução, tendo por referência os conteúdos aplicáveis à atividade do Grupo.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento é o seguinte:

---

(1): EAD = *Exposure at Risk*; PD = *Probability of Default*; LGD = *Loss Given Default*.

	Exposição em 30-06-2022				Imparidade em 30-06-2022			
	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total
Segmento								
Administrações públicas	3.836.808	23.186	10.784	3.870.778	7.216	594	557	8.368
Outras empresas financeiras	281.755	50.086	6.261	338.102	1.479	10.407	2.722	14.609
Empresas não financeiras	15.274.542	2.461.517	1.413.097	19.149.156	140.952	492.813	870.866	1.504.631
Pequenas e médias empresas	8.248.898	1.761.063	972.102	10.982.063	108.522	345.233	610.066	1.063.821
Imóveis comerciais	2.898.085	445.291	329.942	3.673.318	17.783	81.355	163.478	262.616
Outros	5.350.813	1.315.773	642.160	7.308.745	90.739	263.878	446.589	801.205
Outras empresas	7.025.644	700.453	440.995	8.167.092	32.430	147.580	260.800	440.810
Imóveis comerciais	674.170	59.966	45.420	779.557	4.947	9.924	26.283	41.154
Outros	6.351.474	640.487	395.575	7.387.536	27.482	137.656	234.518	399.656
Famílias	28.314.855	1.461.852	589.759	30.366.467	11.822	237.694	387.063	636.578
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	26.212.395	1.258.700	268.152	27.739.247	1.223	202.628	128.090	331.940
Crédito ao consumo	1.368.733	97.190	55.178	1.521.102	7.920	15.251	35.182	58.353
Outros	733.726	105.962	266.429	1.106.118	2.679	19.815	223.790	246.285
	47.707.960	3.996.641	2.019.902	53.724.503	161.470	741.508	1.261.209	2.164.186

	Exposição em 31-12-2021				Imparidade em 31-12-2021			
	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total	Ativos sem incremento significativo do risco de crédito (Stage 1)	Ativos com incremento significativo do risco de crédito mas não em imparidade (Stage 2)	Ativos com imparidade (Stage 3)	Total
Segmento								
Administrações públicas	3.541.963	23.106	5.107	3.570.176	6.455	546	36	7.037
Outras empresas financeiras	233.385	60.148	5.385	298.918	1.111	12.838	3.413	17.361
Empresas não financeiras	14.676.968	2.675.790	1.509.335	18.862.093	143.997	532.785	977.402	1.654.184
Pequenas e médias empresas	7.987.434	1.986.124	988.750	10.962.309	107.871	392.602	647.598	1.148.071
Imóveis comerciais	2.661.008	552.052	293.618	3.506.678	15.737	99.574	189.739	305.050
Outros	5.326.426	1.434.072	695.133	7.455.631	92.134	293.028	457.859	843.020
Outras empresas	6.689.534	689.666	520.584	7.899.784	36.126	140.184	329.804	506.114
Imóveis comerciais	924.695	65.486	48.033	1.038.215	13.145	9.661	32.325	55.131
Outros	5.764.839	624.180	472.551	6.861.570	22.981	130.523	297.478	450.983
Famílias	27.686.120	1.430.608	650.178	29.766.906	11.460	212.013	412.374	635.846
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	25.710.643	1.224.608	329.961	27.265.211	1.390	176.998	155.504	333.892
Crédito ao consumo	1.238.636	88.561	50.892	1.378.089	7.130	14.066	31.861	53.057
Outros	736.842	117.439	269.325	1.123.606	2.940	20.948	225.009	248.898
	46.138.436	4.189.652	2.170.004	52.498.093	163.023	758.182	1.393.224	2.314.429

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe das exposições e imparidade entre operações *performing* e *non-performing* é o seguinte:

Segmento	Exposição em 30-06-2022										Imparidade em 30-06-2022											
	Performing					Non-Performing					Em exposições Performing	Em exposições Non-Performing					Em exposições Performing	Em exposições Non-Performing				
	Não vencido ou vencido <= 30 dias	Vencido > 30 dias <= 90 dias				Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 30 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos		Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos						
Administrações públicas	3.856.202	3.792	3.859.994	2.542	6.420	-	1.039	783	10.784	3.870.778	7.810	7	550	-	-	-	-	557	8.368			
Outras empresas financeiras	331.689	153	331.841	15	4.803	1	1.405	37	6.261	338.102	11.886	-	1.796	-	574	352	2.722	14.608				
Empresas não financeiras	17.621.350	114.708	17.736.059	873.632	67.216	74.950	294.714	102.586	1.413.097	19.149.156	633.765	483.253	36.779	53.056	224.940	72.838	870.866	1.504.631				
Pequenas e médias empresas	9.941.563	68.398	10.009.961	543.425	48.119	63.604	236.871	80.083	972.102	10.982.063	453.755	313.437	28.755	42.084	171.549	54.241	610.066	1.063.821				
Imóveis comerciais	3.330.871	12.504	3.343.375	180.635	18.494	10.337	70.479	48.997	329.942	3.673.318	96.139	77.517	12.089	2.879	39.861	31.132	163.478	262.616				
Outros	6.610.692	55.894	6.666.586	362.790	29.625	53.266	166.392	30.086	642.160	7.308.745	354.616	235.919	16.666	39.206	131.689	23.109	446.589	801.205				
Outras empresas	7.079.787	46.310	7.126.098	330.206	19.097	11.347	57.842	22.503	440.995	8.167.092	180.010	169.817	8.024	10.971	53.390	18.597	260.800	440.810				
Imóveis comerciais	731.563	2.574	734.137	26.149	95	2.905	3.444	12.827	45.420	779.557	14.871	10.205	95	2.604	2.702	10.676	26.283	41.154				
Outros	6.948.225	43.736	6.991.961	304.057	19.002	8.441	54.398	9.676	395.575	7.387.536	165.139	159.612	7.930	8.367	50.688	7.921	234.518	399.656				
Famílias	29.696.266	80.441	29.776.707	198.155	20.951	29.523	102.776	238.354	589.759	30.366.467	249.512	103.618	8.633	16.019	54.382	204.415	387.066	636.578				
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	27.409.630	61.465	27.471.095	125.308	11.505	14.480	72.385	44.474	268.152	27.739.247	203.851	56.100	4.071	6.341	33.911	27.667	128.090	331.940				
Crédito ao consumo	1.453.748	12.175	1.465.924	9.671	5.713	11.792	15.955	12.047	55.178	1.521.102	23.169	7.616	2.983	8.018	10.895	5.672	35.185	58.353				
Outros	832.888	6.801	839.688	63.177	3.734	3.251	14.436	181.833	266.429	1.106.118	22.493	39.902	1.579	1.660	9.576	171.075	223.790	246.285				
	51.505.506	199.095	51.704.601	1.074.344	99.390	104.474	399.934	341.760	2.019.902	53.724.503	902.974	586.879	47.758	69.075	279.895	277.605	1.261.212	2.164.186				

Segmento	Exposição em 31-12-2021										Imparidade em 31-12-2021											
	Performing					Non-Performing					Em exposições Performing	Em exposições Non-Performing					Em exposições Performing	Em exposições Non-Performing				
	Não vencido ou vencido <= 30 dias	Vencido > 30 dias <= 90 dias				Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos		Não vencido ou vencido <= 90 dias	Vencido > 90 dias <= 180 dias	Vencido > 180 dias <= 1 ano	Vencido > 1 ano <= 5 anos	Vencido > 5 anos						
Administrações públicas	3.556.303	8.766	3.565.069	3.305	-	1.006	-	797	5.107	3.570.176	7.001	36	-	-	-	-	-	36	7.037			
Outras empresas financeiras	290.547	2.986	293.533	19	2.755	323	1.267	1.021	5.385	298.918	13.948	2	1.681	199	586	945	3.413	17.361				
Empresas não financeiras	17.227.319	125.428	17.352.748	952.369	58.068	47.217	327.941	123.750	1.509.345	18.862.093	676.782	579.046	38.748	23.552	250.732	85.324	977.402	1.654.184				
Pequenas e médias empresas	9.875.493	98.064	9.973.557	541.340	43.502	45.625	262.127	96.158	988.752	10.962.309	500.473	341.989	28.683	22.135	192.950	61.861	647.598	1.148.071				
Imóveis comerciais	3.190.675	22.385	3.213.060	97.017	28.884	22.023	92.960	52.732	293.618	3.506.678	115.311	60.039	21.505	7.054	68.643	32.498	189.739	305.050				
Outros	6.684.618	75.679	6.760.297	444.323	14.618	23.602	169.167	43.425	695.134	7.455.631	385.161	281.950	7.158	15.080	124.307	29.364	457.859	843.020				
Outras empresas	7.351.827	27.365	7.379.191	411.029	14.567	1.592	65.814	27.592	520.593	7.899.784	176.310	237.057	10.085	1.417	57.782	23.463	329.804	506.114				
Imóveis comerciais	989.597	585	990.182	26.910	3.592	228	7.614	9.669	48.033	1.038.215	22.806	15.252	1.868	227	6.292	8.686	32.325	55.131				
Outros	6.362.320	26.780	6.389.010	384.119	10.974	1.364	58.199	17.903	472.560	6.861.570	153.504	221.805	8.217	1.190	51.490	14.777	297.479	450.983				
Famílias	29.032.654	84.045	29.116.699	200.562	20.493	24.828	143.112	261.265	650.206	29.766.906	223.469	102.249	7.626	13.053	74.205	215.245	412.374	635.846				
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	26.872.946	62.304	26.935.251	128.673	12.760	10.974	111.413	66.141	329.961	27.265.211	178.388	55.324	3.983	4.118	53.760	38.320	155.504	333.892				
Crédito ao consumo	1.314.561	12.618	1.327.179	7.635	5.008	10.917	16.076	11.274	50.909	1.378.089	21.193	5.663	2.413	7.450	11.121	5.217	31.864	53.057				
Outros	845.147	9.123	854.270	64.265	2.672	2.937	15.623	183.850	269.336	1.123.606	23.888	41.262	1.231	1.485	9.324	171.708	225.009	248.898				
	50.106.823	221.226	50.328.049	1.156.255	81.263	73.373	472.320	386.832	2.170.043	52.498.093	921.201	681.332	48.055	36.803	325.524	301.514	1.393.228	2.314.429				

Em 30 de junho de 2022, o detalhe da carteira de crédito por segmento e ano de produção é o seguinte:

Ano de produção	Administrações públicas			Outras empresas financeiras			Empresas não financeiras			Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais			Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel			Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada	Número de operações	Exposição	Imparidade acumulada
2007 e anteriores	964	744.151	372	18	123	2	5.010	1.311.257	365.816	841	565.999	115.957	270.758	8.422.269	163.384	135.477	539.299	236.194	412.227	11.017.100	765.768
2008	81	774.440	158	25	51.661	3.601	1.221	854.626	111.542	277	297.822	29.307	29.882	1.507.919	38.050	19.258	57.062	4.765	50.467	3.245.708	158.116
2009	61	106.913	2	7	104	0	1.159	258.274	70.451	232	143.948	35.647	26.303	1.560.327	36.582	20.273	55.384	6.077	47.803	1.981.002	113.112
2010	45	32.996	23	11	157	6	1.319	279.255	48.694	241	49.004	13.082	19.434	1.304.052	37.609	22.026	59.176	2.579	42.835	1.675.677	89.910
2011	20	29.784	16	9	126	5	1.075	166.929	26.404	198	65.223	7.715	8.750	552.477	12.916	16.187	39.714	2.330	26.041	789.030	41.671
2012	11	8.367	1.850	4	84	0	1.081	181.385	38.699	191	32.351	9.870	3.856	235.420	6.065	13.331	41.534	9.263	18.283	466.790	55.876
2013	13	34.124	935	6	226	150	1.669	222.341	67.254	206	25.049	4.849	3.967	265.595	6.482	52.907	58.110	3.295	58.562	586.396	78.115
2014	21	210.215	1.254	8	15.683	170	2.809	669.855	220.764	349	109.179	15.443	5.031	387.239	7.870	17.451	48.880	3.788	25.120	1.331.872	233.847
2015	40	39.056	99	12	510	5	4.213	1.114.417	193.571	620	175.798	27.566	8.844	706.406	16.306	20.452	79.956	8.920	33.561	1.940.345	218.900
2016	83	284.194	706	15	79.156	9.848	5.382	1.088.707	103.742	762	122.602	5.719	10.142	844.433	1.152	27.388	77.272	6.994	43.010	2.373.861	122.442
2017	77	113.149	828	15	6.743	9	7.534	728.709	59.882	1.034	120.890	8.310	11.496	1.010.522	633	33.500	110.199	4.340	52.622	1.969.322	65.702
2018	110	107.901	909	31	355	2	8.452	1.230.505	28.044	1.122	173.539	4.540	14.852	1.503.243	1.651	33.567	123.692	1.300	57.012	2.955.696	31.907
2019	121	198.814	971	41	874	11	10.949	2.133.123	44.745	1.791	799.323	9.080	18.853	1.939.791	1.353	44.913	206.008	4.488	74.267	4.478.511	93.919
2020	149	419.197	274	39	19.852	204	17.243	2.886.532	83.722	2.715	682.585	7.102	20.824	3.383.807	446	60.669	319.370	4.561	98.323	6.036.678	95.306
2021	159	398.552	357	47	33.660	370	14.668	2.699.962	32.244	2.720	593.409	5.540	27.988	3.408.253	1.118	69.845	463.496	3.262	112.707	7.022.923	37.651
2022	74	368.923	212	44	68.789	227	12.271	3.352.280	31.047	1.797	526.075	4.043	13.468	1.707.435	324	95.623	358.056	2.232	121.480	5.851.493	34.942
	2.029	3.870.778	8.368	332	338.102	14.609	95.405	19.149.156	1.504.631	15.696	4.462.875	303.770	494.258	27.739.247	331.940	692.286	2.627.220	304.638	1.274.340	53.724.503	2.164.186

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade, por segmento é o seguinte:

	30-06-2022													
	Administrações públicas		Outras empresas financeiras		Empresas não financeiras		Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais		Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel		Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação														
Individual	178.800	1.804	-	-	835.380	524.777	170.216	76.639	3.338	1.828	213.232	191.674	1.230.750	720.084
Coletiva	3.691.977	6.563	338.102	14.609	18.313.776	979.854	4.282.659	227.130	27.735.909	330.112	2.413.988	112.964	52.493.753	1.444.102
	3.870.778	8.368	338.102	14.609	19.149.156	1.504.631	4.452.875	303.770	27.739.247	331.940	2.627.220	304.638	53.724.503	2.164.186

		31-12-2021													
		Administrações públicas		Outras empresas financeiras		Empresas não financeiras		Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais		Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel		Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros		Total	
		Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação															
Individual	175.196	1.805	2.144	21	1.197.319	611.873	154.837	120.946	26.662	1.363	550.335	192.375	1.951.655	807.437	
Coletiva	3.394.980	5.232	296.774	17.341	17.664.775	1.042.311	4.390.056	239.235	27.238.549	332.529	1.951.360	109.579	50.546.437	1.506.992	
	3.570.176	7.037	298.918	17.361	18.862.093	1.654.184	4.544.892	360.181	27.265.211	333.892	2.501.694	301.954	52.498.093	2.314.429	

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade, por setor de atividade é o seguinte:

Setor de atividade	30-06-2022			
	Exposição Crédito			
	Montante escriturado bruto	Dos quais com medidas de renegociação	Dos quais Non-Performing	Imparidade acumulada
Agricultura, silvicultura e pesca	406.186	34.172	59.035	43.376
Indústrias extrativas	164.062	11.943	5.456	6.506
Indústrias transformadoras	2.682.277	190.981	273.088	222.830
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	759.514	15.288	1.154	6.984
Abastecimento de água	204.662	56.330	14.253	20.161
Construção	2.049.836	217.459	198.213	166.497
Comércio por grosso e a retalho	2.691.817	135.965	138.164	162.947
Transportes e armazenagem	1.317.644	253.193	93.226	178.999
Atividades de alojamento e restauração	946.385	182.582	75.697	154.425
Informação e comunicação	209.323	11.557	14.080	13.276
Atividades imobiliárias	2.651.687	161.050	209.535	166.413
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.810.299	179.668	192.246	193.413
Atividades administrativas e de serviços de apoio	408.375	34.920	32.518	28.234
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	471	115	-	24
Educação	108.464	32.556	27.558	19.196
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	245.840	15.475	8.790	14.150
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	104.193	12.175	10.170	34.520
Outros serviços	1.388.120	140.301	59.915	72.680
Administrações públicas	3.870.778	628.217	10.784	8.368
Outras empresas financeiras	338.102	9.296	6.261	14.609
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	27.739.247	1.273.457	268.152	331.940
Famílias: dos quais crédito ao consumo	1.521.102	43.078	55.178	58.353
Famílias: dos quais outros	1.106.118	292.582	266.429	246.285
	53.724.503	3.932.358	2.019.902	2.164.186



	31-12-2021			
	Exposição Crédito			
	Montante escriturado bruto	Dos quais com medidas de renegociação	Dos quais <i>Non-Performing</i>	Imparidade acumulada
Setor de atividade				
Agricultura, silvicultura e pesca	369.349	33.087	42.572	34.925
Indústrias extrativas	122.971	19.079	11.062	9.596
Indústrias transformadoras	2.849.354	151.300	266.502	222.996
Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	809.546	9.426	1.431	2.288
Abastecimento de água	221.453	59.354	15.287	22.863
Construção	2.145.105	256.947	212.428	252.998
Comércio por grosso e a retalho	2.527.522	160.669	148.090	181.872
Transportes e armazenagem	1.172.423	260.526	91.717	174.942
Atividades de alojamento e restauração	964.081	203.936	83.827	165.474
Informação e comunicação	202.516	12.197	11.596	11.780
Atividades imobiliárias	2.432.383	208.171	149.644	123.780
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.684.392	170.032	245.326	253.072
Atividades administrativas e de serviços de apoio	417.466	12.820	34.490	44.489
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	7.711	113	193	176
Educação	115.650	42.178	28.586	25.351
Serviços de saúde humana e atividades de ação social	256.015	25.057	7.707	15.116
Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas	189.170	51.144	107.400	50.535
Outros serviços	1.374.987	81.674	51.489	61.931
Administrações públicas	3.570.176	506.192	5.107	7.037
Outras empresas financeiras	298.918	8.503	5.385	17.361
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	27.265.211	1.326.905	329.961	333.892
Famílias: dos quais crédito ao consumo	1.378.089	34.285	50.909	53.057
Famílias: dos quais outros	1.123.606	307.647	269.336	248.898
	52.498.093	3.941.241	2.170.043	2.314.429

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de Empresas não financeiras e Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel é o seguinte:

	30-06-2022											
	<0.5 M€		≥ 0.5 M€ e < 1 M€		≥ 1 M€ e < 5 M€		≥ 5 M€ e < 10 M€		≥ 10 M€ e < 20 M€		≥ 20 M€ e < 50 M€	
	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais
Justo valor												
Empresas não financeiras	624.823	380.745	501.250	284.632	3.978.840	1.014.164	1.024.946	476.953	2.153.911	531.744	1.191.454	694.287
Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais	157.690	99.070	164.382	105.023	777.804	430.367	338.421	155.948	587.369	319.749	451.887	215.784
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	55.478.540	38.084.671	2.999.398	1.211.245	834.871	369.250	202.133	10.541	156.427	1.397	133.102	681
	56.261.053	38.564.486	3.665.031	1.600.899	5.591.515	1.813.781	1.565.499	643.442	2.897.707	852.890	1.776.443	910.753

	31-12-2021											
	<0.5 M€		≥ 0.5 M€ e < 1 M€		≥ 1 M€ e < 5 M€		≥ 5 M€ e < 10 M€		≥ 10 M€ e < 20 M€		≥ 20 M€ e < 50 M€	
	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais	Imóveis	Outros colaterais reais
Justo valor												
Empresas não financeiras	677.226	377.783	515.662	274.278	3.870.892	985.680	1.008.744	461.753	945.438	494.388	1.305.304	663.106
Empresas não financeiras: dos quais imóveis comerciais	159.887	110.937	149.638	99.402	746.450	424.610	342.563	169.143	583.282	310.126	544.287	287.243
Famílias: dos quais empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	54.830.089	38.000.617	2.603.396	1.111.086	763.852	336.670	204.946	9.140	167.616	1.442	133.102	681
	55.667.202	38.489.337	3.268.695	1.484.767	5.381.194	1.746.960	1.556.253	640.036	1.696.337	805.956	1.982.693	951.031

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da carteira de reestruturados por medida de diferimento (*Forborne*) aplicada é o seguinte:

Medida	30-06-2022											
	Performing				Non-Performing				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Extensão de prazo	2.794	878.985	142	76.358	1.641	182.657	56.999	53.216	4.435	1.061.642	57.141	129.574
Período de carência	542	198.633	-	17.992	309	27.380	-	15.038	851	226.013	-	33.030
Alteração da taxa de juro	306	614.541	-	117.489	352	307.543	224.895	22.408	658	922.084	224.895	139.897
Outras	6.194	1.138.227	-	151.223	6.770	584.392	242.968	174.380	12.964	1.722.619	242.968	325.602
	9.836	2.830.386	142	363.061	9.072	1.101.972	524.862	265.041	18.908	3.932.358	525.004	628.102

Medida	31-12-2021											
	Performing				Non-Performing				Total			
	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva	Número de operações	Exposição	Imparidade individual	Imparidade coletiva
Extensão de prazo	3.174	974.757	18	85.880	1.625	215.118	80.958	58.623	4.799	1.189.875	80.977	144.504
Período de carência	617	262.127	-	16.379	423	98.053	13.681	21.450	1.040	360.180	13.681	37.829
Alteração da taxa de juro	350	596.311	-	163.443	341	332.122	244.890	26.495	691	928.434	244.890	189.938
Outras	6.199	873.739	-	99.836	5.737	589.014	251.358	163.170	11.936	1.462.752	251.358	263.006
	10.340	2.706.934	18	365.538	8.126	1.234.307	590.887	269.738	18.466	3.941.241	590.905	635.276

No primeiro semestre de 2022 e exercício de 2021, o movimento de entradas e saídas na carteira de crédito diferido (*Forborne*), é apresentado abaixo:

Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 31-12-2020	4.078.931
Créditos com medidas de diferimento no período ( <i>Forborne</i> )	597.578
Juros corridos dos créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> )	4.476
Liquidação de créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> ), parcial ou total	(654.357)
Créditos reclassificados de "com medidas de diferimento" ( <i>Forborne</i> ) para "normal"	(68.880)
Outros	(16.506)
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 31-12-2021	3.941.241
Créditos com medidas de diferimento no período ( <i>Forborne</i> )	504.139
Juros corridos dos créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> )	7.003
Liquidação de créditos com medidas de diferimento ( <i>Forborne</i> ), parcial ou total	(560.046)
Créditos reclassificados de "com medidas de diferimento" ( <i>Forborne</i> ) para "normal"	(28.959)
Outros	68.981
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) em 30-06-2022	3.932.358

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe da carteira de crédito por rácio de LTV é o seguinte:

Segmento / Rácio	30-06-2022					
	Exposição			Imparidade		
	Performing	Non-Performing		Performing	Non-Performing	
Empresas não financeiras	17.736.059	1.413.097	19.149.156	633.765	870.866	1.504.631
Sem colateral associado	13.310.830	991.713	14.302.543	501.648	647.006	1.148.654
< 60%	3.437.182	325.146	3.762.328	110.318	180.533	290.851
>= 60% e < 80%	197.716	20.771	218.487	4.270	10.471	14.741
>= 80% e < 100%	502.594	43.333	545.927	13.280	20.617	33.896
>= 100%	287.737	32.134	319.871	4.250	12.239	16.489
dos quais imóveis comerciais	4.077.512	375.362	4.452.875	114.010	189.760	303.770
Sem colateral associado	370.596	73.136	443.732	3.383	21.982	25.364
< 60%	2.921.743	251.546	3.173.289	95.957	144.944	240.901
>= 60% e < 80%	141.024	14.076	155.100	1.324	6.522	7.846
>= 80% e < 100%	419.498	27.521	447.019	10.799	11.355	22.154
>= 100%	224.651	9.083	233.733	2.547	4.958	7.504
Famílias: dos quais empréstimos habitação com hipoteca imóvel	27.471.095	268.152	27.739.247	203.851	128.090	331.940
< 60%	16.349.753	150.313	16.500.066	97.830	64.135	161.966
>= 60% e < 80%	8.607.540	58.371	8.665.911	68.228	30.752	98.980
>= 80% e < 100%	2.413.545	42.321	2.455.867	35.086	22.386	57.473
>= 100%	100.257	17.146	117.403	2.706	10.816	13.522
Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros	2.305.612	321.608	2.627.220	45.662	258.976	304.638
Sem colateral associado	2.003.322	240.194	2.243.516	37.018	212.133	249.151
< 60%	171.433	35.503	206.936	1.310	20.947	22.257
>= 60% e < 80%	66.469	25.526	91.995	4.000	16.434	20.434
>= 80% e < 100%	37.165	4.806	41.972	3.079	2.202	5.281
>= 100%	27.222	15.579	42.801	254	7.261	7.515
Outras empresas financeiras	331.841	6.261	338.102	11.886	2.722	14.609
Sem colateral associado	205.570	3.756	209.326	1.902	2.306	4.208
< 60%	90.814	216	91.029	686	193	879
>= 60% e < 80%	35.214	1.560	36.774	9.299	71	9.370
>= 80% e < 100%	243	729	973	-	153	153
Administrações públicas	3.859.994	10.784	3.870.778	7.810	557	8.367
Sem colateral associado	3.785.655	9.784	3.795.439	7.779	557	8.336
< 60%	44.158	1.000	45.158	13	-	13
>= 60% e < 80%	4.116	-	4.116	-	-	-
>= 80% e < 100%	6.504	-	6.504	18	-	18
>= 100%	19.560	-	19.560	-	-	-
	51.704.601	2.019.902	53.724.503	902.973	1.261.212	2.164.186

Segmento / Rácio	31-12-2021					
	Exposição			Imparidade		
	Performing	Non-Performing		Performing	Non-Performing	
Empresas não financeiras	17.352.748	1.509.345	18.862.093	676.782	977.402	1.654.184
Sem colateral associado	12.914.226	1.024.858	13.939.084	524.812	716.384	1.241.196
< 60%	3.233.111	327.713	3.560.824	124.703	181.932	306.635
>= 60% e < 80%	360.098	55.470	415.568	6.875	32.124	39.000
>= 80% e < 100%	495.319	47.160	542.479	14.196	23.415	37.611
>= 100%	349.993	54.145	404.138	6.195	23.546	29.741
dos quais imóveis comerciais	4.203.242	341.651	4.544.892	138.117	222.064	360.181
Sem colateral associado	809.002	43.354	852.356	16.885	24.082	40.967
< 60%	2.616.383	216.628	2.833.011	105.402	145.851	251.253
>= 60% e < 80%	203.348	39.392	242.740	1.879	27.101	28.980
>= 80% e < 100%	331.608	23.955	355.563	10.218	15.157	25.375
>= 100%	242.901	18.322	261.223	3.733	9.873	13.606
Famílias: dos quais empréstimos habitação com hipoteca imóvel	26.935.251	329.961	27.265.211	178.388	155.504	333.892
< 60%	16.201.165	170.051	16.371.216	89.253	69.268	158.521
>= 60% e < 80%	8.153.887	69.624	8.223.511	54.831	34.621	89.452
>= 80% e < 100%	2.426.783	60.231	2.487.014	29.971	32.533	62.504
>= 100%	153.415	30.055	183.470	4.333	19.082	23.415
Famílias: dos quais crédito ao consumo e outros	2.181.449	320.246	2.501.694	45.081	256.873	301.954
Sem colateral associado	1.876.966	238.416	2.115.382	36.824	209.268	246.092
< 60%	162.805	37.632	200.438	887	22.626	23.514
>= 60% e < 80%	62.019	23.590	85.610	4.193	15.166	19.359
>= 80% e < 100%	50.632	13.430	64.061	3.066	5.214	8.281
>= 100%	29.026	7.178	36.204	110	4.599	4.709
Outras empresas financeiras	293.533	5.385	298.918	13.948	3.413	17.361
Sem colateral associado	206.957	4.994	211.951	2.070	648	2.717
< 60%	45.144	391	45.535	1.093	2.766	3.859
>= 60% e < 80%	35.338	-	35.338	10.771	-	10.771
>= 80% e < 100%	6.095	-	6.095	14	-	14
Administrações públicas	3.565.069	5.107	3.570.176	7.001	36	7.037
Sem colateral associado	3.484.361	4.768	3.489.129	6.975	12	6.987
< 60%	48.854	339	49.193	9	23	32
>= 80% e < 100%	10.914	-	10.914	18	-	18
>= 100%	20.940	-	20.940	-	-	-
	50.328.049	2.170.043	52.498.093	921.201	1.393.228	2.314.429

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis e equipamentos recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e antiguidade, é o seguinte:

Ativo	30-06-2022			Tempo decorrido desde a dação / execução	30-06-2022				
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico		< 1 ano	≥ 1 ano e < 2,5 anos	≥ 2,5 anos e < 5 anos	≥ 5 anos	Total
Terreno									
Urbano	153	57.195	24.331		4.534	6.341	2.654	10.801	24.331
Rural	46	1.390	593		70	274	181	68	593
Edifícios em desenvolvimento									
Comerciais	28	5.693	3.309		169	1.651	468	1.021	3.309
Habitação	86	9.994	5.298		312	70	3.519	1.397	5.298
Edifícios construídos									
Comerciais	607	137.673	71.823		13.513	7.290	33.163	17.857	71.823
Habitação	1.244	119.822	64.127		9.967	11.780	23.627	18.753	64.127
Outros	1	383	383		-	-	-	383	383
Outros	42	1.833	1.261		347	266	161	487	1.261
	2.207	333.983	171.125		28.912	27.673	63.774	50.767	171.125

Ativo	31-12-2021		
	Número de imóveis	Justo valor do ativo	Valor contabilístico
Terreno			
Urbano	167	65.131	31.311
Rural	46	1.531	577
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	25	9.613	4.670
Habitação	106	12.850	4.376
Edifícios construídos			
Comerciais	650	149.359	76.999
Habitação	1.470	132.038	69.544
Outros	1	352	352
Outros	48	1.395	1.061
	2.513	372.270	188.890

Tempo decorrido desde a dação / execução	31-12-2021				
	< 1 ano	>= 1 ano e < 2,5 anos	>= 2,5 anos e < 5 anos	>= 5 anos	Total
Terreno					
Urbano	6.584	6.087	2.758	15.881	31.311
Rural	75	247	191	64	577
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	23	1.627	2.053	968	4.670
Habitação	314	149	1.667	2.246	4.376
Edifícios construídos					
Comerciais	9.083	7.635	34.059	26.222	76.999
Habitação	5.957	17.293	27.521	18.774	69.544
Outros	-	-	-	352	352
Outros	200	373	3	485	1.061
	22.236	33.411	68.252	64.992	188.890

Notas explicativas respeitantes ao preenchimento das divulgações quantitativas:

#### Definições Comuns

- (i) **“Segmentação”**: os segmentos utilizados suportam-se nas definições das Estatísticas Monetárias e Financeiras do Banco de Portugal:
- **“Governo”**: *setor de Administrações Públicas*, que engloba unidades institucionais cuja principal atividade consiste na produção de bens e serviços não mercantis destinados ao consumo individual ou coletivo e/ou na redistribuição do rendimento e da riqueza nacional;
  - **“Corporate”**: *setor de Sociedades não financeiras*, representada por unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica cuja atividade principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros; e,
  - **“Construção CRE”**: *Sociedades não financeiras (“Corporate”)* com atividade económica relacionada com os setores de “Construção” ou “Atividades Imobiliárias”, de acordo com a respetiva CAE Rev.3;
  - **“Setor de Famílias”**: inclui os indivíduos ou grupos de indivíduos, na qualidade de consumidores, de produtores de bens e serviços para utilização final própria ou de produtores de bens e serviços financeiros ou não financeiros, desde que as atividades não sejam imputadas a quase-sociedades.
  - Incluem-se ainda os Empresários em nome individual que integram as empresas individuais e as sociedades de pessoas sem personalidade jurídica que são produtores mercantis;
  - **“Particulares – Habitação”**: *setor de Famílias*, cuja finalidade do crédito diz respeito a crédito à habitação;
  - **“Particulares – Consumo e Outros”**: *setor de Famílias*, cuja finalidade do crédito não é crédito à habitação (sendo, tipicamente, crédito ao consumo); e,
  - **“Outros – Outras Empresas Financeiras”**: *setor de Instituições Financeiras*, que engloba unidades institucionais dotadas de personalidade jurídica que são produtores mercantis e cuja atividade principal consiste em produzir serviços financeiros, exceto intermediação financeira e outras instituições ou indivíduos.
- (i) **“Crédito em Cumprimento/Incumprimento”**: segue os critérios de incumprimento definidos no ponto 8 da informação qualitativa.
- (ii) **“Crédito Reestruturado”**: segue os critérios definidos no ponto 4 da informação qualitativa.
- (iii) **“Análise Individual e Análise Coletiva”**: distinção entre créditos com imparidade individual e coletiva constituída de acordo com o Modelo de Imparidade.

#### Moratórias legais e privadas concedidas no âmbito da pandemia da COVID-19

As moratórias concedidas em Portugal, no âmbito da mitigação dos impactos económicos da pandemia, terminaram durante 2021, incluindo as moratórias privadas concedidas no âmbito do Protocolo Interbancário promovido pela Associação Portuguesa de Bancos e as moratórias legais instituídas através do Decreto-Lei n.º 10-J/2020.

Contudo, a 30 de junho de 2022 encontravam-se ainda em vigor moratórias legais em Cabo Verde e em Macau, respeitando as regras locais de extensão das medidas de apoio à economia. Deste modo, ainda existem moratórias legais ativas nas seguintes Entidades do Grupo CGD: Banco Interatlântico de Cabo Verde, Banco Comercial do Atlântico de Cabo Verde e no Banco Nacional Ultramarino de Macau.

Em 30 de junho de 2022, o *stock* de moratórias concedidas tinha a seguinte distribuição entre *Performing* e *Non-Performing*:

	Exposição em 30-06-2022						Imparidade em 30-06-2022						Inflows em Non-Performing
	Performing				Non-Performing		Performing				Non-Performing		
			Dos quais com medidas de renegociação	Dos quais ativos com incremento significativo do risco de crédito (Stage 2)		Não vencido ou vencido <= 90 dias			Dos quais com medidas de renegociação	Dos quais ativos com incremento significativo do risco de crédito (Stage 2)		Não vencido ou vencido <= 90 dias	
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratórias (concedidas)	46.525	28.500	6.744	21.847	18.025	18.025	(2.773)	(2.117)	(280)	(2.112)	(656)	(656)	1
Famílias	12.266	12.266	6.744	7.910	-	-	(311)	(311)	(280)	(310)	-	-	-
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel	1.758	1.758	-	-	-	-	(0)	(0)	-	-	-	-	-
Empresas não financeiras	34.259	16.235	-	13.938	18.025	18.025	(2.461)	(1.806)	-	(1.802)	(656)	(656)	1
Pequenas e médias empresas	11.452	7.122	-	5.126	4.330	4.330	(794)	(656)	-	(653)	(138)	(138)	-
Imóveis comerciais	1.705	-	-	-	1.705	1.705	(18)	-	-	-	(18)	(18)	-

Em 30 de junho de 2022, o *stock* de moratórias concedidas tinha a seguinte distribuição de maturidade residual:

	Número de clientes	Exposição em 30-06-2022					
			Dos quais com moratória legal	Dos quais com moratórias expiradas	Maturidade residual das moratórias		
					<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses
Empréstimos e adiantamentos em que foram pedidos moratórias	71.077						
Empréstimos e adiantamentos sujeitos a moratórias (concedidas)	64.785	6.892.837	6.375.148	6.846.312	28.185	7.336	11.003
Famílias		3.052.109	2.534.421	3.039.844	1.263	-	11.003
Empréstimos à habitação com hipoteca do imóvel		2.795.017	2.322.814	2.793.259	262	-	1.495
Empresas não financeiras		3.789.674	3.789.674	3.755.415	26.923	7.336	-
Pequenas e médias empresas		3.043.349	3.043.349	3.031.897	9.507	1.945	-
Imóveis comerciais		1.332.653	1.332.653	1.330.948	1.649	56	-

#### Novas operações de crédito concedidas no âmbito dos programas de garantia pública para resposta à pandemia da COVID-19

Em 30 de junho de 2022, as linhas contratadas no âmbito de garantias públicas apresentavam a seguinte distribuição por segmento e nível de colateralização:

	Exposição em 30-06-2022		Valor máximo da garantia que pode ser considerado	Inflows em Non-Performing
		Dos quais com medidas de renegociação	Garantias públicas recebidas	
Nova produção de empréstimos e adiantamentos no âmbito de garantias públicas	1.662.670	10.335	1.339.846	9.505
Famílias	39.912	-	-	26
Empresas não financeiras	1.614.273	8.931	1.300.431	9.479
Pequenas e médias empresas	1.472.683	-	-	5.816
Imóveis comerciais	275.364	-	-	1.102

#### Reforço do processo de acompanhamento e monitorização da carteira de crédito

Para preparar a CGD para uma resposta eficiente aos impactos da pandemia na carteira de crédito, a CGD reviu os seus procedimentos internos para identificação dos clientes que poderiam ser mais afetados pelos efeitos da pandemia:

- Realização de análises específicas e prospetivas sobre os potenciais impactos da pandemia na atividade da CGD para os segmentos de empresas e particulares que aderiram às moratórias ou que pertenciam a setores considerados mais vulneráveis aos efeitos da pandemia (e.g. Hotelaria e Restauração, Transportes, etc.)
- Revisão dos critérios de classificação das operações/clientes em crédito reestruturado por dificuldades financeiras e *default*, com a consequente afetação ao *stage 2* ou ao *stage 3*, suportados nas análises prospetivas e em análises casuísticas para identificar situações de reduzida probabilidade de pagamento (*unlikely-to-pay*), com impactos diretos ao nível da mensuração da perda de crédito esperada;

- (iii) Definição de medidas de reestruturação ajustadas ao risco percebido de cada cliente com o objetivo de disponibilizar apoios efetivos que permitissem suportar o cumprimento do serviço da dívida.

O processo desenvolvido para resposta à pandemia e que decorreu durante os anos de 2020 e 2021 foi incorporado nos processos internos da CGD, para resposta a eventos disruptivos ou situações extraordinárias que possam ter potenciais impactos negativos na capacidade económico-financeira dos clientes, com potenciais efeitos menos positivos ao nível da qualidade da carteira de crédito do banco.

Deste modo, perante a identificação de eventos disruptivos a Direção de Gestão de Risco define um plano de ação proactivo, que se consubstancia nas seguintes orientações:

- Identificar os clientes potencialmente mais vulneráveis ao evento em causa;
- Definir metodologias de análise *bottom-up* ou *top-down*, incluindo análises de sensibilidade, suportadas em análises prospetivas que permitem identificar potenciais dificuldades financeiras com o objetivo de mitigar eventuais futuros incumprimentos;
- Definição de regras e critérios sobre o *rating* a vigorar para os clientes potencialmente mais vulneráveis bem como para o processo de decisão de crédito;
- Elaboração de processos dedicados para monitorização do risco de crédito para os clientes potencialmente mais vulneráveis.

#### Conflito Rússia-Ucrânia – Potenciais impactos na carteira de crédito

Com o deflagrar do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a CGD promoveu uma avaliação dos potenciais impactos na carteira de crédito, considerando a seguinte abordagem:

- (i) Impactos de 1ª ordem, relacionados com exposições ao abrigo das sanções definidas pela União Europeia, não foram identificados no Grupo CGD;
- (ii) Impactos de 2ª ordem, relacionados com exposições diretas ou indiretas a clientes com nacionalidade russa ou ucraniana, foram considerados não relevantes, atendendo que a exposição no Grupo CGD a estes clientes é pouco material (2.900 mEuros);
- (iii) Impactos de 3ª ordem, relacionados com os impactos na carteira de crédito resultantes de uma deterioração generalizada das condições macroeconómicas.

Para avaliar os impactos de 3ª ordem a CGD promoveu diversas análises com o objetivo de avaliar potenciais degradações na carteira de crédito considerando o aumento dos gastos com a energia, a subida da taxa de juro e da inflação, bem como os constrangimentos existentes ao nível das cadeias de produção e distribuição:

- 3. Identificação dos setores considerados mais vulneráveis à subida dos preços da energia (que representam cerca de 20% do total da exposição do segmento de empresas):
  - a) Realização de uma avaliação suportada num questionário prospetivo, cliente a cliente, para identificar situações de dificuldades financeiras, com impactos ao nível da classificação em *stage 2* ou *stage 3*;

Neste contexto, foi efetuada a realização de questionários para clientes que no seu conjunto representam uma exposição de 2.900.000 mEuros, tendo como resultado:

- Parte relevante da exposição (85%) foi classificada sem indícios de risco acrescido (questionário com *score 1*) e os restantes 15% classificados no questionário com necessidade de monitorização continuada (*score 2, 3 ou 4*);
  - Os clientes classificados nos piores *scores* (*score 3 e 4* do questionário) representam apenas 5% da exposição avaliada e são classificados no mínimo em *stage 2*, sendo contudo de referir que, para parte relevante dos clientes este resultado não tem implícito o agravamento do *stage* em que a CGD já classificava o cliente via outros critérios existentes;
  - b) Definição de bandas de tolerância mais conservadoras no processo de decisão de crédito e de processos proactivos na reestruturação de crédito;
  - c) Não assumir melhorias dos *ratings* gerados automaticamente, para os clientes destes setores.
- 4. Análise de sensibilidade sobre a carteira de crédito a particulares:
    - a) Avaliação do impacto da subida da taxa de juro e da inflação no rendimento dos clientes;
    - b) Identificação de eventuais migrações de clientes para o *stage 2* ou para o *stage 3*.

Em resultado das análises promovidas, não foram identificados, para o ano de 2022, impactos materiais no que respeita à degradação significativa da qualidade do risco de crédito. A materialização de alguns riscos, nomeadamente nos setores mais vulneráveis ao aumento dos preços da energia e/ou mais afetados pela pandemia, pode conduzir a uma degradação da qualidade creditícia da carteira em 2023, o que determinou o reconhecimento de *overlays*.

#### Cenários macroeconómicos utilizados no modelo de imparidade

As projeções macroeconómicas que suportam a informação de *forward-looking* no modelo de imparidade são objeto de atualização semestral sendo definidos três cenários com diferentes probabilidades de ocorrência. Os indicadores económicos para cada um dos cenários atualizados são apresentados na tabela abaixo:

**Portugal - Projeções macroeconómicas (em percentagem) utilizadas no ECL em 30 de junho de 2022**

	Cenário favorável				Cenário central				Cenário severo			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
Probabilidade de Ocorrência	22,5%				60%				17,5%			
Produto Interno Bruto <sup>(1)</sup>	4,90%	6,90%	3,00%	2,70%	4,90%	5,80%	1,90%	2,40%	4,90%	2,90%	-1,00%	1,80%
Índice harmonizado de preços no consumidor <sup>(1)</sup>	0,90%	7,90%	4,60%	2,90%	0,90%	6,10%	3,50%	2,30%	0,90%	3,70%	1,00%	0,20%
Taxa desemprego <sup>(2)</sup>	6,60%	5,60%	5,40%	5,10%	6,60%	6,50%	6,40%	6,40%	6,60%	6,90%	6,70%	6,60%
Euribor 3M	-0,55%	0,33%	2,12%	2,23%	-0,55%	0,16%	1,63%	1,78%	-0,55%	-0,06%	0,72%	0,74%
Yield 10 Anos - Portugal	0,29%	2,34%	2,70%	2,87%	0,29%	2,28%	2,63%	2,82%	0,29%	2,05%	2,38%	2,43%

(1) Taxa de variação anual em percentagem

(2) Em percentagem da população ativa

Comparando com as projeções utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2021, conforme tabela abaixo, destaca-se o aumento acentuado da taxa de inflação e das taxas de juro, tanto no curto prazo como no longo prazo. A probabilidade de ocorrência do cenário adverso sobe para 17,5%, um aumento de 2,5pp.

**Portugal - Projeções macroeconómicas (em percentagem) utilizadas no ECL a 31 de dezembro de 2021**

	Cenário favorável				Cenário central				Cenário severo			
	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
Probabilidade de Ocorrência	25,0%				60,0%				15,0%			
Produto Interno Bruto <sup>(1)</sup>	-8,40%	5,40%	6,50%	3,30%	-8,40%	4,40%	5,10%	2,50%	-8,40%	3,40%	2,90%	1,10%
Índice harmonizado de preços no consumidor <sup>(1)</sup>	-0,10%	1,30%	2,30%	1,90%	-0,10%	1,20%	1,30%	1,40%	-0,10%	0,80%	0,50%	0,30%
Taxa desemprego <sup>(2)</sup>	7,00%	6,50%	5,90%	5,40%	7,00%	6,90%	6,70%	6,30%	7,00%	7,40%	7,10%	7,30%
Euribor 3M	-0,42%	-0,51%	-0,44%	-0,35%	-0,42%	-0,54%	-0,49%	-0,39%	-0,42%	-0,55%	-0,55%	-0,53%
Yield 10 Anos - Portugal	0,42%	0,34%	0,90%	1,30%	0,42%	0,30%	0,46%	0,58%	0,42%	0,26%	0,30%	0,35%

(1) Taxa de variação anual em percentagem

(2) Em percentagem da população ativa

#### Imparidade Adicional (Overlays)

Apesar de as taxas de crescimento projetadas serem muito positivas, a recessão foi muito profunda (contração do PIB de -8,40% em 2020) e a retoma será, previsivelmente, assimétrica entre os diversos setores de atividade, esperando-se que seja gradual no setor dos serviços, onde ainda são registadas quebras de atividade, conforme referido nos Relatórios de Estabilidade Financeira de dezembro de 2021 e de junho de 2022, do Banco de Portugal. Os mesmos relatórios evidenciam um conjunto de riscos e vulnerabilidades para o sistema financeiro, dos quais se destacam a materialização do risco de crédito potenciada pela retirada das medidas de apoio para resposta à pandemia e os potenciais agravamentos potenciados pelo enquadramento macroeconómico atual (aumentos dos preços da energia, inflação, taxas de juro e constrangimentos na cadeias de abastecimento e produção) o que poderá gerar um incremento das situações em dificuldades financeiras e um aumento dos empréstimos não produtivos (NPL).

Adicionalmente, a CGD realizou várias análises para identificar eventuais deteriorações da carteira de crédito, no curto e médio prazo, considerando o atual enquadramento macroeconómico, incluindo os potenciais impactos decorrentes da pandemia nos clientes mais vulneráveis, que se possam vir ainda a materializar, nomeadamente no que respeita a aumentos de exposição no *stage 2* e no *stage 3*. Em conclusão das análises efetuadas, a CGD reconheceu 629.000 mEuros o montante de imparidade adicional para fazer face a potenciais perdas esperadas não capturadas pelo atual modelo de imparidade, o que representa um acréscimo de 52.000 mEuros face ao período anterior. O acréscimo é, em grande medida, resultado da aplicação de pressupostos mais conservadores para os clientes dos setores mais vulneráveis ao aumento dos preços da energia, como a não existência de melhorias de *rating* ao longo do horizonte de projeção.



### Análises de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

Para este efeito, foram consideradas as seguintes análises:

- 1) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário favorável;
- 2.a) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário base, assumindo que o mercado imobiliário se mantém estável (i.e. sem desvalorização no valor dos imóveis);
- 2.b) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário base, assumindo uma ligeira quebra no mercado imobiliário (desvalorização de 5% no valor dos imóveis);
- 3.a) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário severo, assumindo que o mercado imobiliário se mantém estável (i.e. sem desvalorização no valor dos imóveis);
- 3.b) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário severo, assumindo uma ligeira quebra no mercado imobiliário (desvalorização de 5% no valor dos imóveis);
- 3.c) Considerar uma probabilidade de ocorrência de 100% para o cenário severo, assumindo uma queda mais acentuada no mercado imobiliário (desvalorização de 10% no valor dos imóveis).

Nas análises de sensibilidade são apurados os impactos na perda esperada (ECL) e na evolução do *stage* 1 e *stage* 2 resultantes da aplicação dos diferentes cenários macroeconómicos, em conjugação com distintos fatores de desvalorização dos colaterais imóveis.

Os impactos são medidos face ao cálculo de imparidade de junho de 2022, para a carteira de crédito da CGD Portugal, onde é estimada uma perda esperada que resulta da ponderação dos três cenários macroeconómicos apresentados: cenário central com 60%, o cenário favorável com 22,5% e o adverso com 17,5%.

Nos quadros abaixo são apresentados os impactos totais das análises de sensibilidade em imparidade do crédito e provisões para exposições extrapatrimoniais (e.g. garantias bancárias prestadas e linhas de crédito não utilizadas), bem como pelas migrações da exposição entre *stage* 1 e *stage* 2, causadas pela identificação de um acréscimo significativo do risco de crédito face à originação das operações, decorrente da alteração das curvas de probabilidades de *default lifetime*, estimadas para cada cenário.

Distribuição dos stocks da carteira de crédito (ativo e extrapatrimonial) e das respetivas imparidades e provisões, por cenário de sensibilidade considerado:

	30-06-2022	Cenário favorável	Cenário central		Cenário Adverso		
Probabilidade de ocorrência do cenário	Ponderação dos três cenários	100%	100%		100%		
Cenário de sensibilidade		1)	2.a)	2.b)	3.a)	3.b)	3.c)
Desvalorização dos imóveis		0%	0%	5%	0%	5%	10%
Exposição (EAD)	57.096	57.096	57.096	57.096	57.096	57.096	57.096
Stage 1	50.956	50.948	50.959	50.959	50.918	50.918	50.918
Empresas	20.545	20.587	20.552	20.552	20.463	20.463	20.463
Particulares	26.905	26.848	26.898	26.898	26.967	26.967	26.967
Crédito especializado	3.506	3.513	3.509	3.509	3.488	3.488	3.488
Stage 2	4.133	4.141	4.130	4.130	4.171	4.171	4.171
Empresas	2.494	2.453	2.487	2.487	2.576	2.576	2.576
Particulares	1.328	1.385	1.335	1.335	1.265	1.265	1.265
Crédito especializado	311	303	308	308	329	329	329
Stage 3	2.008	2.008	2.008	2.008	2.008	2.008	2.008
Empresas	1.514	1.514	1.514	1.514	1.514	1.514	1.514
Particulares	289	289	289	289	289	289	289
Crédito especializado	205	205	205	205	205	205	205
Imparidade e provisões	1.440	1.430	1.437	1.445	1.462	1.470	1.479
Stage 1	119	116	118	118	127	127	128
Empresas	89	86	88	88	97	97	97
Particulares	5	5	5	5	5	5	5
Crédito especializado (*)	25	25	25	25	26	26	26
Stage 2	206	201	204	206	219	220	222
Empresas	191	186	189	191	203	204	206
Particulares	3	3	3	3	3	3	4
Crédito especializado (*)	12	12	12	12	13	13	13
Stage 3	1.115	1.114	1.115	1.121	1.116	1.123	1.130
Empresas	960	960	960	963	961	964	967
Particulares	85	85	85	88	86	88	91
Crédito especializado (*)	69	69	69	71	69	71	72

em Milhões de euros

(\*) Não incorpora os ajustamentos da imparidade individual e das cartas conforto

EAD: Exposure at default

Impactos em percentagem dos resultados dos cenários de sensibilidade face ao cálculo de imparidade de 30 de junho de 2022:

	Cenário favorável	Cenário central		Cenário Adverso		
Probabilidade de ocorrência do cenário	100%	100%		100%		
Cenário de sensibilidade	1)	2.a)	2.b)	3.a)	3.b)	3.c)
Desvalorização dos imóveis	0%	0%	5%	0%	5%	10%
Exposição (EAD)						
Stage 1	-0,02%	0,01%	0,01%	-0,08%	-0,08%	-0,08%
Empresas	0,20%	0,03%	0,03%	-0,40%	-0,40%	-0,40%
Particulares	-0,21%	-0,02%	-0,02%	0,23%	0,23%	0,23%
Crédito especializado	0,21%	0,09%	0,09%	-0,52%	-0,52%	-0,52%
Stage 2	0,20%	-0,08%	-0,08%	0,93%	0,93%	0,93%
Empresas	-1,65%	-0,27%	-0,27%	3,32%	3,32%	3,32%
Particulares	4,29%	0,49%	0,49%	-4,72%	-4,72%	-4,72%
Crédito especializado	-2,40%	-0,96%	-0,96%	5,90%	5,90%	5,90%
Imparidade e provisões	-0,66%	-0,19%	0,37%	1,55%	2,11%	2,73%
Stage 1	-2,80%	-1,00%	-0,76%	6,77%	7,03%	7,32%
Empresas	-3,59%	-1,32%	-1,00%	8,56%	8,90%	9,27%
Particulares	-1,62%	-0,35%	-0,33%	3,05%	3,13%	3,25%
Crédito especializado	-0,19%	0,03%	0,03%	1,16%	1,16%	1,17%
Stage 2	-2,57%	-0,70%	-0,01%	6,16%	6,89%	7,64%
Empresas	-2,49%	-0,68%	0,05%	6,18%	6,94%	7,72%
Particulares	-5,16%	-0,55%	-0,20%	10,32%	11,64%	13,64%
Crédito especializado	-3,08%	-1,02%	-1,00%	4,70%	4,71%	4,84%
Stage 3	-0,08%	-0,01%	0,56%	0,14%	0,71%	1,33%
Empresas	-0,05%	-0,01%	0,27%	0,10%	0,38%	0,68%
Particulares	-0,51%	-0,02%	2,71%	0,71%	3,48%	6,50%
Crédito especializado	0,00%	0,00%	1,85%	0,01%	1,85%	3,95%

EAD: Exposure at default

A materialização do cenário severo levaria à transferência de 0,1% da exposição em *stage 1* para *stage 2*, o que implicaria um aumento de 0,9% da exposição em *stage 2*. O impacto na imparidade pode variar entre 1,5% e 2,7%, dependendo do nível de descida dos preços no mercado imobiliário.

No cenário favorável, ocorreria uma redução da imparidade de 0,7%, assumindo que o preço dos imóveis se mantém estável. Adicionalmente, verificar-se-ia uma redução de 1,7% da exposição do segmento empresas em *stage 2*, por migração para *stage 1*.

Nos particulares, verifica-se que, a exposição em *stage 2* é ligeiramente superior no cenário otimista comparativamente com o cenário *baseline*. O facto de a taxa de inflação, que apresenta uma correlação positiva com a probabilidade de incumprimento (PD), crescer mais no cenário otimista sobrepondo-se ao efeito positivo do crescimento económico na redução da PD, explica o efeito estatístico observado.

#### Fundos de Reestruturação

Os fundos de reestruturação nos quais a CGD detém posições (nomeadamente estruturas associadas a operações de cedência de ativos – Nota 7 e Nota 8) são valorizados pelo respetivo justo valor, determinado por referência ao *Net Asset Value* (NAV) reportado pela sociedade gestora e sujeito a uma análise interna efetuada pela Direção de Gestão de Risco, relativamente ao valor recuperável dos ativos que integram o património destas estruturas. Em função da análise realizada, poderão existir situações que determinem ajustamentos negativos ao NAV dos fundos

de reestruturação e o reconhecimento de perdas adicionais àquelas que seriam registadas em função da valorização comunicada pelas sociedades gestoras.

Esta análise decorre da política interna aprovada pelos órgãos de gestão da CGD de monitorização dos riscos inerentes a exposições a fundos de reestruturação, conforme recomendações do supervisor na prossecução de uma atividade de controlo interno e de governo adequadas ao perfil e à estrutura organizativa do banco, tendo como objetivo a realização de análises que permitam desafiar os pressupostos utilizados por cada sociedade gestora.

O trabalho realizado assenta no desenvolvimento de metodologias de análise alternativas para procurar mensurar o valor dos principais ativos que integram os fundos e deste modo ter uma perceção do potencial de desvio na valorização face ao NAV comunicado pela sociedade gestora.

Para efeitos de análise, nos fundos de reestruturação empresarial a CGD avalia a informação que tem disponível sobre os ativos de cada fundo (representativos de pelo menos 80% do NAV, sempre que possível), nomeadamente a verificação do EBITDA histórico e do EBITDA projetado, quando este é facultado. Efetua, ainda, a análise de sensibilidade aos pressupostos utilizados pelas sociedades gestoras nas determinações dos NAV das empresas sempre que estes dados estão disponíveis (nomeadamente: taxas de desconto utilizadas, níveis de crescimento das vendas, margens de EBITDA).

De salientar que as sociedades gestoras dos fundos de reestruturação não disponibilizam a totalidade dos pressupostos e respetivos raciais que sustentam a valorização das empresas, pelo que a CGD recorre a informação interna a que tem acesso nos seus sistemas, que procura complementar com a utilização de múltiplos de EBITDA setoriais para realizar o desafio ao valor do NAV, i.e., materializando uma análise de sensibilidade sobre a valorização dos ativos.

Na componente imobiliária, a Direção de Negócio Imobiliário da CGD emite uma opinião sobre a valorização deste tipo de ativos face às avaliações imobiliárias que lhes são remetidas pelas sociedades gestoras, aplicando coeficientes de desvalorização em função da tipologia de ativo e sua localização. O parecer da Direção de Negócio Imobiliário é utilizado pela Direção de Gestão de Risco para efetuar a comparação com o NAV reportado pelas sociedades gestoras dos fundos.

A análise realizada pela Direção de Negócio Imobiliário privilegia uma abordagem prudencial sobre a comercialização futura dos imóveis, tendo em conta aspetos de sustentabilidade do preço do imóvel a longo prazo, as condições de mercado normal e local, bem como o uso corrente e os possíveis usos alternativos em que os elementos de natureza especulativa não são considerados na estimativa do valor. Acresce à análise a valorização de fatores externos, como a atual conjuntura de escassez de matérias-primas, aumento de preço dos materiais de construção e mão-de-obra, com o conseqüente aumento de custos de construção, o aumento das taxas de inflação e das taxas de juro de referência, bem como os constrangimentos resultantes da atual conjuntura de pandemia (a incorporação do efeito no valor dos ativos, reflete-se nas diversas variáveis, desde o agravamento das taxas de atualização, taxas de capitalização, redução de taxas de ocupação, ou ainda no alargamento no prazo de vendas etc.), bem como os efeitos da Guerra vivida na Ucrânia.

No que diz respeito à informação quantitativa subjacente às avaliações do justo valor dos fundos de reestruturação imobiliários, apresenta-se de seguida o resumo da informação das avaliações de imóveis analisadas:

Fundo	Avaliações disponibilizadas vs. GAV (*) do Fundo (em %)	Antiguidade dos Relatórios de Avaliação	
		Percentagem de avaliações realizadas nos últimos 12 meses	
		Em número de avaliações analisadas	Em valor de avaliações analisadas
Fundo Imobiliário Aquarius	100,00%	-	-
Discovery Portugal Real Estate Fund	96,00%	100,00%	100,00%
Flit-Ptrei SICAV	99,00%	43,00%	62,00%
Fundo Recuperação Turismo, FCR	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo Imobiliário Vega	100,00%	75,00%	99,00%

(\*) GAV: Gross Asset Value

No quadro seguinte apresenta-se a amostra dos pressupostos subjacentes aos relatórios de avaliação disponibilizados (ativos imobiliários) repartidos por tipologia de ativos:

Tipologia de Ativo	Taxa média de ocupação			Valor média diária		
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
Hotéis	20,00%	59,00%	83,00%	40	161	747

Tipologia de Ativo	Taxa desconto			Taxa capitalização			Método de Avaliação
	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	
Hotéis	6,25%	8,71%	19,50%	5,41%	7,33%	9,00%	Mercado e Rendimento
Terrenos em desenvolvimento	5,00%	10,28%	19,40%	5,40%	7,06%	8,50%	Mercado e Rendimento
Centros comerciais	8,40%	9,01%	9,60%	7,25%	7,98%	9,00%	Mercado e Rendimento
Terrenos rústicos	7,00%	8,56%	12,50%	7,00%	7,17%	7,50%	Mercado e Rendimento
Habitação venda	5,00%	7,28%	8,50%	5,21%	5,61%	6,00%	Mercado e Rendimento
Habitação rendimento	4,00%	7,83%	11,10%	6,45%	7,30%	8,50%	Mercado e Rendimento
Escritórios	7,00%	7,00%	7,00%	6,50%	8,18%	9,00%	Mercado e Rendimento

Apresenta-se no quadro seguinte os *haircuts* médios por tipologia de ativo que resultam da análise efetuada pela CGD às avaliações (ativos imobiliários) quando comparados com o valor da avaliação:

Tipologia de Ativo	Haircut médio
	Análise CGD vs. Valor Avaliação
Hotéis	24,00%
Terrenos em desenvolvimento	35,00%
Centros comerciais	33,00%
Terrenos rústicos	57,00%
Habitação venda	24,00%
Habitação rendimento	27,00%
Escritórios	30,00%

Como resultado destas análises, têm vindo a ser reportados ajustamentos ao NAV dos Fundos de Reestruturação.

No primeiro semestre de 2022, a CGD manteve os procedimentos com vista à alienação de determinadas posições detidas em fundos de reestruturação, sendo de destacar a evolução ocorrida no processo de venda organizado e competitivo, denominado *Projecto Crow*, que abrange 100% das ações do fundo FLIT - PTREL SICAV, 100% das Unidades de Participação do Fundo de Recuperação Turismo e ainda de alguns ativos hoteleiros do Fundo de Recuperação. De referir que o processo foi lançado pela CGD e restantes participantes em 2021, e não obstante a evolução ocorrida, à data não existem efeitos potenciais passíveis de quantificar com fiabilidade.

Em agosto de 2022 foram assinados os acordos de compra e venda, sendo o *closing* da transação previsto para 120 dias, encontrando-se contudo sujeito a determinadas condições precedentes, incluindo condições regulamentares entre outras, mantendo-se deste modo a inexistência de efeitos potenciais passíveis de quantificar com fiabilidade. (Nota 41).

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de dificuldades:

- Na obtenção de recursos para financiamento dos ativos conduzindo, normalmente, ao acréscimo dos custos de captação mas podendo, também, implicar uma restrição do crescimento dos ativos; e,
- Na liquidação atempada de obrigações para com terceiros, induzidas por *mismatches* significativos entre os prazos de vencimento residual dos ativos e passivos financeiros da instituição.

O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na impossibilidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere e a um valor próximo do seu justo valor.

De acordo com os requisitos da IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações" apresentam-se de seguida os prazos residuais de maturidade contratual dos instrumentos financeiros a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

30-06-2022										
Prazos residuais de maturidade contratual										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24.344.540	-	-	-	-	-	-	-	-	24.344.540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	600.363	-	-	-	-	-	-	-	(3)	600.360
Aplicações em instituições de crédito	2.398.945	732.129	204.310	136.829	28.184	2.489	6.166	47.507	64.426	3.620.984
Carteira de títulos										
Negociação	179	82.000	285.195	647.735	16.475	3.120	36.482	15.277	311.285	1.397.748
Outros	392.973	597.955	950.355	694.114	3.154.885	3.221.862	9.520.670	1.052.609	205.956	19.791.380
Crédito a clientes (salDOS brutos)	2.309.637	2.192.873	2.413.222	3.528.476	11.317.427	9.129.037	14.250.710	24.184.591	219.836	69.545.811
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	540	1.080	1.080	31.759	20.085	(4.203)	50.341
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	24.123	24.123
	30.046.637	3.604.957	3.853.082	5.007.695	14.518.051	12.357.589	23.845.788	25.320.068	821.420	119.375.287
<b>Passivo</b>										
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(396.173)	(437.386)	(24.279)	(102)	(5.926.093)	(10)	(240)	-	(9.389)	(6.793.672)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(54.480.179)	(10.043.829)	(16.554.725)	(1.622.205)	(519.087)	(6.482)	(7.079)	(4.546)	(240.322)	(83.478.453)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(1.875)	-	(8.625)	(18.375)	(812.376)	-	(20.050)	(830)	(862.131)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(209.580)	(209.580)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.741)	(2.741)
Outros passivos subordinados	-	-	(6.250)	(5.980)	(1.053.212)	(11.960)	(105.994)	-	-	(1.183.395)
Recursos consignados	(28.235)	(21.373)	(3.599)	(302.570)	(27.057)	(318.578)	(15.893)	(8.864)	(2)	(726.170)
	(54.904.586)	(10.504.463)	(16.588.853)	(1.939.482)	(7.543.824)	(1.149.405)	(129.205)	(33.459)	(462.864)	(93.256.142)
Instrumentos Financeiros Derivados	(1.519)	12.492	(26)	7.851	36.060	20.203	19.492	(15.309)	-	79.244
Diferencial	(24.859.468)	(6.887.015)	(12.735.797)	3.076.063	7.010.288	11.228.387	23.736.074	25.271.301	358.556	26.198.388

31-12-2021										
Prazos residuais de maturidade contratual										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
<b>Ativo</b>										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.003.327	-	-	-	-	-	-	-	-	23.003.327
Disponibilidades em outras instituições de crédito	675.926	-	-	-	-	-	-	-	-	675.926
Aplicações em instituições de crédito	2.210.163	632.732	175.024	130.993	36.534	2.471	6.167	48.739	33.495	3.276.318
Carteira de títulos										
Negociação	315	4.156	7.403	300.327	6.407	5.977	49.875	3.356	419.961	797.777
Outros	256.810	788.397	1.713.140	1.541.880	2.771.261	2.762.389	10.423.550	611.414	1.056.235	21.925.075
Crédito a clientes (salDOS brutos)	2.257.424	2.340.386	2.287.380	3.425.566	11.105.341	8.693.386	12.840.193	17.621.143	220.338	60.791.157
Ativos com acordo de recompra	-	2.374	6.613	-	-	-	-	-	(308)	8.679
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	5.898	5.898
	28.403.964	3.768.044	4.189.561	5.398.767	13.919.542	11.464.223	23.319.786	18.284.651	1.735.618	110.484.156
<b>Passivo</b>										
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(479.793)	(124.871)	(5.841.149)	(447.889)	-	-	(221)	-	(9.911)	(6.903.835)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(52.166.560)	(9.596.677)	(15.916.584)	(1.784.665)	(661.230)	(17.461)	(6.864)	(6.150)	(151.554)	(80.307.744)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.009.596)	(16)	(250.371)	(1.881)	(9.762)	(503.750)	-	(20.050)	(395)	(1.795.822)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.661)	(381.661)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.628)	(35.628)
Outros passivos subordinados	-	(5.980)	(28.750)	(6.250)	(1.053.212)	(11.960)	(111.974)	-	-	(1.218.125)
Recursos consignados	(6.972)	(202)	(90)	(23.359)	(329.078)	(341.905)	(14.848)	(8.737)	9	(725.181)
	(53.662.900)	(9.727.746)	(22.036.944)	(2.264.045)	(2.053.282)	(875.075)	(133.907)	(34.937)	(579.139)	(91.367.996)
Instrumentos Financeiros Derivados	(733)	8.016	1.842	6.733	24.402	(8.710)	(8.683)	(13.871)	-	8.995
Diferencial	(25.259.690)	(5.951.686)	(17.845.542)	3.141.455	11.890.663	10.580.438	23.177.196	18.235.843	1.156.479	19.125.155

Os quadros apresentados acima incluem fluxos de caixa projetados relativos a capital e juros, pelo que não são diretamente comparáveis com os saldos contabilísticos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Os juros projetados para as operações a taxa variável incorporam as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência.

No caso particular do crédito à habitação, a distribuição dos fluxos de capital e juros teve em consideração as expectativas relativas a taxas de reembolso antecipado determinadas em função da análise ao comportamento histórico das operações, bem como do contexto macroeconómico atual.

Com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os quadros seguintes apresentam informação relativa aos prazos residuais de maturidade "estrutural" do balanço do Grupo CGD (por oposição aos prazos residuais de maturidade contratual) e diferem dos últimos na utilização dos seguintes pressupostos:

- Títulos de dívida e de capital*: reafetação do montante com elevada liquidez ao *bucket* "Até 1 mês", com exceção dos títulos de dívida onerados que são alocados aos *buckets* correspondentes ao vencimento das operações que estão a colateralizar;
- Depósitos à ordem de clientes e contas de poupança sem maturidade definida (CGD Sede, Sucursal de França e BNU)*: distribuição do saldo por *buckets* de prazo residual de maturidade de acordo com estudos e modelos desenvolvidos internamente;

- (iii) *Depósitos à ordem de clientes (restantes entidades do Grupo CGD):* distribuição do saldo de *core deposits* (depósitos que constituem uma fonte de financiamento estável da atividade creditícia) do *bucket* “Até 1 mês” até aos *buckets* até 6 anos, segundo uma distribuição uniforme de saldos. A abordagem descrita procura corresponder às recomendações do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision, BCBS*), designadamente no que diz respeito à maturidade média máxima dos *core deposits*.

Adicionalmente, os valores apresentados correspondem a saldos de capital vincendo, não incluindo juros projetados nem juros corridos.

		30-06-2022									
		Prazos residuais de maturidade estrutural									
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		24.344.540	-	-	-	-	-	-	-	0	24.344.540
Disponibilidades em outras instituições de crédito		600.359	-	-	-	-	-	-	-	0	600.359
Aplicações em instituições de crédito		2.398.356	428.392	210.967	149.365	85.432	61.582	153.904	37.633	65.637	3.591.268
Carteira de títulos											
Negociação		453.384	11.994	40.925	92.599	310.814	215	4.963	164.263	311.285	1.390.442
Outros		7.670.308	75.455	123.609	64.344	5.582.557	391.864	1.243.097	2.879.913	205.956	18.237.104
Crédito a clientes (saldos brutos)		2.216.910	2.018.949	2.121.761	2.969.595	8.637.380	6.978.197	9.920.486	17.662.260	219.836	52.745.374
Ativos com acordo de recompra		45.797	-	-	-	-	-	-	-	-	45.797
Derivados de cobertura		-	-	-	-	-	-	-	-	24.123	24.123
		37.729.654	2.534.790	2.497.261	3.275.904	14.616.183	7.431.857	11.322.451	20.744.070	826.838	100.979.007
Passivo											
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais		(390.465)	(355.170)	(24.197)	(476)	(5.801.318)	(1.355)	(678)	-	(9.389)	(6.583.048)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(2.598.284)	(1.976.146)	(2.192.044)	(3.194.289)	(5.699.059)	(3.989.913)	(6.400.761)	(55.338.826)	(1.946.675)	(83.335.998)
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-	(6.000)	(800.000)	-	(20.050)	(830)	(826.880)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-	-	-	-	-	(209.580)	(209.580)
Derivados de cobertura		-	-	-	-	-	-	-	-	(2.741)	(2.741)
Outros passivos subordinados		-	-	-	-	(1.000.000)	-	(100.000)	-	-	(1.100.000)
Recursos consignados		(27.245)	(17.537)	(2.766)	(300.000)	(19.393)	(315.089)	(14.286)	(8.571)	(2)	(704.889)
		(3.015.993)	(2.348.853)	(2.219.007)	(3.494.766)	(12.525.770)	(5.106.357)	(6.515.724)	(55.367.448)	(2.169.218)	(92.763.137)
Instrumentos Financeiros Derivados		(1.519)	12.492	(26)	7.851	36.060	20.203	19.492	(15.309)	-	79.244
Diferencial		34.712.142	198.428	278.228	(211.011)	2.126.473	2.345.702	4.826.219	(34.638.687)	(1.342.380)	8.295.114

		31-12-2021									
		Prazos residuais de maturidade estrutural									
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.003.327	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.003.327
Disponibilidades em outras instituições de crédito	675.905	-	-	-	-	-	-	-	-	-	675.905
Aplicações em instituições de crédito	2.206.020	631.413	174.524	130.514	33.969	4	6	37.633	33.495	3.247.577	
Carteira de títulos											
Negociação	171.971	683	110.313	45.006	686	664	7.332	53.034	402.449	792.139	
Outros	8.961.159	117.366	5.932.491	205.002	323.692	344.772	1.429.311	2.819.690	143.732	20.277.214	
Crédito a clientes (saldos brutos)	1.953.780	1.997.600	2.036.373	2.437.773	8.179.819	6.533.388	9.365.811	18.772.737	220.338	51.497.618	
Ativos com acordo de recompra	5.650	2.047	131	-	-	-	-	-	-	7.828	
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	5.898	5.898	
	36.977.810	2.749.110	8.253.832	2.818.294	8.538.166	6.878.828	10.802.460	21.683.094	805.912	99.507.505	
Passivo											
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	(442.164)	(125.773)	(5.804.395)	(356.417)	(12.022)	(12.022)	(6.012)	-	(9.911)	(6.768.715)	
Recursos de clientes e outros empréstimos	(5.460.433)	(2.798.153)	(2.041.419)	(3.170.551)	(5.591.027)	(3.933.726)	(5.682.075)	(50.898.573)	(151.554)	(79.727.510)	
Responsabilidades representadas por títulos	(999.600)	-	(250.000)	-	(6.000)	(500.000)	-	(20.050)	(395)	(1.776.045)	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(381.661)	(381.661)	
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.628)	(35.628)	
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	(1.000.000)	-	(100.000)	-	-	(1.100.000)	
Recursos consignados	(6.972)	-	-	(20.303)	(317.855)	(316.627)	(14.286)	(8.571)	9	(684.605)	
	(6.909.169)	(2.923.926)	(8.095.814)	(3.547.271)	(6.926.904)	(4.762.374)	(5.802.372)	(50.927.194)	(579.139)	(90.474.163)	
Instrumentos Financeiros Derivados	(733)	8.016	1.842	6.733	24.402	(8.710)	(8.683)	(13.871)	-	8.995	
Diferencial	30.067.908	(166.800)	159.860	(722.244)	1.635.664	2.107.744	4.991.405	(29.257.972)	226.773	9.042.337	

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro advém da possibilidade de os fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro ou o seu justo valor se alterarem em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Perspetiva de longo prazo ou económica - Justo valor

Os quadros seguintes apresentam o valor de balanço e o justo valor dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30-06-2022						
	Saldos analisados					Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor			Diferença	Valor de balanço	
Nível 1		Nível 2	Nível 3				
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24.339.582	-	-	24.339.582	-	-	24.339.582
Disponibilidades em outras instituições de crédito	601.727	-	-	601.727	-	-	601.727
Aplicações em instituições de crédito	3.524.272	-	-	3.533.283	9.011	64.432	3.588.704
Ativos com acordo de recompra	50.000	-	-	45.079	(4.921)	(4.203)	45.797
Investimentos ao custo amortizado	13.821.778	11.221.309	251.425	1.475.627	(873.418)	61.236	13.883.014
Crédito a clientes	52.686.164	1.161.200	43.066	53.402.868	1.920.970	(1.125.847)	51.560.317
	95.023.522	12.382.509	294.490	83.398.166	1.051.643	(1.004.382)	94.019.140
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(6.578.236)	-	-	(6.400.817)	177.418	66.528	(6.511.708)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(83.315.933)	-	-	(83.458.549)	(142.616)	(56.811)	(83.372.744)
Responsabilidades representadas por títulos	(828.168)	(733.376)	-	(56.123)	38.669	(183)	(828.351)
Outros passivos subordinados	(1.103.744)	(1.092.794)	-	(6.433)	4.517	-	(1.103.744)
Recursos consignados	(704.872)	-	-	(724.846)	(19.974)	(17)	(704.889)
	(92.530.952)	(1.826.170)	-	(90.646.769)	58.014	9.517	(92.521.435)

	31-12-2021						
	Saldos analisados					Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor			Diferença	Valor de balanço	
		Nível 1	Nível 2	Nível 3			
Ativo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.000.073	-	-	23.000.073	-	-	23.000.073
Disponibilidades em outras instituições de crédito	677.351	-	-	677.351	-	-	677.351
Aplicações em instituições de crédito	3.188.633	-	-	3.197.302	8.669	57.731	3.246.364
Ativos com acordo de recompra	8.136	-	-	8.098	(38)	(308)	7.828
Investimentos ao custo amortizado	12.978.162	11.836.730	227.376	1.196.778	282.722	16.112	12.994.274
Crédito a clientes	51.526.513	1.241.577	385.558	50.413.747	514.369	(1.342.849)	50.183.664
	91.378.868	13.078.307	612.934	78.493.349	805.722	(1.269.314)	90.109.553
Passivo							
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	(6.764.941)	-	-	(6.750.434)	14.506	19.739	(6.745.201)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(79.746.003)	-	-	(79.802.808)	(56.804)	(9.687)	(79.755.690)
Responsabilidades representadas por títulos	(1.789.581)	(1.501.115)	-	(279.926)	8.539	(133)	(1.789.714)
Outros passivos subordinados	(1.117.883)	(1.062.873)	-	(89.701)	(34.690)	-	(1.117.883)
Recursos consignados	(684.588)	-	-	(688.297)	(3.708)	(16)	(684.605)
	(90.102.997)	(2.563.988)	-	(87.611.165)	(72.157)	9.903	(90.093.093)

No apuramento do justo valor são utilizados os seguintes pressupostos:

- (i) Relativamente aos saldos à vista, o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- (ii) Para as emissões de dívida cotadas cujos preços são considerados líquidos, o justo valor corresponde ao respetivo valor de mercado;
- (iii) O justo valor dos restantes instrumentos financeiros é determinado com base em modelos de fluxos de caixa descontados até à maturidade das operações, quer para os instrumentos de taxa fixa, quer para os instrumentos de taxa variável. Para o efeito são tidas em consideração as condições contratuais das operações e, adicionalmente, para os instrumentos de taxa variável são estimados os *cash flows* futuros incorporando as taxas *forward* implícitas na curva de rendimentos em vigor nas respetivas datas de referência, sendo utilizadas curvas de desconto apropriadas ao tipo de instrumento, incluindo:
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de aplicações e recursos de instituições de crédito; e,
  - Taxas de juro de mercado incorporando os *spreads* médios praticados nas novas operações de crédito e de depósitos de clientes para tipos de crédito e de depósitos comparáveis.
- (iv) A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente:
  - O crédito vencido, líquido das imparidades constituídas; e,



- Saldos de algumas sucursais não incluídas no cálculo centralizado efetuado pela CGD.

#### Justo valor

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, refletidos nas demonstrações financeiras pelo seu justo valor, pode ser resumida como se segue:

30-06-2022				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Titulos detidos para negociação	1.070.924	-	0	1.070.925
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	176.350	-	1.136.646	1.312.996
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.260.058	84.370	219.066	3.563.495
Ativos com acordo de recompra	28.343	-	17.454	45.797
Derivados de negociação	-	109.860	77	109.937
Derivados de cobertura	-	21.382	-	21.382
	4.535.676	215.613	1.373.243	6.124.531

31-12-2021				
	Técnicas de Valorização			Total
	Nível 1 Cotações de mercado	Nível 2 Inputs observáveis de mercado	Nível 3 Outras técnicas de valorização	
Titulos detidos para negociação	373.402	1.194	0	374.597
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	182.294	-	1.151.056	1.333.350
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5.720.014	109.008	202.797	6.031.819
Ativos com acordo de recompra	-	-	7.828	7.828
Derivados de negociação	-	35.760	120	35.880
Derivados de cobertura	-	(29.729)	-	(29.729)
	6.275.710	116.233	1.361.802	7.753.745

Na preparação dos quadros acima foram utilizados os seguintes critérios:

- Nível 1 - Cotações de mercado: nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- Nível 2 - Inputs observáveis de mercado: nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, entre outros). Esta coluna inclui igualmente os instrumentos financeiros valorizados com base em *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas; e,
- Nível 3 - Outras técnicas de valorização: esta coluna inclui os instrumentos financeiros valorizados com base em modelos internos, cotações fornecidas por entidades externas que incluem parâmetros de mercado não observáveis ou NAV (*Net Asset Value*) fornecido por sociedades gestoras de fundos de reestruturação ou fundos fechados.

No decorrer do primeiro semestre de 2022, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados na coluna “Outras técnicas de valorização” apresenta o seguinte detalhe:

	Títulos ao justo valor através de resultados			Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral				Instrumentos financeiros derivados	Total
	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida	Subtotal	Instrumentos de capital	Instrumentos de dívida		Subtotal		
		Outras Obrigações			Asset-backed securities	Outras Obrigações			
Valor de balanço (líquido) em 31-12-2021	1.150.957	100	1.151.057	89.044	2.385	119.196	210.625	120	1.361.802
Aquisições	26.473	-	26.473	37	-	98.549	98.586	-	125.058
Alienações	(21.801)	-	(21.801)	(6.208)	(356)	-	(6.564)	-	(28.365)
Amortizações	(22.993)	-	(22.993)	-	(15)	(52.077)	(52.092)	-	(75.086)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos alienados	3.600	-	3.600	87	-	(19.048)	(18.961)	-	(15.362)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de resultados - Instrumentos em carteira (*)	(3.380)	(5)	(3.385)	(302)	18	2.130	1.846	(1.783)	(3.321)
Ganhos / (perdas) reconhecidos por contrapartida de reservas de justo valor	-	-	-	(79)	(54)	(3.365)	(3.498)	-	(3.498)
Transferências de / (para) outros níveis de hierarquia (Níveis 1 e 2)	-	-	-	-	-	-	-	1.739	1.739
Diferenças cambiais	3.696	-	3.696	425	-	6.153	6.578	-	10.274
Outros	-	-	-	-	0	-	0	-	0
Valor de balanço (líquido) em 30-06-2022	1.136.551	95	1.136.646	83.005	1.978	151.538	236.520	77	1.373.243

(\*) Inclui valores de resgates de unidades de participação de títulos em carteira

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, uma deslocação positiva de 100 bp na curva de taxa de juro utilizada para descontar os fluxos futuros previstos de instrumentos de dívida valorizados com base em modelos internos, determinaria um decréscimo no justo valor de balanço e em reservas de reavaliação e resultados de aproximadamente 55,66 mEuros e 36,80 mEuros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2022, os instrumentos de capital valorizados com base em outras técnicas de valorização (Nível 3) incluem essencialmente estruturas de investimento valorizadas com base em dados relativos ao valor líquido dos ativos subjacentes (*Net Asset Value*) disponibilizados pelas entidades gestoras ou outros prestadores de serviços de informação.

No decorrer do primeiro semestre, as transferências entre níveis 1 e 2 de classificação da hierarquia de justo valor apresentaram o seguinte detalhe:

	30-06-2022	
	Títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	
	Transferências de nível 1 para nível 2	Transferências de nível 2 para nível 1
Instrumentos de dívida	12.627	13.331
	12.627	13.331

### Instrumentos financeiros derivados

As transações de derivados financeiros são efetuadas em mercados organizados e em mercados *Over The Counter* (OTC).

As operações de derivados cotados são avaliadas com recurso a cotações extraídas de sistemas de divulgação de informação financeira (*Reuters/Bloomberg*).

A avaliação de derivados OTC é efetuada com recurso a modelos teóricos comumente aceites, mais ou menos complexos dependendo das características do produto em causa:

- Desconto dos *cash flows* futuros através da curva de taxa de juro adequada; e,
- Avaliações apuradas com modelos estatísticos aceites no mercado, como por exemplo *Black & Scholes*.

O tipo de *inputs* necessários à valorização depende, igualmente, das características das operações, incluindo genericamente curvas de taxa de juro, curvas de volatilidade, preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yields*.

As curvas de taxa de juro são elaboradas com taxas de depósitos e cotações de *swaps* extraídas da *Reuters/Bloomberg*. No caso das moedas com maior exposição é aplicado um ajustamento via futuros de taxa de juro ou FRA (*Forward Rate Agreement's*). Salienta-se ainda que, consoante o prazo do indexante da operação, obtêm-se curvas distintas para geração de fluxos futuros.

As curvas de volatilidade são construídas com base nas volatilidades implícitas nas cotações das opções cotadas existentes para o subjacente. Caso não existam opções cotadas para um determinado subjacente, é apurada a volatilidade histórica com base nas séries de preço históricas dos constituintes.

Os preços de ações/índices, taxas de câmbio e *dividend yield* são extraídos da *Reuters/Bloomberg*.

De acordo com os requisitos da IFRS 13 – “Mensuração pelo justo valor”, a CGD incorporou na valorização destes instrumentos financeiros ajustamentos específicos (*add-ons*) para refletir o seu risco de crédito próprio com base numa curva de desconto de mercado que reflete, na sua opinião, o perfil de risco que lhe está associado. Simultaneamente, em função da sua exposição atual, o Grupo adotou uma metodologia análoga para refletir o risco de crédito das contrapartes nos derivados com justo valor positivo. Assim, o justo valor obtido é composto pela valorização sem risco afetada deste adicional.

O *Credit Value Adjustment* e *Debt Value Adjustment* – CVA/DVA é determinado através de uma metodologia implementada ao nível do Grupo Caixa. Esta metodologia assenta na estimativa da exposição no momento de *default* (*Exposure at default*, EAD) para cada operação e na aplicação de parâmetros de risco à EAD estimada de forma a determinar a perda esperada para a CGD (CVA) e para a contraparte (DVA).

No caso de *swaps* de taxa de juro, a EAD é estimada para várias datas futuras através da modelização de *swaptions*, permitindo desta forma incorporar a exposição potencial futura das operações. Para os restantes produtos, a EAD corresponde tipicamente ao justo valor do instrumento na data de referência.

Os parâmetros de risco consistem em probabilidades de *default* (PD) e *loss given default* (LGD), sendo determinados centralmente pelo Grupo de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Para contrapartes ou projetos com dívida cotada ou cotações de *credit default swaps* disponíveis, o Grupo infere os parâmetros de risco subjacentes a essas cotações e utiliza-os no cálculo; e,
- (ii) As restantes contrapartes ou projetos são classificados em função da sua qualidade creditícia, tendo por base um conjunto de critérios quantitativos e qualitativos, resultando num *rating* interno ao qual o Grupo faz corresponder uma PD histórica.

Em 30 de junho de 2022, o valor dos ajustamentos relativos a CVA registados na rubrica de "Ativos financeiros detidos para negociação" e DVA registados na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação" ascendia a 4.758 mEuros e 851 mEuros, respetivamente (8.335 mEuros e 704 mEuros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2021).

#### Instrumentos de dívida de entidades financeiras e não financeiras

Sempre que possível, os títulos são avaliados a preços de mercado obtidos de acordo com um algoritmo desenvolvido internamente. Esse algoritmo procura obter a cotação mais adequada para cada título, de acordo com uma hierarquia de contribuidores, definida internamente na CGD. As variações de preços são analisadas diariamente de forma a garantir a qualidade dos preços utilizados.

De um modo geral, os *inputs* utilizados nas avaliações efetuadas internamente são obtidos nos sistemas *Bloomberg* e *Refinitiv* (e.g. *Thomson Reuters*). No entanto, existem alguns títulos para os quais não é possível obter cotações de mercado, os ativos classificados nos níveis 2 e 3. Os preços desses títulos são obtidos com recurso a valorizações teóricas internas/externas.

Genericamente, as valorizações passam pelo desconto dos *cash flows* futuros previstos. A previsão destes pode ser fruto de um modelo mais ou menos complexo, que vai desde o simples desconto dos *cash flows* resultantes de taxas *forward* (obtidas com base na curva de taxa de juro mais adequada que, por sua vez, é elaborada com recurso a taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*, sendo a parte de mercado monetário ajustada com cotações de futuros de taxas de juro ou FRA) à cascata de pagamentos de um *Collateralized Loan Obligation* (CLO). Para efeitos de desconto, as valorizações internas utilizam a curva de crédito cotada que respeita o trinómio moeda/setor/*rating*, de modo a considerar o risco de cada emissão.

A segmentação entre os níveis 2 e 3 prende-se, essencialmente, com a viabilidade de observação direta nas fontes de informação de *inputs* para valorização. De um modo geral, as valorizações cedidas pelos estruturadores, emitentes ou contrapartes (valorizações externas) são alocadas ao nível 3, assim como as securitizações com reduzida liquidez.

As curvas de taxa de juro são elaboradas com base em taxas de mercado monetário e cotações de *swaps*. No caso das curvas de taxa de juro de EUR, GBP e USD é efetuado um ajustamento com recurso a cotações de futuros de taxa de juro e/ou FRA (*Forward Rate Agreements*).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores das curvas referentes às moedas com maior exposição eram os seguintes:

	30-06-2022			31-12-2021		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	(0,4750)	1,7250	1,3600	(0,5650)	0,0600	0,1700
1 mês	(0,4050)	1,8950	1,3400	(0,5550)	0,1550	0,2450
2 meses	(0,2750)	2,2050	1,5500	(0,5550)	0,1750	0,3150
3 meses	(0,1750)	2,3750	1,7000	(0,5550)	0,2150	0,3750
6 meses	0,2450	3,1250	2,2300	(0,5350)	0,3450	0,5550
9 meses	0,6950	3,5150	2,7000	(0,5050)	0,4750	0,7550
1 ano	1,0250	3,7350	3,0000	(0,4850)	0,6150	0,8850
2 anos	1,3620	3,2605	2,8503	(0,2970)	0,9215	1,2180
3 anos	1,5440	3,1180	2,7812	(0,1450)	1,1575	1,3218
5 anos	1,7910	3,0430	2,7028	0,0190	1,3550	1,3087
7 anos	1,9650	3,0220	2,6299	0,1320	1,4615	1,2554
10 anos	2,1710	3,0430	2,6013	0,3010	1,5735	1,2217
15 anos	2,3520	3,1120	2,5620	0,4850	1,6980	1,1945
20 anos	2,2660	3,0880	2,5116	0,5380	1,7610	1,1658
25 anos	2,1160	2,9810	2,4746	0,5120	1,7570	1,1419
30 anos	1,9830	2,8790	2,4339	0,4650	1,7380	1,1197

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores das curvas de crédito dos governos português e alemão eram os seguintes:

	30-06-2022		31-12-2021	
	Governo Português	Governo Alemão	Governo Português	Governo Alemão
3 meses	(0,2806)	(0,4980)	(0,8634)	(0,7300)
6 meses	(0,1015)	(0,1090)	(0,8392)	(0,6990)
9 meses	0,2328	0,0920	(0,7445)	(0,7040)
1 ano	0,4978	0,4010	(0,7217)	(0,6520)
2 anos	1,0232	0,6315	(0,6117)	(0,6350)
3 anos	1,1677	0,7221	(0,4624)	(0,6736)
5 anos	1,5989	1,0630	(0,1738)	(0,4585)
7 anos	1,8776	1,1240	0,1091	(0,3580)
10 anos	2,2622	1,3395	0,4306	(0,1825)
15 anos	2,6454	1,5940	0,8317	0,0150
20 anos	2,8035	1,5912	1,0401	(0,0617)
25 anos	2,9400	1,5870	1,1664	0,0614
30 anos	2,9565	1,6150	1,1742	0,1845

Relativamente às taxas de câmbio, são utilizados os valores de *fixing* do banco central. Na tabela seguinte apresentam-se as taxas de câmbio de alguns pares de moedas relevantes com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30-06-2022	31-12-2021
EUR/USD	1,0387	1,1326
EUR/GBP	0,8582	0,8403
EUR/CHF	0,9960	1,0331
EUR/AUD	1,5099	1,5615
EUR/JPY	141,5400	130,3800
EUR/BRL	5,4229	6,3101

### Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos *cash flows* dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes métricas:

- (i) *Value at Risk* (VaR) relativamente às seguintes carteiras:
  - *Carteira Held for Trading*: perímetro de posições e transações *Held for Trading* originadas no Grupo CGD;
  - *Carteira de Negociação*: inclui títulos e instrumentos financeiros derivados transacionados com o objetivo de detetar oportunidades de negócio para horizontes temporais de curto prazo;
  - *Carteira Própria*: títulos adquiridos com propósito de investimento, mas que constituem atualmente objetivo de desalavancagem;
  - *Carteira de Investimento*: com o propósito de constituir uma reserva de valor e de liquidez, inclui os restantes títulos da carteira própria da CGD, e coberturas associadas, com exceção de participações financeiras e crédito titulado;
  - *Atividade de Gestão de Tesouraria*: *funding* em mercado monetário, instrumentos financeiros derivados associados a esta atividade e emissões de dívida com exposição a riscos de mercado;
  - *Sucursais*: França; e,
  - *Filiais*: Caixa Banco de Investimento, BCG Brasil, BCI e BNU.
- (ii) Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, geridos pelas salas de mercado, registados nas demonstrações financeiras individuais da CGD e nas seguintes unidades do grupo:
  - Caixa - Banco de Investimento;
  - BCI; e,
  - BNU.
- (iii) Análise de sensibilidade relativamente a todos os instrumentos financeiros com opcionalidade; e,
- (iv) Testes de esforço (*Stress-Tests*).

### Análise de VaR (Value at Risk) – Risco de Mercado

O VaR (*Value at Risk*) corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de ativos num determinado período de detenção e considerando um determinado nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é a simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- *Período de Detenção*: 10 dias (carteiras de investimento e própria) e 1 dia (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);
- *Nível de Confiança*: 99% (carteiras de investimento e própria) e 95% (carteira de negociação e atividade de gestão de tesouraria);

- *Período de Amostra de Preços*: últimas 500 observações; e,
- *Decay Factor*=1, i.e., as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efetuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada, i.e., as correlações são empíricas.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma:

Atividade desenvolvida no âmbito da Caixa Geral de Depósitos

**Carteira Held for Trading do Grupo CGD (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
VaR	12.178	15.264	9.773	14.467

**Carteira Negociação (VaR 95%, 1 dia)**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	199	555	158	205
Cambial	38	495	2	38
Preço	-	30	-	-
Volatilidade	2	12	1	7
Efeito diversificação	(12)			(52)
	226	1.092	161	197

**Tesouraria (VaR 95%, 1 dia)**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	2.911	2.911	1.738	2.367
Cambial	4.211	4.804	2.810	3.928
Efeito diversificação	(2.391)			(1.596)
	4.731	7.715	4.548	4.698

**Carteira Própria (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	617	617	288	290
Cambial	4	139	-	111
Preço	256	1.290	-	1.272
Efeito diversificação	(379)			(427)
	498	2.046	288	1.246

**Carteira Investimento (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	16.863	71.091	14.837	71.430
Volatilidade	-	3	-	3
Efeito diversificação	-			(9)
	16.863	71.094	14.837	71.424

Atividade desenvolvida no âmbito da banca de investimento

**Caixa Banco de Investimento (VaR 99%, 10 dias)**

	30-06-2022	Max.	Min.	31-12-2021
<i>VaR by type of risk</i>				
Taxa de Juro	962	5.985	714	5.820
Cambial	319	980	319	970
Preço	8	458	8	46
Volatilidade	3	7	1	4
Efeito diversificação	(484)			(779)
	809	7.430	1.042	6.061

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR (*Value at Risk*) total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Risco cambialAnálise de VaR (*Value at Risk*) – Risco Cambial

De forma a garantir o controlo e a avaliação do risco cambial, a CGD calcula e monitoriza valores e limites em termos de *Value at Risk* (VaR) por posição aberta total e posição aberta por moeda para cada unidade do Grupo relevante numa base diária, consolidando valores com periodicidade mensal.

Com referência a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, para o perímetro de Gestão do Grupo CGD, o VaR (a 10 dias com 99% de intervalo de confiança) por moeda pode ser demonstrado através do seguinte quadro:

	30-06-2022	31-12-2021
Dólar de Hong Kong	548	12
Pataca de Macau	1	2
Rand da África do Sul	2	21
Dólar dos Estados Unidos	390	1.679
Metical de Moçambique	699	587
Libra esterlina	33	52
Iene japonês	10	3
Outras Moedas	1.527	3.602
Efeito diversificação	(1.101)	(1.445)
	2.110	4.513

Sendo aplicada a metodologia atrás citada, o efeito de diversificação é calculado implicitamente.



## 41. Eventos subsequentes

### *Alienação da Participação na Esegur, S.A.*

No dia 28 de julho de 2022 efetivou-se a alienação da participação da Caixa na Esegur ao grupo espanhol Trablisa. O valor de balanço já refletia o valor estimado para a venda pelo que não foi reconhecido nenhum impacto adicional nas contas do grupo em resultado desta operação.

### *Banco Interatlântico*

No dia 3 de agosto de 2022, foram adquiridas 11.687 ações, representativas de 11,69% do Banco Interatlântico, por parte da CGD, passando de uma participação de 70% para 81,687% do Capital social do banco.

### *Nostrum Mortgages N.º 2*

Na sequência da deliberação da CGD, em 22 de agosto, foi exercida a opção de reembolso antecipado da transação Nostrum 2010 e efetuada a recompra dos créditos que constituem o *portfolio* à TAGUS (sociedade de titularização), originando a liquidação da estrutura.

### *Acordo para a venda de participações detidas em fundos de reestruturação e outros ativos (Projeto Crow)*

A CGD e os restantes participantes lançaram em 2021, através da sociedade gestora ECS Capital, um processo de venda organizado e competitivo de 100% das ações do fundo FLIT - PTREL SICAV ("FLIT"), 100% das Unidades de Participação do Fundo de Recuperação Turismo, FCR ("FRT") e ainda de alguns ativos hoteleiros do Fundo de Recuperação, FCR ("Projeto Crow").

Em consequência, no passado dia 12 de agosto foram assinados os acordos de compra e venda com a Corvus Acquisitions DAC.

A implementação do Projeto Crow envolve uma reorganização de ativos a ser levada a cabo antes do *closing*, que incluirá:

- (a) Alguns ativos atualmente detidos indiretamente pelo FLIT e pelo FRT terão de ser retirados do perímetro da transação antes do *closing* ("Carve-Out"); e,
- (b) Alguns ativos hoteleiros atualmente detidos indiretamente pelo Fundo Recuperação, FCR a serem adquiridos indiretamente pelo FLIT antes do *closing* da transação (o "Carve-In").

O perímetro de transação do Projecto Crow irá, portanto, envolver:

- (i) As unidades de participação do FRT juntamente com os ativos detidos direta e indiretamente por si, com exceção dos que fazem parte do *Carve-Out*;
- (ii) As ações dos FLIT juntamente com os ativos direta e indiretamente detidos por si, com exceção dos que fazem parte do *Carve-Out*; e,
- (iii) Cada um dos ativos do *Carve-In* que serão previamente transferidos para uma filial da FLIT.

O *closing* da transação do Projeto Crow, previsto para o final do ano, está também sujeito a determinadas condições precedentes, incluindo condições regulamentares e outras, subsistindo assim efeitos potenciais associados à operação que não são passíveis de quantificar com total fiabilidade nesta data.

## 2.3. Transparência de Informação e Valorização de Ativos

### ADOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ATIVOS, CONFORME CARTA CIRCULAR Nº 97/2008/DSB, DE 3 DE DEZEMBRO E CARTA-CIRCULAR Nº 58/2009/DSB, DE 5 DE AGOSTO, DO BANCO DE PORTUGAL

I. Modelo de Negócio	
1. Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	Relatório & Contas de 2021: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva</li> <li>• Acontecimentos em destaque 2021</li> <li>• A Caixa Geral de Depósitos hoje</li> <li>• Atividade e informação financeira</li> </ul> Relatório de Governo Societário.
2. Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	Ver o referido no ponto I.1 atrás. Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade e informação financeira</li> <li>• Notas 13, 21 e 23 do Anexo às DF's Consolidadas (Operações de titularização e produtos estruturados).</li> </ul>
3. Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	Relatório & Contas de 2021: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Caixa Geral de Depósitos hoje</li> <li>• Atividade e informação financeira</li> </ul> Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade e informação financeira</li> <li>• Notas 26 e 37 do Anexo às DF's Consolidadas.</li> </ul>
4. Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás. Relatório & Contas de 2021: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão do Risco</li> </ul> Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.</li> </ul>
5. Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Ver pontos I.1 a I.3 atrás.
II. Riscos e Gestão dos Riscos	
6. Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Relatório & Contas de 2021: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão do Risco</li> <li>• Nota 43 (descrição pormenorizada das políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo, sua monitorização, exposição máxima a risco de crédito, qualidade de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco cambial, risco de mercado e análises de VaR e de sensibilidade à taxa de juro) do Anexo às DF's Consolidadas</li> </ul> Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nota 40 do Anexo às DF's Consolidadas.</li> </ul>
7. Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Ver o referido no ponto II.6 atrás.
III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados	
8. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos "write-downs" nos resultados;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade e informação financeira</li> <li>• Notas 6, 8, 18 e 36 do Anexo às DF's Consolidadas.</li> </ul>

III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados (cont.)	
9. Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: commercial mortgage-backed securities (CMBS), residential mortgage-backed securities (RMBS), collateralised debt obligations (CDO), asset-backed securities (ABS);	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 40 (tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência) do Anexo às DF's Consolidadas.
10. Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Enquadramento Económico-Financeiro • Atividade e informação financeira Ver o referido nos pontos III. 8 e III.9 atrás.
11. Comparação de: i) impactos entre períodos (relevantes); ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
12. Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 40 do Anexo às DF's Consolidadas Ver o referido nos pontos III.8 a III.10 atrás.
13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	N.D.
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Riscos e incertezas Ver o referido no ponto III.10 atrás.
15. Divulgação do impacto que a evolução dos spreads associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Atividade e informação financeira Os passivos emitidos pelo Grupo CGD encontram-se registados ao custo amortizado.
IV. Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência	
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições “vivas”;	Relatório & Contas de 2021: • Gestão do Risco Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 2 e 40 (comparação entre justo valor e valor de balanço dos ativos e passivos registados ao custo amortizado) do Anexo às DF's Consolidadas.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de credit default swaps) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 2 (descrição das políticas contabilísticas sobre derivados e contabilidade de cobertura), Nota 10 e 40 do Anexo às DF's Consolidadas.
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: - Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; - Nível da qualidade de crédito (e.g. ratings, vintages); - Áreas geográficas de origem; - Setor de atividade; -Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); - Características do produto: e.g. ratings, peso/parcela de ativos sub-prime associados, taxas de desconto, spreads, financiamento; - Características dos ativos subjacentes: e.g. vintages, rácio loan-to-value, privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 40 do Anexo às DF's Consolidadas.

IV. Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência (cont.)		
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.);	Ver pontos III.8 a III.15 atrás.
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	N.D.
21.	Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos ativos segurados: -Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido; -Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; -Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; -Decomposição das exposições por rating ou contraparte;	A CGD não tem exposição a seguradoras de tipo "monoline".
V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização		
22.	Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico;	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 2 (descrição e o tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros) do Anexo às DF's Consolidadas.
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência;	N.D.
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: -Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; -Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); -Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa); -Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição);	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Notas 7, 8 e 40 do Anexo às DF's Consolidadas Ver ponto IV.16 atrás.
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: - Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; - Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); - Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; -Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave); - <i>Stress scenarios</i> ;	Relatório & Contas de 2021: • Nota 43 do Anexo às DF's Consolidadas Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Notas 2 e 40 (informação e processos aplicados pela CGD na valorização dos instrumentos financeiros) do Anexo às DF's Consolidadas.
VI. Outros aspetos relevantes na divulgação		
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	Relatório Intercalar - 1º semestre de 2022: • Nota 2 do Anexo às DF's Consolidadas.

## 2.4. Glossário e acrónimos

### Glossário

#### **Aplicações em títulos**

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados + Ativos financeiros disponíveis para venda + Investimentos detidos até à maturidade.

#### **Cobertura de exposições de crédito diferidas sob probação** <sup>(2)</sup>

Imparidades acumuladas de exposições de crédito diferidas sob probação / Total de exposições diferidas sob probação.

#### **Cobertura de NPE (Exposições não produtivas)** <sup>(2)</sup>

(Imparidades acumuladas de: Títulos de dívida + Crédito + Exposições extrapatrimoniais) / Total de exposições não produtivas (bruto).

#### **Cobertura de NPL (Crédito não produtivo)** <sup>(2)</sup>

Imparidades acumuladas de crédito / Total de crédito não produtivo (bruto).

#### **Cost-to-income** <sup>(1)</sup>

Custos de estrutura / (Produto global da atividade + Resultados em empresas por equivalência patrimonial).

#### **Custos com pessoal / Produto global da atividade** <sup>(1)</sup>

Custos com pessoal / Produto global da atividade.

#### **Custo do risco de crédito**

Imparidade do crédito do período (líquida) / Saldo médio\* do Crédito a clientes (bruto).

#### **Custos de estrutura**

Custos com o pessoal + Gastos gerais administrativos + Depreciações e amortizações do período.

#### **Custos de estrutura / Ativo líquido médio**

Custos de estrutura / Ativo líquido médio\*.

#### **Margem financeira estrita**

Juros e rendimentos similares - Juros e encargos similares.

#### **Margem financeira alargada**

Margem financeira estrita + Rendimentos de instrumentos de capital.

#### **Margem complementar**

Resultados de serviços e comissões + Resultados de operações financeiras + Outros resultados de exploração.

#### **NPE (Exposições não produtivas)** <sup>(2)</sup>

(Títulos de dívida não produtivos + Crédito não produtivo + Exposições extrapatrimoniais não produtivas) / (Total bruto de: Títulos de dívida + Crédito + Exposições extrapatrimoniais).

#### **NPL (Crédito não produtivo)** <sup>(2)</sup>

Crédito não produtivo / Total Crédito (bruto).

#### **Produto global da atividade**

Margem financeira alargada + Margem complementar.

#### **Produto global da atividade / Ativo líquido médio** <sup>(1)</sup>

(Produto global da atividade + Resultados em empresas por equivalência patrimonial) / Ativo líquido médio\*.

#### **Rácio de Transformação** <sup>(1)</sup>

(Crédito a clientes - Imparidade acumulada para crédito a clientes) / Depósitos de clientes.

#### **Rácio de exposições de crédito diferidas** <sup>(2)</sup>

Total de exposições de crédito diferidas sob probação / Total crédito a clientes (bruto)

**Rendibilidade bruta dos ativos (ROA) <sup>(1)(3)</sup>**

(Resultado líquido + Impostos + Interesses que não controlam) / Ativo líquido médio\*.

**Rendibilidade bruta do capital próprio (ROE) <sup>(1)(3)</sup>**

(Resultado líquido + Impostos + Interesses que não controlam) / Capitais próprios médios\*.

**Rendibilidade do capital próprio tangível (ROTE)**

Resultado líquido / (Capitais próprios médios\* - Ativos intangíveis médios\*).

**Rendibilidade líquida dos ativos (ROA) <sup>(3)</sup>**

(Resultado líquido + Interesses que não controlam) / Ativo líquido médio\*.

**Rendibilidade líquida do capital próprio (ROE) <sup>(3)</sup>**

(Resultado líquido + Interesses que não controlam) / Capitais próprios médios\*.

**Resultado bruto de exploração**

Produto global da atividade - Custos de estrutura

**Resultados de serviços e comissões**

Rendimentos de serviços e comissões - Encargos com serviços e comissões.

**Resultados operacionais**

Resultado bruto de exploração - Provisões e Imparidades

---

\* Média das últimas 13 observações mensais.

1) De acordo com o definido pela Instrução nº 6/2018 do Banco de Portugal.

2) De acordo com o definido pela EBA.

3) Resultado após impostos: Resultado líquido do exercício atribuível ao acionista da CGD e o Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam.

## Acrónimos

**€, EUR** – Euro

**AE** - Área Euro

**APFIPP** – Associação Portuguesa de Fundo de Investimento, Pensões e Patrimónios

**ASPT** – Acordos de Suspensão de Prestação de Trabalho

**AT1** – Additional Tier 1

**BCBS** – Basel Committee on Banking Supervision

**BCE** – Banco Central Europeu

**BCGA** – Banco Caixa Geral Angola

**BCI** – Banco Comercial e de Investimentos

**BNU** – Banco Nacional Ultramarino, S.A.

**Bpv** – Basis point value

**BRRD2** – Bank Recovery Resolution Directive 2

**Caixa, CGD** – Caixa Geral de Depósitos, SA

**CALCO** – Conselho Delegado de Gestão de Capital, Ativos e Passivos

**CCB** – Capital Conservation Buffer

**CDP** – Carbon Disclosure Project

**CDS** – Credit Default Swaps

**CEBS** – Committee of European Banking Supervisors

**CET1** – Common Equity Tier 1

**CoCos** – Contingent Convertibles

**CRO** – Chief Risk Officer

**CRR** – Capital Requirements Regulation

**DG Comp** – Directorate-General for Competition (Direção Geral Concorrência da Comissão Europeia)

**DGS** – Direção-Geral da Saúde

**EBA** – European Banking Authority

**ES** – Expected Shortfall

**ESG** - Environmental, social, and governance

**EUA** – Estados Unidos da América

**FED** – Federal Reserve

**FEI** – Fundo Europeu de Investimento

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FVTOCI** - Fair Value Through Other Comprehensive Income

**FVTPL** – Fair Value Through Profit or Loss

**IDR** – Issuer Default Rating

**IFRS** – International Financial Reporting Standards

**IHPC** – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

**KPI** – Key Performance Indicator

**LCR** – Liquidity Coverage Ratio (Rácio de liquidez)

**LGD** – Loss Given Default

**MDA** – Maximum Distributable Amount

**M&A** – Mergers & Acquisitions

**M€** – Milhões de euros

**mEuros** – Milhares de euros

**Mios** - Milhões

**MPE** – Multiple Point-of-Entry

**MREL** – Minimum Requirements for own funds and Eligible Liabilities

**NPE** – Non-performing exposures

**NPL** – Non performing loans

**NSFR** - Net Stable Funding Ratio (Rácio de financiamento estável líquido)

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**O-SII** – Other Systemically Important Institutions

**p.b.** – pontos base

**p.p.** – pontos percentuais

**P2R** – Pillar 2 Requirement

**P2G** - Pillar 2 Guidance

**PEPP** – Pandemic Emergency Purchase Programme

**PH** – Plano Horizonte (Plano de Aposentações e de Pré-Reformas Voluntárias).

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PME** – Pequenas e médias empresas

**PPR** – Plano Poupança Reforma

**PRR** – Plano de Recuperação e Resiliência

**RAEM** – Região Administrativa Especial de Macau

**ROA** – Return on Assets

**ROE** - Return on Equity

**RWA** – Risk-Weighted Assets

**SGCN** – Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio

**SREP** - Supervisory Review and Evaluation Process

**SSM** – Single Supervisory Mechanism

**TLAC** - Total Loss Absorbing Capacity

**TLTRO** – Targeted longer-term refinancing operations

**TPA** – Terminais de Pagamento Automático

**TSCR** – Total SREP Capital Requirement

**UE** – União europeia

**VaR** – Value at Risk

## Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Separadas Intercalares Condensadas

### Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD"), que compreendem o Balanço Separado Intercalar Condensado em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 97.480.117 milhares de euros e um total de capital próprio de 8.131.043 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 458.571 milhares de euros), as Demonstrações Separadas Intercalares Condensadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

### Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

### Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 – Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

### Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras separadas intercalares condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 30 de junho de 2022, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Lisboa, 29 de setembro de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230  
Registada na CMVM com o n.º 20160841

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**  
Num. de Identificação: 08539023  
Data: 2022.09.29 19:56:52+01'00'





## Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares Condensadas

### Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD"), que compreendem o Balanço Consolidado Intercalar Condensado em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 106.595.581 milhares de euros e um total de capital próprio 9.397.110 milhares de euros incluindo um resultado atribuível ao acionista da CGD de 485.698 milhares de euros), as Demonstrações Consolidadas Intercalares Condensadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

### Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

### Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 – Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

### Conclusão

Com base no trabalho efetuado, **nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 30 de junho de 2022, não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).**

Lisboa, 29 de setembro de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230  
Registada na CMVM com o n.º 20160841

Assinado por: **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto**  
Num. de Identificação: 08539023  
Data: 2022.09.29 19:55:41+01'00'





2022 RELATÓRIO  
1.º TRIMESTRE DE GESTÃO E CONTAS



**Caixa Geral de Depósitos, S.A.**  
Sede Social: Av. João XXI, 63 – 1000-300 Lisboa  
Capital Social: EUR 3.844.143.735  
CRCL e Contribuinte sob o n.º 500 960 046